

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VANESSA CLEMENTE CARDOSO

**A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA ELITE
INTELECTUAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA *HISTÓRIA*
NOVA DO BRASIL (1963-1965)**

GOIÂNIA
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Vanessa Clemente Cardoso

Título do trabalho: A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA ELITE INTELECTUAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL* (1963-1965)

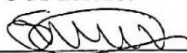
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 30 / 07 / 2013

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

VANESSA CLEMENTE CARDOSO

**A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA ELITE
INTELECTUAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA *HISTÓRIA
NOVA DO BRASIL* (1963-1965).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria de Magalhães.

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cardoso, Vanessa Clemente

A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA ELITE
INTELECTUAL BRASILEIRA: [manuscrito] : UMA ANÁLISE A PARTIR
DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL (1963-1965) / Vanessa Clemente
Cardoso. - 2019.

362 f.

Orientador: Prof. Sônia Maria de Magalhães.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ditadura civil-militar. 2. Livro Didático. 3. História Nova do Brasil.
4. Ensino de História. 5. Inquérito Policial-Militar. I. Magalhães, Sônia
Maria de, orient. II. Título.

CDU 94



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Vanessa Clemente Cardoso**. Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho de dois mil e dezenove (2019), com início às 09h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Vanessa Clemente Cardoso**, intitulada "A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA ELITE INTELECTUAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA "HISTÓRIA NOVA DO BRASIL" (1963-1965)". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº036/2019-PPGH, de 13 de junho de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Sônia Maria de Magalhães** (Presidente), **Sueli Guadalupe de Lima Mendonça** (UNESP), **Robson Mendonça Pereira** (UEG), **Maria Amélia Garcia de Alencar** (UFG), **Elias Nazareno** (UFG) e, como Suplentes, **Leicy Francisca da Silva** (UEG) e **Ana Carolina Eiras Coelho Soares**. Os Examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 13:00 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata Aprovada

Prof.ª. Dra. **Sueli Guadalupe de L. Mendonça** (UNESP) - Ass.: Sueli Mendonça

Decisão (Aprovada)

Prof. Dr. **Robson Mendonça Pereira** (UEG) - Ass.: Robson M. P.

Decisão (aprovado)

Prof.ª. Dra. **Maria Amélia Garcia de Alencar** (UFG) - Ass.: MAA

Decisão (aprovada)

Prof. Dr. **Elias Nazareno** (UFG) - Ass.: Elias Nazareno

Decisão (Aprovado)

Presidente da Banca Prof.ª. Dra. **Sônia Maria de Magalhães** Ass.: Sônia

Decisão (Aprovada)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Cintila Alves Garcia**, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo

Prof.ª Dr.ª Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: Cintila Alves Garcia

Cintila Alves Garcia

Muitos julgavam que a universidade poderia existir no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida... conhecemos, todos, a linguagem dêsse reacionarismo. Ela é matusalênica. [...] É que a liberdade, meus senhores, é uma conquista que está sempre por fazer. Desejamo-la para nós, mas nem sempre a queremos para os outros. Há na liberdade, qualquer coisa de indeterminado e de imprevisível, o que faz com que só a possam amar os que realmente tiverem provado, até o fundo, a insignificância da vida humana, sem o acre sabor do doce perigo. Por isso é que a Universidade é e deve ser a mansão da liberdade. TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. Discurso proferido na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1935. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.37, nº 85, jan./mar. 1962. p. 188.

DEDICATÓRIA

A Deus, pela força que me concede e pela vida.

Ao Ubyratã, meu amor, que sempre apoiou todas as minhas decisões, escutou meus desabafos e enxugou minhas lágrimas. O mundo é mais leve e feliz ao seu lado.

À minha filha amada, Bianca, que iluminou meus dias e trouxe sorrisos inesperados.

Aos meus pais, João e Vanda, que oriundos de famílias simples, criados na roça e sem oportunidade de estudo, propiciaram a minha chegada ao doutorado. Minha eterna gratidão pelo esforço incondicional, pelo amor e por sonharem comigo sonhos impossíveis.

Aos meus avós, Mariquinha, Antônio, Maria e Zezé, “o velho do rio” (*in memoriam*), pela simplicidade da vida.

Aos meus irmãos, pelo amor e incentivo.

Aos meus sobrinhos (as), Caroline, Rafaela, Alícia, João Gabriel, Júlio César e Isadora, pela pureza e esperança de um futuro melhor.

A todos os familiares e amigos, em especial: Benedita Clemente, Isa Alves, Marcos Albuquerque, Fátima Reis, Ercília Cardoso, Eunápio Reis (*in memoriam*), (Aparecida Costa, Janaína Costa, Valdoeste Costa (Júnior), Suiany Bueno, Luara Zeraik, Alice Zikan, Mohana Ribeiro, Frederick Alves, Riva Natal, Iara de Souza, Lajla Simião, Cintia Zago, Dianari Inácio Júnior, Mayara Paiva, Fernanda Moura, Dorian Castro, Stéphanie Mota, Elizete Mota, Chelry Fernanda, Eliete Barbosa, pela torcida constante.

À minha orientadora, Sônia Maria de Magalhães, pela generosidade e confiança.

Para todos eles, dedico este trabalho com muito amor!

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Sônia Maria de Magalhães, que esteve ao meu lado, ensinando os trajetos e segurando em minhas mãos quando mais precisei. É um exemplo de ser humano e profissional. Amiga que levarei para a vida, parte do que sou devo à você.

À Prof^a. Dr^a. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, pela gentileza em participar desta defesa.

Ao Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira, pela dedicação, leitura minuciosa no Exame de Qualificação, indicações valiosas de leitura e prontidão em participar desta defesa.

À Prof^a. Dr^a. Maria Amélia Garcia de Alencar, que aceitou participar desta defesa e que carinhosamente me emprestou do seu acervo pessoal as primeiras edições da *História Nova do Brasil* e me concedeu valiosa entrevista. Obrigada Maria Amélia, você sempre será uma grande inspiração para mim!

Ao Prof. Dr. Elias Nazareno, pela gentileza em participar desta defesa.

À Prof^a. Dr^a. Leicy Francisca da Silva pelo aceite em participar desta defesa.

À Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Eiras Coelho Soares pelos diálogos sobre maternidade e incentivo à pesquisa acadêmica e pela prontidão em participar desta defesa.

À Prof^a. Dr^a. Heloisa Selma Fernandes Capel, pela generosidade, leitura minuciosa no Exame de Qualificação e indicações importantes de leitura.

À Prof^a. Dr^a. Cristina Helou Gomide pelo aceite em participar da Banca de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro pelo aceite em participar da Banca de Qualificação.

Ao querido Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto, que me apresentou a *História Nova do Brasil* e me incentivou durante a graduação indicando leituras importantes.

À Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Silva, pela disposição, amizade, incentivo e importantes sugestões no X Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História (UFG/PUC-GO).

À Prof^a. Dr^a. Adriana Vidotte, pelo carinho, amizade, incentivo e torcida.

À Prof^a. Dr^a. Fani Goldfarb Figueira, por me conceder entrevista e ser sempre tão solícita.

Aos coautores da *História Nova do Brasil*, Maurício Martins de Mello, Rubem César Fernandes e Pedro Celso de Alcântara Figueira, pela generosidade, disposição e concessão de entrevistas.

À Raquel Campo Pinha que intermediou a entrevista com o coautor Maurício Martins de Mello.

À Silvia Seixas que intermediou a entrevista com o coautor Rubem César Fernandes.

Aos funcionários do Arquivo do Superior Tribunal Militar que sempre responderam com dedicação e prontidão.

A todos os professores que fizeram parte da minha graduação e pós-graduação, a cada página escrita desta tese pude rememorar debates, leituras e indicações daquela época. Com certeza, este trabalho carrega o peso e a profundidade dos seus ensinamentos.

Aos técnicos administrativos da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás: Maria da Glória, Fernando e Marco Aurélio bem como ao coordenador administrativo Gustavo, pela atenção com que sempre me atenderam.

Ao Grupo Mamães na Pós-Graduação pelos depoimentos de cientistas mães que dividiram o seu cotidiano, percalços e luta no enfrentamento da batalha árdua que é fazer pesquisa, em um país marcadamente machista, misógino e patriarcal.

E finalmente à Capes, pela concessão da bolsa de Doutorado.

RESUMO

Durante as décadas de 1950 e 1960, estavam em pauta a disciplina de História, sua construção e a renovação dos livros didáticos. Na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a atuação do movimento estudantil era intensa em torno do debate das propostas de reformas educacionais. Em meio a esse cenário, questionamentos acerca da inovação do ensino de História surgiram dentro do ambiente acadêmico, dando vida à coleção *História Nova do Brasil*, a qual foi publicada em janeiro de 1964 pela Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) e elaborada em conjunto por Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré. A obra inseria-se no contexto de Reformas de Base do Governo João Goulart, possuía uma dimensão política e foi associada ao Comunismo Internacional, recebendo pareceres desfavoráveis da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), do Estado-Maior do Exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Diário de São Paulo*. Com a instauração da ditadura civil-militar, os livros foram recolhidos das estantes das livrarias, queimados e proibidos de serem comercializados. Os autores da coleção foram presos, humilhados, torturados fisicamente e psicologicamente, alguns partiram para o exílio, suas famílias ameaçadas, foram proibidos de exercerem suas profissões, perderam o emprego e tiveram que responder judicialmente pela confecção dos manuais. Desse modo, esta tese investigou a história da elaboração e da escrita da história recente do Brasil bem como a formação da elite intelectual brasileira a partir da coleção *História Nova do Brasil*. Para tanto, consideramos a produção historiográfica sobre o ensino de história durante as décadas de 1950 e 1960 vinculadas à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da U.B), à Universidade de São Paulo (USP) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Além disso, averiguamos a recepção dos manuais escolares, por meio dos pareceres desfavoráveis emitidos pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), pelo Estado-Maior do Exército, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com os editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Última Hora* e o *Diário de São Paulo*. Ademais, foi analisado o Inquérito Policial-Militar resultante da perseguição da obra e dos autores durante a ditadura civil-militar. O referencial teórico balizador desta investigação foi o conceito de *poder simbólico* concebido por Pierre Bourdieu (2004). Sendo assim, a partir da análise das fontes, foi possível observar uma disputa pela produção simbólica por meio da crítica da ordem estabelecida pela classe dominante representada na historiografia oficial, a qual foi veiculada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelos professores catedráticos da própria Universidade do Brasil. Além disso, a dimensão política e cultural da coleção, que visava a concretização da Reforma Educacional no Brasil, não foi o único fator para a sua perseguição. Mediante os inquéritos, foi possível notar a tentativa de incriminar os autores como meio de atingir e conseguir provas de associação do General reformado do exército e intelectual de esquerda Nelson Werneck Sodré, ao Comunismo Internacional.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Livro Didático. História Nova do Brasil. Ensino de História. Inquérito Policial-Militar.

ABSTRACT

During the 1950s and 1960s, the discipline of History was highlighted, its construction, and the renewal of textbooks were on the agenda. At the National Faculty of Philosophy of the University of Brazil, the student movement about the debate on proposals for educational reforms was intense. Questionings about the innovation of History teaching appeared within the academic spheres, giving life to the collection *História Nova do Brasil*, which was published in January 1964 by the Student Assistance Campaign (Cases) and elaborated by Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes and Nelson Werneck Sodré. The work was inserted in the context of Basic Reforms of the Government João Goulart, possessed a political dimension and was associated with International Communism, receiving unfavorable opinions from the National Commission of the Didactic Book (CNLD), the Army General Staff and the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), along with editorials from the newspapers *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* and the *Diário de São Paulo*. With the establishment of the civil-military dictatorship, the books were collected from bookstore shelves, burned and forbidden to be sold. The authors of the collection were arrested, humiliated, physically and psychologically tortured. They were forbidden to practice their professions, lost their jobs and had to answer in court for the manuals. Some went into exile and their families threatened. Thereby, this thesis investigated the history of preparing and writing the recent history of Brazil as well as the formation of the Brazilian intellectual elite from the New History of Brazil collection. For everything, we consider the historiographic production about history teaching during the 1950s and 1960s linked to the National Faculty of Philosophy of the University of Brazil (UF FNFfi), the University of São Paulo (USP) and the Higher Institute of Brazilian Studies (ISEB). In addition, we checked the receipt of the textbooks, through the unfavorable opinions issued by the National Commission of the Textbook (CNLD), the Army General Staff, the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), together with the editorials of the newspapers *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Última Hora* and the *Diário de São Paulo*. Besides, the Military-Police Inquiry was analyzed, resulting from the persecution of the work and the authors during the military civil dictatorship. The theoretical parameter of this research was the concept of symbolic power conceived by Pierre Bourdieu (2004). Thus, from the analysis of the sources, it was possible to observe a dispute for the symbolic production through the critique of the order established by the ruling class represented in the official historiography, which was published by the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) and by the professors of the University of Brazil itself. Moreover, the political and cultural dimension of the collection, which aimed at the implementation of Educational Reform in Brazil, was not the only factor for its persecution. Through the inquiries, it was possible to note the attempt to incriminate the perpetrators as a means of reaching and gaining evidence of the association of retired army General and Left Intellectual Nelson Werneck Sodré to International Communism.

Keywords: Military civil dictatorship. Teachingbook. New History of Brazil. Teaching History. Police-Military Inquiry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Joel Rufino dos Santos (1941-2015).....	100
Figura 2 - Maurício Martins de Mello	102
Figura 3 - Nelson Werneck Sodré (1911 – 1999).....	103
Figura 4 - Pedro de Alcântara Figueira	104
Figura 5 - Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto	105
Figura 6 - Rubem César Fernandes	106
Figura 7 - Capa da 1ª ed. do volume I da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	116
Figura 8 - Capa da 1ª ed. do volume III da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	116
Figura 9 - Capa da 1ª ed. do volume IV da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	116
Figura 10 - Capa da 1ª ed. do volume VII da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	117
Figura 11 - Capa da 2ª ed. do volume I da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	117
Figura 12 - Capa da 2ª ed. do volume IV da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	118
Figura 13 - Capa da 3ª ed. do livro <i>História do Brasil</i> para o Terceiro Ano do curso Comercial básico.....	127
Figura 14 - Capa da 50ª ed. do livro <i>Compêndio de História do Brasil</i> primeira e segunda série do curso médio	130
Figura 15 - Capa da 4ª ed. do livro <i>Manual de História do Brasil</i> para o Curso Ginásial	133
Figura 16 - IPM Barra Bebê	194
Figura 17 - Notícia <i>Esposas acusam Major: Tortura</i>	197
Figura 18 - Soltura de Maurício Martins de Mello	199
Figura 19 - Pedro de Alcântara Figueira encarcerado	200
Figura 20 - Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes na França	240
Figura 21 - Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes em Washington	241
Figura 22 - Maurício Martins de Mello e Mauro Bondi no exílio na Espanha	241
Figura 23 - Tela “A despedida”	242

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grade Curricular do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934).....	45
Quadro 2 - Publicações da Revista de História da Universidade de São Paulo (1953-1963)...	50
Quadro 3 - Organização curricular do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939).....	65
Quadro 4 - Artigos do <i>Boletim de História</i> com temáticas voltadas ao ensino de História e as vinculações institucionais dos autores (1959 – 1963)	90
Quadro 5 - Distribuição e venda das monografias da <i>História Nova do Brasil</i> em consignação nas livrarias do Rio de Janeiro em 1964.....	113
Quadro 6 - Comparação da estrutura interna dos Livros Didáticos	136
Quadro 7 - Termos de Inquirição de Testemunha analisados no IPM do ISEB	208

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

Aman - Academia Militar de Agulhas Negras

AMES - Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AI - Atos Institucionais

AI-5 - Ato Institucional nº 5

ASIs - Assessorias de Segurança e Informações

B.H. - Boletim de História

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

C.A. - Centro Acadêmico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFE - Conselho Federal de Educação

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

Ciex - Centro de Informações do Exterior

CNLD - Comissão Nacional do Livro Didático

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI),

Codeno - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

CODI-DOI - Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações de Informações

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPC - Centro Popular de Cultura

DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNP - Departamento Nacional de Propaganda

DOP - Departamento de Ordem Pública

DPDC - Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

DSIs Divisões de Segurança e Informações

Eceme - Escola de Comando do Estado Maior do Exército

ESG - Escola Superior de Guerra
FEB - Forças Expedicionárias Brasileiras
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNFi - Faculdade Nacional de Filosofia
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IPMs - Inquéritos Policial-Militares
Ilpes - Instituto Latino Americano y Del Caribe de Planificación Económica y Social
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEB - Movimento de Educação de Base
ONU- Organização das Nações Unidas
PD - Partido Democrático
PCB - Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista
PCI – Partido Comunista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSP - Partido Social Progressista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCDP - Serviço de Censura e Divisões Públicas
SIPS - Serviço de Inquérito Políticos e Sociais
SISNI - Sistema Nacional de Informações
SNI - Serviço Nacional de Informações
STM - Superior Tribunal Militar
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UBES - União Brasileira de Estudantes Secundários
UDF - Universidade do Distrito Federal
UDN - União Democrática Nacional
UEEs - Uniões Estaduais de Estudantes
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I – A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS CENTROS DE FORMAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1950 – 1960).....	36
1.1. A Universidade de São Paulo (USP) e a Estruturação do Curso de História.....	36
1.1.2 A <i>Revista de História</i> da Universidade de São Paulo (1953-1963) e o Debate sobre o ensino de História.....	48
1.2 Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e o Curso de História.....	59
1.2.1 O Movimento Estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia e a Reforma Universitária Brasileira.....	75
1.2.2 O Boletim de História (1958-1963) e as Críticas ao Ensino Secundário e Universitário Brasileiro.....	85
CAPÍTULO II – A ESCRITA DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL (1963 - 1965).....	99
2.1. Os Autores da <i>História Nova do Brasil</i> : dados biográficos.....	100
2.1.1. Joel Rufino dos Santos.....	100
2.1.2. Maurício Martins de Mello.....	102
2.1.3. Nelson Werneck Sodré.....	103
2.1.4. Pedro de Alcântara Figueira.....	104
2.1.5. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto.....	105
2.1.6. Rubem César Fernandes.....	106
2.2 Conhecendo a <i>História Nova do Brasil</i> : um projeto de vanguarda.....	107
2.2.1 A crítica aos livros didáticos e ao ensino de história presentes na coleção.....	119
2.3 A escrita da <i>História Nova do Brasil</i>	138
2.3.1 Caio Prado Jr, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré: um diálogo possível na <i>História Nova do Brasil</i>	148
CAPÍTULO III – O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM) DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL (1963-1965).....	178
3.1 “Olhando a liberdade”: perseguição aos autores e cassação das obras.....	181
3.2 A atividade intelectual definida por Inquérito Policial Militar.....	201
3.2.1 O Inquérito Policial Militar da <i>História Nova do Brasil</i>	204
3.3 “Assim foi (se me parece)”: cinco décadas depois.....	223

3.3.1 O contato com Nelson Werneck Sodré e a formação do grupo da <i>História Nova do Brasil</i>	231
3.3.2 Prisão, tortura e exílio.....	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	244
ANEXOS.....	251
Anexo I - Índices dos manuais escolares.....	251
Índice da 50ª ed. do livro <i>Compêndio de História do Brasil primeira e segunda série do curso médio</i>	251
Índice da 4ª ed. do livro <i>Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial</i>	253
Índice da 3ª ed. do livro <i>História do Brasil para o Terceiro Ano do curso Comercial básico</i>	255
Índice da 2ª ed. do volume I da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	258
Índice da 2ª ed. do volume IV da coleção <i>História Nova do Brasil</i>	261
Anexo II - Notícias.....	263
Renovação da historiografia brasileira.....	263
Publicações cases.....	263
História no Palácio dos Metalúrgicos.....	264
Caxias e o atual governo.....	265
Violência Cultural.....	266
Os novos Livros Didáticos do MEC destinam-se a confundir a juventude, Diz Professor.....	267
Uniformização.....	267
Advogado enquadra Coronel Pina no código penal: abuso de poder.....	268
Suplício de espôsa na rota dos IPMS.....	268
Coronéis mudam o IPM de Ênio.....	269
IPM barra bebê.....	270
Tribunal quer saber tudo sobre o IPM da feijoadá.....	271
STM manda apurar tudo sobre IPM da feijoadá.....	272
Coronel de IPM no ISEB barra bebê de 21 dias.....	273
Autor de História Nova: prisão foi ato político.....	274
IPM pede prisão preventiva para escritor preso.....	275
General: - HN não é contra Caxias.....	276

Historiadores: só o I Exército libertará.....	277
Um general vai ouvir o escritor.....	277
General Werneck Sodré indiciado pelo IPM do ISEB.....	278
Espôsas acusam major: tortura.....	278
STM julga hoje “História Nova”.....	279
STM mandou soltar o historiador.....	280
Concedido habeas-corpus a Maurício Martins Melo.....	281
Olhando a liberdade.....	281
STM mandou libertar mais dois escritores.....	282
Escritores apontam violência no IPM.....	283
General endossou relatório do IPM-ISEB contra Werneck Sodré.....	283
Anexo III - Capas do Inquérito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (IPM do ISEB).....	284
Capa do IPM do ISEB, volume 1.....	284
Capa do IPM do ISEB, volume 1.1.....	284
Capa do IPM do ISEB, volume 2.....	285
Capa do IPM do ISEB, volume 3.....	285
Capa do IPM do ISEB, volume 4.....	286
Capa do IPM do ISEB, volume 5.....	286
Capa do IPM do ISEB, volume 6.....	287
Capa do IPM do ISEB, volume 7.....	287
Capa do IPM do ISEB, volume 10.....	288
Capa do IPM do ISEB, volume 11	288
Capa do IPM do ISEB, volume 13	289
Capa do IPM do ISEB, volume 14	289
Capa do IPM do ISEB, volume 16	290
Capa do IPM do ISEB, volume 17	290
Capa do IPM do ISEB, volume 21	291
Capa do IPM do ISEB, volume 22	291
Capa do IPM do ISEB, volume 24	292
Capa do IPM do ISEB, volume 25	292
Capa do IPM do ISEB, volume 26	293

Capa do IPM do ISEB, volume 27	293
Capa do IPM do ISEB, volume 28	294
Capa do IPM do ISEB, volume 30	294
Anexo IV - Entrevistas.....	295
Entrevistada: Fani Goldfarb Figueira.....	295
Entrevistada: Maria Amélia Garcia de Alencar.....	299
Entrevistado: Maurício Martins de Mello.....	316
Entrevistado: Pedro de Alcântara Figueira.....	327
Entrevistado: Rubem César Fernandes.....	332
REFERÊNCIAS.....	340
FONTES.....	354

INTRODUÇÃO

Não menos importante para o historiador das ideias é perceber e dar a perceber a rede dentro da qual está inserido determinado autor 'produtor de ideias', investigando dentro desta rede tanto as influências que o autor recebe como a recepção de suas ideias pelos seus diversos contemporâneos. Importante examinar, ainda, os diálogos do 'produtor de ideias' com toda uma rede intertextual que remonta à tradição dentro da qual seu pensamento se inscreve ou que, também de modo contrário, o contrasta com as tradições contra as quais as ideias do autor estabelecem uma relação de ruptura. BARROS, José D' Assunção. História das ideias em torno de um domínio historiográfico. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007, p. 208.

A tese em questão investigou a história da elaboração e da escrita da história recente do Brasil e a formação da elite intelectual brasileira a partir da *História Nova do Brasil*. A abordagem teve como eixo central a coleção, a qual se deu por meio da produção sobre o ensino de História durante as décadas de 1950 e 1960 vinculadas à escrita da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da U.B), da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Além disso, a pesquisa traz à tona os Inquéritos Policiais Militares resultantes da perseguição dos autores da *História Nova do Brasil* durante a ditadura civil-militar brasileira; pareceres emitidos pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), pelo Estado-Maior do Exército, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Última Hora* e *Diário de São Paulo* e depoimentos dos autores Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Rubem César Fernandes, que me foram concedidos durante a pesquisa de doutorado, entre os anos de 2018 e 2019.

A *História Nova do Brasil* foi uma coleção de monografias que propôs uma nova abordagem no ensino, visando a renovação e a ampliação das perspectivas do estudo de História. Esse projeto foi destinado ao ensino secundário brasileiro durante a década de 1960, sendo produzido em conjunto por Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré. A primeira edição, publicada em janeiro de 1964, previa dez volumes, porém,

foram publicados apenas cinco. Assim que se instaurou o regime militar, a obra foi perseguida. Entretanto, os autores, por meio da Editora Brasiliense (de Caio Prado Jr.), conseguiram publicar uma segunda edição reagrupada em 1965, a qual previa seis volumes, mas foi possível publicar apenas dois¹, pois a obra foi alvo de nova perseguição.

A coleção foi concebida no meio acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da UB), de autoria dos alunos responsáveis pela edição do *Boletim de História (BH)*², envolvendo diretamente as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e concretizado como publicação pelo órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC): a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases).

Ter adotado como objeto de pesquisa a história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira a partir da coleção *História Nova do Brasil* foi uma tarefa complexa e laboriosa, considerando os laços institucionais, a trajetória acadêmica e científica de cada autor e a pouca produção acadêmica em torno do tema. Para tal, foram inquiridas as produções historiográficas dos centros de formação do pensamento nacional nas décadas de 1950 e 1960, a saber: a *Revista de História da USP* (1950 - 1963), o *Boletim de História* (1958 - 1963) da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da U.B) e a *História Nova do Brasil* (1963 - 1965) do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A partir dessas produções, busquei aproximações e impasses que ecoaram e possibilitaram a escrita da coleção pelos intelectuais envolvidos nas atividades das três instituições.

A análise de alguns artigos da *Revista de História*, da Universidade de São Paulo, explica-se pela forte influência da instituição na construção do pensamento nacional no início da década de 1930, uma vez que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) havia perdido espaço para a mesma (FRANZINI; GONTIJO, 2009, p. 160). Naquele momento, começou-se a profissionalizar a atividade intelectual por intermédio da criação de instituições de ensino superior, tais como a USP, tornando-se um marco importante para o desenvolvimento intelectual, cultural e científico no Brasil.

Nesse sentido, o recorte cronológico de 1950 a 1965 engloba os anos que compreendem a fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955), a criação da *Revista de História da USP* (1950), as confecções do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1958 - 1963), as edições primeira e segunda da *História Nova do Brasil*

¹ Foram publicados apenas os volumes I e IV.

² Trata-se de um extraordinário documento de lutas pela reformulação do ensino de História do Brasil.

(1963 e 1965), as notícias de jornais, as quais continham a recepção da coleção e a instauração do Inquérito Policial Militar (1964) envolvendo os autores.

O ofício do historiador é sempre laborioso, de tal modo que o acesso às fontes historiográficas sempre envolve um longo caminho repleto de percalços. A coleção *História Nova do Brasil* me foi apresentada durante a graduação pelo Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto e sob a sua orientação elaborei um projeto de pesquisa, almejando uma vaga para o mestrado em História do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Durante o mestrado, na referida instituição, sob a orientação da Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães, procurei examinar o conteúdo da coleção, averiguando a concepção de nação “imaginada” para o Brasil, em que tive como referencial teórico balizador o conceito de nação, sobretudo, o de “comunidade imaginada”, concebido por Benedict Anderson. Este autor percebe a nação como imaginada, porquanto na mente dos indivíduos convive uma opinião da comunidade da qual participam. No entanto, diversas interrogações surgiram no decorrer da escrita da dissertação, sendo ainda mais instigadas pela banca no momento de sua defesa, de tal modo que as questões elencadas e o acesso a novas fontes possibilitaram a continuidade da pesquisa no doutorado, o que agregou novos elementos.

Quanto ao acesso às fontes historiográficas, os volumes I, III, IV e VII da primeira edição da coleção *História Nova do Brasil* foram cedidos pela Profa. Dra. Maria Amélia Garcia de Alencar. Já os volumes I e IV, da segunda edição da coleção, foram obtidos por meio da internet. Os manuais escolares: *História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico*, de Ary da Mata, publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1951; o *Manual de História do Brasil para o Curso Ginasial*, de Vicente Tapajós [S.D], publicado pela Editora Livros Organizações Simões e o *Compêndio de História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio*, de Antônio José Borges Hermida, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1966, foram obtidos recorrendo à internet.

Em vista disso, a partir da leitura de trabalhos que abordavam a *História Nova do Brasil*, de autoria de Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (1990), Amarílio Ferreira Júnior (1998), Lúcia Paschoal Guimarães e Nanci Leonzo (2003), João Alberto da Costa Pinto (2006), Elaine Lourenço (2008) e Rodrigo Czajka (2012), bem como o próprio livro de Nélson Werneck Sodré (1986) intitulado “*História da História Nova*”, foi possível descobrir as datas de algumas notícias de jornais e, por meio do acervo digitalizado do *O Estado de S. Paulo* e do *Última Hora*, encontrei as notícias originais. Além disso, consegui novas manchetes publicadas durante

a década de 1960, que foram anexadas ao Inquérito Policial Militar do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (IPM do ISEB).

Quanto aos pareceres desfavoráveis à coleção, o emitido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontra-se disponível digitalizado no site do IHGB, na seção coleção, dentro do volume 263 da revista. Já os pareceres emitidos pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e pelo Estado-Maior do Exército encontram-se no IPM do ISEB.

As edições analisadas da *Revista de História da USP* estão disponíveis no site da instituição. Já as sete edições do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil encontram-se na biblioteca da Universidade de São Paulo. Finalmente, após muitos anos de busca, encontrei, no Arquivo do Superior Tribunal Militar, os trinta volumes do Inquérito Policial Militar do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (IPM do ISEB) e dentro dele tive acesso ao inquérito referente à *História Nova do Brasil*.

O tema estudado é original, na medida em que, parece não haver nenhuma pesquisa acadêmica publicada até o momento que traga uma análise profunda do conteúdo da escrita da História presente na *História Nova do Brasil*, abordando não apenas a escrita da coleção, mas também estabelecendo um paralelo entre as produções acadêmicas sobre o ensino de história vinculadas aos centros de formação do pensamento nacional brasileiro – Universidade de São Paulo, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e Instituto Superior de Estudos Brasileiros – e a própria coleção de livros didáticos. Além disso, não verifiquei nenhuma pesquisa que tenha se debruçado sobre os Inquéritos Policiais Militares respondidos pelos autores da coleção, relacionando-os aos depoimentos concedidos pelos autores e à recepção da obra.

É importante destacar que os autores da *História Nova do Brasil*: Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello e Rubem César Fernandes me concederam entrevistas entre os anos de 2018 e início de 2019. Ademais, pude tracejar a recepção da coleção por meio de outras duas entrevistas concedidas pela Profa. Dra. Maria Amélia Alencar, que fez uso das monografias ainda na década de 1960 e da Profa. Dra. Fani Goldfarb de Alcântara, que era estudante do primeiro ano do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, além de já estar casada com o coautor Pedro de Alcântara Figueira durante a elaboração e a perseguição da obra. Ressalta-se que o projeto de pesquisa de Doutorado teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para o uso das entrevistas.

Entretanto, para ponderar sobre a relação entre intelectuais, ensino e produção historiográfica, é necessária uma definição do conceito de *intelligentsia*. O conceito

popularizou na Polônia com a obra “*O Love of the Fatherland*”, publicada em 1844, de autoria de Karol Libelt (VIEIRA, 2008; WASSEMAN, 2015). Associado à cultura, foi utilizado para representar membros educados da sociedade, que, em razão do seu conhecimento, deveriam representar os interesses da nação, além de ter sido amplamente difundido durante o governo de Nicolau II. No século XIX, na Rússia, a palavra era utilizada para referir-se ao “homem culto, nacionalista, orador eloquente” (VIEIRA, 2008, p. 68), mas tal definição sofreu alterações diante dos conflitos existentes entre as gerações de letrados de origem nobre e de origem não aristocrática. Assim, o conceito de *intelligentsia* poderia aparecer como representante da renovação, da modernidade, do progresso e da nação ou apresentar para seus críticos um sentido sectário, portanto, incapaz de representar os interesses nacionais (VIEIRA, 2008, p. 70). Nesse contexto, ao final do século XIX, a palavra *intelligentsia* foi preterida, sendo substituída por intelectual e apropriada pelos franceses, mediante à publicação do Manifesto dos intelectuais em 1898, que exigia a revisão da acusação imputada pelo exército francês ao oficial de artilharia Alfred Dreyfus. Conforme Wasserman (2015), o episódio francês vinculou o conceito ao posicionamento político e ideológico referente à intervenção nos assuntos públicos.

Dessa forma, apesar de polissêmico, o uso coloquial do vocábulo passa por um processo de ressignificação para o uso teórico, como pode ser percebido nas análises de Gramsci, que define o trabalho do intelectual para além da produção do conhecimento científico, vinculando-o à disseminação do saber, aos processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais. Para o autor, existem diversos graus de atividades intelectuais, sendo que não é possível excluir da ação humana a intervenção intelectual, pois “não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 1991, p. 7, grifo do autor.). Assim, a definição do conceito recai sobre um problema complexo diante das variadas formas que se assumem a formação das diversas categorias de intelectuais. Dentre essas, Gramsci destaca a existência do intelectual orgânico, que é detentor de uma capacidade técnica particular:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1991, p. 7).

De acordo com o referido autor, há uma autocolocação dos intelectuais no sentido de se considerarem autônomos e independentes do grupo social dominante, “revestidos de

características próprias” (GRAMSCI, 1991, p. 6). Desse modo, é preciso busca-los no conjunto das relações sociais, sendo que a produção técnica produz um novo tipo de intelectual. Para Gramsci, a escola é um instrumento de formação de intelectuais e suas formas moldam suas produções, tornando mais complexo o mundo cultural:

Antes de mais nada, e no plano mais geral, a universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-o das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confucionista ameaça submergi-lo, graças a leituras mal absorvidas, conferências mais brilhantes do que sólidas, conversações e discussões sem conteúdo (GRAMSCI, 1991, p. 145).

Sendo assim, os intelectuais concebem uma relação estreita com a política, com as instituições, com o ensino e com a sociedade. A adoção do conceito de intelectual orgânico para as análises da *História Nova do Brasil* justifica-se pela aproximação dos coautores da coleção, no momento de sua elaboração, com o Partido Comunista Italiano (PCI), bem como com as ideias do filósofo Antonio Gramsci, por meio da valorização da cultura e da liberdade.

Consoante à Cláudia Wasserman (2015), os intelectuais se reúnem em locais definidos pelo contexto cultural da época, podendo ser em centros de estudos, conselhos editoriais e universidades. Tais espaços foram fundamentais para o exercício e atividades relacionadas com a elaboração e ideias. Além disso, para a mencionada autora, deve-se considerar as redes e os laços estabelecidos que podem ser constituídos por meio de partidos políticos, universidades, entre outros. Assim, a história intelectual poderia fornecer explicações para os problemas contemporâneos, mediante experiências do passado, e projetar expectativas para o futuro, ou seja, estabelecer uma relação passado – presente – futuro (WASSERMAN, 2015, p. 73). Outro fator importante para destacar é quanto à ideia de existência de uma periferia intelectual que também poderia ser chamada de vanguarda intelectual, formada por autores marginalizados, que colocariam em xeque as “hierarquias instituídas” por intermédio de novas ideias (WASSERMAN, 2015).

De forma semelhante Panizzolo (2016), destaca que o percurso intelectual remete à trajetória política e pode ser desvendados por meio da análise das obras produzidas, conferências proferidas, cursos ofertados, das redes de sociabilidades e das instituições nas quais atuou:

Entender a união de um grupo – os laços e elos construídos por seus membros – remete à análise da singularidade das regras que regem as redes intelectuais, que, se por um lado, não são leis impostas aos indivíduos, por outro também não são dadas ao acaso, fruto do imprevisto e do casual, mas, ao contrário, se constituem pelo sentimento de

partilha, pertença e inclusão a determinados ideais comuns. (PANIZZOLO, 2016, p. 753).

Para Sergio Miceli (2001, p. 72), os intelectuais “correspondem as expectativas ditadas pelos interesses do poder e das classes dirigentes”, de forma que o desenvolvimento de instituições culturais pode fornecer informações sobre as transformações das relações entre os diversos grupos dirigentes. As famílias transmitem aos seus filhos um certo montante de capital social e cultural que varia “conforme o grau de proximidade entre essas famílias e a fração culta da classe dominante” (MICELI, 2001, p. 81). Assim, o seguimento em uma carreira intelectual está vinculado aos tipos de capital social e cultural disponíveis à classe social a que a pessoa pertence. Desse modo, as classes dirigentes, por possuírem um maior acesso ao capital social, escolar, cultural e material, fornecem maiores oportunidades aos seus filhos.

Conforme Bourdieu (2004, p. 29), campo de poder é a “relação de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder”. Logo, há um conjunto de campos e de poderes intrínsecos às universidades de tal modo que a reprodução de práticas e de representações no sistema de ensino está relacionada às diferenças de capital social, cultural e econômico entre os seus ocupantes, ou seja, o sentido de existência de uma instituição e os seus efeitos sociais encontram-se no campo de forças antagônicas ou complementares que as constituem e devem ser percebidas nos interesses e nas diferentes posições de seus membros.

Nesse sentido, há uma luta simbólica entre os diferentes grupos sociais para impor a definição do mundo conforme seus interesses. Essa luta está relacionada à produção simbólica, e coloca em jogo o poder de imposição dos instrumentos de conhecimento da realidade social. Desta forma, o campo de produção simbólica pode apresentar-se como um microcosmo de luta entre as classes:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder acenta no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, que por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçado sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados, os intelectuais e artistas, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BORDIEU, 2004, p. 12).

Dessa maneira, dentro das instituições de ensino superior há uma disputa pela produção simbólica que busca uma integração social de conhecimento e de comunicação que possibilite um consenso sobre o mundo social, contribuindo para a “reprodução da ordem social”, a qual também serve como instrumento de dominação, em que os interesses particulares da classe dominante são colocados como universais e comuns ao conjunto do grupo:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito, produ-lo a cultura dominante, dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que legitima as distinções, compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 2004, p. 11).

Além disso, diferentes universos simbólicos como a ciência e a língua podem ser utilizados como instrumentos de conhecimento e construção do mundo, ou seja, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que busca estabelecer o sentido do mundo, de modo que as relações de comunicação sempre serão relações de poder:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica), dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo, assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2004, p. 11).

À vista disso, os sistemas simbólicos diferenciam-se conforme são produzidos e apropriados, de forma que as ideias devem a sua estrutura e funções mais específicas às condições sociais de produção e circulação:

[...] é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário, estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia), por meio da imposição mascaradas (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (BORDIEU, 2004, p. 14).

Ademais, as produções de ideologias (ideias impostas pelo grupo dominante) não são autossuficientes e autogeradas, há uma complexa rede envolvendo a sua produção, ou seja, não estão vinculadas apenas aos interesses das classes que elas exprimem, mas também aos interesses daquelas que as produzem e a lógica do campo de produção:

o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização), que garante uma verdadeira transubstancia das relações de força, fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente, transformando-as, assim, em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BORDIEU, 2004, p. 15).

De acordo com o referido autor (2004), a destruição da imposição do poder simbólico radicado no desconhecimento necessita a tomada de consciência, ou seja, o aniquilamento da crença por meio de um discurso capaz de destruir o discurso anterior. Além disso, não podemos esquecer que o que está em jogo é a luta pela imposição de uma determinada visão de mundo.

Isto posto, ao considerar que os intelectuais são aqueles que têm uma atitude reflexiva, mas que também atuam “concretamente no ambiente cultural e no processo de elaboração de conhecimento na sociedade onde vivem” (WASSERMAN, 2015, p. 63), que sua atuação está vinculada aos tipos de capital social, cultural e simbólico disponíveis à classe social a que pertence (BOUDIEU, 2004), que sua trajetória intelectual pode remeter a uma trajetória política, em que os laços estabelecidos entre os intelectuais, podem ser constituídos mediante partidos políticos, instituições ou até mesmo amigos ou parentes (PANIZZOLO, 2016), busquei analisar história do ensino de História e a formação da elite intelectual brasileira a partir da coleção *História Nova do Brasil*.

Diante disso, a tese encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado “A escrita da história e os centros de formação da historiografia brasileira (1950 – 1960)” representa os passos iniciais da investigação. Neste capítulo, indaguei a gênese dos primeiros cursos de História no nível superior mediante à preocupação com a formação da elite e o surgimento de dois projetos educacionais opostos: um liberal, representado na criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, e outro projeto autoritário, em que prevaleceu a centralização da organização do ensino, no qual a Universidade do Brasil estava inserida.

Analisei também as normas de organização e funcionamento do ensino superior, sua articulação com o ensino secundário e a estruturação do curso de história da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, relacionando-os com a Reforma Educacional de Francisco Campos, por meio de três dispositivos aprovados em 11 de abril de 1931: a criação do *Conselho Nacional de Educação* (Decreto-Lei nº 19.850), o *Estatuto das Universidades*

Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851) e a *Reorganização da Universidade do Rio de Janeiro* (Decreto-Lei nº 19.852).

Posteriormente, investiguei as publicações que tinham como temática o ensino de história da Revista de História da USP, entre 1953 e 1963. Isto posto, é importante destacar que a *Revista de História* da USP funcionava como elemento de conexão entre o meio universitário nacional e o internacional, entre professores e alunos e entre os docentes das diversas Faculdades de Filosofia de São Paulo e do Brasil e, embora tenha sido fundada em 1950, nosso recorte cronológico para a análise das publicações foi estabelecido entre os anos 1953 e 1963. Tal recorte deu-se por causa do ano da primeira publicação da seção “Questões pedagógicas” e a última publicação da mesma seção durante a década de 1960. Apesar de haver outras publicações, estas não priorizavam o debate sobre o ensino de história. Entretanto, ao estabelecer essa seleção, me deparei com alguns artigos das edições da revista que também abordavam questões relacionadas ao ensino e resolvi considerá-los, a fim de ampliar a visão sobre o tema.

Para contemplar o debate historiográfico sobre o ensino de história no Brasil existente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, analisei a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) por meio do Decreto Municipal nº 5.512 de 04 de abril de 1935, o qual a vinculava ao município do Rio de Janeiro bem como a sua desintegração por intermédio do Decreto-lei nº 1.063. Com esse decreto, foi transferida grande parte dos cursos da UDF para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Logo em seguida, investiguei a organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, mediante o Decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, e sua estruturação na grade curricular, uma vez que esta tornava-se o modelo de graduação que passava a vigorar em todo o país.

Posteriormente, procurei compreender como o movimento estudantil atuava na Faculdade Nacional de Filosofia. Para tal intento, me remeti à gênese do debate sobre a reforma universitária na América Latina que vinha ocorrendo desde o início do século XX. Para tanto, destaquei a importância e influência da *Carta de Córdoba* para o movimento estudantil brasileiro, que se inspirou em suas ideias para discutir a Reforma Universitária no país. Aprovada pela Federação Universitária da Argentina, a carta discutia algumas questões acerca do ensino universitário, como a laicidade, o regime de cátedras e a participação estudantil. A partir dela, o movimento estudantil brasileiro formulou três documentos discutindo o ensino superior, dentre eles: o “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira” – elaborado em 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes –; a “Declaração da Bahia”

– elaborada em 1961, durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE – e a “Carta do Paraná”, elaborada em 1962, durante o II Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado em Curitiba.

Após abordar as questões sobre o ensino que o movimento estudantil apresentava nas décadas de 1950 e 1960, expus sobre a sua atuação dentro da Universidade do Brasil por meio do curso de História, da atuação dos estudantes e das publicações do *Boletim de História*, entre os anos de 1958 e 1963. Entretanto, quanto às publicações do boletim, me interessava para análise apenas aqueles que permitiam traçar o ambiente efervescente das discussões acerca do ensino no Brasil.

Busquei, portanto, apresentar o debate historiográfico a respeito do ensino de história, bem como das possíveis semelhanças e diferenças entre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Brasil, configurando o eixo Rio – São Paulo. Essa recuperação se fez necessária, pois a gênese da coleção *História Nova do Brasil* encontra-se nas inquietações sobre o ensino secundário e universitário brasileiro presentes no movimento estudantil que deu vida ao *Boletim de História*.

Já no segundo capítulo, intitulado “A Escrita da História Nova do Brasil (1963 -1965)”, apresentei a coleção de livros didáticos *História Nova do Brasil*, destacando a sua gênese, os laços institucionais e de amizade que proporcionaram a sua confecção, os órgãos responsáveis pelas publicações das duas edições bem como os intelectuais envolvidos na sua escrita.

Ademais, analisei como cada edição teve suas temáticas organizadas além da distribuição e venda das monografias em consignação nas livrarias do Rio de Janeiro. No que diz respeito à confecção textual interna, tanto da primeira como da segunda edição da obra, examinei o tamanho da letra do texto, a concepção historiográfica utilizada, se havia citação no corpo do texto de outros autores ou notas de rodapé, a disposição do índice, o uso de imagens, atividades, diagramas, tabelas, boxes informativos, gráficos, glossários e referências bibliográficas.

Em seguida, investiguei a crítica aos livros didáticos e ao ensino de história presentes na coleção, uma vez que os autores da *História nova do Brasil* exibiam críticas aos compêndios destinados ao nível ginásial e colegial utilizados em sala de aula no início da década de 1960 e citavam em nota de rodapé as obras analisadas. Dentre os compêndios examinados pelos autores, destacam-se: *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Vitor Mussumeci publicado pela editora do Brasil em 1960; *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Joaquim Silva, publicado pela Cia Editora Nacional em 1956; *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de

Alcilindo M. Souza, publicado pela Cia. Editora Nacional em 1955; *História do Brasil*, 2º ano colegial, de Alfredo d'Escragno Taunay e Dicamor Moraes³, publicado pela Cia. Editora Nacional em 1952; *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginasial, de Antônio José Borges Hermida publicado pela da Cia Editôra Nacional em 1959; *História do Brasil*, 4ª série ginasial e *Compêndio Histórico do Brasil* 1ª série ginasial, ambos de Vicente Tapajós, publicado pelas Organizações Simões em 1957 e *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginasial, de Ary da Matta publicado pela editora Cia Editora Nacional em 1960.

Dentre os manuais, tive acesso à *História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico*, de Ary da Mata, publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1951; ao *Manual de História do Brasil para o Curso Ginasial* de Vicente Tapajós, publicado pela Editora Livros Organizações Simões⁴ e ao *Compêndio de História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio*, de Antônio José Borges Hermida, publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1966.

A análise das críticas tecidas pelos autores da *História Nova do Brasil* aos manuais escolares utilizadas nas décadas de 1950 e 1960 revelaram-se importantes, pois possibilitaram perceber de forma simultânea a escrita da história que eles combatiam e a própria escrita dos autores, revelando uma historiografia oficial dominante no ensino de história daquele período, vinculada à memória histórica construída pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qual se tinha uma narrativa de elogio à colonização, mestra da vida, biográfica, positivista, factual e quadripartite.

Para a análise dos manuais escolares, no que diz respeito à confecção textual das obras, averigui o índice, a divisão dos conteúdos, títulos e subtítulos das temáticas, existência ou inexistência de imagens, cor das imagens – justificada pelo preço final do produto que ficava menor –, se as imagens vinham com alguma explicação ou apenas ilustravam a obra, existência de atividades, formato das atividades (exposição oral, redação ou exercícios escritos), mapas (cores dos mapas), diagramas, tabelas, boxes informativos, gráficos, glossários, notas de rodapé e referências bibliográficas.

Outrossim, investiguei as capas de cada manual escolar, inclusive da *História Nova do Brasil*, averiguando se havia frase mencionando se estava de acordo com alguma portaria emitida pelo Governo Federal, se havia notas de agradecimento e dedicatórias no interior dos

³ Além disso, foi criticado um segundo manual escolar escrito por Alfredo d'Escragno Taunay e Dicamor Moraes, a saber: *História do Brasil*, 1ª e 2ª série ginasial, publicado pela Livraria São José em 1962.

⁴ Este compêndio não possui data de publicação.

livros e como os nomes dos autores estavam dispostos nas capas. Já para a análise do conteúdo de cada obra, recorri às críticas apresentadas na escrita da *História Nova do Brasil* e averigui se elas realmente eram presentes nas obras, assim, tracei os seguintes temas: Descobrimento do Brasil; debate acerca dos “pontos controvertidos”, o qual abordava a questão da intencionalidade do descobrimento, do local, da data e do nome do País; abolição da escravidão; invasões holandesas, independência do Brasil, Proclamação da República. Por fim, também foi examinado como os personagens históricos, como D. João, D. Pedro I e D. Pedro II, eram caracterizados na narrativa sobre a história do Brasil.

Após a análise de cada obra, tendo sempre como direcionamento as críticas que foram tecidas na escrita da *História Nova do Brasil*, comparei a historiografia existente nos compêndios de Ary da Matta, Vicente Tapajós e Antônio José Borges Hermida com a da coleção. Por fim, investiguei a escrita da *História Nova do Brasil*, inserindo-a no contexto histórico, no qual ela foi produzida. Desse modo, averigui o conteúdo das monografias e como foram abordadas as invasões holandesas, a Independência do Brasil, a abolição da escravidão, a Proclamação da República e a Revolução Brasileira.

Além disso, estabeleci uma relação entre a historiografia presente na *História Nova do Brasil* e as obras referenciadas, constantemente, ao final de cada monografia, dentre elas: *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *História Econômica do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior; e *Formação Histórica do Brasil*, *O que se deve ler para conhecer o Brasil* e *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré. Constatei se havia alguma possibilidade de diálogo entre os três autores, diante da presença nas notas de rodapés e nas indicações bibliográficas. Verifiquei as análises de cada autor sobre o Brasil e, a partir dessa investigação, considerei a trajetória institucional e intelectual de cada um deles, tracei um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado com a coleção *História Nova do Brasil*, de modo que, procurei contrapontos e conflitos interpretativos sobre o Brasil baseado nesse diálogo.

Por esse viés, o momento de análise da pesquisa ocorreu pela delimitação de algumas temáticas que estavam presentes nas obras de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, como: o sentido da colonização brasileira, a presença ou não de um passado semifeudal no país, o Imperialismo, a Abolição da Escravidão e como os autores relacionavam o passado colonial brasileiro na compreensão e análise dos elementos ainda presentes na vida contemporânea.

Quanto ao último capítulo, analisei o Inquérito Policial Militar (IPM) da *História Nova do Brasil*. Para tal intento, abordei as dificuldades ao acesso a arquivos da repressão e os cuidados necessários para o uso desses documentos. Além disso, ressaltai a importância da criação da Comissão Nacional da Verdade por meio da lei 12.528, e da assinatura da Lei de Acesso à Informação (nº 12.527), que regulamentou a consulta de documentos públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, pertencentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ambos os documentos foram assinados no dia 18 de novembro de 2011, durante o governo da presidente Dilma Rousseff.

Nesse contexto, abordei a formação dos sistemas de informações e da estrutura burocrática-militar produzida e utilizada pela repressão, dando ênfase no uso de Inquéritos Policiais-Militares como instrumento de investigação e criminalização. Para isso, busquei elementos que pudessem servir como prova para processos penais baseados na Lei de Segurança Nacional (LSN). Além do mais, associei as análises dos Inquéritos Policial-Militares ao contexto histórico da década de 1960, textos historiográficos, notícias de jornais, pareceres de órgãos do governo e entrevistas concedidas tanto pelos autores da coleção quanto por pessoas que fizeram uso da obra, averiguando a recepção da *História Nova do Brasil* pela sociedade brasileira.

Ademais, tratei como a ideia de uma ameaça comunista e do inimigo interno, foi fundamental para convencer a sociedade brasileira da necessidade de se posicionar contra a esquerda e, conseqüentemente, contra a coleção *História Nova do Brasil* e seus autores, que foram associados ao Comunismo Internacional, de tal modo que representavam uma ameaça à Segurança Nacional. Logo em seguida, averigüei os pareceres desfavoráveis à coleção emitidos pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), do Estado-Maior do Exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com os editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Última Hora* e *Diário de São Paulo*.

Sucessivamente, tracei como a atividade intelectual, com a instauração da ditadura civil-militar, passou a ser definida por Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), pelos quais os adversários do regime político instaurado sofriam perseguições. Com isso, iniciava-se a institucionalização do controle ideológico por meio de inquéritos, aposentadorias compulsórias e demissões. Assim, abordei a perseguição político-ideológica dentro da Universidade de São Paulo, da Universidade do Brasil e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Após isso, analisei os termos de inquirição de testemunha respondido pelos autores da coleção *História Nova do Brasil*, que se encontram no Inquérito Policial Militar do ISEB. É

importante salientar que o IPM do ISEB chegou a atingir o número expressivo de 30 volumes (cada um contendo aproximadamente 1.000 páginas), dos quais apenas os volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28 e 30 trazem informações da *História Nova do Brasil*.

Nesse sentido, de acordo com o arquivo do Superior Tribunal Militar, a numeração dos volumes sofreu um erro durante a instauração do Inquérito, de modo que o volume 29 não foi formalmente numerado em nenhuma das capas do processo nº 4654. Além disso, aparentemente, houve erro na numeração dos volumes do processo, sendo que, possivelmente, os volumes 2.1 e 2.2 do Recurso Criminal 4654/71 correspondem, respectivamente, aos volumes 1 e 2 do Inquérito nº 138/71 do ISEB. Entretanto, mesmo com a existência desses equívocos, o IPM do ISEB (Recurso Criminal 4654/71) totaliza 30 volumes ao se considerar a soma dos volumes 1 e 2.1. do Inquérito nº 138/71 do ISEB. O Inquérito Policial Militar da *História Nova do Brasil* encontra-se dentro do Recurso Criminal 4654/71, instaurado para apurar as atividades do ISEB. Por intermédios de seus índices foi feita a seleção dos documentos. Este foi um trabalho exaustivo, no qual averigui os índices de cada volume do IPM do ISEB e conferi página por página, buscando palavras-chaves que poderiam trazer mais pistas sobre a coleção, tais como os nomes dos autores, nomes de professores da Universidade do Brasil que atuaram também no *Boletim de História*, o próprio nome da coleção *História Nova do Brasil*, nomes de professores que eram considerados conservadores dentro da Universidade do Brasil e, finalmente, nome de pessoas vinculadas às editoras que publicaram as duas versões da obra. Mediante essa busca minuciosa, pude chegar a depoimentos que traziam informações sobre a recepção da coleção, bem como as fichas que continham o histórico escolar de cada autor, notícias de jornais que foram apreendidas pelos militares e anexadas ao processo como prova de subversão, controle de distribuição, vendas e apreensão dos exemplares distribuídos nas livrarias do Rio de Janeiro e de São Paulo, controle dos valores recebidos por cada autor para a confecção das monografias, fichas com as grades curriculares de cursos ofertados pelos autores ao lado de Nelson Werneck Sodré no curso de História ministrado dentro Instituto Superior de Estudos Brasileiros e, enfim, as fichas criminais que qualificavam cada autor, tipificando o crime que cada um deveria responder diante de tais “provas”.

Por fim, o depoimento da Profa. Dra. Maria Amélia Garcia de Alencar, que gentilmente me foi concedido junto aos exemplares da primeira edição da coleção para análise durante o mestrado. Alencar teve contato com as monografias ainda na década de 1960 e o seu

depoimento foi fundamental para a composição da recepção da coleção naquele período bem como para compreender o ensino de história no curso superior brasileiro durante a década de 1960. Outrossim, pude entrevistar Fani Goldfarb Figueira, esposa de Pedro de Alcântara Figueira – um dos autores da coleção –, bem como os autores da *História Nova do Brasil*: Rubem César Fernandes, Maurício Martins de Mello e Pedro de Alcântara Figueira. Encontrá-los foi laborioso, que exigiu pesquisas, buscas, habilidade e tempo.

Dessa maneira, recorrendo ao IPM do ISEB, descobri o nome da esposa do autor Pedro de Alcântara Figueira, a Sra. Fani Goldfarb, que no IPM não apresentava o sobrenome Figueira. Posteriormente, tentei encontrá-la pelas redes sociais e obtive sucesso ao enviar uma mensagem. Goldfarb respondeu prontamente meus questionamentos e me colocou em contato com Pedro de Alcântara Figueira, de maneira que pude entrevistar os dois. Foram meses de diálogo e muita gentileza. Adiante, descobri que o autor Rubem César Fernandes era um dos fundadores da ONG Viva Rio, entrei em contato com essa ONG e me colocaram em contato com Rubem César Fernandes. No entanto, apesar do seu interesse em conceder a entrevista, foi uma negociação de quase um ano, devido a sua agenda muito assobrada. Finalmente, quando já não tinha esperanças em encontrar Maurício Martins de Mello, descobri pela internet que ele se intitulava com o pseudônimo de Maurício de Memória. O encontrei pelas redes sociais e descobri que havia fundado o espaço Piccola Arena em Petrópolis no Rio de Janeiro, consegui o telefone do empreendimento e o contato de Maurício Martins de Mello que prontamente me atendeu.

Lamentavelmente, não foi possível encontrar Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e os autores Joel Rufino dos Santos (1941-2015) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999), os quais já faleceram. Em outubro de 2013, durante o mestrado entrei em contato com Joel Rufino dos Santos que viria à Goiânia participar do VI Simpósio Internacional de História organizado pela Associação Nacional de História – Seção Goiás, realizado na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Rufino me concederia uma entrevista durante o evento, porém, sua saúde já estava muito debilitada e sua participação foi cancelada. Infelizmente, o tempo é traiçoeiro, sorrateiro, e a vida é fugaz. Em setembro de 2015, Joel Rufino dos Santos faleceu, levando consigo toda a sua genialidade, história, afetos, desafetos e memória.

CAPÍTULO I – A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS CENTROS DE FORMAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1950 – 1960).

1.1. A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E A ESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA.

Com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, a necessidade de um sistema universitário centralizador e autoritário refletiu na Reforma do Ensino Superior e Secundário Brasileiro. Naquele momento, havia uma preocupação no poder em padronizar o ensino brasileiro, o que resultou em medidas centralizadoras, a exemplo da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e das reformas de Francisco Campos, sob a égide da modernização do país com ênfase na elite e na capacitação para o trabalho (FAVERO, 2003, p. 109).

Em consequência disso, caberiam às universidades a promoção da formação de uma nova elite intelectual capaz de garantir a continuidade da estrutura do poder vigente. Assim, em 1931, a Reforma Francisco Campos, compreendendo a Reforma do Ensino Superior Brasileiro em seu projeto, é anuída, e sua orientação dá-se por meio de três dispositivos aprovados em 11 de abril de 1931, a criação do *Conselho Nacional de Educação* (Decreto-Lei nº 19.850), o *Estatuto das Universidades Brasileiras* (Decreto-Lei nº 19.851)⁵ e a *Reorganização da Universidade do Rio de Janeiro* (Decreto-Lei nº 19.852). Desse modo, a elite intelectual brasileira, durante o Estado Novo, torna-se figura central para o poder público, buscando garantir a continuidade da pátria e a defesa da nação, bem como a função de condução das massas e incorporação do jovem na produção capitalista.

Nesse sentido, o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, dispunha sobre a criação do *Conselho Nacional de Educação*, definindo-o como órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino, o qual poderia opinar em questões técnicas e didáticas, buscando elevar o nível cultural e contribuindo para a grandeza nacional.

O *Conselho Nacional de Educação* era formado por conselheiros nomeados diretamente pelo Presidente da República com exercício de duração de quatro anos, o qual deveria conter

⁵ Conforme Fávero (s.d.), a ideia de cátedra contida no Estatuto das Universidades Brasileiras ganha força nas Constituições de 1934 e 1946. As duas constituições defendiam a liberdade de cátedra, porém, essa liberdade pode ser questionada em um governo autoritário, no qual tinha a prática política do afastamento dos professores de suas respectivas cadeiras. Já na Constituição de 1937 não há menção sobre a cátedra, sendo sua extinção apenas em 1968.

um representante de cada universidade federal ou equiparada, um representante de cada instituto federal de ensino⁶ que ainda não tivesse sido incorporado à universidade, um representante do ensino superior estadual ou particular equiparado, um representante do ensino secundário federal, um do ensino secundário estadual equiparado e um do particular equiparado além de três membros escolhidos livremente, considerando sua importância no campo da educação. Além disso, o diretor do Departamento Nacional do Ensino seria membro nato do Conselho de Educação, bem como o Ministro.

Esse conselho tinha como atribuição colaborar com a orientação e a direção do ensino superior, promover atividades culturais, sugerir providências para a ampliação dos recursos financeiros e do desenvolvimento do ensino, buscar facilitar a extensão universitária e fixar diretrizes gerais do ensino primário, secundário técnico e superior brasileiro. Como pode-se perceber, por meio de suas atribuições, a criação do *Conselho Nacional de Educação* encaixava-se na forte tentativa centralizadora do ensino brasileiro por parte do Estado.

Já o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, criado por meio do Decreto-Lei nº 19.851, em 11 de abril de 1931, assinado pelo Presidente da República Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, dispunha que o ensino superior deveria obedecer ao sistema universitário e aos preceitos gerais instituídos no decreto. No entanto, ainda poderia ser ministrado em institutos isolados. O decreto também oferecia organização técnica e administrativa das universidades e dos institutos isolados.

Conforme o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, a finalidade do ensino seria elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica, habilitar o estudante ao exercício de atividades que necessitassem de preparo científico superior e contribuir para a grandeza da Nação e aperfeiçoamento da Humanidade. Além disso, esse estatuto destacava a necessidade do desenvolvimento de ações conjuntas entre as universidades, a fim de desenvolver a alta cultura nacional e a promoção do intercâmbio com instituições de ensino superior estrangeiras. Nesse sentido, a constituição das universidades brasileiras deveria atender as seguintes exigências:

- I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;
- II - dispor de capacidade didática, alii compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente;

⁶ O Decreto faz menção apenas aos institutos de Direito, Medicina e Engenharia.

III - dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária:

IV - submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto. (BRASIL, DECRETO-LEI nº 19.851, de 11 de abril de 1931)

As universidades brasileiras poderiam ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou por particulares, constituindo universidades federais, estaduais ou livres. As universidades estaduais ou livres poderiam ser equiparadas às universidades federais, entretanto, seria necessária a fiscalização do Departamento Nacional do Ensino e a autorização do Conselho Nacional de Educação. Quaisquer modificações relacionadas à organização administrativa ou didática dos institutos universitários bem como novas incorporações só poderiam ser realizadas diante autorização dos governos seguido do Conselho Nacional de Educação, firmando, assim, o controle exercido pelo Estado na educação e sua tentativa de centralização.

Quanto à administração universitária, ela seria realizada pelo Reitor e pelo Conselho Universitário. O Reitor deveria ser brasileiro, escolhido pelo governo por meio de uma lista tríplice organizada pelo Conselho Universitário, com cargo de duração de três anos. Já o Conselho Universitário seria o órgão consultivo e deliberativo, formado pelos diretores e um representante de cada instituto da universidade, um representante da associação e pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Os institutos universitários seriam administrados por um diretor com exercício de três anos, nomeado pelo Governo Federal por meio de uma lista tríplice, com dois nomes de professores catedráticos aprovados pela Congregação e um professor aprovado pelo Conselho Universitário. Já o conselho técnico-administrativo seria formado por três ou seis professores catedráticos, indicados pelo ministro da Educação e Saúde Pública. Dentre as atribuições do conselho técnico-administrativo destacavam-se: a revisão dos programas de ensino das disciplinas lecionadas nos cursos, a organização dos horários de aulas dos cursos oficiais e a organização de bancas examinadoras para os exames de admissão.

Quanto à organização didática e dos métodos pedagógicos a serem adotados nos institutos de ensino superior buscar-se-ia o ensino de forma eficiente dos conhecimentos humanos. Nos métodos pedagógicos, a instrução deveria ser coletiva, individual ou combinada. O *Estatuto das Universidades Brasileiras* deixava claro que a organização, seriação, métodos de ensino e participação dos estudantes nas atividades escolares deveriam estar presentes no regulamento de cada instituto universitário.

Os institutos de ensino profissional superior teriam os cursos normais (executados por professores catedráticos e com o programa oficial da disciplina), cursos equiparados (realizados pelos docentes livres), cursos de aperfeiçoamento (destinados à ampliação do conhecimento de qualquer disciplina e ministrados por professores catedráticos ou docentes livres), cursos de especialização (lecionado por professores catedráticos ou docentes livres), cursos livres e os cursos de extensão universitária. Estes últimos cursos tinham como finalidade a ampliação das atividades técnicas e científicas desenvolvidas nos institutos por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, com prévia autorização do Conselho Universitário, buscando solucionar problemas sociais e propagar ideias que defendessem os interesses da nação.

Consonante ao *Estatuto das Universidades Brasileiras*, a formação do corpo docente deveria ser constituída por professores catedráticos, auxiliares de ensino, docentes livres e professores contratados. O provimento no cargo de professor catedrático seria realizado por meio de concurso de títulos e de provas. Entretanto, o artigo nº 56 do Decreto-Lei previa a indicação para provimento do cargo o profissional que tivesse realizado grande descoberta ou publicado obra de excepcional valor científico, independente do concurso ou de sua abertura, por meio de dois terços de votos da Congregação do respectivo instituto universitário. Além disso, o professor catedrático poderia aposentar-se depois de trinta anos de magistério ou quando atingisse 65 anos de idade.

Já o título de professor emérito seria conferido pelo Conselho Universitário ao professor catedrático jubilado, cujos serviços no magistério foram de grande relevância. Aos auxiliares de ensino caberia a cooperação com o professor catedrático na realização dos cursos normais ou na realização de pesquisas originais. Havia ainda a previsão da contratação de professores estrangeiros, prática presente nas instituições brasileiras desde a sua gênese.

Quanto à admissão nos cursos universitários, dever-se-ia seguir as seguintes exigências: apresentação de certificado do curso secundário fundamental de cinco anos e de um curso ginasial superior, idade mínima de 17 anos, prova de identidade, prova de sanidade, prova de idoneidade moral e pagamento das taxas⁷ exigidas. Referente às habilitações nos cursos universitários, tanto para promoção dos períodos letivos quanto para a expedição de

⁷ O Decreto-lei nº 19.851 previa que estudantes que não pudessem pagar as taxas escolares dos cursos poderiam ter matrícula autorizada, desde que o número não ultrapassasse em 10% o número de alunos matriculados e, posteriormente, o valor fosse restituído em forma de indenização como um compromisso de honra.

certificados e diplomas, elas deveriam ser realizadas por meio de provas parciais, provas finais e trabalhos práticos.

Os direitos e deveres do corpo discente deveriam ser discriminados nos regulamentos de cada instituto, embora o Decreto-Lei nº 19.851 também trouxesse indicações quanto à vida social universitária:

As universidades brasileiras, solidárias nos mesmos propósitos e aspirações de cultura, devem manter ativo intercâmbio de entendimento e de cooperação, a fim de que eficazmente contribuam para a grande obra nacional que lhes incumbe realizar. Entre os institutos de qualquer Universidade deverá haver permanente contato, facilitado em reuniões coletivas, nas quais os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propício à orientação e renovação dos ideais universitários. Mas, além disso, as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade, e contribuir, na espera de sua ação, para o aperfeiçoamento do meio. (BRASIL, Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

Para socialização na universidade, esse Decreto-lei trazia a organização de associações de classe formadas por professores e alunos, congressos universitários a cada biênio bem como a organização por parte dos professores da "Sociedade dos Professores Universitários", que buscava realizar além de reuniões de caráter científico, reuniões sociais. Ademais, previa-se a existência da "Caixa do Professorado Universitário", com os recursos provenientes de contribuição dos membros da Sociedade ou de outras procedências.

A partir da organização da Sociedade dos Professores Universitários, previa-se a formação do "Diretório Nacional de Professores", formado por dois representantes de cada uma das sociedades de professores universitários e de “um representante de cada uma das associações análogas, organizadas pelos institutos superiores de ensino não incorporados a universidades” (BRASIL, Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). O diretório seria responsável pela defesa dos interesses da classe, pela decisão conjunta das diversas universidades e institutos de ensino superior no Brasil e pela realização de congressos, ou seja, representava uma tentativa de centralização do ensino superior brasileiro.

Além do Diretório Nacional de Professores, o Decreto-Lei nº 19.851 previa a formação do Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada um dos Diretórios de Estudantes dos institutos universitários e responsável pela centralização da vida social dos discentes e da defesa dos interesses gerais dos estudantes. Cada Diretório de Estudante era responsável pela defesa dos interesses do corpo discente, formado por nove membros com o reconhecimento do conselho técnico-administrativo do seu respectivo instituto.

Todos os institutos federais, ainda que não tivessem sido integrados em unidade universitária, deveriam obedecer ao presente decreto. Além disso, a denominação de universidade em documentos oficiais só poderia ser utilizada por universidade federal ou equiparada.

Por fim, o terceiro dispositivo relacionado à Reforma do Ensino Superior Brasileiro, o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, assinado pelo Presidente da República Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos. Esse decreto dispunha sobre a *Reorganização da Universidade do Rio de Janeiro*, de modo que a Universidade do Rio de Janeiro seria composta pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Minas, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Nacional de Música. Além disso, previa-se a incorporação, quando oportuna, da Escola de Higiene e Saúde Pública e da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Além desses institutos, outras instituições de ensino poderiam ser utilizadas para a ampliação do conhecimento, embora cada uma delas mantivesse organização independente da Universidade do Rio de Janeiro, como o Instituto Oswaldo Cruz e do Museu Nacional.

A administração da Universidade do Rio de Janeiro era de responsabilidade do Reitor e do Conselho Universitário. A escolha do Reitor e a sua função deveriam obedecer ao *Estatuto das Universidades Brasileiras* (decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). O Conselho Universitário deveria ser formado pelos diretores e um representante eleito pela Congregação de cada uma das faculdades que compunham a universidade e o representante dos docentes livres dos institutos componentes da Universidade, o presidente do Diretório Central dos Estudantes Universitários e um representante de associação fundada pelos antigos diplomados dos institutos componentes da Universidade. Ademais, a função do Conselho Universitário também deveria obedecer ao estatuto.

Dessa maneira, muitas questões presentes no Decreto-lei nº 19.852, de 11 de abril de 1931, eram previstas pelo *Estatuto das Universidades Brasileiras*, como a constituição da Assembleia Universitária e a nomeação do diretor de cada instituto da Universidade do Rio de Janeiro. Quanto à organização didática, os métodos pedagógicos de ensino, atribuições do Corpo Docente da Universidade do Rio de Janeiro, bem como a admissão e habilitação de alunos deveriam seguir os dispositivos do estatuto, sendo discriminadas nos regulamentos de cada um dos Institutos da Universidade.

Nesse sentido, o regime disciplinar de cada instituto da Universidade do Rio de Janeiro era determinado pelos regulamentos e regimento interno. Já a vida social e a Constituição do Diretório Central dos Estudantes deveriam estar em acordo com o *Estatuto das Universidades Brasileiras*.

Quanto à Faculdade de Educação, Ciências e Letras, conforme o artigo 196, o seu objetivo era a ampliação da “cultura no domínio das ciências puras”, a promoção de investigações científicas e especialização para o “exercício do magistério”. A sua organização seria dividida em três secções — Educação, Letras e Ciências —, composta por cursos com duração de três anos: a Seção de Educação compreenderia as disciplinas consideradas fundamentais para obtenção da licença nas ciências da educação. Já a Seção de Ciências seria constituída pelas disciplinas, para licença em ciências matemática, físicas, químicas ou naturais. Finalmente, a Seção de Letras seria formada pelas disciplinas fundamentais para a obtenção da licença em letras, filosofia, história e geografia e línguas vivas.

Os cursos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras conferiam os seguintes diplomas de licenciamento: Educação, Ciências matemáticas, Ciências físicas, Ciências químicas, Ciências naturais, Letras, Filosofia, História e Geografia e Línguas vivas. É importante destacar que para ter o direito de lecionar nos cursos secundários os candidatos diplomados na Seção de Ciências ou Letras deveriam obter também os certificados exigidos na Seção de Educação.

Além disso, previa-se a realização de cursos de aperfeiçoamento na Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a fim de elevar a capacidade didática dos professores do ensino secundário brasileiro. Esses professores deveriam adquirir habilitação por meio de cursos intensivos ou de férias, para ministrar as disciplinas que já lecionavam de acordo com programas organizados pelo Conselho Universitário, com direito a emissão de certificado especial. Para o doutoramento, era exigida a realização do curso complementar com a duração de dois anos, além das demais solicitações presentes no estatuto.

Como podemos vislumbrar, o *Estatuto das universidades brasileiras de 1931* (decreto-lei nº 19.851) seguido dos dois decretos-lei, o da criação do *Conselho de Educação* (decreto-lei nº 19.850) e o da *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* (decreto-lei nº 19.852) são marcos primordiais para a história do ensino superior no Brasil. Os três decretos-lei encontravam-se interligados, uma vez que se criava um conselho de educação ao mesmo tempo em que se legislava sobre o modelo de universidade que o Brasil deveria possuir. Paralelamente, buscava-se a padronização e por efeito a centralização do ensino por meio da organização da

Universidade do Rio de Janeiro. Esta deveria ser exemplar no ensino superior da mesma forma que o Colégio Pedro II era para o ensino secundário.

De acordo com Rothen (2008), o *Estatuto das universidades brasileiras de 1931* oscilava entre uma postura liberal e autoritária. Os decretos reforçavam o status social dos cursos de medicina, direito e engenharia, destinados à formação da elite profissional brasileira, na medida em que previam prerrogativas exclusivas para tais cursos. Quanto à pesquisa científica, não existia no estatuto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, exceto no curso de Medicina, no qual, conforme a Exposição de Motivos, existia a vinculação da formação profissional com a investigação científica. Além disso, a ideia de articulação e unidade é inicialmente desconsiderada no estatuto, não prevendo a unidade como característica principal para a existência de uma universidade (ROTHEN, 2006).

O estatuto mantinha a figura do professor catedrático, dificultando a criação de uma carreira docente e favorecendo o autoritarismo das cátedras (ROTHEN, 2006). Ademais, a autonomia universitária foi prevista e reduzida, houve uma coerência com o Estado Novo, no sentido de considerar o povo incapaz necessitando de uma elite intelectual para conduzi-los. Essa autonomia era restringida por um governo central que deveria dar o aval para as tomadas de decisões no interior das instituições de ensino superior no Brasil.

Já, o decreto-lei que dispunha a *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* apresentava uma redação dúbia, uma vez que determinadas medidas eram específicas para a Universidade do Rio de Janeiro e outras destinadas às instituições federais (ROTHEN, 2008). Ora, sendo a universidade modelo, suas determinações deveriam servir para as demais instituições, sem apresentar exceções, abordando simultaneamente aspectos gerais e aspectos particulares da URJ.

Apesar de o *Estatuto das universidades brasileiras de 1931* (decreto-lei nº 19.851), do decreto-lei de criação do *Conselho de Educação* e do decreto-lei da *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* (decreto-lei nº 19.852) deferirem acerca da situação universitária no Brasil, o que se pode concluir é que inexistia uma concepção homogênea do que seria uma universidade nos anos 1930⁸, pois não havia nos documentos sua definição em comum. Consoante Rothen (2008), a tentativa de se conciliar diversas correntes de pensamento gerou documentos ambíguos. A autonomia universitária era restringida, por ser considerada

⁸ Atualmente, várias questões acerca do modelo de universidade adotado no Brasil permanecem presentes, como autonomia, formação profissional e cultural, representatividades, métodos de ensino, o papel da universidade para a sociedade brasileira, a organização das universidades, a relação ensino-pesquisa-extensão, a necessidade da manutenção de um sistema universitário para o ensino superior, entre outras.

naquele período imatura, por julgar necessária a condução de uma elite, bem como a autorização do governo central.

Neste contexto, foi criada em 1933 a Escola Livre de Sociologia e Política (ESP) de São Paulo; em 1934 a Universidade de São Paulo (USP) e em 1935 a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Alguns elementos compuseram a conjuntura histórica do momento de fundação da USP que refletiram na sua formação, dentre eles destacam-se: a Revolução de 1930, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e a Revolução Paulista de 1932. Ademais, a gênese da USP deu-se como um símbolo de poder para o Estado de São Paulo, uma vez que, após a Revolução de 1932, a elite paulista difundira a ideia de retorno ao poder não por meio militar e sim por meio das ideias com a formação de uma elite intelectual capaz de conduzir a nação.

Nessa perspectiva, a Universidade de São Paulo⁹ foi criada por Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal no Estado de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934, por meio do Decreto nº 6.283, na cidade de São Paulo. O interventor exaltava a importância da cultura livre e desinteressada, bem como a necessidade da existência de institutos de investigação científica para a formação de uma consciência nacional moderna, a preparação do cidadão e do profissional. Desse modo, o Ensino Superior, por meio de Institutos, Universidades e Escolas teria papel primordial na formação das classes dirigentes do país.

O Decreto de criação da USP destacava a concepção de um ambiente e uma tradição universitária mediante a aproximação entre os professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas e Institutos por meio do espaço físico, pela centralização administrativa, pela criação de cursos comuns, seminários, centros de debates e trabalho em recreação, por atividades sociais em comum, pela organização da sociedade e clubes universitários, de estudos, de jogos e de recreação e prática de esportes. No entanto, ainda que o decreto mencionasse sobre a autonomia universitária, ao final ressaltava a necessidade da aprovação do governo do Estado nos processos de incorporação de institutos, escolas ou Faculdades, revelando uma frágil autonomia.

⁹ Em sua criação, a USP era composta por sete Escolas, Faculdades e Institutos autônomos, a saber: a) Faculdade de Direito; b) Faculdade de Medicina; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia; d) Escola Politécnica; e) Instituto de Educação; f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; g) Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais; h) Escola de Medicina Veterinária; i) Escola Superior de Agricultura e j) Escola de Belas Artes. Além destas, o mesmo decreto validava a ampliação do ensino e da ação da Universidade por intermédio de instituições técnicas e científicas do estado de São Paulo, destacando-se entre elas o Instituto Biológico; o Instituto de Higiene; o Instituto Butantã; o Instituto Agrônomo de Campinas; o Instituto Astronômico e Geográfico; o Museu de Arqueologia, História e Etnografia, que é o Museu Paulista e o Serviço Florestal, ou seja, previa-se a extensão do ensino à comunidade (BRASIL, DECRETO-LEI nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934).

Todos os cursos de magistério eram realizados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e prescindiam aulas nos institutos anexos¹⁰ do Instituto de Educação, que eram utilizados para a prática de ensino e estágio profissional da Escola de Professores. Além disso, a licença para o magistério secundário ficava limitada apenas àqueles que tivessem concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação. Cabia também ao Instituto o debate relativo às questões sobre prática de ensino, metodologia, formação do adolescente e princípios e prática da organização dos programas escolares.

Já a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teria seus cursos distribuídos por três seções: Filosofia, Ciências e Letras. A Seção de Filosofia seria composta pelas cadeiras de Filosofia, História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Psicologia. A Seção de Ciências compreendia cinco subseções: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História e Ciências Sociais e Políticas com as suas respectivas cadeiras. Era, portanto, a subseção V da Seção de Ciências que compreendia as cadeiras do curso de Geografia e História que eram ministrados juntos: 1) Geografia Geral e Antropogeografia; 2) História da Civilização; 3) História da América e 4) História da Civilização Brasileira.

Esse Decreto-Lei também previa a duração de três anos para licenciamento cultural em cada curso que compunha a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras além de definir a grade curricular. Assim, o curso de Geografia e História apresentava a seguinte distribuição:

Quadro 1: Grade Curricular do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934)

1º Ano	2º Ano	3º Ano
Geografia Geral	Antropogeografia	Antropogeografia (especialmente do Brasil)
Geografia Econômica	Geografia Econômica do Brasil	História da América
História da Civilização (antiga e medieval)	História da Civilização (Moderna e Contemporânea)	História da Civilização Brasileira
	História da América (inclusive pré-história)	

Ver: BRASIL. Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. DF, 1934. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

¹⁰ Eram institutos anexos do Instituto de Educação: o Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim de Infância (BRASIL, DECRETO-LEI nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934).

Além desses fatos, o artigo 12 do Decreto-Lei nº 6.283 evidenciava os critérios para o doutoramento. O licenciado era obrigado a fazer um curso e estágio de dois anos em seminários ou laboratórios, apresentando ao final a defesa de trabalho original, podendo, então, receber o título de doutor. Quanto ao mestrado, não havia nenhuma menção no documento.

O capítulo III antevia a existência do Curso Complementar do Ensino Secundário com duração de dois anos, o qual tinha como finalidade a preparação dos alunos do ginásio fundamental para os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Isso seria o que atualmente chamamos de cursinhos preparatórios para o exame vestibular.

Outra previsão importante é a existência de Laboratórios, Museus e Bibliotecas, pela qual buscava-se uma eficiência na Universidade. Devemos lembrar as condições precárias para a pesquisa acadêmica existente no Brasil da década de 1930. Havia também a concessão de bolsas de viagens e de estudos, bem como o auxílio a missões científicas e o intercâmbio de professores da Universidade de São Paulo com os institutos universitários do Brasil e de países do exterior. Do mesmo modo, era prevista a dispensa das taxas de matrícula para alunos carentes até o limite máximo fixado nos regimentos de cada instituto ou faculdade.

Quanto à contratação de professores, o artigo nº 37 evidenciava a constituição do corpo docente por catedráticos, auxiliares do ensino, docentes livres, contratados e comissionados. Determinava também que o processo de concurso de títulos e provas, para o provimento de cargo de professor catedrático e de livre docente, deveria ser estabelecido mediante uma comissão julgadora e ser reconhecida pela Congregação. O professor catedrático poderia ser efetivado após dez anos de exercício, mediante o voto de dois terços da Congregação, sob o parecer de uma comissão de especialistas. Além disso, o título de livre docente poderia ser revalidado a cada cinco anos, a partir da apresentação de títulos. O artigo nº 43 inclusive previa a contratação de professores e auxiliares sob regime de tempo integral com dedicação exclusiva. Esse fato deve ser destacado, uma vez que, esse foi um dos principais pontos explorados durante a Reforma Universitária de 1968.

Nessa perspectiva, a década de 1930 repercutiu o debate em relação ao ensino brasileiro e a necessidade da sua institucionalização em nível superior. Dessa forma, embora o Decreto de Criação da Universidade de São Paulo mencionasse os trâmites para a contratação de professores para a instituição, inexistia uma tradição intelectual em relação a métodos de trabalho e ensino superior como na Europa. Em consequência, muitos intelectuais estrangeiros vieram para o Brasil e foram contratados para integrar o corpo docente das instituições, a exemplo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

As cadeiras destinadas à “formação espiritual dos estudantes, isto é, para aqueles estudos que nunca são inteiramente neutros, preferiam-se mestres franceses, afinados com a tradição ocidental e que repudiavam os credos fascista e nazista” (BARROS, 1948, *apud* FÁVERO; PEIXOTO; SILVA, 1991, p. 61). Além do critério político-ideológico, a seleção baseava-se na religião, buscava-se o caráter laico na USP.

Em sua origem, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹¹ da USP visava a formação de professores para o ensino secundário, bem como a formação de professores pesquisadores. Apesar de muitos interpretarem a fundação da instituição como uma oposição aos padrões da década de 1930, foi justamente esse ambiente conflitante que proporcionou a estruturação da universidade como ela viria a ser.

Em 1939, a USP teve a sua primeira reestruturação curricular ocorrida em função do decreto Federal nº 1.190, o qual dispunha sobre a organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A nova estrutura curricular concentrou as disciplinas de formação pedagógica no quarto ano do curso, possibilitando ao aluno o diploma de bacharel na conclusão do terceiro ano e de licenciado no quarto ano do curso. Dessa maneira, para compor a grade referente ao Curso de Didática, eram oferecidas as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar e Educação Comparada, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação (SILVA & FERREIRA, 2011).

Em 1946, foi realizada uma reestruturação curricular, a qual dava a possibilidade de escolha aos alunos do quarto ano, por optarem pela formação também em licenciatura. Somente a partir de 1956, por meio da publicação da Lei nº 2.594 de 1955, que dispunha sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia, é que as cátedras se tornaram independentes. A partir Decreto de 1955, tornou-se viável a escolha de disciplinas optativas no curso de História, dentre elas a de Numismática. É importante ressaltar

¹¹ Eram perceptíveis, por exemplo, nos cursos matemática e física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a dificuldade de acesso ao ensino superior brasileiro naquele período, especialmente para as mulheres. Os cursos de matemática e física iniciaram em 1934. No primeiro ano de matemática, houve vinte e nove alunos matriculados e um ouvinte, já o curso de física teve dez alunos matriculados. Dos vinte e nove alunos matriculados em matemática, continuaram no segundo ano do curso apenas cinco e dos dez alunos de física restaram apenas dois, sendo que o terceiro ano foi extinto pela inexistência de alunos matriculados. Assim, em 1937, concluíram a primeira turma de matemática e física da FFCL apenas seis alunos, todos homens. Explica-se a formação de um aluno — Marcelo Damy — em física pelo fato do mesmo ter assistido aulas na modalidade de ouvinte e, posteriormente, realizado as provas necessárias, em período curto de tempo, para a obtenção do título. O professor Whataghin teria lhe feito a proposta para formar e seguir como seu assistente (FERREIRA, 2012).

que a Numismática¹² ganha espaço dentro da Revista de História da USP com várias publicações na sessão intitulada “Questões pedagógicas”.

Em 1969, após a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a qual discorria sobre as normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média, resultante dos debates acerca da Reforma Universitária, foi criado o Departamento de História da Universidade de São Paulo, decorrente do desmembramento das cátedras de História e Geografia pertencentes à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Após a Reforma Universitária, percebe-se uma forte influência norte-americana na instituição. Atualmente, o curso de Graduação em História da USP tem o tempo médio de conclusão de 10 períodos, sendo composto por Bacharelado e Licenciatura.

1.1.2 A REVISTA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (1953-1963) E O DEBATE SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA.

A ideia inicial da criação da *Revista de História da Universidade de São Paulo* partiu do professor Fernand Paul Braudel, em 1937, entretanto, sua concretização ocorreu apenas em 1950. A revista adotou tal denominação ao recuperar o título da antiga publicação do professor Fidelino de Figueiredo entre os anos de 1912 e 1928. O próprio título sugeria sua amplitude em relação aos temas que ela abordaria. Sem receber apoio oficial, a revista foi mantida durante 4 anos pelo professor Eurípedes Simões de Paula (CAMPOS, 1954, p. 500), que em 1946, por meio de concurso, passou a ocupar a cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Em relação às formas de aquisição da revista, em 1952, o professor Eurípedes Simões de Paula publicou uma nota avisando aos leitores e assinantes o aumento do preço da Revista de História, devido à alteração do valor do papel e à ampliação do número de páginas dos fascículos¹³. A assinatura anual elevava-se de Cr\$ 80,00 para Cr\$ 120,00, e a venda avulsa de cada volume de Cr\$ 20,00 para Cr\$ 30,00¹⁴.

¹² Numismática é a ciência que estuda moedas e medalhas.

¹³ Conforme a nota, a edição de nº 7, de 1951, havia sido publicada com 249 páginas, enquanto que o nº 1 de 1950 tinha apenas 126.

¹⁴ A título de comparação de valores entre os preços da assinatura anual (80,00 cruzeiros) e também de cada volume da Revista de História (30,00 cruzeiros) com demais produtos vendidos no mesmo período, encontraram-se, no

Destinada à publicação de trabalho de professores, assistentes, licenciados e alunos, a revista tinha o intuito de promover a união entre a universidade e professores do ensino normal e secundário brasileiro, fornecendo-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas sobre fatos históricos, bem como resenhas críticas de obras (PAULA, 1950, p. 01). Ademais, os editores julgavam-se despretensiosos, à medida que não pretendiam competir com publicações já existentes na área, uma vez que objetivavam dar espaço para trabalhos que talvez não fossem aceitos por essas publicações, haja vista as exigências mais especializadas.

Desse modo, a *Revista de História* trazia em seu conteúdo conferências, artigos, fatos e notas, crítica bibliográfica, resenha bibliográfica¹⁵, bibliotecas (catálogos), documentários, arquivos, noticiário, epigrafia, iconografia e a Seção Questões Pedagógicas. Com publicações trimestrais, essa revista funcionava como elemento de conexão entre o meio universitário nacional e o internacional, entre professores e alunos e entre os docentes das diversas Faculdades de Filosofia de São Paulo e do Brasil. Contava com o apoio dos Departamentos de História e de Etnografia da Universidade de São Paulo e com a cooperação de alguns historiadores da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil do Rio de Janeiro, como Eremildo Luiz Vianna, Delgado de Carvalho, Hélio Vianna e Sílvio Júlio.

Dessa maneira, é possível perceber, por meio dessa cooperação, os laços institucionais e o diálogo existente entre o eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Assim como na primeira edição do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a *Revista de História da Universidade de São Paulo*, em sua primeira edição, fazia menção ao conceito de História como "Ciência do Homem", de Lucien Febvre.

Embora a *Revista de História da Universidade de São Paulo* tenha sido fundada em 1950, nosso recorte cronológico para a análise das publicações foi estabelecido entre os anos 1953 e 1963. Tal recorte deu-se diante do ano da primeira publicação da seção "Questões pedagógicas" e a última publicação da seção durante a década de 1960, apesar de ter tido outras publicações, elas não priorizavam o debate sobre o ensino¹⁶. Estabelecido o recorte temporal,

anúncio do *Jornal do Brasil*, do dia 3 de janeiro de 1952, na página 24, um saco de cimento de 50 quilos vendido por 58,00 cruzeiros, e em outro anúncio do dia 01 de julho de 1952 um piano 88 notas por 14.000,00 cruzeiros.

¹⁵ A revista trazia a seção de Resenhas bibliográficas, a fim de auxiliar os professores da educação básica e secundária, atualizando-os em relação às produções nacionais e estrangeiras.

¹⁶ A primeira publicação da seção "Questões pedagógicas", na *Revista de História da USP*, foi em sua edição de número 14, do segundo trimestre de 1953. Entretanto, a temática não se relacionava ao ensino de História, tratava-se de um artigo de autoria de Emília Nogueira intitulado: "Tentativa burguesa de limitação do poder real durante a Guerra dos Cem Anos. Sua expressão nos Estados Gerais de 1357". Dessa forma, devemos destacar que a edição número 29, referente ao 1º trimestre de 1957, foi a única que trouxe o nome da Seção "Questões pedagógica" alterado para "Questões Bibliográficas".

elegemos os artigos da seção “Questões pedagógicas” cuja temática abordassem o ensino de História. Entretanto, ao estabelecer tal seleção, nos deparamos com alguns artigos dentro das edições da revista que também abordavam questões relacionadas ao ensino e resolvemos considerá-los, a fim de ampliar a visão sobre o tema, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2: Publicações da Revista de História da Universidade de São Paulo (1953-1963)

Edição da Revista de História	Seção da publicação	Autor	Título da publicação
<u>nº 18 – 2º trimestre de 1954.</u>	Questões pedagógicas.	Pedro Moacyr Campos. ¹⁷	O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
<u>nº 23 – 3º trimestre de 1955.</u>	Conferência	Fernand Braudel. ¹⁸	Pedagogia da História.
<u>nº 24 – 4º trimestre de 1955.</u>	Conferência	Amélia Domingues de Castro. ¹⁹	Alguns problemas do ensino da História.
<u>nº 29 – 1º trimestre de 1957.</u>	Questões pedagógicas.	Emília Viotti da Costa. ²⁰	Os objetivos do ensino da História no Curso Secundário.
<u>nº 52 - 4º trimestre de 1962.</u>	Questões pedagógicas.	Amélia Domingues de Castro.	Natureza e características da História e da Geografia: consequências didáticas.
<u>nº 54 - 2º trimestre de 1963.</u>	Questões pedagógicas.	Eurípedes Simões de Paula. ²¹	A Universidade e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Fonte: <http://revhistoria.usp.br/index.php/br/edicoes?start=140>.

¹⁷ Pedro Moacyr Campos era livre-docente da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

¹⁸ A Conferência publicada na Revista de História foi proferida em setembro de 1936 no Instituto de Educação em consonância à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Entretanto, por ter sido considerada atual e de grande importância pelos editores da Revista de História, ela foi novamente publicada. A sua primeira publicação deu-se pelo Arquivos do Instituto de Educação. Fernand Braudel era do Colégio de França, e em 1936 era professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

¹⁹ Amélia Domingues de Castro era assistente da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

²⁰ Emília Viotti da Costa era auxiliar de Ensino da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

²¹ Eurípedes Simões de Paula era professor catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Nesse sentido, a *Revista de História* não trazia com regularidade a Seção “Questões pedagógicas”, o que justifica a ausência de sequência nas edições²². Além disso, a Seção não abordava unicamente a temática ensino de História²³.

O primeiro artigo da Seção “Questões pedagógicas”, que abordava o ensino de História, foi publicado na 18ª edição, em 1954. De autoria do professor Pedro Moacyr Campos, livre-docente da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o artigo intitulado: “*O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*” foi publicado originalmente no jornal “*O Estado de São Paulo*”, em 25 de janeiro de 1954. Contudo, foi reeditado pela *Revista de História* com a anuência do autor e do matutino.

Em seu artigo, Campos destacou a forma como o estudo de História era realizado no ensino secundário brasileiro além da produção e utilização dos livros-didáticos em sala de aula, como fatores que tornavam incompreensível a pesquisa e o seu ensino no Brasil:

De fato, era obrigatório o estudo desta disciplina no curso secundário, mas existem ainda hoje (felizmente, apenas como testemunhos de uma época), os manuais em que ela era estudada. Tratava-se de livros tremendamente fracos, que reduziam a História a uma enfiada de fatos e de datas, e um dos mais famosos dentre eles, o de Raposo Botelho era por muitos considerado como a última palavra na matéria[...] O estudo de tal tipo de História Geral não podia ser aproveitado para a elucidação de muitos importantíssimos traços da História Brasileira, resultando daí um divórcio total, por absurdo que pareça, entre o campo nacional e o campo geral do desenvolvimento histórico. (CAMPOS, 1954, p. 493)

²² Não tiveram a Seção “Questões pedagógicas” em suas publicações, as edições: nº 19 (3º trimestre de 1954), nº 49 (1º trimestre de 1962), nº 51 (3º trimestre de 1962), nº 55 (3º trimestre de 1963), nº 57 (1º trimestre de 1964), nº 58 (2º trimestre de 1964), nº 61 (1º trimestre de 1965), nº 62 (2º trimestre de 1965), nº 63 (3º trimestre de 1965), nº 64 (4º trimestre de 1965) e nº 69 (1º trimestre de 1967).

²³ Álvaro da Veiga Coimbra publicou uma série de artigos sobre noções de numismática na seção “Questões pedagógicas” nas edições nº 25 (1º trimestre de 1956), nº 26 (2º trimestre de 1956), nº 27 (3º trimestre de 1956), nº 28 (4º trimestre de 1956), nº 29 (1º trimestre de 1957), nº 30 (2º trimestre de 1957), nº 31 (3º trimestre de 1957), nº 32 (4º trimestre de 1957), nº 33 (1º trimestre de 1958), nº 34 (2º trimestre de 1958), nº 35 (3º trimestre de 1958), nº 36 (4º trimestre de 1958), nº 37 (1º trimestre de 1959), nº 38 (2º trimestre de 1959), nº 39 (3º trimestre de 1959), nº 40 (4º trimestre de 1959), nº 41 (1º trimestre de 1960), nº 42 (2º trimestre de 1960), nº 43 (3º trimestre de 1960), nº 44 (4º trimestre de 1960), nº 45 (1º trimestre de 1961), nº 46 (2º trimestre de 1961), nº 47 (3º trimestre de 1961), nº 48 (4º trimestre de 1961), nº 50 (2º trimestre de 1962), nº 53 (1º trimestre de 1963), nº 56 (4º trimestre de 1963) e nº 60 (4º trimestre de 1964).

José van den Besselaar publicou uma série de artigos sobre Introdução aos Estudos Históricos na Seção “Questões pedagógicas” nas edições nº 20 (4º trimestre de 1954), nº 21-22 (1º semestre de 1955), nº 23 (3º trimestre de 1955), nº 24 (4º trimestre de 1955), nº 26 (2º trimestre de 1956), nº 27 (3º trimestre de 1956), nº 28 (4º trimestre de 1956), nº 29 (1º trimestre de 1957), nº 31 (3º trimestre de 1957) e nº 35 (3º trimestre de 1958). A seção trouxe outras publicações além dessas citadas, entretanto, essas foram as únicas que seguiram uma sequência.

Pedro Moacyr Campos criticou os livros didáticos de História da época, o seu ensino reduzido a fatos e datas, a existência de figuras tidas como heróis nacionais e a falta de uma História do Brasil que dialogasse com a História mundial:

Um dos resultados desta concepção era que, desde a escola, o Brasil era visto como única região mais ou menos isolada do resto do mundo, e diante disto temos que reconhecer que nada mais compreensível do que a crença dominante no ambiente brasileiro médio na super excelência de sua terra: o Brasil era o país mais bonito e mais rico do mundo, seus heróis eram inexcusáveis em toda sorte de qualidades, os gênios pululavam, e assim por diante. (CAMPOS, 1954, p. 493)

Conforme Pedro Moacyr Campos, a História do Brasil deveria ser vinculada à História Geral. Além de deixar sua perspectiva eurocêntrica, era preciso retirá-la do isolamento:

E pensamos que o estudo e a sadia compreensão da História Geral poderiam ser tomados como uma etapa para a consecução deste objetivo, tanto mais quanto, ao mesmo tempo que os europeus percebem a necessidade de 'deseuropeização' da História, nós, de nosso lado, sentimos que nós devemos esforçar para articular a América, em geral, e o Brasil em particular, num amplo panorama histórico. A convergência de todos os esforços exclusivamente para a pesquisa de História local teria como resultado a intensificação da ideia de isolamento, o que, além do mais, estaria em completa discordância com as exigências do momento presente. (CAMPOS, 1954, p. 499)

Nesse sentido, Campos (1954) teceu críticas ao ensino, ao evidenciar a sua institucionalização no nível superior a partir da década de 1930 e expôs a vinda de professores estrangeiros para o ensino de História na Universidade de São Paulo. Estes, sem material produzido, e com alunos que não dominavam o idioma francês, passaram a ensinar em suas cadeiras aquilo que ensinavam na França, resultando em uma História que não abordava assuntos relativos ao Brasil, a exemplo do professor Coornaert da cadeira de História Geral, que ensinava a História Econômica da Flandres na Idade Média (CAMPOS, 1954, p. 495).

Campos, entretanto, destacou a atuação de um único professor da Universidade de São Paulo, o renomado Fernand Braudel, que ao assumir a cadeira de História Geral, em 1935, propôs a seus alunos que pesquisassem História do Brasil e a relacionassem com a História Geral. Foi Braudel também quem propôs a nomeação de Eurípedes Simões de Paula²⁴, um assistente brasileiro para a sua cadeira, em 1937. Após a saída de Braudel, a cadeira foi ocupada pelo francês Jean Gagé, que também teve como assistente o professor Eurípedes Simões de

²⁴ Conforme Pedro Moacyr Campos (1954), o professor Eurípedes Simões de Paula desenhou centenas de mapas do Brasil para a compreensão das aulas e organizou uma biblioteca especializada.

Paula. Em 1939, a cadeira de História Geral foi dividida entre os dois professores: Jean Gag e e Eurípedes Simões de Paula.

Fernand Braudel era do Colégio de França e veio para o Brasil lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em setembro de 1936, proferiu conferência intitulada “*Pedagogia da História*”, no Instituto de Educação que, posteriormente, foi publicada pelo *Archivos* do Instituto de Educação. No entanto, por ter sido considerada atual e de grande relevância pelos editores da *Revista de História da USP*, foi republicada na edição de número 23, em 1955.

Braudel, em sua conferência, fez algumas recomendações para o ensino de História. Primeiramente, discutiu a imparcialidade no  f cio do historiador e destacou a necessidade de tomada de partido por parte do professor em determinadas situações, apesar de estar consciente de suas responsabilidades. Outro elemento destacado por Braudel seria a forma simplista que o professor deveria adotar para ministrar o conteúdo. A simplicidade deveria prevalecer, contudo, não seria uma simplicidade que mutilava a verdade, mas que esclarecia, tornando possível a compreensão da História. Deveriam ser cortadas as palavras eruditas, uma vez que os alunos não conseguiriam compreender o que o professor estaria ensinando, sendo necessário o emprego de termos próximos ao cotidiano do adolescente, sempre considerando a bagagem prévia que ele trouxesse de casa (BRAUDEL, 1955, p. 8). Além da simplificação, sugeriu a necessidade de repetição do conteúdo, a fim de fixá-lo na mente dos alunos. Essa repetição se daria pela retomada da ideia, variando a forma e os argumentos por diversas vezes.

Conforme Braudel, o professor, ao ministrar sua aula, deveria despertar o interesse no seu ensino²⁵, não caberia orientar sua atividade pedagógica por meio de suas preferências científicas, nem ficar preso em narrativas que são falassem dos preços de alimentos ou de sociedades, era preciso que apresentasse a História em seus diversos aspectos (BRAUDEL, 1955, p. 18).

Ao narrar os fatos em sala de aula, o professor deveria recorrer à descrição do ambiente geográfico onde ocorreram. A narrativa também poderia ser feita com os grandes personagens, pois para Braudel (1955) seria deplorável bani-los do ensino escolar. Afinal, estaria neles a possibilidade do encontro de grandes ensinamentos. Ao destacar uma narrativa que evidencia

²⁵ O método de ensino de Braudel dava-se da seguinte forma: primeiramente, busca-se a colaboração do público, sendo que a sua atuação dependeria da reação deste. Ao apresentar um personagem histórico, ele buscava apresentá-lo de uma forma que o público conseguisse se identificar em algum aspecto e, para saber se sua fala estava tendo repercussão, ele observava as reações da plateia, como um pião que   lançado e que pode bater em espaços, rodopiar e retornar seus ecos ao lançador (BRAUDEL, 1955, p. 11).

heróis nacionais, as orientações de Braudel diferem-se das de Pedro Moacyr Campos e das críticas que serão apresentadas no *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia e no *Projeto História Nova do Brasil*.

Nessa perspectiva, no dia 21 de setembro de 1955, Amélia Domingues de Castro, assistente da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, proferiu a Conferência intitulada “*Alguns problemas do ensino de História*”, a pedido de Odilon Nogueira de Mattos, professor e presidente da Sociedade de Estudos Históricos. Posteriormente, a sua fala foi publicada na *Revista de História* de número 24.

De acordo com Amélia Domingues de Castro, o Brasil, assim como outros países, enfrentava, na década de 1950, questionamentos relacionados ao ensino. Dentre alguns problemas, que eram interdependentes, estava a incompatibilidade entre as finalidades previstas pelo ensino secundário e seus resultados reais, bem como a formação de alunos com baixo nível de instrução (CASTRO, 1955, p. 257). Algumas causas desses problemas eram:

- a) a sobrecarga da matéria nos programas ou a falta de cumprimento dos mesmos;
- b) o ensino intelectualizado sem contato com a vida real ou alunos demasiadamente solicitados pela agitação e distrações da vida moderna, que se desinteressam pelas matérias escolares;
- c) professores excessivamente preocupados com a matéria e despreocupados de suas finalidades ou professores rotineiros e improvisados. (CASTRO, 1955, p. 257-258)

Diante de tais problemas, deveriam ser repensados os objetivos do ensino, o seu conteúdo e o método utilizado. Assim, com o intuito de recomendar algumas respostas para tais questionamentos, Amélia Domingues de Castro propôs o problema da legitimidade do ensino da História no curso secundário, indagando qual orientação a respeito da ciência histórica o professor deveria tomar. Com isso, o professor poderia adotar a posição do “*historiador erudito*”, deixando falar os fatos e conservando a memória no passado ou do “*historiador filósofo*”, buscando interpretar os fatos e respostas às perguntas do presente em um perpétuo refazer da história. Diante de tais possibilidades, a autora questionou até que ponto o homem como um ser cultural, social, político e histórico poderia, em seu ofício de professor, levar seus pontos de vista pessoais? Quais alcances e limites que teria o professor ao interpretar e explicar os fatos históricos? Desse modo, dentre os valores educacionais da História, a autora destacou o seu papel na formação moral, na resolução de problemas nacionais e sua finalidade cívico-política.

Nesse contexto, a História “*magistra vitae*” foi criticada no sentido de abrir um abismo entre o aluno e a disciplina ensinada, de modo a não contribuir na formação de indivíduos conscientes de seus problemas e responsáveis socialmente. Além disso, a autora criticou o ensino com caráter enciclopédico e apresentou uma visão semelhante a que será apresentada na década de 1960 pelos autores da *História Nova do Brasil*:

Há, pois um problema que se agrava sempre, o da quantidade de fatos, pois estes acumulam-se dia a dia, seja *verticalmente* (o passado recente que se vai tornando histórico, e o passado remoto sobre o qual aparecem resultados de novas pesquisas), seja *horizontalmente* (novos documentos ou novas interpretações que ampliam conhecimentos sobre determinados fatos ou períodos). É o que faz com que a História seja tida tradicionalmente como matéria enciclopédica, exigindo dos alunos grande esforço de memória. (CASTRO, 1955, p. 263 – grifo do autor)

Nota-se, então, que prevalecia no ensino de História programas com extensos conteúdos, cabendo ao professor a sua seleção, o que decorreu no problema do julgamento de valor. Assim como no texto da Conferência de Fernand Braudel, Amélia Domingues de Castro ressalta a complexidade do vocabulário histórico, que seria de difícil compreensão para adolescentes, a falta de temas adequados para a idade do estudante e a necessidade de um ensino que não se restringisse apenas a decorar datas e fatos.

Dessa forma, o professor, com o roteiro oficial do ensino secundário de História, deparava-se com a difícil decisão: tratar superficialmente todo o conteúdo sugerido, abordando alguns conteúdos com mais cuidado e deixando lacunas em outros temas ou reestruturar o roteiro oficial, alterando sua orientação e conteúdo. Em consequência disso, a solução apresentada pela autora foi a renovação escolar por meio da modificação do modo de pensar e agir do professor. Assim, Castro propôs seguir na escola o próprio processo de busca do historiador, sugerindo um ensino no qual o aluno exercesse a pesquisa de forma ativa por intermédio do uso de documentos históricos, em um trabalho de crítica histórica, exigindo leitura, pesquisa, debates e produção de textos.

Já a 29ª edição da *Revista de História da USP* publicada em 1957 trouxe, na Seção “Questões Pedagógicas”, o artigo de autoria de Emília Viotti da Costa, intitulado: “*Os objetivos do ensino da História no Curso Secundário*”. Conforme a autora, apesar da existência de diversas reformas curriculares no ensino secundário, algumas dessas reformas sempre buscavam modelos estrangeiros para serem aplicados no Brasil, esquecendo alguns dos seus princípios, como: o que se pretende do indivíduo, suas relações com a sociedade e em qual sociedade ele vive? Questionamentos fundamentais para a resolução dos problemas

educacionais, de modo que o desconhecimento dos objetivos do ensino desorganizava todo o sistema educacional, condenando-o à falência (COSTA, 1957, p. 117).

Nesse liame, os problemas dos objetivos do ensino de História no curso secundário brasileiro estavam diretamente relacionados com a finalidade da História como disciplina escolar. Por esse motivo, Emília Viotti da Costa diferenciou em seu artigo, História “ciência” de História “matéria”. Enquanto a primeira não precisa buscar uma finalidade, pois justifica-se por si mesma, a segunda necessita realizar os objetivos do ensino secundário, uma vez que ela é um meio para chegar a determinada finalidade, como a formação da personalidade integral do adolescente, além do fornecimento de conhecimento.

Caberia à História, portanto, a ampliação da visão intelectual diante o provimento de novos conhecimentos, além da expansão da oralidade e da escrita do aluno, bem como a sistematização do pensamento e a formação do espírito crítico que possibilitasse a busca de soluções para os problemas atuais. Entretanto, para Emília Viotti da Costa, os objetivos do ensino de História seriam alcançados desde que a disciplina fosse ensinada de forma que não se restringisse à enumeração de fatos e nomes nem mesmo a decoração desses pelos alunos:

A História é antes de mais nada um esforço de compreensão da vida do homem, pois é a ele que ela busca em todos os tempos. É essa a História que reconhecemos hoje. Não acreditamos na História dos fatos — na história "historizante". Há uma nova História — a "ciência do homem" — para uma nova época. A concepção de História tem variado através dos tempos. Seguindo ainda as pegadas de Lucien Febvre e Bloch — não há História, há historiadores. Varia o homem, variam as concepções de História. A dos nossos dias, relaciona, explica, analisa, busca o homem. É esta a que dizíamos, amplia a capacidade de compreensão. A vida flui, o presente hoje é passado amanhã. (COSTA, 1957, p. 120)

Neste sentido, o ensino de História apresentado por Emília Viotti da Costa também dialoga com as perspectivas que serão apontadas no *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, bem como no *Projeto História Nova do Brasil*, no qual a história é uma ciência do homem, que buscava solucionar problemas atuais.

Já a edição 52, de 1962, trouxe o texto de Amélia Domingues de Castro, assistente da Cadeira de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em seu artigo intitulado “*Natureza e características da História e da Geografia: consequências didáticas*”, Castro destacou que, dentre as atividades desenvolvidas pelo professor de Didática Especial, constavam a análise do método de pesquisa utilizado em determinada matéria, buscando esclarecer a sua função no currículo escolar e a metodologia didática mais adequada para ser empregada em sala.

Nessa perspectiva, Castro (1962) apresentou tanto a História quanto a Geografia como matérias que buscavam soluções para problemas atuais, unindo a vida e a escola, a experiência e o saber. Além disso, as disciplinas apresentavam o aspecto globalizador que ultrapassava seus limites ao considerarem as demais matérias escolares, ao se relacionarem e ao unificarem seus tópicos frequentemente por necessidade didática do professor.

Ao abordar a metodologia para a ciência histórica, a autora criticou a História “*magistra vitae*”, factual, e que não dialogava com o presente:

Quanto à História, é chegado o momento em que nos afastamos da mera narração de fatos, semi-reais, semi-lendários, suficientes para preencherem as necessidades que sentiu o homem de outras épocas de conhecer sua situação no tempo. Épocas em que critérios extra-científicos regiam as explicações históricas, em que a crença cega de que a ‘história se repete’ dificultava o entendimento dos fatos novos de um processo evolutivo. (CASTRO, 1962, p. 516-517)

Além disso, a referida autora destacou que infelizmente ainda existia no ensino uma história meramente narrativa representada por histórias e acontecimentos não comprovados pela pesquisa, negligenciando a própria metodologia científica da história. Para Castro, de nada adiantava discutir método de ensino se as exigências da metodologia científica da história não fossem cumpridas, pois deixaria de se ensinar História para contar histórias (CASTRO, 1962, p. 517). Dessa forma, as perspectivas apontadas por Amélia Domingues de Castro também dialogavam com as do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e com o *Projeto História Nova do Brasil*.

Já o artigo publicado na 54ª edição da Revista de História da USP trouxe como tema o ensino universitário. Tratava-se da oração de paraninfo da turma de 1962 proferida no dia 18 de abril de 1963 pelo professor Eurípedes Simões de Paula, da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ele buscou destacar o que a Universidade representava para o país, uma vez que dentro dela se formaria a nacionalidade brasileira. Sobre a criação da Universidade de São Paulo, ele destacou a sua formação como uma mera reunião de diversos institutos universitários, entretanto, uma situação que estava caminhando para a mudança, uma vez que naquele momento o Brasil estava tornando-se maduro para a constituição de uma universidade:

Felizmente, hoje verificamos que essas idéias caminharam, que se antes pareciam audazes, estão sendo atualmente executadas em Brasília e em Fortaleza. Pensamos que agora estamos maduros para iniciarmos verdadeiramente a fundação de uma Universidade com o sentido de soma e homogeneidade, não de mera reunião de diversos Institutos Universitários. Na Universidade de São Paulo, a evolução será

mais difícil, porque a força da rotina impedirá desde logo a mudança. (PAULA, 1963, p. 525)

Além disso, Eurípedes Simões de Paula ressaltou a inviabilidade de pleno funcionamento de diversas instituições de ensino superior no Brasil, devido à falta de recursos orçamentários e pessoal qualificado para a função:

Devemos pensar seriamente, após a instalação do Conselho Estadual de Educação, num levantamento geo-sócio-econômico das diversas regiões do Estado para a elaboração urgentíssima dum plano de expansão da rede de ensino superior, para disciplinar a criação caótica feita pelos nossos legisladores de mais de 100 escolas do nível universitário, para as quais não temos recursos orçamentários — e que é mais grave — nem corpo docente habilitado (PAULA, 1963, p. 525).

Diante de tais dilemas, Simões de Paula buscou responder a seguinte indagação: “qual o papel da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo?”. Para o autor, a Faculdade continuaria a formar especialistas em diversas áreas, porém, dentre as formações, destacavam-se a de professores do Ensino Médio. Desse modo, seria por meio dessa formação que a faculdade levaria o humanismo a todas as especialidades: “A nossa Faculdade tempera com o Humanismo as mais rebarbativas especialidades, porque sem ele os nossos técnicos seriam meros ‘robots’ e ‘frankensteins’ da ciência, pois o que importa sempre é o Homem” (PAULA, 1963, p. 528).

Ao evidenciar o homem, Eurípedes Simões de Paula salientou a importância dos jovens para a construção da nação, de modo que estaria nas mãos desses jovens o sucesso ou o fracasso do Brasil. Apresentar os jovens estudantes como construtores da nação lhes dava um papel privilegiado e de vanguarda. Com isso, durante a década de 1960, a participação do movimento estudantil se fez cada vez mais presente dentro das instituições de ensino superior brasileiro. Essa perspectiva que coloca o estudante como sujeito ativo para as questões nacionais, buscando a emancipação do país, dialoga com as publicações do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia e com o *Projeto História Nova do Brasil*, como veremos adiante.

Contudo, apesar dos artigos analisados da *Revista de História da Universidade de São Paulo* dialogarem em muitos aspectos com os artigos do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, bem como com o *Projeto História Nova do Brasil*, podemos perceber que a *Revista da USP*, ainda que tenha um tempo maior de publicações abordado em nosso recorte, apresenta apenas 6 textos direcionados a temática ensino dentre as suas publicações de 1953 a 1963. Enquanto isso, o *Boletim de História* da

Universidade do Brasil apresenta 9 artigos relacionados ao ensino de História, publicados entre os anos 1958 e 1963. Apesar de ambos apresentarem em seus objetivos o auxílio na orientação dos professores para um melhor ensino, o *Boletim de História* destaca-se com textos mais políticos e críticos quanto aos problemas enfrentados nas décadas de 1950 e 1960, enquanto a *Revista de História da Universidade de São Paulo* priorizava a ampliação do aporte teórico dos professores, com a publicação de historiografia para sala de aula e divulgação de pesquisas. Ademais, o movimento estudantil atuava fortemente nas publicações do *Boletim de História*.

1.2 FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL E O CURSO DE HISTÓRIA.

A Universidade do Distrito Federal foi criada por meio do Decreto Municipal nº 5.512 de 04 de abril de 1935, sendo muito original e indo de encontro ao *Estatuto das Universidades Brasileiras* de 1931. Embora o estatuto subordinasse as universidades ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Educação, o Decreto-Lei de criação da UDF contrariava tal orientação, definindo-a como instituição vinculada ao município do Rio de Janeiro.

A criação da UDF foi inspirada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932²⁶, no qual todos os professores, de todos os graus de ensino, deveriam ser formados em instituições de ensino superior (LOPES, 2011). Seus cursos eram voltados para a formação do professor de nível secundário brasileiro, uma abordagem mais pedagógica, que buscava entrelaçar pesquisa e didática. A finalidade de promoção da formação dos magistérios sempre esteve presente, mesmo após a sua reorganização por meio do Decreto Municipal nº 6.215, de 21 de maio de 1938.

Quanto ao corpo docente da instituição, Anísio Teixeira evidenciou a necessidade de trazer intelectuais de outros lugares já que não exista uma tradição de pesquisa científica e de

²⁶ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi publicado simultaneamente em vários jornais brasileiros, dentre eles, o *Estado de S. Paulo*, no dia 19 de março de 1932. Defendia a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação do ensino. Contou com a assinatura de 26 intelectuais, entre eles: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom, Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

ensino universitário no Brasil. No caso dos cursos de História a maioria dos professores nacionais era formado em Direito.

Conforme Ferreira (2009), é possível perceber três gerações de profissionais de história na Universidade do Distrito Federal e, posteriormente, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A primeira geração atuante na UDF destacava-se pela presença de alguns professores brasileiros, como Afonso Arinos de Mello Franco²⁷, Artur Ramos²⁸, Carlos Miguel Delgado de Carvalho²⁹, Gilberto Freyre³⁰, Isnard Dantas Barreto³¹, João Batista de Melo e Sousa³², José Maria Bello³³ e Luiz Camillo de Oliveira Neto que ocupou a cadeira de História da Civilização Brasileira e foi vice-reitor e reitor da instituição (FERREIRA, 2009, p. 3-5). Além disso, podemos ressaltar a atuação de Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro e Victor Leuzinger, todos na qualidade de assistentes na UDF.

O sistema de recrutamento de professores para a Universidade do Distrito Federal e depois para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil era baseado nas relações dos candidatos, uma vez que não existia a seleção mediante concurso público. Os laços institucionais foram primordiais nesse processo de composição do quadro de professores da

²⁷ Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990) nasceu em Belo Horizonte, em uma família tradicional de políticos, formou-se Bacharel em Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1927 e, na década de 1930, participou da campanha da Aliança Liberal. Trabalhou nos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. Em 1936, tornou-se professor de História da Civilização Brasileira da Universidade do Distrito Federal. Nos anos seguintes, enquanto o país vivia sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), dedicou-se à vida acadêmica, ministrando cursos no Brasil e no exterior. Outro dado relevante foi a sua participação na elaboração do Manifesto dos Mineiros contra a ditadura de Getúlio Vargas e na redação do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN). Já na década de 1950, por meio de concurso público, tornou-se catedrático da cadeira de Direito Constitucional da Universidade do Brasil.

²⁸ Artur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949), filho de médico, nasceu em Alagoas, na cidade de Pilar. Estudou na Faculdade de Medicina na Bahia, trabalhou no Instituto Nina Rodrigues em Salvador. Convidado por Anísio Teixeira foi diretor da seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, além de catedrático de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e primeiro catedrático interino de Antropologia e Etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1941-1949). Consagrado como pai da Antropologia Brasileira, faleceu em 1949, quando exercia o cargo de diretor do Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

²⁹ Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980) nasceu na delegação do Brasil na França, em uma família tradicional. Bacharelou-se em Letras pelo Colégio São Tomás de Aquino de Lyon, em Direito pela Universidade de Lausanne, e em Economia pela London School of Economics. Lecionou inglês no Colégio Pedro II e em 1935 tornou-se professor de Sociologia Educacional e Geografia Humana na UDF, e História Contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

³⁰ Gilberto Freyre ocupou a cadeira de Antropologia Social e Cultural da América Latina da Universidade do Distrito Federal.

³¹ Isnard Dantas Barreto foi professor de História Medieval e Moderna da Universidade do Distrito Federal.

³² João Batista de Melo e Sousa lecionou História da Civilização na América.

³³ José Maria Bello foi professor de História Geral da Civilização da Universidade do Distrito Federal.

universidade brasileira, bem como os laços de amizade³⁴ ou troca de favores. Na UDF, por exemplo, muitos professores estiveram vinculados à Associação Brasileira de Educação (ABE), que tinha como líder Anísio Teixeira. Havia também a presença de educadores oriundos do Colégio Pedro II³⁵ e de setores católico ligados ao Centro Dom Vital, como Alceu de Amoroso Lima e antigos integralistas. Entretanto, em conformidade com Ferreira (2009), houve pouca influência do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) na indicação dos nomes dos professores para contratação na UDF (FERREIRA, 2009).

Quanto à forma de ingresso na universidade, as Instruções nº1 de 12 de junho de 1935 definiam que:

Para a inscrição no curso regular do magistério secundário de História, era exigida a conclusão do curso secundário fundamental³⁶, documento de identidade comprovando a idade mínima de 16 e máxima de 35 anos, atestado de idoneidade moral, taxa no valor de 20. 000\$ (vinte mil réis), além de exames vestibulares de Português e Literatura, Geografia, História da Civilização, Inglês ou Francês. Porém, seriam dispensados dos exames os candidatos que apresentassem certificados de aprovação nas disciplinas correspondentes cursadas em escolas superiores, oficiais ou equiparadas, ou que tivessem prestado exame dessas disciplinas para o ingresso nessas escolas. (LOPES, 2011, p. 116-117)

A Universidade do Distrito Federal era composta pelas seguintes unidades: Escola de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, Instituto de Artes e Instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural, conforme o Decreto Municipal nº 6.215, de 21 de maio de 1938.

Nesse sentido, era na Escola de Economia e Direito, localizada na Rua do Catete, nº 147, onde funcionava pela manhã a Escola Secundária Rodrigues Alves, em que ocorria a formação dos professores secundários de História. As aulas iniciavam às 15 horas e muitas vezes estendiam-se até às 20 horas. De acordo com Lopes (2011), por meio da análise dos currículos propostos pela Escola, era possível perceber a preocupação com a construção da identidade nacional brasileira, bem como a inquietação com a “renovação dos quadros político-administrativos que se daria pela ampliação de oferta da escola secundária”. Para tal intento, as

³⁴ De acordo com Ferreira (2009, p. 08), o professor Luiz Camillo foi indicado por Afonso Arinos, Eremildo Viana por Eugène Albertini, Sérgio Buarque de Holanda por Henri Hauser, já Josué de Castro e Victor Leuzinger foram indicações do geógrafo francês Deffontaines.

³⁵ Alguns dos professores que estavam vinculados ao Colégio Pedro II eram: Carlos Delgado de Carvalho, Jaime Coelho, Fernando Raja Gabaglia, Isnard Dantas e Eremildo Viana.

³⁶ Com a Reforma Campos, o nível secundário de ensino foi dividido em dois ciclos: o ciclo fundamental de cinco anos, e o ciclo complementar de dois anos.

seções de estudos da Escola eram divididas em cinco partes: “I) Ciências Econômicas, II) Ciências Sociais, III) Ciências Geográficas e Históricas, IV) Ciências Jurídicas, V) Ciências Políticas e da Administração” (LOPES, 2011, p. 116).

À vista disso, a UDF se diferenciava da USP ao apresentar a independência entre os cursos de História e Geografia. Ademais, as aulas dos cursos de formação de professores secundários eram divididas em três eixos que deveriam ser ministrados em três anos: 1) Curso de Conteúdo, 2) Curso de Fundamentos e 3) Curso de Integração profissional. Essa distribuição curricular³⁷ durou apenas durante o ano de 1935.

Isto posto, por meio da organização curricular, é possível captar a ênfase dada à área educacional simultânea à preocupação com a prática da pesquisa, uma vez que o terceiro ano do curso era voltado totalmente para disciplinas pedagógicas compostas pelo eixo do Curso de Integração Profissional, bem como pela disciplina Inquéritos e Pesquisas, do eixo Curso de Conteúdo, perfazendo um total de 17 horas semanais. Essa primeira organização curricular da UDF demonstra a influência de Anísio Teixeira na instituição, ao passo que para ele a formação docente deveria possuir um caráter profissional, integrando ensino e pesquisa, bem como uma formação pedagógica que caminhasse ao lado da formação cultural, preparando, assim, o aluno culturalmente e o habilitando para o exercício profissional (LOPES, 2011, p. 119).

Dessa forma, em 1936, Anísio Teixeira deixou o cargo de secretário da educação do Distrito Federal, que passou a ser ocupado por Francisco Campos. Com isso, o projeto universitário da UDF voltado para a profissionalização e formação orgânica do professor ficou seriamente comprometido por uma formação especialista.

Lourenço Filho, que estava à frente do Instituto de Educação, sede da Escola de Educação da UDF, discordava veemente das normas baixadas naquela instituição pelo reitor interino Anísio Teixeira, em junho de 1935. Para ele, as instruções referentes à preparação de professores secundários não tiveram nenhuma colaboração do Instituto de Educação da universidade e inexistia o modelo de Ensino Superior como o sugerido por Anísio

³⁷ Nessa acepção, integrava a grade curricular do Curso de Conteúdo, no primeiro ano, as disciplinas História da Antiguidade e História da Idade Média e dos Tempos Modernos e, no segundo ano, História da Idade Contemporânea, História da Civilização na América, História da Civilização no Brasil e Organização do Programa e do Material Didático de Geografia e História. Já no eixo Curso de Fundamento, eram ministradas, no primeiro ano, Antropologia e Geografia Humana e, no segundo ano, Biologia Educacional e Sociologia Educacional. As disciplinas de Desenho e Inglês ou Alemão (opcional) eram ministradas nos dois anos deste eixo. Já o terceiro eixo, Curso de Integração Profissional, tinha suas disciplinas concentradas apenas no terceiro ano do curso, sendo elas: Introdução ao Ensino, Filosofia da Educação, Psicologia do Adolescente, Medidas Educacionais, Organização e Programas do Ensino Secundário, Filosofia das Ciências e Prática de Ensino (SILVA & FERREIRA, 2011).

(LOURENÇO FILHO, *apud* LOPES, 2011, p. 122). Assim, Lourenço Filho pensava de forma diversa a organização dos cursos conforme fora estipulada pelo antigo reitor.

O modelo que Lourenço Filho apresentava visava a integralização do curso em três anos, sendo os dois primeiros dedicados à formação especialista e o último ano realizado na Escola de Educação, dedicado à formação técnico-pedagógica. Ademais, criticava o excesso de matérias pedagógicas, bem como a estrutura de habilitação profissional pensada por Anísio Teixeira. Caberia, portanto, à Escola de Educação do Instituto de Educação da UDF expedir a licença para o magistério aos candidatos que já possuíam a licença cultural. Em consequência disso, o modelo proposto por Anísio Teixeira passou a ser alvo de críticas, deixando de ser o grande norteador da formação docente na UDF.

Em 1936, Afrânio Peixoto, primeiro Reitor da UDF, foi para a Europa com a finalidade de contratação de professores franceses. Consoante à Lopes (2011), a contratação dos professores Eugène Albertini e Henri Hauser³⁸ foi fundamental para a reestruturação do curso de História e o alargamento da concepção de História que se tinha na década de 1930 no Brasil, uma vez que propunha novas abordagens, fontes e métodos, rompendo com a história tradicional. Esse rompimento já vinha sendo realizado com a modificação do eixo de produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), para as instituições de Ensino Superior como a Universidade do Distrito Federal, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Brasil.

Logo em seguida, em 1937, o Curso de História da UDF teve sua grade curricular modificada, seguindo influência francesa, principalmente do professor Henri Hauser, que defendia que a formação pedagógica do curso de História deveria ser realizada no último ano. No eixo Curso de Conteúdo da grade curricular, foi retirada a disciplina de Organização do Programa e do Material Didático de Geografia e História para serem acrescentadas a História Moderna e a História Antiga. Além disso, o eixo ganhou espaço, no terceiro ano do curso, com as disciplinas de História Contemporânea e Pesquisas Históricas e Bibliografia. Já no eixo Curso de Fundamento, foram retiradas as disciplinas Antropologia e Geografia Humana, Desenho e Biologia Educacional e Sociologia Educacional. Além do mais, foram acrescentadas Geografia Humana e Francês. Já no eixo Curso de Integração Profissional, não ocorreu modificação (SILVA & FERREIRA, 2011, p. 295). O que se pode perceber é uma valorização

³⁸ Participou do grupo fundador dos *Annales* ao lado de Marc Bloch e Lucien Fèbvre, foi membro do Institut de France e professor da Sorbonne. Vale lembrar que a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* foi criada em janeiro de 1929.

das atividades de pesquisa mediante nova disciplina ofertada no terceiro ano do curso: Pesquisas Históricas e Bibliografia. Enquanto as cadeiras de História Antiga, História Moderna e História Contemporânea apresentavam-se em dois anos do Curso, as cadeiras de História Medieval, História da Civilização na América e História da Civilização no Brasil era exibida apenas em um único ano do Curso, o que demonstra a maior valoração das outras disciplinas em função destas.

Ainda sobre o curso de História da UDF, no primeiro ano, foram matriculados 23 alunos em 1935, dos quais apenas catorze conseguiram se formar³⁹, ou seja, uma evasão de 60,86%. Ao final de 1937, existiam 32 alunos matriculados nos três anos do curso, distribuídos em 13 alunos no primeiro ano, 05 alunos no segundo e 14 no terceiro (LOPES, 2011). Por meio desses dados, é possível perceber o alto número de evasão.

A consolidação da Universidade do Distrito Federal tornou-se cada vez mais difícil, ao passo que o Governo Federal sancionou em 5 de julho de 1937 a lei nº 452 que estabelecia a criação da Universidade do Brasil — projeto que foi defendido pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema. Em relação a isso, a Universidade do Brasil era a continuidade da Universidade do Rio de Janeiro, que havia sido criada em 1920 a partir da união das escolas superiores da cidade do Rio de Janeiro.

A posteriori, em maio de 1938, a Escola de Economia e Direito passou a ser denominada de Escola de Política e Economia, na qual eram ofertados os cursos de Ciências Sociais, Administração Superior, Economia e Finanças e Jornalismo. O ensino de História coube ao curso de Ciências Sociais, no qual por três anos os alunos teriam a formação cultural e, num segundo momento, fariam mais um ano de disciplinas pedagógicas, ampliando a formação em um ano (LOPES, 2011). Com isso, a UDF privilegiou a formação de especialistas, na medida em que apartou de seu currículo disciplinas pedagógicas, por meio do esquema conhecido como 3+1, ou seja, três anos para cursar História e obter o diploma de Bacharel com a opção de cursar mais um ano com disciplinas pedagógicas, para obter o diploma de licenciado, além do diploma de bacharel.

Em 20 de janeiro de 1939, a UDF foi dissolvida pelo Decreto-lei nº 1.063, transferindo grande parte de seus cursos para a Universidade do Brasil, dentre eles, o de História, que perdeu

³⁹ Na relação de formandos da primeira turma do curso de História da UDF, constam os alunos “Antonia Paca Lima Jobim, André Petrarca de Mesquita, Carlos Otávio Flexa Ribeiro, Ciro Augusto Pinto, José Francisco Carvalhal, José Vieira Filho, Lucy Paula Ramos, Maria do Carmo Clarck do Amaral, Maria da Glória Maia e Almeida, Maria Nazareth Clarck do Amaral, Marta Leite de Rezende, Vicente Tapajós, Guy José Paulo de Holanda, Meryam Benjamim de Viveiros” (ARQUIVO UDF *apud* LOPES, 2011, p. 129).

sua autonomia sendo incorporado ao de Geografia. Esse Decreto também destacava o aproveitamento dos professores catedráticos pela Universidade do Brasil, assim como a admissão dos alunos que já haviam iniciado seus estudos na extinta UDF, como o caso da aluna e futura professora catedrática Maria Yedda Linhares.

Nessa perspectiva, a instituição da Faculdade Nacional de Filosofia⁴⁰ da Universidade do Brasil foi realizada mediante o Decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, ocasionando uma nova estruturação na grade curricular. Dentro dos cursos ordinários, encontravam-se o de Filosofia, Matemática, Química, História Natural, Geografia e História (juntos), Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia, e o curso de Didática.

Em consequência dessas mudanças, os cursos de Geografia e História teriam duração de três anos e apresentavam a organização curricular a seguir:

Quadro 3: Organização curricular do curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939).

Ano do curso	Disciplinas
Primeira série	Geografia Física. Geografia Humana. Antropologia. História da Antiguidade e da Idade Média.
Segunda série	Geografia Física. Geografia Humana. História Moderna. História do Brasil.
Terceira série	Geografia do Brasil. História Contemporânea. História do Brasil. História da América. Etnografia do Brasil.

Fonte: BRASIL. Decreto n. 1.190, de 04 de abril de 1939. Da organização à Faculdade Nacional de Filosofia. DF, 1939. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Quanto ao curso de Didática, ele teria a duração de um ano, com as respectivas disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

⁴⁰ A Faculdade Nacional de Filosofia inicialmente denominava-se Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras. Entretanto, em 05 de julho de 1937, por meio da lei nº 452 recebeu a nomenclatura de Faculdade Nacional de Filosofia.

O Decreto-Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939 também previa a existência do professor catedrático, cargo provido por concurso de títulos e provas, bem como a possibilidade de ele dispor de um ou mais assistentes de sua confiança. Quanto aos alunos, estavam divididos em alunos regulares (matriculados em cursos ordinários por meio de exames vestibulares, tinham o dever de prestar exames e apresentar frequência bem como o direito de receber diploma) e alunos ouvintes (não tinham o direito de receber diploma ou prestar exames, também não lhes eram exigidos os exames vestibulares). Além disso, era limitado o número de 40 alunos por série de cada curso ordinário ou extraordinário.

Os candidatos à matrícula regular nos cursos ordinários deveriam apresentar certificado de conclusão do curso secundário fundamental e complementar⁴¹, prova de identidade, prova de sanidade e prestar exames vestibulares ou mediante à apresentação de diploma de qualquer curso superior reconhecido⁴². É importante destacar que, em 20 de novembro de 1945, o Decreto-Lei nº 8.195 alterou algumas disposições do Decreto-lei nº 1.190 relacionadas às exigências para matrícula, ficando, assim, definidas: carteira de identidade e atestado de idoneidade moral, provas de sanidade física e mental, certidão de nascimento, documento de quitação militar (se fosse brasileiro em idade militar) e realização de exames vestibulares (curso de habilitação). Ademais, dispensava-se a necessidade de cumprimento de tais obrigações: sacerdotes, religiosos e ministros de culto que tivessem concluído os estudos em seminário, professores normalistas com curso regular de pelo menos seis anos e exercício magisterial, professores registrados no Departamento Nacional de Educação com exercício superior a três anos e autores de trabalhos excepcionais publicados em livro com temática correspondente ao curso de interesse.

Quanto ao calendário escolar, a Universidade do Brasil teria dois períodos letivos de três meses e quinze dias, dois períodos de exames e dois períodos de férias. Também estavam presentes as realizações de exames de segunda época e exames vestibulares. Além disto, o professor catedrático deveria elaborar o programa de aula e o conselho técnico-administrativo precisaria aprová-lo, sendo que o docente não poderia ministrar mais do que três aulas teóricas

⁴¹ O prazo inicial para a apresentação do certificado era até o ano de 1940, posteriormente, por meio do Decreto-lei nº 2.971, o qual foi assinado em 1941 por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema e foi prorrogado até 1942.

⁴² Quanto às taxas cobradas, o Decreto-Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939 estipulava os seguintes valores: “a) inscrição em exames vestibulares, 40\$000; b) matrícula em cada série de curso ordinário, 50\$000; c) frequência em cada série de curso ordinário, 1020\$000; d) matrícula anual em cada disciplina de curso ordinário, na hipótese do art. 32 desta lei, 50\$000; e) frequência anual em cada disciplina de curso ordinário, na hipótese do art. 32 desta lei, 50\$000; f) matrícula anual em cada curso extraordinário, 50\$000; g) frequência anual em cada curso extraordinário, 50\$000; h) matrícula anual para aluno ouvinte, 80\$000”. Esses valores revelam um ensino que não estava acessível a todos os grupos sociais brasileiros.

em um único dia. Os assistentes do professor catedrático tinham presença obrigatória em todas as atividades teóricas, práticas ou seminários. Em qualquer curso ordinário, era obrigatório o mínimo de dezoito horas de aulas teóricas e práticas por semana, com frequência. O ensino deveria ser ministrado em aulas teóricas, aulas práticas por meio de atividades em laboratórios ou museus e em formato de seminários por intermédio de reuniões dos alunos com os professores e realizações de colóquios.

Logo, com a conclusão do curso ordinário, era conferido ao aluno o diploma de bacharel. Aquele que concluísse o curso de didática teria o direito de receber diploma de licenciado. Os diplomas de licenciamento conferidos pela Universidade do Brasil davam aos diplomados o direito do exercício do magistério secundário ou normal, em estabelecimentos públicos ou particulares, bem como o direito de preenchimento de cargos ou função de assistentes em qualquer cadeira destinadas ao ensino superior correspondente ao seu diploma e o direito de ocupar cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação. O diploma de doutor era conferido ao bacharel que defendesse tese original após dois anos de estudos e sob a orientação de um professor catedrático.

O Decreto-Lei nº 1.190 também previa a existência de uma revista com publicação semestral destinada à divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e destacava a possibilidade de publicações avulsas. Além disso, a Universidade do Brasil conferiu o título de *Doutor Honoris Causa*⁴³ ao Presidente Getúlio Vargas em 1938, fato que foi muito explorado por diversos historiadores na compreensão do processo de institucionalização da universidade quando na fundação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, o mesmo título foi outorgado ao rei Belga que visitava o Brasil.

Inicialmente, a Faculdade Nacional de Filosofia enfatizava o ensino voltado para a formação de professores secundários, deixando de lado a parte almejada da pesquisa, no qual a disciplina de didática acabava muitas vezes abordada isoladamente com um saber em si (FÁVERO, 2003). Outrossim, essa faculdade deveria ser modelo de ensino superior para todo o Brasil. Na Exposição de motivos de Gustavo Capanema datada de 27 de março de 1939, sobre

⁴³ Na aceção de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2006), a Universidade do Rio de Janeiro, apesar de outorgar o título de *Doutor Honoris Causa* ao Rei dos Belgas em 1920, não foi criada para esse fim, conforme muito foi dito e especulado. Para comprovar e esclarecer tais questões, a autora se pautou na análise das Atas da Assembleia Constituída pelas Congregações dos Institutos de Ensino Superior incorporadas à Universidade do Rio de Janeiro (1920), bem como nas Atas do Conselho Universitário da URJ (janeiro de 1921 a junho de 1937) e das Atas da Universidade do Brasil (julho de 1937 a novembro de 1965). O uso das atas foi justificado por Fávero ao trazerem a relação de todos os que receberam título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade do Rio de Janeiro.

a organização da instituição, foi destacada a obrigatoriedade, a partir de 1943, do professor de ensino secundário no Brasil ter passado pela FNFi da U.B. ou outro estabelecimento reconhecido pelo Estado.

Nesse viés, Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde, participou da negociação de grande parte do corpo docente que se deu por meio da contratação de professores estrangeiros. Aceita a contratação por parte da comunidade intelectual brasileira e negada pelo restante, houve inclusive professores que se demitiram⁴⁴. Dentre os que viram com bons olhos tinha-se o professor de Literatura Brasileira Alceu Amoroso Lima⁴⁵. Dentre os professores estrangeiros no curso de História destacavam-se os franceses Antoine Bom (História da Antiguidade e da Idade Média) e Victor Marie Lucien Tapié (História Moderna e Contemporânea).

Ademais, outra questão acerca da contribuição dos professores estrangeiros na instituição, além do desenvolvimento científico e cultural, foi um processo que posteriormente integraria o Brasil na institucionalização de uma política científica no país como a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1951 (FÁVERO; PEIXOTO; SILVA, 1991, p. 70).

Nessa perspectiva, dentre os professores brasileiros que compunham o quadro da Faculdade Nacional de Filosofia destacaram-se Artur Ramos, Carlos Delgado de Carvalho – que também integrou a UDF (na FNFi ocupou a cátedra de História Contemporânea), Eremildo Luiz Viana⁴⁶, Hilgard Stemberg, Josué de Castro, Silvio Júlio⁴⁷, Victor Leuzinger. Além dos

⁴⁴ Conforme Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Maria do Carmo de Lacerda Peixoto e Ana Elisa Gerbasi da Silva (1991, p. 65-66), os professores Lélío Gama e Luiz Freire pediram dispensa por sentirem-se discriminados em relação aos professores estrangeiros. Ainda consonante às autoras, em 1941, 25% dos professores da FNFi eram estrangeiros, já em 1945 esse valor cai para 11%. Na representação dos professores estrangeiros na área de história contavam: Antoine Bon (França) na cadeira de História da Antiguidade e Idade Moderna nos anos de 1939, 1941 e 1945. René Lucien Poirier (França) na cadeira de História da Filosofia em 1939 e 1941, e Victor Marie Lucien Tapié (França) na cadeira de História Moderna e História Contemporânea.

⁴⁵ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) formou-se em direito, em 1913, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Durante a década de 1930, participou da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC), opôs-se ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e criticou o projeto de Anísio Teixeira referente à Universidade do Distrito Federal (UDF), uma vez que não aprovava a laicidade do ensino superior brasileiro. Com a instauração do Estado Novo, foi nomeado reitor da Universidade do Distrito Federal (UDF), modificando o projeto institucional idealizado por Anísio Teixeira. Em 19 de julho de 1939, como professor de Literatura Brasileira, proferiu um discurso na solenidade de abertura dos cursos da FNFi da U.B.

⁴⁶ Hélio Vianna (1908-1972) formou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1932, sendo nomeado catedrático em História do Brasil na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro em 1939.

⁴⁷ Silvio Júlio de Albuquerque Lima (1895-1984) graduou-se em Direito pela Universidade do Rio Grande do Sul e ocupou a cátedra de História da América. Não se sabe exatamente como Silvio Júlio foi indicado para ocupar a cadeira.

assistentes Eulália Lobo⁴⁸ (História da América – foi aposentada compulsoriamente durante a ditadura civil-militar), Maria Yeda Linhares⁴⁹ (cátedra de História Moderna e Contemporânea) e Francisco Falcon.

Assim como na UDF, a contratação de professores no início da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil dispunha sobre a não realização de concursos no sentido de priorizar interesses político-ideológicos, uma vez que a universidade estava sob a tutela do Governo Federal. A partir de 1945, com a abertura de concursos para preenchimento das cátedras, percebe-se os antagonismos político-ideológicos coexistentes na instituição. Com a ditadura civil-militar, esse antagonismo aflora, ocasionando a aposentadoria compulsoriamente ou a saída de diversos professores do país:

Todavia, se é possível coexistirem, durante o período de 1945 a 1964, os antagonismos políticos e ideológicos nesse mesmo espaço físico e intelectual, o mesmo não ocorre após o golpe militar: as barreiras se tornam intransponíveis, acentuadas, sobretudo pela perda de professores e pesquisadores considerados incompatíveis com o regime autoritário instaurado no país. (FAVERO, 2003, p. 114)

Havia também a seleção de professores por meio de critérios como laços de amizade ou troca de favores, o que podemos perceber no depoimento do professor Afrânio Coutinho:

[...] fiz concurso de livre-docência na Faculdade Nacional de Filosofia, em literatura Brasileira, cujo catedrático era o doutor Alceu, meu amigo velho, meu mestre; na Bahia já era seu discípulo à distância. Nunca fui aluno dele, não estive no Rio senão de 1947 em diante, ou então em vezes esporádicas, de passagem, a passeio. Mas antes, na Bahia, eu já tinha relações de amizade com Alceu, sempre me considerei seu discípulo. Quando fiz concurso, ele já ia se aposentar. Conversamos e fui autorizado a fazer o concurso, ele já previa a minha entrada na vaga dele (COUTINHO *apud* FÁVERO, 1992, p. 19)

Afrânio Coutinho foi nomeado em 1947 como professor catedrático interino de Literatura do Colégio Pedro II e lecionou na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayate a convite do seu amigo José Faria Goés Sobrinho que era diretor do instituto e professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Posteriormente realizou concurso de livre-docência na Faculdade Nacional de Filosofia para o curso de Literatura Brasileira. Com

⁴⁸ Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011) graduou-se em História pela FNF i em 1944. Ainda na instituição, ocupou a cadeira de História da América até a sua aposentadoria compulsória em 1968, decorrente da ditadura civil-militar (FERREIRA, 2009, p. 6).

⁴⁹ Maria Yedda Leite Linhares (1921-2011) ingressou no curso de história ainda na UDF, em 1939, depois foi transferida para a FNF i. Em 1943, entrou para a União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1953, tornou-se livre-docente da cadeira de História Moderna e Contemporânea, assumindo a cadeira em 1955, após a aposentadoria do professor catedrático Delgado de Carvalho. Foi a primeira catedrática mulher da Faculdade de Filosofia.

a aposentadoria de Alceu Amoroso Lima em 1963, Coutinho prestou o concurso para catedrático, lecionando até 1980 quando veio a se aposentar.

Em relação ao curso de História na Universidade do Brasil, ele era integrado ao de Geografia e organizado em três anos. O primeiro ano era composto pelas disciplinas Geografia Física, Geografia Humana, Antropologia e História da Antiguidade e Idade Média; no segundo ano, mantinha-se Geografia Física, Geografia Humana, sendo acrescentadas as disciplinas de História Moderna, História do Brasil e Etnografia. Já no terceiro ano, permanecia História do Brasil e acrescentava as disciplinas de Geografia do Brasil, História Contemporânea, História da América e Etnografia do Brasil. Inserido no cenário político do Estado Novo, o curso dava mais espaço à disciplina de História do Brasil, cumprindo o seu papel de valorização da história política nacional.

Desse modo, assim como na Universidade de São Paulo, a Universidade do Brasil possibilitava ao aluno a formação em bacharelado ou licenciatura, existindo a separação das disciplinas pedagógicas. Por seguir as orientações do Decreto Federal nº 1.190, a organização curricular da USP ficou semelhante à da Universidade do Brasil. Em seguida, em 1946, uma nova reestruturação curricular ampliou a duração do curso de três para quatro anos, acrescentando disciplinas eletivas de forma semelhante à estruturação da USP, que apresentava disciplinas optativas.

Outro dado interessante sobre a FNFi foi a existência de Cursos de Férias para aperfeiçoamento de Professores Secundários, por meio de Convênio firmado com o Conselho Nacional de Geografia que concedia de bolsas de estudos, pagamento de professores, auxílio para despesas com excursões e visitas. Os cursos destinavam-se a professores secundários, e funcionaram entre dezembro de 1946 até 1958. Conforme Fávero (2003), ao todo foram oferecidos 46 cursos, dentre eles: Geografia, Português, História e História Natural.

Nesse seguimento, havia o controle do Governo Federal sobre as instituições universitárias durante o Estado Novo, o que inviabilizava a autonomia da Universidade do Brasil. Além disso, consoante à Fávero (2003), entre 1920 e 1965, é explícito o poder das Escolas de Medicina, Direito e Engenharia sobre as demais, uma vez que todos os reitores nomeados da Universidade do Brasil pertenciam a alguma dessas escolas. Com o fim do Estado Novo, em 1945, durante o governo provisório de José Linhares, foi sancionado o Decreto-Lei

nº 8.393, concedendo autonomia administrativa financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil⁵⁰, além de outras providências.

Ademais, no o artigo 3º do referido Decreto-lei, menciona-se a liberdade da instituição para incorporar ou fazer acordos com qualquer estabelecimento de ensino ou institutos oficiais ou privados. Entretanto, há um parágrafo único, que destaca a prévia autorização do Governo Federal para tais atos sempre que trouxessem encargos para a União, ou seja, era possível questionar essa autonomia que o próprio Decreto dizia dispor. O mesmo ocorria em relação ao patrimônio da universidade, o recebimento de doações ou a aquisição de bens patrimoniais que não necessitavam da aprovação do Governo Federal, porém, a alienação de bens só poderia ocorrer mediante autorização.

Em 18 de junho de 1946, por intermédio do Decreto-Lei nº 21.321, o Estatuto da Universidade do Brasil foi aprovado. Dentre seus objetivos ressaltava-se a educação, o ensino e a pesquisa, em que a Universidade do Brasil seria “orientada no sentido de engrandecimento da Nação em consonância com os interesses da humanidade” (BRASIL. Decreto-Lei nº 21.321, de 18 de junho de 1946.).

Em conformidade com o *Estatuto da Universidade do Brasil*, a administração da universidade seria composta pela Assembleia Universitária, pelo Conselho de Curadores, pelo Conselho Universitário e pela Reitoria. A nomeação do Reitor dar-se-ia pelo Presidente da República dentre os professores catedráticos, por meio de uma lista tríplice e por votação do Conselho Universitário, com prazo de três anos. A Reitoria seria formada pelo Departamento de Educação e Ensino; Departamento de Administração Central e pela Biblioteca Central.

Quanto à administração e direção das escolas e faculdades, elas seriam exercidas pela Congregação (formada pelos professores catedráticos efetivos e em exercício, professores interinos, um representante dos docentes livres, professores catedráticos em disponibilidade e professores eméritos), pelo Conselho Departamental e pela Diretoria. A Congregação seria responsável pela votação dentro da lista tríplice para o provimento do cargo de Diretor e pela eleição do representante da Congregação no Conselho Universitário. Nesse sentido, não havia

⁵⁰ Conforme o Decreto-Lei nº 8.393, a Universidade do Brasil seria constituída pelos seguintes estabelecimentos: Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Odontologia, Faculdade Nacional de Filosofia, Faculdade Nacional de Arquitetura, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Faculdade Nacional de Farmácia, Escola Nacional de Engenharia, Escola Nacional de Belas Artes, Escola Nacional de Música, Escola Nacional de Minas e Metalurgia, Escola Nacional de Química, Escola Nacional de Educação Física e Desportos, Escola de Enfermeiras Ana Neri, Instituto de Eletrotécnica, Instituto de Psicologia, Instituto de Psiquiatria e Instituto de Biofísica.

a participação dos estudantes na Congregação da universidade, o que seria questionado e debatido pelo movimento estudantil durante as décadas de 1950 e 1960.

Esse estatuto previa a organização administrativa e pedagógica de cada Faculdade ou Escola por meio de Departamentos. O diretor do departamento, cargo exercido sempre por um professor catedrático e com prévia aprovação do Presidente da República, seria escolhido pelo Reitor em lista tríplice após indicação da Congregação. Também era prevista a participação dos alunos no Conselho Departamental de forma representativa, por meio do presidente do Diretório Acadêmico de cada unidade universitária.

Quanto à organização didática e pedagógica, o estatuto pressupunha que era preciso atender “o duplo objetivo de ministrar ensino eficiente e de estimular o espírito da investigação original, indispensável ao progresso das ciências”. Além disso, definia a existência de cursos de formação, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização, cursos de extensão, cursos de pós-graduação (destinados a formação sistemática de especialização profissional) e cursos de doutorado.

Além do mais, o corpo docente das escolas e faculdades era formado por professores catedráticos, professores adjuntos, assistentes, instrutores, docentes livres, professores contratados, pesquisadores e técnicos especializados e auxiliares de ensino. O ingresso na carreira do professorado ocorria pelo cargo de instrutor, para o qual os diplomados com a vocação para a carreira do magistério eram nomeados, pelo prazo de três anos, por ato do Diretor e por proposta do respectivo professor catedrático. Estes deveriam satisfazer as condições estabelecidas pelo regimento.

O *Estatuto da Universidade do Brasil* determinava que a disciplina fosse mantida pelo Reitor e Diretores de cada unidade da universidade. Aliás, fazia referência a possíveis penas como advertência, repreensão, suspensão (de até 8 dias era competência do Reitor e Diretores, e de até 30 dias era competência do Conselho Universitário e das Congregações), afastamento temporário (competência das Congregações e do Conselho Universitário) e destituição (competência do Conselho Universitário). Nesse contexto, todas as penalidades eram passíveis de recurso à autoridade superior, sendo a última instância o Conselho Universitário. Estas penalidades tornaram-se instrumentos extremamente explorados durante o período de repressão militar dentro da Universidade do Brasil, como veremos a seguir.

O *Estatuto da Universidade do Brasil* também fazia referência à formação do Diretório Acadêmico, o qual teria que ser constituído por nove membros e reconhecido pela Congregação como o órgão legítimo de representação do corpo discente. Cada Diretório Acadêmico deveria

ter o seu regimento aprovado pela Congregação, de modo que dentre suas funções estava a defesa dos interesses dos alunos diante da direção técnico-administrativa de cada unidade. Além disso, havia uma reserva orçamentária anual⁵¹ para os Diretórios Acadêmicos.

Além dos Diretórios Acadêmicos, esse previa-se o Diretório Central dos Estudantes, buscando centralizar a vida social dos discentes. O Diretório Central dos Estudantes seria composto por dois representantes de cada um dos Diretórios Acadêmicos e tinha como função a defesa dos interesses gerais dos estudantes perante às autoridades superiores de ensino e do próprio Presidente da República. Ademais, deveria promover a aproximação entre os Diretórios Acadêmicos e os corpos discentes da universidade, bem como organizar competições desportivas e reuniões de caráter científico. Assim, o presidente do Diretório Central dos Estudantes representaria todos os discentes no Conselho Universitário. É importante destacar a existência dos Diretórios Acadêmicos dentro da Universidade do Brasil, uma vez que eles funcionariam como caixa de ressonância das indagações do movimento estudantil durante as décadas de 1950 e 1960.

Quanto à prática de pesquisas na Instituição, ainda que o ambiente acadêmico não proporcionasse condições necessárias, existia um grande esforço por parte de alguns professores diante disso. A exemplo, tem-se o professor Joaquim Costa Ribeiro, que no início dos anos 1940, apesar das péssimas condições para o trabalho, desenvolveu pesquisa relacionada à radioatividade de minérios brasileiros (FAVERO, 2003, p. 116).

Por outro lado, podemos citar o professor Carlos Chagas Filho que ao lado de seus assistentes, na Faculdade Nacional de Medicina, desenvolveu pesquisas sobre a produção de eletricidade em seres vivos (FAVERO, s/d., p. 13). O professor Paulo de Goés realizou investigações no Instituto de Microbiologia e o professor Maurício Matos Peixoto elaborou o Teorema de Peixoto. Nessa perspectiva, foi na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1948, que criou-se a primeira cadeira de Física Nuclear do Brasil, ministrada pelo professor César Lattes. No entanto, a falta de laboratórios fez com que as pesquisas fossem transferidas para o Centro Brasileiro de Pesquisas. Somente a partir dos anos 1960 a prática da pesquisa institucional ocorrerá, pois o que havia antes era o investimento em pesquisas individuais.

Quanto a isso, o depoimento do professor Antônio Geraldo Lagden Cavalcanti fornecido à Maria de Lourdes de A. Fávero, em 1992, permitiu perceber como funcionava a ciência no

⁵¹ Embora não estipulem o valor, a reserva poderia ser aplicada em obras de assistência material ou espiritual, em competições e exercícios desportivos, em comemorações ou em iniciativas de caráter social (BRASIL. Decreto-Lei nº 21.321, de 18 de junho de 1946.).

Brasil. Diplomado em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Lagden Cavalcanti trabalhou como professor contratado no Colégio Universitário da Universidade do Brasil, lecionando biologia. Com a extinção do Colégio Universitário da U.B., em 1942, foi transferido para o Colégio Pedro II. Em 1943, fez o curso de aplicação do Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos (primeiro curso de pós-graduação médica e científica do Rio de Janeiro). No mesmo ano, foi nomeado professor catedrático interino da cadeira de Biologia Geral da Faculdade Nacional de Filosofia. Lagden Cavalcanti descreveu as condições de trabalho na instituição: “Na FNFfi, tive uma surpresa tremenda porque encontrei total penúria de material didático – coisa impressionante. Como já enfatizei, havia apenas um microscópio para todos os alunos” (LAGDEN CAVALCANTI *apud* FÁVERO, 1992, p. 41).

A partir de 1958, com a criação do Conselho de Pesquisas, a Universidade do Brasil passou a receber auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de outras instituições como a fundação Rockefeller⁵², Kellog, entre outras (BRUNO LOBO *apud* FAVERO, s.d., p. 16).

Consoante aos debates acerca da Reforma Universitária, começa a ser discutida a necessidade do Regime de Tempo Integral para os pesquisadores. Enquanto a Universidade de São Paulo já possuía o tempo integral e todos os seus professores atuavam sob esse regime, os professores da Universidade do Brasil trabalhavam em tempo parcial (LAGDEN CAVALCANTI *apud* FÁVERO, 1992, p. 44). Essa requisição torna-se primordial para a existência da prática científica dentro das universidades de todo o Brasil. Em 14 de junho de 1950, Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, assinou um ofício dirigido ao diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, aprovando o regime de tempo integral para os professores José Leite Lopes e Lagden Cavalcanti, entretanto, essa era uma realidade que não atingia todos da instituição.

A partir de novembro de 1965, por meio da promulgação da Lei nº 4.831, a Universidade do Brasil passou a ser denominada como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com a Faculdade Nacional de Filosofia desmembrada e posteriormente extinta, o curso de História foi transferido para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), com sede na Rua Marquês

⁵² Conforme o depoimento do professor Lagden Cavalcanti, a fundação Rockefeller, entre os anos 1950 e 1953, celebrou um contrato com a Universidade do Brasil. Ele se dispôs a pagar, no primeiro ano, 75% do acréscimo dos salários por tempo integral, enquanto a Universidade pagaria 25%. Já no segundo ano, o valor seria de 50% para cada uma e no terceiro ano a Universidade pagaria 75%, enquanto a fundação Rockefeller contribuiria com 25% (LAGDEN CAVALCANTI *apud* FÁVERO, 1992).

de Olinda em Botafogo (FERREIRA, 2014, p. 35). O seu desmembramento foi uma tentativa de dispersar a forte atuação do movimento estudantil que existia na instituição.

Posto isto, podemos perceber que o surgimento dos primeiros cursos de História no nível superior deu-se em meio ao Estado Novo, mediante a preocupação com a formação da elite e a formatação de um sistema de ensino laico, além da presença dos ideais da Escola Nova que geravam forte reação dos setores conservadores católicos. Esse contexto político proporcionou o desenvolvimento de dois projetos educacionais opostos: um autoritário, prevalecendo a centralização da organização do ensino, no qual a Universidade do Brasil estava inserida, e outro projeto liberal, representado na criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Criadas em um espaço-tempo próximo, essas instituições foram capazes de desenhar a ambiguidade que compunha o cenário político-social instaurado no Brasil durante esse período.

1.2.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA.

Na América Latina, o debate sobre a reforma universitária vinha ocorrendo desde o início do século XX. Em 1908, foi realizado em Montevideu o I Congresso de Estudantes Latino-Americanos, entretanto, sem a participação do Brasil. O Uruguai foi o primeiro país a instituir a representação estudantil dentro das universidades (CUNHA, 2007c, p. 171). A realização da segunda e da terceira edição do congresso aconteceu em Buenos Aires (1910) e em Lima (1912), consecutivamente.

Em 1916, foi criada a Federação dos Estudantes no Peru, seguida da criação, em 1918, da Federação Universitária da Argentina. Assim, por intermédio da Federação Universitária da Argentina, foi aprovada a *Carta de Córdoba*⁵³, que discutia algumas questões acerca do ensino universitário, como a laicidade, criticava as cátedras e reivindicava a participação dos estudantes nas decisões das instituições de ensino superior. A *Carta de Córdoba* passou a ser

⁵³ A *Carta de Córdoba* foi assinada por Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehere, Gumersindo Sayago, Alfredo Castellanos, Luis M. Méndez, Jorge L. Bazante, Ceferino Garzón Maceda, Julio Molina, Carlos Suárez Pinto, Emilio R. Biagosh, Angel J. Nigro, Natalio J. Saibene, Antonio Medina Allende e Ernesto Garzón.

conhecida pelos estudantes brasileiros e foi fundamental para o movimento estudantil, que se inspirou em suas ideias para discutir a Reforma Universitária no país.

De acordo com Luís Antônio Cunha (2007c), a influência da *Carta de Córdoba* apareceu inicialmente em três documentos do movimento estudantil brasileiro. O primeiro documento foi o “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira”, o segundo foi a “Declaração da Bahia” e o terceiro foi a “Carta do Paraná”. O “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira” foi elaborado durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, em 1938. A “*Declaração da Bahia*” foi formulada durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961. E a “*Carta do Paraná*” foi gestada durante o II Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado em Curitiba, em 1962.

Além de dar origem ao “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira”, o II Congresso Nacional dos Estudantes⁵⁴, realizado entre 05 a 22 de dezembro de 1938, no Teatro Vermelho do Rio de Janeiro, deu origem a União Nacional dos Estudantes e contou com as presenças do presidente Getúlio Vargas e do Ministro da Educação Gustavo Capanema, além de representantes de 80 Centros Acadêmicos de diversas regiões do Brasil. Desse modo, a UNE foi institucionalizada em 1942, por meio do Decreto-Lei 4.080, que a reconheceu como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Assim, ela passou a organizar o movimento estudantil em Diretórios Acadêmicos.

Nesse sentido, a atuação da União Nacional dos Estudantes nas universidades na década de 1930 ocorria por meio da realização de congressos anuais com representantes de todos os Diretórios Acadêmicos. Já na década de 1940, sucedia-se por intermédio da ligação com as Uniãos Estaduais de Estudantes (UEEs). Logo em seguida, na década de 1950, fazia parte das discussões do movimento, questões nacionais como a luta pelo monopólio do petróleo e a Reforma Universitária como integrante da Reforma de Base (CUNHA, 2007c, p. 21).

Dessa forma, ao se perceber o potencial político da União Nacional dos Estudantes, os partidos políticos buscavam influências dentro entidade, disputando a sua presidência. Entre os anos de 1950 a 1956, ela foi controlada pela União Democrática Nacional (UDN), a partir de 1956, a direção da instituição passou a ter influência comunista, passando a defender plataformas nacionalistas. Logo depois, em 1957, a UNE promoveu o I Seminário Nacional dos

⁵⁴ O I Congresso da Juventude Operária-Estudantil ocorreu em setembro de 1934. Nele os estudantes já pensavam na criação de um órgão nacional para representá-los. Entretanto, a promulgação da Lei de Segurança Nacional e o ambiente político que se instaurava naquele momento adiaram a criação. Assim, a criação da UNE ocorreu apenas em 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, sendo nomeado como presidente Valdir Ramos Borges.

Estudantes, entretanto, não teve grande repercussão por ter dado mais ênfase ao aspecto pedagógico em suas discussões.

Posteriormente, entre os dias 20 e 27 de maio de 1961, a UNE promoveu em Salvador o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, resultando na “*Declaração da Bahia*”, a qual foi assinada em 27 de maio de 1961. Essa declaração seria publicada na gráfica da Universidade do Brasil, por meio de um convênio mantido com o Ministério da Educação e Cultura. A intenção era torná-la acessível ao maior número possível de estudantes. Contudo, o teor revolucionário do documento impediu a sua publicação por meio de órgãos do Governo Federal, que só divulgariam mediante censura de algumas partes. A alternativa tomada pelos estudantes foi a publicação no Suplemento Especial do *Jornal Critério*, que era um órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco.

Nesse sentido, a *Declaração da Bahia* abordou os seguintes temas: “A Realidade Brasileira”, “A Universidade no Brasil” e “A Reforma Universitária”. No tópico referente à Realidade Brasileira, foi destacada a dependência econômica brasileira de potências estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, a péssima qualidade de vida que ocasionava um alto índice de mortalidade infantil e paupérrimas condições sanitárias, além de um desenvolvimento desigual em todas as regiões brasileiras, uma vez que o Sul era mais desenvolvido que o Nordeste. Também foi evidenciado um estado oligárquico e classista que intensificava as diferenças sociais, o desenvolvimento em bases capitalistas, explorando o proletariado⁵⁵ com um alto custo de vida e a crescente desnacionalização no setor industrial. Para tais problemas, os estudantes apresentaram algumas alternativas, como a superação da estrutura capitalista dominante por meio de uma estrutura social que possibilitasse a todos iguais condições de vida humana, buscando vencer a opressão imperialista.

Quanto ao projeto de Diretrizes e Base da Educação, os estudantes consideravam não atender as necessidades fundamentais para a realidade brasileira, como o da democratização do ensino e a erradicação do analfabetismo. Declaravam-se anticolonialistas e anti-imperialistas em todos os seus aspectos, repudiavam todas as formas de ditadura e defendiam a independência econômica e política do Brasil.

Para o ensino brasileiro, os estudantes defendiam um maior investimento por parte do Governo Federal e o desenvolvimento da consciência política do povo brasileiro por intermédio da Revolução Brasileira no seguinte sentido:

⁵⁵ Entende-se no documento proletário como o grupo que é obrigado a vender o seu trabalho por um valor que não corresponde a sua cooperação no processo produtivo.

Revolução entendida com posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições. Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da Universidade, cabe iniciar essa grande tarefa. São eles, os oprimidos, os elementos dinâmicos por excelência, precisam romper uma série de alienações, de preconceitos e de deficiências, oriundos de sua própria formação. Tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação política concreta, ao lado dos operários e camponeses por uma revolução brasileira. (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1962, p. 16)

Dessa maneira, a *Declaração da Bahia* colocava os estudantes ao lado dos operários e camponeses na vanguarda do processo emancipatório do país. A Revolução Brasileira seria possível mediante a atuação dos mesmos. Esse sentido para a libertação do Brasil do imperialismo e do colonialismo por meio da sua independência econômica, social, política e cultural também é percebido nos debates estabelecidos durante a década de 1960, no *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no *Projeto História Nova*, o que mostra a forte influência do movimento estudantil nessas publicações.

Quanto à universidade brasileira, os estudantes destacaram o ensino universitário como privilégio da classe dominante, perpetuando as diferenças sociais. A realidade do ensino superior no Brasil envolvia a aprovação de exame vestibular para cada faculdade, a exigência de certificação de conclusão do ensino médio, idoneidade moral, havia um número determinado de vagas para cada curso. Além disso, havia as taxas que deveriam ser pagas pelos alunos.

Nessa perspectiva, a universidade teria falhado em sua missão, por não ter sido o repositório da cultura nacional, não ter tido iniciativa de pesquisa e por não ter despertado as classes populares para a consciência de sua destinação histórica. Além de falhar na sua missão profissional, por não formar profissionais competentes, por ter um currículo rígido, por não atender as especificidades regionais do país e em muitos casos contentar-se com um ensino que não formava profissionais que o Brasil necessitava, reduzindo os estudantes a meros repetidores de fórmulas, indiferentes à formulação de um pensamento crítico. Ademais, errou também em sua missão social, porque estava inserida em um projeto de ensino destinado apenas a uma pequena parcela da população, porque não assumia o seu papel de liderança social, era pouco politizada e formava profissionais individualistas.

Diante dessas constatações, defendia-se a Reforma Universitária, a qual faria parte da Revolução Brasileira. Para tal intento, davam-se as diretrizes para a reforma, dentre elas o compromisso com o povo e com as classes trabalhadoras. Toda a população deveria ter acesso ao ensino; a Universidade deveria ser aberta para todos, promovendo cursos para líderes

sindicais, para mestre-de-obras e cursos de alfabetização. Deveria estar a serviço das classes desvalidas, oferecendo assistência gratuita (judiciária, médica e odontológica) e despertando o povo para seus direitos. É importante ressaltar que para a esquerda brasileira a universidade deveria ser o espaço de defesa das reivindicações populares, por meio da atuação política dos estudantes.

Além disso tudo, a *Declaração da Bahia* criticava a existência das cátedras vitalícias⁵⁶, o ensino em tempo parcial, pois ao ser parcial, o professor teria o seu serviço como apenas mais uma atividade, não tendo a contrapartida da dedicação exclusiva, de modo que sugeriam o regime departamental e de tempo integral. Solicitavam melhores condições de trabalho aos professores e estudantes, melhor remuneração para o docente e um sistema de assistência ao discente por meio de bolsas de estudos, restaurantes, habitação, assistência médica, odontológica e farmacêutica e assistência social. Ademais, previam a criação de cooperativas de livros e material técnico, sendo que o Estado deveria participar na aquisição de livros didáticos, possibilitando a sua venda aos estudantes pelo preço de custo. Também reivindicavam o incentivo à pesquisa, à especialização e ao trabalho remunerado dentro das universidades, solicitavam uma maior autonomia administrativa, financeira e didática por meio da transformação das instituições de ensino superior em autarquias ou fundações. A universidade teria maior autonomia para modificar currículos e programas, bem como utilizar novos métodos de ensino. Além disso, sugeriam a introdução nos currículos de uma cadeira para o estudo de problemas brasileiros.

A *Declaração da Bahia* apresentava uma forte influência da *Carta de Córdoba*. Além disso, foi fundamental para estabelecer as diretrizes ao movimento estudantil brasileiro em sua luta pela Reforma Universitária. No ano seguinte, os estudantes redigiram a *Carta do Paraná*, que continuava as críticas e o debate em relação ao ensino brasileiro, sugerindo modificações. Ao analisarmos as publicações do *Boletim de História* da Universidade do Brasil e o *Projeto História Nova do Brasil*, percebemos a presença dos debates estabelecidos nesses dois documentos do movimento estudantil brasileiro, como veremos adiante.

Entre os dias 17 a 24 de março de 1962, a União Nacional dos Estudantes organizou, em Curitiba, o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, resultando na redação da “*Carta do Paraná*”. O evento teve a participação de 150 estudantes brasileiros que se dividiram em seis comissões para analisar os seguintes temas: “análise da universidade, do ponto de vista

⁵⁶ O professor catedrático era substituído apenas em caso de morte ou aposentadoria (jubilação).

estrutural, do ponto de vista regional, do ponto de vista cultural, do ponto de vista político-social e teorização da universidade” (CUNHA, 2007c, p. 190). Algumas ideias debatidas na *Declaração da Bahia* foram mantidas, como a extinção do regime de cátedras. Entretanto, desistiu-se da exigência do ensino em tempo integral para os estudantes e da reivindicação de maior autonomia para a universidade, pois temiam o seu mau uso na contratação de professores (CUNHA, 2007c, p. 196). Posteriormente, em 1963, em Belo Horizonte, ocorreu o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, no qual discutiu a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).

Dessa forma, pode-se perceber a ideia de uma Reforma Universitária no país, a qual teve sua gênese no movimento estudantil, no contexto das Reformas de Base, inserida no plano de realização da Revolução Brasileira que teria nos estudantes a sua concretização. Ademais, a União Nacional dos Estudantes teve intensa participação na realidade universitária do Brasil, possibilitando aos estudantes uma atuação política. Dentro das instituições de ensino superior, discutia-se política e suas ideias reverberavam para além do espaço acadêmico. Assim, a Reforma Universitária foi debatida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo dentre seus questionadores Álvaro Vieira Pinto, presidente da UNE e professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Universidade do Brasil (U.B.).

Nesse sentido, o debate sociopolítico, vivenciado nas décadas de 1950 e 1960, resultou na polarização entre os grupos de direita e esquerda existentes no país. A mesma divergência era perceptível nos bastidores da Universidade do Brasil, a qual refletiu-se nas discussões acerca do próprio estatuto da história e suas práticas ensino-pesquisa-extensão, de tal modo que ao lado de perspectivas conservadoras, como a do professor catedrático Hélio Vianna, que supervalorizava o panteão de heróis nacionais e a historiografia colonial vinculada ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), existiam concepções inovadoras, como as da professora catedrática Maria Yedda Linhares, da cadeira de História Moderna e Contemporânea, que valorizava a história atual e seu uso como instrumento social, além da relação ensino-pesquisa. É importante ressaltar que ao longo da história do ensino universitário brasileiro, o peso da cátedra se mostrou fundamental para a permanência de um determinado viés historiográfico de uma certa visão de mundo estabelecida pelo professor catedrático.

Nessa conjuntura, alguns estudantes que se identificavam com as orientações de esquerda, envolvidos em discussões do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), buscavam um maior engajamento nas lutas sociais. Para esses, caberia à História a busca por soluções para os

problemas vivenciados na atualidade brasileira. Com isso, a ciência histórica, como vinha sendo escrita e ensinada, deveria ser revisada.

Podemos perceber essa influência da esquerda dentro da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, por meio do depoimento de Celso Uchoa Cavalcanti Neto, que era diretor do Centro de Estudos de História em 1962, estudante de História, professor assistente no ISEB e foi um dos autores do *Projeto História Nova do Brasil*:

Para a minha geração, para nós de esquerda, tinham três autores de história: o Caio Prado Jr., o Nelson Werneck Sodré e o Celso Furtado. O resto não tinha importância. Capistrano existia. Mas eram referências para a gente ir buscar coisas, não eram os livros que nos formavam na história do Brasil [...] O Iseb tinha um curso que era uma confrontação à Escola Superior de Guerra. O Sodré dava as aulas da segunda-feira: toda segunda-feira, de manhã cedo, eu ia assistir às aulas. [...] Bom, assisti a esse curso do Sodré, [...] fazia perguntas no fim da aula. Ele se interessou por mim. No final do curso, me chamou até à mesa dele e perguntou se eu queria ser assistente dele no Iseb [...] eu consegui também que o Sodré desse um curso de história do Brasil para colegas meus, ainda da faculdade. Nesse curso, eram 13, 15 pessoas, como Rubem César e outros. Era no Iseb, mas era curso privado. Era um favor que ele estava nos fazendo. (CAVALCANTI, 2012, *apud* FERREIRA, 2013, p. 51-52).

A relação estabelecida entre alguns estudantes da Universidade do Brasil com o intelectual Nelson Werneck Sodré, com o movimento estudantil e com o ISEB, deu vida ao *Projeto História Nova do Brasil*, como veremos adiante. Além disso, a influência da esquerda também pode ser percebida nas eleições para a direção da FNFi ocorridas durante o segundo semestre de 1963, na qual o professor catedrático Eremildo Viana almejava a renovação do seu cargo. O diretório estudantil era contra a sua reeleição e mobilizou os estudantes decretando uma greve na faculdade. Os estudantes pressionaram o Ministério da Educação, cujo ministro naquele momento era Paulo de Tarso, buscando solução em relação à nova escolha de diretor para a faculdade, de acordo com notícia veiculada pelo *O Jornal* em 25 de setembro de 1963 (FERREIRA, 2013, p. 53).

No mesmo ano, dentro da FNFi, o movimento estudantil foi alvo de investigação e o professor Eremildo Viana depôs, assumindo postura contrária aos estudantes, conforme pode ser percebido na publicação “*UNE tem verba de sobra para agitar a classe estudantil*”, de 25 de setembro de 1963, do noticiário *O Jornal*:

O professor Eremildo Viana argumenta que pelo fato de a UNE possuir verbas vultosas, realiza programas que conturbam a vida estudantil do país ao invés de prestar serviços à Faculdade no campo cultural. [...] estruturas políticas e sociais, porém, não através da desordem, anarquia da hierarquia, [...]. Vários episódios de indisciplina e de subversão da ordem são narrados pelo professor Eremildo, e denúncias são feitas da ligação dos estudantes com o Partido Comunista. Como comprovação, o professor

ofereceu à Comissão cartazes de caráter subversivo a favor dos sargentos e contra o STF e entregou o Manifesto que orienta a organização dos cursos pré-universitários e suas ligações com o Partido Comunista. [...] [segundo o depoente] outro organismo que trama contra a ordem social é o Iseb, onde alunos expulsos da Faculdade por imoralidade e que não chegaram a concluir seus cursos são professores. Eremildo relatou episódios antigos e atuais [...] e confirmou trazendo de volta à tona um inquérito administrativo realizados anos antes, obre bacanais verificadas no prédio da faculdade, onde constam nomes dos alunos [...]. [Disse ainda] que o Conselho Universitário está como extrato e o relatório do inquérito, mas não deu qualquer solução. (O JORNAL, 1963, *apud* FERREIRA, 2013, p. 54)

Após o golpe militar e sob a alegação de foco de agitação comunista, Eremildo Viana, com o auxílio das tropas militares, ocupou a Rádio MEC, dirigida pela professora Maria Yedda Linhares:

Maria Yedda Linhares era tida ‘como comunista fanática’ e ‘perigosa’ como propagandista de ideias extremistas. [...] Sua atuação ‘por ordem da célula comunista’, era aliciar os alunos do curso de Filosofia. [...] Maria Yedda ainda era acusada de ‘ter convidado para seus instrutores dois comunistas conhecidos: Hugo Weiss e Arthur Bernardes Weiss. Os três induzem os alunos a indisciplina para com os professores democratas. (BOLETIM RESERVADO, 1964, *apud* FERREIRA, 2013, p. 55)

Consoante à Linhares, o convite para dirigir a Rádio MEC foi feito por Herbert de Sousa e pelos alunos esquerdistas da PUC que foram até Paulo de Tarso, Ministro da Educação, e indicaram o seu nome. Embora tivesse uma amizade de longa data com Darcy Ribeiro⁵⁷, sua entrada para a Rádio MEC não foi por sua indicação. Eremildo Viana intensificou suas perseguições à Maria Yedda Linhares e, com o Golpe, assumiu a Rádio MEC:

Ele entrou lá com agentes do DOPS e um grupo de estudantes armados, com caminhonetes esperando embaixo. Disse à minha secretária, Sandra Ribeiro da Costa que tinha vindo tomar a rádio em nome do alto comando revolucionário, mas ela se recusou a entregar sem uma ordem escrita. Telefonou para o pai, Orlando Ribeiro da Costa, que era ministro do Superior Tribunal Militar, e ele foi imediatamente para lá. Exigiu documento escrito, que Eremildo afinal providenciou, e percorreu a rádio com ele para fazer a entrega. (LINHARES, 1992 *apud* FERREIRA, 1992, p. 233)

Por esse viés, Maria Yedda Linhares passou a ser alvo de vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs), recebeu convite do governo inglês para visitar a Inglaterra e partiu do Brasil, retornando em agosto de 1965. Presa por diversas vezes, foi aposentada compulsoriamente, posteriormente, com o retorno da democracia brasileira, tornou-se professora emérita da

⁵⁷ Conforme depoimento de Maria Yedda Linhares, Darcy Ribeiro teria sido contra a sua entrada na Rádio MEC. Ele a teria dito que se soubesse de seu interesse em administração pública, lhe arranjaría algo melhor do que aquela “rádio obscura” (LINHARES, 1992, *apud* FERREIRA, 1992, p. 232).

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eremildo Viana, virou personagem de Jorge Amado, o professor dedo-duro.

A FNFi foi considerada por décadas como uma das principais instituições de ensino superior brasileiro na formação intelectual de diversos cientistas. Essa grande importância em muito deve-se à atuação dos estudantes com força política, sempre presentes na trajetória da instituição:

O caráter de ação política no interior da FNFi e mesmo fora dela deu-se nomeadamente às iniciativas dos estudantes que imprimiram uma marca profunda de atuação político-cultural constante e sistemática durante o final dos anos 50 e início dos anos 60, a despeito da legislação que limitava-se as funções do Diretório Acadêmico (DA), órgão formal de representação dos estudantes no âmbito da FNFi, a iniciativas meramente burocráticas e assistenciais e apesar das diversas tentativas por parte da direção da instituição em impedir as ações do Diretório (FERNANDES, 2011, p. 66).

Nesse contexto, o Diretório Acadêmico da FNFi da U.B. promovia cursos pré-vestibulares⁵⁸, produzia e distribuía apostilas de estudos gratuitas, mantinha a livraria que vendia os livros solicitados nas disciplinas com preços mais acessíveis aos alunos e era responsável pelo restaurante universitário. Além disso, por intermédio dele, os alunos se posicionavam por questões educacionais e políticas.

Em 1963, o Diretório Acadêmico foi procurado para promover ciclos de debates e palestras, para intervir em problemas, como a questão do desalojamento de moradores da favela, por meio da Secretária de Habitação do governo de Carlos Lacerda. Isso indicava a ligação do diretório com os movimentos populares. Entretanto, a Direção da Faculdade sempre buscava limitar essa matriz mais política dos alunos:

Um episódio ocorrido em fins de 1963, narrado por Raquel Valença, e que ocasionou trágicas consequências no ano seguinte, ilustra essa dimensão. O Centro de Estudos Filosóficos (CEF) havia programado um ciclo de palestras e o Diretor vetara vários conferencistas. A discussão deu-se, em termos de até que ponto o Diretor podia proibir algo programado pelos estudantes. A diretoria do CEF resolveu realizar o ciclo mesmo com a proibição do Diretor. Isto causou a dez estudantes uma suspensão por trinta dias na época das provas finais. E foi exatamente essa lista de suspensos que mais adiante foi ressuscitada e usada para provocar a expulsão de alunos da Faculdade em 1964. A alegação era que aqueles alunos haviam sido suspensos e por isso eram subversivos, ocasionando o afastamento inclusive de pessoas que não tinham grande participação, mas que eram da diretoria do Centro de Estudos. A suspensão de alunos em 1964 ocorreu em dois momentos: a primeira lista afastou parte da vanguarda do movimento estudantil da FNFi e a segunda atingiu as pessoas que eram da lista de suspensão (FERNANDES, 2011, p. 68).

⁵⁸ O diretório acadêmico era responsável por ministrar as aulas no curso, as quais era promovidas pelos estudantes selecionados dentre os melhores alunos dos 3º ou 4º ano.

De acordo com Fernandes (2011), o real motivo do afastamento temporário dos estudantes estaria na repressão a eles pela participação ao lado de professores não catedráticos no encaminhamento das eleições para a nova direção da FNFfi. Esse real motivo estaria exposto na *Carta dos 15 da FNFfi aos estudantes*, de 22 de outubro de 1963. Outro relato pelo qual podemos perceber a força do movimento estudantil dentro da Universidade do Brasil, é a do professor Antônio Geraldo Lagden Cavalcanti:

Em 1963, vivi uma experiência nova: a da agitação estudantil. A FNFfi era o fulcro de todo o problema estudantil de natureza esquerdista. Houve um dia em que os alunos convidaram o presidente das Ligas Camponesas – o Francisco Julião – para fazer uma conferência. O Eremildo, diretor da Faculdade, não concordou, sob a alegação de que lá só eram admitidas pessoas de nível universitário. Foi uma desculpa para o Julião não ir, mas os alunos insistiram. O professor Eremildo mandou fechar as portas e eles as arrombaram. Foi uma coisa horrível! Em função disso, foi aberto um inquérito – uma comissão para apurar as ocorrências. Eu, infelizmente, fiz parte dessa comissão, presidida pelo Leuzinger. Minha posição ideológica sempre foi muito nítida – sempre fui um democrata e anticomunista (não escondia isso). Minha oposição ao comunismo é uma função de minha profissão – como sou homem de ciência e todo homem de ciência é meio São Tomé (gosta de ver para crer), eu estou vendo que o marxismo-leninismo na realidade não me agrada; não quero para o meu país o que ocorre na URSS. Os alunos sempre me diziam isso: ‘Olha, professor, nós somos contrários, antagônicos do ponto de vista ideológico, mas respeitamos sua posição e a clareza de suas ideias’ (sempre tive um bom relacionamento com os alunos). À época do inquérito, a FNFfi tinha cerca de 1600 alunos. Tínhamos a impressão de que todos eram comunistas. Pois bem, aberta a sindicância e iniciadas consultas, exames, depoimentos, etc., chegamos à conclusão de que, dos 1600 alunos, apenas nove eram realmente comunistas. Eles declararam isso, não fizeram segredo algum! Mas eram nove de uma capacidade de atuação de tal ordem, que dominavam toda a Faculdade (LAGDEN CAVALCANTI *apud* FÁVERO, 1992, p. 47-48).

Com a instauração da ditadura civil-militar, o Diretório Acadêmico foi fechado, as atividades de caráter político foram proibidas e os alunos sofreram repressão. Conforme Jair Rosa Duarte em declarações à Ana Lúcia Cunha Fernandes (2011), no dia do Golpe, o prédio da FNFfi foi metralhado e ocupado pela polícia, ao retornarem os estudantes se depararam com armários arrombados e o sumiço de vários documentos.

Com a promulgação do AI-5, em 1968, e o Decreto-Lei nº477, conhecido como o AI-5 das universidades, definiam-se as infrações e restringia-se o trabalho dos professores, funcionários de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, bem como o comportamento dos estudantes. Deste modo, o desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1968 buscou enfraquecer o movimento estudantil existente na instituição.

Por fim, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, além de ter sido fundamental na formação de grandes intelectuais, representou um dos principais pontos de referência do movimento estudantil no Rio de Janeiro, tendo sua ação marcada pela dimensão internacional por meio do Movimento Maio de 1968 na França, uma dimensão nacional e local formada por questões sócio históricas específicas do Brasil e do Rio de Janeiro. Dessa maneira, a presença física da União Nacional dos Estudantes, na cidade do Rio de Janeiro, foi um fator fundamental para dar grande visibilidade e força ao movimento estudantil na instituição, marcando o seu perfil.

1.2.2 O BOLETIM DE HISTÓRIA (1958-1963) E AS CRÍTICAS AO ENSINO SECUNDÁRIO E UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO.

O quadro de professores do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil começou a se definir no início da década de 1940, contando com Sílvio Júlio na cadeira de História da América e Antoine Bom – professor francês – na cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média. Em 1945, foram promovidos concursos para professores catedráticos, nos quais Hélio Viana e Eremildo Luiz Vianna foram aprovados. O primeiro, para a cadeira de História do Brasil, e o último, para a cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média. No ano seguinte, Maria Yedda Linhares foi nomeada professora assistente do professor Delgado de Carvalho⁵⁹ na cadeira de História Moderna e Contemporânea, e em 1947 tornou-se professora catedrática da matéria.

Maria Yedda Linhares ingressou no curso de história ainda na Universidade do Distrito Federal (UDF). Depois foi transferida para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da U.B.). Sobre os professores, ela relembrou, em entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira, em 1992:

História antiga era dada em francês pelo Antoine Bom, história moderna pelo Victor Tapié. História do Brasil era Hélio Viana, uma tragédia. Eu me recordo que um dia disse a ele que tinha comprado um livro muito bom, muito interessante, do Caio Prado

⁵⁹ Delgado Carvalho nasceu na França e estabeleceu-se em definitivo no Brasil em 1919. Lecionou sociologia no início da década de 1920, no Colégio Pedro II, ingressando posteriormente no IHGB, e participou da luta pela renovação do ensino ao lado de professores da Escola Nova. Lecionou na Universidade do Distrito Federal, e em 1942 foi nomeado pelo ministro da Educação Gustavo Capanema como professor catedrático da cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FERREIRA, 2009).

Jr. A reação dele foi: ‘Não leia isso. É uma porcaria, está tudo errado’. Tomei um choque muito grande, porque achei que devia ler o livro (FERREIRA, 1992, p. 219).

Além de Hélio Vianna, Linhares lembrou outros professores da Faculdade FNFfi da U.B., tecendo críticas ao ensino da instituição:

Silvio Júlio de Albuquerque Lima, que dava história da América de maneira muito pouco satisfatória, Eremildo Viana, de história antiga e medieval, e Delgado Carvalho, de história moderna e contemporânea. Delgado Carvalho era uma pessoa superior sob todos os pontos de vistas como: inteligência, caráter, como tudo. Estava muito acima da mediocridade reinante (FERREIRA, 1992, p. 219).

Ainda sobre esses professores, Linhares destacou o professor de Geografia Física, Victor Farias Leuzinger, como aquele que denunciou alunos e professores, inclusive ela durante a ditadura civil-militar, seria ele “um Eremildo piorado, incompetente” (FERREIRA, 1992, p. 219). Assim, apesar de ingressar na Universidade do Distrito Federal em janeiro de 1939, em 1940 interrompeu seu curso e foi para os Estados Unidos, inicialmente em New Jersey e depois para a Universidade de Columbia em Nova York, local em que trabalhou dando aula de português. Ministrou curso de verão no Middlebury College e trabalhou em duas cadeias de rádio americanas: NBC e CBS. Retornou ao Brasil, em 1942, pelo pedido de seu pai. Essa ida aos Estados Unidos trouxe grande influência no método de ensino utilizado em suas aulas na cadeira de História Moderna e Contemporânea: “Meu grande sucesso como catedrática deveu-se ao fato de eu ter implantado aqui o sistema americano” (FERREIRA, 1996, p. 220).

Ao retornar ao país, Linhares fez exames para cursar o terceiro ano em 1943. Entrou para a União Nacional dos Estudantes (UNE) pela influência de Lúgia Junqueira, que conhecia o Hélio de Almeida presidente da entidade. Além disso, conheceu o francês Gabriel Lacombe, diretor da Agência Reuters (agência inglesa de notícias). Conforme o depoimento de Maria Yedda Linhares concedido à Maria de Lurdes de A. Fávero, Gabriel Lacombe foi a sua maior influência na formação intelectual ao longo de sua vida.

Sobre a sua contratação para a cadeira de História Moderna e Contemporânea, na Universidade do Brasil, lembrou os laços de amizade com o professor Delgado Carvalho:

Delgado Carvalho me convidou. Eu já vinha colaborando com ele, durante o ano de 45 escrevi capítulos de livros didáticos que ele publicou pela Editora Nacional. A mulher dele, dona Vera, era tia de uma grande amiga minha [...] de modo que já havia uma relação pessoal, de amizade, entre nós. Eu tinha uma grande admiração pelo professor Delgado de Carvalho e aceitei ser sua assistente (FERREIRA, 1992, p. 223).

Maria Yedda Linhares fez concurso, em 1953, para livre-docente (não havia doutorado nessa época). No entanto, estava indicado para sucessor do professor Delgado de Carvalho, o livre-docente, Antero Manhães, que faleceu subitamente de ataque cardíaco, consequentemente, Delgado Carvalho indicou Linhares para o cargo.

Desse modo, a cadeira de História Moderna e Contemporânea⁶⁰, visando à formação de bons professores, diferenciava-se das outras cátedras, nas quais os professores limitavam-se apenas a ministrar aulas expositivas, ou ainda, como na cadeira de História do Brasil, ocupada por Hélio Vianna, na qual só as obras do próprio professor eram lidas, com a obrigação de decorar listagens de nomes e lugares (FERREIRA, s/d).

Maria Yedda Linhares transformou sua cátedra em um espaço de renovação, vislumbrando a formação de uma nova geração de professores e a produção coletiva de pesquisas. Porém, encontrava grandes dificuldades relativas às condições materiais e intelectuais de trabalho, além de vários outros aspectos que limitavam e comprometiam o desenvolvimento de suas atividades. Faltavam pessoas qualificadas, recursos financeiros, técnicos e científicos, os arquivos eram extremamente desorganizados, inexistia no país uma tradição de pesquisa e a burocracia administrativa entravava o seu progresso.

Quanto à inovação, Linhares evidenciou a formação de um grupo intelectual dentro da FNFi, integrado por Leite Lopes, Maria Laura Mousinho, Darcy Ribeiro e ela. Ao mesmo tempo em que havia professores que aspiravam mudanças, existiam aqueles mais fechados às inovações, como o Hélio Viana, Sílvio Júlio e Eremildo Vianna:

Hélio Viana tinha a concepção de que estava ali para ensinar Pedro Álvares Cabral até não sei quando com aquele manual dele, os alunos tendo que decorar tudo aquilo. Não havia qualquer possibilidade de abertura. [...] Sílvio Júlio, na história da América, também era um intelectual tradicional. Para ele, falarem história econômica era marxismo, era subversão. Eremildo contava com um grupo de assistentes [...], mas na medida em que eu trouxe sangue novo quando assumi a cátedra, em 1958, e comecei a mobilizar as pessoas, ele foi sendo corroído pela inveja, pelos ciúmes, pois deixou de ser a grande personalidade. Passei então a ser alvo de um ataque feroz por parte dele (FERREIRA, 1992, p. 227).

Apesar de já no final dos anos 1950 a Universidade de São Paulo estar montando programas de pesquisas, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, os professores buscaram organizar um centro de pesquisas sobre o comércio atlântico no século

⁶⁰ Dentre os objetivos gerais da Cadeira estavam o treinamento de pesquisadores, o estabelecimento de contatos com outros centros universitários do Brasil (principalmente com a USP) e a divulgação das pesquisas por meio de participações em eventos nacionais e internacionais (FERREIRA, s/d).

XVIII. Contudo, Hélio Viana vetou o projeto ameaçando “acabar com a cadeira de história Moderna e Contemporânea” caso houvesse persistência:

Isso trazia uma certa amargura, porque tínhamos contato como o pessoal de São Paulo, conhecíamos as teses paulistas. Por que São Paulo avançava na pesquisa e o Rio não? Acho que aí está a grande diferença entre Rio e São Paulo. Em primeiro lugar, a USP não teve vícios de formação da Faculdade Nacional de Filosofia, que hoje estamos começando a conhecer em virtude de trabalhos muito bem-feitos desenvolvidos na Faculdade de Educação da UFRJ. [...] Podemos perceber as intrigas, as fofocas, o racionaremos, o papel nocivo de certas personalidades. [...] Já a USP foi gerada num momento de protesto de São Paulo, que fora derrotado na revolução. Começou a funcionar já com possibilidade de tempo integral, melhores salários para professores. Eles receberam professores estrangeiros importantes como Fernand Braudel e muitos outros. [...], mas o fato é que desde cedo se formaram grupos de pesquisa. E nunca foi proibido a professores de história moderna e contemporânea trabalharem como história do Brasil! Fernando Novais, Eduardo Oliveira França, que eram professores de história moderna e contemporânea, fizeram suas teses em História do Brasil, pesquisaram aqui, em Portugal, na Espanha. Isso nunca foi proibido em São Paulo, mas no Rio, o establishment da Faculdade Nacional de Filosofia vetou qualquer autonomia, qualquer pesquisa verdadeiramente criadora dentro do curso de história (FERREIRA, 1992, p. 228).

Além disso, Linhares também destacou o contato com os professores da USP, como Novais, Alice Canabrava, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso: “Vivíamos sonhando aqui em pesquisar com eles. Agora, uma coisa que desenvolvemos, muito mais do que eles, foi o curso de formação de professores. Essa foi realmente a nossa grande contribuição” (FERREIRA, 1992, p. 229).

Simultâneo aos problemas enfrentados por Maria Yedda Linhares e os demais professores da universidade, ocorria no Brasil um intenso debate acerca da reforma no ensino secundário e universitário brasileiro⁶¹ que se refletiram na fundação do Centro de Estudos de História (CEH), em 27 de agosto de 1958⁶², dando origem ao *Boletim de História* — uma revista elaborada exclusivamente por estudantes que totalizaria em 48 artigos divididos em sete

⁶¹ Dentre algumas das atividades que compunham esse ambiente de debate do final da década de 1950, ocorreu, nos dias 12 a 12 de julho de 1959, na Universidade do Brasil, a Semana de Estudos Americanos, em que foi reunido especialistas em diversos setores e foi debatido temas em comum. Assim, a História ficou relegada a constituição do Grupo de Trabalho 4, formado por professores estrangeiros (Carleton Sprague Smith e Lewis Ulysses Hanke), do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao final do evento, foi confeccionado um relatório do Grupo de Trabalho 4 pela professora Maria Yedda Linhares, o Reitor Pedro Calmon e o professor Eremildo Luís Vianna. O relatório descrevia as atividades desenvolvidas pelo grupo, dentre elas o problema do livro didático e da formação do professor de grau médio. Ao final foi proposta pela comissão que o Centro de Pesquisas Educacionais, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Ministério da Educação e Cultura obtivessem facilidade para a importação de livros, a confecção de um voto de louvor à Campanha de Aperfeiçoamento de Ensino Secundário e um pedido de maior divulgação para o aprimoramento dos professores, entre outros. Também foi proposto o ensino de História dos Estados Unidos nas universidades brasileiras e o ensino de História do Brasil nas universidades americanas (SILVA, 1959).

⁶² O estatuto do Centro de Estudos de História deveria ser avaliado e aprovado pelo Conselho Departamental da FNFu.

edições, entre os anos de 1958 e 1963, além de necrológios, noticiários, notas e comentários, comunicação de pesquisas, críticas de livros, documentos e revistas.

Com o intuito de contribuir para a formação cultural dos pesquisadores e preceptores, o *Boletim de História*⁶³ era uma publicação trimestral do CEH da FNFfi da U.B., em colaboração com a Divisão de Educação Extra Escolar e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Então, organizada e editada pelos estudantes, a revista trazia artigos de professores catedráticos ao lado de artigos com perspectivas inovadoras acerca do ensino de História. Tratava-se de um meio de manobra da própria Comissão Diretora, a fim de manter as publicações naquele ambiente heterogêneo.

A Comissão Diretora era composta por José Luiz Werneck da Silva, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Pedro de Alcântara Figueira⁶⁴, Ondemar Ferreira Dias Júnior e Rubem dos Santos Leão Aquino. Assim sendo, Cavalcanti Neto era quem articulava os estudantes e a Reitoria⁶⁵ da Universidade do Brasil e a direção da Faculdade Nacional de Filosofia para a publicação da revista.

O número inaugural do *Boletim de História* que correspondeu ao trimestre final de 1958 continha uma tiragem de 60 exemplares, 52 duas páginas e foi esgotado na venda interna. Por meio da primeira edição, não é possível perceber o ambiente heterogêneo de suas publicações, uma vez que foram publicadas traduções de capítulos de livros raros e artigos tirados de publicações conceituadas⁶⁶. Ainda sobre essa primeira edição, no dia 13 de dezembro de 1958, foi enviada uma carta⁶⁷ redigida por Eremildo Luiz Vianna — professor catedrático de História

⁶³ A sede do *Boletim de História* encontrava-se no Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Antônio Carlos, número 40, 5º andar, sala 25.

⁶⁴ Pedro de Alcântara Figueira compôs a segunda diretoria (1959-1960) como primeiro secretário do Centro de Estudos de História. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto compôs a primeira diretoria (1958-1959) do Centro de Estudos de História na qualidade de tesoureiro. Ambos foram membros da Comissão Diretora do *Boletim de História* e autores da *História Nova do Brasil*.

⁶⁵ Devemos destacar a figura de Pedro Calmon como articulador fundamental para a edição da revista, uma vez que além de professor catedrático de História do Colégio Pedro II, da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, também era Reitor da Universidade do Brasil e professor catedrático de Teoria Geral do Estado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

⁶⁶ Foram publicados na primeira edição: *A queda da Monarquia vista pela Legação Americana no Rio de Janeiro*, artigo de Manuel Cardoso, no *Anuário do Museu Imperial de Petrópolis* Vol. XV. *O Tratado Comercial Anglo-Francês de 1786*, artigo de W. O. Henderson, publicado na *The Economic History Review* Vol. X, nº 1. *Os franceses os afrancesados na América Central*, artigo de Jacques Houdaille, na *Revista de História da América*, nº 44. *De Bandoeng ao Cairo*, artigo de Simon Jarg, em *L' Orient*, nº 5. *Origem das cidades medievais*, Capítulo do livro de Henri Pirenne *Medieval Cities. Introdução e A biografia do Ensino de História*, Capítulos do livro de Marcel Reinhard *L' Enseignement de l' Histoire. Os mais antigos testemunhos de nossa civilização*; artigo do Dr. Wilfried Noele, na revista *Velhagen & Klasings Monatshefte*, de 1953.

⁶⁷ Segue a carta transcrita por José Luiz Werneck da Silva na segunda edição do *Boletim de História*: “Venho pela presente apresentar minhas sinceras congratulações, pedindo que as transmita aos seus colegas colaboradores, pelo excelente BOLETIM DE HISTÓRIA, cujo primeiro número vem de ser publicado. Sinto-me feliz em verificar que a iniciativa cultural tão interessante demonstra o ânimo de que se acham possuídos os alunos do Curso de

da Antiguidade e da Idade Média e também Diretor da FNFi naquela ocasião —, ao aluno e editor do boletim José Luiz Werneck da Silva, parabenizando o êxito da publicação.

Já a segunda edição, correspondente aos números 2 e 3 — triênio janeiro a março e abril a junho de 1959 —, trouxe artigos de professores da FNFi da U.B., ao lado de colaboradores estrangeiros convidados e alunos. Dentre os artigos⁶⁸ publicados nessa edição, nos interessam aqueles que permitem traçar o ambiente efervescente das discussões acerca do ensino de História no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Seguimos o mesmo processo de seleção dos artigos com as posteriores edições de números 4, 5 e 6; conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 – Artigos do *Boletim de História* com temáticas voltadas ao ensino de História e as vinculações institucionais dos autores (1959 – 1963).

Ano e número	Autores	Vinculação Institucional	Artigo
Ano I, nº 2 e nº 3. Janeiro a março e abril a junho de 1959.	Luiz Werneck da Silva. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto. Pedro de Alcântara Figueira. Ondemar Ferreira Dias Junior.	Estudantes do Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.	O que somos?
	Arthur Weiss	Licenciado em Geografia e História, era professor do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e do Colégio Pedro II.	Por que estudar História?
Ano I, nº 4 e Ano II, nº 5. Julho a setembro e outubro a dezembro de 1959.	Anísio S. Teixeira	Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado da Bahia (1924-1928); Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal (1931-1935), Secretário-Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (1935), Secretário de Educação e Saúde do Estado	Filosofia da Educação.

História desta Faculdade. Auguro, portanto, para a jovem publicação extraordinário êxito, desejando que continue sempre em sua vida a merecer os mesmos cuidados recebidos de seus atuais orientadores e colaboradores” (SILVA, 1958, p. 130-132).

⁶⁸ Além dos artigos, contamos com a análise dos noticiários e da publicação da transcrição na revista do “Manifesto do Movimento de Reconstrução Educacional”, redigido pelo professor Fernando de Azevedo e subscrito por figuras de grande projeção no cenário da educação brasileira (Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Darci Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, entre outros), publicado no “*Diário de Notícias*” de quinta-feira, 2 de julho de 1959.

		da Bahia (1947-1951). Foi professor de Filosofia da Educação da Escola de Educação da UDF (1928-1931) e, em 1959 era professor titular da cadeira de Filosofia de Educação do Distrito Federal.	
	Delgado de Carvalho	Catedrático aposentado de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia.	A História: ligação do Presente ao Passado.
	Hélio Viana	Professor Catedrático de História do Brasil, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.	Revisão dos programas de História no Ensino Secundário.
	Maria Yedda Leite Linhares	Professora Catedrática de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.	A cadeira de História Moderna e Contemporânea da F.N.F. – U.B. – Atividades em 1959.
	Francisco J.C. Falcón	Assistente da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.	A cadeira de História Moderna e Contemporânea da F.N. F. – U.B. - Objetivos e Métodos.
Ano III, nº 6. Janeiro a junho de 1961.	Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto	Estudante do 3º ano do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, assistente de Nelson Werneck Sodré no ISEB.	Perspectivas atuais para uma historiografia brasileira autêntica.
	José Luiz Werneck da Silva	Bacharel e Licenciado em História (1960) pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.	Aspectos gerais dos livros didáticos de História (tese de congresso).

Fonte: ALCÂNTARA FIGUEIRA, Pedro de et al. (org.). *Boletim de História*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2/3, jan. Mar./abr.-jun. 1959; ALCÂNTARA FIGUEIRA, Pedro de et al. (org.). *Boletim de História*, Rio de Janeiro, ano 1/2, nº 4/5, jul.-set./out. Dez. 1959 e ALCÂNTARA FIGUEIRA, Pedro de et al. (org.). *Boletim de História*, ano 3, nº 6, jan.-jun.1961.

Os editores do *Boletim de História* indicavam o seu posicionamento com a publicação da transcrição do “Manifesto do Movimento de Reconstrução Educacional”, redigido em julho

de 1959, pelo professor Fernando de Azevedo e subscrito por figuras de grande projeção no cenário da educação brasileira, de modo que se delineava o clima de críticas severas a vários setores da educação no Brasil, como a redução da educação primária, pequeno número de escolas técnicas e baixo nível do ensino secundário juntamente aos problemas nas edificações e instalações escolares, professores mal preparados do ponto de vista cultural e pedagógico, baixos salários, falta de incentivo, ausência de revisão periódica de seus conhecimentos. Além disso, destacavam-se a falta de planejamento e ordenação em relação ao Ensino Superior Brasileiro, no âmbito público e privado.

Os editores do B.H. seguiam apontando alguns fatores que contribuíram para a situação lamentável do ensino brasileiro, como o rápido aumento demográfico nos últimos trinta anos, o processo de industrialização e urbanização seguidos de mudanças socioeconômicas, bem como da falta de coordenação do poder público para lidar com a situação. Além disso, a falha do sistema de ensino público era atribuída aos políticos que não conseguiram prever sua expansão. Com isso, foram indicadas medidas necessárias, como o aumento do número de escolas com instalações adequadas e preparação dos professores por meio de cursos de reciclagem bem como reconhecimento salarial. Assim, a publicação da revista seria um instrumento de luta e uma “tomada de posição científica para a História e honesta para o Brasil” (ALCÂNTARA FIGUEIRA *et al.*, 1959a, p. 07). É importante perceber como essa visão apresentada na edição dialogava com as ideias difundidas pelo movimento estudantil brasileiro.

Desse modo, na edição do segundo semestre de 1959, os autores iniciaram o *Boletim de História* buscando retomar as origens do projeto e o seu sentido para os pesquisadores e estudantes do curso de História. Para os editores, ser universitário no Brasil da década de 1950 possuía um sentido de luta e realização, uma vez que ocupavam a posição de “elite privilegiada” ao alcançar os bancos universitários em um país onde apenas 0,3% atingiam tal feito e 50% da população era analfabeta. Dados estatísticos que não geravam orgulho e sim o compromisso e dever em contribuir com o crescimento da nação. Logo, o surgimento do *Boletim de História* teria ocorrido em decorrência da inércia das Universidades e da situação da História no Brasil:

[...] queremos simplesmente que a Universidade participe e influa no âmbito sócio-cultural em que está radicada, isto é, exista. Entendemos que, ao editarmos o ‘Boletim de História’, agimos no que se refere ao setor da História no sentido de, nesta ciência, enquadrar a Universidade no processo de vitalização por que atravessa o país. [...] A nossa revista surge, sobretudo, do reconhecimento do que a História pode dar a uma sociedade que procura compreender a si mesmo, seu processo de evolução e, por conseguinte, sua História (ALCÂNTARA FIGUEIRA *et al.*, 1959a, p.7-8).

Essa consciência do privilégio em terem acesso aos bancos universitários e a necessidade de retribuição à sociedade brasileira também estavam presentes nas discussões do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, o qual foi promovido pela União Nacional dos Estudantes, resultando na publicação da “*Declaração da Bahia*”, como vimos anteriormente. Então, o *Boletim de História* partilhava das acepções do movimento estudantil, levando o debate para o ensino de História.

Nesse sentido, a história aparece com um grande papel social, pois ao estudar o passado, o presente poderia ser compreendido e ainda resolvido. Ela deveria “existir para o Brasil e não no Brasil”, capacitando o seu povo para a transformação política, econômica e social que o país necessitava. Dessa forma, os editores dedicam essa edição aos professores do ensino secundário brasileiro que viviam encurralados entre a limitação de não estudarem por falta de tempo ou por falta de livros, o que era fruto da péssima valorização salarial. Deste modo, a revista buscava suprir as lacunas do conhecimento limitadas pelo capital, atualizando-os, fazendo-os viver em um ambiente universitário, retirando-os das margens das instituições que ensinavam história.

Quanto à escrita da história nos compêndios brasileiros, as edições do *Boletim de História* apresentavam uma nova perspectiva ao criticar a forma como a ciência histórica vinha se mostrando limitada e falsificada. Além disso, os compêndios teriam herdado a alienação cultural comum nos países colonizados, de modo que era preciso uma história sob a ótica brasileira, além de que o povo se enxergasse vitimados e marginalizados pelo imperialismo: “É toda nossa perspectiva histórica que precisa ser modificada para ilustrar e acelerar a total independência econômica e cultural do Brasil” (ALCÂNTARA FIGUEIRA *et al.*, 1959a, p. 10). Essa luta era reconhecidamente árdua, pois seriam enfrentados grandes interesses.

À vista disso, Anísio Teixeira, em seu artigo “*Filosofia e Educação*”, publicado na revista em 1959, seguindo a proposta dos editores do boletim, também ressaltou a necessidade do desenvolvimento de uma autonomia no campo educacional. Com isso, foi desvinculado das concepções europeias e a criação de uma filosofia e educação próprias do Brasil: “Na medida em que nos fizemos autenticamente nacionais e tomarmos plena consciência de nossa experiência, iremos elaborando a mentalidade brasileira e com ela a nossa filosofia e a nossa educação” (TEIXEIRA, 1959, p. 25).

Na mesma tendência, o professor catedrático aposentado de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Delgado de Carvalho, em artigo intitulado “*A História: ligação do Presente ao Passado*”, enfatizou que era

necessária uma história autônoma, pensada em moldes nacionais. Desse modo, foi estabelecida uma ligação da atualidade com o passado, apresentando um valor prático na história e maior atenção às condições econômicas e culturais, ligações entre a História e a Geografia. Nesse contexto, Arthur Bernardes Weiss, em seu artigo intitulado “Por que estudar história”, também criticou o método positivista empregado nas escolas secundárias e evidenciou a necessidade da utilidade social da história, bem como a valorização do processo de interpretação de textos e documentos históricos em sala de aula, a fim de formar estudantes críticos e não discípulos de seus mestres, ou seja, dever-se-ia dar ao seu ensino de história uma orientação para uma atitude crítica que não se fundamentasse em generalizações ou deduções. Além disso, o referido autor destacava ainda o perigo dos anacronismos nas críticas dos documentos.

Nessa perspectiva, Werneck da Silva, em seu artigo intitulado “*Aspectos gerais dos livros didáticos de História (tese de Congresso)*”, publicado no 3º ano do *Boletim de História*, no início da década de 1960, condenou o exagerado sentimento patriótico e a influência francesa nos livros didáticos utilizados nas Escolas Secundárias brasileira. Para o autor, a História ensinada nas escolas deveria preparar o adolescente para a compreensão da realidade brasileira, na qual as classes inferiores ascenderiam na conquista de direitos democráticos, dentre eles a educação, que deixou de ser privilégio das elites dominantes.

Essas concepções inclusive estavam presentes no artigo “*Perspectivas atuais para uma historiografia brasileira*” – publicado na 6ª edição do *Boletim de História* –, de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto. O estudante e editor da revista destacou a necessidade de se interpretar a história nacional sob o ponto de vista brasileiro. A História deveria usar o passado como arma para criar o futuro, sendo engajada, criadora de cultura e construída para a resolução dos problemas atuais. Entretanto, diante do quadro que a História do Brasil estava inserida nos programas e manuais escolares, diversas contradições que se evidenciavam. Assim, nas palavras de Cavalcanti Neto, a História brasileira estaria nos latifúndios, no subdesenvolvimento e na “subindustrialização” causada pelo imperialismo, e deveria caminhar contra estes para libertar o país de suas contradições internas, permitindo ao povo se tornar senhor de seu destino, portanto, de sua História” (CAVALCANTI NETO, 1961, p. 58). Esta seria a luta do povo brasileiro.

Ao passo que as publicações inovadoras iam ganhando espaço na revista, o ano de 1961⁶⁹ iniciava e a Reforma Universitária no Brasil permanecia engavetada. Para os editores do *Boletim de História*, os principais culpados eram os estudantes que não estavam unidos e decididos para exigí-la. Ademais, a dificuldade ocorreu pelos interesses atingidos, como os dos professores catedráticos interinos que sempre buscaram impedir a sua realização. Desta forma, era reivindicada a reestruturação das Faculdades e a participação dos alunos na diretoria e decisões das universidades. Em penúltima edição, a revista já não contava com a presença dos professores catedráticos Américo Jacobina Lacombe⁷⁰ e Hélio Vianna. Assim, suas publicações tornaram-se mais políticas, além de tecerem diversas críticas aos professores da instituição:

[...] o importante para o professor é a opinião que dele fazem seus alunos, a família de seus alunos e o meio social onde atuam esses alunos. E entre os universitários podemos assegurar que os senhores professores, com raríssimas exceções...bem... não continuemos. (ALCÂNTARA FIGUEIRA, *et al*, 1961, p. 8)

Desse modo, os editores criticaram o ensino de História nas Universidades, qualificando-o como enfadonho, inútil e gerador de irritação entre os estudantes, finalizando: “Não se iludam os ‘donos’ das Universidades e Faculdades. A Reforma Universitária está em andamento” (ALCÂNTARA FIGUEIRA *et al*, 1961, p. 08).

Ademais, recriminaram aqueles que denominaram de “obscurantistas atrás de biombos”, ou seja, os donos de estabelecimentos de ensino que recebiam financiamento e apoio da Igreja Católica e, por sua vez, contribuição do Estado. Essa atitude evidenciou o posicionamento do boletim no sentido de que a educação era dever do Estado e deveria ser pública e de qualidade. Assim, a cada edição apresentada é possível perceber o posicionamento político do movimento estudantil reproduzido pelos discentes da Universidade do Brasil.

Quanto à estética da recepção⁷¹ do *Boletim de História*, algumas publicações na imprensa nacional nos permitiram compor o seu cenário. No dia 15 de novembro de 1959, o

⁶⁹ Em julho do ano anterior, ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Universitários de História em São Paulo. Dentre os temas abordados no Congresso constavam os problemas da História da Universidade, o problema do livro didático de História para o curso secundário e a criação da Federação Brasileira de Universitários.

⁷⁰ Américo Jacobina Lacombe era professor Catedrático de História do Brasil da Faculdade Católica de Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

⁷¹ Em 1975, Hans Robert Jauss situou o aparecimento da estética da recepção no quadro político e social dos anos 1960. Década marcada por uma juventude inconformada que mudou profundamente os padrões de comportamento direcionando a vida cultural. A universidade foi uma das instituições mais atingidas, seus cursos foram questionados, surgiram novas propostas e novos currículos. Neste contexto, em 1967, Jauss abria o ano acadêmico na Universidade de Constança (Alemanha), recusando os métodos de ensino da história da literatura considerados tradicionais e desinteressantes, assim, denunciava uma metodologia presa ao positivismo do século XIX, e defendia uma nova teoria da literatura (ZILBERMAN, 1989).

jornal *Metropolitano*, com reportagem assinada por Homero da Cunha, noticiou a revista por meio da publicação “*Boletim de Estudantes*”. Destacada como revista inédita no Brasil, por ser feita exclusivamente por discentes e ter toda a sua atividade planejada e executada pelos universitários do Centro de Estudos de História (CEH), o jornal ainda relatou as dificuldades encontradas pelos alunos:

Para fazê-la faltava tudo: papel, editor, e principalmente dinheiro. Mas sobrava o que era mais importante: uma equipe excelente e uma grande vontade de realizar. Foi assim que o Boletim saiu no último trimestre de 58 em forma de apostila, mimeografado a álcool, depois de um penoso trabalho. Mas já saiu com uma grande promessa. [...] mas agora, graças, aos trabalhos da equipe, o Boletim já pode sair em seu segundo número, impresso (e bem) e com as características das revistas técnicas (forma de livro), além de, diga-se de passagem, poder contar com 160 páginas. (METROPOLITANO, 1959, *apud* ALCÂNTARA FIGUEIRA *et al.*, 1959b, p. 190-192).

Sem subvenções ou ajuda financeira, o jornal *Metropolitano* evidenciou a valiosa colaboração do editor Borsoi na impressão dos demais números. Além disso, noticiou que as próximas edições dedicariam um espaço maior à orientação do magistério secundário, “tão abandonado e confuso” naquele momento, a fim de auxiliar os professores que contavam com poucas possibilidades de contato com a História. Por fim, o noticiário destacava as publicações dos professores catedráticos Hélio Vianna e Américo Lacombe.

Nesse viés, o lançamento do Boletim feito em São Paulo ocorreu no dia 11 de novembro de 1959 com a presença do Reitor Professor Pedro Calmon, inúmeros universitários e mestres. Assim, notamos que a circulação e recepção da revista não se limitaram apenas ao Rio de Janeiro.

A posteriori, em 18 de novembro, O *Diário da Tarde*, de Juiz de Fora, também noticiou a publicação da revista, destacando seu papel como a busca pelo “aprimoramento cultural dos futuros pesquisadores dos fatos históricos numa iniciativa digna de nota [...] de ensinamentos de abalizados historiadores patrícios e estrangeiros” (*DIÁRIO DA TARDE*, 1959, *apud* ALCÂNTARA FIGUEIRA. *et al.*, 1959b, p. 189-190). Além disso, teceu elogios à publicação por ter correspondido “plenamente à expectativa, quer pela divulgação de trabalhos proveitosos para os cultivadores da História, quer pela penetração que certamente alcançará”. Além do mais, destacou o empenho da diretoria da revista na promoção do intercâmbio entre os estudiosos.

Logo em seguida, no dia 02 de dezembro, Santos Moraes divulgou, no *Jornal do Commercio*, os artigos dos professores Hélio Vianna, Américo Jacobina Lacombe e Sílvio Júlio, sobre “*O Ensino da História do Brasil*” e “*Heurística da História do Brasil*” e

“*Linguística Ameríngena*”, publicados respectivamente no boletim. Ainda assim, citou as publicações da professora Maria Yedda Linhares, do professor L. A. Costa Pinto e do licenciado Arthur Bernardo Weiss. No dia 05 do mesmo mês, o noticiário *Manchete*, em pequena nota, destacava o esgotamento das primeiras edições da publicação.

Nesse sentido, o *Diário de Notícias*, em 13 de dezembro de 1959, também publicou um pequeno texto, na seção Suplemento Literário, escrita por Manuel Diegues Junior, exaltando a iniciativa dos alunos do Curso de História da FNFi. No entanto, criticou as publicações de número 2 e 3 por suas composições serem constituídas em grande parte por transcrição de trabalhos já conhecidos: “[...] seria de esperar uma cooperação mais eficiente dos próprios professores de História com artigos originais e dos alunos, com seus trabalhos e atividades escolares. De qualquer forma, louvemos a iniciativa dos estudantes” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1959, *apud* ALCÂNTARA FIGUEIRA. *et al.*, 1959b, p. 192).

Além da imprensa, a própria congregação da FNFi da U.B. parabenizou a iniciativa dos estudantes pelo envio de telegrama do Diretor Eremildo Luiz Vianna ao Centro de Estudos de História, a saber: “Satisfação comunicar Congregação vg reunião efetuada cinco corrente vg aprovou lançamento dos seus trabalhos voto louvor esse Centro motivo publicação aspas Boletim de História aspas PT Saudações PT” (CONGREGAÇÃO, 1959, *apud* ALCÂNTARA FIGUEIRA. *et al.*, 1959b, p. 212).

Desse modo, percebemos pelas publicações da revista e dos noticiários dos jornais que o *Boletim de História* apresentava como proposta inicial a orientação didática do professor do curso secundário, buscando aproximá-lo e atualizá-lo com as produções acadêmicas. Porém, no decorrer das edições, ele foi ganhando uma conotação crítica em relação à formação universitária e sua estrutura, dialogando com as ideias do movimento estudantil brasileiro. Os textos dos professores catedráticos sob uma ótica tradicionalista vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana e Eremildo Vianna, perderam espaço para as perspectivas inovadoras, como as de Hugo Weiss, Maria Yedda Linhares e Francisco Falcón.

Dessa forma, os estudantes/editores do Boletim de História propuseram uma renovação da percepção do “mundo circundante” por meio da concretização de um processo de identificação, buscando, assim, a emancipação do sujeito. Ademais, o ambiente de radicalização política que envolvia a Universidade do Brasil colocava a Faculdade Nacional de Filosofia como “foco de agitação comunista”, findando a edição de futuras publicações do boletim.

Essa nova escrita da história custou caro⁷² a dois dos editores da revista — Pedro de Alcântara Figueira e Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto — que em projeto futuro ao lado de Nelson Werneck Sodré laçariam a “subversiva” *História Nova do Brasil*. Sendo assim, se inicialmente as propostas do *Boletim de História* foram vistas com bons olhos pela imprensa paulista e carioca, o seu desdobramento na coleção foi o oposto. Estaria ali, naquele ano de 1964, com a ditadura civil-militar, instaurada a caça aos “bruxos” da *História Nova*, a investigação daqueles que ousaram violar a memória.

⁷² Com as publicações do projeto *História Nova do Brasil*, pareceres assinados por Américo Jacobina Lacombe na revista do IHGB e entrevistas concedidas a jornais por Hélio Vianna contra a publicação serão utilizadas em Inquérito Policial Militar instaurado contra os autores da coleção durante a ditadura civil-militar, a fim de comprovar o envolvimento com o Comunismo Internacional.

CAPÍTULO II – A ESCRITA DA *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL* (1963 - 1965).

Durante as décadas de 1950 e 1960, os intelectuais partiram da ideia de que o povo⁷³ brasileiro já estava constituído, cabendo-lhes a verdadeira garantia da unidade nacional, ou seja, concebiam povo e nação como elementos indissociáveis. A noção de engajamento às causas populares passou a ganhar adesão dos intelectuais que passaram a se identificar como intérpretes do povo brasileiro. Desse modo, caberia aos intelectuais a “missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária” e de demonstrar que o “desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional” estavam intrinsecamente ligados ao projeto de emancipação nacional (PÉCAUT, 1990, p. 15-16).

À vista disso, duas interpretações formuladas por intelectuais sobre o Brasil se contrapõem neste período, sendo elas a da vocação agrária brasileira e a nacional burguesa⁷⁴. A interpretação da vocação agrária brasileira apresentava o Brasil como sendo essencialmente agrícola, cordial, repleto de riquezas naturais, tropical e mestiço (sendo estas duas últimas características traçadas como justificativas para a sua inferioridade). Assim, ao apresentar o Brasil com uma vocação agrícola definitiva, no plano social evidencia-se uma sociedade sem conflitos sociais e raciais e, no plano cultural, tinha-se uma cultura transplantada na medida em que se considerava a incapacidade de o Brasil conseguir formular uma teoria original e crítica. Dentre intelectuais que mostravam essa visão estavam Oliveira Vianna, Mario de Andrade e Gilberto Freire.

Já a interpretação nacional burguesa buscava refletir as mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, criticava a interpretação da vocação agrária e definia a cultura brasileira como alienada, à medida que não era autêntica, pois era transplantada e marcada por um complexo de inferioridade. Assim, propunham um projeto nacional pautado na industrialização e na independência política, econômica e cultural. A interpretação nacional burguesa apresentava a sociedade dividida em dois blocos: de um lado, a oligarquia agrário-mercantil dominante, aliada ao imperialismo e que se opunha à industrialização brasileira,

⁷³ Neste trabalho, foi adotado para o conceito de povo brasileiro a definição apresentada por Nelson Werneck Sodré (1962, p. 397 – 398), compreendendo-o como constituído pelas classes trabalhadora, média e parte da burguesia.

⁷⁴ De acordo com Bresser Pereira (1982), após as últimas décadas, sucederam-se seis interpretações do Brasil, de modo que cada uma está relacionada com classes sociais da sociedade brasileira, dentre elas: a interpretação da vocação agrária, a interpretação nacional burguesa, a interpretação autoritário-modernizante, a interpretação funcional capitalista, a interpretação da superexploração imperialista e a interpretação da nova dependência.

buscando manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador. Do outro lado, tinha-se a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas e trabalhadores urbanos, cabendo a liderança do grupo à burguesia industrial, uma vez que esta seria nacionalista, moderna e industrializante (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 274).

A interpretação nacional-burguesa era apresentada pelo Partido Comunista Brasileiro e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros e em menor grau pela Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas. Nela encontramos as análises de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e da *História Nova do Brasil*, embora, tivessem particularidades.

2.1. OS AUTORES DA *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL*: DADOS BIOGRÁFICOS

2.1.1. JOEL RUFINO DOS SANTOS

Figura 1 - Joel Rufino dos Santos (1941-2015)



Fonte: <http://joelrufinodossantos.com.br>

Desde muito cedo conheceu o mundo dos livros influenciado pela sua avó. Já adulto ingressou no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Ao passar em frente a FNFi da UB, viu um anúncio dos vestibulares: “[...] vi que anunciavam os vestibulares, pensei no bom conselho de Plekhanov, ‘todo jovem comunista deve estudar História’, e me inscrevi” (SANTOS, 2008, p. 42-43). Aos 22 anos, cursava o penúltimo ano de História na Faculdade Nacional de Filosofia, era membro de direção de base do Partido Comunista Brasileiro e professor assistente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (SANTOS, 1993). Foi nesse momento que se tornou assistente do professor Nelson Werneck

Sodré no ISEB, juntamente com Pedro de Alcântara, Maurício Martins, Rubem César Fernandes e Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto.

Com o golpe de 1964, Joel Rufino dos Santos asilou-se na Bolívia e, logo em seguida, partiu para o Chile de trem, ficando hospedado na casa do poeta Pablo Neruda. Ainda na casa do poeta, o autor almoçou ao lado de Pelé (SANTOS, 2008, p. 21-22). A perseguição sofrida em decorrência do seu posicionamento político e da escrita da coleção *História Nova do Brasil* o impediu de concluir o curso e também de ver seu primeiro filho nascer, batizado com o nome de Nelson, em homenagem a Nelson Werneck Sodré (SANTOS, 2008, p. 20).

No começo de 1965, Joel Rufino resolveu retornar ao Brasil, momento em que respondeu ao Inquérito Policial Militar da *História Nova do Brasil* e em que foi preso e torturado, cumprindo a última pena no Presídio do Hipódromo até 1974 (AQUINO, s/d). Sua prisão entre 1972 - 1974 deveu-se pela sua vinculação à Aliança Nacional Libertadora (ANL). No cárcere, comunicava-se com seu filho Nelson de 8 anos por meio de cartas, que mais tarde deu origem ao livro *Quando eu voltei, tive uma surpresa*.

Posteriormente, com a aprovação da Lei da Anistia, foi convidado para ministrar aulas no curso de graduação da Faculdade de Letras e adiante na Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Ao longo de sua carreira, Joel Rufino dos Santos escreveu sessenta livros, recebeu diversas premiações, entre elas os títulos de “Notório Saber e Alta Qualificação em História” e “Doutor em Comunicação e Cultura” pela UFRJ, a comenda da Ordem do Rio Branco do Ministério da Cultura por seus trabalhos relacionados à cultura brasileira, foi finalista duas vezes do Prêmio Hans Christian Andersen, recebeu, do Pen Clube do Brasil, em 2014, o Prêmio Literário Nacional na categoria “Narrativas” (AQUINO, s/d).

Além disso, Rufino foi diretor do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, presidente da Fundação Cultural Palmares, membro do Conselho de Cultura da Secretaria estadual de Cultura, representante do Brasil no Comitê Científico Internacional da UNESCO para o Programa “Rota dos Escravos”, membro da Comissão de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça, membro do Comitê Internacional da Diáspora Negra em Washington, entre outras (AQUINO, s/d). Rufino era o único autor negro da coleção e dedicou a sua vida à luta contra o preconceito e pela igualdade. Faleceu em 4 de setembro de 2015.

2.1.2. MAURÍCIO MARTINS DE MELLO

Figura 2 - Maurício Martins de Mello



Fonte: Arquivo pessoal de Maurício Martins de Mello.

Maurício Martins de Mello⁷⁵ frequentou a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1961. Paralelamente às artes plásticas, dedicou-se à pesquisa e ao ensino de História do Brasil. Foi assistente do intelectual Nélson Werneck Sodré no Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. É coautor da *História Nova do Brasil* editada pelo MEC e pela Editora Brasiliense. Perseguido em função da coleção e de seus posicionamentos políticos, exilou-se na Polônia em 1965, permanecendo por três anos. A posteriori, fixou-se na Itália, em Milão, como pesquisador da Fundação G.G. Feltrinelli, participando da criação de duas instituições: Centro Studi Problemi Internazionali (CESPI) e o Archivio Storico del Movimento Operário Brasileiro (ASMOB). Ao retornar ao Brasil em 1980, desenvolveu um estudo sobre as fontes da História Social Brasileira patrocinado pelo Conselho Nacional de Pesquisa.

Atualmente, é professor-adjunto aposentado pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e artista plástico *full time*. Maurício Martins de Mello adotou o sobrenome artístico de Memória. Hoje em dia, dedica-se à arte no espaço que idealizou no Rocio, em Petrópolis, Rio de Janeiro, denominado Picolla Arena, um misto de atelier, galeria de arte, teatro de arena e bistrô. Suas memórias do exílio na Europa durante a ditadura civil-militar estão presentes em suas obras de arte, revelando o passado que ainda se faz presente.

⁷⁵ As informações biográficas do autor foram concedidas perante entrevista realizada em 2019 para a confecção desta tese.

Suas obras de arte já foram expostas no Centro Cultural Tristão de Athayde, em 1995, na Galeria SESC de Petrópolis, em 1994; na Galeria de Artes da Faculdade de Letras, com a exposição individual intitulada *Vislumbrando*, em 1998; na Galeria de Arte Erótica do Rio de Janeiro, em 1987 e na Galeria Aloisio Magalhães (RJ) e no SESC Pompeia (SP), em 1985 e 1986, respectivamente, com a exposição individual intitulada *Beta Pictoris*.

2.1.3. NELSON WERNECK SODRÉ

Figura 3 - Nelson Werneck Sodré (1911 – 1999)



Fonte: <https://www.skoob.com.br>

Nelson Werneck Sodré⁷⁶, de origem pequeno-burguesa, nasceu no dia 27 de abril 1911, no Rio de Janeiro e faleceu em Itu no dia 13 de janeiro de 1999. Estudou na Escola Militar do Realengo de 1931 a 1933. Naquele período já escrevia para o *Correio Paulistano*. Durante o Estado Novo, exerceu a função de ajudante-de-ordens do General José Pessoa, comandante da 9ª Região Militar, no Mato Grosso. Publicou seu primeiro livro intitulado *História da literatura brasileira*, em 1938, e fez sua autobiografia em *Memória de um soldado* (1967) e em *Memória de um escritor* (1970). Sodré foi militar, intelectual e comunista, ingressando no Partido Comunista do Brasil no início da década de 1940.

⁷⁶ Informações biográficas contidas em: CPDOC/FGV, [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em: 08 fev. 2018; SODRÉ, Nelson Werneck. *Trinta anos depois*. In: SANTOS et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, p. 29-36; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986 e CUNHA, Paulo Ribeiro da. Nelson Werneck Sodré. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. (orgs). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79 - 98.

Em 1944, Nelson Werneck Sodré iniciou o curso da Escola de Comando e Estado-Maior e após a sua conclusão, passou a lecionar na instituição, permanecendo até 1950, como chefe do Curso de História Militar. Ainda na década de 1950, foi convidado para dirigir o Departamento Cultural do Clube Militar. No mesmo período, em represália, devido ao seu posicionamento político, foi transferido para o 5º Regimento de Artilharia, em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, retornando ao Rio de Janeiro apenas em 1956 (CPDOC/FGV. s.d.).

No início da década de 1960, ao apoiar a posse do vice-presidente João Goulart – vetada pelos ministros militares – foi enviado para servir em Belém como retaliação (CPDOC/FGV. s.d.). Descontente, passou à reserva no início de 1962 com a patente de General de Brigada. Foi após esse período, que Sodré intensificou sua produção intelectual, desenvolvendo atividades dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde chefiava o Departamento de História.

Ao longo da sua trajetória intelectual publicou 56 livros e milhares de artigos. Colaborou na revista *Cultura Política* durante o Estado Novo e nas décadas de 1950 e 1960 escreveu para o jornal *Última Hora* sob o pseudônimo de Observador Militar além do jornal *Semanário* sob o pseudônimo de Coronel X (CUNHA, 2014). Atuou como professor no Instituto Superior Brasileiro (ISEB) e após a instauração da ditadura, continuou escrevendo artigos para jornais, utilizando pseudônimos, defendendo o restabelecimento da democracia e da soberania nacional.

Com o Golpe Civil-Militar, foi preso, respondeu a Inquérito Policial Militar e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Faleceu, aos 87 anos, no dia 13 de janeiro de 1999, em Itu, São Paulo.

2.1.4. PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA

Figura 4 - Pedro de Alcântara Figueira



Fonte: <https://www.youtube.com>

Pedro de Alcântara Figueira⁷⁷, filho de comerciante, nasceu no dia 26 de outubro de 1935, no Espírito Santo. Teve toda a sua formação institucional em escolas públicas, iniciou sua carreira como professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), local em que foi demitido em função da sua coautoria na *História Nova do Brasil*. Foi professor da Universidade Federal de São Carlos, lecionou na Universidade Estadual de São Paulo, Câmpus de Assis, e trabalhou como professor convidado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Além da coleção *História Nova do Brasil*, organizou e publicou diversos livros, dentre eles as obras *Nascimento da Ciência Moderna – Descartes* (com edição italiana da editora Città del Sole) e *Ensaio de História*. Também possui artigos publicados na revista *Intermeio* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, Pedro de Alcântara Figueira dedicou-se, juntamente com Fani Goldfarb Figueira, na organização e publicação do volume *Economistas Políticos*, pela Editora Segesta, de Curitiba, especializada em Economia Política. Atualmente, está tentando explicar o significado histórico do próximo colapso do capitalismo.

2.1.5. PEDRO CELSO UCHÔA CAVALCANTI NETO

Figura 5 - Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto



Fonte: OLIVEIRA, Lucia Lippi; PANDOLFI, Dulce (orgs). 2014

⁷⁷ As informações biográficas do autor foram concedidas perante entrevista realizada em 2018 para a confecção desta tese.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto⁷⁸ concluiu o Curso Clássico no Colégio Pedro II, estudou Direito e Economia, licenciando-se em História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1962. Foi o primeiro a ser convidado por Sodré para ser seu assistente nas aulas ministradas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em 1963. Após o golpe militar, exilou-se na Bolívia e no Chile e, logo em seguida, foi para Polônia, onde em 1968 doutorou-se em Ciências Humanistas pela Universidade de Varsóvia. Frequentou cursos e seminários em instituições polonesas em Praga e Paris. De 1975 a 1980, foi professor extraordinário no Departamento de História da Universidade de Lisboa e no Departamento de Sociologia da Washington University e professor de pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense.

Atuou como secretário para Assuntos Especiais do município do Rio de Janeiro, na gestão de Saturnino Braga, em 1980, e como membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (1983-1986). Cavalcanti Neto também foi membro da Revista Telos, editada pelos Estados Unidos e membro do comitê editorial da LARR – Latin American Research Review. Tem vários livros publicados, dentre eles a obra *Convite a Leitura de Gramsci*, pela editora Achiamé, em 1982. Não há informações atualizadas sobre o autor.

2.1.6. RUBEM CÉSAR FERNANDES

Figura 6 - Rubem César Fernandes



Fonte: <http://g1.globo.com/>

⁷⁸ Informações biográficas do autor contidas em: ALCÂNTARA FIGUEIRA, Pedro de. História Nova: Depoimento. In: SANTOS et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

Rubem César Fernandes⁷⁹ nasceu em Niterói, em 24 de maio de 1943, em uma família muito envolvida com a Igreja Presbiteriana. Filho de Rubens Sales Fernandes, médico otorrinolaringologista, e de Idalete César Mafra Fernandes, dona de casa. Coursou o primário no Colégio Joaquim de Távora, no Campo e São Bento, em Niterói e, posteriormente, foi para o Liceu Nilo Peçanha. Quando ainda cursava o ensino secundário, Rubem César foi selecionado para trabalhar no jornal *O Metropolitano*, vinculado à União Metropolitana de Estudantes (UME), e passou a frequentar ambientes de discussões associados à União Nacional de Estudantes (UNE).

Estudou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde foi membro do movimento estudantil. Exilado do Brasil em 1965, em consequência da *História Nova do Brasil*, cursou mestrado em Filosofia pela Universidade de Varsóvia, Polônia e participou do movimento político *Solidariedade*. Perseguido na Polônia, foi para os Estados Unidos, doutorando-se na Universidade de Columbia, em Nova York, em 1976. Foi professor visitante na Universidade de Columbia e na Maison des Sciences de l'Homme, em Paris. Retornou ao país em 1993, lecionando em várias instituições de ensino, dentre elas a Universidade de Campinas (Unicamp) e o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autor de vários livros e artigos e um dos fundadores da ONG Viva Rio.

Ao longo de sua carreira, já recebeu dezenas de prêmios e títulos. Em 2015, foi homenageado durante a sexta edição do Prêmio *Homens de Ação, Homens de Valor*, concedido pelo Clube Hebraica, em Laranjeiras. Já em 2014, como diretor executivo do Viva Rio, recebeu, em Wiesbaden, o Prêmio da Paz (Hessian Peace Prize 2014), como reconhecimento por seu trabalho na prevenção e resolução de conflitos. Atualmente, é diretor executivo da ONG Viva Rio no Brasil e no Haiti.

2.2 CONHECENDO A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: UM PROJETO DE VANGUARDA.

⁷⁹ As informações biográficas do autor foram concedidas mediante à entrevista realizada em 2019 para a confecção desta tese. Dados complementares foram retirados da obra “*Fora de Ordem: Viagens de Rubem César*”, publicado em 2015, pela editora FGV. O livro de autoria de Lucia Lippi Oliveira e Dulce Pandolfi conta a vida de Rubem Cesar por meio de entrevistas realizadas pelas autoras.

Conforme o processo eleitoral de 1960 se aproximava, as alianças políticas para designação de novos candidatos iam se desenhando. Jânio Quadros com o apoio de Carlos Lacerda era indicado pela UDN, o PSD e o PTB se uniram novamente indicando o general Lott, já o Partido Social Progressista (PSP) indicava como candidato Ademar Pereira de Barros. Jânio Quadros vence as eleições com 48% dos votos e João Goulart é eleito como vice-presidente. Entretanto, Jânio Quadros renuncia em menos de sete meses de governo, iniciando uma nova disputa, para que o vice-presidente eleito conseguisse tomar posse.

Embora fosse direito sua ascensão ao poder, João Goulart era visto como a possibilidade de propiciar uma república sindicalista além de uma brecha para os comunistas chegarem ao poder. Nesse contexto, o temor anticomunista forneceu o principal argumento que unificou os setores de oposição ao governo Goulart, pois era conhecido pela sua atuação marcada como de esquerda quando exerceu o cargo de Ministro do Trabalho durante o mandato Getúlio Vargas (1953/1954). Além disso, foi presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), teve sua eleição para o cargo de vice-presidente da República, em 1955, e a sua reeleição, em 1960, apoiadas pelos comunistas. Diante disso, os ministros militares vetaram a posse de João Goulart, porém, um movimento iniciado no Rio Grande do Sul sob a liderança de Leonel Brizola declarou apoio a João Goulart, começando uma série de manifestações em Porto Alegre. Como saída, o Congresso modificou o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista, diminuindo os poderes do presidente.

A campanha pelo presidencialismo, contudo, ganhou força com o apoio de vários setores da sociedade, como a esquerda, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sindicatos e alguns setores militares (MENDONÇA, 1990). Em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, o sistema parlamentarista foi negado pela população brasileira. João Goulart passava a governar sob o presidencialismo. Nesse sentido, para compor seu ministério, nomeou Celso Furtado como Ministro do Planejamento. Este lançou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1964, com a colaboração do ministro da Fazenda San Tiago Dantas, combinando o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação para superar a crise financeira pela qual o país passava. Apesar de ter obtido o apoio dos grupos dominantes, como a Confederação Nacional da Indústria, as entidades estudantis, organizações nacionalistas e de esquerda não o apoiaram, pois o plano baseava-se em uma política de empréstimos externos, de tal modo que acabou fracassando.

O crescimento urbano somado à industrialização, durante as décadas de 1950 e 1960, proporcionaram mudanças estruturais, as quais ocasionaram o surgimento de novos atores

sociais, dentre eles, a atuação da população rural. Assim sendo, conforme Boris Fausto (2002), ocorreu uma modificação no mercado agrícola e na pecuária, de modo que a posse da terra e o seu uso passaram a ter um novo significado, tornando-se mais rentável, por isso mais disputada. Nesse sentido, João Goulart, durante o seu governo, sancionou uma lei que dispôs sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, concedendo direitos antes negados, tais como: carteira assinada, repouso semanal, férias remuneradas, jornada de trabalho definida, etc. Outro setor que também ganhou um maior espaço durante o seu governo foi o movimento estudantil com uma atuação mais forte da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nessa perspectiva, dentre as propostas apresentadas, encontrava-se a desapropriação de algumas áreas para a reforma agrária; a reforma urbana, em que buscava-se permitir aos pobres a aquisição da casa onde moravam ou, então, impedir o aumento dos aluguéis; a extensão do direito ao voto aos analfabetos e aos inferiores das Forças Armadas; a nacionalização de empresas concessionárias de serviços públicos e a reforma educacional. Essas propostas recebiam apoio da Frente Parlamentarista Nacionalista, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Partido Comunista Brasileiro (PCB), União Nacional dos Estudantes (UNE), sindicatos, entre outros (GUIMARÃES; LEONZO, 2003). Entretanto, eram criticadas pela burguesia industrial, latifundiários e uma parcela da classe média, todos associados ao capital estrangeiro.

Dessa maneira, diante de uma situação econômica que se deteriorava, Goulart decidiu apoiar a esquerda radical e promover comícios pelo país, visando o apoio popular às propostas de Reformas de Base. Assim, o primeiro comício organizado pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e pela assessoria sindical de Goulart foi realizado no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, e reuniu aproximadamente 150 mil pessoas. Na ocasião, o presidente assinou dois decretos, o primeiro desapropriava refinarias de petróleo que ainda não pertenciam a Petrobrás e o segundo desapropriava propriedades subutilizadas. Além disso, foram mencionadas a reforma urbana e a proposta de concessão de votos a analfabetos e aos inferiores das Forças Armadas, que estava por ser enviada ao Congresso Nacional. A relação, portanto, entre o comício de 13 de março e o comunismo foi estabelecida pelos jornais políticos, pela Igreja e por empresários. Diante de tais anúncios e da imagem televisionada, repleta de faixas vermelhas pedindo a legalização do Partido Comunista (FAUSTO, 2002, p. 253), os partidários do golpe começaram a angariar apoio, iniciando uma campanha em prol do *impeachment* do presidente. Em resposta ao comício, a classe média e os conservadores organizaram, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, com cerca

de trezentas mil pessoas. O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou essa marcha em sua primeira página como um ato de repúdio ao comunismo e à ditadura, sendo de importância internacional (MOTTA, 2006).

À vista disso, a atuação da imprensa brasileira⁸⁰ foi fundamental para a deposição do presidente, uma vez que atuou apoiando a solução parlamentarista, em setembro de 1961, de modo que veiculou a existência do comunismo e apresentou um governo que vivenciava o caos administrativo (ABREU, 2006). Dessa forma, o rádio e a televisão foram utilizados pelos setores conservadores (burguesia e classe dominante) para combater o governo de João Goulart, identificando as Reformas de Base com a passagem do regime capitalista para o comunista. Ademais, entre os programas propostos, encontrava-se a reforma educacional. É justamente nessa perspectiva que se enquadra a *História Nova do Brasil*, que propunha reforma, sobretudo, no ensino de História, e criticava a industrialização brasileira associada ao capital estrangeiro.

Nessa conjuntura, a *História Nova do Brasil* foi uma coleção de livros didáticos destinada ao ensino secundário brasileiro e produzida em conjunto por Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré. Sobre a gênese da coleção, Joel Rufino dos Santos a destacou como ideia dos estudantes. Em uma conversa no cair da tarde na praia do Leblon, ao perceberem que possuíam as condições ideais para a concretização do projeto, pois trabalhavam no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, tinham a orientação de Nelson Werneck Sodré e o Ministério da Educação e Cultura estava ocupado por jovens da esquerda assim como eles (SANTOS, 1993, p.16).

Perante tais circunstâncias, questionou-se: se havia o Cinema Novo e a Bossa Nova, por que não escreverem uma História Nova? Além disso, na introdução da monografia de volume 7, da primeira edição, os autores destacaram que:

A ideia de elaborar uma monografia sobre a evolução econômica do Brasil, desde a Independência até a República, nasceu da necessidade que sentíamos de preencher lacunas dos livros didáticos quanto à evolução econômica e social deste período, para melhor compreensão da História (SANTOS et al., 1964d, p.7).

A elaboração da coleção envolveu as atividades do Centro de Estudos de História (CEH), da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da UB), em especial pelos alunos responsáveis pela edição do *Boletim de História* e pelas atividades do

⁸⁰ De acordo com Abreu (2006), destaca-se a atuação dos jornais: *Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*.

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Aliás, *A História Nova do Brasil* teve também a influência dos militantes do Partido Comunista, militância que Rufino dos Santos não confirma se era por parte de todos os autores (MENDONÇA, 1990). Sua publicação deu-se por meio do órgão do Ministério da Educação e Cultura⁸¹ (MEC), a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) que tinha como diretor Roberto Pontual⁸². Então, consonante à Nelson Werneck Sodré (1986, p.121), foi Roberto Pontual quem sugeriu a publicação de monografias que permitissem a renovação dos estudos de História. Roberto Pontual foi contratado em agosto de 1960 para prestar serviços à Campanha de Assistência ao Estudante (CASES). Logo em seguida, passou à assistente de direção da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEE). Por fim, foi nomeado pelo ministro da Educação e Cultura — Paulo de Tarso — a diretor da DEE.

Por conseguinte, as monografias foram inovadoras ao se consistirem em uma “obra coletiva”, na qual discutia-se o conteúdo a ser abordado em cada volume por meio de um roteiro previamente estabelecido com pontos, temas, cronologia e bibliografia. Para cada monografia temática, havia um redator principal para a elaboração do texto provisório que sofria alterações contínuas de todos os demais membros da equipe. Antes da publicação final, todos os textos eram revisados por Nelson Werneck Sodré (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 52). Ademais, havia a colaboração de outros integrantes não pertencentes ao grupo, como ocorreu no primeiro volume – “*Descobrimento do Brasil*” – escrito por Francisco Falcón, que havia sido aluno da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil de 1952 a 1955 (COSTA PINTO, 2006, p. 354) além de auxiliar da professora Maria Yedda Linhares na cadeira de História Moderna e Contemporânea:

Essa autoria sofre algumas variações, de volume a volume, com a inclusão de outros colaboradores, integrando no grupo ou não, trabalhando sistematicamente com o grupo ou apenas emprestando seu concurso na interpretação de determinada fase ou assunto, sempre definida a autoria coletiva pela relação que acompanha cada um dos volumes. (SANTOS et al., 1965b, p. VIII).

Em depoimentos concedidos pelos autores e publicados em 1993, na coleção intitulada *Memória Brasileira*, lançada pelas Edições Loyola e pela Editora Giordano, a versão da coletividade da obra sempre foi confirmada. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto indicou que

⁸¹ O ministro da Educação e Cultura era Paulo de Tarso, que ficou no cargo de 18 de junho de 1963 a 21 de outubro de 1963. Com a instauração da ditadura civil-militar, foi questionado sobre a *História Nova do Brasil* em inquérito policial-militar (MENDONÇA, 2006, p. 334).

⁸² A nomeação de Roberto Pontual para a direção da Cases foi primordial para aproximá-la do ISEB, viabilizando a concretização do projeto *História Nova do Brasil*. Ressalta-se, assim, que Pontual foi estagiário do instituto em 1963.

havia partes relegadas a um ou outro autor: “como fidelidade a ela, guardo desde então o anonimato individual de ‘quem fez tal parte’. Sempre que perguntado, respondo invariavelmente que foi obra coletiva, o que corresponde à verdade” (1993, p. 64). Rubem César Fernandes concordou com Cavalcanti Neto. Em carta enviada no dia 6 de maio de 1993 a Cláudio Giordano, ele dizia: “gostei do texto do Pedro Celso e me sinto muito bem ‘representado’ por ele [...]. Na História Nova, fizemos, assim, assinávamos uns os textos dos outros, numa autoria coletiva meio promíscua” (FERNANDES, 1993, p. 67). Além disso, se considerarmos a coletividade da obra no sentido de nenhum autor ter assinado a autoria de uma monografia em específico, consequentemente, todos mantiveram-se em sigilo quanto à especificidade de sua elaboração. Portanto, pode-se considerar a coleção como inovadora em um período em que os livros destinados ao ensino eram de autoria individual. Outra inovação era o fato de que alguns autores da coleção possuíam formação ou cursavam História, pois, até o final da década de 1980, muitos autores de livros didáticos no Brasil não tinham formação específica na área (GATTI JÚNIOR, 2004).

Trabalhando exaustivamente até nos finais de semana (CAVALCANTI NETO, 1993), a escrita da *História Nova do Brasil* foi iniciada no segundo semestre de 1963. A primeira edição⁸³ foi lançada no dia 20 de janeiro de 1964, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Além dos autores da coleção e do Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Álvaro Vieira Pinto, estava presente no lançamento o universitário José César Rocho Nicolucci, representando a União Nacional dos Estudantes. Assim, publicada por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), previa-se a confecção de dez volumes, porém, com a instauração da ditadura civil-militar o ISEB foi fechado e depredado, alguns dos autores foram presos e a coleção tida como material subversivo, de forma que o processo de escrita foi interrompido, resultando na publicação de apenas cinco volumes que foram distribuídos gratuitamente pelo correio, para todos os professores de história e geografia registrados no MEC (CAVALCANTI NETO, 1993)⁸⁴ e enviados para as livrarias do Rio de Janeiro em forma de consignação para serem comercializadas (IPM DO ISEB, 1966, p. 3301-3304).

O IPM do ISEB revela que entre 1963 e 1964 foram editados 24.000 (vinte e quatro mil) exemplares da *História Nova*, sendo 5.000 (cinco mil) referentes a monografia “Descobrimento

⁸³ Neste trabalho, foi possível o acesso aos volumes I e IV, da segunda edição, e aos volumes I, III, IV e VII, da primeira edição. Não há alteração entre o conteúdo da primeira e da segunda edição.

⁸⁴ Em conformidade à Cavalcanti Neto (1993), foram distribuídos cinco mil exemplares de cada volume.

do Brasil”, 4.500 (quatro mil e quinhentos) exemplares de “As invasões holandesas”, 6.000 (seis mil) do volume “Expansão territorial do Brasil”, 4.000 (quatro mil) exemplares da “A Independência de 1822” e 4.500 (quatro mil e quinhentos) do volume “Da Independência à República”. Conforme o inquérito, a edição custou Cr\$ 6.212.320,00 (seis milhões duzentos e doze mil trezentos e vinte cruzeiros) e foi paga por meio da Coleta de Preços. De acordo com o documento, os volumes enviados às livrarias em forma de consignação pertenciam a essa remessa de 24.000 (vinte e quatro mil) livros (IPM DO ISEB, 1966, p. 3299) e foram distribuídos conforme podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 05: Distribuição e venda das monografias da *História Nova do Brasil* em consignação nas livrarias do Rio de Janeiro em 1964

Livrarias	Data de envio dos livros	Nº de exemplares de cada volume⁸⁵	Nº total de exemplares enviados	Valor unitário	Valor total da venda
Livraria Freitas Bastos S/A	30/01/1964	30	150	Cr\$ 250,00	Cr\$ 26.250,00
Livraria Ler	30/01/1964	40	200	Cr\$ 250,00	Cr\$ 30.000,00
	24/02/1964	40	200	Cr\$ 250,00	Cr\$ 30.000,00
	06/03/1964	20	100	Cr\$ 250,00	Cr\$ 17.500,00
	15/03/1964	30	150	Cr\$ 250,00	Cr\$ 22.500,00
	19/03/1964	30	150	Cr\$ 250,00	Cr\$ 22.500,00
Livraria São José	30/01/1964	200	1.000	Cr\$ 250,00	Cr\$ 125.000,00
	17/03/1964	15	75	Cr\$ 250,00	Cr\$ 13.125,00
Livraria Civilização Brasileira	30/01/1964	100	500	Cr\$ 250,00	Cr\$ 75.000,00
	05/03/1964	50	250	Cr\$ 250,00	Cr\$ 37.500,00
	18/03/1964	50	250	Cr\$ 250,00	Cr\$ 37.500,00
Cooperativa do MEC	30/01/1964	20	100	Cr\$ 250,00	Cr\$ 17.500,00
	06/02/1964	20	100	Cr\$ 250,00	Cr\$ 17.500,00
	14/02/1964	40	200	Cr\$ 250,00	Cr\$ 35.000,00
-----	-----	-----	Total: 3.425 livros enviados	-----	Total: Cr\$ 506.875,00

Fonte: INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966, pp. 3301 - 3304.

⁸⁵ O quadro refere-se à venda dos exemplares da primeira edição publicada pelo MEC, a saber: “Descobrimento do Brasil”; “As Invasões Holandesas”; “Expansão territorial do Brasil”; “A Independência de 1822” e “Da Independência à República”.

Como podemos perceber, foram enviados 3.425 (três mil quatrocentos e vinte e cinco) exemplares da primeira edição da coleção para as livrarias do Rio de Janeiro entre os meses de janeiro e março de 1964. O pedido de envio de novas remessas, em curto espaço de tempo, revela o grande consumo das obras e aceitação do público leitor. Os documentos apreendidos no IPM do ISEB evidenciam além da recepção da obra, o valor de venda de cada volume, comercializados a Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros). O inquérito também mostra que os valores conseguidos com a venda dos volumes seriam destinados à Campanha de Assistência ao Estudante. Além disso, ao contrário do que achávamos até o presente momento, além da entrega gratuita a professores de História, os documentos apresentam dados de que os volumes também foram comercializados e entregues aos professores de Geografia.

Após a proibição da primeira edição, em 1965, os autores conseguiram publicar uma segunda edição reagrupada por meio da Editora Brasiliense de Caio Prado Júnior⁸⁶, a qual previa seis volumes. Os volumes estariam dispostos da seguinte forma: o primeiro contemplando as temáticas “Descoberta do Brasil”, “Sociedade do Açúcar”, “Invasões Holandesas” e “Expansão Territorial”. No segundo as temáticas “Mineração”, “Independência de 1822” e “Crise da Regência”. No terceiro, “Império”. No quarto, “Abolição”, “Advento da República” e “Floriano”. No quinto, “República Oligárquica” e no sexto, “Revolução Brasileira” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. VIII). Porém, só foram publicados os volumes de números um e quatro⁸⁷, porque dois meses após o lançamento da segunda edição os exemplares foram cassados e os números posteriores jamais foram editados.

As monografias publicadas tiveram grande aceitação do público, que, no Estado de São Paulo, pagava dez mil cruzeiros⁸⁸ para obter cada volume da obra e fazia filas de leitura quando esta não se encontrava para aquisição. Dentre o público leitor, encontravam-se professores, estudantes e membros de sindicatos e grêmios estudantis, pois a proposta não se restringia apenas a textos escritos, mas também a palestras e cursos. Em atividade no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, os autores da coleção fizeram algumas conferências externas, e o Departamento de História ministrou um curso de seis aulas no Sindicato dos Metalúrgicos (SODRÉ, 1986).

⁸⁶ Nelson Werneck Sodré entrou em contato com Caio Prado Júnior para publicar a segunda edição pela sua editora. Embora tivessem perspectivas diferentes sobre o Brasil, possuíam uma relação muito cordial.

⁸⁷ As cópias dos índices dos volumes I e IV encontram-se nos anexos dessa tese.

⁸⁸ A título de comparação de valores entre o preço de cada monografia da *História Nova do Brasil* (10.000,00 cruzeiros) e demais produtos vendidos no mesmo período, encontrou-se nos anúncios do jornal *Última Hora* que constam no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do dia 2 de março de 1964, nas páginas 2 e 3: um aparelho de jantar vendido por 6.390,00 cruzeiros e um ventilador por 17.000,00 cruzeiros.

Em entrevista concedida à Mendonça no dia 19 de maio de 1987, José Ênio Casalecchi – professor de História que recebeu as monografias e as utilizou em sala de aula – demonstrou a recepção das obras por parte dos professores:

Eu fui um daqueles que recebeu o envelope com as monografias e uma carta da História Nova, e depois acabei lendo e escrevi uma carta resposta, pedindo mais volumes. Tinha um grupo de professores saído da USP, que começou a dar aula em torno da HISTÓRIA NOVA. Se deu resultado eu não sei, porque isso não se sabia medir. Eu me lembro que teve um concurso que um amigo meu prestou em 66, para professor do Estado, e ele se preparou para a prova didática com a HISTÓRIA NOVA e foi aprovado. Havia um clima favorável [...]. A HISTÓRIA NOVA valeu pelo menos de aplicação – pois pouca gente aplicou – e mais pelo impacto, por colocar a péssima qualidade dos livros didáticos da época e oferecer uma alternativa. (CASALECCHI *apud* MENDONÇA, 1990, p. 33).

Inclusive, podemos ver outra perspectiva da coleção pelo depoimento da professora da Universidade do Brasil Maria Yedda Linhares, concedido à Marieta de Moraes Ferreira:

A História Nova do ISEB? Nunca concordei com o projeto. Eu achava que seria interessante fazer uma história de qualidade com outras perspectivas além das da história tradicional do Hélio Viana, mas também não era aquele modelo de história que eu gostaria de fazer (FERREIRA, 1992, p. 231).

Linhares era crítica da literatura que saía do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a considerava superficial e defendia a história como uma ciência que levasse a reflexão, mas que fosse baseada em dados e fatos: “É claro que eu sabia que nossos cursos tendiam a ser monográficos, ou melhor, temáticos, e temia que faltasse uma costura. Depois de muito refletir, cheguei à conclusão de que a visão de conjunto seria dada pela história das relações internacionais” (FERREIRA, 1992, p. 231).

Além das distintas recepções que a *História Nova* recebia, havia uma diferença significativa na apresentação material das capas entre as duas edições das monografias. As capas da primeira edição⁸⁹ não possuíam imagens, tinham um fundo branco com um símbolo gráfico do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Divisão de Educação Extra-Escolar e da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), e o título da monografia escrito com letras grossas seguidos do nome da coleção e volume em letras finas. Como podemos observar nas figuras 7, 8, 9 e 10, a seguir:

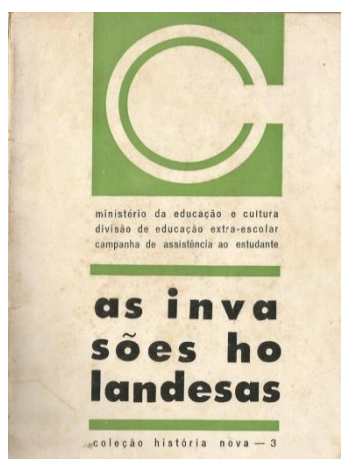
⁸⁹ O volume I da 1ª edição apresentava detalhes em azul, no formato 13x19 cm, com 94 páginas; o volume III, detalhes em verde, no formato 13x19 cm, com 79 páginas; o volume IV, detalhes em vermelho, no formato 13x19 cm, com 78 páginas e o volume VII apresentava detalhes alaranjados, no formato 13x19 cm, com 75 páginas (CLEMENTE, 2013).

Figura 7 – Capa da 1ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*.



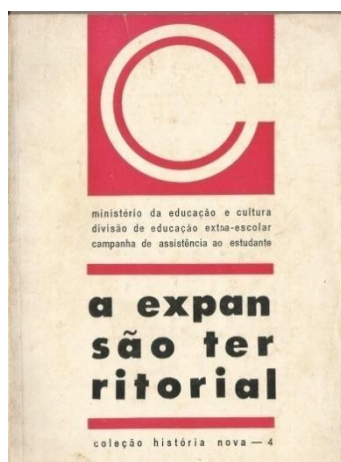
Acervo pessoal: Maria Amélia Garcia de Alencar.

Figura 8 – Capa da 1ª ed. do volume III da coleção *História Nova do Brasil*.



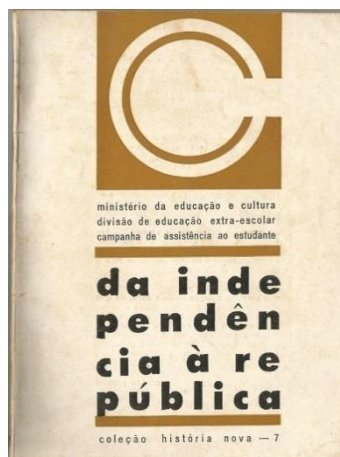
Acervo pessoal: Maria Amélia Garcia de Alencar.

Figura 9– Capa da 1ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*.



Acervo pessoal: Maria Amélia Garcia de Alencar.

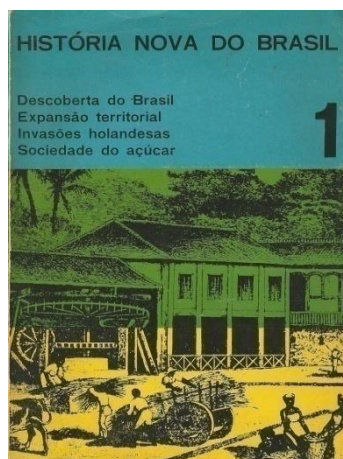
Figura 10 – Capa da 1ª ed. do volume VII da coleção *História Nova do Brasil*.



Acervo pessoal: Maria Amélia Garcia de Alencar.

Quanto às capas da segunda edição, elas apresentavam-se de forma distinta, pois continham imagens e eram expedidas nas cores azul, verde e amarela. O volume I trazia a imagem de um engenho de cana-de-açúcar com sete escravos em atividade braçal, enquanto o volume IV trazia a representação de um homem e três mulheres exercendo uma atividade comercial. Vejamos as figuras 11 e 12, a seguir:

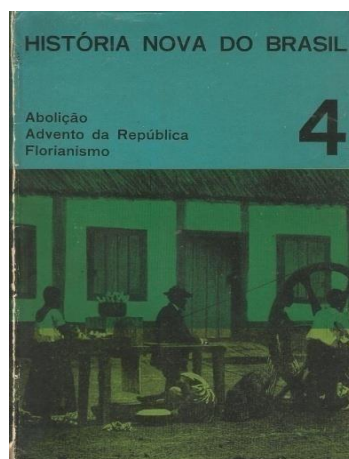
Figura 11– Capa da 2ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*⁹⁰.



Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

⁹⁰ Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Descoberta do Brasil*”, “*Expansão territorial*”, “*Invasões holandesas*” e “*Sociedade do açúcar*”. Publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 209 páginas.

Figura 12 – Capa da 2ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*⁹¹.



Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

Quanto às capas, é importante destacarmos a ausência dos nomes dos autores em todas as edições analisadas da *História Nova do Brasil*. A omissão pode ser vista como uma atitude proposital dos autores para ressaltar a coletividade da obra, colocando-a como de todos. Ademais, o formatos das capas da primeira edição (13x19 cm) e da segunda edição (14x21 cm) eram relativamente pequenos para comportarem as imagens, título da obra, editora e nomes de todos os autores em um mesmo espaço.

No que diz respeito à confecção textual interna, tanto da primeira como da segunda edição da obra, constatamos que a letra do texto possuía um tamanho relativamente pequeno, a escrita era rebuscada, com alguns erros de digitação. O método utilizado era o materialismo histórico, os autores não faziam nenhuma citação no corpo do texto de outros autores, apenas em nota de rodapé. O índice vinha no início, os títulos e subtítulos das temáticas eram destacados em negrito e sempre em letras minúsculas, continha várias notas de rodapé, não tinha imagens, atividades, diagramas, tabelas, boxes informativos, gráficos ou glossários. Além disso, averiguamos que ao final de cada temática continha um texto de conclusão geral e uma lista de autores indicados nas referências bibliográficas. A partir disso, inferimos que as referências eram uma forma dos autores indicarem livros para leitura aos professores do interior do país, onde tinha-se pouco acesso ao ensino superior.

Ademais, em suas referências bibliográficas, algumas obras de intelectuais da historiografia brasileira são mencionadas constantemente, são elas: *Formação Econômica do*

⁹¹ Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Abolição*”, “*Advento da República*” e “*Florianismo*”. Publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 159 páginas.

Brasil, de Celso Furtado; *História Econômica do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo e Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior e *Formação Histórica do Brasil*, *O que se deve ler para conhecer o Brasil* e *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré.

2.2.1. A CRÍTICA AOS LIVROS DIDÁTICOS E AO ENSINO DE HISTÓRIA PRESENTES NA COLEÇÃO

*Não há erro enquanto não há opção: os que escreveram no passado estão, por isso, isentos de condenação, embora não estejam isentos de críticas. A partir do momento em que o caminho único se bifurca, fazer história distanciada da vida encontra oposto em fazer história ligada ao interesse coletivo: permanecer naquela é uma opção. Representa erro que merece repulsa; só pode ser essa a atitude com relação aos que perderam o contato com a vida. E esses, almas penadas fora do túmulo, são cada vez em menor número. SANTOS et al. *História Nova do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v.4, 1965b, p. 3-4.*

O livro didático apresenta múltiplas funções, coexiste com outros suportes educativos e envolve desde a sua concepção até a sua recepção uma diversidade de agentes, como o Estado, editoras, autores, estudantes e instituições de ensino. Sua definição pode variar de acordo com o ambiente social, político e cultural onde foi produzido, a quem se destina e suas formas de uso (CHOPPIN, 2004). Assim, há diversas definições sobre o que vem a ser um livro didático (BITTENCOURT, 2001; SCHMIDT, 2006; FREITAS, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Por esse ângulo, há uma definição estabelecida pelo Estado Brasileiro pelo Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que considera como livro didático os compêndios e os livros de leitura de classe. O mesmo decreto também cria a Comissão Nacional do Livro Didático e estabelece as normas para o processo de autorização do manual escolar, tais como: a autorização para uso do material concedida pelo autor, editor, importador ou vendedor, os quais deveriam ser feitos em petição dirigida ao Ministro da Educação, juntamente com três exemplares da obra. Além disso, membros da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) não poderiam solicitar autorização para obras de sua autoria e as reedições de compêndios escolares autorizados deveriam ser comunicadas à CNLD. As capas precisariam conter impresso os dizeres: “Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação”, seguido do número do registro feito pela CNLD, e a relação completa dos manuais autorizados deveria ser publicada pelo Ministério da Educação em janeiro de cada ano no Diário Oficial. Ademais, o decreto previa as causas para o impedimento da autorização do uso de manual escolar se

atentasse contra a unidade, independência ou honra nacional, se fosse contrário ao regime político adotado pela Nação, ofendesse o Chefe de Estado ou instituições nacionais, desprezasse as tradições nacionais e atentasse contra a família e a indissolubilidade dos vínculos conjugais, dentre outros.

Para esta pesquisa, consideramos as definições estabelecidas por alguns historiadores, em que o livro didático materializa a disciplina escolar e está vinculado ao processo de ensino e aprendizagem (FREITAS, 2009). Ademais, ele poderia ser percebido como uma mercadoria, portanto, um objeto de valor no mercado editorial; um depositário dos conteúdos a serem ensinados que seguiam programas curriculares estabelecidos pelo Estado e refletiam a sociedade onde foi produzido; um instrumento pedagógico em sala de aula com a mediação do professor (BITTENCOURT, 1993) e pode trazer o sistema de valores e visão de mundo dos autores (FRANCO, 1982). Diante de tais definições, concebemos a escrita da História presente nos livros didáticos com uma fonte para a compreensão da história da historiografia do ensino de história.

Nesse viés, a escrita da coleção *História Nova do Brasil* insere-se no contexto de promulgação da Lei 4.024/61 e das reformas de base no governo João Goulart. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961 (Lei 4.024/61), foi pensada e elaborada para nortear a organização do sistema de ensino brasileiro, proposta em 1948 pelo ministro da Educação Clemente Mariani. Ela deveria vir com a apresentação de um projeto substitutivo, em janeiro de 1959, pelo deputado Carlos Lacerda, acentuando na sociedade os debates acerca da oferta do ensino à população e o papel do Estado.

O Substitutivo Lacerda foi altamente combatido pelos defensores da expansão das escolas públicas, que organizaram um substitutivo, apresentando-o à Comissão de Educação da Câmara Federal pelo deputado Celso Brant (PALMA FILHO, 2005). Em vista disso, sobressaíram-se em defesa da escola pública membros do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, convocados novamente em 1959, como expressão coletiva dos intelectuais no anúncio da defesa do ensino público, o qual foi fundamentado em uma educação “integral, liberal, democrática, universal, laica, obrigatória e gratuita” (MANIFESTO de 1959, *apud* MACHADO; MELO, 2012, p. 69), tendo à frente Anísio Teixeira, o jornal *O Estado de São Paulo* e alguns professores da Universidade de São Paulo, como o professor Florestan Fernandes. Desta forma, estabeleceu-se o embate entre aqueles que defendiam a expansão do ensino público e aqueles que buscavam impedi-lo. No mesmo ano, o plenário da Câmara Federal iniciou a discussão dos dois projetos, tentando se posicionar de forma conciliatória

(PALMA FILHO, 2005). Em seguida, em 1961, foi promulgada, pelo presidente João Goulart, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61).

Quanto à Lei 4.024/61, foi previsto por meio dela a organização de um Conselho Federal de Educação bem como um currículo flexível para todo o território nacional e designado ao Estado a tarefa de ofertar escolas, embora não exclusivamente, a fim de evitar o monopólio e garantir a liberdade de ensino, que agora passava a ser, perante a lei, público e de direito de todos. Deste modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação buscava estabelecer as competências que caberiam a cada esfera administrativa.

O ensino secundário continuou a ser subdividido nos ciclos: ginásial, de quatro anos, colegial, de três anos, ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores) e superior (MACHADO; MELO, 2012), sendo que as diretrizes curriculares estabelecidas para o ensino médio renovaram os currículos ao admitir disciplinas obrigatórias ou optativas e práticas educativas (SOUZA, 2009). Desta maneira, em um contexto de crescente industrialização do país, que necessitava de mão-de-obra, a Lei 4.024/61 iniciou um processo de tecnicização da formação escolar. Os programas escolares – estabelecidos em consonância com as reformas do período Vargas e com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – continuaram a formar o cidadão em conformidade com os interesses do Estado (ABUD, 1997).

No que se refere aos autores da coleção *História nova do Brasil*, sua escrita continha uma crítica aos compêndios de história destinados ao nível ginásial e colegial utilizados em sala de aula no início da década de 1960. Entre os compêndios analisados e criticados pelos autores, destacam-se: *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Vitor Mussumeci, publicado pela editora do Brasil em 1960; *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Joaquim Silva, publicado pela Cia. Editora Nacional em 1956; *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Alcilindo M. Souza, publicado pela Cia. Editora Nacional em 1955; *História do Brasil*, 2º ano colegial, de Alfredo d’Escragnolle Taunay e Dicamor Moraes⁹², publicado pela Cia. Editora Nacional em 1952; *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Antônio José Borges Hermida publicado pela Cia. Editôra Nacional em 1959; *História do Brasil*, 4ª série ginásial e *Compêndio Histórico do Brasil* 1ª série ginásial, ambos de Vicente Tapajós, publicados pelas Organizações Simões em 1957 e *História do Brasil*, 1ª e 4ª série ginásial, de Ary da Matta publicado pela editora Cia. Editora Nacional em 1960.

⁹² Ademais, foi criticado um segundo manual escolar escrito por Alfredo d’Escragnolle Taunay e Dicamor Moraes, a saber: *História do Brasil*, 1ª e 2ª série ginásial, publicado pela Livraria São José em 1962.

A partir da análise dos manuais escolares os autores da *coleção* consideraram grave a situação do ensino de história brasileiro por encontrarem concepções simplistas da realidade histórica, narrativas em torno de nomes, fatos isolados e uma leitura eurocêntrica (SANTOS *et al.*, 1965a):

Quanto aos compêndios, julgamos que também nesse setor a situação é das mais graves. Analisamos detidamente os que existem à disposição de alunos e mestres nas principais livrarias, tanto para o nível ginasial quanto para o colegial e, a par de uma constante repetição de planos, capítulos e parágrafos, encontram-se por toda parte os mesmos erros, as mesmas simplificações grosseiras, o mesmo gosto pela narração em torno de ‘figuras de proa’, tudo muito recheado de nomes e fatos (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 7).

Outrossim, os coautores da *História Nova do Brasil* acusavam os autores de livros didáticos de apresentarem narrativas que evidenciavam a vocação marítima de Portugal como a causa das grandes navegações, exaltação do domínio holandês no Nordeste, exaltação do pacifismo imperial e o humanitarismo dos proprietários de escravos (SANTOS *et al.*, 1965a, p.153). Quanto à temática “As invasões holandesas”, os autores criticavam o caráter atribuído na literatura didática brasileira pela narrativa essencialmente bélica, um relato pormenorizado de batalhas que reduzia inteiramente a importância do processo (SANTOS *et al.*, 1965a):

[...] nossos livros didáticos de História parecem, por outro lado, insensíveis às transformações que ocorrem no mundo [...] insistem em narrar com minúcias somente os combates e, nas invasões holandesas, então, praticamente não conseguem sair disso. Pretendem inspirar civismo apenas pela valorização das guerras de que participamos. É por isso que ressaltam os grupos raciais que participaram das lutas, não conseguindo ver aí as camadas sociais e as diferentes posições por elas adotadas durante o domínio holandês. Não se trata, evidentemente, de omitir as guerras na História. As de libertação nacional, por exemplo, devem ser bem estudadas e divulgadas. [...], mas não se confunda a análise histórica de uma guerra com o relato pormenorizado de batalhas. (SANTOS *et al.*, 1965a, p.91)

No trecho acima, os coautores fazem referência ao professor catedrático da Cadeira de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Hélio Viana e sua obra *História do Brasil*, publicada em 1961. No entanto, essa mesma narrativa sobre as invasões holandesas, cheia de minúcias e enfatizando apenas o caráter bélico, também se encontra nos manuais escolares de Vicente Tapajós, Antônio José Borges Hermida e Ary da Matta.

Com relação às técnicas didáticas, elas não estavam no centro das discussões dos autores da coleção, pois, apesar de serem consideradas válidas, colocavam o conteúdo em primeiro

plano, visto que, sem a concepção científica que eles julgavam relevante naquele momento para o ensino de História, nenhuma técnica seria válida. Ademais, o ensino deveria fugir da narrativa pura e simples do emaranhado de nomes e datas e do modelo positivista que ocasionavam uma “escamoteação do passado” voluntária ou inconsciente daquilo que eles consideravam como essencial, mas que poderia ser esquecido em meio a nomes e datas, ou seja, das minúcias. Com isso, a exposição do conteúdo deveria ter como centro a época e suas características, seguidos de análise e explicação causal, suas origens e projeções, tomando por base tendências dominantes.

De acordo com os autores da *História Nova do Brasil*, os manuais escolares daquela época contribuíam para “criar estereótipos”, apresentando uma abordagem política e biográfica, na qual a sociedade brasileira era tratada de forma homogênea e não nas especificidades das classes sociais. Os manuais escolares enfatizaram os chamados “grandes estadistas”, “grandes diplomatas”, ao ponto de estabelecerem absurdos como no *Manual de História do Brasil*, de Vicente Tapajós, publicado em 1957, que comparava o defensor da escravidão, Bernardo Pereira de Vasconcelos, a Mirabeau. Assim, a história era narrada por meio de uma série de biografias de personagens considerados “ilustres”, sem considerar a época, a sociedade e a atuação deles, de forma que essa própria biografia tinha uma função autoexplicativa.

Além disso, outra crítica estabelecida aos compêndios era quanto à apresentação do Duque de Caxias como um político pacificador, em que se explicava a aparente tranquilidade do 2º reinado pela “sabedoria dos grandes diplomatas”. Para os autores da *História Nova*, essa narrativa distorcia que a expansão da lavoura de café é que havia dado condições aos senhores de terras e escravos para executar uma política de consolidação de seu poder em todas as áreas, de tal modo que “as ‘pacificações’ de Caxias explicam-se, justamente, na consolidação do poder por essa classe” (SANTOS *et al*, 1964, p. 11).

Esses autores criticavam também como a literatura didática abordava o descobrimento do Brasil mediante uma concepção simplista e distante da realidade histórica, apresentado por meio de uma longa digressão em torno de Colombo e suas viagens, além do destaque que era atribuído ao D. Henrique e à Escola de Sagres, de maneira que algumas narrativas tornavam-se recorrentes. Também criticavam que os compêndios escolares dedicavam um grande espaço para o estudo antropológico do índio, deixando de lado a perspectiva histórica.

Quanto ao período regencial, julgavam a abordagem dos manuais escolares no sentido de que somente evidenciavam o aspecto externo do fato histórico, não relacionando fatores econômicos, sociais e políticos. Para os autores, a regência ocorreu em um momento de crise

da estrutura da produção colonial, na fase de decadência da lavoura de açúcar e de algodão. Outra crítica estabelecida está relacionada a Barão de Mauá, no qual o seu insucesso aparece nos manuais escolares como sendo espontâneo, porém, para os autores o malogro de Mauá representava os fracassos do capital nacional, tendo suas causas no latifúndio e no capital estrangeiro (SANTOS *et al*, 1964, p.53).

Ademais, era criticado que o trabalho nos livros didáticos era tratado apenas em momentos que antecederam a Abolição. Para os escritores da *História Nova*, a abordagem deveria envolver a estrutura de classes da sociedade brasileira no século XIX, traçando um paralelo com as nações europeias, na qual predominava o trabalho livre, o que demonstrava como a escravidão era um passivo colonial, ou seja, exemplo de um Brasil colonial e dependente.

Referente à escravidão, ela teria sido um dos pontos mais alterados nos livros didáticos que sugeriam que apenas alguns senhores usavam de maus-tratos para fazer do trabalho escravo obrigatório, de modo que afirmavam que a escravidão não era desejada pelos estadistas do Império a ponto de apresentarem uma monarquia abolicionista e que era a favor da República:

Afirmam mesmo que a escravidão não era desejada pelos estadistas do Império, como é o caso do professor Hélio Viana que, em sua *História do Brasil*, diz: ‘A abolição da escravatura foi sempre uma aspiração dos estadistas do Império, desde o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, como dos Imperadores D. Pedro I e II’. Se os estadistas não eram a favor da escravatura, como é que era mantida? (SANTOS *et al*, 1964, p. 67-68).

Ademais, para os autores, os manuais colocavam o fim da escravidão com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel sem nenhuma problematização econômica, social e política da questão dos negros no país:

São, indubitavelmente, o número predominante dos habitantes das favelas, das cabeças de porco e dos mocambos. Numa palavra, dentre os grupos étnicos que formam a população brasileira, são os mais infelicitados pela nossa organização econômico-social, em número e em profundidade. Por que? Teria havido um erro na forma pela qual foi encaminhada a Abolição? Teria sido uma frustração a Lei Áurea? Nenhum manual didático de história do Brasil levantou essas perguntas. Denunciamos, repetidas vezes, a ausência de problemática real e importante nas páginas de nossa literatura historiográfica. Assinalámos, mais de uma vez, a sua despreocupação com o que interessa e a sua preocupação com o inócuo, com o que não aproveita a ninguém exceto ao lucro dos que escrevem e comerciam. É hora de mais uma denúncia: nenhum daqueles manuais guardando linha de coerência nunca desviada, inclui ou incluiu do mais culto ao menos informado, do mais honesto ao menos criterioso, do historiador erudito ao fazedor de livros, uma linha sequer sobre o destino da massa escrava. A questão do trabalho escravo é, para eles, a questão da Lei Áurea e da campanha abolicionista, simplesmente (SANTOS *et al*, 1965b, p. 3)

Percebe-se, assim, que os coautores apresentavam uma escrita da História sobre a abolição da escravidão diferente das encontradas nos compêndios escolares do período, destacando a sociedade, economia e política, em que se buscava discutir a situação do homem pobre brasileiro, enquadrando a abolição na questão do trabalho, evidenciando a sua continuidade mesmo após a assinatura da lei Áurea pela Princesa Isabel.

Quanto ao ensino de História, defendiam que os programas secundários deveriam abranger o estudo da História nacional e internacional simultaneamente. Para eles, esta seria a única forma correta para se explicar o Brasil e interpretar o mundo. Para isso defendiam o fim da clássica divisão entre História Geral e História do Brasil:

[...] as distorções são fartas, sobram equívocos. São uma distorção e um equívoco, por exemplo: a vocação marítima de Portugal como a causa das grandes navegações, a exaltação ou a condenação do domínio holandês no Nordeste, o heroísmo e o desprendimento dos bandeirantes, a exaltação do ‘pacifismo’ e da tranquilidade imperial, o paternalismo como traço inerente ao escravismo brasileiro, o humanitarismo dos proprietários de escravos em geral e da princesa Isabel em particular, a condenação peremptória do ‘florianismo’, para só citar alguns. (SANTOS *et al*, 1965a, p.153)

Conforme os autores da *História Nova*, esses equívocos eram um legado da formação colonial, os quais eram utilizados para mostrar a inferioridade dos brasileiros enquanto povo, uma incapacidade coletiva de dirigir a sua própria História. Assim sendo, nenhuma dessas interpretações serviam para o progresso do Brasil e para a construção da nação, sendo necessária a modificação da sua escrita:

Não é, certamente, por acaso, que vigoram em abundância na consciência do nosso povo mitos e preconceitos de toda espécie. A incapacidade de explicar cientificamente as ocorrências de nosso passado força a saída pelos estereótipos e pelo engano. E a incapacidade é, sem dúvida, fruto do embrutecimento que nos legou a nossa formação colonial. País dependente – e não falamos da dependência política, mas da econômica, muito mais onerosa – estivemos sempre muito bem informados do que se passava na metrópole, desconhecendo sempre o que ocorria em nossa própria casa. Aprendemos a ignorar o que havia de positivo, de meritório, na nossa formação e a mascarar o que nela havia de negativo, de vergonhoso: no fundo, engano total. (SANTOS *et al*, 1965a, p.153)

Além do mais, a análise das críticas tecidas pelos coautores aos manuais escolares, utilizadas nas décadas de 1950 e 1960, possibilita perceber de forma simultânea a escrita da História que eles combatiam e a própria escrita presente na coleção, revelando uma historiografia oficial dominante no ensino de história daquele período vinculada à memória

histórica construída pelo IHGB⁹³, a qual era constituída por uma narrativa de elogio à colonização, mestra da vida, biográfica, positivista, factual e quadripartite. A historiografia que vinha sendo elaborada pela *História Nova do Brasil* opunha-se à do IHGB, pois a coleção didática estava intrinsecamente ligada à interpretação nacional-burguesa presente no Instituto Superior de Estudos e as análises de Nelson Werneck Sodré. Tratava-se de um projeto nacional pautado na industrialização e na independência política, econômica e cultural, a qual elegia o povo como personagem central da História do Brasil, dando a ele a função de construção da nação e promoção do desenvolvimento de que o país precisava para deixar a sua condição de subalternidade e superar as barreiras do imperialismo.

Nesse cenário, o livro didático foi muito utilizado como objeto de consumo rápido, o que resultou na sua paupérrima ou quase nula conservação, dificultando a sua localização, recuperação e catalogação (MOREIRA, 2017). Diante de tal fato, conseguimos ter acesso apenas a três exemplares dentre os manuais criticados, que, embora tenham edições diferentes das consultas pelos autores da *História Nova do Brasil*, devemos considerar que naquele período diversas estratégias eram usadas para que uma obra fosse editada inúmeras vezes, como a utilização do termo “novo” nas capas dos compêndios, dando a impressão ao comprador que o conteúdo traria algo diferente, ainda que o conteúdo do livro fosse o mesmo. Dentre os manuais, tivemos acesso à *História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico* de Ary da Mata, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1951; ao *Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial* de Vicente Tapajós, publicado pela Editora Livros Organizações Simões e ao *Compêndio de História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio* de Antônio José Borges Hermida, publicado pela Companhia Editora Nacional em 1966.

O manual escolar *História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico*, de Ary da Matta⁹⁴, publicado em 1951⁹⁵, destacava na contracapa que estava de acordo com a portaria nº 53 de 28 de janeiro de 1946, trazendo um símbolo gráfico que remetia à autorização da obra pelo Ministério da Educação e Saúde, mediante o registro nº 1.151, uma estratégia de venda e de divulgação, pela qual buscava-se legitimar a obra do autor e a sua qualidade. A capa é amarela, com a lateral marrom, sem imagens. Na parte superior, contém o nome do autor em

⁹³ A literatura didática nos anos 1960, em sua grande maioria, era escrita por professores do Colégio Pedro II afiliados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁹⁴ Ary da Matta foi professor do Instituto Lafayette e do Colégio Pedro II.

⁹⁵ O livro utilizado pelos autores da *Coleção História Nova do Brasil* é de 1960, entretanto, tivemos acesso apenas a terceira edição, publicada em 1951.

letra fina, abaixo o título da obra e, na parte inferior, o nome da editora acompanhado do local de produção, como podemos observar na figura 13, a seguir:

Figura 13– Capa da 3ª ed. do livro *História do Brasil para o Terceiro Ano do curso Comercial básico*⁹⁶.



Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso

No que diz respeito à confecção textual da obra, pode-se ressaltar que a fonte do texto possui aproximadamente tamanho 12, o índice vem ao final, o livro é dividido em três partes – Brasil Colonial, Independência e História Imperial –, títulos e subtítulos das temáticas vêm destacados ora em maiúsculo ora em negrito, possui dezoito imagens publicadas em preto e branco – justificada pelo preço final do produto que ficava menor –, mas sem nenhuma análise profunda, apenas ilustravam a obra. Ao final de cada unidade, haviam atividades em formato de exposição oral, redação ou exercícios escritos, um mapa⁹⁷ em preto e branco, um diagrama⁹⁸, uma tabela⁹⁹, não havia boxes informativos, gráficos, glossários, nota de rodapé e referências bibliográficas utilizadas para a escrita da obra. Além disso, apresentava uma história vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua escrita era acessível. Embora o livro trouxesse poucas propostas de atividades, a História positivista, factual e mestra da vida ficava evidente nas questões solicitadas aos estudantes para serem respondidas em forma oral ou em redação: “Dados biográficos de Martim Afonso de Souza” (MATTA, 1951, p. 22), “causas gerais das guerras flamengas” (MATTA, 1951, p. 120). Nesse sentido, o autor também traz em

⁹⁶ Publicado pela Companhia Editora Nacional em 1951, no formato 13x19 cm, com 261 páginas. Autoria de Ary da Motta.

⁹⁷ O mapa reproduzia a distribuição das capitanias no século XVI.

⁹⁸ O diagrama apresentado trazia a miscigenação brasileira baseado nos trabalhos de Nina Rodrigues.

⁹⁹ A tabela resumia a origem de cada capitania e seus donatários no século XVI.

sua escrita a biografia de vários personagens da história, como de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), de Getúlio Vargas e dos padres José Anchieta e Manuel de Nóbrega, tecendo elogios a suas atuações e ao papel da Igreja na catequização dos índios¹⁰⁰.

O manual escolar de autoria de Ary da Matta, inicia-se com a apresentação dos descobrimentos portugueses, enfatizando os feitos de D. Henrique e a Escola de Sagres. Quanto ao “Descobrimento do Brasil”, o autor descreve a expedição de Cabral, fazendo uma narrativa minuciosa do percurso. Posteriormente, Ary da Matta dedica-se ao debate acerca dos “pontos controvertidos”, abordando a questão da intencionalidade do Descobrimento, do local, da data e do nome. Ao expor as primeiras expedições no Brasil, novamente faz uma narrativa pormenorizada dessas expedições, destacando suas finalidades e resultados, o mesmo ocorre com as Bandeiras e Entradas.

Quanto à formação étnica, o negro é apresentado por meio da sua origem, se bantos ou sudaneses, e quanto a sua influência religiosa e cultural. O escravo negro é tratado como o “esteio econômico da lavoura e da mineração”, sendo “o pé e as mãos do Brasil” (MATTA, 1951, p. 63) e a abolição é apenas citada mediante os artigos 1º e 2º da Lei Áurea assinada pela princesa Isabel, que declarava extinta a escravidão no Brasil, revogando as disposições em contrário, sem problematizar a questão (MATTA, 1951, p. 218).

Com relação as invasões holandesas, esse fato é narrado apenas sob o seu caráter bélico, e assim como no manual escolar de Vicente Tapajós, tal fato teria unido elementos díspares do Brasil, surgindo o sentimento nativista. Já a abertura dos Portos, com a chegada da família real portuguesa no Brasil, é evidenciada como “medida real de inestimável valor” para a economia do país, no qual D. João é descrito como um regente astucioso e hábil¹⁰¹ (MATTA, 1951, p. 138). Já D. Pedro I é descrito com um espírito independente e voluntarioso (MATTA, 1951, p. 146), e a narrativa da independência do Brasil é heroica:

‘Laços fora, soldados!’ ‘Camaradas, as Côrtes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil: cumpre, portanto, declarar já a sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal’. Sua espadana rebrilhou ao sol daquela tarde de 7 de setembro de 1822. ‘Independência ou Morte seja a nossa divisa.’ (MATTA, 1951, p. 151)

¹⁰⁰ Sobre a expulsão dos jesuítas do Brasil, Ary da Matta (1951, p. 103) escreveu: “[...] privou o Brasil de um elemento de ordem e moderação, pacífico e construtor, voltado às tarefas da instrução e da catequese, de alto teor de moralidade, insuspeitos na sua devoção religiosa e no seu afã colonizador”.

¹⁰¹ Outro momento que o autor tece elogios à D. João VI refere-se à invasão da Guiana Francesa no início do século XIX: “A administração portuguesa da Guiana corresponde ao período de maior prosperidade que logrou alcançar, até nossos dias. O inteligente governador português fez introduzir no Brasil vegetais de grande valor econômico como a noz-moscada, o cravo-da-índia, a fruta-pão, o abacateiro, a cana chamada caiena e a toranja” (MATTA, 1951, p. 141).

Ary da Matta (1951) não questiona o sentido e significado da Independência do Brasil, a toma como realizada e ressalta que a notícia uniu os brasileiros dispostos a lutar pela sua defesa. Já na narrativa da proclamação da República, o autor destaca que o Marechal Deodoro da Fonseca relutava em participar do seu comando devido a sua gratidão e deveres à D. Pedro II. Ademais, a notícia do banimento do imperador é apresentada com certo sentimentalismo ao saber da sua retirada do país: “Respondeu D. Pedro II algumas horas depois com comovente patriotismo, dignidade e alta compreensão de seus deveres civis” (MATTA, 1951, p. 229). Logo em seguida, ao tratar os governos durante o período republicano, Ary da Matta salientou que, dentre os bons resultados do governo do presidente Epitácio da Silva Pessoa, constava a revogação da lei do banimento da família imperial (1951, p. 238). Além do mais, o livro encerra-se com a deposição de Getúlio Vargas e a aproximação do Brasil com os Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbour.

Ao longo desse texto, Ary da Matta recorre à retórica ao citar alguns autores, como José Capistrano de Abreu, Francisco Adolfo de Varnhagen, Jônatas Serrano e Frederico Felipe von Martius. Esses intérpretes do Brasil também são retratados como aqueles que trouxeram “contribuições definitivas para a História da Pátria” (MATTA, 1951, p. 210) ao lado de outros como José Maria Paranhos (Barão do Rio Branco), José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), Oliveira Lima e Joaquim Nabuco. Uma das características da retórica é recorrer à autoridade de outros pensadores para sustentar seus argumentos (CARVALHO, 2000, p. 137), de forma que muitos intelectuais brasileiros debruçavam-se sobre o uso de citações de autores/pesquisadores/pesquisas de outros países, buscando sua legitimação. Esse procedimento pode ser percebido também nos manuais escolares de Borges Hermida e Vicente Tapajós.

Outro compêndio analisado pelos autores foi o *História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio* de Borges Hermida¹⁰², publicado em 1966, encontrava-se na quinquagésima edição, revelando o seu grande uso nas escolas brasileiras e destacava na contracapa que estava de acordo com as indicações do Conselho Federal de Educação (Lei de Diretrizes e Bases¹⁰³). Isso tratava-se de uma estratégia muito utilizada por autores e editoras de livros didáticos para a venda e divulgação da obra, de modo a reconhecer sua autoria e qualidade.

¹⁰² Antônio José Borges de Hermida era licenciado em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) e foi professor do Colégio Pedro II e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁰³ Entende-se por Lei de Diretrizes e Bases a lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

A capa¹⁰⁴ era chamativa, com cores fortes (predominantemente azul), continha uma imagem colorida de um homem bem vestido, com gravata borboleta, uma faixa vermelha passada lateralmente em seu corpo. Em seu terno, ao lado esquerdo, havia dois símbolos que podemos inferir como sendo um brasão e uma insígnia. Ao fundo muitos livros, sua mão esquerda estava apoiada sobre uma folha. Na parte superior, continha o nome do autor em letra fina, abaixo o título da obra, como podemos observar na figura, a seguir:

Figura 14 – Capa da 50ª ed. do livro *Compêndio de História do Brasil* primeira e segunda série do curso médio¹⁰⁵.



Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

No que diz respeito à confecção textual da obra, pode-se salientar que o texto vinha dividido em duas colunas, a fonte da letra era pequena e o índice geral no início. O livro estava dividido em duas partes – Brasil colonial e Brasil independente –. Os títulos eram escritos com letras maiúsculas e os subtítulos com letra minúscula, possuía cento e vinte e sete imagens publicadas – algumas eram coloridas –, mas sem nenhuma análise profunda, ou seja, apenas ilustravam a obra. Ao final de cada unidade, continha atividades em formato de questionário, texto de leitura e um resumo, catorze mapas – alguns eram coloridas –. Não havia boxes informativos, diagramas, tabelas, gráficos, glossários, nota de rodapé e referências bibliográficas usadas para a escrita da obra, a qual era acessível. Apresentava uma história vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), positivista, quadripartite, de feitos heroicos, mestra da vida e factual, como podemos notar nas diversas atividades propostas

¹⁰⁴ Na parte de trás do livro, vinha o desenho colorido do Pão de Açúcar, ponto turístico do Rio de Janeiro.

¹⁰⁵ Publicado pela Campanhia Editora Nacional em 1966, no formato 15x19 cm, com 340 páginas. Autoria de Antônio José Borges Hermida.

pelo autor: “Que houve em 1948?” (BORGES HERMIDA, 1966, p. 23), “Dar os significados das seguintes datas: 1488, 1580, 1498, 1453” (BORGES HERMIDA, 1966, p. 48) e “Quem foi João Ramalho (BORGES HERMIDA, 1966, p. 55).” Ademais, ao abordar o desenvolvimento das ciências no país, evidencia como principais historiadores Visconde de Pôrto Seguro, Barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Hélio Viana (BORGES HERMIDA, 1966, p. 288).

Borges Hermida (1966) inicia seu livro discorrendo sobre o “Descobrimento do Brasil”, de modo que se limita à análise das origens de Portugal, as causas das grandes navegações e a descrição das viagens portuguesas ao lado dos feitos do Infante D. Henrique. O percurso, a tripulação e a chegada da frota cabralina ao Brasil é narrada minuciosamente pelo autor seguida do debate acerca dos pontos controversos: causalidade, intencionalidade, prioridade, nomes dados ao Brasil e data do descobrimento.

Ao abordar a abolição da escravidão, Borges Hermida nega os castigos físicos e psicológicos sofridos pelos escravos, ressaltando que eram bem tratados nas fazendas que serviam:

Quanto ao tratamento que no Brasil se dispensa aos negros, era em geral mais humano que nos outros países. A prática da religião católica pelos proprietários muito contribuiu para esse tratamento, evitando que os escravos sofressem castigos cruéis e permitindo o seu descanso nos domingos e nos dias muitos santos. Por isso, quando foi feita a abolição, muitos escravos preferiram ficar nas fazendas trabalhando com seus antigos senhores (BORGES HERMIDA, 1966, p. 267).

O referido autor também escreve que havia um temor de que a libertação dos negros trouxesse prejuízos à agricultura e, conseqüentemente, à economia do país, de modo que D. Pedro II é retratado como defensor da abolição, mas que a conduzia gradualmente, a fim de proteger a economia do Brasil (BORGES HERMIDA, 1966, p. 270). Aliás, o autor traz na parte de leitura do livro um texto intitulado “o ministro e a rosa”, no qual compara a abolição dos escravos nos Estados Unidos e no Brasil. Nele, os Estados Unidos teria conduzido o processo de forma violenta, custando imensos sacrifícios. Já no Brasil, a lei teria tido comemoração por parte dos parlamentares de tal forma que flores eram lançadas ao chão. Teria, assim, um representante dos Estados Unidos apanhado uma rosa para levá-la ao seu país, com o intuito de mostrar como o Brasil conduziu com flores um processo que eles realizaram com sangue (BORGES HERMIDA, 1966, p. 281).

Em relação às invasões holandesas, Borges Hermida destaca o seu caráter bélico e a sua contribuição para a formação do sentimento nativista entre os brasileiros. Já a independência do Brasil é narrada de forma eloquente, aceitando-a como realizada de fato:

Voltando-se para seus companheiros, gritou: - *Laços fora, soldados. As côrtes querem mesmo escravizar o Brasil. Cumpre, portanto, declarar já a nossa independência. Desde este momento, estamos definitivamente separados de Portugal: Independência ou Morte seja a nossa divisa.* [...] Estava realizado o sonho de Tiradentes e de tantos outros patriotas que haviam derramado sangue pela independência do Brasil (BORGES HERMIDA, 1966, p. 189. Grifo do autor.).

Além disso, autor mencionado tece comentários que valorizam a monarquia, destacando D. Pedro II como um imperador que possuía um imenso prestígio e era estimado pelo seu espírito democrático (1966, p. 293). Ao descrever a Proclamação da República ressalta as qualidades de D. Pedro ao colocar que o marechal Deodoro da Fonseca permanecia solidário com a monarquia. Logo, por admirar e estimar o imperador, não queria destroná-lo (BORGES HERMIDA, 1966, p. 295). Após a descrição da Proclamação da República, o mesmo autor apresenta pequenos textos resumidos de cada presidente brasileiro republicano até 1930. Diferente de Vicente Tapajós e Ary da Matta, o autor questiona o resultado da eleição de Júlio Prestes, colocando em evidência a possibilidade de fraude. A obra é finalizada na apresentação do novo governo em 1964, salientando as promessas de realização das reformas propostas por João Goulart, que buscou atender o interesse nacional. Essa visão pode ser questionada sob o ponto de vista de um autor que buscava aceitação da sua obra por órgão de competência federal.

Por fim, o terceiro compêndio a que tivemos acesso foi o *Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial* de Vicente Tapajós¹⁰⁶ que apesar de não possuir a data de publicação, a contracapa indicava que a obra encontrava-se “rigorosamente de acordo com o Programa Oficial” por meio da portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951, que aprovou os planos de desenvolvimento dos programas mínimos do curso secundário e instruções metodológicas. Além disso, o livro trazia uma nota de agradecimento em testemunho de amizade e admiração à Antônio José Chediak¹⁰⁷, Cândido Jucá Filho¹⁰⁸, Carlos Henrique da Rocha Lima,¹⁰⁹ Haroldo

¹⁰⁶ Vicente Tapajós formou-se em História pela Universidade do Distrito Federal, lecionou em vários estabelecimentos particulares, como no Colégio Pedro II e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

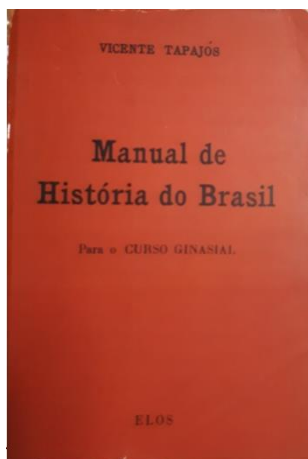
¹⁰⁷ Antônio José Chediak foi convocado para integrar uma Comissão no Ministério da Educação e Cultura em 1958. Elaborou o projeto de Nomenclatura Gramatical, juntamente com Serafim Silva Neto. Além disso, ocupou altos cargos na administração pública.

¹⁰⁸ Cândido Jucá Filho foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Filologia.

¹⁰⁹ Carlos Henrique da Rocha Lima foi professor do Colégio Pedro II e examinador das instituições de ensino brasileiras.

Lisboa da Cunha¹¹⁰ e Serafim Silva neto¹¹¹. A menção à adaptação da obra ao Programa Oficial e a dedicatória a membros que ora foram professores do Colégio Pedro II, de instituições de ensino superior reconhecidas ou integraram comissões no Ministério da Educação e Cultura tratava-se de uma estratégia, muito utilizada por autores e editoras de livros didáticos para a venda e divulgação da obra, de modo a legitimar sua autoria e qualidade. Ainda na apresentação, Tapajós informava que ela completava a série de cinco volumes escritos para as Organizações Simões. A capa era vermelha, na parte superior, tinha escrito o nome do autor com letras levemente grossas, abaixo o título do livro e, na parte inferior, o símbolo gráfico da editora. Publicado no formato 13x18 cm, como podemos observar na figura 15, a seguir:

Figura 15 - Capa da 4ª ed. do livro Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial¹¹²



Acervo Pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

No que concerne à confecção textual da obra, evidencia-se que a fonte do texto possui aproximadamente o tamanho 12. O índice vem no início, o livro é dividido em dez unidades¹¹³ – Brasil colonial, independência e História Imperial –, títulos e subtítulos das temáticas vêm destacados ora em maiúsculo ora em negrito, não há imagens, mapas, diagramas, tabelas, resumo, boxes informativos, gráficos, glossários, notas de rodapé, referências bibliográficas

¹¹⁰ Haroldo Lisboa da Cunha foi professor de matemática do Colégio Pedro II.

¹¹¹ Serafim Silva Neto foi professor catedrático de Filologia Romântica da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, professor de Língua Portuguesa no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor na Universidade de Lisboa.

¹¹² Publicado pela editora Livros Organizações Simões, sem data, no formato 13x18 cm, com 208 páginas. Autoria de Vicente Tapajós.

¹¹³ São elas: Unidade I – O descobrimento. Unidade II - A formação Étnica. Unidade III – A colonização. Unidade IV – A expansão geográfica e defesa do território. Unidade V – O sentimento nacional e a independência. Unidade VI – O primeiro reinado e o período regencial. Unidade VII – Segundo reinado. Unidade VIII – A evolução nacional do império. Unidade IX – A república e Unidade X – As condições atuais do Brasil.

utilizadas para a escrita da obra e atividades ou exercícios – a ausência de exercícios e questionários foi justificada na contracapa, informando que um segundo livro foi feito especialmente para candidatos de admissão ao Curso Normal e que também servia perfeitamente para a quarta série ginasial. A escrita era acessível e apresentava uma história vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Essa obra é iniciada com a temática “Descobrimento do Brasil”, dando ênfase às causas gerais das grandes navegações e ao espírito de aventura e desejo de conhecer novas terras na Europa do século XV. Além disso, retrata os principais descobrimentos dos portugueses e o tratado de Tordesilhas. O “descobrimento do Brasil” é narrado ressaltando os feitos de Pedro Álvares Cabral. Vicente Tapajós evidencia os objetivos da frota cabralina seguido de uma breve biografia de Cabral e da descrição da viagem. Ademais, dedica boa parte da sua escrita para discutir os pontos controversos relativos ao descobrimento: a intencionalidade ou o acaso da façanha, os antecedentes de Cabral (se portugueses, espanhóis ou franceses já haviam estado no Brasil) e a data do descobrimento.

Na coleção, os coautores criticaram o artigo de Vicente Tapajós publicado em 1961, na revista Escola Secundária, no qual o autor fazia uma exposição de como deveria ser ensinada a história do Brasil, ressaltando a figura de Pedro Álvares Cabral por meio dos seu retrato e dados biográficos:

Este é, realmente, ‘método’ mais contradições em nossos compêndios, responsável por uma visão restrita, superficial e falsa, na sua essência, daquilo que é fundamental no estudo desse assunto. Habitua-se o estudante a ver na história uma série de biografias de homens excepcionais, dissociados da sociedade e da época em que viveram e atuaram, como que auto explicáveis (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 6).

Quanto à presença dos holandeses no Brasil, o Vicente Tapajós dedica várias páginas à narrativa exaustiva das invasões holandesas, colocando como principal consequência das lutas a formação do sentimento nativista entre os nordestinos, sobretudo em Pernambuco. Não há uma ênfase à atividade açucareira e à perda do monopólio comercial por parte do Brasil. Essa narrativa histórica também é julgada na coleção:

As invasões holandesas no Brasil são apresentadas em nossa literatura didática, pela narrativa dos choques bélicos que tiveram lugar no nordeste brasileiro por ocasião daquelas invasões. Esta maneira de abordar o assunto não só nada tem a ver com a ciência histórica, como – o que é mais grave – repousa exclusivamente nos fatos superficiais e militares, pretendendo uma valorização belicista que reduz inteiramente a importância do processo (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 91).

Outro dado peculiar é a narrativa que se encontra presente tanto na obra de Vicente Tapajós, na de Borges Hermida e na de Ary da Motta referente à frase que D. João dita ao seu filho e herdeiro D. Pedro, que ficava no Brasil: após o regresso da Corte à Portugal: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, que para alguns desses aventureiros”. Outra abordagem que se repete nas três obras é a frase dita por D. Pedro quando este decide ficar no Brasil: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico”. É importante ressaltar que tais frases não estão presentes na escrita da coleção *História Nova do Brasil*.

Nesse sentido, Vicente Tapajós apresenta D. Pedro como o governante que sempre quis a independência do Brasil e reproduz a narrativa romântica de Tobias Monteiro da declaração às margens do riacho Ipiranga:

Eram quatro e meia, o sol declinava. Os dois grupos estancaram e D. Pedro confirmou a boa nova. Depois arrancou do chapéu o laço azul e branco. Só então a cena ganhou imponência.

– *Laços fora, Soldados!*

Um a um caíram os laços portugueses. Dir-se-ia que era o ato de romper a união de dois povos. Cumprida a ordem, o Príncipe desembainhou a espada e levantou-a para o céu. Todos os militares imitaram-lhe o gesto e vinte lâminas nuas rutilaram ao sol. Os civis descobriram-se.

– *Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil.*

Um brado uníssono acompanhou o juramento.

– *Juremos!*

Tomando a frente do grupo e firmando nos estribos o Príncipe levantou-se da sela e pôs-se erecto:

– *Independência ou morte seja a nossa divisa; o verde e o amarelo sejam nossas cores nacionais* (TAPAJÓS, s/d, p. 123. Grifo do autor.)

Ainda consonante ao referido autor, D. Pedro foi recebido com festas no Rio de Janeiro, seria ele o libertador do Brasil. A independência é tida como realizada, não há questionamento ou aprofundamento do seu sentido e representação para o País.

No que tange à escravidão, Vicente Tapajós coloca D. Pedro II como um dos primeiros defensores da abolição: “Os primeiros abolicionistas, entre quais o Imperador, viram o problema por um ângulo interessante: pensaram na extinção gradual da escravidão, para que nossa economia não sofresse” (TAPAJÓS, s/d, p. 171). Desse modo, segue afirmando que a princesa Isabel queria a abolição e que todas as camadas sociais estavam “conquistadas pela grande ideia” (s/d, p. 173). Como consequência do ato, autor mostrou que muitos fazendeiros foram arruinados de maneira que aderiram ao partido republicano, além de ter ocorrido uma

mudança no eixo econômico brasileiro, do Rio de Janeiro para São Paulo. Ademais, o autor não fez nenhuma menção à situação do ex-escravo no Brasil.

No que se refere aos presidentes do Regime Republicano, o referido autor ressalta quanto ao presidente Washington Luís, descrevendo-o como homem estudioso de cultura, historiador de inegável valor. Sobre a sua deposição, escreve: “A justiça da História ainda não pode ser feita. É preciso que se esfriem as paixões” (TAPAJÓS, s/d, p. 190). O mencionado autor também apresenta Júlio Prestes como presidente eleito, desconsiderando totalmente a possibilidade de fraude nas eleições. A apresentação dos presidentes encerra-se com a entrada de João Goulart na presidência da República, sem nenhum comentário sobre Goulart.

Ao tratar da política externa brasileira, Tapajós descreve uma relação pacífica e benéfica do país com a Europa, tanto no Império quanto na República. Essa visão é oposta a dos autores da coleção *História Nova do Brasil* que colocam essa relação como um dos elementos para o atraso econômico brasileiro. Ademais, no campo científico, o referido autor evidencia Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Norberto de Souza e Silva, o Cônego Fernandes, Pereira da Silva, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu¹¹⁴ e João Ribeiro como grandes historiadores. Isto é, assim como Borges Hermida e Ary da Matta, os intelectuais elogiados e citados durante a escrita do manual escolar estão vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou ao Colégio Pedro II. Esse tipo de retórica não se encontra na *História Nova do Brasil*. Ademais, além dos compêndios de Ary da Matta, Vicente Tapajós e Antônio José Borges Hermida apresentaram uma escrita da história divergente da *História Nova do Brasil*, a estrutura dos manuais também se diferenciava, como podemos constatar no quadro, a seguir:

Quadro 6: Comparação da estrutura interna dos Livros Didáticos

Título do Livro Didático/ Ano/ Edição / Autoria	Imagens	Mapas	Atividades	Resumo	Referências
História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico/ Ary da Matta/ 3ª edição, 1951.	19	6	6	0	0
Compêndio de História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio/ Antônio José Borges Hermida/ 50ª edição, 1966	131	19	60	44	0
Manual de História do Brasil para o Curso Ginasial/	0	0	0	0	0

¹¹⁴ Vicente Tapajós considerava Capistrano de Abreu como o maior historiador do Brasil (s/d, p. 39).

Vicente Tapajós/4ª edição, sem data.					
História Nova do Brasil – Volume I/ Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré/2ª edição, 1965.	0	0	0	6	66
História Nova do Brasil – Volume IV/ Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré/2ª edição, 1965.	0	0	0	3	44

Fontes: MATTA, Ary da. *História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1951. TAPAJÓS, Vicente. *Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Livros Organizações Simões. s/d. BORGES HERMIDA, Antônio José. *Compêndio de História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio*. 50ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1966. SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v.1, 1965a. SANTOS *et al.* Idem, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v. 4, 1965b.

Além disso, diferenciavam-se quanto às imagens. Quanto o *Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial* de Vicente Tapajós, ele não possui imagem, porém, o nome do autor vem destacado em letras grossas na parte superior, conforme a figura 15. O mesmo ocorre com o compêndio de *História do Brasil para o Terceiro Ano do curso Comercial básico* de Ary da Matta, que traz o nome do autor frisado na parte superior, consonante à figura 13. Já o *Compêndio de História do Brasil primeira e segunda série do curso médio*, de Antônio José Borges de Hermida, traz o nome do autor ressaltado na lateral esquerda da capa juntamente com a imagem de um homem como já foi mencionado, conforme a figura 14, em que se infere ser algum personagem “ilustre” da História do Brasil, indicando o referencial teórico adotado pelo autor em sua escrita, a concepção da história *magistra vitae*. Dessa maneira, as capas dos compêndios de Ary da Matta, Vicente Tapajós e Antônio José Borges Hermida evidenciavam a autoria da obra, enquanto a coleção *História Nova do Brasil* trazia os nomes dos autores apenas na parte interna e na contracapa do livro.

Além disso, se compararmos o número de autores indicados nas referências bibliográficas, notamos que a *História Nova do Brasil* apresentava um alto índice de indicações

para leitura, enquanto as demais o número era nulo. Isso pode ser explicado pelo fato de a coleção ter entre os seus objetivos a orientação do professor de ensino secundário brasileiro: “[...] sempre à luz da crítica histórica e das informações mais avançadas, sem abandonar jamais a intenção geral da coleção, conjunto de roteiros e planos de aula para o professor secundário” (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 154).

Finalmente, ao contrapormos os compêndios de Ary da Matta, Vicente Tapajós e Antônio José Borges Hermida com a *História Nova do Brasil* constatamos a história herdada do IHGB nas obras criticadas pelos autores, traçando um elogio à colonização portuguesa, ao passo que a coleção estabelece uma crítica à herança colonial, de modo que apresenta uma história engajada, de luta, com grande influência do movimento estudantil, a qual tem como abordagem o materialismo histórico. Enquanto as obras criticadas mostram como autores intelectuais vinculados ao IHGB e ao Colégio Pedro II, a *História Nova do Brasil* tem seus autores vinculados ao Partido Comunista Brasileiro e ao movimento estudantil. Esses laços institucionais refletiram-se na escrita da história dos manuais escolares, bem como na sua aceitação pelo público escolar, como pelo Estado.

2.3 A ESCRITA DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL

Se pensarmos o passado como uma renda, permanentemente trabalhada, devemos lembrar que não são apenas as linhas, laços e nós, por mais coloridos que sejam, que dão forma ao desenho projetado; são, justamente, os buracos, os vazios, as ausências, que são responsáveis por fazer aparecer com nitidez o que se pretendia fazer
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. São Paulo: Edusc, 2007, p. 153.

O historiador é cientista e cidadão, simultaneamente. Cientista ao escrever a história e cidadão ao fazer história juntamente com as demais pessoas. Assim, embora busque a imparcialidade, não pode escamotear o seu lugar cultural, social e institucional de fala. Há um envolvimento por parte do historiador na compreensão histórica, ou seja, toda escrita da história está associada a um ponto de vista composto por lugar, tempo e indivíduo.

Dessa forma, representações diversas podem ser construídas sob um mesmo documento, vislumbrando a verossimilhança. Logo, ao questionarmos o esquecimento, nos deparamos com o problema da memória que é justamente a sua “possibilidade” (ou não) de

fidelidade com o passado e a grande dificuldade do historiador em exercer o julgamento histórico de forma imparcial. É neste sentido que a ciência histórica pode se apresentar em variadas formas¹¹⁵.

Em sua obra “*A memória, a História, o esquecimento*”, Ricoeur coloca o conceito “esquecimento” em equivalência à memória¹¹⁶ e história, tratando-os com a mesma abrangência. O passado pode ser perdido por meio do esquecimento que pode se dar mediante à destruição de um arquivo, de um museu, ou até mesmo a finitude da vida de um testemunho oral. Portanto, o esquecimento pode ser um recurso da história e da memória quando problematizado com as nossas relações com o tempo e também com a condição histórica, “fazemos a história e fazemos história porque somos históricos”, ou seja, a escrita da história sempre poderá descosturar um passado já cristalizado.

Só há esquecimento, porém, onde há rastros e os rastros não falam por si. Assim, é por meio da narrativa histórica que um sentido possível surge. É por meio dos rastros que é dada ao historiador a possibilidade de, mediante da imaginação, retornar ao passado, embora nenhuma representação recupere os acontecimentos do passado em sua totalidade. Então, o ofício do historiador, quando interpreta um evento com o auxílio das fontes, aproxima-se do narrador literário que se submete à ficção contida nos fatos para tornar sua narrativa verossimilhante.

Logo, o historiador busca a verossimilhança, há uma limitação no projeto de verdade por meio da interpretação, por isso a narrativa histórica pode ser revista, reescritas infinitas vezes e sob diversas perspectivas. O *Projeto História Nova do Brasil* enquadra-se neste aspecto, na medida em que propunha uma nova escrita da história, mas a considerava inacabada, passível de revisões, acréscimos e críticas:

[...] queremos deixar bem claro que não está entre os objetivos do presente trabalho apresentar variadas versões ou interpretações para o ensino do Descobrimento do Brasil. Para nós, dentro de um critério objetivo, pautado numa concepção científica de interpretação dos fatos históricos, esta é a interpretação que, no momento, julgamos correta e válida. Evidentemente, como a história reescreve-se sem cessar, nada impede que no futuro outra interpretação igualmente científica e válida possa ser dada ao acontecimento aqui analisado (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 5).

¹¹⁵ Conforme Paul Ricoeur, a partir do ensaio escrito por Nietzsche, a história pode apresentar análises dedicadas à história monumental, à história tradicionalista e à história crítica.

¹¹⁶ Em Ricoeur (2007), a memória é definida como uma luta contra o esquecimento. O esquecimento é apresentado em três formas: por apagamento de rastros (definitivo), de reserva (reversível) e comandado (anistia – “não esquecer de esquecer”). O autor também apresenta os “usos e abusos” da memória que podem ser: impedidos por meio do esquecimento por apagamento de rastros, manipulado por meio de uma narrativa seletiva e obrigada.

No prefácio da *História Nova do Brasil*, os autores pontuam que as monografias se inseriam no contexto das reformas pelo que lutava o país (SANTOS *et al*, 1965a, p. XIII), de modo que se fazia necessário rediscutir e recolocar problemas do passado analisados historicamente. Dentre seus propósitos, estava a iniciação de um debate acerca da formação histórica do Brasil. Isto posto, o conteúdo da coleção revela não apenas o posicionamento e o papel dos seus autores, como também a visão presente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma vez que a sistematização das atividades deu-se por meio da instituição. A influência do movimento estudantil na elaboração do Projeto *História Nova do Brasil* também podia ser percebida em seu prefácio:

Atenderam, conseqüentemente, a pressão das condições da fase histórica que vivemos, ao mesmo tempo que atendiam, por força das mesmas condições, a solicitação imperativa dos estudantes de ciência histórica, em todo o país, profundamente descrente do ensino que lhes era ministrado e cuja estagnação é um dado que a realidade apresenta e diante do qual as posições desesperadas são inúteis. [...] o desejo de aprender, mas aprender com seriedade – conhecer na profundidade e na complexidade os problemas – é uma das características mais positivas e generalizadas da juventude estudantil brasileira, nos dias que correm (SANTOS *et al.*, 1965a, p. IX).

Quanto à inovação da coleção, os autores não consideram a existência de nenhuma tese nova, mas de uma apresentação diferente da história, uma reformulação do seu ensino, uma vez que consideravam inadequada a história consagrada nos livros didáticos, pois não relacionavam o Brasil com o mundo, não relacionavam o passado e o presente e o enfoque apenas político impedia a atuação do povo e a sua função social. Além disso, é possível identificar, na escrita da coleção, como os autores se definiam:

Os autores consideram homens de história, modestamente classificados na condição de professores e estudiosos. A sua consciência do dever de contribuir, neste momento, para o que é afirmação popular – e isto representa o avanço –, é o seu orgulho e sua liberdade. Para isso, para contribuir, e por isso, porque são trabalhadores da história, mantêm os olhos abertos e os ouvidos atentos ao que se necessita realmente saber. O que mais os repugna é o estudo desinteressado, a pesquisa atraente, mas inútil, a indagação do passado sem a resposta do presente. O que mais temem é que suas linhas não sirvam ao nosso povo, na democratização de nossa sociedade e na explicação nacionalista de nossas riquezas. Já lembrou alguém que a missão específica do cientista social era deslindar as grandes questões propostas pela coletividade, esclarecer os mistérios que inquietavam o grupo humano. Não pretendemos o título, mas queremos o procedimento (SANTOS *et al*, 1965b, p. 4).

Desta forma, tendo como método o materialismo histórico, criticavam a História oficial ensinada nas escolas e propunham uma nova abordagem, visando à renovação e à ampliação das perspectivas do ensino de História.

Constata-se, assim, que há uma definição que se assemelha com o intelectual orgânico das classes subalternas de Gramsci, o qual busca organizar uma nova forma de domínio e direção política. Os autores da coleção chamavam para si a tarefa de orientação do povo justamente pela sua função de intelectual, pois eram “trabalhadores da história”, classificados como professores e estudiosos. Tinham a escrita da história como um gesto de libertação, embora essa liberdade estivesse condicionada à política e à sociedade onde viviam. Ademais, expressavam o caráter engajado da história, objeto de luta, que deveria ser útil ao presente e às necessidades do povo no sentido de modificar a realidade brasileira:

Esperam a crítica de todos os que se interessem pela História [...] de tais críticas, em resultado final, surgirá a História Nova do Brasil, em suas verdadeiras dimensões. Na medida em que ela surgir, é que o país se transformará naquilo que todos desejamos, – e que o povo brasileiro bem merece (SANTOS *et al.*, 1965a, p. XI).

Nesse sentido, a historiografia engajada pode ser percebida na abordagem sobre a atividade açucareira, na qual destacaram que a produção voltada ao mercado externo, baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, teria caracterizado a sociedade brasileira pela desigualdade em que uma camada privilegiada dominava a sociedade sob o regime da escravidão. Pode ser contemplada também na abordagem sobre as invasões holandesas, na qual evidenciaram que para os senhores de engenho as invasões tratavam-se apenas de uma mudança de metrópole, se antes produziam para Portugal, passariam a produzir para a Holanda. Na realidade, o interesse girava em torno da “manutenção de seus privilégios e de sua posição na sociedade” (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 113). Aliás, os senhores de engenho só teriam resolvido participar da luta da reconquista quando seus interesses econômicos foram afetados, ou seja, quando a Companhia passou a cobrar as suas dívidas. Assim, os autores apontam que o papel ativo na expulsão dos holandeses deu-se pela população e não pelos senhores de engenho. Ademais, o fim da ocupação holandesa era considerado como passagem para o domínio da Inglaterra, sob o qual o Brasil ficaria até o século XX, quando entraria na esfera do imperialismo americano (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 138).

Nesse contexto, ao tratarem da Independência em 1822, para os autores da *História Nova do Brasil*, ela teria significado o rompimento dos senhores de escravos e de grandes proprietários brasileiros com Portugal e a entrada do Brasil para o livre-cambismo inglês, uma vez que a Inglaterra estava interessada na quebra do monopólio português, o que a levou a estabelecer uma aliança com os senhores de escravos e grandes proprietários, além de realizar o rompimento final que foi a Independência. Desta maneira, a condição de Colônia que se

manteve com Portugal era mantida com a Inglaterra – uma dependência do mercado mundial (SANTOS *et al.*, 1964, p. 13).

Apesar de o Brasil não ter se transformado em colônia da Inglaterra nos mesmos moldes que fora de Portugal, não foi necessária nenhuma modificação da estrutura de produção brasileira para atender aos interesses ingleses, pois a Independência brasileira não acarretou nenhuma transformação profunda na antiga estrutura colonial, mantendo o “regime de produção baseado no trabalho escravo, o predomínio da produção colonial e a grande propriedade” (SANTOS *et al.*, 1964, p. 14). Com isso, o Brasil ficava livre de Portugal, permanecendo “os males de uma estrutura escravista” sobre o futuro do país, de modo que questionava-se sua Independência.

Dessa maneira, ao tratarem da abolição da escravidão, os autores da *História Nova* intitularam a monografia de “O sentido da Abolição”, deixando claro que a abordagem sobre a temática seria aprofundada em suas questões políticas, sociais e econômicas. Assim, iniciavam a obra evidenciando os negros como o grupo étnico, os quais formaram a população brasileira, com o maior contingente de despossuídos infelicitados pela organização econômico-social do país. Em consequência disso, concentraram-se sobre eles “estereótipos que estigmatizam a pobreza” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 3) resultantes da escravidão e da forma como foi conduzida a Abolição.

Em meio a isso, a assinatura da Lei Áurea teria ocorrido não pela bondade da Princesa Isabel ou pelo benevolência de D. Pedro II, mas por, ao representar a monarquia, agir de acordo com os interesses dos proprietários rurais que já haviam dispensado o trabalho escravo ou pela maior rentabilidade do café ou pela baixa produtividade na produção açucareira e atividade mineradora (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 43). Em outras palavras, havia uma incompatibilidade do trabalho escravo com a organização de trabalho do café, por isso a necessidade do trabalho livre. Liberto, o negro sujeito à miséria, às discriminações culturais e políticas passava a ser inserido nos problemas do povo brasileiro em geral: “O escravo foi ‘libertado’, andamos meio caminho. O que fizemos foi colocá-lo ao nível dos outros brasileiros, pelo menos até onde nossa vista alcança agora, é libertar o povo brasileiro do latifúndio e do imperialismo. Esta é, no entanto, outra luta e outro capítulo” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 45). Assim sendo, o povo não era mais escravo – porque o escravismo como instituição teria acabado –, porém, continuava não sendo livre, pois o latifúndio permanecia, e junto com ele, o poder absoluto do proprietário. A luta contra o latifúndio e o imperialismo ainda estava sendo travada.

Por esse viés, o Império representava a escravidão, o direito de voto somente para alguns. Nele, as eleições não eram democráticas e o processamento do ato eleitoral não podia ser tranquilo e honesto, era um sistema “combinado de trapaça, falsidade, traição, imoralidade, corrupção e violência” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 65). Logo, a visão de povo bestificado era resultado de uma historiografia ultrapassada que procurava fazer acreditar na sua ausência no movimento republicano. Nesse sentido, julgar questões pelo alcance de sua votação naquele ambiente eleitoral seria o mesmo que afirmar que o povo era contrário à reforma agrária, pelo fato de que no Congresso a maioria não apoiava a reforma:

Da pequena repercussão do positivismo e de sua identificação com os republicanos tiram alguns narradores de História a interferência de que o povo, na sua grande maioria, via com indiferença a ideia da República. Parece claro, entretanto, que grandes contingentes da sociedade brasileira, embora marginalizados de qualquer participação no poder político, interessavam-se pela mudança de regime como solução da época, como opção possível. A historiografia brasileira ultrapassada procura fazer acreditar que o povo esteve ausente do movimento republicano e que não havia participação política de contingentes populares no fim do Império. O grande número de jornais republicanos (praticamente não havia província sem um deles) atesta a extensão do ideal republicano, pelo menos o possível para o tempo. Porque cada época tem o seu corpo político ativo e é este o que faz a História, representando os diversos interesses em choque (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 77).

Para os autores da *História Nova*, a proclamação da República tinha o seu sentido alterado na literatura didática por meio de uma narrativa em que o Exército teria atuado não como representante de interesses sociais, mas como um grupo despeitado por baixos salários e demora nas promoções, de forma que a República seria o resultado de um golpe militar dado por alguns, que “subversivamente se infiltraram” no Exército e induziram a deposição do Império. Essa visão retratava o republicanismo como algo “circunstancial no processo histórico brasileiro” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 74), entretanto, para os autores, uma análise dos acontecimentos históricos dentro e fora do Brasil mostraria que o republicanismo já se fazia presente em grande parte do ocidente, de modo que o Brasil era a única monarquia na América. Ademais, a República teria resultado das lutas travadas pelos “grandes contingentes urbanos das camadas médias apoiados por todos os setores populares da nação, da burguesia nascente e fração do latifúndio do café que abandonara o trabalho escravo” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 97). Quanto aos choques posteriores à sua proclamação, eles mostraram que havia um longo trajeto para se consolidar as reivindicações que os setores mais populares exigiam:

O problema da terra não foi resolvido com a Abolição, como pensavam muitos, e a reforma agrária representa, hoje, um certo tipo de Abolição: a libertação de grandes massas trabalhadoras das relações feudais que as prendem e impossibilitam, entre

outras coisas, de se alfabetizarem e participarem do corpo eleitoral. Quem pode afirmar que a ‘questão militar’ terminou? A República foi uma etapa de nosso avanço histórico. Outras mais importantes, algumas contendo ideais de contingente sociais frustrados naquela época, como vimos, ainda estão por se concretizar. Serão conquistados de nossos dias (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 96).

Em função da crise do açúcar e do algodão, a lavoura de café passou a ser o novo empreendimento em expansão. O seu desenvolvimento, aprofundava a exploração do escravo, provocava a concentração da grande propriedade nas mãos de poucos e provocava a queda na produção de gêneros alimentícios, aumentando a importação (SANTOS *et al.*, 1964). Com isso, as possibilidades de o Brasil se tornar independente economicamente ficavam arruinadas, visto que os elementos capazes de formar uma nação economicamente independente, isto é, “a diversificação da produção e a industrialização do País” não estavam presentes no Brasil, espaço em que todos os recursos estavam a serviço de um único empreendimento: o café.

À vista disso, os interesses da nação eram confundidos com os da classe dominante da sociedade cafeeira, que procurava “infundir sua euforia a todas as classes, na tentativa de identificar seus interesses com os interesses de todo o País” (SANTOS *et al.*, 1964, p. 29). Ademais, o café era considerado pelos autores como o dominador da economia brasileira que, associado à facilidade de entrada de mercadorias inglesas no Brasil por intermédio do livre-cambismo, travava qualquer tentativa de desenvolvimento industrial do país. Em virtude disso, mantinha-se o domínio da economia mais forte: a Inglaterra.

Isto posto, os autores apontava que a estrutura colonial e sua aliança com o capital estrangeiro foram os fatores que modelaram o Brasil no século XIX e início do XX. Com a exportação do açúcar e do algodão em crise, a solução encontrada seria a transformação da economia brasileira tipicamente agrária em industrial, porém, não havia condições para isto, pois os longos anos de “submissão colonial, o atraso técnico, a quase total inexistência de mão-de-obra especializada” não proporcionaram condições para uma possível mudança, mantendo o país atrasado e dependente (SANTOS *et al.*, 1964, p. 23). Assim, se o Brasil não se industrializava e não se tornava independente economicamente, era porque os grupos que estavam no poder do Estado não tinham seus interesses e privilégios vinculados à industrialização, ou seja, a indústria tinha no imperialismo associado ao latifúndio seus principais inimigos, que acabavam sendo inimigos da nação (SANTOS *et al.*, 1965b).

Dessa forma, na tentativa de evidenciar a existência de uma “conjugação de forças no sentido de dificultar, de liquidar às vezes, o investidor nacional” (SANTOS *et al.*, 1964, p. 41), os autores da *História Nova do Brasil* apontaram o malogro de Irineu Evangelista de Sousa

(Barão e Visconde de Mauá) como representante do fracasso (não espontâneo, como argumentavam os autores de livros didáticos do período) do capital nacional diante do latifúndio e do capital estrangeiro. Sendo ele identificado como o pioneiro da industrialização brasileira com a implantação de suas empresas de transporte marítimo e ferroviário, exploração de minérios, companhias de gás para iluminação, meios de comunicação como cabos submarinos e companhias de serviço público.

Na acepção dos coautores da coleção, os importadores financiavam campanhas antiprotecionistas, visando atingir a opinião nacional, de forma que argumentavam em “defesa do consumidor”. Deste modo, a indústria nacional enfrentava argumentos como: “o Brasil é um País essencialmente agrícola, não vamos comprar mais caro o que podemos comprar mais barato”, a que alguns acrescentavam: “é melhor o que é estrangeiro” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 60).

Dessa maneira, o discurso de “inferioridade” das indústrias brasileiras passava a ser utilizado como motivo para a continuação do país como eterno consumidor de mercadorias inglesas, uma defesa que na realidade escondia a proteção da estrutura agrária nacional. Juntamente com as mercadorias, importavam-se igualmente as ideias dominantes na Europa no século XIX e o seu pensamento econômico: o liberalismo.

Nessa perspectiva, a proteção à indústria brasileira era quase impossível, porquanto os interesses dos latifundiários eram confundidos com os interesses nacionais, resultando na exploração do Brasil pelo capital estrangeiro contra a indústria nacional. Assim, os autores consideravam que o desenvolvimento industrial tinha no imperialismo associado ao latifúndio seus maiores inimigos.

A respeito da temática “*O Significado do Florianismo*”, destacavam o sentido de renovação do governo de Floriano e do ministro da Fazenda Rui Barbosa, com suas medidas de incentivo à industrialização. Enquanto isso, Deodoro era retratado como o governante que “cedeu às pressões dos representantes da lavoura cafeeira, interessados em travar o carro republicano” e que tentou afirmar-se em atitudes contra o interesse nacional (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 119). Assim, Floriano era apontado como representante do momento em que, em defesa da emancipação nacional, “levantaram-se as forças democráticas da nação” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 103): a classe média, as classes trabalhadoras e a burguesia nascente, contra o domínio dos senhores de terras e de escravos.

Nos manuais escolares, entretanto, Floriano era apresentado como sem escrúpulos. Para os autores da *História Nova do Brasil*, os livros didáticos passavam uma falsa ideia de Floriano

e Rui Barbosa, sendo que o último, quando mencionado, era combatido por ter sido visto como prejudicial ao desenvolvimento do Brasil, com uma desastrada política financeira, ao ser contestado por uma historiografia que defendia a política externa de empréstimos de Campos Sales que tutelava a classe dominante vinculada ao Estado.

Não era fácil a tarefa de Rui numa nação voltada durante quatro séculos para o fornecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios ao exterior e cujos interesses supremos estavam nesse mecanismo de troca, causa de nossa fraqueza econômica. Sua política atingiria, inevitavelmente, a própria engrenagem da máquina criada, segundo aquele modelo de produção. Suas medidas, se efetivadas, significariam a transformação da estrutura do País. Os mesmos elementos que se aliaram para derrotar o pioneirismo industrial de Mauá – o latifúndio e o capital estrangeiro – estavam presentes para a derrocada dessa política econômica essencialmente voltada para os interesses nacionais (SANTOS *et al.*, 1965b, p.110).

O imperialismo inglês, portanto, tentava aprofundar sua exploração no Brasil, atrapalhando as tentativas de industrialização do país. Assim, a intervenção do capitalismo estrangeiro na economia refletia-se em exigências absurdas para os produtos brasileiros. Os livros didáticos, ao colocarem em evidência os aspectos negativos de Rui Barbosa, pretendiam provar que a sua política foi desastrosa para os interesses nacionais. Com isso, essa perspectiva que buscava apenas manter os privilégios de uma minoria não deveria ser imitada por outros governos (SANTOS *et al.*, 1965b).

Neste sentido, os autores da *História Nova* defendiam as reformas sociais – presentes no governo João Goulart – e a luta para a libertação do povo brasileiro do que eles denominavam de “forças do atraso” – a classe dominante ou forças antinacionais, divididas entre a alta burguesia e os latifundiários – todos ligados ao imperialismo. Além disso, a estrutura do trabalho era denunciada como legado do sistema colonial, representada em torno da grande propriedade associada ao capital estrangeiro e que encontrava seus defensores entre os estudiosos de História, a favor do imperialismo, do subdesenvolvimento e da dependência econômica.

Para os autores da coleção, na década de 1960, em razão do momento político que o país vivenciava, haveria maiores condições para enfrentar o sistema colonial, mas para confrontá-lo era preciso conhecer as lutas que o Brasil vinha travando durante a sua história e que estavam possibilitando as reformas sociais por eles almejada. Por esse motivo, havia a necessidade de alteração do conteúdo da disciplina de História, pois o conteúdo que se tinha até então defendia o colonialismo, o latifúndio, o senhor de escravos e de servos, o imperialismo americano e as indústrias estrangeiras. Esta era a nação que os livros didáticos de história há décadas vinham

construindo nos bancos escolares, legado da historiografia oficial. Essa seria uma luta entre aqueles que apoiavam as reformas da estrutura econômica brasileira por meio das “reformas de base”, que integravam o plano de governo de João Goulart contra os defensores que se vinculavam às vantagens e privilégios de uma “estrutura feudal muito mais atrasada”, aliados aos seus beneficiários naturais, os monopólios:

As lutas pelas reformas de nossa estrutura econômica, conhecidas como reformas de base, encontra defensores, entre outros, nos elementos capitalistas de nossa sociedade e os que se opõem vinculam-se sobretudo às vantagens e privilégios de uma estrutura feudal muito mais atrasada, aliados aos seus beneficiários naturais, os monopólios estrangeiros (SANTOS *et al*, 1965b, p. 56)

As classes dominantes no Brasil são descritas como a “antinação”, o que nega tudo o que é nacional, “o interesse nacional, a riqueza nacional e a cultura nacional”, de modo que, para libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, seria preciso realizar a *Revolução Brasileira*, processo de desenvolvimento que alteraria toda a vida do país e repercutiria em todos os setores. Tratava-se da superação da estrutura colonial de produção que o Brasil permaneceu por séculos, seja como Colônia seja como país politicamente autônomo, de mero fornecedor de matérias-primas, alimentícias e mercados que lhe impunham os preços e que se encarregavam de abastecer o mercado brasileiro de bens de consumo, alguns elementares (SODRÉ, 1978, p. 199). Desse modo, objetivava-se a transformação de uma estrutura econômica colonial para uma estrutura econômica nacional, sendo justamente isto que a *História Nova do Brasil* propunha em cada monografia.

Desse modo, os autores da coleção lutavam contra aqueles que tinham interesses ligados ao capital estrangeiro, responsáveis pelos entraves à superação das condições de atraso em que o Brasil se encontrava. O subdesenvolvimento, o analfabetismo, a miséria, as doenças, a falta das escolas, a cultura alienada eram consequências da permanência do latifúndio e da exploração pelo capital estrangeiro (SANTOS *et al.*, 1965b). Nesse viés, a obra possuía uma dimensão política, pois reivindicava reformas no âmbito educacional, defendia a reforma agrária, criticava o latifúndio e a dependência econômica externa brasileira.

A escrita da história presente na *História Nova do Brasil* seria um dos objetos de luta para alcançar a revolução defendida por seus autores e rompia com a história oficial e tradicional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de tal modo que se diferenciava dos manuais escolares mais vendidos e empregados nas salas de aula do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, aproximava-se da concepção historiográfica presente nas obras de

intelectuais da historiografia brasileira mencionadas constantemente nas referências bibliográficas ao final de cada temática da coleção, a saber: *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *História Econômica do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior e *Formação Histórica do Brasil*, *O que se deve ler para conhecer o Brasil* e *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré.

2.3.1 CAIO PRADO JR, CELSO FURTADO E NELSON WERNECK SODRÉ: UM DIÁLOGO POSSÍVEL NA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL.

[...] a obsessão na autointerpretação da nossa formação social indica em todo caso que as interpretações do Brasil proporcionam não apenas significados à vida social brasileira, mas sentidos às ações e aos processos que conflituosamente a constituem, e é isso que nos convida a voltar em seu legado intelectual, para captá-lo, problematizá-lo ou, por vezes, rejeitá-lo. BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M.. Esse enigma chamado Brasil: apresentação. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 16

Atualmente, houve um grande aumento no interesse em conhecer o Brasil a partir de seus intérpretes, como ele foi pensado e projetado por vários intelectuais nacionais ou internacionais (BOTELHO; SCHWARCZ, 2009). Contudo, o processo de dominação colonial de longa duração torna difícil a tarefa de interpretar a vida intelectual em países como o Brasil (CARVALHO, 2000), podemos citar como exemplo o debate travado durante a década de 1970 entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho e Franco acerca das ideias e do seu lugar. Schwarz defendeu que as ideias estavam fora do lugar, sobretudo o liberalismo no Brasil, uma vez que este teria surgido na Europa como produto do capitalismo e importado para o Brasil que era um país onde predominava o modo de produção escravista. Entretanto, Franco defendeu que as ideias estavam no lugar à medida que, embora escravista, o Brasil estava integrado ao sistema capitalista mundial de tal modo que a circulação e ampliação dessas ideias faziam parte do sistema (CARVALHO, 2000, p. 125).

Há algo recorrente, no entanto, entre os intelectuais que se dedicaram a compreender a realidade brasileira. Trata-se do questionamento sobre a identidade nacional: “quem somos nós?”. A partir dessa inquietação, foi possível traçar um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado com a coleção *História Nova do Brasil*. Ademais, ao

pensarmos a possibilidade desse diálogo esperávamos encontrar contrapontos e conflitos interpretativos sobre o Brasil.

Dentre as obras utilizadas pelos autores da *História Nova do Brasil*, destacam-se três livros de Caio Prado Júnior: *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1957, *Evolução Política do Brasil*, de 1957 e *História Econômica do Brasil*, de 1959. Tido por diversos historiadores como o inaugurador do uso do materialismo histórico para analisar a formação econômica e social do Brasil (SODRÉ, 1962; RICUPERO, 1998; CRUZ, 2008; PERICÁS; WIDER, 2014) Caio Prado Jr., ao lado de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é considerado como um dos autores que inaugurou uma nova forma de compreender o Brasil durante a década de 1930.

Filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado, Caio Prado Júnior nasceu em 11 de fevereiro de 1907 e faleceu em 1990, na cidade de São Paulo, aos 83 anos de idade. Pertencente a elite paulistana, herdou uma “tradição política, econômica e social” (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 193). Sua origem familiar resultou no convívio desde muito cedo com escritores¹¹⁷, artistas e políticos, de modo que se tornou um ávido leitor ao longo da sua vida, o qual assinava jornais e revistas nacionais e internacionais, como *Annales d’ Histoire Économique et Sociale* e *The Economist Newspaper*, e tinha o hábito de encomendar livros dos Estados Unidos e da França.

Caio Prado Júnior cursou o ensino secundário no Colégio São Luís, instituição dirigida por padres jesuítas, e formou-se em 1928, aos 21 anos, em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na mesma instituição, obteve, em 1954, o título de Livre-Docente que foi cassado em 1968, durante a ditadura civil-militar¹¹⁸. Ainda em 1928, iniciou sua atividade política no Partido Democrático (PD), no qual apoiou Getúlio Vargas e a

¹¹⁷ Conforme Luiz Bernardo Pericás e Maria Célia Wider (2014, p. 194), Caio Prado Júnior teve exemplo intelectual dentro da própria família, como seu tio-avô Eduardo Prado que, além de ter sido dono de uma biblioteca, escreveu o livro “A ilusão Americana”, sendo Paulo Prado, primo do pai de Caio Prado Júnior, um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 e também autor de dois livros.

¹¹⁸ Com a instauração da ditadura civil-militar, mediante o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Caio Prado Júnior teve o seu título de Livre-Docente cassado e o concurso do qual o intelectual participaria para concorrer à cátedra de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo foi cancelado, sendo suas obras proibidas nas bibliotecas e nos cursos superiores do Brasil. Exilou-se no Chile em 1969, retornando ao Brasil no ano seguinte. Foi julgado pelo Superior Tribunal Militar (STM) sob a acusação de “incitar estudantes a subversão da ordem política e social” (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 213). Condenado a quatro anos e seis meses de prisão. Entretanto, foi absolvido em 1971. Durante a sua última prisão, recebeu a notícia do suicídio de seu filho mais novo, Roberto.

Revolução de 1930, deixando o PD em 1931 e filiando-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB)¹¹⁹.

Em 1933, Caio Prado publicou a obra *Evolução Política do Brasil*, considerada um marco no marxismo brasileiro, dando destaque aos setores menos privilegiados dentro do processo de construção da nação. Já em 1942, com a ideia inicial de elaborar uma coleção que tratasse sobre toda a História do Brasil, lançou o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, considerado pelos críticos como a sua obra mais importante, o que marcou a historiografia brasileira. Nesse sentido, ao abordar a História colonial, o autor definiu o sentido da colonização, demonstrando como o Brasil foi estruturado para atender ao mercado externo. Essa perspectiva também estava presente no volume I da coleção *História Nova do Brasil*, na monografia “A sociedade do açúcar”, o que revela a influência do autor na escrita da coleção:

Isto significa, em outras palavras, que o objetivo da instalação agrícola não era o cultivo para o atendimento das necessidades dos próprios colonos, mas o atendimento das necessidades do mercado externo. [...] a propriedade fundiária voltada para o exterior, como elemento produtor, vai tornar-se o centro nervoso da instalação produtiva em nosso país. Não é por acaso que tais elementos, a grande propriedade e a monocultura, juntamente com a mão-de-obra escrava, serão as bases da agricultura, acompanhando-a durante período de seu desenvolvimento (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 70).

Retomando as análises realizadas em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Pardo Júnior lançou em 1945 o livro *História Econômica do Brasil*. Nele o intelectual abordou o imperialismo, a estrutura agrária e o capitalismo comercial como obstáculos para o desenvolvimento brasileiro. Essa concepção também se encontrava na *História Nova do Brasil*, assim, “num país de economia colonial, como o nosso, situado dentro do sistema econômico do colonialismo da época, as crises externas do capitalismo repercutiram profundamente. Daí as dificuldades das nossas primeiras iniciativas industriais” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 45).

A relação do intelectual Caio Pardo Júnior com o Partido Comunista Brasileiro foi conflituosa¹²⁰, pois, embora fosse militante, discordava de alguns pensamentos difundidos pelo partido, o que o fazia atuar de modo isolado. Em entrevista, chegou a relatar sua insatisfação,

¹¹⁹ O Partido Comunista do Brasil - Seção Brasileira da Internacional Comunista - foi fundado em 1922 e, originalmente, essa era a nomenclatura. Com isso, em 1961, o partido manteve a sigla de PCB, porém, modificou o nome para Partido Comunista Brasileiro.

¹²⁰ Candidatou-se pelo PCB para deputado federal constituinte, mas não foi eleito. Em 1947, conseguiu se eleger para deputado estadual constituinte. Com um curto mandato de dez meses, discutiu questões como a fiscalização do poder público, o regime tributário e o incentivo à pesquisa científica no Brasil. Com o registro do PCB cassado novamente, foi preso por três meses (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 201).

destacando que se sentia marginalizado, pois nunca pertenceu à direção do partido ou teve grande influência dentro dele, uma vez que interpretava o Brasil de forma distinta em alguns aspectos (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 207).

Ao adotar como tese a resolução do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928 em Moscou, o PCB partia da ideia de que o Brasil era um país com um passado semifeudal, assim como os demais países dependentes, coloniais ou semicoloniais, de modo que a saída seria a revolução democrático-burguesa. Entretanto, Caio Prado Júnior negava as teses sobre o feudalismo e os seus resquícios na história brasileira:

O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 17).

Neste sentido, a escrita da *História Nova do Brasil* distanciava-se da escrita de Caio Prado Júnior, aproximando-se de teses de Nelson Werneck Sodré, pois, para os autores da coleção, havia a presença do feudalismo no Brasil, como pode ser visto no volume IV, na monografia intitulada “O sentido da abolição”, logo, “o feudalismo brasileiro é diferente, representa uma filiação divergente do feudalismo clássico, mas é feudalismo. Os trabalhadores eram servos e os proprietários verdadeiros senhores intocáveis” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 21). Já no volume I, na monografia temática “A expansão territorial”, os autores da coleção novamente apresentam o feudalismo, ao analisarem o povoamento do País, caracterizando a economia de cada região por meio do modo de produção. Sobre o Sertão pastoril afirmam:

O modo de produção é o feudal. A sociedade é rigidamente dividida, sem admitir elementos intermediários: de um lado, proprietários de terra e de gado, verdadeiros senhores feudais; de outro, a massa de peões, verdadeiros servos. Reina o desligamento político total, em razão não apenas do isolamento geográfico, como também do caráter acentuadamente feudal dessas zonas, responsável pelos nítidos laços pessoais que se estabeleceram, já se disse que no sertão não há poder público, reina a vontade dos grandes fazendeiros em todos os casos (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 200).

Nesse contexto, fica evidente que embora houvesse um diálogo da *História Nova* com as ideias de Prado Júnior, havia uma maior aproximação dos autores com as teses de Nelson Werneck Sodré, que também exercia a função de orientação do grupo. Outra obra de Caio Prado Júnior referenciada na coleção é o livro *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933, trata-

se de um ensaio e tem como método de análise a interpretação materialista. De acordo com Caio Prado Júnior (2012), os historiadores preocupavam-se apenas com a superfície dos acontecimentos, como guerras ou substituições de governos, negligenciando uma análise mais profunda da constituição econômica e social do Brasil. O referido autor defendia a escrita de uma história que não fosse a exaltação da classe dirigente, como se dava a história oficial: “Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial [...]” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 8). Dessa maneira, a escrita de Caio Prado Júnior também dialoga com um dos principais objetivos da escrita da *História Nova do Brasil*, como podemos perceber no prefácio da coleção assinado por todos os autores:

Se todos os homens pensassem igual, não haveria necessidade de ciência, nem de arte, nem de debate, nem de liberdade, e as criaturas seriam como os pregos, feiras em série, aos milhões, ou conservadas iguais sob a pressão, como os pregos ainda, sob a percussão do martelo. De tais críticas, em resultado final, surgira a História Nova do Brasil, em suas verdadeiras dimensões. Na medida em que ela surgir é que o país se transformará naquilo que todos desejamos, - e que o povo brasileiro bem merece (SANTOS *et al.*, 1965b, p. IX).

À vista disso, é importante ressaltar que, na concepção de povo dos autores, também se excluía a classe dirigente. Outro momento de diálogo da *História Nova* com Caio Prado Júnior está presente na estrutura social do Brasil Colonial apresentada. Caio Prado evidencia uma sociedade reduzida em duas classes: a primeira constituída por proprietários rurais ao lado dos senhores de engenho e fazendas e a segunda formada pela massa da população dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres, a qual era retratada como a classe mais atingida pelo ônus da opressão colonial, pois a exploração agrícola ocorria de maneira que subordinava a massa da população aos grandes proprietários rurais, na medida em que monopolizava os meios de subsistência, deixando grande parte da população com um baixo padrão de vida material e moral. Além disso, somava-se a essa condição o preconceito étnico.

Na coleção, a sociedade colonial é exposta de forma semelhante, constituída por “duas camadas fundamentais, a dos senhores e a escravaria numerosa, no imenso espaço existente entre os dois grupamentos, poucos elementos podiam colocar-se” (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 81). Quanto ao preconceito étnico, os autores afirmavam:

O que impede o aproveitamento da massa escrava em relações de trabalho diferentes daquelas que a infelicitaram por tantos séculos é, em primeiro lugar, o rótulo da cor.

É possível a um ex-escravo branco passar como tendo gozado sempre de liberdade, como tendo sido um homem igual aos outros homens. Para um ex-escravo negro, é impossível. A cor da pele funciona como um sinete, corresponde a um atestado da pior das sujeições” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 22).

No entanto, ao contrário de Nelson Werneck Sodré e da *História Nova do Brasil*, Caio Prado evidencia a independência brasileira como uma revolução liderada pelas classes dominantes e sem a participação direta das massas populares, iniciada ainda em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao País. Fruto mais de uma classe política do que da nação como um todo, teria sido realizada sem a participação do povo¹²¹, resultando no seu afastamento da participação política da nova ordem. No que se refere à ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, ela resultava da organização econômica e social, que tinha uma base escravista e não comportava uma estrutura política democrática e popular (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 67). Ademais, para o autor, a independência teria sido forjada perante acordos entre as classes dominantes, reproduzindo em grande parte, a estrutura social, política e cultural instalada pela monarquia portuguesa. Essa interpretação sobre a independência também está presente na coleção, como podemos notar:

Estava também interessada na quebra do monopólio português a Inglaterra. Seus interesses levaram-na a estabelecer uma aliança com a classe senhorial brasileira, isto é, com os senhores de escravos e grandes proprietários, para realizar o rompimento final que é a Independência. Para os escravos e para as camadas médias da população (aquelas que participaram das Inconfidências), a independência de 1822 não traria grandes transformações (SANTOS *et al.*, 1964d, p. 9).

Assim como na *História Nova do Brasil*, a abolição do tráfico de escravos, em 1850, é apontada por Caio Prado Júnior como ponto de partida de toda a evolução posterior da história do Brasil. O efeito imediato do fim do tráfico foi a liberação de capital para outras áreas de investimento. Tal perspectiva presente em Caio Prado Júnior também é apresentada na *História Nova do Brasil*:

O desenvolvimento da lavoura do café era o pilar fundamental da economia da nação. Por si só, entretanto, não explica o surto das novas atividades: a suspensão do tráfico negreiro teve um grande papel na transferência de capitais para a área industrial. A paralisação do tráfico libertou vultuosos capitais que estavam nele empregados, para coloca-los nas áreas urbanas (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 54).

¹²¹ Conforme Caio Prado Júnior, cerca de 50% da população brasileira era formada por escravos, grande parte vindos diretamente das selvas africanas, divididos em profundas rivalidades tribais do seu local de origem, e muitos não falavam o mesmo idioma. Já a população livre das camadas médias e inferiores não possuíam uma coesão social suficiente para formar uma atuação política.

Para Caio Prado Júnior, então, a velha estrutura colonial entra em uma fase de remodelação, uma vez que o fim do tráfico foi indispensável para o progresso de outras atividades comerciais. Contudo, essa remodelação não se fazia sem o sacrifício de outros interesses consolidados no passado brasileiro, gerando um impasse entre comerciantes e latifundiários. Assim, o abolicionismo teve sua gênese nos interesses opostos à escravidão, na insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, de modo que a evolução política do Império corresponde à integração do Brasil ao capitalismo, no qual as instituições herdadas do regime colonial, como a escravidão, vão sendo substituídas por novas forças produtivas.

Já no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, também referenciado pela coleção *História Nova do Brasil*, Caio Prado Júnior retoma o passado colonial brasileiro, buscando o seu sentido, a fim de compreender e analisar os elementos ainda presentes na vida contemporânea. Ele considerava que o Brasil ainda não havia completado a evolução da economia colonial para a nacional como podia ser percebido nos caracteres fundamentais da estrutura econômica e social do país, os quais ainda conservavam traços do regime escravista, relações sociais com um acentuado traço colonial, uso de processos rudimentares na agricultura, produção extensiva voltada para o mercado externo e a ausência de um mercado interno consolidado. Esse entendimento também estava exposto na escrita da *História Nova do Brasil*. Em relação à estrutura do trabalho, os autores iniciam com o subtítulo “A permanência do passado”, fazendo referência à manutenção da estrutura colonial no Brasil:

O historiador tem aqui, como um laboratório, amostras, às vezes integras, daquilo que existiu há séculos. O Brasil, e não somos o único caso, comunica uma impressão de letargia, se visto na intimidade de suas regiões centrais, - como se tudo tivesse ali um ritmo diferente um compasso à margem do progresso. Não houve, por exemplo, mudança substancial na estrutura de trabalho, na maioria das zonas do interior, do século XIX a esta parte (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 10).

Tanto quanto na *História Nova do Brasil*, Caio Prado Júnior retrata o escravo como o cimento original da sociedade brasileira, elemento real e sólido da organização da colônia, de forma que a principal característica da sociedade brasileira do século XIX é a escravidão, que atingia a organização econômica, social, moral e material. De forma similar, os coautores da coleção descrevem a população negra como a base da sociedade colonial:

O negro adaptar-se-á às exigências do trabalho da lavoura e, com o decorrer do tempo, apreenderá os segredos da técnica dos engenhos, poupando ao senhor os gastos com o pagamento de técnicos europeus. Na lavoura, nos serviços domésticos, nos engenhos e, com o desenvolvimento da sociedade nas cidades, o negro vai ser a base sobre a qual repousará a sociedade colonial brasileira, não fosse ele, ‘os pés e as mãos do senhor’ (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 75).

Ademais, a cor da pele atuava no “sentido de rebaixar os indivíduos da raça dominada” (SANTOS *et al.*, 1965a), pois a discriminação social tinha o acréscimo da discriminação da cor. As contradições profundas do sistema colonial, como a condição dos escravos e o preconceito contra o negro agitaram a sociedade colonial, preparando o terreno para a sua transformação.

A terceira obra de Caio Prado Júnior referenciada nas monografias da *História Nova do Brasil* trata-se do livro *História Econômica do Brasil*, publicado em 1945. Para o autor, o grande problema da formação econômica e social brasileira estava em sempre orientar suas produções em um único tipo de produção extensiva de um único gênero exportável, de forma que, voltada para o cultivo em larga escala de gêneros de exportação, o grande latifúndio representava a estrutura tradicional brasileira e destacava-se diante da pequena propriedade. Ou seja, mantém-se a economia brasileira na função primária de fornecedora de gêneros tropicais para o mercado internacional, perpetuando a estrutura econômica colonial. Essa escrita também se encontra na *História Nova do Brasil*:

Em linhas gerais, a sociedade do açúcar representou o ponto de partida para o desenvolvimento econômico do Brasil colonial. Suas bases, aqui construídas, atenderam a reclamos exteriores, e ao exterior ligou-se durante seus momentos de importância. Seus componentes essenciais nela cresceram, caracterizaram-na, e ficaram na nossa sociedade. Razões de sua formação marcaram bastante o desenvolvimento histórico de nosso país: a importância da terra, a monocultura, o trabalho escravo, são elementos característicos da sociedade do açúcar, mas não pertencem somente a ela (SANTOS *et al.*, 1965a, p. 85).

Além disso, ainda na obra de Caio Prado Júnior, os vícios de origem da formação da indústria brasileira reforçava o imperialismo na industrialização do país, uma vez que os empreendimentos estrangeiros aqui instalados buscavam expandir o mercado que já era deles e que realizavam por meio da exportação para o Brasil, transferindo para cá a sua produção e ditando as normas bem como o ritmo do desenvolvimento. Assim, as raízes das dificuldades de desenvolvimento estariam no velho sistema econômico de natureza colonial, resultando em uma situação de dependência. A interpretação de Caio Prado Júnior, bem como a escrita da história na coleção, mostra que, mesmo com a industrialização, a vida brasileira continua sendo moldada pelo sentido da colonização. O desenvolvimento do país seria visto pelo autor como a superação do passado colonial e eliminação do que restaria dele, ou seja, o Brasil precisa superá-lo para realizar-se como nação.

Outra obra utilizada pelos autores da *História Nova do Brasil* trata-se do livro *Formação Econômica do Brasil* publicado em 1959¹²², de Celso Furtado. Nascido no dia 26 de julho de 1920, na cidade de Pombal na Paraíba, Celso Furtado era oriundo de família de proprietários de terra e magistrados. Ao longo de sua vida passou a ser reconhecido no ambiente acadêmico como um economista profissional, técnico internacional, intelectual, homem público e político (SZMRECSÁNYI, 1999).

Formou-se em direito pela Universidade do Brasil, em 1944. Como integrante reservista das Forças Expedicionárias Brasileiras (FEB), passou pela Itália e por Paris. Em 1946, durante a sua estadia em Paris, foi convencido por Maurice Bye a realizar um estudo sobre a economia do Brasil, inscrevendo-se para fazer doutorado em Economia na Universidade de Paris (Sorbonne), o que resultou na defesa, em 1948, da tese intitulada “*L’ économie coloniale brésilienne (XVIe ET XVIIe siècles): éléments d’ histoire économique appliqués*”.

Em 1948, foi fundada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No ano seguinte, Celso Furtado conseguiu um posto nos escritórios do Chile, permanecendo como funcionário internacional até 1957. Foi o primeiro presidente do *Clube dos Economistas*. Ao participar da elaboração do *Economic Survey of Latin America*, foi redator da seção sobre a indústria latino-americana, formulou a nova *Revista Brasileira de Economia*, integrou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi criador e superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada no governo de Juscelino Kubitschek, Ministro do Planejamento no governo João Goulart e Ministro da Cultura no governo José Sarney. Além disso, ministrou diversas palestras e deu acessórias sobre a economia brasileira (MALLORQUÍN, 2014, p. 292).

Durante a década de 1950, a ideologia desenvolvimentista se disseminava pelo mundo. Quanto ao Brasil, tinha entre seus formuladores mais importantes o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Inserido nesse contexto, o surgimento da CEPAL criou condições para se repensar o desenvolvimento nacional, de modo que Celso Furtado, como intelectual vinculado à instituição, ao tentar explicar o motivo do atraso do Brasil, deparou-se com a ideia da especificidade do desenvolvimento latino-americano, que requeria uma teorização singular para compreender o subdesenvolvimento, buscando possíveis vias para a sua superação.

¹²² O livro de Celso Furtado *Formação Econômica do Brasil* foi utilizado no volume I, nos temas “Descobrimento do Brasil”, “A Sociedade do Açúcar” e “A invasões Holandesas” e, no volume IV, nas temáticas “O advento da República” e “O Significado do Florianismo”.

A posteriori, com a instauração do regime militar brasileiro, Celso Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos perante o Ato Institucional nº1, publicado dia 31 de março de 1964. Abandonou o Brasil com um passaporte diplomático em direção ao Chile, onde, na cidade de Santiago, com um contrato de três meses, ministrou conferências sobre a realidade brasileira no Instituto Latino Americano y Del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes), órgão da CEPAL. Depois partiu para os Estados Unidos, atuando como pesquisador do Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale. Entre 1965 e 1979, ocupou os cargos de professor associado e de diretor do Instituto de Altos Estudos em Ciências Sociais, ambos na Universidade de Paris. Além disso, atuou como professor visitante na American University, em Washington, e na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Com a redemocratização, seu retorno à vida pública brasileira deu-se com o governo de José Sarney, no qual ocupou o cargo de ministro da Cultura, renunciando em julho de 1988. Em 2003, tornou-se membro da Academia Brasileira de Ciências.

Considerado um dos maiores intelectuais do século XX, Celso Furtado está entre os pensadores que se dedicaram a pensar o desenvolvimento da América Latina. Defendeu a necessidade de renovação do pensamento e transformação das relações sociais nos países periféricos, buscando a libertação da dependência intelectual.

O livro *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, presente nas referências bibliográficas da coleção *História Nova do Brasil*, apesar de ter sido reeditado diversas vezes e traduzido em diversos idiomas, não apresentou nenhuma modificação em seu conteúdo e os últimos capítulos do livro foram baseados no livro anterior, denominado “A Economia Brasileira”, publicado pelo autor em 1954¹²³. Desse modo, conforme Tamás Szmrecsányi (1999), a versão definitiva de *Formação Econômica do Brasil* foi elaborada por Celso Furtado entre 1957 e 1958, durante o seu estágio na Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

Consonante à Tamás Szmrecsányi (1999), no índice Onomástico do livro *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, dentre 75 autores, apenas 12 constituem uma bibliografia de apoio, os demais são fontes documentais. Além disso, o autor utilizou outras obras como referência, mas não as mencionou. O referido autor parte dessa hipótese ao analisar a tese de doutoramento de Furtado, na qual as primeiras páginas trazem vários autores que não foram referenciados em “*Formação Econômica do Brasil*”, dentre eles estariam os livros

¹²³ De acordo com Bielschowsky (1989), o livro *Formação Econômica do Brasil* é resultado do livro anterior, *Economia brasileira*. Entretanto, não tem os capítulos metodológicos e teóricos e há a substituição das palavras “economia colonial” por “economia dependente”, ao caracterizar a economia subdesenvolvida voltada para o mercado externo com a produção de produtos primários.

“*História Econômica do Brasil*” e “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, de Caio Prado Júnior¹²⁴, e o livro “*Formação da sociedade brasileira*”, de Nelson Werneck Sodré.

Sem a pretensão de reconstituir processos históricos, Celso Furtado realiza uma análise econômica do Brasil. Além do mais, destaca a inexistência de uma classe comerciante de importância na colônia. Assim, o grande comércio era monopólio da metrópole, de modo que a classe econômica de maior expressão era a dos grandes proprietários agrícolas, e, independente da forma como a independência fosse dada, essa classe ocuparia o poder. De fato assim ocorreu, gerando consequências fundamentais para o desenvolvimento desse grupo, uma vez que, mesmo com a independência, manteve-se os privilégios econômicos de que se beneficiavam Portugal e a Inglaterra, criando sérias dificuldades econômicas para o Brasil. Tal escrita também é perceptível no volume 7 da primeira edição da *História Nova do Brasil*, intitulado “Da Independência à República”:

O objetivo desta monografia é o estudo da estrutura colonial brasileira e sua aliança com o capital estrangeiro, fatores estes que modelaram a nossa sociedade durante o século passado. O período independente inicia-se com uma crise econômica e financeira. Sua extensão e profundidade criam dificuldades para a manutenção do sistema. Tornávamo-nos livres de Portugal, mantendo todos os males de uma estrutura escravista que pesará sobre nosso futuro próximo e longínquo (SANTOS *et al.*, 1964, p. 15).

No trecho acima, percebe-se a crítica realizada pelos autores da coleção em relação à manutenção da estrutura colonial, uma vez que esta criaria empecilhos para a consolidação da industrialização brasileira e realização do país como nação:

Se o Estado era dominado pela classe que se beneficiava daquela estrutura, nada mais lógico do que protegê-la. Protegê-la e fortalece-la seria conservar seu próprio domínio. Por isso mesmo que a característica fundamental do Império é o seu aspecto conservador: conservador da estrutura colonial. Dificuldades de toda ordem somam-se contra as tentativas de industrialização do país (SANTOS *et al.*, 1964, p. 37).

Ao apresentar as dificuldades de industrialização do Brasil, os autores da *História Nova* também dialogam com Celso Furtado. Logo, para Furtado, a condição básica para o desenvolvimento da economia brasileira no início do século XX seria o aumento das exportações, entretanto, fomentar a industrialização sem ter uma base técnica era impossível. O mercado para produtos siderúrgicos era praticamente inexistente, de modo que a saída para

¹²⁴ Em conformidade com Tamás Szmrecsányi (1999, p. 210), Celso Furtado, em seu primeiro capítulo da tese de doutoramento, destacou dentre seus objetivos “analisar a formação colonial brasileira à luz da documentação disponível e das ideias pioneiras de Gilberto Freire (Casa Grande e Senzala) e de Caio Prado Jr (Formação do Brasil Contemporâneo)”.

promover a industrialização no País seria por meio da produção de itens que já tivessem um mercado consumidor considerável, a exemplo dos tecidos que eram utilizados na confecção de roupas tanto da população livre quanto da população escrava. Contudo, os acordos estabelecidos entre a Inglaterra e o Brasil beneficiavam a venda de tecidos ingleses a um preço baixo, ficando difícil a competição por parte dos brasileiros. Ademais, o autor atribui o estancamento do setor exportador como a principal causa do grande atraso relativo da economia brasileira.

Além disso tudo, o país enfrentava o problema da expansão da força de trabalho. O trabalho escravo estava chegando ao fim e não buscavam alternativas para substituí-lo por completo. Para Furtado, a falta da mão-de-obra adequada foi o principal problema da economia brasileira, ao passo que o fator de maior relevância no século XIX foi o aumento da importância do trabalho assalariado. O referido autor também evidenciou que a abolição da escravidão, assim como a própria reforma agrária, não representaria por si só a destruição ou criação de riquezas, mas sim uma redistribuição da propriedade e modificações na forma de organização da produção. Mesmo com a abolição da escravidão, as condições dos ex-escravos continuaram precárias e não resultou numa redistribuição de renda ou modificações na forma de organização da produção de amplas significações. Com grandes dificuldades para sobreviver, constituíam um problema social. Dessa forma, a abolição resultou na ampliação da economia de subsistência, redução da produtividade do trabalho e diminuição da mão-de-obra (esta seria suprida com o trabalho europeu). Tal visão também está presente na *História Nova do Brasil*, revelando uma aproximação dos autores com a leitura de Furtado, como pode ser percebido a seguir:

A partir do momento em que a libertação do escravo, e não falamos de libertação filantrópica ou por alforria individual, se torna frequente, por exigências de maior rentabilidade, no caso do café, ou por imposição da baixa produtividade, no caso do açúcar e da mineração, a partir desse momento a massa de escravos se integra no conjunto da população brasileira. A partir daí deixa de existir um problema específico do negro. Ele se insere agora, no problema do homem brasileiro, do povo brasileiro em geral (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 45).

Apesar de concordarem em relação às precárias condições de vida dos ex-escravos e na necessidade de uma reforma estrutural profunda, os autores da coleção diferenciavam-se de Furtado ao apresentarem um Brasil feudal. Neste sentido, há uma maior aproximação com as teses defendidas por Nelson Werneck Sodré. A obra *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, apresenta uma abordagem da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

(CEPAL), como “a caracterização do subdesenvolvimento periférico”, com isso, o autor elabora uma metodologia estruturalista de análise da história dos países periféricos, na qual busca compreender como a estrutura econômica de países latino-americanos e a sua transformação tornaram-se distintas de outros países como os Estados Unidos (BIELSCHOWSKY, 1989, p. 54). Assim, Furtado contesta as análises que retratam a economia do Brasil Colonial como semifeudal. Para ele, a economia colonial estava pautada na unidade escravista e a transposição de instituições feudais para as coloniais comerciais da América eram impraticáveis. Essa visão dialoga com a de Caio Prado Júnior, entretanto, é contrária às teses da III Internacional Comunista, do Partido Comunista Brasileiro e à escrita do intelectual Nelson Werneck Sodré e da coleção *História Nova do Brasil*, embora dialoguem quanto ao desenvolvimento brasileiro via industrialização.

Referenciado em todas as monografias da *História Nova*, Nelson Werneck Sodré também era um dos seus coautores. Nascido em 1911, no Rio de Janeiro, o escritor era de origem pequeno-burguesa. Cursou na Escola Militar do Realengo de 1931 a 1933, publicou seu primeiro livro intitulado *História da literatura brasileira*, em 1938, e fez sua autobiografia em *Memória de um soldado* (1967) e em *Memória de um escritor* (1970).

Sodré foi militar, intelectual e comunista, ingressando no Partido Comunista do Brasil no início da década de 1940. Embora nunca tenha assumido uma militância política, deixou alguns vestígios ao longo da sua vida:

Sodré sinalizou sua aproximação com o PCB discretamente em esparsas entrevistas pouco antes do seu falecimento e também sugeriu, implicitamente, em suas memórias, a existência dessa ligação em vários momentos em que teve de fugir ou esteve preso [...], colaborando nos vários jornais do partido, como a Voz da Unidade, Novos Rumos, ou em revistas organizadas por intelectuais comunistas, como Temas de Ciências Humanas. Esteve presente com milhares de militares na recepção à Luiz Carlos Prestes na sua volta do exílio em 1979, além de contribuir em 1985 com um depoimento em caráter nacional no 1º filme do PCB [...] (CUNHA, 2014, p. 96).

Werneck Sodré foi um dos mais relevantes intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, tanto que chegou a ser indicado para a suplência da Direção (CUNHA, 2014, p. 95). Já no meio militar, integrando a corrente nacionalista do general Newton Estillac Leal, construiu carreira no exército¹²⁵, conquistando a patente de general de brigada. Conforme Paulo Ribeiro da Cunha (2014), essa relação entre o intelectual e a instituição militar é característica de sua geração na

¹²⁵ De acordo com Cunha (2014), as publicações de Nelson Werneck Sodré não eram objeto de estudo dentro das instituições militares de ensino, mesmo nas bibliotecas, como a da Academia Militar de Agulhas Negras (Aman) ou da Escola de Comando do Estado Maior do Exército (Eceme), não possuem muitos ou nenhum exemplar de sua obra.

medida em que o Colégio Militar e a Escola Militar eram uma forma do jovem brasileiro estudar e buscar uma ascensão social. Além disso, a Guerra do Paraguai teria alterado o quadro social da instituição e o tenentismo influenciado a formação dos cadetes pós-1930, dentre eles o próprio autor.

Sodré não era o único expoente do meio militar vinculado à esquerda, entretanto, era uma figura com grande influência no meio intelectual. Consonante à Paulo Ribeiro Cunha (2014), o surgimento de uma esquerda militar no Brasil deu-se nos anos de 1920, intensificando sua atuação durante o Estado Novo e após a Segunda Guerra Mundial, marcado pela criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o prestígio do militar e político comunista Luiz Carlos Prestes. Ainda para o referido autor, tais manifestações podem ser percebidas na fundação do Setor Militar Comunista em 1929, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na presença de militares no Partido Socialista Brasileiro, no Partido Comunista Revolucionário (PCBR), na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no Movimento de Ação Revolucionária (MAR) e na formação do Setor Militar Comunista, conhecida como Antimil.

Apesar da existência de uma militância política alinhada à esquerda dentro das instâncias militares do Brasil tenha sido destacada por alguns pensadores, como Paulo Ribeiro Cunha (2014), o tema é espinhoso na medida em que nenhum militar assumia uma militância vinculada à esquerda devido às possíveis represálias que poderiam ser impostas, como o impedimento às promoções. Ademais, essa relação conflituosa pode ser percebida nas cassações entre os militares durante o regime militar:

No Brasil, a temática da esquerda militar é um dos objetos mais difíceis de serem pesquisados, seja pelo caráter intrínseco da formação desses militares de esquerda, seja para viabilizar sua discreta participação política, visto que a maioria nunca admitiu que a possibilidade de serem comunistas ou de esquerda fosse de domínio público. Néelson Werneck Sodré foi um deles, e talvez não podia ser diferente, até porque no pós-1935, como demonstra Marly Vianna (2007) desabou sobre sua geração uma cultura anticomunista que refletiu nos oficiais da esquerda, sejam eles comunistas, nacionalistas ou mesmo progressistas, a uma marca de exclusão a qualquer possibilidade de diálogo (CUNHA, 2014, p. 33).

Conforme Daniel Aarão Reis (2014, p. 22), ocorreram centenas de cassações de oficiais e graduados das Forças Armadas que se identificavam com as esquerdas (REIS, 2014, p. 22). A presença de comunistas no Exército pode ser explicada, dentre outros fatores, pela composição social (parcela mais pobre da pequena burguesia que via no ambiente militar a possibilidade de ascensão social, política e econômica) e pela trajetória institucional de vários militares (CUNHA, 2014). Ademais, as relações com caráter violento entre militares e

comunistas explicam-se, dentre outros fatores, pela disputa de poder em torno do debate sobre a representação da Nação e de sua modernização. Talvez este seja um fator preponderante para a perseguição sofrida pela coleção *História Nova do Brasil*, na medida em que Nelson Werneck Sodré era tido como o orientador dos demais autores e a escrita do projeto apresentava uma historiografia brasileira compatível com as ideias difundidas pelo intelectual.

Nessa conjuntura, Nelson Werneck Sodré publicou 56 livros e milhares de artigos ao longo de sua trajetória intelectual. Colaborou na revista *Cultura Política* durante o Estado Novo e, nas décadas de 1950 e 1960, escreveu para o jornal *Última Hora* sob o pseudônimo de Observador Militar e para o jornal *Semanário* sob o pseudônimo de Coronel X (CUNHA, 2014). Além do mais, com referenciais teóricos marxistas e atuando como professor no Instituto Superior Brasileiro (ISEB), publicou os livros: *Introdução a Revolução Brasileira*, em 1958, *Formação Histórica do Brasil*, em 1962, *História da burguesia brasileira*, em 1964, e a coleção *História Nova do Brasil*, em 1964 – única obra escrita pelo autor em parceria. Após a instauração da ditadura civil-militar, continuou escrevendo artigos para jornais, utilizando pseudônimos, nos quais defendia o restabelecimento da democracia e da soberania nacional.

Nelson Werneck Sodré, portanto, não foi um intelectual isolado do político e do social, sua luta sempre se fez em espaços institucionais (como no Instituto Superior de Estudos Brasileiros), de modo que elaborou um diálogo com a sociedade mediada pelas instituições. Sodré falava que sua posição dentro do ISEB era de segundo plano, visto que a direção do Departamento de História fora confiada a Cândido Mendes de Almeida, o qual ficou responsável pelas aulas de História do Brasil, diferenciando-se dos companheiros do instituto “no plano político e na forma como encaravam os acontecimentos e as pessoas” (SODRÉ, 1986, p.19). Além disso, em nenhum dos seus trabalhos, fez uso do conceito tão difundido no ISEB de “ideologia do desenvolvimento nacional” (TOLEDO, 1997, p. 116), justamente por conferir ao conceito de ideologia um sentido negativo.

Composto por personagens bastante heterogêneos e com trajetórias e políticas bem diversas, dentre eles Roland Corbisier¹²⁶, Hélio Jaguaribe Gomes de Matos¹²⁷, Alberto

¹²⁶ Roland Corbisier pertenceu à Ação Integralista Brasileira (AIB). Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), do Instituto de Sociologia e Política (ISP), do Centro de Estudos Brasileiros e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

¹²⁷ Hélio Jaguaribe fundou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) em 1953, instituição que daria origem ao ISEB, e criou a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, publicados entre 1953 e 1956, os quais apresentavam, entre seus conteúdos, a interpretação da crise nacional. No ISEB foi chefe do Departamento de Ciência Política, deixou o instituto após polêmica envolvendo o seu livro “*O nacionalismo na atualidade brasileira*”, que atraiu crítica dos isebianos, primeiramente pelo fato de defender a privatização de setores básicos da economia, aprovando o capital estrangeiro, e depois por sugerir a repressão à agitação comunista.

Guerreiro Ramos¹²⁸, Álvaro Vieira Pinto¹²⁹ e o próprio Nelson Werneck Sodré, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹³⁰ foi criado no dia 14 de julho de 1955, mediante o Decreto n. 57.608, assinado pelo então presidente João Café Filho.

Inicialmente, ele desenvolvia suas atividades no prédio do Ministério da Educação e Cultura, depois passou a ter sede na Rua das Palmeiras no Rio de Janeiro em um velho casarão rosa do século XIX, composto por dois andares e muitas salas. Com autonomia administrativa, liberdade de pesquisa e composto pelos departamentos de Filosofia, História, Sociologia, Ciência Política e Economia, responsáveis pelas ofertas de cursos e atividades culturais como conferências e seminários de estudos que visavam discutir os problemas nacionais, objetivavam elaborar instrumentos teóricos que possibilitassem a promoção do desenvolvimento nacional. Dentre o público que frequentava as atividades ofertadas pelo instituto, encontravam-se líderes sindicais, militares nacionalistas, professores, estudantes, profissionais liberais, representantes das Forças Armadas e dos Ministérios de Estado (VALE, 2006; COSTA PINTO, 2006).

De acordo com Caio Navarro Toledo (1997), as atividades do ISEB podem ser divididas em três fases: a primeira, caracterizada por posições ideológicas diversas e conflitantes dentro do instituto. A segunda seria o período no qual a ideologia nacional-desenvolvimentista teria sido hegemônica entre os isebianos, momento também em que Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe desligaram-se do instituto. Jaguaribe deixava o instituto meses após a publicação do seu livro “*O nacionalismo na atualidade brasileira*”, com conteúdo que foi objeto de discórdia entre os isebianos, uma vez que ele “defendia a privatização de setores básicos da economia”, além de “teses autoritárias” (TOLEDO, 1997, p. 207). A chamada “ideologia nacional-desenvolvimentista” buscava a promoção do desenvolvimento brasileiro em bases nacionais, para isso defendia-se a concepção da realidade brasileira independente, libertando-se do passado colonial, do imperialismo e do subdesenvolvimento. Neste sentido, havia uma perspectiva de o instituto formar a elite intelectual para pensar na questão do desenvolvimento

¹²⁸ Alberto Guerreiro Ramos foi militante do movimento integralista, diretor de pesquisas no Ministério do Trabalho e assessor de Juscelino Kubitschek e João Goulart. No Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi chefe do Departamento de Sociologia.

¹²⁹ Álvaro Vieira Pinto foi nomeado, em 1952, professor catedrático na cadeira de História da Filosofia na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Em 1955, aceitou o convite de Corbisier para fazer parte do ISEB como professor de Filosofia, tornando-se diretor do instituto no início da década de 1960.

¹³⁰ A origem do Instituto Superior de Estudos Brasileiros está vinculada à criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1952, no Rio de Janeiro. Composto por membros de São Paulo e do Rio de Janeiro que se reuniam mensalmente na Sede do Parque Nacional de Itatiaia, o grupo foi dissolvido e os cariocas fundaram o ISEB.

nacional, cabendo a estes o esclarecimento e organização do povo brasileiro que estaria representado pela burguesia, classe média e proletariado.

Nélson Werneck Sodré defendia o desenvolvimento em bases nacionalistas. Para o intelectual, este deveria ser um processo que emana das massas e não que se impõe às massas. Assim, rejeitava o nacionalismo vindo das elites, pois este serviria apenas aos interesses dessa elite. Ademais, à medida que os pobres comessem a questionar as causas de sua pobreza e as relações em que se encontravam submetidos, um novo tipo de união se formaria entre a classe trabalhadora e os pensadores, e estes, não mais aceitando serem cúmplices da situação de pobreza das massas, iriam esclarecê-las e estas passariam a ter a capacidade de compreender a realidade brasileira, participando do processo de desenvolvimento e decisão das questões nacionais. Logo, a consciência crítica desenvolvida na classe trabalhadora libertaria o Brasil do subdesenvolvimento.

Já a terceira fase referia-se ao momento em que o instituto acompanhava o movimento político pelas Reformas de Base, e a sua extinção no dia 13 de abril de 1964, por força do Decreto nº 53.884, assinado por Paschoal Ranieri Mazzili, provisoriamente presidente da República após a deposição de João Goulart. Foi durante a terceira fase do ISEB, que a coleção *História Nova do Brasil* foi formulada, discutida e escrita em reuniões realizadas dentro do instituto, sob a orientação do intelectual Nelson Werneck Sodré.

Dentre as obras do referido autor utilizadas para a escrita da coleção, destacam-se três: *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, publicado em 1960, *Formação histórica do Brasil*, de 1962, e *Quem é o Povo no Brasil?*, de 1962. Entre as décadas de 1950 e 1960, iniciava-se uma “esquerdização” que conduziria a rearticulação dos setores intelectuais (CZAJKA, 2012, p. 299), em que se questionava a formulação de uma identidade nacional e ao mesmo tempo enquadrava-se nas discussões acerca das reformas de base. Nesse sentido, a esquerda buscava transformar a realidade do povo brasileiro, de forma que o livro *Quem é o Povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré, encaixava-se nessas discussões. Lançado pela editora Civilização Brasileira, pertencia à coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* que foi publicado entre 1962 e 1964, resultante da união entre a editora Civilização Brasileira, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes. Destinada ao público em geral, ao todo foram publicados 28 volumes com formato de bolso, nos quais haviam discussões sobre o desenvolvimento brasileiro e defendia-se a necessidade da realização de uma revolução (LOVATTO, 2010).

Conforme Nelson Werneck Sodré, há um uso imoderado da palavra povo, de modo que o seu significado tornou-se tão genérico que perdeu o seu compromisso com a realidade. Cada um pode dar ao conceito o significado/sentido que quiser. Entretanto, essa abstração se faz de forma consciente e intencional, pois busca escamotear a realidade, confundindo todas as classes e os seus interesses. Em uma sociedade dividida em classes, a população é composta por dominantes e dominados, de modo que aqueles que oprimem se afirmam como representantes das necessidades do povo e, conseqüentemente, da nação, quando na verdade objetivam apenas os seus próprios benefícios. É por isso que para eles é interessante que esse conceito seja vago, tornando os dominados eternos caudatários daqueles que na realidade representam apenas a minoria que se encontra no poder.

Dessa maneira, embora considere-se que o conceito de povo varia consoante o lugar e/ou situação histórica, Sodré (1962) defende a ideia de que há um traço geral que se repete em qualquer tempo ou lugar quando trata-se da definição do conceito: “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionária na área em que vive”. Assim, Werneck Sodré liga o critério para a definição de povo ao conceito da sociedade dividida em classes sociais, de maneira que sempre será um conjunto de classes ou camadas ou grupos, com interesses comuns a defender em “função do lugar que ocupam em um sistema de produção”, refletindo a estrutura social vigente.

Diante às particularidades do conceito povo, conforme cada situação histórica, tempo e lugar, Sodré busca defini-lo no Brasil, considerando três momentos: o da Independência, o da República e o da Revolução Brasileira. Para o autor, a Independência brasileira interessava externamente à burguesia europeia e, particularmente, à inglesa. Ademais, interessava internamente à classe dominante e à camada intermediária, pois os servos, escravos e trabalhadores livres encontravam-se estupidificados pelo regime colonial, de tal modo que a sua realização teve o apoio de todas as classes de forma proporcional à força e ao grau de consciência política de cada uma. Sodré também discorda da abordagem do processo de independência do Brasil como uma revolução, uma vez que se mantém a estrutura colonial.

Já com a República, a tarefa progressista era a liquidação do Império, que representava o atraso. Interessava a mudança de regime à burguesia nascente, à pequena burguesia, ao proletariado, ao semiproletariado e aos servos, portanto, essas classes constituíam o conceito de povo durante a proclamação da República. Então, tanto a Independência quanto a República não são consideradas pelo autor como tarefas revolucionárias, pois mantiveram a classe

dominante, representada pelos latifundiários e pela nascente burguesia. Consonante à Sodré, na década de 1960, a classe dominante continuava sendo formada pelos latifundiários que sobreviviam mediante alianças com o imperialismo, e pela grande burguesia comercial, bancária e industrial, que também se associam ao imperialismo. Diante dessa constatação, o autor defendia a superação da classe dominante que representava a antinção, servindo a interesses estrangeiros e o rompimento da aliança com o imperialismo.

Além disso, o referido autor aponta o esclarecimento do povo como uma das alternativas para a criação de condições e a execução das tarefas progressistas que o país necessitava, ou seja, libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio. No entanto, para realizá-las era necessário afastar a classe dominante do poder bem como retirar os entraves do progresso para o Brasil, permitindo o “livre desenvolvimento das forças produtivas” e o “estabelecimento de novas relações de produção compatíveis com os interesses do povo brasileiro”. Era preciso derrotar o imperialismo, nacionalizar as empresas monopolistas estrangeiras, destruir os meios materiais que permitiam o imperialismo influenciar a opinião pública e a orientação política interna.

Dessa maneira, para Nelson Werneck Sodré, o conjunto que formaria o povo brasileiro na década de 1960 era constituído por parte da alta, média e pequena burguesia (partes desligadas da associação com o imperialismo); o proletariado; o semiproletariado e o campesinato, e que estavam interessados na tarefa de luta pela defesa dos interesses nacional. Ainda quanto ao povo, haveria a divisão entre vanguarda e massa. Massa seria a parte que teria pouca ou nenhuma consciência de seus próprios interesses e que ainda não havia se mobilizado para defendê-los, enquanto que a vanguarda seria aquela que consciente caberia a função de educar e dirigir as massas.

No que diz respeito à inovação no processo político apontada por Sodré, a classe dominante minoritária não seria substituída por outra classe dominante minoritária, mas por um conjunto que compreenderia o povo brasileiro. Tratava-se de uma revolução democrático-burguesa, na qual a burguesia não teria condições de monopolizar os ganhos da revolução, com o apoio de todo o povo e depois alijar-se dele. Então, quem seria o povo brasileiro na década de 1960? O autor responde:

São as partes da alta e média burguesia que permanecem fiéis ao seu país, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira (SODRÉ, 1962).

Outro livro constantemente usado nas referências bibliográficas da coleção *História Nova do Brasil* e também de autoria de Nelson Werneck Sodré, é a publicação *Formação histórica do Brasil*¹³¹, de 1962. Analisando a história do Brasil por meio das contradições de classes, a obra foi resultado do curso “Formação Histórica do Brasil” ministrado por Sodré no Instituto Superior de Estudos Brasileiro entre 1956 e 1961. Ela representa o trabalho de análise, pesquisa, revisão e reformulação de conceitos e estudo acerca da história do Brasil. Além disso, tinha como método de interpretação o materialismo histórico e buscava compreender os antecedentes que levaram o Brasil ao estado em que se encontrava na década de 1960.

Na introdução dessa obra, Sodré busca analisar a sociedade e suas transformações perante o modo de produção, destacando como objeto da história as relações sociais que são estabelecidas nos regimes de produção como a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. De acordo com ele, quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontrou-se o regime de comunidade primitiva, pois não havia excedentes de produção e, conseqüentemente, mercadorias, inexistindo classes sociais. Já o regime escravista fez-se presente durante a fase colonial, no qual o trabalho escravo possibilitou a produção em grande escala da produção de açúcar. Entretanto, o regime escravista foi deteriorando-se, dando lugar ao feudalismo no Brasil. Diferentemente de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré defende a tese da existência do feudalismo no Brasil. Essa tese também está presente na *História Nova do Brasil*.

Ademais, Sodré dedica um tópico inteiro da introdução para diferenciar mercantilismo e capitalismo. Para ele, historiadores e ensaístas persistiam em confundir mercantilismo, processo referente ao tempo das descobertas, com o capitalismo, processo e modo de produção posterior às descobertas, o qual surge de condições externas do país ou região onde é implantado, tratando-se, portanto, de um processo endógeno. A diferenciação entre mercantilismo e capitalismo também se encontra presente na coleção *História Nova do Brasil*.

Por esse viés, Sodré identifica a origem dos privilégios de classe no Brasil a partir do sistema de donatários e na montagem do engenho de açúcar¹³², pois as terras eram doadas a quem pudesse cultivá-las e a montagem do engenho era concedida a quem tivesse condições de colocá-lo para funcionar, de modo que estaria já no início da colonização a existência de

¹³¹ A obra teve quinze edições, revelando a sua importância para a historiografia brasileira.

¹³² Nelson Werneck Sodré destacou alguns fatores para a escolha do açúcar como produto a ser produzido no Brasil Colônia, como a sua adaptabilidade as condições ecológicas do solo brasileiro, a sua aceitação no mercado consumidor europeu, a sua produção e comercialização já conhecidas por Portugal, o seu fácil transporte e a sua suscetibilidade a atração de investimento inicial.

tendências discriminatórias que seriam refletidas na sociedade açucareira. Assim, a estrutura da produção do açúcar seria definida pela existência da grande propriedade, do modo de produção escravista e pelo regime colonial¹³³, caracterizado pela concentração da renda no exterior e não no interior.

Ainda que o Brasil tivesse como predominante o modo de produção escravista, Sodré defende a existência de traços feudais¹³⁴ ou semifeudais¹³⁵ no Brasil. Logo, para comprová-los, recorre a outros intelectuais da historiografia brasileira como Varnhagen e Capistrano de Abreu, que apontavam a sua existência mediante à legislação das doações de Capitânias hereditárias. Sodré também apresenta autores que discordavam dessa perspectiva, como Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado:

Simonsen, por exemplo, repudia a ideia do feudalismo colonial e levanta a do capitalismo [...] Caio Prado Júnior não se preocupa com a caracterização do regime, mas defende a ideia de que houve, no início da vida brasileira, propriedade imobiliária. Celso Furtado nega o caráter feudal da colonização, defendendo a tese do escravismo e explicando a fisionomia hermética do regime (SODRÉ, 1962, p. 81).

Para o intelectual, a legislação trazia marcas feudais, uma vez que a classe dominante portuguesa era constituída por senhores feudais. Entretanto, a legislação diferenciava-se da realidade, uma vez que na prática não foi empregada como o planejado, de forma que a análise da realidade resultava em novas teses como a do regime escravista ou capitalista, implicando no declínio do regime feudal. Sobre tais teses, o autor tece as seguintes críticas:

Os que apoiaram a tese da existência de características capitalistas na empresa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo. Hoje, parecendo claro que, embora tenha contribuído para a transformação de que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe de aparentar-se e mais ainda de caracterizar o referido modo de produção. Como estava longe de aparentar-se como aquilo que, no modo de produção capitalista, tem o mesmo nome de capital comercial. Assim, a conclusão a que me leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo de produção escravista (SODRÉ, 1962, p. 82).

¹³³ Nelson Werneck Sodré recorre à citação de Celso Furtado para caracterizar o regime colonial.

¹³⁴ Sodré defendeu a existência de um feudalismo em que os verdadeiros senhores seriam os fazendeiros.

¹³⁵ Na acepção de Paulo Ribeiro da Cunha (2014), o apontamento das relações feudais como particularidade da história brasileira e a formulação do conceito de *Regressão Feudal* existente na obra de Sodré, não estavam vinculados à linha do PCB ou da III Internacional Comunista, pois para Cunha o intelectual já refletia sobre essas questões ainda em sua juventude, de modo que negava seu modelo de interpretação como uma simples transposição conceitual do marxismo em sua forma clássica. Para Cunha, Sodré antecipou as leituras utilizadas no Partido Comunista, sendo pioneiro na incorporação de ideias de intelectuais como Lukács e Mariátegui.

Para Sodré, o feudalismo era um grande empecilho para o desenvolvimento do País, posto que, ao garantir a sobrevivência das relações feudais, mantendo a produção agrícola, monopolizando terras e voltando-se para o comércio externo, ele desestimulava o mercado interno, ou seja, o desenvolvimento.

Assim como na *História Nova do Brasil*, no capítulo destinado à “Independência”, Sodré se preocupa em apresentar a composição das forças internas e externas que atuavam sobre o Brasil. Diante da Revolução Industrial, era preciso a abertura do mercado para ter com quem comercializar, porém, duas barreiras se dispunham para a expansão comercial estabelecer-se: o regime de monopólio comercial e o regime de trabalho escravo. Logo, as forças externas pressionavam para o fim do trabalho escravo no Brasil, porque, com a sua extinção, a área colonial lusa ficaria impossibilitada de concorrer com a produção de áreas coloniais inglesas. Além disso, o trabalho livre propiciaria o aumento do número de consumidores. As contradições externas estariam representadas entre a expansão capitalista inglesa e a resistência feudal dos países continentais. Esses conflitos afetavam o Brasil Colônia, uma vez que o Bloqueio Continental contra a Inglaterra atingia as metrópoles ibéricas, repercutindo nas áreas coloniais. Dentre as consequências desse fato, encontrava-se o fim do monopólio comercial. A contradição entre a burguesia europeia dirigida pela Inglaterra e o Brasil fazia-se na medida em que a primeira considerava o segundo como mercado consumidor e não como mercado fornecedor, somando-se a isso a contradição do trabalho escravo e do tráfico negreiro.

Para as forças internas, entretanto, representadas pela classe senhorial dominante (senhores de terras e de escravos), o trabalho escravo era peça fundamental da estrutura de produção brasileira, pois ele proporcionava uma taxa de rentabilidade primordial para a sua manutenção. Ademais, estavam interessados no livre comércio, mas não na mão de obra livre. Para Nelson Werneck Sodré, a contradição principal da sociedade brasileira do final do século XVIII encontrava-se entre os que detinham a propriedade dos meios de produção e os que dela estavam privados, ou seja, estava presente no regime de trabalho entre senhores e escravos ou senhores e trabalhadores livres.

Conforme o autor, a classe dominante senhorial estava dividida entre direita e esquerda. A direita pretendia que a classe dominante metropolitana reconhecesse o seu direito ao livre comércio, bem como o estabelecimento de uma tarifa alfandegária que satisfizesse ambas. Já a esquerda apresentava um teor reformista e preconizava a ruptura completa com a metrópole. Perante isso, o movimento pela autonomia uniu a classe dominante senhorial e ganhou o apoio de outras camadas sociais, de modo que a classe dominante colonial realizou a Independência

do Brasil com a monarquia, mantendo os seus interesses, tais como: a articulação do seu próprio aparelho de Estado, a manutenção da estrutura de produção interna, continuação do trabalho escravo e o alinhamento à burguesia europeia no exterior (SODRÉ, 1962, p. 189).

Quanto à industrialização brasileira, Werneck Sodré afirma que ela decorre do processo de formação capitalista, assim, as guerras e as crises enfrentadas pelo país forçaram o aparecimento de indústrias de substituição, porém, não causaram a industrialização, mas motivaram a sua aceleração. A industrialização brasileira teria ocorrido mediante à expansão da atividade cafeeira com seu impulso à produção mercantil, à ampliação do trabalho livre e à geração de lucros.

Já no capítulo intitulado “*Império*”, o referido autor caracteriza como colonial a estrutura econômica brasileira e aponta a sua dependência por meio de três fatores: a) concentração da produção nos produtos primários destinados ao mercado externo, b) necessidade de produtos manufaturados que provinham do exterior para o consumo da população e c) uso de empréstimos para saldar dívidas externas originadas dos déficits associado a uma “política de acolhimento a investimentos externos a que se dava amplas garantias” (SODRÉ, 1962, p. 256).

Nesse contexto, quando começa a surgir um mercado interno no Brasil, ainda ligado à atividade mineradora, durante a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira se compõe de diversas frações: a) elementos ligados ao comércio externo e interno, b) elementos ligados ao aparelho de Estado, c) pequenos produtores agrícolas e d) elementos ligados a determinadas atividades ou profissões (liberal, militar, religiosa, intelectual). Dessa forma, a classe dominante não se encontrava unida no Brasil, pois uma parcela defendia a permanência da estrutura colonial, enquanto a outra fração abandonava as velhas práticas e normas, aceitando inovações como a defesa do fim da escravidão. Na medida em que o Império representava a reação e o atraso, a República abria novas perspectivas para a realidade econômica, social e política brasileira:

Toda a nossa história, e as alterações que ela assinala, marca as etapas por um esforço de adaptação: da produção colonial ao capital comercial; da produção colonial ao capitalismo; da produção semicolonial ao imperialismo. A República, nas alterações que introduz, marca nitidamente o extraordinário esforço de adaptação das condições internas às condições externas, de uma capitalização em início a um processo capitalista que atinge a sua etapa imperialista. Com a República, assistimos, realmente, ao apogeu da estrutura colonial de produção: o Brasil é um dos principais fornecedores de matérias-primas do mercado mundial e o seu produto fundamental é o alimentício (SODRÉ, 1962, p. 296).

O autor já mencionado questiona o que teria colocado a República um passo à frente em relação ao Império, sabendo que este era a representação de uma velha estrutura que não tinha condições de permanecer. É importante destacar que Sodré menciona a inexistência de um povo no sentido de força política no Brasil, de modo que a República só se tornaria viável na medida em que a classe dominante de senhores de terras se enfraquecesse ou se dividisse.

Posteriormente, em subtítulo nomeado como “*Crise da República*”, Sodré vai analisar o Florianismo e destacar que esse movimento ocorreu da necessidade de a oligarquia despojar o grupo militar do poder para ocupar o aparelho do Estado. Então, a sucessão de Floriano anuncia o fim da crise na República, a classe média é despejada do poder e a composição que havia permitido a mudança para o novo regime estava encerrada (a classe senhorial se unifica, sendo comandada pela fração ligada ao café). Os governos estaduais defenderam a política de valorização do café, buscando manter os lucros da classe dominante ligada à exportação. Para isso, buscou apoio externo no capital financeiro. Para o estabelecimento de uma política de associação com o imperialismo, a classe senhorial se organizou internamente por meio da política dos governadores. Além disso, Sodré mostra a política de Campos Sales como correspondente à paralisação do surto industrial, à obediência aos interesses imperialistas bem como a submissão das atividades à economia exportadora. Diante desses acontecimentos, Nelson Werneck Sodré apresenta a República como uma “cômoda ficção” e o Brasil como uma “modesta fazenda senhorial bem ordenada” (1962, p. 309).

Já o último capítulo do livro intitula-se “*Revolução Brasileira*”¹³⁶. Esse mesmo título seria dado também ao último livro da coleção *História Novo do Brasil* que deveria ter sido publicado se não fosse a perseguição em sua fase de elaboração durante a ditadura civil-militar. Nesse capítulo, o autor destaca a atuação do imperialismo na vida política, econômica, social e cultural brasileira. Conforme Sodré, a presença do capital estrangeiro no país vinha ocorrendo desde a Independência em forma de empréstimos, resultando em uma dívida externa que recaía sobre a população.

O autor também critica o problema agrário brasileiro no qual a concentração da propriedade evidencia-se como obstáculo para o desenvolvimento econômico do país. Na acepção de Sodré, o monopólio da terra é a causa do atraso no campo e a sua eliminação proporcionaria o desenvolvimento das forças produtivas, atendendo as necessidades da

¹³⁶ Conforme Nelson Werneck Sodré, *Revolução Brasileira* é o nome que se dá ao conjunto de transformações que ocorriam no Brasil na década de 1960.

população. O quadro agrário brasileiro apresenta uma dualidade, na qual a grande lavoura tem crises frequentes de superprodução e a pequena lavoura padece com a subprodução. Com isso, a concentração da propriedade elimina produtores independentes, vitimando a população, uma vez que acaba estreitando o mercado interno. Assim, consoante à Sodré, a economia brasileira sofre a pressão externa do imperialismo e a pressão interna do latifúndio.

Na acepção do autor, uma economia era colonial ou dependente quando não se estruturava em bases nacionais e sim em prol de interesses alheios. Além disso, os investimentos estrangeiros representavam uma drenagem da poupança nacional, debilitando a economia nacional e limitando suas possibilidades de expansão. Ademais, para Sodré, era fundamental romper com a contradição nação e imperialismo, e com a dependência perante uma política que possibilitasse o desenvolvimento econômico do Brasil:

De qualquer forma, não há saída para o desenvolvimento com a política de compromissos com o imperialismo, a que constitui, aqui, a base do que se convencionou conhecer como ‘desenvolvimento’. Medidas preliminares ao desenvolvimento autêntico seriam obrigatórias: o monopólio estatal do câmbio em benefício dos empreendimentos nacionais; rigoroso controle das remessas de lucros e, portanto, das divisas que as atendem; a abolição dos privilégios que cobrem os investimentos estrangeiros em prejuízo dos investimentos nacionais; nacionalização da produção e da distribuição da energia elétrica; adoção de formas nacionais inequívocas de monopólio de Estado; reforma agrária; autossuficiência no abastecimento de petróleo. [...] Uma autêntica política de desenvolvimento não pode servir ao imperialismo e ao latifúndio (SODRÉ, 1962, p. 386).

Nessa perspectiva, o sistema entre o imperialismo, o latifúndio e os empresários nacionais a ele associados torna-se ostensivo à medida que lança sobre o povo os prejuízos. Sodré apresenta o latifúndio (ligado ao imperialismo por meio do comércio exterior e dos empréstimos externos feito em seu benefício) e o imperialismo como peças conjugadas, as quais trabalhavam no mesmo sentido. Além do mais, para o autor, a passagem de uma economia dependente para uma economia de livre desenvolvimento ocorria mediante à luta contra a pressão imperialista, de forma que a contradição fundamental é entre a nação e o imperialismo bem como seus agentes internos. Associada a ela estão as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra.

Há uma contradição fundamental entre Nação e o imperialismo, em outras palavras, entre o povo brasileiro e o imperialismo. Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional (SODRÉ, 1962, p. 403).

Desse modo, Sodré ressalta que o desenvolvimento capitalista no Brasil está subordinado até aquele momento ao imperialismo e, justamente por isso, acentuava desigualdades sociais, onerava o trabalho, sacrificava o povo brasileiro, gerava inflação e atrasava possíveis soluções para as contradições que travavam o desenvolvimento do País (SODRÉ, 1962, p. 400).

Ademais, assim como na *História Nova do Brasil*, as obras *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, e *Formação Econômica do Brasil*, de 1945 de Caio Prado Júnior, bem como o livro *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, de Celso Furtado, são citados em todas as referências de cada capítulo do livro. Sodré (1962, p. 54) destaca Celso Furtado como o primeiro escritor a apresentar, de forma sistemática e sob o ângulo econômico, o papel do capital comercial na expansão da produção de açúcar no Brasil. Fora isso, Nelson Werneck Sodré evidencia a despreocupação de Caio Prado Júnior em caracterizar o sistema de colonização como modo de produção (1962, p. 102), bem como a negação da existência de relações feudais ou semifeudais no campo, no caso brasileiro (1962, p. 406).

Caio Prado Júnior e Celso Furtado são referenciados em outro livro de autoria de Nelson Werneck Sodré e que também é utilizado pelos autores da *História Nova do Brasil*, trata-se da publicação “*O que se deve ler para conhecer o Brasil*”, publicado em 1960¹³⁷. Essa obra traz em cada temática da História do Brasil uma lista de fontes principais seguidas de observações pontuais para cada obra indicada, e uma segunda lista de fontes subsidiárias. No capítulo dedicado as informações preliminares dos Estudos Históricos, Sodré indica as obras de Caio Prado Júnior, “*Evolução Política do Brasil: Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*”, de 1933, e “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, de 1942. Sobre o livro “*Evolução Política do Brasil: Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*”, Nelson Werneck Sodré escreve:

Primeiro ensaio de aplicação do materialismo histórico ao caso brasileiro, com as deficiências naturais da iniciativa pioneira e o caráter demasiado sumário que apresenta. Mostra, entretanto, e nisso está o mérito principal da obra, o caráter frágil e rotineiro dos trabalhos consagrados, a necessidade de ampla e profunda revisão na História do nosso país, e a importância muito maior do método do que da pesquisa de fontes (SODRÉ, 1967, p. 221).

Quanto à obra “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, Sodré elogia o aprofundamento do conhecimento de Caio Prado Júnior sobre os fatores que interferiram na formação colonial

¹³⁷ Por se tratar de obra rara e de difícil circulação, tive acesso à publicação de 1967, no acervo da Biblioteca Central, Campus Samambaia, da Universidade Federal de Goiás.

brasileira em relação a sua obra anterior, “*Evolução Política do Brasil. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*”. Além disso, critica o método utilizado pelo autor, julgando-o eclético e distanciado do materialismo dialético, entretanto, reconhece a obra como:

[...] o melhor trabalho escrito sobre a fase colonial do Brasil, aquele em que os acontecimentos são melhor situados, em que a análise é mais objetiva, em que são devidamente coordenados os fatos, as pessoas, o quadro social e o quadro econômico. A colonização lusa é condenada com veemência (SODRÉ, 1967, p. 221).

O autor também indica as obras de Celso Furtado, “*Desenvolvimento e subdesenvolvimento*”, de 1961, e “*Perspectivas da economia brasileira*”, de 1958. Sobre o economista, afirma: “Celso Furtado apresenta em seu estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em nosso país algumas das teses mais discutidas e particularmente importantes para o entendimento da presente etapa da vida brasileira” (SODRÉ, 1967, p. 209).

Desta forma, Werneck Sodré via a burguesia nacional como sujeito histórico e que, ao assumir uma posição antifeudal e anti-imperialista, lideraria o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia na realização da *Revolução Brasileira*. Almejou um Brasil livre do latifúndio e da dependência externa além de defender a autonomia nacional. Diante disso, as análises sobre o Brasil presentes na coleção *História Nova do Brasil* apresentam grande influência das obras de Nelson Werneck Sodré.

Além disso, os coautores da coleção – dentre eles Nelson Werneck Sodré –, e os intérpretes do Brasil Caio Prado Júnior e Celso Furtado¹³⁸, partilhavam a crença na sua vocação, enquanto intelectuais, para desempenhar um papel decisivo nas mudanças políticas do país, buscando agir em nome dos interesses do povo, ensinando-os e deixando-se ensinar:

[...] ir, por todos os meios, ao encontro do povo, ensiná-lo e deixar-se ensinar por ele, fundir-se com ele e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe um espelho onde pudesse descobrir a imagem do que era, apesar de ainda não o saber: a própria nação. Tudo o que pretendiam os ‘pensadores’ do ISEB era formular o ‘sentimento das massas’. Também os artistas dos CPC se esforçavam para ‘chegar até o povo’ e inventar modos de expressão que fossem veículos de uma ‘tomada de consciência política’, tendo como pano de fundo uma troca recíproca, pela qual os intelectuais se apropriariam da experiência das camadas populares enquanto essas assimilariam o saber dos intelectuais. Os estudantes que se transformaram em alfabetizadores visavam a tornar-se agentes de uma ‘conscientização’ que é a auto-apropriação pelo povo do seu destino revolucionário (PÉCAUT, 1990, p. 104).

Ao atribuir a si mesmo o privilégio de ser a consciência esclarecida do povo, portanto, da nação, a consciência esclarecida é tida como passaporte para adentrar a modernidade.

¹³⁸ Celso Furtado também proferiu conferências dentro do ISEB (PÉCAUT, 1990).

Tratava-se da ideia do intelectual engajado ao lado das classes populares (intelectual militante), em que o movimento estudantil se transforma em agente político fundamental e mantém vínculos estreitos com o ISEB (PÉCAUT, 1990, p. 139).

No tocante às Reformas de Base apresentadas pelo governo João Goulart, Caio Prado Júnior as enxergava de forma crítica (CURTIS, 2005), enquanto Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado as consideravam como um conjunto de medidas necessárias para o Brasil. Entretanto, para Celso Furtado, as reformas seriam importantes para a resolução dos problemas atuais do Brasil, enquanto que para Nelson Werneck Sodré, elas seriam apenas uma etapa do processo para se chegar a Revolução. Assim como Sodré, os coautores da *História Nova do Brasil* tinham as reformas como uma etapa para a realização da Revolução Brasileira, na medida em que elas possibilitariam a conscientização do povo da sua situação de dependência e a superação da estrutura colonial de produção do Brasil, dando condições para libertar o país do imperialismo e do latifúndio perante a realização da *Revolução Brasileira*: “E porque temos hoje condições para a reforma desse sistema, temos mais lucidez. Mas a nossa lucidez será tanto maior quanto mais estudarmos as lutas que, umas após outras, vieram em progresso, acumulando a energia reformista que possuímos hoje” (SANTOS *et al.*, 1965b, p. 158).

Já em relação à existência de vestígios feudais no Brasil, Caio Prado Júnior resistia à visão oficial do Partido Comunista Brasileiro e criticava a esquerda brasileira por ter forçado o uso da teoria marxista clássica sem fazer devidas adequações à realidade brasileira. Celso Furtado, assim como Caio Prado Júnior, era crítico em relação à existência de um feudalismo no Brasil, contrário a esse pensamento apresentado na III Internacional Comunista. No entanto, Nelson Werneck Sodré falava em vestígios feudais na sociedade brasileira. Essa perspectiva também estava presente na *História Nova do Brasil*. Os coautores da coleção mencionavam a existência de um feudalismo brasileiro que se distinguiu do feudalismo europeu e ressaltavam a modificação na estrutura do trabalho, no decorrer do século XIX. Era retratado como regressão feudal, que seria a conversão de grandes contingentes de escravos em servos e que teria ocorrido a partir do momento em que zonas escravistas declinaram a sua produtividade, abandonaram ou eram abandonadas pelo capital comercial, regredindo, uma vez que o sistema feudal era mais atrasado que o sistema do capital comercial, do qual o escravismo era apêndice. Feudalizava-se ao converter o escravo em servo (SANTOS *et al.*, 1965b).

Para Nelson Werneck Sodré, como para Caio Prado Júnior e Celso Furtado, as origens das deficiências do Brasil estavam no seu passado colonial, a qual também estava presente na *História Nova do Brasil*:

Discutir e denunciar os processos de colonialismo não traduz nenhuma parcialidade condenável no estudioso de história; pelo contrário, faz parte das suas atribuições, porque o colonialismo não se extinguiu, apenas intensificou as formas de exploração através do tempo, mascarando-se, em alguns casos, para sobreviver. O colonialismo encontra defensores mesmo entre estudiosos de história. É preciso, portanto, opor uma condenação clara ao que é defesa velada e se esconde sob o manto da ‘imparcialidade em história’ ou do ‘mal inevitável’ (SANTOS *et al*, 1965a, p. 194).

Ademais, assim como Sodré, os coautores da coleção consideravam necessária a consolidação da revolução burguesa no Brasil, enquanto que para Caio Prado Jr. a revolução ocorreria na superação do capitalismo, uma vez que o Brasil, devido a sua formação dentro do sistema mercantil, “já estava inserido na dinâmica do capital antes mesmo da sua integração no sistema internacional do capitalismo industrial” (CURTIS, 2005, p. 68). Essa opinião de Caio Prado opunha-se a de Nelson Werneck Sodré e as teses do Partido Comunista Brasileiro. Desse modo, Sodré dialogava com as teses do Partido Comunista Brasileiro sobre a realização de uma revolução democrático-burguesa, agrária e antifeudal. Além disso, apresentava em suas publicações uma luta anti-imperialista. Ideias também presentes na coleção.

A relação do Brasil com o imperialismo é um ponto em comum aos três autores e a *História Nova do Brasil*, no qual todos viam o atraso brasileiro como decorrente de uma relação de opressão econômica, social e cultural, provocada no passado pela dominação colonial e no presente pela dominação imperialista. Ademais, o imperialismo mostrava-se como um obstáculo a ser superado. Celso Furtado fazia uma reflexão teórica influenciada pela visão cepalina, vendo na industrialização a possibilidade de realização do desenvolvimento do país, ao romper o círculo vicioso de submissão do Brasil ao imperialismo.

Nas teorias cepalina, o Estado era colocado a serviço de um processo acelerado de substituição de importações, por meio da ampliação do mercado interno e medidas para “contrabalancear a deterioração dos termos de troca”. Ao mesmo tempo, defendia-se a ampliação da cidadania política na medida em que a “modernização econômica promovesse a independência nacional” (PÉCAUT, 1990, p. 101), ou seja, o desenvolvimento estava associado à afirmação da identidade nacional:

Da mesma forma que o grupo do ISEB, a preocupação de Celso Furtado era a de criticar teorias desenvolvidas nos países centrais e construir uma teoria alternativa capaz de explicar a realidade brasileira ou latino-americana. Furtado e o grupo do CEPAL foram mais bem-sucedidos, inclusive porque menos comprometidos ideologicamente com a burguesia. Mas não há dúvidas de que o projeto de industrialização da CEPAL e o projeto de construção nacional sob a liderança da burguesia nacional e do Estado possuíam muitos pontos em comum (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 276).

Werneck Sodré identificava o imperialismo como um dos principais inimigos da *Revolução Brasileira*, era preciso enfrentá-lo para libertar o Brasil econômica e politicamente. Nesse sentido, para Caio Prado Jr., a dominação imperialista no Brasil tinha suas raízes na colonização, uma vez que ela foi parte de um sistema mercantil internacional. Para a realização da *Revolução Brasileira*, era preciso libertar o Brasil do imperialismo. Para tanto, era preciso eliminar elementos herdados da nossa formação colonial, como uma organização interna econômica e social vinculada ao sistema mercantil internacional.

Com isso, Caio Prado Júnior inova em sua interpretação sobre o Brasil ao ligar a sua história com o resto do mundo, em um momento que a maioria dos intérpretes pensava apenas as questões internas (RICUPERO, 2009). O mesmo ocorre nas teses da CEPAL com Celso Furtado e de Nelson Werneck Sodré, expressando um novo clima, em que não bastava mais apenas afirmar a individualidade do país, mas pensar a sua relação com o restante do mundo. Essa abordagem encontra-se também na escrita da História da coleção.

No livro *Formação Histórica do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, há uma abordagem muito semelhante com a apresentada na coleção, em que o autor aponta o que considera como um dos problemas mais graves cometidos pelos historiadores:

Um dos erros mais graves cometidos pelos nossos historiadores tem sido o da omissão do engendramento da história do nosso país no conjunto da história humana, como se ela decorresse em meio estanque e ficasse imune a tudo o que acontecia no exterior. Um dos aspectos mais graves desse erro está em esquecer as relações entre o que acontece no Brasil e o que acontece nas áreas vizinhas (SODRÉ, 1962, p. 227).

Outra visão apresentada por Sodré e que está presente na escrita da história da *História Nova do Brasil* relaciona-se à abolição da escravidão, em que o referido autor destaca a assinatura da Lei Áurea como uma decisão política sem prejuízo à classe dominante, tomada em conjunto com a monarquia e que, apesar do trabalho escravo ter sido transformado em trabalho livre, os escravos não foram transformados em trabalhadores assalariados. Assim, a população escravizada tendia a servidão ou a semi-servidão e na área urbana eram marginalizados.

Por fim, podemos perceber que a escrita da História na coleção, embora apresente semelhanças com algumas abordagens de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, estava intrinsecamente ligada às concepções presentes nas obras de Nelson Werneck Sodré, revelando a orientação do intelectual na confecção de cada temática presente nas monografias.

CAPÍTULO III – O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM) DA *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL* (1963-1965).

“[...] numa democracia a publicidade é regra e o sigilo é exceção.”

LAFER, Celso. *Justiça, História, Memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade*. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história; memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro, RJ: Ponteio, 2012. p. 18.

A criação da Comissão Nacional da Verdade ocorreu mediante à lei 12.528 em 18 de novembro de 2011, de modo que a composição dos membros foi anunciada pela presidente Dilma Rousseff, no dia 10 de maio de 2012. A comissão tinha por finalidade “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹³⁹, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica bem como promover a reconciliação nacional” (Lei 12.258 de 18 de novembro de 2011). Para Lafer (2014, p. 13), a criação da Comissão Nacional da Verdade é fundamental, na medida em que dá gênese ao “espaço próprio que não é o do judiciário, consolidando um caminho para a elaboração de uma memória coletiva sobre questões fundamentais para o futuro da democracia de um legado de violência e repressão”.

Nesse sentido, conforme Celso Lafer (2014), a criação da Comissão da Verdade criou um paradigma político na medida em que a superação da violência torna-se objetivo central da reconciliação nacional. No Brasil, esse processo de reparação ainda encontra-se em curso e a passos lentos, em que os historiadores podem contribuir por meio do levantamento de dados, da construção e da preservação de acervos e da problematização histórica. A criação da comissão vem apontar o que é fundamental para impedir o esquecimento por apagamento de rastros, uma vez que busca reunir diversas fontes históricas relacionadas à prática da violação dos direitos humanos no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição de 1988.

No entanto, somente a criação da Comissão Nacional da Verdade não garante aos historiadores o acesso aos arquivos produzidos pelos órgãos de informação e repressão da ditadura civil-militar brasileira, assim, a aprovação pela presidente Dilma Rousseff, no dia 18

¹³⁹ O artigo 8º refere-se a concessão da anistia por parte do Estado.

de novembro de 2011, da Lei de Acesso à Informação (Nº 12.527), que regulamenta a consulta de documentos públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, pertencentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, veio nessa direção.

Para tanto, consideramos a definição de arquivos de repressão adotada por Caroline Silveira Bauer Silveira e René Gertz, na qual:

Arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante os períodos não democráticos. Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados, a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão etc.), mas também de documentos roubados (livros, publicações, correspondências pessoais, documentos de organizações etc.) ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais (duração do interrogatório, horário em que eram feitos, presença de, presença de testemunhas etc.) quanto os Direitos Humanos (torturas físicas e psicológicas) (BAUER; GERTZ, 2009, p. 177)

Desta forma, ao analisar arquivos da repressão por meio da pesquisa histórica é necessário a menção aos sistemas de informações e toda a estrutura burocrática-militar produzida e utilizada pela repressão. Ademais, consonante à Mariana Joffily (2014, p. 158), o conceito de repressão inclui uma diversidade de atos, como cassações, censura, leis autoritárias, ameaças e demissões, gerando medo e “perda dos meios de subsistência, esgarçamento dos laços sociais”. Assim, outro cuidado que se deve ter ao trabalhar com arquivos de repressão é com a forma que estes afetam a sociedade, pois o passado ditatorial brasileiro é muito recente e muitos envolvidos ainda estão vivos (agentes da repressão, vítimas familiares etc.). Dessa maneira, o seu uso deve ser assegurado, porque envolvem direitos coletivos e individuais, conforme Carolina Silveira Bauer e René E. Gertz (2009, p. 181):

Entre os usos políticos dessa documentação como asseguradora de direitos coletivos estariam: o direito dos povos e das nações em escolher a forma de sua transição política; o direito à preservação da memória escrita dos povos; o direito à verdade; o direito a conhecer os responsáveis pelos crimes contra os Direitos Humanos, e, em relação aos direitos individuais, o direito de conhecer o paradeiro de familiares desaparecidos durante o período repressivo; o direito de conhecer os dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos da repressão; o direito de investigação história e científica. O direito à anistia para presos e perseguidos políticos; o direito à compensação e à reparação dos danos sofridos pelas vítimas da repressão; e à restituição dos bens confiscados (BAUER e GERTZ, 2009, p. 181).

Ademais, os arquivos da repressão possuem um “efeito bumerangue”, na medida em que servem para o momento presente de forma distinta, oposta às atividades que lhes deram origem, ou seja, produzidos para coordenar atividades repressivas, de modo que, no presente,

torna-se “em instrumento social insubstituível para conformar novas relações sociais” (BAUER; GERTZ, 2009, p. 178). Logo, não se pode negar que há uma disputa entre aqueles que querem preservar os arquivos da repressão e aqueles que querem negar a validade de seus registros.

Dentre os arquivos da repressão, encontram-se os processos criminais que são fundamentais como fontes históricas, seja para compreender o processo ou a sociedade de um período. Para analisa-lo, deve-se considerar o contexto histórico no qual foi produzido e a concepção do que era crime naquele determinado período pelo Estado.

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias; por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como ‘mecanismos de controle social’ marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão. [...] é impossível analisar processos criminais sem refletir sobre as atividades e crenças dos ‘profissionais do sistema jurídico-policial’, ou, no dizer de Correa, dos ‘manipuladores técnicos’, que decidiam o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos penais (GRINBERG, 2009, p. 126-127).

O grande problema dos processos criminais, entretanto, está na sua produção, que busca produzir uma verdade para acusar e punir alguém. Desse modo, como recuperar a fala da pessoa interrogada se há a existência da figura do escrivão? Por isso, torna-se necessário refletir sobre o seu processo de produção.

O Inquérito Policial Militar durante a ditadura civil-militar, então, foi utilizado como instrumento de investigação e criminalização, em que se buscava elementos que pudessem servir como prova para processos penais baseados na Lei de Segurança Nacional (LSN). Neles os militares foram capazes de reunir diversos tipos de documentos, procurando incriminar o investigado. Portanto, podemos encontrar desde depoimentos, fotografias até gravações. Em vista disso, o uso de inquéritos como fonte é um território bastante complicado por diversos fatores, dentre eles, serem fontes que nunca foram analisadas anteriormente, terem sido recolhidas sob uma dinâmica repressora da ditadura, ter tido a figura do escrivão sempre presente na escrita do documento, o acesso à fonte é difícil e sua maioria está espalhada e desorganizada em variados arquivos do país. Além disso, como já destacou Czajka (2015, p. 221), nessas documentações “transparecem padrões de análise e investigação adotados em inquéritos e, de certo modo, a construção de um inimigo interno”, ou seja, há uma relação entre a escrita do documento e o leitor.

Nesse sentido, como lidar com fontes que buscaram propositalmente a construção de um discurso que legitimasse provas ao investigado? É preciso que o historiador faça uma abordagem com as perguntas corretas, que enxergue aquilo que se quis omitir e que esteja ciente que sua operação historiográfica será permeada pela verossimilhança, pois não há espaços para verdades absolutas sobre os fatos narrados, embora sejam fontes ricas em informações.

Sendo assim, por meio dos IPMs, é possível compreender as formas de resistência ao governo militar e a perseguição praticada por eles. Assim, para compreendê-los, combinamos a análise dos Inquéritos Policiais-Militares com o contexto histórico, textos historiográficos, notícias de jornais, pareceres de órgãos do governo e entrevistas concedidas pelos atores da coleção.

3.1 “OLHANDO A LIBERDADE”: PERSEGUIÇÃO AOS AUTORES E CASSAÇÃO DAS OBRAS.

“A indústria do anticomunismo, hoje tão largamente empregada, já tinha nascido. Muito cooperou em nosso país para enriquecer os desonestos e frear a evolução da nossa sociedade. Vai perdendo terreno, a cada passo, relegada progressivamente ao baú das velharias, na medida em que a nossa gente verifica que o anticomunismo é uma bandeira sempre hasteada no momento das conquistas democráticas. É um dos muitos esfarrapados emblemas da reação: sinal de atraso” SANTOS et al. História Nova do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v.4, 1965b, p. 37.

A ascensão dos militares ao poder no Brasil não foi um caso isolado. Assim, no contexto da Guerra Fria, tem-se diversos países latino-americanos que, por intermédio dos Estados Unidos, implantaram ditaduras militares. Porém, como esses regimes militares conseguem se manter no poder? Deve-se considerar não apenas o uso das armas, do poder capital, da Igreja e da escola, mas também a produção de uma imagem que seduz a população por meio da censura e da propaganda e até mesmo a própria construção da imagem do ditador, a qual a propaganda fornecia subsídios para a formação de um comportamento considerado pelo Estado como ideal e a censura dava o limite. Dessa forma, é importante destacar que quando mencionamos a censura, estamos considerando a seguinte definição:

A censura não é senão parte do complexo aparelho de montagem por aqueles que detêm o poder, para controle da sociedade. Aparelho que, de posse do conhecimento, muitas vezes profundo dos valores presentes na consciência coletiva, recria a verdade e seus moldes segundo seus interesses e necessidades [...] (BERG, 2002, p. 53 - 54).

A censura, portanto, não foi uma prática exclusiva do regime militar, ela fora usada em diversas etapas do processo histórico brasileiro. Entretanto, o que ocorreu foi uma burocratização da sua prática mediante à criação de órgãos ligados ao Estado, refletindo as próprios ideias de quem ocupava o poder e o panorama social do país. Ademais, a censura é seletiva e determinada por uma concepção de mundo e valores, ou seja, ela pode nos revelar os traços da visão ético-moral da elite militar brasileira (ORTIZ, 2014, p. 120).

Nessas perspectiva, conforme Creuza Berg (2002), a censura pode ser dividida em três níveis: a censura preventiva, que se trata da censura prévia, na qual os trabalhos vetados eram proibidos de serem exibidos ou livros comercializados; a censura punitiva que ocorria por meio de processos judiciais, impedimento pela polícia de exposição do trabalho e até mesmo a prisão e a censura com caráter coercitivo, exercida sobretudo por militares ligados ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que reprimiam invadindo espaços, ameaçando, espancando etc. Logo, a *História Nova do Brasil* passou pelos três níveis de censura, uma vez que as edições da coleção foram vetadas, proibidas de serem finalizadas, comercializadas e destruídas, seus autores foram presos, torturados e submetidos a inquérito policial militar que deram origem a processos-crime.

Consoante à referida autora (2002), o primeiro passo para uma especialização da censura à imprensa brasileira ocorreu em 1931, com a criação do DOP (Departamento de Ordem Pública), que apresentava dentre as suas finalidades o controle de informações e o uso do rádio. Em 1934, o DOP foi reorganizado, o que originou ao DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural), abrangendo o uso do cinema e da radiotelegrafia (BERG, 2002, p. 82). Em 1937, o DCPD foi transformado em DNP (Departamento Nacional de Propaganda) e teve a incorporação do SIPS (Serviço de Inquérito Políticos e Sociais), objetivando manter a polícia informada sobre a população para atuações preventivas. Assim, a união do DNP com o SIPS, derivou no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Criado pelo presidente Getúlio Vargas por decreto presidencial em dezembro de 1939, o DIP buscava difundir os ideais do Estado Novo. Tinha dentre suas funções a censura ao teatro, cinema, a coordenação, orientação e centralização da propaganda interna e externa, organização de festas patrióticas, entre outros. A estrutura centralizada e atuante em vários estados brasileiros, por meio dos “Deips”,

proporcionava um alto controle de informações por parte do governo. O DIP foi extinto em maio de 1945.

Desse modo, o que percebermos é que já existia no Brasil, antes do período da ditadura civil-militar, uma tentativa de centralização de notícias, bem como a prática da censura. A extinção do DIP em 1945 não significou o fim da censura no Brasil, o que ocorreu, entretanto, foi uma modificação da sua condução e atuação no país (BERG, 2002). Já em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra criou mediante o Decreto nº 20.493, o Serviço de Censura e Divisões Públicas (SCDP), subordinado à Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DCDP) com ênfase na Segurança Nacional. Diante disso, o SCDP centralizava e tornava a censura dependente da Polícia Federal. Conforme Creuza Berg (2002, p. 148), durante toda a ditadura, o decreto de criação do SCDP orientara a prática da censura.

Além disso, outro passo fundamental para a ampliação e sistematização da censura no Brasil foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964. Projeto esse de autoria do general Golbery do Couto e Silva, vinculado à Escola Superior de Guerra (ESG) e aos moldes do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo de Getúlio Vargas. Em meio a isso, é importante ressaltar que Golbery foi o primeiro chefe do SNI.

O Serviço Nacional de Informações apresentava dentre suas funções reconhecer o que se passava na sociedade. No entanto, ele não era um órgão executante, ou seja, não podia fazer prisões ou interrogatórios. Nesse sentido, foi formada uma estrutura burocrática policial que o complementava (ORTIZ, 2014, p. 117), a exemplo dos IPMs que foram muito utilizados em perseguições sistemáticas como no caso da *História Nova do Brasil*.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) também contava com informações recolhidas pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs), pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e pelo Centro de Informações do Exterior (Ciex), criado em 1966 e que tinha dentre as suas funções o monitoramento de brasileiros que moravam no exterior. Esses órgãos na atuavam diretamente na repressão política, mas forneciam informações dos perseguidos que serviam como instrumento para a condução dos interrogatórios pelos agentes.

A estrutura policial-burocrática-totalitária constituiu-se em um processo lento e gradual, que culminou em 1970 na implantação do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações de Informações (CODI-DOI). Assim, o que se constata é a criação de um conjunto de instituições e uma centralização das operações repressivas em órgãos criados com esta finalidade. Por meio dessa estrutura, cerca de oitocentos processos por crimes contra a segurança nacional foram

encaminhados à Justiça Militar durante a ditadura, resultando em onze mil indiciados, dos quais oito mil foram acusados e milhares condenados (FICO, 2001, p. 13).

Entre as principais características de um governo ditatorial, é o uso de uma legislação que deu suporte a repressão, práticas arbitrárias por parte da polícia, ou seja, tais noções tornaram-se legais, possibilitando que brasileiros fossem acusados de subversivos com um embasamento jurídico. Dessa forma, consoante a Carlos Fico (2001, p. 36), durante o governo interino de Pascoal Ranieri Mazzilli foi baixada a Portaria nº1 assinada pelo General de Exército Arthur Costa e Silva, no dia 14 de abril de 1964, determinando a “abertura de Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar crimes militares praticados contra o Estado e a ordem política e social”, o que deu condições aos militares para a condução dos IPMs.

O ordenamento do Brasil ao lado dos aliados no contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, intensificou no país o horror ao comunismo, afetando diretamente o conceito do que viria a ser a Segurança Nacional. Nessa perspectiva, o Decreto-Lei nº 314, assinado pelo presidente Humberto de Alencar Castello Branco no dia 13 de março de 1967, definia os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Dessa maneira, é o decreto que apresenta a definição de “segurança interna”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária”, como pode ser percebido no Artigo 3º:

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação. (BRASIL, DECRETO-LEI nº 314, de 13 de março de 1967).

Essa definição também está presente na doutrina difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG), a qual foi criada em 20 de agosto de 1949, por meio da Lei 785, assinada pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, que teve formação militar, concluindo o curso da Escola do Estado Maior em 1922. Além disso, ele residiu o Clube Militar entre 1933 e 1932 e foi ministro da Guerra durante o governo de Getúlio Vargas. Ademais, a criação da ESG está vinculada à Segunda Guerra Mundial e à necessidade de criação de um centro de estudos que

priorizasse o “estudo da Segurança Nacional e a formação de um método para o seu planejamento” (BERG, 2002, p. 32).

Objetivando ser um instituto de altos estudos destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos para o desenvolvimento do exército e para o planejamento da Segurança Nacional, seu eixo central, a doutrina da ESG amplia o conceito de Defesa Nacional para Segurança Nacional, implicando em um maior envolvimento das Forças Armadas na política interna e na sociedade, na medida em que a segurança passa a ser de responsabilidade da sociedade como um todo (BERG, 2002). Além do mais, fatores de ordem interna também tornam-se responsabilidade do exército, que passa a exercer uma postura tutelar em relação à sociedade. O ambiente militar apresentava uma heterogeneidade política, como pode ser observado no livro *Como eles agiam*, do historiador Carlos Fico, ao evidenciar a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento difundida pela Escola Superior de Guerra (ESG) e o posicionamento dos militares:

Somente alguns oficiais estavam adstritos, em uníssono, aos cânones da ‘doutrina’. Como já foi dito, o amálgama, ordinariamente reduzido à expressão ‘os militares’, compunha-se de uma variada gama de cores políticas que se entendia desde aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG) até despóticos que as desprezavam vis-à-vis suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas), ou desde os que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas ‘grandezas brasileiras’ e os que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento (FICO, 2001, p. 41).

Dentre as formulações apresentadas pela ESG, então, para o desenvolvimento brasileiro, encontrava-se a formação de mecanismos internos de combate ao comunismo. A Revolução de Outubro de 1917, que possibilitou a ascensão ao poder pelos bolcheviques na Rússia, somado ao contexto da Primeira Guerra Mundial, proporcionou o crescimento do comunismo. Tal crescimento deu origem a um sentimento anticomunista por uma parcela da população mundial que aos poucos passou a ser cada vez mais organizado. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a Guerra Fria, o anticomunismo foi intensificado. No Brasil, o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na década de 1930, a Intentona Comunista e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) fomentaram o sentimento anticomunista no Brasil (MOTTA, 2002, p. XXI). Contudo, o sentimento anticomunista não foi homogêneo, envolveu diversos setores da sociedade, como: militares, políticos, religiosos, empresários e a imprensa. Além disso, teve períodos de maior radicalização. Assim, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002), ocorreram três fases mais agudas de sentimento anticomunista no Brasil,

compreendendo os períodos de 1935-1937, a saber: com a “Intentona Comunista”, de 1946 até 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o contexto da Guerra Fria (nesse contexto, a Revolução Cubana projetou a América Latina para o centro do mundo bipolar, resultando na interferência e influência norte-americana no Brasil) e com a crise de 1964, que resultou no Golpe militar.

A ideia de uma ameaça comunista, portanto, foi fundamental para convencer a sociedade brasileira da necessidade de atuação contra a esquerda e, sobretudo, para a justificação de intervenções autoritárias. Ademais, a ideia de que a ameaça à Segurança Nacional provinha do cidadão comum, colocava como inimigo a própria população, isto é, concebe-se a existência do inimigo interno, que influenciado pelo Comunismo Internacional, seria uma ameaça à nação. Logo, o movimento político-militar de 1964, que resultou na ditadura civil-militar brasileira, teria tido dentre seus fatores as campanhas anticomunistas internas e externas.

De acordo com Daniel Aarão Reis (2014), compreendemos como ditadura um “estado de exceção”, um lugar onde ou um período em que as leis estão subordinadas às vontades dos homens que estão no poder. No Brasil, o Golpe, que implantou a ditadura civil-militar, buscou legitimar-se com o apoio de setores da sociedade que se sentiam ameaçados por uma possível expansão do comunismo. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2014), o consenso anticomunista¹⁴⁰ foi fundamental para unir camadas heterogêneas da sociedade brasileira, porém, não foi fator único e suficiente, sendo necessária a negociação de conflitos, de modo que houve a interferência internacional e o próprio contexto econômico.

Diante disso, a caracterização do comunismo soviético como algo ruim e perverso foi muito explorado pelo imaginário anticomunista no Brasil. A exemplo tem-se a demonização dos comunistas, a sua associação à ameaça estrangeira, ou seja, inimigos externos do país que colocariam em risco a nação por meio da disseminação de ideias perigosas, e na apresentação dos comunistas como imorais ou amorais, como adversários da fé cristã tradicional que colocariam em risco a preservação da moral sexual e da estrutura familiar, além de corromper a juventude.

Lançada no dia 20 de janeiro de 1964 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, a *História Nova do Brasil* foi associada ao Comunismo Internacional e recebeu

¹⁴⁰ Conforme Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. XIX), a definição de anticomunismo seria a de “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”. Seria a concepção do comunismo relacionado à vertente marxista-leninista vinculada ao modelo soviético.

pareceres desfavoráveis da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)¹⁴¹, do Estado-Maior do Exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com os editoriais dos jornais¹⁴² *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Diário de São Paulo*. É importante ressaltar que a forte repressão à coleção, deu-se principalmente após o Golpe Civil-Militar de 1964, nesse sentido os livros foram recolhidos das estantes das livrarias, queimados em praça pública no Rio de Janeiro e proibidos de serem comercializados. Todos os autores da coleção foram presos, alguns partiram para o exílio, foram humilhados, torturados fisicamente e psicologicamente, tiveram suas famílias ameaçadas e perderam o emprego.

À vista disso, foi emitido, no dia 19 de março de 1964, um parecer negativo do Estado-Maior do Exército, pelo Chefe da 5ª. Secretária do Estado-Maior do Exército, Coronel José Nogueira Paes, atendendo a uma solicitação oral do Chefe da 2ª Secretária do Estado-Maior do Exército (não foi possível identificar o nome do ocupante da função). Assim, o parecer iniciava-se com a análise da proposta da coleção, seguida da explicação de várias vertentes historiográficas de análise, dentre elas a interpretação política, teológica, geográfica, racial, econômica (marxista), psicológica e integral. Esse parecer tinha como estratégia a explicação das vertentes para, posteriormente, questionar da escrita marxista presente na coleção, considerando a coleção como prejudicial ao ensino brasileiro, perigosa “sob o ponto de vista da segurança nacional”, pois tratava-se de “propaganda deletéria, que compromete o Estado com a ideologia marxista” (IPM DO ISEB, 1966, p. 1190-1191).

Outro parecer desfavorável emitido foi o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁴³, que dizia estar atendendo a um apelo da Diretoria Central da Liga da Defesa Nacional com o aval do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Iniciava um duelo entre a historiografia oficial, responsável pela primeira institucionalização da memória nacional representada pelo IHGB, e a historiografia dos autores da *História Nova do Brasil* que criticavam essa memória. Logo em seguida, o parecer seria usado como documento de acusação contra os autores nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) da *História Nova*.

¹⁴¹ Nem os autores da coleção e nem a Divisão de Educação Extra-Escolar (DEE) haviam encaminhado o projeto para análise, tendo executado diretamente pelo Ministério da Educação e Cultura.

¹⁴² Os editoriais dos jornais juntamente com o parecer do IHGB foram trabalhados na dissertação de mestrado intitulada *História Nova do Brasil (1963-1965): uma nação “imaginada”*, defendida em 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Nesta tese, estamos apenas recuperando o contexto da perseguição da coleção que resultaram na instauração dos IPMs.

¹⁴³ Em setembro de 1965, Nelson Werneck Sodré respondeu o parecer do IHGB assinado por Américo Jacobina Lacombe por meio da *Revista Civilização Brasileira*. O texto foi integrado ao seu livro *História da História Nova*, publicado em 1986.

O parecer do IHGB desqualificava a validade científica da obra ao ser utilizado como argumento o fato de os autores serem apenas alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, excluindo Nelson Werneck Sodré. Criticava-se também a publicação e distribuição da coleção por meio de órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o uso do materialismo histórico como interpretação científica usado pelos autores. Além disso, descrevia dezenas de erros presentes na obra, como enganos de nomes e datas, distorções cronológicas e infidelidades à ortografia do texto transcrito e erros ortográficos. Afirmava-se que a *História Nova do Brasil* visava despertar um falso sentimento patriótico e apresentava propósitos comunizantes no sentido de estar a serviço do Comunismo Internacional, difundido ideias do Partido Comunista e subversivas do governo de João Goulart.

Outro parecer desfavorável à *História Nova do Brasil* foi emitido no dia 21 de agosto de 1964 pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), assinado por Lúcia Magalhães, presidente da comissão. Assim sendo, a análise do IPM do ISEB revela que o parecer foi solicitado em ofício nº 481 no dia 17 de julho do mesmo ano. A comissão analisou os volumes 1, 3, 4, 6 e 7 por determinação dos IPMs do MEC. No entanto, os volumes 2 e 5 não chegaram a ser confeccionados devido à perseguição da obra sofrida no início da ditadura civil-militar. Com isso, a CNLD considerou a obra destituída de qualquer valor histórico, além de julgá-la deficiente em relação ao seu conteúdo como na forma didática apresentada. Ainda mostrou o uso da dialética marxista de forma primária na escrita da coleção. Além disso, evidenciou que a obra não deixava clara a sua destinação, se aos professores ou aos estudantes. A comissão acusava a obra de tentar doutrinar os professores brasileiros, buscando orientá-los sob uma ótica puramente socioeconômica e que os autores da coleção tratavam os demais autores de livros didáticos de forma pejorativa, com o intuito de desmoralizá-los, criticava a negação do culto do herói presente na escrita da coleção, por fim ressaltava que as monografias incitavam lutas econômicas por meio do repúdio de qualquer capitalismo, sendo, portanto, uma coleção omissa e tendenciosa. Desse modo, o parecer foi concluído da seguinte forma: “[...] somos do parecer que a ‘Coleção História Nova’, por omissa, inverídica e nociva, deve ser recolhida e seu uso impedido” (IPM DO ISEB, 1966, p. 528).

Entre os órgãos da imprensa¹⁴⁴, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *O Jornal* e *O Globo* posicionaram-se contra a coleção, que teve o seu lançamento noticiado com antecedência pelo jornal *Última Hora* no dia 25 de janeiro de 1964, em coluna

¹⁴⁴ Todas as notícias referenciadas ao longo da tese envolvendo a *História Nova do Brasil* e seus autores encontram-se nos anexos.

escrita pelo jornalista Geir Campos¹⁴⁵, intitulada literatura. De acordo com essa notícia, o lançamento da *História Nova do Brasil* ocorreria durante a inauguração do auditório do Palácio dos Metalúrgicos, na Rua Ana Néri, 152, no Largo Pedregulho, Rio de Janeiro. Conforme a notícia, o evento seria organizado pela Educação Extra-Escolar, do MEC, e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e congêneres. A coluna evidenciava que a coleção não seguia a historiografia tradicional e abordava temas como “história da propriedade da terra no Brasil, história do domínio estrangeiro no Brasil, história da industrialização no Brasil, história da luta pela democracia no Brasil, e a revolução brasileira”. Além disso, as monografias eram qualificadas como úteis:

desde já posso adiantar que não apresentam as personalidades e os fatos históricos, do Brasil e do mundo, arrumadinhos como a gente costuma ver nos compêndios conservadores, não: toda personagem histórica e todo fato histórico tem as suas motivações e a pequena, mas útil coleção de livros da CASES, pretende mostrar justamente esses motivos (ÚLTIMA HORA, 1964, “HISTÓRIA no Palácio dos Metalúrgicos”, 25 de janeiro.).

No dia seguinte, o jornal *Correio da Manhã* também noticiava o lançamento da coleção que era destacada com uma historiografia crítica em relação aos “temas e fatos de importância para o povo brasileiro” (CORREIO DA MANHÃ, 1964, “PUBLICAÇÕES CASES”, 26 de janeiro).

Assim que a coleção foi lançada, grande parte da imprensa carioca e paulista passou a atacá-la. No dia 19 de fevereiro de 1964, o *Jornal do Brasil* salientava que a recepção da coleção não tinha sido tão grande e tal fato teria impulsionado o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a colocá-la como “obrigatória” no ensino secundário brasileiro. Ademais, o jornal classificava a coleção como uma violência cultural, pois passava por cima de “conceitos sedimentados” e utilizava o marxismo em suas análises, de modo que não era inovadora como pretendiam os autores:

Por aí expõe-se a ficar irremediavelmente comprometido o sentido de revisão histórica iniciado. É fatal que a oficialização desencadeie protestos, porque por mais que o Brasil precise de ser estudado, em suas dificuldades presentes, a revisão de seu passado não pode constituir a importação de conceitos comprometidos que não

¹⁴⁵ Foi poeta, editor, jornalista e autor de livros juvenis e infantis. Em 1962, organizou com Moacyr Félix a edição de *Violão de Rua*, da série *Cadernos do Povo Brasileiro*, editados pelo Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes - CPC/UNE. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Tradutores e escreveu para revistas literárias e jornais como *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *O Estado*, *Diário de Notícias*, entre outros. Informações disponíveis em: GEIR Campos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2799/geir-campos>>. Acesso em: 16 de abr. 2019. Verbete da Enciclopédia.

representam a última palavra em historiografia. Pelo contrário, os conceitos marxistas de interpretar a história pelas relações de produção já estão também antiquados. O marxismo data do século XIX e há coisa bem mais moderna. Não é possível que em nome da renovação cultural se pretenda impingir ao Brasil teses que não nos colocam em sintonia com a ciência histórica contemporânea (JORNAL DO BRASIL, 1964, “Violência cultural”, 19 de fevereiro.).

Já no dia 12 de março de 1964, o jornal *O Globo*, criticava a *História Nova do Brasil* perante entrevista concedida pelo catedrático Eremildo Viana, da cadeira de História da Idade Média da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e que qualificava a obra como uma produção de primários, com noções historiográficas errôneas, de modo a confundir o jovem brasileiro:

O professor Eremildo Viana, catedrático de História da Idade Média da Faculdade Nacional de Filosofia declarou ao O GLOBO que a seu ver a ‘História Nova do Brasil’ posta à venda pelo Ministério da Educação, não passa de uma obra de primários, sem base na realidade histórica, editada com o dinheiro do povo para confundir os jovens estudantes com noções errôneas da história Brasileira, calcadas numa ideologia barata. – Se era pensamento do Governo destinar o livro só aos professores, acrescentou, sua elaboração não deveria ter sido entregue a professores mal saídos dos bandos das faculdades, e que evidentemente não tem as condições necessárias para produzir um estudo sobre a História do Brasil capaz de servir de orientação a mestres cujo acervo de cultura na maioria dos casos é muito superior ao dos autores.

Além de condenar a obra, portanto, Eremildo Viana forneceu informações dos currículos de dois coautores da coleção, realçando o desempenho insatisfatório nas disciplinas de Idade Medieval para depreciar a *História Nova* e a capacidade individual de cada escritor:

A “História Nova do Brasil” foi elaborada por uma equipe do ISEB, sob a orientação do Sr. Nelson Werneck Sodré, e da qual fizeram parte Joel Rufino dos Santos e Rubem César Fernandes, o primeiro reprovado em História da Idade Média na FNFi e o segundo submetido anteontem a exame de segunda época na mesma matéria (O GLOBO, 1964, “Os novos livros Didáticos do MEC destinam-se a confundir a juventude, diz professor”, 12 de março.).

O jornal também dava ênfase ao valor de venda de cada exemplar da coleção, comercializado por 250 cruzeiros, bem como a distribuição gratuita pelo MEC de 10 mil exemplares aos professores brasileiros para que estes elaborassem seus programas de aula.

Posteriormente, no dia 13 de março de 1964, outro jornal carioca, *O Jornal*, sob o título de “Uniformização” também desqualificava a obra e os coautores, ressaltando que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) buscava uniformizar o ensino brasileiro e que para isto tinha entregue a escrita de livros de História para uma equipe, na qual dois membros haviam sido reprovados:

O livro foi feito por uma turma do ISEB, na qual figuravam dois alunos da Faculdade de Filosofia que tinham sido reprovados justamente na cadeira de história. Por aí se tem um exemplo do “alto critério que vem orientando a confecção dos livros didáticos. O mais difícil será sem dúvida alguma, uniformizar a ignorância e a incapacidade [...]” (O JORNAL, 1964, “UNIFORMIZAÇÃO”, 13 de março *apud* INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966, p. 6430).

No mesmo dia, o *Jornal do Comércio*, sob o título “Caxias e o atual governo”, depreciava a *História Nova do Brasil* por apresentar o duque de Caxias, patrono do exército brasileiro, como protetor dos escravocratas em seu volume 7 intitulado “Da Independência à República”. Para fundamentar a crítica, o jornal transcreveu um trecho da monografia ao lado do discurso proferido pelo militar Euclides Zenóbio da Costa durante a sua posse na Pasta de Guerra em fevereiro de 1954. Além de apresentar Zenóbio da Costa como herói nacional, resgatou a figura de Getúlio Vargas, criticando o atual governo, ou seja, João Goulart:

O exército de Caxias servira de proteção a esses que consideram o seu Patrono um protetor de escravocratas. Como mudaram os tempos! Um ex-ministro de Guerra herói da Força Expedicionária Brasileira, assim falava: "Somos a grande muralha contra a qual se transformam em espumas inofensivas as ondas da prepotência e da traição dos eternos inimigos da Pátria. Somos essa fortaleza cuja guarnição está vigilante para, não permitir que os comunistas ora infiltrados em vários setores se por ardilosos que sejam os seus embustes, do no nosso destino. Não lhes darei quartel e os combaterei resolutamente certo de que estou defendendo os nossos lares e a integridade da Pátria. Nunca o nosso Exército foi em nossa terra símbolo da opressão: antes foi sempre o lábaro da liberdade". O autor dessas palavras morreu há poucos meses, chamava-se Zenóbio da Costa. E o discurso de onde extraímos esse trecho é de sua posse na Pasta de Guerra em fevereiro de 1954. Sabem quem presidia então este País? Getúlio Dornelles Vargas (JORNAL DO COMÉRCIO, 1964, “Caxias e o atual governo”, 13 de março.).

Já o jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou cinco editoriais para difamar a coleção por intermédio de notícias publicadas nos dias 3, 4, 7, 11 e 14 de março de 1964. No primeiro editorial, publicado no dia 3 de março de 1964, com o título “A nova história – 1”, o jornal evidenciava a publicação da coleção, caracterizando os seus autores como “escribas da nova classe comuno-peleguista”. O editorial seguia acusando-os por não darem continuidade ao “legado” historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de forma que caracterizavam a obra como uma anti-história: “É uma História anti-história, a que estes corifeus do nacional-comunismo brasileiro pretendiam apresentar, pois é uma história, em que o Passado não tem menor valor ao Presente, e em que o Futuro jamais é considerado como decorrência do Presente” (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 1”, 3 de março, p. 3).

O jornal afirmava, portanto, que a coleção retratava uma história com viés ideológico e condenada por não ser inovadora, uma vez que importava ideias europeias do século XIX, na medida em que o francês Saint-Simon já havia afirmado sobre a necessidade de se escrever uma história em que fosse destacada a ação coletiva e não a de grandes homens. Ademais, atacavam Nelson Werneck Sodré, deslegitimando o uso do marxismo na escrita da *História Nova*:

O que fica de uma leitura deste “Descobrimento do Brasil”, ao qual voltaremos, é uma triste impressão de um marxismo de segunda categoria – e mal digerido. O que é altamente condenável em quem é apresentado como o mentor intelectual do grupo militar que sustenta o nacional-comunismo- peleguismo brasileiro (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 1”, 3 de março, p. 3).

No dia seguinte, o Estado de São Paulo publicou o segundo texto do editorial, intitulado “A Nova História - 2”, mostrando a obra como “cheias de erros e simplificações grosseiras”. Com isso, por meio do editorial, é possível perceber a defesa da historiografia tradicional bem como o seu uso na formação da identidade nacional brasileira, na medida em que se destaca a importância do estudo por parte dos estudantes, da narrativa do Descobrimento do Brasil e seus pontos controversos para a formação do sentimento nacional:

Ao aluno, por exemplo, que ler as páginas dedicadas à viagem de Cabral e ao descobrimento, será muito difícil saber que relação tem a ilha de Vera Cruz com o Brasil, pois o que se lê na pág. 60 é apenas isto: ‘A viagem foi bastante acidentada, verificando-se na sua primeira etapa o descobrimento da ilha de Vera Cruz, acontecimento que ainda suscita controvérsias inúteis. Tais discussões, versando sobre a intencionalidade ou achado do Descobrimento, assim como sobre outras minúcias (oh! O sacrossanto horror pela minúcia na História), não tem qualquer importância, pois nada alteram o fato histórico em si e suas consequências’. A História Pátria faz-se assim, sem menção aos fatos que todos os brasileiros deveriam saber, a começar desta do descobrimento. Não será de estranhar, que amanhã, a vingar a adoção da nova história, seja visto como animal raro, “rato de biblioteca”, e talvez até como inimigo do povo brasileiro o dia em que o Brasil foi descoberto e quais os nomes que teve o longo da sua História. Pois isto são minúcias. (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 2”, 4 de março, p. 3).

Dando continuidade aos ataques, no dia 7 de março, o Jornal *O Estado de São Paulo*, publicou novo texto, desta vez, analisando o volume IV, que tinha como temática a expansão territorial. Após tecer diversas críticas em relação à forma com que o conteúdo foi abordado, o editorial conclui classificando ironicamente a nova história de a nova “Suma Theologica”, alertando para o caráter da obra, ela não era inútil, mas perigosa:

O que pretendíamos ressaltar – e nesta posição temos certeza de ser mais modestos que os “bossa nova” da História do Brasil é o risco que correrá a formação das novas gerações a quem o Estado entrega a preço ínfimo uma “História Nova” chancelada

pelo Ministério da Educação, a qual prima sobretudo pela estreitosa interpretação. (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 3”, 7 de março, p. 3).

Os editoriais publicados nos dias 11 e 14 de março deram continuidade, portanto, aos ataques, retratando o uso da interpretação materialista da história brasileira. Assim, os autores foram acusados de produzirem uma História ideológica, com uma falsa inovação e sem futuro. Criticava-se o materialismo histórico presente na obra, o seu uso em sala de aula, a desvalorização da História tradicional, deslegitimavam a cientificidade e a sua qualidade, qualificando-a como nociva. Questionavam o uso de dinheiro público, para a publicação da primeira edição, e depreciavam pessoalmente os autores com a informação, por exemplo, de que um deles haviam sido reprovados em uma disciplina na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Ademais, deve-se evidenciar que os editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* apresentavam uma escrita mais elaborada, revelando algum grau de conhecimento sobre o marxismo.

Ao mesmo tempo em que uma parcela da imprensa nacional veiculava matérias contrárias à *História Nova do Brasil*, a outra parcela fornecia apoio aos autores e a coleção. O jornal *Última Hora*, em noticiário intitulado “Advogado Enquadra Coronel Pina no Código Penal: Abuso de Poder”, no dia 01 de junho de 1965, divulgava a apreensão da segunda edição da *História Nova do Brasil* e a sua proibição pelos órgãos do Estado:

Realmente, durante a manhã de ontem, os encarregados daquele inquérito examinaram todas as obras apreendidas principalmente a ‘História Nova’, editada pela CASES, do MEC, e considerada ‘subversiva’ pelo Estado-Maior do Exército, Conselho de Segurança Nacional, SNI, Ministério da Justiça e classificada como ‘antididática e nociva’. O livro foi recomendado para o estudo pelo Ministro Darci Ribeiro e proibido pelo Ministro “revolucionário” Gama e Silva (ÚLTIMA HORA, 1965, “Advogado Enquadra Coronel Pina no Código Penal: Abuso de Poder”, 01 de junho, p. 3).

No dia seguinte, o mesmo jornal noticiava a busca incessante de Fani Goldfarb Figueira, esposa de Pedro de Alcântara Figueira, um dos coautores da *História Nova do Brasil*. Pedro saiu para depor e nunca mais retornou, com sua filha Milena de apenas 20 dias nos braços, a esposa do autor prometeu acampar no saguão do Ministério da Educação e Cultura enquanto não obtivesse respostas do seu paradeiro:

Sem notícias do marido, o historiador Pedro de Alcântara Figueira, encarcerado por ser um dos autores da ‘História Nova do Brasil’, a Sra. Fani Goldfarb Figueira (foto) passa agora por verdadeiro suplício indo de IPM a IPM em busca daquele que está fazendo falta em casa porque é o chefe da família e tem de dar assistência a filhinha de ambos que está enferma há 20 dias e que ela é obrigada a deixar sem poder sequer

amamenta-la por viver momentos de angustia e desespero sentindo-se completamente desamparada juntamente com a menina. A mulher do historiador está sendo vítima de autentico ‘jogo de empurra’ por parte do encarregado de IPM, que o dizem recolhido ao Batalhão de Guardas enquanto o editor Ênio Silveira passa a disposição do Major Bonecker (ÚLTIMA HORA, 1965, “SUPLÍCIO de espôsa na rota dos IPMS”, 02 de junho, p. 3).

O caso ganhou repercussão e Fani Goldfarb Figueira apareceu várias vezes nas manchetes de jornal em busca do seu esposo. Entretanto, a atenção recebida por Fani não se deu em função da prisão do autor, mas porque, coincidentemente, no dia em que a Goldfarb foi até o Ministério da Educação e Cultura buscar informações com o Coronel Gérson de Pina, o poeta Tiago de Melo, muito conhecido no meio cultural, e o cabo José Anselmo dos Santos, agente duplo que serviu durante a ditadura como informante da polícia, também responderiam no IPM do ISEB, de modo que o local estava repleto de jornalistas à espera dos nomes conhecidos. Em depoimento, Fani revelou que o Coronel Pina não quis recebê-la e saiu aos “berros pelo corredor”. A imprensa deu ênfase ao seu caso¹⁴⁶, como pode ser percebido na foto de capa publicada no jornal *Última Hora* no dia 03 de junho de 1965 e intitulada “IPM Barra Bebê”.

Figura 16 – IPM Barra Bebê



Fonte: IPM barra bebê. *Última Hora*, (1965. p. 01).

A manchete seguia afirmando que Goldfarb foi vítima do “jogo de empurra” praticado pelos encarregados de IPM. O coronel de Pina e o Major Cleber Bonecker, que além de não

¹⁴⁶ O jornal *Última Hora* publicou quatro fotos de Fani Goldfarb Figueira, nos dias 02 e 03 de junho de 1965, sendo duas delas nas notícias de capa. As fotos juntamente com as notícias encontram-se nos anexos dessa tese.

terem fornecido informações sobre Pedro de Alcântara Figueira, também teriam ameaçado a sogra dele, D. Antônia Figueira, para que informasse onde estava o seu filho (ÚLTIMA HORA, 1965, “SUPLÍCIO de espôsa na rota dos IPMS”, 02 de junho, p. 3). Após a atenção da imprensa dada à esposa do coautor da *História Nova do Brasil*, o Coronel Pina a atendeu, entretanto, fê-la deixar sua filha Milena no colo de outra pessoa, fora da sala (ÚLTIMA HORA, 1965, “SUPLÍCIO de espôsa na rota dos IPMS”, 02 de junho, p. 3).

Além de Pedro de Alcântara Figueira, encontravam-se presos Joel Rufino dos Santos e Maurício Martins de Mello. No dia 12 de junho de 1965, o Correio da Manhã divulgava o pedido de prisão preventiva dos autores e mostrava o interesse dos encarregados do IPM da Imprensa Comunista¹⁴⁷ bem como do ISEB de incriminar Werneck Sodré:

Os escritores estão presos incomunicáveis, obrigados a ficar em silêncio e submetidos a extensos interrogatórios através dos quais o Major do IPM está procurando uma fórmula para incriminar o escritor general Nelson Werneck Sodré. [...] Submetidos pelo major Bonecker segundo suas próprias revelações, a uma ‘técnica especial de tratamento psicológico’, aprendida nos Estados Unidos, os três escritores presos pela co-autoria da *História Nova do Brasil* estão sendo interrogados, diariamente, até as 23h. Os srs. Maurício Martins de Melo e Pedro de Alcântara Figueira estão presos em solitárias no Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, Joel Rufino dos Santos continua numa cela comum no Batalhão da Polícia Militar, no Méier, em companhia de outro detido, com quem, entretanto, não pode falar (CORREIO DA MANHÃ, 1965, “IPM pede prisão preventiva para escritor preso”, 12 de junho, p. 2).

Dentre as acusações que desqualificavam a escrita da história presente na coleção, constava-se a de tentar alterar a historiografia brasileira atingindo alguns personagens, tais como Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, nomeado *post-mortem* como patrono do Exército brasileiro por meio do Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962. Para tentar esclarecer o fato, Nelson Werneck Sodré concedeu entrevista ao jornal *Última Hora*, no dia 18 de junho de 1965,

Nélson Werneck Sodré – que é general do Exército – considera que ‘houve outra calinada memorável no caso’, lembrando que ‘ao trinunfar o golpe de abril de 1964 fora cirrada e generalizada a falsidade de que a *História Nova do Brasil* era subversiva e se caracterizava como tal por difamar o Exército e particularmente o seu patrono, o Duque de Caxias’. Após assinalar que isto ‘é uma impostura que poderia ser desfeita pela simples leitura dos livros, mas que, repetida – de acordo com a técnica nazista -, ficara transformada em verdade para os ingênuos e para os malévolos’, afirmou o escritor (ÚLTIMA HORA, 1965, “GENERAL: - HN não é contra Caxias”, 18 de junho, p. 2).

¹⁴⁷ Os depoimentos dos autores concedidos no IPM da Imprensa Comunista foram anexados ao IPM do ISEB.

Na mesma notícia, o intelectual ressaltava que havia se intensificado no país o interesse em pesquisar soluções para os problemas nacionais, mas que esse esforço havia sido comprometido com o novo governo instaurado:

Como é sábio em todo o Mundo é bastante comentado e criticado, desencadeou-se no País, a partir de então, verdadeira guerra ao Intelectual e aos seus instrumentos: a cátedra universitária, o livro, o jornal independente, a posição crítica. O clima ficou conhecido como terrorismo cultural e mereceu protestos de todos os centros científicos do Mundo (ÚLTIMA HORA, 1965, “GENERAL: - HN não é contra Caxias”, 18 de junho, p. 2),

Na manhã seguinte, o jornal *Última Hora*, sob o título “Historiadores: Só o I Exército libertará”, noticiava que a liberdade dos autores da *História Nova do Brasil* dependia da decisão do General Edson de Figueiredo, chefe do Estado-Maior do I Exército, ou ainda do General Otacílio Terra Ururaí, comandante do I Exército, sobre um novo encarregado para ouvir o General e escritor Nelson Werneck Sodré, que não podia prestar depoimento para membros do exército com patente inferior que a dele, como era o caso do Coronel Gérson de Pina e do Major Cléber Bonecker, responsáveis pelos IPMs do ISEB e da Imprensa Comunista, respectivamente. Além disso, enquanto a escolha de um novo encarregado para os IPMs não fosse definida, os autores da coleção seguiam presos, apesar de já terem prestado depoimentos nos IPMs (ÚLTIMA HORA, 1965, “Um GENERAL vai ouvir o escritor”, 25 de junho, p. 3). Ou seja, o maior interesse do governo era a prisão de Sodré e a escrita da coleção e manutenção dos demais autores encarcerados era apenas mais um meio encontrado pelos militares para sua intimidação e acusação.

No dia 26 de junho, o *Correio da Manhã* informava que os escritores haviam sido detidos pelo coronel Gerson de Pina, e depois transferidos ao major Cleber Bonecker. Em um pedaço de papel, Joel Rufino dos Santos e Pedro de Alcântara Figueira denunciaram as agressões na prisão, que foram publicadas no *Correio da Manhã* no dia 27 de junho de 1965. Assim segue o relato de Joel Rufino dos Santos:

Desde o dia 7 de junho, quando fui preso, tem-se passado o seguinte: ao responder ao IPM do ISEB, fui insultado e meu filho pelo tenente Gustavo, daquele IPM. Dias antes, esse tenente foi à casa de minha mãe, ameaçando-a de prisão. Do IPM do ISEB fui, no mesmo dia, levado preso aos berros e palavrões (preto, comunista, cafetão, etc.). Antes de falar, recebi do major Bonecker um tapa e o aviso de que estava ali para dizer o que ele queria, pois este inquérito é de homem. Durante o interrogatório, fui ameaçado de ser mandado para a Ilha Grande, de não poder dormir, de receber ordem unida de madrugada, de ser recolhido ao xadrez da PM, onde seria violentado. (SANTOS, 1965, apud SODRÉ, 1986, p. 135).

Já no dia 7 de julho de 1965, o jornal *Última Hora*, acompanhando a saga de Fani Goldfarb Figueira pela busca da liberdade do seu companheiro Pedro de Alcântara Figueira, noticiou as denúncias que Goldfarb Figueira e Teresa dos Santos, esposa de Joel Rufino dos Santos, também autor da coleção *História Nova do Brasil*, faziam em relação às torturas sofridas por seus esposos dentro da prisão:

Falando ontem a UH, as Sras. Fani Figueira e Teresa Santos reafirmaram que os seus esposos foram esbofeteados pelo Major Bonecker, enquanto durante um interrogatório, o militar ‘brincava’ com uma pistola ‘45’ tentando intimidar os historiadores para eles apontassem o General Escritor Nelson Werneck Sodré como ‘Mentor ideológico’ da ‘História Nova’. [...] Adiantaram ainda as Sras. Fani Figueira e Teresa dos Santos que o mesmo ‘clima de terror’ é utilizado pelo Major no tratamento aos familiares dos presos: ele só permite visitas com a sua presença, assim mesmo afirmando que ‘não permitirá qualquer gesto ou olhar que não seja do meu agrado’. ‘Somente depois é que viemos a saber a verdade, nenhum dos três presos respondeu sequer uma pergunta e as bofetadas foram aplicadas quando resistiram à coação para assinar um depoimento forjado’ (ÚLTIMA HORA, 1965, “STM julga Hoje História Nova”, 7 de julho, p. 3).

A notícia foi apresentada na capa do jornal, acompanhada com uma foto das duas mulheres, como pode ser visto a seguir:

Figura 17 – Notícia Esposas acusam Major: Tortura



Fonte: ESPÔSAS Acusam Major: Tortura. Última Hora. 1965.

No mesmo dia, o jornal também divulgou nota de apoio da Diretoria do Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia aos escritores da História Nova do Brasil. A nota conclamava todas as associações estudantis e de intelectuais a se manifestarem pela liberdade de expressão do pensamento:

Há mais de um mês acham-se presos nossos colegas Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos, pelo ‘crime’ de haverem participado da redação de uma série de livros de História, conhecidos como coleção ‘História Nova’. Além da arbitrariedade e ilegalidade de sua prisão, estarrece-nos o fato de se pretender impedir o exercício e a divulgação livre do pensamento e da interpretação histórica. Como estudantes de História, protestamos contra o cerceamento deste direito elementar de nossos colegas, característica dos regimes de feição totalitária. E agora, diante das notícias de maus tratos e ameaças as pessoas de nossos colegas, que aumentam a apreensão e o sofrimento de seus amigos e familiares, redobramos a força de nosso protesto e conclamamos todas as associações estudantis e de intelectuais a se manifestarem energicamente pela sua libertação e pela liberdade de expressão do pensamento (ÚLTIMA HORA, 1965, “STM julga Hoje História Nova”, 7 de julho, p. 3).

No dia 9 de julho, dois dias após o lançamento da nota de apoio, o Superior Tribunal Militar concedeu o pedido de *habeas-corpus* impetrado em favor do escritor Maurício Martins de Mello que estava preso desde o dia 26 de maio, juntamente com Joel Rufino dos Santos e Pedro de Alcântara Figueira, no quartel do Batalhão de Guardas, sob a responsabilidade do Major Cléber Bonecker, encarregado do IPM da imprensa Comunista. Na concessão do *habeas-corpus*, o Ministro Romeiro Neto, relator do processo, disse não ter encontrado na coleção nem "subversão nem desrespeito":

Mesmo que encontrasse, isso não significaria prisão. Lembro de ter lido há muito um livro do atual Governador Carlos Lacerda, ‘O Quilombo de Manuel Congo’, em que a figura de Caxias é apresentada como ‘capitão-do-mato e caçador de escravos’. Isso foi uma insensatez do autor, pois na minha opinião, CAXIAS é o maior vulto da História o Brasil, depois de José Bonifácio, mas até hoje ninguém se lembrou de apreender esse livro ou mexer Processo contra o Governador Lacerda (ÚLTIMA HORA, 1965, “STM Mandou Soltar o Historiador”, 9 de julho, p. 3).

A partir disso, é possível perceber que a coleção incomodava mais do que outras obras, pelo fato de ter entre seus autores um General da Reserva do Exército Brasileiro. Solto, Maurício Martins de Mello confirmou ao Jornal *Última Hora* as denúncias das torturas física, psicológica e moral sofridas dentro da prisão, no quartel da Polícia Militar, no Méier, ao ser interrogado pelo major Cleber Bonecker, encarregado do IPM da Imprensa Comunista, e classificava a prisão dos autores como um ato político que buscava estabelecer um terrorismo cultural:

Nossa prisão foi um ato político praticado por algumas autoridades do movimento de abril do ano passado para exercer o terrorismo cultural, pois, como fomos nós, poderiam ter sido presos quaisquer outros escritores”, declarou em entrevista ao CORRREIO DA MANHÃ o escritor Maurício Martins de Melo, posto em liberdade na madrugada de ontem por força de *habeas-corpus* concedido pelo Superior Tribunal Militar. [...] O escritor, de 24 anos, confirmou, em liberdade, todas as denúncias que

fêz por carta através do CORREIO DA MANHÃ, reafirmando que foi esbofeteado pelo Major Bonecker no terceiro dia de sua prisão, depois de ser submetido ao tratamento psicológico do militar, que o deixou incomunicável e várias vezes por dia entrava em sua cela aos berros de que queria tôda a verdade.

Confirmando também que ficou a primeira semana de sua prisão em total incomunicabilidade, ‘quando senti pela primeira vez o terror psicológico provocado pelo isolamento’ acrescentando que, nestas condições, ‘o mundo que se começa a viver é o mundo das necessidades materiais imediatas’ (CORREIO DA MANHÃ, 1965, “Autor de História Nova: Prisão foi Ato Político”, 09 de julho, p. 2).

Nesse sentido, Maurício Martins de Mello também evidenciou que o principal interesse dos encarregados do IPM era conseguir provas contra General da Reserva e intelectual Nelson Werneck Sodré:

[...] o escritor disse que a tônica dos interrogatórios do major Bonecker foi procurar qualificar como ‘crime a publicação do livro, descobrir um vasto plano subversivo que estaria ligado à edição da História Nova do Brasil e responsabilizar o general Nélson Werneck Sodré como doutrinador do marxismo’. Maurício acrescentou também que durante todos os interrogatórios não lhe foi feita nenhuma pergunta relacionada ao conteúdo da obra (CORREIO DA MANHÃ, 1965, “Autor de História Nova: Prisão foi Ato Político”, 09 de julho, p. 2).

A soltura de Maurício Martins de Mello ganhou foto de capa no jornal *Última Hora*, como pode ser visto a seguir:

Figura 18 – Soltura de Maurício Martins de Mello



Fonte: *Última Hora*, (1965).

No mesmo dia, o jornal divulgou uma foto do coautor da coleção, Pedro de Alcântara Figueira, que ainda aguardava a concessão do *habeas-corpus*. Sob o título de “Olhando a

liberdade”, o coautor foi fotografado por José Gomes atrás das grades, assistindo à libertação de Maurício Martins de Mello, o qual, como ele, ficou preso mais de 40 dias:

Figura 19 – Pedro de Alcântara Figueira encarcerado



Fonte: Última Hora, (1965).

No dia 15 de julho de 1965, sob o título de “STM mandou libertar mais dois escritores”, o *Última Hora* noticiava que o *habeas-corpus* para os autores da *História Nova* foram concedidos pelo Superior Tribunal Militar, por oito votos contra dois e sete votos contra dois em favor de Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos, respectivamente. O jornal também trazia a justificativa do voto favorável do Ministro Romeiro Neto, que “disse ser absurdo conservar preso um civil para evitar que ele não tenha contato com um General solto”, referindo-se a Nelson Werneck Sodré (ÚLTIMA HORA, 1965, “STM Mandou Libertar Mais Dois Escritores”, 15 de julho, p. 3).

Além disso, o *Última Hora* novamente evidenciava as denúncias de torturas praticadas contra os autores:

Pedro declarou ter sido interrogado sob a mira de uma pistola 45, sendo muitas vezes ameaçado com granadas, com as quais o militar lhe batia na cabeça. Joel Rufino, por sua vez, disse ter sido esbofeteado na segunda-feira, dia 7, pelo Major, a quem se referia como “um policial fascista autêntico”. Segundo ele, Bonecker ameaçou demitir sua esposa, que é funcionária estadual e lança-lo em xadrez comum, onde seria exposto a toda sorte de vexames, ou envia-lo para o presídio da Ilha Grande. Finalmente, informou que o que o IPM classificou como “depoimento” dos escritores foi ditado pelo oficial (ÚLTIMA HORA, 1965, “STM Mandou Libertar Mais Dois Escritores”, 15 de julho, p. 3).

Conforme os relatos dos autores ao jornal, eles teriam sido sequestrados pelos militares dos IPMs, que os mantiveram em completa incomunicabilidade e que somente uma semana após a prisão é que seus familiares souberam onde estavam (ÚLTIMA HORA, 1965, “ESCRITORES apontam violência no IPM”, 18 de julho, p. 3). Os autores também denunciaram as irregularidades presentes na inquirição do IPM da Imprensa Comunista:

[...] os escritores declararam que os depoimentos prestados no IPM da Imprensa Comunista estão repletos de irregularidades. Disseram que o major Bonecker, depois de submetê-los ao tratamento psicológico e as violências físicas - bofetadas - tomou os depoimentos fazendo anotar suas respostas às próprias perguntas. Joel Rufino adiantou que o major procurou incriminar sua esposa, dona Teresa dos Santos, perguntando ele próprio, e ele próprio respondendo e mandando o escrivão anotar, que se dona Teresa casou com escritor ‘é porque concorda com suas ideias comunistas’. Os escritores reafirmaram que os depoimentos foram prestados quando ainda em regime de total incomunicabilidade, e que não foram assistidos por seus advogados, como afirmou em nota oficial o comando do I Exército (ÚLTIMA HORA, 1965, “Escritores apontam violência no IPM”, 18 de julho, p. 3).

Já no dia 25 de abril de 1966, o jornal *Última Hora* mostra que Nelson Werneck Sodré foi indiciado no IPM do ISEB pelo General Vicente de Paula Dale Coutinho, que endossou o relatório do Coronel Joaquim Portela. Nele, Werneck Sodré iria responder como “elemento de proa no ISEB, desde sua fundação até a extinção” (ÚLTIMA HORA, 1966, “GENERAL endossou relatório do IPM-ISEB contra Werneck Sodré”, 25 de abril, p. 3). E assim, buscava incriminar o escritor da coleção.

Por fim, os pareceres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Comissão Nacional de Livro Didático, do Estado-Maior do Exército, ao lado dos editoriais dos jornais e das atividades desenvolvidas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) teriam sido fundamentais para a proibição, perseguição dos autores da obra e instauração de Inquérito Policial Militar. O inquérito instaurado contra os autores da *História Nova do Brasil* foi arquivado em novembro de 1970 pelo Ministro relator Waldemar Torres da Costa (CARVALHO, 2013).

3.2 A ATIVIDADE INTELECTUAL DEFINIDA POR INQUÉRITO POLICIAL MILITAR.

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. BOURDIEU,

Com a instauração da ditadura civil-militar no Brasil, o novo regime começou a modificar as instituições mediante os Atos Institucionais (AI), essa medida criou bases para a instalação de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e por meio destes os adversários do regime político instaurado sofriam perseguições. Iniciava, então, a institucionalização do controle ideológico perante os inquéritos, aposentadorias compulsórias e demissões.

Entretanto, o controle ideológico na instituição já ocorria mesmo antes do regime ditatorial. Em 1950, o reitor da USP Ernesto Leme havia solicitado ao Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para informar-lhe sobre alunos e professores que tivessem ligação com o comunismo. No ano seguinte, o arquiteto Oscar Niemeyer teve o seu contrato recusado pelo Conselho Universitário da USP, gerando uma greve na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Nesse contexto, na universidade de São Paulo, as bases oligárquicas que criaram a instituição aliaram-se à ditadura, revelando uma estreita relação entre o poder universitário e o governo instaurado, de modo que, assim que se iniciou o novo regime, ocorreram repressões policiais dentro da universidade com prisões de professores e alunos seguidas da depredação do prédio da Faculdade de Filosofia sem que houvesse nenhuma resistência por parte da Reitoria. Em carta enviada ao jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada no dia 15 de maio de 1964, Paulo Duarte relatava a prisão do professor Mario Schenberg:

[...] para prender-se aquele professor, tivesse sido necessário depredar sua biblioteca, objetos de arte, como quadros que guarneciam a sua casa, sob o pretexto de procurar planos subversivos [...]. E também não se pode compreender que não se autorizasse ao preso, surpreendido em sua casa a altas horas, ao menos se tivesse convenientemente, e não removê-lo para o DOPS, de pijama como se encontrava (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2004, p. 13-14).

Em outra carta enviada à Folha de S. Paulo, publicada no dia 26 de julho de 1964, Paulo Duarte denunciava a existência de uma Comissão Especial constituída por professores da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica, nomeada pelo Reitor Gama e Silva, para investigar atividades subversivas na USP. O Relatório da Comissão encaminhado diretamente aos órgãos de segurança foi publicado no Correio da Manhã, no dia 9 de outubro de 1964, revelando a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, sendo elas estudantes, professores e demais funcionários. Entre estes encontravam-se Caio Prado Júnior,

Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e José Serra (ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2004, p. 19). Dessa forma, de acordo com o livro *O controle ideológico na USP (1964-1978)*, o nome de Caio Prado Júnior no Relatório revelava o quanto o intelectual era incômodo aos setores conservadores da USP, pois ele era livre-docente, não um membro regular da instituição. Posteriormente, Caio Prado também seria alvo de Inquérito Policial Militar.

Ademais, havia o uso da repressão por parte dos próprios professores para criticar desafetos ou possíveis concorrentes. Diante disso, foram Instaurados Inquéritos Policiais-Militares para apurar atividades subversivas por parte dos professores, alunos e funcionários da instituição, resultando na prisão de Florestan Fernandes em razão da carta de protesto enviada ao Tenente-Coronel responsável pelo seu IPM em setembro de 1964. Paulo Duarte denuncia novamente o terrorismo cultural na USP, e em resposta a Faculdade de Direito faz uma moção, posicionando-se ao lado dos IPMs.

Em seguida, no dia 25 de abril de 1969, um decreto assinado por Gama e Silva – que acumulava as funções de Ministro da Justiça e reitor da USP –, aposenta 42 pessoas, entre elas Eulália Lobo, Florestan Fernandes, Guy de Holanda, Hugo Weiss, José Leite Lopes e Maria Yedda Linhares. No dia 29 de abril do mesmo ano, um novo decreto aposenta e em alguns casos demite mais pessoas, entre elas: Hélio Lourenço de Oliveira (vice-reitor), Caio Prado Jr, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, Mario Schenberg e Octávio Ianni. Com a aposentadoria do vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira, o professor Alfredo Buzaid, íntimo colaborador de Gama e Silva assume a Reitoria. Logo, consoante à Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 59), cerca de 250 a 300 professores universitários em todo o país, foram afastados da sua função durante o regime militar. Ainda assim, muitos casos foram contornados por meio de laços de parentesco ou amizades.

A atividade intelectual passava a ser definida por inquéritos, demissões e aposentadorias compulsórias. O clima de terror repetia-se na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde o Diretório Acadêmico foi fechado, as atividades de caráter político foram proibidas e os alunos sofreram repressão. Foi aberta, em maio de 1964, uma Comissão de Investigação para apurar a infiltração comunista. O prédio da Faculdade Nacional de Filosofia foi depredado e a Rádio MEC¹⁴⁸, que era dirigida pela professora Maria Yedda Linhares, foi repassada para o professor Eremildo Vianna.

¹⁴⁸ Em 1963, no governo de João Goulart, Maria Yedda Linhares foi nomeada diretora da Rádio Ministério da Educação. Conforme Linhares, o convite teria sido feito por Herbert de Sousa e pelos alunos esquerdistas da PUC

A represália também atingiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. ISEB foi invadido, depredado e extinto por ato oficial. Instaurou-se o Inquérito Policial Militar que chegou a atingir o número expressivo de 30 volumes (cada um contendo aproximadamente 1.000 páginas), no qual encontra-se os termos de inquirição respondidos pelos autores da *História Nova do Brasil*.

3.2.1 O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DA *HISTÓRIA NOVA DO BRASIL*.

Os termos de inquirição de testemunhas referentes à *História Nova do Brasil*, embora estejam inseridos no IPM do ISEB, foram realizados individualmente em nome de cada autor, ou seja, não ocorreu como inquérito institucional. Ao mudarem a estrutura da investigação, pretendia-se explicitar a atuação do Comunismo Internacional para além das instituições ou organizações, mediante o destaque da atuação de figuras públicas importantes do cenário intelectual brasileiro, de forma que podemos pensar a perseguição à coleção e seus autores como um meio de atingir Nelson Werneck Sodré, que como intelectual havia ganhado visibilidade (CZAJKA, 2015).

Nesse sentido, o Inquérito Policial Militar do ISEB chegou a atingir o número expressivo de 30 volumes (cada um contendo aproximadamente 1.000 páginas), dos quais apenas os volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28 e 30 trazem informações da *História Nova do Brasil*. Consoante ao arquivo do Superior Tribunal Militar, a numeração dos volumes sofreu um erro durante a instauração do Inquérito, de modo que o volume 29 não foi formalmente numerado em nenhuma das capas do processo nº 4654. Além disso, aparentemente houve erro na numeração dos volumes do processo, sendo que, possivelmente, os volumes 2.1 e 2.2 do Recurso Criminal 4654/71 correspondem, respectivamente, aos volumes 1 e 2 do Inquérito nº 138/71 do ISEB. Entretanto, mesmo com a existência desses equívocos, o IPM do ISEB (Recurso Criminal 4654/71) totaliza 30 volumes ao se considerar a soma dos volumes 1 e 2.1 do Inquérito nº 138/71 do ISEB. O Inquérito Policial Militar da *História Nova do Brasil*, portanto, encontra-se no Recurso Criminal 4654/71,

que foram até Paulo de Tarso, ministro da Educação, e indicaram o seu nome. Embora tivesse uma amizade de longa data com Darcy Ribeiro, sua entrada para a Rádio MEC não teria sido por sua indicação.

instaurado para apurar as atividades do ISEB. Desse modo, foi por meio de seus índices que se realizou a seleção dos documentos.

O volume 1 contém os dados e a apresentação dos autores da coleção. O volume 2 contém os documentos que foram apreendidos no ISEB, dentre eles a *História Nova do Brasil*, além de ofícios que associam as atividades do instituto e dos autores ao Comunismo Internacional e informações sobre as grades curriculares dos cursos ofertados. O volume 3 abarca o Parecer da Comissão Nacional do Livro Didático e os termos de inquirição de testemunhas respondido pelos autores. O volume 4 apresenta os termos de inquirição de testemunhas de Maria Yedda Linhares e Eremildo Vianna, além da posse da nova diretoria da Rádio MEC por Eremildo Vianna e a grade do curso de férias ministrado por Sodré e demais autores da coleção.

O volume 5 possui o termo de inquirição de testemunha de Fani Goldfarb¹⁴⁹, esposa de Pedro de Alcântara Figueira, um dos autores da *História Nova do Brasil*. O volume 6 exibe o parecer do Estado Maior do Exército contra a coleção, o parecer favorável de Roberto Pontual¹⁵⁰ e a grade do curso Reformas de Base ofertado pelo ISEB. O volume 7 apresenta um ofício da UNE, no qual solicita-se a diretoria do ISEB uma remessa de todas as publicações do instituto, além de notícias de jornais. Já o volume 10 é composto pelo termo de inquirição de testemunha de Paes Farinã, professor do ensino secundário, sobre a *História Nova do Brasil*. O volume 13 contém os termos de inquirição de testemunhas dos autores da coleção. O volume 14 apresenta o histórico escolar dos autores e o número de cópias vendidas, fabricadas e enviadas para as livrarias e professores da *História Nova do Brasil*.

Quanto ao volume 16, ele é composto por vários termos de inquirição de testemunhas que forneceram informações sobre valores pagos para a confecção das monografias. O volume 17 abarca informes considerados naquele período como ultrassecretos e confidenciais como palestras ministradas pelos professores do ISEB e informações da viagem de Rubem Cesar Fernandes, um dos autores da coleção, para Havana. Já o volume 21 compreende informações sobre as atividades e funções de Nelson Werneck Sodré dentro do ISEB.

O volume 22 apresenta os cursos ministrados pelos autores da *História Nova do Brasil* no ISEB e uma lista com o total de manuais apreendidos. O volume 25 abarca os noticiários

¹⁴⁹ Fani Goldfarb nasceu em 07 de junho de 1941, casou-se com Pedro de Alcântara Figueira (um dos autores da *História Nova do Brasil*). Goldfarb cursou História na Faculdade Nacional de Filosofia concluindo o seu doutorado em 1989 pela Universidade de São Paulo,

¹⁵⁰ Roberto Pontual nasceu em 1939, em Pernambuco, e faleceu em 1994, em Paris. Durante o início da década de 1960, foi Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEE) e Diretor Executivo da Campanha de Assistência ao Estudante no início da década de 1960. Além disso, foi crítico de arte, curador e crítico literário.

sobre o lançamento da coleção. O 26 trata-se de um relatório dividido em cinco partes sobre a história e atividades do ISEB. O 27 contém a ficha detalhada de cada autor da coleção. O 28, além de conter um relatório sobre o ISEB, possui uma parte dedicada à análise das atividades de Nelson Werneck Sodré. Por fim, o 30 encerra com a conclusão do IPM.

O IPM do ISEB engloba as fichas dos autores, nas quais notamos as acusações realizadas bem como o enquadramento dos escritores da coleção na Lei 1802 sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, em 05 de janeiro de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. A análise das fichas revelou semelhanças nas acusações aos coautores ao utilizarem as reprovações nas disciplinas do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil a fim de deslegitimá-los para a função de escritores de manuais escolares. Dessa maneira, conforme os históricos escolares apresentados no IPM do ISEB, Joel Rufino dos Santos foi reprovado em 1961 na disciplina de História Antiga e em 1962, nas disciplinas de História Antiga e História do Brasil. Rubem Cesar Fernandes foi reprovado em 1963, em História da Idade Média. Maurício Marins de Mello de dependência na disciplina de História Antiga no ano de 1962, por não ter realizado a prova, e reprovou em História do Brasil e História Moderna no ano de 1963. Já Pedro de Alcântara Figueira ficou de dependência na disciplina de Geografia Humana em 1959 e em História do Brasil em 1960. Pelo Histórico Escolar dos autores, nota-se que a grade curricular do curso de História¹⁵¹ da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no início da década de 1960, bem como as disciplinas exigidas para o concurso de habilitação no curso eram compostas pelas seguintes disciplinas: Português, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil e língua estrangeira, dentre elas francês ou inglês.

Nesse viés, Joel Rufino dos Santos foi apresentado no IPM do ISEB como graduado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, professor de Ciências Econômicas no curso pré-vestibular, pesquisador do Departamento de História do ISEB, comunista confesso e militante na tentativa de alteração da ordem social e política do Brasil, de modo a entregar o país ao Comunismo Internacional. Ele foi reprovado no 1º ano do curso de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Além disso, é mencionada a sua presença no lançamento da coleção no Sindicato dos Metalúrgicos, sua

¹⁵¹ A grade curricular era disposta da seguinte forma: primeiro ano composto por Introdução Metodológica de História, História Antiga, Geografia Humana e Etnologia. Segundo ano formado por História da Idade Média, Etnografia Brasileira e Língua Tupy, História Moderna e História do Brasil, terceiro ano composto História Contemporânea, História da América, História das Ideias Políticas e o quarto ano constituído por História da América, História Contemporânea e Teorias da História (IPM DO ISEB, 1966, p. 3333 - 3337).

participação nas atividades subversivas isebianas e o seu exílio para a Bolívia e posteriormente para o Chile. Também ressaltavam a sua participação na Organização de Base do Partido Comunista na Faculdade Nacional de Filosofia e sua contribuição com dinheiro para a sociedade dos amigos de Cuba. Foi enquadrado nos arts. 2º, III; 9º; 10º, 11º, letras a e b; 12º da Lei 1802/53.

Ademais, Maurício Martins de Mello foi apresentado como estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e pesquisador do Departamento de História do ISEB. Acusado pela coautoria da Coleção *História Nova do Brasil*, de ter sido reprovado nas disciplinas de História Moderna e do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de ter realizado pregação comunista no curso de Teoria Social que ministrou no ISEB, ter sido membro da Organização de Base do Partido Comunista da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e do Instituto Cultural – URSS. Foi enquadrado nos arts. 2º, III; 7º; 9º; 10º, 11º, letras a, b, c; 12º da Lei 1802/53.

Quanto a Pedro de Alcântara Figueira foi apresentado como graduado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e pesquisador do Departamento de História do ISEB. Foi acusado pela coautoria da Coleção *História Nova do Brasil* e por ter continuado trabalhando para a publicação da sua reedição mesmo após ter sido declarado seu teor subversivo. Ademais, subscreveu o Manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais e como professor de História no ISEB teria colaborado com a pregação do comunismo. Foi enquadrado nos arts. 2º, III; 7º; 9º e 10º, da Lei 1802/53.

Já Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto foi apresentado como estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e pesquisador do Departamento de História do ISEB, foi acusado pela coautoria da Coleção *História Nova do Brasil*, por estar presente na cerimônia de lançamento das monografias no Sindicato dos Metalúrgicos e ter aliciado pessoas para a “causa” do ISEB. Pela leitura e análise do IPM do ISEB, entende-se como “causa” do ISEB a modificação da ordem política e social, entregando o Brasil ao Comunismo Internacional. Foi enquadrado no art. 2º, III, da Lei 1802/53.

Referente à Rubem Cesar Fernandes foi apresentado como estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e pesquisador do Departamento de História do ISEB, foi acusado pela coautoria da Coleção *História Nova do Brasil*, por ter sido reprovado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, ser membro confesso do Partido Comunista, pichador de paredes preso em flagrante e colaborador na tentativa de modificar a ordem política e social, entregando o Brasil ao Comunismo Internacional. Foi enquadrado nos

arts. 2º, III; 7º; 9º e 10º, da Lei 1802/53. É importante frisar que a reprovação dos autores da coleção em disciplinas na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil foi exaustivamente explorada no IPM, assim como pela Imprensa, que insistia em destacar a ousadia de alunos reprovados ou recém-formados historiadores em confrontar a historiografia oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No que diz respeito a Nelson Werneck Sodré foi apresentado como General de Brigada R1, professor do ISEB e comunista notório. Foi acusado de ser o líder dos autores da coleção, além de ser, juntamente com a diretoria do ISEB, responsável pelas atividades subversivas e aliciador de elementos comunistas para o corpo docente do ISEB. Foi enquadrado no art. 2º, (incisos III e IV), 11º (letras “a” e “b”) e 12º, com o agravante do § 1º do art. 11º, tudo da Lei 1802/53.

Desta forma, perante a Lei 1802/53, os autores eram acusados de se organizarem por meio de partido político para mudarem a “ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional”, além de serem acusados de fazerem publicamente propaganda de processos violentos, de ódio de classe, enfim, de “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência”.

Além das fichas dos autores, tivemos acesso aos termos de inquirição de testemunha, que foram fundamentais para perceber-se a tentativa de colocar Nelson Werneck Sodré como o mentor do grupo, bem como associar a coleção e as atividades dos autores ao Comunismo Internacional. Foram analisados os termos de inquirição de testemunha de Roberto Gonçalves Pontual, Fani Goldfarb, José Arno Paes Farinã, Nelson Werneck Sodré, Maurício Martins de Mello, Rubem Cesar Fernandes, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos:

Quadro 7: Termos de Inquirição de Testemunha analisados no IPM do ISEB

Nome de testemunha:	Roberto Gonçalves Pontual
Local da inquirição:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro
Encarregado do IPM:	Coronel Gerson de Pinna.
Escrivão:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha
Data:	02/09/1964
Nome de testemunha:	Fani Goldfarb
Local da inquirição:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro
Encarregado do IPM:	Coronel Gerson de Pinna.
Escrivão:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha

Data:	19/04/1965
Nome de testemunha:	José Arno Paes Farinã
Local da inquirição:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro
Encarregado do IPM:	Coronel Gerson de Pinna.
Escrivão:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha
Data:	08/02/1965
Nome de testemunha:	Nelson Werneck Sodré
Local da inquirição:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro
Encarregado do IPM:	Coronel Gerson de Pinna.
Escrivão:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha
Data:	22/09/1964
Nome de testemunha:	Maurício Martins de Mello
Locais das inquirições:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro e Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Guanabara
Encarregados dos IPMs:	Coronel Gerson de Pinna / Major de Engenharia Cleber Bonecker ¹⁵² .
Escrivães:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha / Capitão da Polícia Militar do Estado de Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget.
Datas:	22/09/1964, 27/05/1965 e 12/08/1965.
Nome de testemunha:	Rubem Cesar Fernandes
Local da inquirição:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro
Encarregado do IPM:	Coronel Gerson de Pinna.
Escrivão:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha
Data:	22/09/1964
Nome de testemunha:	Pedro de Alcântara Figueira
Locais das inquirições:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro e Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Guanabara
Encarregados dos IPMs:	Coronel Gerson de Pinna / Major de Engenharia Cleber Bonecker.
Escrivães:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha / Capitão da Polícia Militar do Estado de Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget.
Datas:	09/02/1965, 31/05/1965 e 13/08/1965.
Nome de testemunha:	Joel Rufino dos Santos
Locais das inquirições:	Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura – Rio de Janeiro e Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Guanabara
Encarregados dos IPMs:	Coronel Gerson de Pinna / Major de Engenharia Cleber Bonecker.

¹⁵² O Major de Engenharia Cleber Bonecker, trabalhou como professor de Psicologia do Trabalho e de Psicologia Educacional e chefiou o Serviço de Orientação Educacional do Colégio de Aplicação da Universidade Católica de Petrópolis – Rio de Janeiro. Está na reserva desde 1986 e consta na lista dos 377 agentes do Estado apontados como responsáveis por crimes durante a ditadura civil-militar, conforme a lista do site documentos revelados e presente também no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Escrivães:	1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha / Capitão da Polícia Militar do Estado de Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget.
Datas:	07/07/1964, 07/05/1965 e 13/08/1965.

Fonte: INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966.

O primeiro depoimento de Roberto Gonçalves Pontual para o IPM do ISEB consta no volume 3 e foi realizado no dia 02 de setembro de 1964. De acordo com Pontual, sua nomeação para o cargo de Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar (DEE) foi realizada pelo ministro Paulo de Tarso em julho de 1963 e, ao planejar a sua ação executiva dentro da DEE, incluiu a elaboração de monografias de História do Brasil. Pontual também era Diretor Executivo da Campanha de Assistência ao Estudante. Conforme o IPM, Roberto Pontual conheceu Nelson Werneck Sodré quando cursou o curso regular no ISEB em 1963 e teria sido o responsável pela articulação como o Ministro Júlio Sambaquy, para a aprovação de uma portaria, reconhecendo e indicando o uso da obra pelos professores dos cursos de grau médio, o que resultou na publicação da portaria de nº 50, pelo Diário Oficial da União, no dia 04 de fevereiro de 1964.

Ao ser perguntado sobre os valores pagos para a confecção da *História Nova do Brasil*, Roberto Pontual teria afirmado que foram pagos 180 mil cruzeiros pelos direitos de edição de 5.000 exemplares de cada monografia, como foram publicadas 5 monografias, foram pagos 900 mil cruzeiros. Além disso, ao ser questionado sobre a contradição acerca dos valores mencionados pelos autores em depoimentos anteriores de Pedro de Alcântara Figueira, que teria afirmado que cada autor recebeu durante quatro ou cinco meses a quantia de 40 mil cruzeiros¹⁵³, Pontual teria respondido que o pagamento foi feito a Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e era ele o responsável por distribuir os valores entre os demais membros da equipe, porém, Pedro de Alcântara poderia estar equivocado.

Roberto Gonçalves Pontual também teria confirmado em depoimento que foram pagos antecipadamente um milhão de cruzeiros, depositado em cheque, no Banco do Brasil, para Maurício Martins de Mello, para a reedição da coleção *História Nova do Brasil* por meio do MEC, entretanto, a reedição não chegou a ser realizada e o valor deveria ter sido restituído (IPM DO ISEB, Vol. 14, 1966, p. 3188). Em depoimento, no dia 12 de agosto de 1965, Maurício Martins de Mello afirmou que o valor foi distribuído entre todos os autores da coleção e que

¹⁸⁶ A título de comparação de valores entre demais produtos vendidos no mesmo período, encontrou-se nos anúncios do jornal *Última Hora*, que constam no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, dos dias 30 e 31 de janeiro de 1964, nas páginas 4 e 7, uma camiseta de algodão estampado, que era vendida por 1.990,00 cruzeiros, uma camiseta esporte por 2.400,00 cruzeiros e uma calça por 4.500,00 cruzeiros.

não realizou a devolução, pois a não publicação da segunda edição mediante o MEC não era responsabilidade dos autores.

[...] se recorda haver recebido a importância de hum milhão de cruzeiros das mãos do Sr. ROBERTO PONTUAL, Diretor da CASES e da DEE, importância essa pela reedição da Coleção 'HISTÓRIA NOVA', que se recorda de que havia sido feito, digo, um outro pagamento pelo mesmo senhor ROBERTO GONÇALVES PONTUAL ao senhor PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO para o pagamento da feitura das monografias que compunham a coleção 'História Nova' (IPM DO ISEB, 1966, p. 700).

Além disso, consoante ao depoimento de Pontual, o lançamento da coleção, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e Material Elétrico, ocorreu por sua iniciativa, já que seria promovido naquele local um ciclo de cinco conferências de História do Brasil realizados pelos membros da equipe de História do ISEB.

No dia 9 de julho de 1964, foi inquirido como testemunha no IPM do ISEB, José de Farias Goes Sobrinho, professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, o qual exercia a função de Diretor e Major Brigadeiro Médico da Reserva. Perguntado se chegou a ter conhecimento da coleção *História Nova*, respondeu que:

teve conhecimento pelo noticiário, dos jornais do que aconteceu, porque realmente, esta é uma das razões que eu nem sempre estou bem informado sobre os detalhes. É que eu tomei posse da diretoria em dezembro. [...] Este setor de História que informa com muita precisão a respeito e na minha curiosidade de diretor, procurei conversar com ele, é o Prof. HÉLIO VIANA. O Prof. HÉLIO VIANA é o nosso professor de História do Brasil, figura de alta envergadura, alta categoria, enfim, um homem da melhor qualidade, e ele me disse exatamente isto: que era uma reformulação da História, para qual os alunos eram convocados, apenas, como títeres, não eram os autores do movimento. Disse-me ele, que os verdadeiros autores, seriam outros. Os alunos eram convocados, surgiram poucos com essa condição de co-autores, mas na realidade sem responsabilidade dos mesmos. [...] A autoria não seria, realmente deles, pois eles não teriam capacidade para realizar o trabalho (IPM DO ISEB, 1966, p. 63).

Nesse ínterim, Hélio Viana era professor catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e era vinculado ao IHGB. Dentre os manuais escolares criticados pelos autores da coleção, constava um de autoria de dele. Ademais, o depoimento aponta Nelson Werneck Sodré como o mentor do grupo.

Também respondeu ao IPM do ISEB falando sobre a coleção, a estudante do primeiro ano do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e esposa de Pedro de Alcântara Figueira (um dos autores da *História Nova*), Fani Goldfarb. Ela frequentava as atividades do ISEB desde o terceiro ano do científico, quando havia decidido cursar história. Nesse período, já conhecia Joel Rufino dos Santos e Maurício Martins de Mello, amizade que se iniciou durante o cursinho para o vestibular de História da Faculdade Nacional

de Filosofia da Universidade do Brasil no qual foram aprovados em 1962. Na Faculdade foi apresentada por Joel Rufino dos Santos a Pedro de Alcântara Figueira, com quem veio a se casar em setembro de 1963.

No início da década de 1960, Fani Goldfarb Figueira tornou-se funcionária do Ministério da Educação e Cultura (MEC), trabalhando na Merenda Escolar, Sessão de Estatística. Ainda nesse período, pediu transferência para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde passou a exercer o cargo de secretária e acompanhou os trabalhos dos autores durante a escrita da coleção *História Nova do Brasil*. Com a instauração da ditadura, ao chegar ISEB, Fani deparou-se com um cenário de destruição:

Dias depois do golpe, ao voltar ao meu local de trabalho, encontrei o ISEB com portas arrombadas, livros e documentos jogados pelo chão e pelos jardins da casa onde funcionava o Instituto. Desde então, tiveram início as perseguições, ora em nossas residências, ora na casa de familiares (GOLDFARB FIGUEIRA, 2018).

Convocada para depor no dia 03 de setembro de 1964, não compareceu, afirmando não ter tido conhecimento do edital de convocação, apresentando-se apenas no dia 08 de fevereiro de 1965. Sobre a sua vinculação ao ISEB, trabalhando no departamento de História ao lado de Nelson Werneck Sodré, afirmou que:

era funcionária da Merenda Escolar no Ministério da Educação. Tal situação funcional se refere ao mês de janeiro de 1964, era aluna do 1º ano da Faculdade Nacional de Filosofia do Curso de História. Que, desejou trabalhar no ISEB no Departamento de História, dirigido pelo Prof. Nelson Werneck Sodré, onde já trabalhava o seu marido PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA; que o Professor ÁLVARO BORGES VIEIRA PINTO, então Diretor Executivo do ISEB, tomando conhecimento de seu desejo, requisitou-a ao Ministro da Educação, na época, Sr. Júlio Furquim Sambaquy, o qual autorizou a admissão da depoente no ISEB, passando a desenvolver as suas atividades no ISEB (IPM DO ISEB, 1966, p. 1017)

Questionada se tinha conhecimento da coleção *História Nova*, Fani Goldfarb teria respondido que: “julga que se trata de um grande trabalho dirigido pelo professor Nelson Werneck Sodré não tendo havido intenção de aviltar os vultos da nossa História. Quanto à orientação do Professor Nelson Werneck Sodré era histórica e não ideológica” (IPM DO ISEB, Vol. 5, 1966, p.1019). Sabendo que havia a colaboração de outros integrantes não pertencentes ao grupo, como ocorreu no primeiro volume – “*Descobrimento do Brasil*” – escrito por Francisco Falcón, levantamos a hipótese de que Fani Goldfarb poderia ter desempenhado algum tipo de colaboração. Entretanto, a historiadora negou em entrevista concedida para a confecção desta tese.

Em função da perseguição à coleção *História Nova*, Fani Goldfarb Figueira e Pedro de Alcântara Figueira mudaram para São Paulo, em maio de 1966, onde Pedro foi trabalhar na Editora da Livraria Francesa, DIFEL. Em maio de 1967, mudaram para a cidade de Assis no interior de São Paulo e Pedro foi dar aulas na Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Assis, atual UNESP. Em 1968, Fani Goldfarb fez um novo vestibular para o Curso de História, pois não podia pedir a transferência pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em função das perseguições políticas que ainda vivenciavam, concluindo em 1972.

Já o termo de inquirição de testemunha realizado com os autores da coleção trazia de forma recorrente algumas perguntas, como: onde eram feitas as reuniões para a escrita da *História Nova do Brasil*? Nelson Werneck Sodré era líder do grupo? Quanto cada um recebeu para escrever a coleção? Quem financiou a segunda edição da coleção? Sabia que a coleção era subversiva? Possui ligação com o Partido Comunista Brasileiro? A coleção tem como método o materialismo histórico? Você é marxista-comunista? A partir dessas perguntas, notamos que havia uma linguagem técnica e padronizada, de modo que os inquéritos eram repetitivos.

Desse modo, o primeiro depoimento de Nelson Werneck Sodré para o IPM do ISEB consta no volume 3 e foi realizado no dia 22 de setembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, na Sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura. O Coronel Gerson de Pinna foi o encarregado do inquérito que teve como escrivão o 1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha. Ao ser questionado sobre qual a diretriz que havia norteado a elaboração da coleção, Sodré teria respondido que: “o sentido fundamental era o de melhorar o ensino de História do Brasil em nível médio” (IPM DO ISEB, 1966, p. 696).

Ao ser questionado sobre qual perspectiva da História foi adotada nas atividades desenvolvidas no ISEB, Nelson Werneck Sodré respondeu que seguia a da “História explicativa em contraste com a História meramente narrativa” (IPM DO ISEB, 1966, p. 6900). Ao ser questionado sobre quem teria dado a incumbência ao Departamento de História do ISEB para reformular a História do Brasil, Sodré negou que teria sido um pedido de Roberto Pontual. Ao ser questionado se lhe coube a “chefia e orientação do grupo”, respondeu que: “A obra resultado resulta de trabalho coletivo mas é evidente que pela situação funcional, pela idade e pela experiência a minha opinião deve ter pesado na discussão na discussão dos trabalhos preparatório” (IPM DO ISEB, 1966, p. 6907). Sodré também confirmou que grande parte das referências bibliográficas utilizadas para a escrita da coleção foram de sua indicação.

Os militares insistiam, em busca da confissão do historiador:

Perguntado: Pelas duas respostas anteriores não foi o Sr realmente o formulador da nossa História? Respondeu que: infelizmente, não. Perguntado: Mas concorda que foi o orientador? Respondeu: Antes de responder, peço vênia para fazer constar que o problema da História Nova está em fase processual visto como os seus autores foram denunciados já a Justiça pelo Procurador Geral da Justiça Militar, tendo ultrapassado portanto a fase de inquérito, nessa fase em outras oportunidades insistiu-se muito em que haveria um mentor da equipe que seria eu no caso, se isto satisfaz estou pronto a declarar-me mentor (IPM DO ISEB, 1966, p. 6907).

Ainda ao ser questionada sobre a escrita da História Nova, afirmou que a perspectiva historiográfica era a mesma que ele utilizara no ISEB, a História explicativa. Sodré ainda afirmou que a História Nova havia perturbado “um dos bons negócios que se tinha no Brasil”, “o negócio do livro didático” (IPM DO ISEB, 1966, p. 6908), referindo-se ao mercado editorial.

Sobre o lançamento da coleção no Sindicato dos Metalúrgicos, o historiador afirmou que não foram os autores que escolheram o local, mas que precisavam de um auditório com grandes proporções, e que o lançamento da obra coincidiu com o início do curso de História para os metalúrgicos, realizado pelo ISEB, no mesmo local. Ressalta-se ainda que Nelson Werneck Sodré prestou o seu primeiro depoimento no IPM do ISEB na qualidade de indiciado, diferentemente dos demais coautores que responderam como testemunhas.

Já o primeiro depoimento de Maurício Martins de Mello para o IPM do ISEB está no volume 3 e foi realizado no dia 22 de setembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, na sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura. O Coronel Gerson de Pinna foi o encarregado do inquérito que teve como escrivão o 1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha. Maurício Martins de Mello teria afirmado em seu depoimento que a sua vinculação ao ISEB ocorreu no primeiro semestre de 1963, o qual foi apresentado ao historiador Nelson Werneck Sodré por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto. No instituto, além de realizar pesquisa também ministrava aulas quando necessário, a exemplo das aulas sobre colonização no Brasil proferidas no curso de “Teoria Social” durante o ano de 1963.

Perguntado se a ideia de elaboração da *História Nova do Brasil* teria sido de Nelson Werneck Sodré, Maurício Martins de Mello afirmou que foi ideia de Roberto Gonçalves Pontual e que, em reunião com a equipe de História do ISEB, eles aceitaram-na (IPM DO ISEB, 1966, p. 3232). Ademais, durante o interrogatório, o autor teria assumido a parte pela qual ficou responsável na elaboração das monografias:

[...] tem responsabilidade pela autoria das monografias editadas. Entretanto redigiu particularmente a parte nacional das Invasões Holandesas, Vol. 3, capítulos: A Expansão Holandesa no Brasil; A conciliação dos Senhores de Terra Com os Invasores; causas da Reconquista. Ficando responsável pela parte de pesquisa do referido volume. Teve participação também no 2º Vol.: A Sociedade do Açúcar e no

10 Vol.: O Significado do Florianismo, que, entretanto, não foram publicados. Participou também das pesquisas de outros volumes (IPM DO ISEB, 1966, p. 3229).

O depoimento de Maurício Martins de Mello é fundamental para estabelecer a autoria dentro da coleção, pois os autores sempre apresentaram a obra de forma coletiva, sem mencionar qual parte teria ficado relegada a qual escritor. O mesmo ocorre no depoimento de Rubem Cesar Fernandes, ao declarar que teria ficado responsável pela elaboração das monografias com referência à Independência do Brasil e o Significado do Florianismo (IPM DO ISEB, 1966, p. 701).

Quando participou da escrita da coleção, Maurício Martins de Mello refazia o segundo ano do curso de História na Faculdade Nacional de Filosofia, por ter sido reprovado em História Moderna e História do Brasil. Ao ser questionado sobre seus meios de subsistência naquele período, teria afirmado que vivia com o ganho dos direitos autorais da segunda edição que foi publicada pela editora Brasiliense. Sobre a quantidade de volumes I e IV publicados pela editora Brasiliense e o valor da edição total da obra teria respondido:

Perguntado qual o preço da edição até agora lançada, pela editora Brasiliense, dos dois primeiros volumes, na ordem de lançamento, da HISTÓRIA NOVA DO BRASIL, respondeu que cerca de CR\$ 2,000,000 (dois milhões de cruzeiros); Perguntado qual o total de volumes lançados pela Editora Brasiliense, respondeu que, 10.000 volumes, cinco mil de cada (5.000); Perguntado qual o total de coleções das monografias que deveriam ser reeditadas pelo Ministério da Educação, respondeu que, 5.000 exemplares. Perguntado se não acha estranho que tendo aquela editora lançado 10.000 volumes da mencionada obra o depoente tenha recebido, mesmo depois de três ou quatro meses do lançamento, apenas cerca de CR\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) e, entretanto, quando se tratou da obra que deveria ser lançada pelo Ministério da Educação haja recebido quase a mesma quantia, antes da obra ser lançada, respondeu que não acha estranho (IPM DO ISEB, 1966, p. 3231)

Já o primeiro depoimento de Rubem Cesar Fernandes para o IPM do ISEB consta no volume 3 e foi realizado no dia 22 de setembro de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, na sala de Seção de Segurança do Ministério da Educação e Cultura. O Coronel Gerson de Pinna foi o encarregado do inquérito que teve como escrivão o 1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha. Conforme o IPM, Rubem Cesar Fernandes foi apresentado ao professor Nelson Werneck Sodré por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, o qual era seu companheiro de Faculdade. Trabalhou em caráter não oficial no ISEB até a metade de 1963, quando foi oficialmente contratado na qualidade de pesquisador junto ao departamento de História.

Em depoimento ao IPM do ISEB (1966, p. 703), Rubem Cesar Fernandes teria dito que, durante o curso de férias do instituto, havia ministrado aulas com a temática Independência do Brasil e o Governo de Floriano Peixoto. Posteriormente, ao relatar a escrita da *História Nova*,

declarou que ficara sob sua incumbência a escrita referente às monografias que abordavam a Independência do Brasil e o Governo de Floriano Peixoto. Quanto aos valores recebidos pela confecção de cada monografia, o autor disse que:

[...] por sua participação nos trabalhos de elaboração das monografias da coleção 'História Nova' recebia a importância de cinquenta mil cruzeiros mensais que: o conjunto da coleção 'HISTÓRIA NOVA' se constituía de dez monografias, todos os originais das mesmas entregues à Direção da Casa que, pela prestação total dos serviços de elaboração, ficou determinado que se pagaria a importância de cento e oitenta mil cruzeiros por unidade da dita coleção, perfazendo um total de um milhão e oitocentos mil cruzeiros, que a ênfase do trabalho de participação do depoente na elaboração das monografias foi com referência a Independência do Brasil e o Significado do Florianismo (IPM DO ISEB, 1966, p. 701).

Referente ao método utilizado pelos autores na escrita da coleção, Rubem Cesar Fernandes declarou:

[...] o professor NELSON WERNECK SODRÉ recebera a incumbência da apresentação de um trabalho específico sobre determinados ângulos, digo, de reformulação histórica; que essa reformulação segundo o conceito da equipe deveria assentar-se sobre uma atitude crítica frente à história como é mais comumente apresentada; que essa História baseava-se numa concepção heroica do desenvolvimento histórico, omitindo os fatos sociais e econômicos e isolando o Brasil do contexto internacional em que se insere; que o Grupo do qual o depoente fazia parte para o efeito de reformulação da Historiografia Brasileira ao elaborar as monografias que constituíram a coleção 'HISTÓRIA NOVA' levou em consideração as contribuições a Metodologia Histórica de diversas filosofias modernas tais como o materialismo histórico, a concepção teológica da história e a concepção culturalista dessa mesma história; que: na elaboração das monografias havia uma ênfase nos aspectos sociais e econômicos, ênfase essa estudada principalmente a luz das três correntes filosóficas já citadas; que pode afirmar com segurança que o materialismo histórico não constituiu a ênfase especial na concepção dos autores (IPM DO ISEB, Vol. 3, 1966, p. 701).

Sobre sua participação no movimento estudantil, Rubem Cesar relatou no IPM do ISEB:

[...] atuou na política universitária dentro de sua Faculdade, digo, junto ao Diretório Acadêmico da mesma tendo ocupado a gestão 62/63 cargo de Vice-Presidente daquele organismo estudantil; que: no transcorrer de sua vida acadêmica dentro da Faculdade e principalmente quando um dos dirigentes do seu Diretório Acadêmico não pode apresentar como digno de menção nenhum fato que no entender do depoente possa ser acoimado de subversivo, de perturbação da ordem ou de indisciplina, conforme o testemunho do próprio Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, na época o Professor EREMILDO VIANA. [...] que: suas atividades estudantis na política externa na Faculdade se limitou a quando Vice-Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade representá-lo no Conselho da União Metropolitana dos Estudantes – UME; que: se recorda, no plano universal de sua vida universitária ter participado de um Congresso Nacional promovido pela União Nacional dos Estudantes – UNE, realizado no Hotel Quitandinha (IPM DO ISEB, Vol. 3, 1966, p. 705).

Rubem Cesar Fernandes foi preso em flagrante pixando um muro nas mediações da rua Buenos Aires com os dizerem que pediam o retorno da legalidade do PCB e junto a delegação de outros brasileiros, foi até Havana, Cuba, onde permaneceu por 21 dias conhecendo o ambiente universitário do país. Além disso, em 1961, Rubem Cesar Fernandes desempenhou funções no departamento de reportagem do jornal *O Metropolitano*, órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes (UME). As relações dos autores com entidades estudantis eram exploradas nos inquéritos a fim de comprovar vinculações com a esquerda brasileira.

O primeiro depoimento de Pedro de Alcântara Figueira para o IPM do ISEB consta no volume 5 e foi realizado um dia após a inquirição da sua esposa Fani Goldfarb, no dia 09 de fevereiro de 1965, na cidade do Rio de Janeiro, na sala de Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Cultura. O Coronel Gerson de Pinna foi o encarregado do inquérito que teve como escrivão o 1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha. Pedro de Alcântara Figueira ingressou no ISEB como pesquisador em 1963 a convite do professor Nelson Werneck Sodré. De acordo com o depoimento de Figueira, o professor Sodré o conheceu por meio do *Boletim de História* – Revista de História editada pelo Centro de Estudos de História (CEH) da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil:

[...] ingressou ISEB como pesquisador, em agosto de 1963, a convite do professor NELSON WERNECK SODRÉ, Chefe do Departamento de História do ISEB, que o conhecera na Faculdade, digo, que o conhecera através do Boletim de História, revista que era publicada na Faculdade Nacional de Filosofia; que, o professor NELSON WERNECK SODRÉ, convidou-o, então, para fazer pesquisas, não remuneradas, na Cadeira por ele, professor NELSON, dirigida; que esteve nesta função, não remunerada até janeiro de 1964, quando passou a receber proventos por seu trabalho , até o dia da Revolução, quando foi fechado o ISEB que não reali-zou qualquer modalidade de curso no ISEB; que deu aulas de História no curso de férias realizado no ISEB no ano de 1964, por determinação do chefe da cadeira.” (IPM DO ISEB, Vol. 5, 1966, p. 1020)

Ao ser perguntado se estava identificado com a esquerda, Pedro de Alcântara Figueira teria respondido que estava identificado com o nacionalismo. Ao ser questionado sobre o valor recebido para a escrita da coleção, teria dito que “recebeu, na época, em 1963, a importância de quarenta mil cruzeiros mensais, durante presumilv, digo, presumivelmente quatro ou cinco meses; que a responsabilidade do pagamento estava a cargo da CASES” (IPM DO ISEB, 1966, p. 1021).

Além disso, ao ser questionado se a ideia de reformulação da história já existia ou ocorreu somente após o convite de Roberto Gonçalves Pontual, Pedro de Alcântara Figueira teria afirmado que a ideia já existia em todos que faziam parte do Departamento de História do

ISEB e que foi aplicada na escrita das monografias (IPM DO ISEB, 1966, p. 3247). Esse depoimento condiz com a declaração dada por Joel Rufino dos Santos em 1993, na qual mencionou ser ideia dos estudantes, numa conversa no cair da tarde na praia do Leblon, ao perceberem que possuíam as condições ideais para a concretização do projeto, pois trabalhavam no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Ministério da Educação e Cultura estava ocupado por jovens da esquerda assim como eles, e tinham a orientação de Nelson Werneck Sodré (SANTOS, 1993, p. 16).

No que diz respeito à escrita, Pedro de Alcântara Figueira afirmou que as obras consultadas foram de indicação de Nelson Werneck Sodré. Ao ser questionado se Nelson Werneck Sodré teria exercido alguma influência histórica ou ideológica sobre Pedro de Alcântara Figueira, mencionou que Sodré havia o influenciado quanto à aquisição de conhecimentos históricos, visto ser um dos maiores historiadores daquele período (IPM DO ISEB, 1966, p. 3276-3287).

Já Joel Rufino dos Santos prestou depoimento no dia 07 de junho de 1965, na Sala de Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Cultura, tendo como encarregado o Coronel Gerson de Pinna e como escrivão o 1º Tenente Rogério de Oliveira Cunha. Referente a sua função dentro do ISEB, respondeu que era preparar e dar aulas de História em Geral. Sobre a sua reprovação no 1º ano do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Joel Rufino dos Santos esclareceu que foi reprovado por não comparecimento nas aulas e nas provas, realizando apenas 3 provas durante todo o ano letivo. Ao ser perguntado se era comunista ou se era simpático ao comunismo, negou (IPM DO ISEB, 1966, p. 3017), assim como teria negado ser ato subversivo à reedição da coleção:

Perguntado se reconhece que o livro editado no Ministério da Educação e Cultura é idêntico ao editado pela Editora Brasileira S.A., respondeu que, sim. Perguntado se não reconhecia que tinha praticado um ato criminoso ao tentar reeditar um livro já considerado subversivo, respondeu que, não considera o livro subversivo, e não considera crime publicar um livro (IPM DO ISEB, 1966, p. 3018 - 3019).

O mesmo ocorre em relação às perguntas realizadas sobre os demais autores da coleção ser comunistas:

Perguntado se seus companheiros de trabalho são marxista comunistas, respondeu que seus, os companheiros de trabalho, assim como o depoente, são marxistas, mas não sabe se são comunistas. [...] Perguntado se tem conhecimento de que o Partido Comunista estava fora da legalidade e que a publicação de um livro ou qualquer outra publicação que se destinasse a fazer propaganda do comunismo seria e é um crime contra a Segurança Nacional, respondeu que sabia que o Partido Comunista estava

fora da lei, mas nega que a coleção HISTÓRIA NOVA faça propaganda do comunismo (IPM DO ISEB, 1966, p. 3019-3020).

Além disso, o autor teria assumido que pertencia à Organização de Base da Faculdade Nacional de Filosofia do Partido Comunista do Brasil, ao lado de outros autores da coleção:

Perguntado ao depoente se exercera alguma atividade de proselitismo no Partido Comunista do Brasil, respondeu ter pertencido à organização de base da Faculd, digo, Faculdade Nacional de Filosofia, que visto isso, o depoente reconhece então ser um elemento do Partido Comunista do Brasil, pois de outra forma não poderia pertencer a esta Organização de Base. Que os elementos pertencentes a Organização de Base da Faculdade Nacional de Filosofia do Partido Comunista do Brasil, eram a saber: PEDRO CELSO UCHOA CAVALCANTI NETO, que foi dirigente, [...] RUBEM CESAR, também foi dirigente, [...] MAURICIO MARTINS DE MELO também foi dirigente [...]. Que o depoente buscou citar apenas os nomes daqueles que tinha certeza e que exerceram estas atividades no ano de mil novecentos e sessenta e dois, e que aproveita ainda esta resposta para re-ratificar suas declarações anteriores de não ter pertencido ao Partido Comunista, pois o depoente declara ter entrado para o Partido Comunista mediante proposta e votação realizada na Organização de Base da Faculdade Nacional de Filosofia, portanto podendo ser considerado um membro do Partido Comunista do Brasil (IPM DO ISEB, 1966, p. 3036).

Ademais, Joel Rufino dos Santos mencionou que dentro da organização exerciam atividades como a edição do *Boletim de História*, vinculando a revista com o comunismo:

Perguntado sobre atividades da Organização de Base da Faculdade Nacional de Filosofia, respondeu que esta Organização de Base se compunha de sub-seções, cada sub-seção pertencente a um Curso, que as sub-seções se reuniam independentemente, mas que mensalmente havia uma reunião de toda a Organização de Base. Que estas sub-seções exerciam várias atividades, tais como organizações de boletins, digo, organização da revista do Curso de História, chamado 'O BOLETIM DE HISTÓRIA', modificações de horários, participação de greves, luta pela participação nos órgãos diretivos (IPM DO ISEB, 1966, p. 3036 - 3037).

Já em relação à elaboração da coleção *História Nova do Brasil*, o autor teria respondido que:

Perguntado onde se reunia com os seus colegas para a organização do trabalho HISTÓRIA NOVA DO BRASIL, respondeu que, na residência do professor NELSON WERNECK SODRE. Perguntado como tiravam as dúvidas existentes a respeito do trabalho referido a fim de que o que resultasse pudesse representar uma opinião comum e identificada entre todos, respondeu que, as reuniões se faziam, o trabalho era redigido e lido por todo o grupo que opinava e fazia uma reformulação para a redação final (IPM DO ISEB, 1966, p. 3020)

Essas perguntas realizadas aos autores durante a inquirição visavam construir provas para incriminar Nelson Werneck Sodré por associação ao Comunismo Internacional, e liderança do grupo, de modo que foram anexadas ao IPM do ISEB termos de inquirição de

testemunha, respondido pelos autores da *História Nova do Brasil*, no IPM do Partido Comunista Brasileiro (IPM 683). Assim, no volume 13 do IPM do ISEB, foram anexadas três cópias autenticadas, enviadas pelo I Exército, de Termos de Perguntas a que foram submetidos como indiciados no IPM 683, dos autores: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello e Pedro de Alcântara Figueira. Os três depoimentos, diferentemente dos demais tomados dos autores da coleção, foram realizados no Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar, tendo como encarregado o Major Cleber Bonecker. Ao confrontar os depoimentos dos autores contidos no IPM do ISEB com os termos de inquirições respondidos no 3º Batalhão, percebe-se as modificações das respostas dos autores no sentido de tentarem produzir provas vinculando-os ao Comunismo Internacional e colocando Nelson Werneck Sodré como o líder do grupo. Além disso, os três autores respondem de forma idêntica ao IPM 683, sendo possível levantar as hipóteses de intimidação dos coautores da *História Nova* e manipulação das respostas por parte dos militares.

Nesse sentido, quatro fatores que diferenciam o IPM do ISEB e o IPM 683 podem ser ressaltados, a saber: o local de realização da tomada de depoimentos, o escrivão, o encarregado e as respostas semelhantes dos inquiridos. Nessa perspectiva, o IPM do ISEB teve como local a Sala de Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Cultura, localizada no Rio de Janeiro, enquanto os três depoimentos dos autores contidos no IPM 683 foram realizados no Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro. O encarregado pelo IPM do ISEB foi o Coronel Gerson de Pinna e o escrivão foi o 1º Tenente Rogério Oliveira da Cunha. Já o encarregado do IPM 683 foi o Major de Engenharia Cleber Bonecker e o escrivão foi o Capitão da Polícia Militar do Estado da Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget.

Além do mais, as respostas dos autores da coleção no IPM 683 eram muito semelhantes, o que desconstruiu as afirmativas existentes no IPM do ISEB, e apesar dos termos trazerem a frase assinada pelos autores, declarando ter prestado “depoimento de livre e espontânea vontade, sem sofrer o menor agravo físico ou moral” (IPM DO ISEB, Vol. 13, 1966, p. 3033), no dia 26 de junho de 1965, o jornal *Correio da Manhã* informava que os escritores haviam sido detidos pelo coronel Gerson de Pina e depois transferidos ao major Cleber Bonecker, que os submeteu “a um *tratamento psicológico*”, transformando-os em “verdadeiros farrapos” (SODRÉ, 1986, p. 134). No dia 27 do mesmo mês, o *Correio da Manhã* publicava as denúncias das agressões físicas e psicológicas sofridas por Joel Rufino dos Santos e Pedro de Alcântara Figueira na prisão. Em 6 de julho de 1965, o mesmo jornal publicava uma nota em que um oficial do I Exército desmentia as denúncias feitas pelos autores.

Maurício Martins de Melo prestou depoimento relativo ao IPM 683 no dia 27 de maio de 1965, no Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Guanabara, tendo como encarregado o Major de Engenharia Cleber Bonecker e como escrivão o Capitão da Polícia Militar do Estado de Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget. O autor foi inquirido pela edição do livro pelo MEC, sua relação com o comunismo e com Nelson Werneck Sodré:

Perguntado se sabia que o livro editado pelo Ministério da Educação e Cultura tinha sido considerado subversivo, respondeu que sim. Perguntado se não reconhecia que tinha praticado um ato criminoso ao tentar reeditar um livro já considerado subversivo, respondeu que conhecia. Perguntado por que praticara tal delito de editar um livro considerado subversivo, respondeu que fizera isso para ganhar dinheiro. [...] Perguntado quem era o orientador deste trabalho, respondeu que era o professor NELSON WERNECK SODRÉ. Perguntado quem tinha sido o doutrinador do depoente na parte de história marxista (comunista), respondeu ter sido o professor NELSON WERNECK SODRÉ. [...] Perguntado quanto recebia por este trabalho, respondeu que recebia a importância de sessenta mil cruzeiros mensais. Perguntado quem era o financiador deste trabalho, respondeu que era o Senhor CAIO PRADO JÚNIOR e que o depoente reconhece ser um elemento comunista, que o depoente reconhece que é um marxista-comunista, bem como todos os seus companheiros de trabalho. Perguntado se reconhece que esta obra, colocada na mão da juventude brasileira, representa um instrumento propagador das ideias marxistas-comunistas, respondeu que sim. Perguntado se sabia que o Partido Comunista estava fora da legalidade, respondeu que sim. Perguntado se reconhece que sabendo que o Partido Comunista estava fora da legalidade e que o depoente publicando como o fez um livro 'HISTÓRIA NOVA DO BRASIL' estava cometendo um crime contra a Segurança Nacional, respondeu que reconhece. [...] Perguntado se o depoente, na Faculdade de Filosofia, exercia atividades políticas, respondeu que sim, esclarecendo, ainda que desde o início do semestre do ano de mil novecentos e sessenta e três não mais tomou parte destas atividades na Faculdade. O depoente ainda faz questão de esclarecer que os contatos de autor para editor eram realizados através do Professor NELSON WERNECK SODRÉ. [...] O depoente ainda declara que a edição de 'HISTÓRIA NOVA DO BRASIL' constou de cinco mil exemplares. O depoente ainda esclarece que o trabalho era feito por tarefas; o Professor NELSON WERNECK SODRÉ designava para uma equipe de dois ou três elementos, faziam uma preleção sobre o assunto e dava uma bibliografia inicial e que os elementos designados trabalhavam em torno destes e que a posteriori num trabalho mais profundo consultava outros livros; que este grupo designado realizava reuniões a fim de debaterem os assuntos e depois reuniões com o Professor NELSON WERNECK SODRÉ para tirarem dúvidas. Após esta reunião, o trabalho era redigido e lido por todo o grupo que opinava e fazia uma reformulação para a redação final (IPM DO ISEB, 1966, p. 3028-3030).

A respeito de Pedro de Alcântara Figueira, ele prestou depoimento relativo ao IPM 683, no dia 31 de maio de 1965, no Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Guanabara, tendo como encarregado o Major de Engenharia Cleber Bonecker e como escrivão o Capitão da Polícia Militar do Estado de Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget. Em depoimento, teria declarado que o capítulo sobre 'A sociedade do Açúcar' presente na segunda edição, fora de autoria de Rubem Cesar Fernandes. Além disso, sobre o valor que recebeu para a escrita da coleção, afirmou que todos os autores recebiam mensalmente a importância de

cinquenta e cinquenta e nove mil e oitocentos cruzeiros (IPM DO ISEB, 1966, p. 3032). As perguntas realizadas à Maurício Martins de Mello também foram feitas à Pedro de Alcântara, seguidas de respostas muito semelhantes:

Perguntado se sabia que o livro editado pelo Ministério da Educação e Cultura tinha sido considerado subversivo, respondeu que sim. Perguntado se não reconhecia que tinha praticado um ato criminoso ao tentar reeditar um livro já considerado subversivo, respondeu que conhecia como tal, de acordo com a manifestação do Ministério de Justiça. Perguntado por que praticara tal delito de editar um livro considerado subversivo, respondeu que fizera isso para ganhar dinheiro. [...] Perguntado quem era o orientador deste trabalho, respondeu que era o professor NELSON WERNECK SODRÉ. Perguntado quem tinha sido o doutrinador do depoente na parte de história marxista (comunista), respondeu ter sido o professor NELSON WERNECK SODRÉ. [...] Perguntado se reconhece que a sua obra é destinada a propagar ideias marxistas-comunistas em termos de História do Brasil, respondeu que sim. Perguntado se reconhece que esta obra, colocada na mão da juventude brasileira, representa um instrumento propagador das ideias marxistas-comunistas, respondeu que sim. Perguntado se sabia que o Partido Comunista estava fora da legalidade, respondeu que sim. Perguntado se reconhece que sabendo que o Partido Comunista estava fora da legalidade e que o depoente publicando como o fez um livro 'HISTÓRIA NOVA DO BRASIL' estava cometendo um crime contra a Segurança Nacional, respondeu que reconhece (IPM DO ISEB, Vol. 13, 1966, p. 3032-3033).

A semelhança nas perguntas e repostas repete-se novamente no depoimento prestado por Joel Rufino dos Santos, no dia 07 de maio de 1965, no Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Guanabara, que teve como encarregado o Major de Engenharia Cleber Bonecker e como escrivão o Capitão da Polícia Militar do Estado de Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget.

Perguntado se sabia que o livro editado pelo Ministério da Educação e Cultura tinha sido considerado subversivo, respondeu que sim. Perguntado se não reconhecia que tinha praticado um ato criminoso ao tentar reeditar um livro já considerado subversivo, respondeu que conhecia. [...] Perguntado quem era o financiador deste trabalho, respondeu que era o Senhor CAIO PRADO JÚNIOR e CAIO GRACO, e que reconhece que é um marxista-comunista, bem como todos os seus companheiros de trabalho. Perguntado se a sua obra é destinada a propagar as ideias marxistas-comunistas em torno da História do Brasil, respondeu que sim. Perguntado se reconhece que esta obra, colocada na mão da juventude brasileira, representa um instrumento propagador das ideias marxistas-comunistas, respondeu que sim. Perguntado se sabia que o Partido Comunista está fora da legalidade, respondeu que sim. Perguntado se reconhece que sabendo que o Partido Comunista estava fora da legalidade e que o depoente editando um livro como 'HISTÓRIA NOVA DO BRASIL' estava cometendo um crime contra a Segurança Nacional, respondeu que reconhece (IPM DO ISEB, 1966, p. 3034-3035).

Por fim, como podemos perceber, nos termos de inquirição contidos no IPM 683, assim como no IPM do ISEB, houve uma tentativa incessante em colocar Nelson Werneck Sodré, intelectual comunista e General R1 do exército e que havia ganhado visibilidade no espaço

público, como doutrinador marxista-comunista dos demais autores, vinculando-o ao Partido Comunista Brasileiro que estava na ilegalidade, revelando a perseguição aos manuais escolares como um meio de atingi-lo. Era preciso derrotar a *História Nova do Brasil*, sendo preciso derrotar as teses de Sodré sobre o Brasil.

3.3 “ASSIM FOI (SE ME PARECE)”: CINCO DÉCADAS DEPOIS.

O golpe, em março, pôs todo o nosso passado no chão. Os amigos se dispersaram e a vida foi se tornando cada vez mais dolorosa e difícil. Embora nunca tenhamos concordado com a solução da luta armada isto não significava que não morrêssemos um pouco a cada jovem que tombava. Ficamos sem trabalho, pois para Pedro dar aulas a ditadura exigia Atestado de Idoneidade que, claro, não tínhamos. GOLDGFARB FIGUEIRA, Fani. Entrevista concedida à Vanessa Clemente Cardoso. Goiânia, 06 de nov. de 2018.

De acordo com a historiadora Maria Amélia Garcia de Alencar¹⁵⁴, ainda na década de 1960, o ensino de história era marcado por uma historiografia tradicional, a qual era calcada no positivismo e nos fatos. Entretanto, Alencar ressaltou que, embora esse ensino fosse predominante, ela teve contato com uma historiografia renovada representada nas obras de Caio Prado Junior, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, quando fez um curso técnico de secretariado na Fundação Getúlio Vargas, ou seja, começava-se a apresentar uma historiografia diferente da positivista, mas ainda era algo muito restrito. Foi durante esse período que Maria Amélia teve acesso à coleção *História Nova do Brasil*:

Havia alguns vislumbres de uma historiografia mais diferenciada daquela historiografia chamada positivista, mas muito pouco. Na verdade, eu fui ter contato com esses autores que ainda eram raros no Brasil, já no final do segundo grau, quando eu conheci o meu namorado e com quem eu vim a me casar, ele tinha estudado no Colégio Pedro II que me parece que tinha uma outra linha historiográfica, e lá ele fez todo o ginásio e o segundo grau. Lá ele conheceu autores na época considerados

¹⁵⁴ Maria Amélia Garcia de Alencar é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), mestra em História pela Universidade Federal de Goiás (1982) e doutora em História pela Universidade de Brasília (2004). Foi professora do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais da PUC-Goiás entre 1976 e 2007 e da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás entre 1996 e 2014. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás no biênio de 2010-2011. Aposentou-se em 2014. As informações foram fornecidas pela historiadora por meio de entrevista concedida em 2018 para a confecção desta tese.

marxistas, como o Caio Prado Júnior, e... Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré. E esses livrinhos da História Nova, foi ele quem me apresentou a isso quando eu já estava terminando o segundo grau. (ALENCAR, 2018).

Para a referida historiadora, a coleção não teve muita divulgação, pois teve acesso a ela apenas por meio do seu então namorado que na época era diretor de assuntos internacionais da União Nacional de Estudantes. Sobre a recepção da coleção por parte dos estudantes, Maria Amélia Garcia de Alencar evidenciou que não teve uma grande percepção sobre a recepção e que acredita que o seu acesso foi privado:

Eu achava que era um movimento importante da renovação da perspectiva histórica no Brasil desde que eu tive o primeiro contato, porque era um material para divulgação, era um material para grande distribuição, mas isso não aconteceu. Assim, em função do golpe de sessenta e quatro e da ditadura militar, esse projeto acabou minguando, mas o que me pareceu muito interessante é que seria uma divulgação em termos massivos de uma perspectiva histórica renovada, que só fui conhecer já jovem, não tinha sido parte da minha formação desde de o início da minha escolaridade. [...] Para mim ainda era uma coisa muito restrita e no pós sessenta e quatro mais ainda, porque todos esses canais se fecharam. Com isso, eu tive um acesso digamos que privado, através de uma pessoa próxima, no caso era meu namorado. Mas não tive a perspectiva de que outras pessoas tivessem lido ou comentado e muito menos em jornal. Isso eu não tive acesso, então, não posso te falar (ALENCAR, 2018).

Diferentemente da percepção da historiadora Maria Amélia Alencar, Fani Goldfarb Figueira mostrou que o alcance nas escolas foi tão grande que os autores recebiam cartas de todas as regiões do Brasil:

As comunicações, hoje, são muito mais fáceis e rápidas do que eram então. Mesmo assim, recebíamos cartas de agradecimento de colégios de regiões muito distantes das capitais. O grupo da História Nova chegou a organizar um mapa do Brasil onde fincavam alfinetes coloridos marcando cada um dos locais de onde vinham as cartas. Evidentemente, este mapa, como tudo mais, foi destroçado pela sanha policialesca (GOLDFARB FIGUEIRA, 2018).

As divergências nas percepções das duas historiadoras que tiveram acesso à coleção durante a década de 1960 podem ser explicadas também pelas instituições de ensino pelas quais Maria Amélia Garcia de Alencar passou. Alencar estudou no antigo primário de ginásio, hoje primeira e segunda fase do primeiro grau, em uma escola muito tradicional de freiras no Rio de Janeiro e o seu segundo grau foi realizado por meio de um curso técnico de secretariado na Fundação Getúlio Vargas. Já Fani Goldfarb Figueira tinha contato direto com os escritores da obra, pois era esposa do coautor Pedro de Alcântara Figueira, de modo que acompanhava as reuniões da equipe, as discussões e o alcance da coleção a nível Brasil.

Já em relação ao conteúdo da *História Nova do Brasil*, Maria Amélia Garcia de Alencar o retratou como totalmente diferente daqueles que havia utilizado como aluna durante o primário e secundário:

Totalmente. Inclusive a linha teórica básica de um e de outro fica muito clara. E nós percebíamos isso na época, uma história que exaltava os grandes vultos. Os grandes momentos da História e uma história que buscava uma linha mais social, econômica.... Então, uma ruptura mesmo com essa historiografia clássica de Borges Hermida que até pouco tempo eu tinha aqui em casa. Eu gostava tanto que guardei os meus livros. Acho que a historiografia de Borges Hermida eu não tenho mais, mas a ruptura é muito grande na medida em que as perspectivas teóricas são completamente diferentes. Isso era possível perceber. (ALENCAR, 2018).

Além disso, Alencar cursou história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil durante a década de 1960 e evidenciou que a historiografia tradicional se refletia no vestibular da instituição que também era preparado pelos professores catedráticos do curso:

Eu me lembro muito bem desse vestibular. Era tão traumático que o tema da redação era uma frase do Renan, que era um Filósofo Francês, falando do desaparecimento da História, para nós comentarmos. Ora, houve pessoas que foram reprovadas, porque concordaram com o Renan, de que a história ia desaparecer ‘o que você está fazendo aqui fazendo em um vestibular para História?’. Esses foram reprovados. E depois a prova de história geral, que era elaborada pelo professor Eremildo Viana, era extremamente difícil e detalhista, extremamente difícil. Tinha que ter estudado muito para poder da conta da pré-história até os nossos dias com aquele nível de detalhe. Depois, a prova de história do Brasil já era elaborada pelo professor Manoel Maurício Albuquerque. Era uma prova muito mais de conhecimento na linha da História Nova, do Caio Prado [...] (ALENCAR, 2018).

À vista disso, Alencar também realçou que os dois primeiros anos do curso de História da FNF da U.B. eram dominados por professores catedráticos mais conservadores, como Eremildo Viana, marcados por um ensino factual:

[...]olha o que se estudava na época, hoje você nem imagina, acho que não passa nem na cabeça dos alunos. Eu me lembro que no segundo ano da faculdade, eu fiz um trabalho, eu nunca esqueci isso, cujo o título era “O regime da terra no Império Bizantino no século nono”. Agora eu te pergunto, Vanessa, você imagina algum aluno hoje tendo que entregar um trabalho com esse conteúdo, regime da terra no Império Bizantino no século nono? Pois eu fiz. Eu tive uma certa reação contra tudo isso e não estava estudando, eu me saí muito mal em uma prova, daí decidi, ou eu estudo e termino esse curso ou eu abandono. Eu resolvi terminar, fui até o fim, mas foi muito difícil (ALENCAR, 2018).

Aluna do professor Eremildo Viana, assim como os autores da História Nova do Brasil, Alencar o descreveu como um homem da repressão, que durante a ditadura denunciava muitos colegas e era rejeitado pelos alunos do curso:

[...]o professor Eremildo era muito rejeitado pelos alunos em função das posições políticas dele e nós sabíamos das denúncias que ele tinha feito dos colegas e tudo. A grande ansiedade nossa era terminar os dois primeiros anos que eram sobre o jugo do Professor Eremildo. Quando isso aconteceu, teve uma festa na minha casa, terminou o segundo ano, para fazer o enterro do Professor Eremildo, enterro simbólico do Professor Eremildo. Minha turma toda se reuniu e fizemos em uma caixa de sapato pintada de preto o enterro do Professor Eremildo, que finalmente saia das nossas vidas (ALENCAR, 2018).

As denúncias salientadas por Maria Amélia Garcia de Alencar referem-se às realizadas contra as professoras Eulália Lobo e Maria Yedda Linhares, que na época foram afastadas da universidade. Eremildo se tornou diretor da rádio do Ministério da Educação, ao denunciar Linhares, que foi retirada do comando da rádio. Com o AI-5, a repressão ficou mais intensa dentro do ambiente intelectual, principalmente na área de Ciências Humanas. Alencar recorda-se do desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil com nova sede no Botafogo e frisa que os alunos foram colocados em barracões que facilitavam a repressão e a contenção dos alunos pelos militares:

Então, o nosso instituto que era o IFCS foi para Botafogo para uma casa do início do século vinte que eu acho que pertencia a um dos presidentes da primeira república. Se não me engano, era a casa do Nilo Peçanha, uma casa belíssima, só que na casa belíssima funcionava a administração, para nós, a sala de aula, eles construíram um barracão no fundo que era um corredor polonês, quer dizer, a polícia e eu me lembro de uma vez da polícia entrando pela frente, armada, pelo portão de um jardim, tinha umas árvores antigas, bonitas e eu com muito medo escondida atrás de uma árvore, porque os caras entraram atirando. Se eles chegavam lá no final da casa e onde era... seria o quintal e tinha esses barracões onde eram as nossas salas de aula, eram barracões mesmo, horríveis, quentíssimos. Imagina aquele calor do Rio de Janeiro... um corredor com sala de aula dos dois lados. Se a polícia fechasse aquilo ali, acabou, ninguém saía, mas nós descobrimos que se você saísse por trás do Instituto, pulando o muro, você caía nos terrenos do, na época, Colégio Santa Úrsula. Hoje é faculdade. Por ali as lideranças conseguiam escapar, muitos dos nossos colegas escaparam por ali, outros foram presos e nunca mais ouvimos falar, desapareceram, foi um período extremamente difícil esses dois últimos anos do meu curso de história (ALENCAR, 2018).

Dessa maneira, a esquerda brasileira atuava nas universidades, porém, Maria Amélia recordou que apesar de existir uma forte atuação das lideranças de estudantes, tanto em nível de centro acadêmico como em diretório, também havia lutas internas dentro da própria esquerda:

A UNE foi fechada em sessenta e quatro. Foi queimada, mas os centros acadêmicos e os diretórios eram muito atuantes, só que havia lutas internas dentro do próprio campo da esquerda. No Rio, havia uma organização a que eu estava ligada, não como filiada, mas como simpatizante, que era AP (Ação Popular), de viés católico, a qual eu me aproximei através do meu namorado, como eu disse, ele era um antigo militante... foi

diretor da UNE até sessenta e quatro. E havia campos mais ligados ao PCB. Enfim, outros grupos de esquerda rivais dentro da própria universidade, por exemplo, a AP depois de sessenta e quatro. Em sessenta e sete, nós fundamos um grupo de teatro universitário na esteira do sucesso que o TUCA, de São Paulo, tinha feito com *Morte Vida Severina* e ganhou prêmio no exterior e tudo. Nós criamos o TUCA, que era o Teatro Universitário Carioca, porque o TUCA de São Paulo era da PUC de São Paulo, o nosso não era de uma universidade só, mas eram universitários de diversas universidades e até do Colégio Aplicação. Nós montamos uma peça de teatro, que era uma forma de levar ao público uma visão crítica da sociedade brasileira. Nós montamos o *Bumba Meu Boi* do Joaquim Cardoso, chamado Coronel de Macambira. Foi uma peça lindíssima, dirigida pelo Amir Haddad. E apesar de todos sermos estudantes inexperientes em teatro, ficou uma coisa belíssima. Era uma maneira de driblar a ditadura, porque nós estávamos fazendo teatro. Por exemplo, se você ia pregar uns cartazes na universidade, da peça de teatro, o outro grupo vinha e tirava, entendeu?! Tinha isso ainda, uma esquerda dividida, mas muito atuante. (ALENCAR, 2018).

Com a instauração da ditadura, Maria Amélia Garcia de Alencar conseguiu concluir o curso e manteve a coleção *História Nova do Brasil* escondida em sua casa: “Nós mantínhamos tudo escondido, porque dizia-se que se o livro tivesse uma capa vermelha já era indício da sua posição política e você podia sofrer as consequências disso. Então, foi uma época extremamente difícil”.

A concepção de história vigente na década de 1960 também foi mencionada nos depoimentos concedidos pelos autores da *História Nova do Brasil* e por Fani Goldfarb Figueira, que fez uma historiografia pautada em detalhes, como se pode perceber:

Apenas para que se possa ter uma pálida ideia da concepção de história dominante nesta época lembremos que uma das questões do vestibular de história do Brasil perguntava o nome (completo) do marinheiro da esquadra de Cabral que, primeiro, gritou “Terra à Vista”. Leia-se o livro de Hélio Viana, catedrático de História do Brasil, para que se possa entender de onde um grupo de jovens professores tirou a ideia de se reescrever a história do Brasil. Não se podia, sob pena de reprovação no exame, sequer mencionar o nome de Juscelino Kubistchek ou a construção de Brasília (GOLDFARB FIGUEIRA, 2018).

Em consonância a isso, Rubem César salientou que a historiografia era positivista e factual, como pode ser notada nas recordações do coautor sobre um fato específico envolvendo o professor catedrático Hélio Viana, da cadeira de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia:

[...] me lembro que ele era meio que um terror, autor de muitos livros conhecidos e muito tradicionalista. Com isso, nós alunos ainda na primeira, segunda e terceira série tínhamos que nos haver com o Hélio Vianna, e eu me lembro que eu e os colegas, a turminha, alguns de nós que acabamos na História Nova nos preparávamos para as provas no final do ano, tentando adivinhar as perguntas que o Hélio Vianna faria na prova. Era uma prova oral e uma das perguntas que teria mais chance de aparecer ocupava umas duas ou três páginas do livro dele, que era a descrição dos acidentes geográficos que demarcava o Tratado de Tordesilhas. Imagina! “Esse

negócio vai cair”, ficamos lá brincando, cantando, decorando todos os acidentes, eram mais de duas páginas do livro de tantos acidentes geográficos e conseguimos mais ou menos decorar, cantando a página e estávamos lá naquela cantoria, naquela brincadeira. E eu fiz uma prova oral com ele que caiu esse ponto. Ele não gostava muito de nós, ele achava que nós éramos marxistas, por isso estava determinado a me reprovar. Eu também tinha sido diretor acadêmico do movimento estudantil. Eu sentia uma certa antipatia dele, entendeu? E ele me fez a pergunta, “por favor me descreva o tratado de Tordesilhas” e, para espanto dele, eu fui recitando tudo, não errei nada daquela coisa longa. Ele olhava sem acreditar. Mesmo sem acreditar ele me deu oito. Assim, eu passei com oito com o professor Hélio Vianna. Então, era uma concepção de história bem antiga, no sentido positivista e factual (FERNANDES, 2019).

O catedrático Hélio Viana também foi apresentado pelo coautor Maurício Martins de Mello como o historiador dos fatos:

O Hélio Viana para nós era motivo de chacota. E nós sofremos, nós fomos alunos dele e ele era aquele tipo de professor que perguntava sobre as “fronteiras do Brasil com não sei qual”, então você tinha que saber toda a fronteira com os rios, sabe? Era o historiador dos fatos, o negócio dele era os fatos. Você deve conhecer esse tipo de historiador, e nós sempre brigávamos com ele. Depois que nós entramos na faculdade, então, nós nos tornamos arrogantes, porque nós gostávamos de malhar ele. Mas sempre no plano. Nós estudávamos muito a historiografia para confrontá-lo. Nós estudávamos muito a historiografia, em suma. (MELLO, 2019).

Por conseguinte, ao lado de professores conservadores, haviam os professores inovadores como Maria Yedda Linhares e Francisco Falcon. Ambos foram caracterizados pelo coautor Maurício Martins de Mello como grandes mestres no âmbito do curso de história. Pedro de Alcântara Figueira lembrou o ensino como uma “história de nome e datas, conservadora e apologética”, e que já era questionado nas publicações do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e nas atividades desenvolvidas dentro do ISEB:

Eu e o Pedro Celso começamos a mexer nessa coisa com o ‘Boletim de História’, que pretendia ser uma revista inovadora. O próprio ISEB, sobretudo com o Werneck, já tinha, de certo modo, abalado o domínio da velha concepção. Mesmo entre os professores da própria Universidade, as coisas já andavam longe da velha ladainha. Afinal era a época da Guerra Fria, que andava bem quente. Tinha havido a Segunda Guerra Mundial. Afinal de contas as concepções que justificavam a existência de uma classe dominante estavam em pleno declínio. Nós, os autores da HN, éramos pessoas que vivíamos intensamente os conflitos ideológicos de então. Não podemos esquecer que um homem já tinha dado, no espaço sideral, uma volta à Terra (FIGUEIRA, 2019).

Além disso, nas entrevistas concedidas para a confecção dessa tese, todos os autores foram unânimes ao referirem-se à importância do movimento estudantil que, por meio de debates e críticas ao ensino brasileiro, possibilitou a criação por parte dos estudantes do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Ele seria

fundamental para a gênese da escrita da *História Nova do Brasil*, propondo uma reformulação da historiografia brasileira e do seu ensino.

Na Faculdade Nacional de Filosofia, havia uma atuação forte do movimento estudantil, o ambiente das décadas de 1950 e 1960 era de grande efervescência cultural. Além do mais, a atuação da esquerda também era muito presente na instituição. Conforme Rubem Cesar Fernandes (2014), o recrutamento para o Partido Comunista Brasileiro constituía-se ainda no cursinho pré-vestibular:

O Partidão tinha ali na FNFI uma base grande, mais de 100 pessoas registradas e atuantes. [...] A gente se reunia, era clandestino, era ilegal, mas a gente se reunia ali no prédio Marquês de Herval, na avenida Rio Branco, onde ficava a livraria francesa no subsolo, a Leonardo da Vinci. A reunião acontecia no 16º andar, se não me engano. Era uma sala com mezanino que ficava cheia, todo mundo fumando, planejando a revolução dentro da FNFI (FERNANDES *apud* OLIVEIRA; PANDOLFI, 2014, p. 44).

Neste contexto, Rubem César entrou para o Partido Comunista em 1961, quando fez sua viagem para Cuba, além dele, todos os autores da coleção *História Nova do Brasil* eram vinculados ao partido e pertenciam ao movimento estudantil. De acordo com Maurício Martins de Mello, havia um grande clima de euforia entre os estudantes, de modo que eles participavam de diversas atividades culturais, como a Campanha de Alfabetização. Para Mello, eles foram uma geração abençoada culturalmente:

Era a época da UNE, União Nacional dos Estudantes. Lá no Flamengo, tinha o Centro Popular de Cultura, que produzia muita, muita cultura. Teve a Campanha de Alfabetização que nós participamos. Era um clima de euforia, um clima de euforia que acabou tragicamente em sessenta quatro, mas deixou frutos. O nosso grupo deixou frutos, e dentro da faculdade também deixou muitos frutos, por exemplo, o Rubem César Fernandes. O Rubem César criou uma ONG, teve uma participação muito grande no Haiti. A ONG dele trabalhou muito no Haiti e o Pedro Celso foi professor nos Estados Unidos, em Saint Louis e grandes intelectuais, a faculdade como um todo! Alba Zaluar, por exemplo, que é uma grande intelectual especialista em questões de violência, uma intelectual espetacular, está atuante. Cecília Coimbra, que é do curso de História, uma mulher muito importante pela conquista dos Direitos Humanos aqui no Brasil, fundadora da Fundação Tortura Nunca Mais. Então, foi uma geração abençoada desse ponto de vista, produziu, deixou sua marca... mas a história caminha. (MELLO, 2019).

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, em entrevista concedida ao editor Cláudio Giordano em 1993, evidenciou também que a atividade cultural deles era tão intensa que os estudantes da FNFI foram pioneiros na organização de congressos nacionais de Centros de Estudos de História e esses eventos se espalharam por várias universidades brasileiras.

Diante dessa grande produção cultural, formava-se uma polêmica interna no movimento estudantil, relacionada às formas de se atingir a Revolução Brasileira. Consoante a Rubem César, ela era marcada pela polarização em torno do debate Sino-Soviético que dominava as correntes marxistas do movimento estudantil, no qual a corrente soviética era representada pela figura de Nikita Khrushchev, sendo a corrente chinesa era representada por Mao Tse Tung, da China, e que defendia uma revolução armada e violenta. Em meio dessa polarização, havia a vertente italiana, vinculada ao Partido Comunista Italiano, e os autores da coleção eram simpatizantes dessa concepção:

Esse debate Sino-Soviético dominava as correntes marxistas do movimento estudantil e lá na universidade também. Havia entre esses dois extremos uma corrente também chamada Italiana, que tinha mais a ver com o pensamento de Gramsci. Os personagens do mundo marxista italiano eram esses e tinham uma estrutura mais diferente, valorizavam a cultura, que é um aspecto importante social da política, valorizavam a liberdade individual, tinham algumas diferenças no caminho liberalizantes, mais ligada à liberdade dentro do mundo socialista marxista, dentro desse quadro. Entre o pessoal da História Nova estavam Pedro Celso, eu, Maurício e Pedro. Éramos mais próximos da corrente italiana, entendeu? Nem soviético, nem chinês. Nesse ambiente desse debate, o pessoal chinês acreditava que nós estávamos às vésperas da revolução no Brasil e eles achavam que era hora de se preparar para a revolução que seria armada e violenta. Então, tinha um tipo de pensamento mais aguerrido. Tinha um rapaz que era líder local, também fazia História, chamava Wilson Barbosa. O Wilson era muito inteligente, uma fera, sabia muita História, gostava muito de ler, mas acreditava que era a hora de se preparar para a revolução. Ele inclusive fez questão de se inscrever no serviço CPOR Militar para poder se declarar traidor e eu achava aquilo uma loucura. Então, a corrente chinesa era contra que nós estudássemos para reescrever a História do Brasil. Eles achavam um absurdo que diante de um momento revolucionário, que nós nos trancássemos para estudar e escrever. Então, a nossa corrente, do movimento estudantil, digamos, de esquerda, na época, nós, os italianos, a nossa turminha, que acabou na época na História Nova (FERNANDES, 2019).

Entretanto, os membros do movimento estudantil ligados à corrente chinesa criticavam os autores da coleção por estarem estudando e reescrevendo a história. Para eles tratava-se de um momento revolucionário aguerrido. Em resposta às críticas da corrente chinesa, os autores criaram o “Alegria de Estudar”:

Nós criamos inclusive um pequeno movimento chamado “Alegria de Estudar”, “Alegria de Estudar Pede Passagem”, para sacanear os chineses. Então, era assim, a ideia de que a ideia de estudar fosse fora de hora no ambiente revolucionário, havia essa queixa do pessoal da esquerda. [...] Isso tudo é para te dizer que tanto a questão de que era momento de estudar ou se tornar uma militância mais agressiva, política, até armada, era uma discussão que existia no movimento estudantil. [...] Na História Nova, nós achamos um caminho do meio, era um caminho que nos aproximava mais da corrente italiana, mais reformista, mais valorizadora dos estudos, da cultura e que achava que era importante estudar História, sobretudo uma nova História, formar uma mentalidade mais reformista e inovadora da História do Brasil. Foi aí que nós chamamos de História Nova (FERNANDES, 2019).

Desta forma, conforme Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto, em sua memória publicada em 1993, os autores sofreram ameaças pela criação do grupo:

O ‘Alegria de Estudar’ era definido pelos maoístas então de moda como grupo revisionista e pequeno-burguês. A dois de nós foi afirmado, pessoalmente, que seríamos todos fuzilados após a revolução (deles) como traidores. Essas coisas também faziam parte dos tempos [...] (CAVALCANTI NETO, 1993).

Além disso, Rubem César Fernandes ressaltou que os autores possuíam ligações com a corrente italiana do movimento comunista e que buscavam mudar o mundo por meio de uma nova historiografia brasileira:

Na *História Nova*, nós achamos um caminho do meio, era um caminho que nos aproximava mais da corrente italiana, mais reformista, mais valorizadora dos estudos, da cultura e que achava sim que era importante estudar história, sobretudo uma nova história, formar uma mentalidade mais reformista e inovadora da história do Brasil. Foi aí que nós chamamos de História Nova. [...] era um tempo de muita liderança jovem, então, teve Cinema Novo, teve Bossa Nova, teve História Nova. Era uma garotada, que tinham vinte e poucos anos e achavam que iam mudar o mundo (FERNANDES, 2019).

Rubem Cesar Fernandes viajou para a Cuba em 1961 para representar o movimento estudantil secundarista a convite de Antonio Carlos Peixoto. Ainda neste período, ele teria decidido entrar para o Partido Comunista Brasileiro (FERNANDES *apud* OLIVEIRA; PANDOLFI, 2014, p. 39).

Assim como os demais coautores, Maurício Martins de Mello confirmou a participação no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além disso, ele simpatizava, assim como todos os outros coautores, pelo Partido Comunista Italiano, por meio das ideias de Gramsci. Já Pedro de Alcântara Figueira mostrou que o papel desempenhado pelos escritores da *História Nova do Brasil* dentro do movimento estudantil da década de 1960 tinha relação com o que pretendiam com a escrita da coleção, que para ele pode ser considerada como “filha de nossa participação”.

3.3.1 O CONTATO COM NELSON WERNECK SODRÉ E A FORMAÇÃO DO GRUPO DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL

Em entrevista, Pedro de Alcântara Figueira afirmou que já conhecia as obras de Nelson Werneck Sodré, o qual conheceu pessoalmente por intermédio de Pedro Celso Uchoa

Cavalcanti Neto, que auxiliou Sodré a convidá-lo para ser seu assistente no Departamento de História do ISEB. Já os demais autores da coleção eram seus amigos de universidade. Maurício Martins de Mello também destacou a sua entrada no instituto por meio de Cavalcanti, além de ressaltar a influência exercida por Werneck Sodré na formação dos coautores:

O Sodré eu conheci pelo Celso, tinha contato com ele, e quando nós resolvemos fazer a História Nova, o Sodré foi que nos abrigou lá no ISEB, nos abrigou, jovens intelectuais. Foi muito importante para nós, um grande intelectual lidando com um grupo de jovens inexperientes. Inclusive culturalmente em formação, então, o Pedro Celso que nos levou para o ISEB. O Rubem Cesar no curso de História, o Pedrinho no curso de História também, o Pedro Celso, então, foi por aí (MELLO, 2019).

Nessa perspectiva, Rubem Cesar Fernandes evidenciou que conheceu Sodré quando cursava o pré-vestibular na década de 1960 ao tentar ingressar no Curso de História da Universidade do Brasil. Quanto a sua entrada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros teria se dado por meio de um teste:

Em relação ao ISEB, houve um convite do Nelson Werneck Sodré, do pessoal do curso de História para fazer um teste como aspirante para ser assistente dele no ISEB. Então, o Sodré abriu uma inscrição para estudante de História da Faculdade Nacional de Filosofia, onde eu estava, UFRJ hoje, chamada Universidade do Brasil, para onde ele gostaria de selecionar alguns assistentes, para apoiá-lo em um projeto de uma encomenda que ele havia recebido no ISEB, do Ministério da Educação, que era a produção de manuais de História para professores de História do Brasil. Assim, gostei da ideia e me candidatei. Éramos um grupo de sei lá, umas quinze pessoas talvez, aí foram selecionados, não lembro, se foram uma meia dúzia ou cinco, o fato é que eu entrei na turma, e entrei nessa história do ISEB com o Sodré, para a produção da História Nova do Brasil (FERNANDES, 2019).

Deste modo, ao que parece e ao contrário do que sempre foi apresentado, a formação do grupo de coautores da *História Nova do Brasil*, além de envolver os laços de amizade e institucionais, passou por uma pré-seleção realizada por Sodré por meio de “conversa, currículo e entrevista” (FERNANDES, 2019). Nesse contexto, Nelson Werneck Sodré já conhecia os estudantes que na época se interessavam pela historiografia francesa, por meio do trabalho desenvolvido no *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia, conforme pode ser percebido no depoimento de Rubem Cesar Fernandes:

Ele pediu pelos canais dele, que estudantes de História se candidatassem. Nós éramos um grupo bem ativo de estudantes de História naquela época. Nós produzíamos uma revista chamada Boletim de História. Foi uma revista de qualidade, tratava sobre a História, Filosofia da História, questões metodológicas. Era produzida pelos estudantes no Centro de História da faculdade. Era um grupo bem militante, bem atuante. Isso foi pelo interesse dele e veio nos procurar (FERNANDES, 2019).

Dessa forma, além da militância política e estudantil, a coleção estava ligada à confecção do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia. Nela teria se originado o que viria a ser a *História Nova do Brasil*, com o convite de Sodré aos autores, como pode ser percebido pelo depoimento do coautor Maurício Martins de Mello ao ser questionado se na elaboração da revista estaria a semente que daria vida à coleção:

Isso! Eu acho que tem uma certa lógica aí, porque nós começamos, éramos muito garotos, muito jovens, mas jovens ambiciosos do ponto de vista intelectual e tínhamos grandes eventos na Faculdade Nacional de Filosofia. Tínhamos uma faculdade eclética, tinha curso de Física, Química, Astronomia, Filosofia, e nós tínhamos acesso a todos esses cursos. ‘Ah Viera Pinto (que era um grande filósofo da época, brasileiro) está dando aula lá’, e nós íamos assistir. Então, o ambiente intelectual era muito forte, e nós jovens sedentos de participar disso, na época da política das Reformas, e os jovens querendo participar e querendo estudar a realidade brasileira. Éramos muito estudiosos, não sei se hoje em dia esse valor é muito cultuado pelo pessoal, porque está tudo muito raso (MELLO, 2019).

Além disso, sobre o início do processo de escrita da coleção, todos os autores disseram que ocorreu por meio de um convite feito por Roberto Pontual, diretor do Ministério da Educação e Cultura, à Nelson Werneck Sodré e que buscou a formação de uma equipe para a escrita. Sobre o papel de Sodré, Rubem Cesar Fernandes o caracterizou como aquele que dirigia o trabalho que deveria ser feito de forma urgente, dando ênfase à velocidade e à capacidade de escrita de Sodré bem como ao seu método de organização da equipe para a produção:

O Sodré montou a turma e fez uma linha de produção. Ele reunia conosco, era tudo muito discutido, muito conversado, o Sodré tinha uma cabeça muito aberta. Nós dividíamos por temas. Eu, por exemplo, fiquei com dois temas, peguei a independência de 1822, que era o tema, o título da independência de 1822 até Floriano Peixoto, e outros colegas pegaram outros momentos da História, outros capítulos. Nós trabalhávamos naqueles temas, redigíamos a primeira versão nossa e passava a primeira redação, o primeiro rascunho, notas, observações e o Sodré juntava aquele material em uma velocidade assustadora e redigia tudo. Sodré era uma máquina de escrever! Naquele tempo era na máquina de escrever, não existia computador. Nós fazíamos primeiro o rascunho, estudávamos o tema, liamos vários escritores. Sempre o primeiro capítulo era uma crítica à bibliografia existente. Por isso a tendência é uma História nova, e essa crítica tinha que obrigatoriamente passar pelo Hélio Vianna. [...] veja bem, eu estou falando do Hélio Vianna, mas de brincadeira, ele não era tão importante assim para nós. Foi uma brincadeira, porque eu era aluno dele, entendeu? Eu tinha que decorar o tratado de Tordesilhas, então, ele ficou na minha memória, mas isso é mais brincadeira, ele não era um personagem tão central não. Mas era a bibliografia tradicional que era utilizada nas escolas e na faculdade, porque a História era uma coisa de rolar fatos. (FERNANDES, 2019)

Dessa maneira, a metodologia de trabalho organizada por Sodré possibilitou a escrita da coleção em seis meses. Além disso, Fernandes (2019) evidenciou que grande parte das críticas bibliográficas passaram pelas obras de Hélio Viana, justamente por ele ter sido professor dos estudantes que compunham a equipe. Rubem César também lembrou que a escrita era coletiva e que apenas Pedro de Alcântara, chamado por eles de Pedrinho, questionava-a Sodré durante a elaboração:

O único cara de pau era o Pedrinho. O Pedrinho ousava dizer que o Nelson Werneck Sodré estava errado em alguma coisa. Aí ficava todo mundo com cara de besta. ‘Caraca! O Pedrinho não tem simanco!’ E o Sodré, disciplinado, militar e comunista, aguentava aquelas críticas juvenis. O fato é que a gente trabalhava junto mesmo (FERNANDES *apud* OLIVEIRA; PANDOLFI, 2014, p. 52).

Nelson Werneck Sodré também é apresentado por Maurício Martins de Mello como o orientador da coleção:

[...]um orientador, um formador, foi ele quem praticamente nos formou, abriu uma perspectiva, “o caminho é esse, muito estudo muita pesquisa muito trabalho” e para nós era um exemplo espetacular, só o fato dele (o grande espetacular) ter colocado a coleção por ordem alfabética, te dá a dimensão do quão democrático e intelectual ele era (MELLO, 2019).

Com relação à Joel Rufino dos Santos, em seu livro *Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória*, encontrar-se referências ao projeto *História Nova do Brasil*, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e, em especial, ao intelectual Nelson Werneck Sodré:

O que entendo por mestre é um sujeito sábio e respeitoso que se responsabiliza por um iniciante em tal ou qual ofício – e a atividade intelectual, quando levada a sério, não passa de um ofício [...]. Neste sentido, posso dizer que o meu foi Nelson Werneck Sodré. Com muita frequência, quatro décadas depois, ainda me pergunto o que ele faria em dada situação, o que diria sobre determinado problema – teórico ou da vida pessoal [...]. O mestre, agora não existe mais, se transformou para mim em compêndio de vida (SANTOS, 2008, p. 180).

Nesse sentido, o coautor Pedro de Alcântara Figueira (2018) corrobora com a visão de Sodré como o orientador da escrita da coleção, de forma que exercia uma participação ativa, principalmente em relação ao aspecto teórico: “ativíssima nos trabalhos. Mas, sobretudo, sua concepção de história, que era a nossa orientação em última análise. E é aí que está o principal aspecto da orientação”. Sobre a influência das obras de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr e Celso Furtado, o coautor Pedro de Alcântara Figueira (2018) evidenciou que eles foram

fundamentais para a estruturação dos textos da *História Nova do Brasil* “no que se refere à concepção nacionalista”.

Além disso, ao contrário do que aparece no IPM do ISEB, Figueira negou que tenha sido responsável pela escrita da monografia “Sociedade do Açúcar”, reafirmando que a obra teve aspecto coletivo:

Sem entrar em sutilezas pessoais, entendo que coletivo, no caso da redação do texto da HN, não significa que todos os autores tenham escrito todos os volumes. A redação propriamente dita ficou a cargo, para cada volume, de um de nós. No entanto, podemos dizer que a discussão, as alterações, os acréscimos, os cortes, enfim, tudo aquilo que significa escrever um texto, era realmente tarefa de todos, coletiva, portanto. Sem mais. Não escrevi o opúsculo “Sociedade do Açúcar” (FIGUEIRA, 2018).

No que se refere à participação de outras pessoas na escrita da coleção, Pedro de Alcântara Figueira confirmou, assim como Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto (1993), a participação de Francisco Falcon:

Sim, o Falcon é o autor do livro sobre o açúcar. Opinião geral do grupo é que este é o melhor de todos. Razão, inclusive, para ter sido republicado posteriormente e por ser o exemplo do que pretendíamos na época. A autoria do Falcon, que eu saiba, não foi revelada publicamente por razões de segurança. Sabíamos que a História Nova poderia criar, como criou, situações de risco. Quanto a não revelação por parte dele, o motivo é este. Penso que o Falcon, como fez Copérnico, só faria tal coisa no leito de morte! (FIGUEIRA, 2018).

No que concerne à participação da sua esposa Fani Goldfarb Figueira na escrita da coleção, o coautor a negou, embora ela tenha presenciado alguns debates, “A Fani trabalhava junto, quer dizer, no mesmo local que o grupo. Portanto, sem participar ativamente, mesmo assim ela ouvia, evidentemente, tudo o que era dito e discutido”. Ao contrário de Figueira, Rubem César Fernandes mencionou além da presença de Francisco Falcon a de Fani Goldfarb: “A Fani, o Luiz Sérgio, o Falcon, participaram. Se não me engano, até na parte do descobrimento do Brasil nós trazíamos um pouco de professores e colegas para participar de alguma história” (FERNANDES, 2019). Assim, mesmo discordando de todos, por não conseguir recordar, Maurício Martins de Mello negou a participação de outras pessoas: “Não, o Francisco Falcon pertencia ao Departamento de História, mas não da História do Brasil, ele nunca participou disso. [...] Não posso te dizer nada a respeito. Não que eu não queira, porque não lembro” (MELLO, 2019).

Sendo assim, com relação aos valores recebidos por cada autor para a confecção da coleção, todos eles negaram ter recebido alguma forma de pagamento pela escrita da coleção,

contrariando as afirmações que foram apresentadas no IPM do ISEB. Afirmaram que recebiam apenas o salário pelo trabalho do ISEB. Pedro de Alcântara (2018) ironizou afirmando que “o pagamento oficial foi a perseguição política”.

3.3.2 PRISÃO, TORTURA E EXÍLIO

Em 1964, foi instaurado um Inquérito Policial Militar para averiguar as atividades desenvolvidas dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dentre elas, a *História Nova do Brasil*. Contudo, o que os autores rememoram deste período? A coleção teria sido um meio para atingir o General da reserva e intelectual da esquerda Nelson Werneck Sodré? Na prisão, foram torturados? O que o exílio lhes trouxe?

Em relação às denúncias de torturas que foram apresentadas pelos advogados e noticiadas nos jornais da época, Pedro de Alcântara Figueira em entrevista as negou, embora a sua esposa, Fani Goldfarb Figueira, as tenha confirmado, talvez por ser uma memória que não seja agradável. Nesse viés, ao recordar os momentos de busca por notícias do marido, Fani ressaltou o quão difícil era explicar aos familiares o que estava ocorrendo e que, apesar de não ter havido tortura física, Pedro fora torturado emocionalmente:

Pedro foi preso. Foi preso no dia em que minha filha fazia 27 dias. Foi preso porque era professor e havia escrito um livro. Um livro de História do Brasil, publicado pelo MEC. Mas era difícil explicar isto à vizinhança e à família dele. Minha sogra era uma senhora de idade. Não foi fácil me acompanhar pelos inúmeros quartéis em busca do filho, marido e pai. Pedro não foi torturado fisicamente. Foram 45 dias tortura emocional. As visitas, ainda que eu tivesse nos braços uma criança com menos de um mês de nascida, eram assistidas por soldados que nos apontavam baionetas (GOLDFARB FIGUEIRA, 2018).

Para Fani Goldfarb Figueira, as razões da perseguição não estavam apenas no conteúdo da obra ou participação de Nelson Werneck Sodré, os autores haviam adentrado um ambiente dominado pelas grandes editoras e os livros publicados pelo MEC, distribuídos gratuitamente, poderiam oferecer um risco financeiro a elas. Além disso, classificou como desastrosas as consequências que a perseguição de Pedro de Alcântara Figueira, em função da *História Nova*, causou em sua vida profissional e pessoal, como a perda de empregos e ameaças aos demais familiares:

As consequências foram desastrosas. Não nos exilamos, mas fomos obrigados a sair do Rio de Janeiro. Sem emprego e ameaçados a todo momento de prisão, com buscas policiais nas casas de familiares. Buscas policiais que se repetiram por tantos anos quantos durou a ditadura. Em janeiro de 1969, tive que deixar com meus pais meu segundo filho, um bebê com 10 dias de nascido, sob pena de sermos presos, pois os policiais haviam ido ameaçar minha irmã, no seu local de trabalho, para que dissesse onde eu me encontrava (GOLDFARB FIGUEIRA, 2018).

Ainda em suas recordações, é possível compreender que a instauração dos Inquéritos Policiais Militares contra os autores gerara prejuízos para além de 1965:

Para trabalhar era preciso, nesta época, ter Atestado de Ideologia, fornecido pela polícia, para poder dar aulas e Pedro jamais conseguiu este Atestado. Chegou a ser contratado como Professor de Cultura Brasileira, na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, um Instituto Isolado unificado, posteriormente na atual UNESP. Foi demitido e em seu Processo há uma página em que se lê, “a página foi retirada por determinação do Serviço de Segurança Nacional”. Pedro foi Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e defendeu seu doutoramento com a tese *Historiografia Brasileira*. Quanto a mim, para não ser facilmente localizada pela polícia, caso pedisse transferência, me vi forçada a fazer um novo vestibular e reiniciar o curso de História em Assis, onde me formei. Fiz Mestrado e Doutorado na USP (GOLDFARB FIGUEIRA, 2018).

Ao contrário de Pedro de Alcântara Figueira, o coautor Maurício Martins de Mello confirmou as denúncias que foram realizadas pelos jornais em 1965, entretanto, não quis entrar em detalhes, um passado que ao se fazer presente ainda causa dor:

Olha, eu fui chamado para o Ministério da Educação para prestar depoimento em um Inquérito Policial sobre a filosofia. Eu fui, subi o primeiro andar do MEC e quando cheguei lá eles me deram voz de prisão. Eu descí direto para o camburão. Eles me levaram para um quartel da polícia militar e eu fiquei quinze dias incomunicável. Muita pressão, tapa na cara, aquele tipo de coisa que você já conhece. Você vai me permitir, eu não gosto de mexer nesse assunto. Mas já tem vários depoimentos meus sobre a prisão. Mas foi uma experiência acachapante para nós, porque a nossa geração, ela não foi, ao contrário dos militantes do Partido Comunista da velha geração que tinha a tecnologia da vida ilegal de como se comportar diante de prisão, da tortura, a nossa visão era construir uma sociedade democrática, então, nós não tínhamos essa manha. Nós queríamos, estávamos lutando pela legalização do PCB na época, porque nós achávamos que a sociedade brasileira estava caminhando para uma redemocratização. Redemocratizar quer dizer você libera todas as tendências, militância, os partidos políticos. Nós sofremos muito por isso, porque quando teve o Golpe, ‘Como é que se faz? Como é que se esconde? Como é que você se comunica?’ Era tudo ilegal, então foi um aprendizado muito doloroso (MELLO, 2019).

Rubem César Fernandes também afirmou que não foi torturado durante seus interrogatórios, não chegou a ser preso, fugiu para o exílio na Polônia em 1965, antes de Maurício:

Agora, eu não fui torturado, eu sai cedo, eu saí fugido, fui para o exílio já em sessenta e cinco. Para mim foi a vida que eu vivi, era tudo leste, era muito interessante. Eu fui para a Polônia e vivi os conflitos ideológicos e sociais do lado de lá da Europa do leste. Eu tive uma outra experiência muito diferente da primeira, mudou muito a minha vida, de lá fui para os Estados Unidos, vivi a contracultura, estudei na Columbia, Nova York. De certa maneira, o meu exílio foi uma abertura de mentalidade enorme, de conhecer mais o mundo, os vários lados daquele confronto, e de estudar mais. Eu estudei muito naquele período. Tinha tristeza de viver longe da família, essas coisas, mas como formação pessoal, compôs a minha vida, a minha juventude, até os trinta e poucos anos eu estava no exterior (FERNANDES, 2019).

Dentre as marcas que a perseguição e o exílio deixaram, tem-se o tempo irrecuperável com a família, de modo que em todos os depoimentos é perceptível que talvez isso tenha sido uma de suas maiores dores, como visto no depoimento de Maurício Martins de Mello:

Na volta, a volta do exílio foi terrível para mim. Depois de dez anos voltar... fiquei sem ver minha mãe por dez anos, voltei, cheguei lá, a minha mãe abriu a porta e eu vi uma pessoa que envelheceu dez anos. Eu vi esse envelhecimento em um segundo. O retorno foi muito dramático, foi muito dramático, várias pessoas, conhecidos, em suma, cada um tomou o seu destino. [...]Ora, para você ter uma ideia, quando eu voltei com a anistia, eles ainda me monitoraram por uns dois anos e eu já estava fora da política, nós soubemos que o DOPS, polícia política, ficou nos vigiando ainda por uns dois anos (MELLO, 2019).

Para Maurício Martins de Mello, a sua prisão e dos seus colegas representou uma tentativa de incriminação do Sodré, na medida em que eram constantemente pressionados pelos encarregados do IPM para apontarem-no com doutrinador da equipe:

[...]na verdade eles queriam incriminar o Sodré como o grande mentor, que era peixe grande, nós éramos peixe pequeno. [...] A gente tentando primeiro proteger o Sodré, eles queriam que nós fizéssemos um depoimento colocando o Sodré como o grande mentor e ele foi o grande mentor, mas do ponto de vista intelectual, não do ponto de vista político, porque do ponto de vista político nós éramos. O Partido Comunista na faculdade na época era muito poderoso, nós éramos muito modernos, tínhamos uma influência muito grande do PTI, do Partido Comunista Italiano, das ideias do Gramsci, éramos muito críticos ao Stalinismo. Então, isso para eles... eles não tinham essa sofisticação para entender o que se passava no universo da esquerda do país e, principalmente, do Rio de Janeiro (MELLO, 2019).

Desta maneira, a insistência dos encarregados em buscar provas contra Nelson Werneck Sodré podia ser associada ao fato dele ser um intelectual de esquerda, mas que também era General Reformado do Exército, sendo considerado um traidor dentro da própria casa, notável nas declarações de Maurício Martins de Mello (2019):

Eles achavam um pouco que o Sodré tinha traído. Por outro lado, quando ele foi preso, prenderam ele num quartel do exército. O Sodré tinha sido professor do Estado-Maior, tinha sido professor de vários oficiais que o prenderam e depois foram visitá-lo, então tem umas histórias interessantes por aí (MELLO, 2019).

Além do mais, para Maurício Martins de Mello (2019), dentre os fatores para a emissão de tantos pareceres desfavoráveis à coleção, estaria o fato da *História Nova do Brasil* ter mexido na representação e nas estruturas da classe dominante, “nós mexemos no imaginário da classe dominante, no ideário da classe dominante”.

Nesse aspecto, Rubem César Fernandes (2019) apontou a perseguição como parte da “polarização no ambiente de Guerra Fria, que pensava o conflito ideológico, político, sendo um conflito revolucionário no sentido de luta armada”. De modo semelhante, Pedro de Alcântara Figueira (2018) evidenciou a perseguição dos autores como parte do contexto político da época, pois havia um contexto anticomunista e um temor da possibilidade de realização de uma revolução social:

Um dos ministros mais fiéis à ditadura que se instalou em 64 escreveu, há uns poucos anos atrás, um artigo, se não me engana publicado pela Folha, cujo título é ‘Somos todos marxistas’. A história da nossa época pôs o marxismo em todas as cabeças, assim como o cartesianismo, o baconianismo estavam em todas as cabeças no século dezoito. Os franceses chamam o século XVIII de o Século de Voltaire. Eu diria, ainda pensando no que escreveu esse ministro, que o marxismo entrou na cabeça de Marx pelas mãos da história. Um historiador inglês, escrevendo uma história da Revolução Industrial, dizia que com essa revolução nasceram a Economia Política e o Socialismo. Esse autor, cujo nome é Arnold Toynbee, publicou sua *Industrial Revolution* em 1884. No que se refere a essas instituições e à imprensa, tudo o que é inteligente elas classificam de marxistas. No fundo acaba sendo um elogio, embora o lado repressivo seja a motivação principal delas (FIGUEIRA, 2018).

Rubem Cesar Fernandes, em seu livro *Fora de Ordem: viagens de Rubem César*, relembrou as dificuldades para encontrarem um local para ficar assim que se confirmou a queda de João Goulart. A primeira opção teria sido o apartamento que ele dividia com o coautor e colega Maurício Martins:

Eu e Maurício, que estávamos ganhando um dinheirinho no ISEB por conta da História Nova, tínhamos alugado um apartamentinho no Jardim Botânico. Aí foi todo mundo, inclusive o Sodré, pra nosso apartamento: ‘ninguém conhece o apartamento de vocês, vamos dormir lá’. Mas aí o exército tomou o ISEB, e a gente lembrou que tinha esquecido o contrato do apartamento dentro de uma gaveta. Então largamos o apartamento e cada um foi para o seu lado, se esconder. Por conta desse trabalho com o Sodré eu me afastei da militância na faculdade (FERNANDES *apud* OLIVEIRA; PANDOLFI, 2014, p. 54).

Portanto, diante da impossibilidade de ficarem no apartamento, Rubem César e Maurício Martins de Mello esconderam-se na casa de Jovelino Ramos, em Santa Teresa, depois, ao descobrirem que naquela região havia uma base do Partido Comunista e que o exército

provavelmente faria busca, fugiram para a casa de Claudius Ceccon e de lá partiram para outro local (FERNANDES *apud* OLIVEIRA; PANDOLFI, 2014, p. 55). Em consequência disso, Pedro Celso e Joel Rufino entraram na embaixada da Bolívia e foram treinadores de boxe, conforme as lembranças de Rubem César Fernandes, o qual relatou que “Não sabiam nada de boxe, arrumaram essa viração, molecagem deles” (FERNANDES *apud* OLIVEIRA; PANDOLFI, 2014, p. 59). Depois partiram para o Chile de trem. Cavalcanti Neto era casado e deixou sua esposa no Brasil. Joel Rufino dos Santos era casado e com um filho a caminho (SANTOS, 2008, p. 21-22). No Chile Pedro Celso e Joel tomam rumos díspares, o primeiro, parte para a Polônia por meio de uma bolsa de estudos concedida para pesquisar com Adam Schaff. Em seguida Rubem Cesar e, depois, Maurício Martins de Mello, também partem para a Polônia, pois o Partido Comunista da Polônia conseguiu bolsa de estudos para o grupo (MELLO, 2019).

Do acervo pessoal de Rubem César, logo abaixo, duas fotografias que retratam o exílio ao lado do coautor Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto. Na primeira fotografia, vê-se, da esquerda para a direita, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes em uma praia na França.

Figura 20 – Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes na França¹⁵⁵

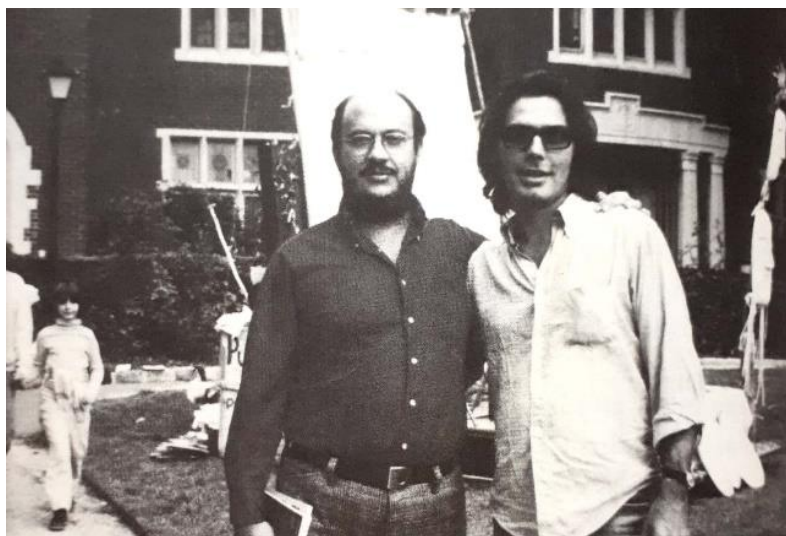


Fonte: OLIVEIRA, Lucia Lippi; PANDOLFI, Dulce (orgs), (2014).

Na segunda fotografia, da esquerda para a direita, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes na Washington University em Saint Louis, Estados Unidos.

¹⁵⁵ As figuras 20, 21 e 22 contendo momentos dos autores no exílio não possuem datas específicas.

Figura 21 - Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes em Washington



Fonte: OLIVEIRA, Lucia Lippi; PANDOLFI, Dulce (orgs), (2014)

Maurício Martins de Mello ainda guarda recordações dessa época em seu acervo pessoal. Na fotografia a seguir, pode-se ver, da esquerda para a direita, Mauro David Artur Bondi e Maurício Martins de Mello durante o exílio na Espanha.

Figura 22 – Maurício Martins de Mello e Mauro Bondi no exílio na Espanha



Fonte: acervo pessoal de Maurício Martins de Mello.

Essas memórias ainda se fazem presentes, Mello também é artista plástico e trouxe a temática do exílio para as suas obras. Em uma delas, Maurício representou Rubem César e Pedro Celso ao seu lado, durante o exílio na despedida de amigos que partiram para Paris da

Estação Central de Varsóvia, Polônia. A obra, acrílica sobre tela, pintada em 2018, intitula-se: “A despedida”.

Figura 23 - Tela “A despedida”



Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Martins de Mello (2018).

Cinquenta e cinco anos após a publicação da primeira edição da coleção, ao serem questionados sobre o significado da *História Nova* para suas vidas, percebe-se uma amálgama de saudosismo, dor e revisão nas declarações de Rubem Cesar Fernandes, Pedro de Alcântara Figueira e Maurício Martins de Mello. Nesse sentido, Fernandes apontou a *História Nova* como uma representação da tentativa da esquerda em mudar a consciência do Brasil por meio do ensino de História e a classificou como “o meu caminho”:

Um momento juvenil, a minha participação em um momento em que a juventude achava que ia transformar o mundo. Em nossas discussões plenárias, nós nos transportávamos pelas inscrições, para o centro do mundo, como se nós estivéssemos no centro do acontecimento, e quando estava cercada pelas coisas dos Estados Unidos, nós nos imaginávamos em Cuba, como se estivéssemos lá dentro resistindo. Então, os debates ideológicos, mas também toda a criação, teórica ideológica e cultural da época, era muito criativa, muito entusiasmante para muitos jovens. Então, para mim a História Nova foi o meu caminho, a minha pequena parcela de participação nessa recriação jovem do mundo que teve toda expressão na contracultura e depois dos festivais da canção do Caetano, era uma coisa muito jovem, de muita força, muito criatividade, de muita qualidade e curiosidade, foi um momento jovem dessa história contemporânea, isso não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Depois eu fui viver isso também na juventude socialista lá na Europa do Leste, onde eu me virei contra o comunismo, participei de movimentos de protestos lá contra a ditadura comunista. Então, eu vivi esses momentos jovens que vão por volta dos anos sessenta até os setenta. Assim, a minha participação naquele sonho jovem de transformação do mundo (FERNANDES, 2019).

Já Pedro de Alcântara Figueira, ao pensar sobre o significado da coleção, evidenciou que ela é em boa parte a história de sua vida, sendo o 1964 um divisor de águas:

Sobre o que a História Nova representa pra mim, posso te dizer que é uma longa história. Em boa parte, a história da minha vida. No momento em que realizamos o trabalho e que o publicamos, era algo muito significativo. Sendo publicada pelo MEC e distribuída gratuitamente entre os professores, ela foi uma bomba ideológica que atingiu interesses os mais diferentes. Você pode ter uma ideia pela reação da mídia. O Estadão publicou, parece que 4 páginas, dedicadas exclusivamente à questão. Acho que material tão extenso, a imprensa da época não publicou nem sobre a derrota definitivamente do nazismo em Stalingrado. No volume que contém nossas opiniões publicado posteriormente sobre os trinta anos da HN, você tem, para aquele momento, a minha opinião. Logo após a publicação da coleção, posso te dizer que iniciei o que poderia ser uma autocrítica ao nosso trabalho. O golpe de 64 tem a ver com isso (FIGUEIRA, 2019).

Neste contexto, Maurício Martins de Mello se recorda da coleção com emoção e a mostra como um caminho que o levou a vários outros percursos:

É muito interessante, eu até hoje fico surpreso, a História Nova ficou imantada, se tornou um objeto, livro muito peculiar, era levado nos quartéis “olha aqui a História Nova”, então medo e admiração, medo dos militares, daquilo que eles poderiam fazer. Eles achavam que nós estávamos doutrinando a juventude, e, por outro lado, os professores... pena que já não existe mais as cartas que nós recebemos lá no ISEB dos professores de todo o Brasil, sabe? Emocionante, emocionante e são para mim até hoje! Caramba, como é que pode um livreco de uns garotos causarem tão rumor assim?! Mas a história tem desses mistérios. [...]Mostrou para mim que eu tinha condições de ser um intelectual de ser um historiador, nos mostrou isso, porque sendo muito jovem, é muito difícil você ser jovem e ser seguro, “e, não é isso mesmo, é isso que eu quero, é por aqui”. Então, a História Nova teve esse viés e abriu um boqueirão muito grande para conhecer outros intelectuais. Foi a História Nova, devo muito a ela! Inclusive, meu exílio, que depois do exílio é um outro capítulo, você amadurece, você cresce intelectualmente, você viaja, você apura o seu gosto. Devo inclusive isso à História Nova, o pós História Nova (MELLO, 2019).

Após o exílio, os autores seguiram percursos distintos e a coleção virou uma página de seus trajetos. Diferentes, mantiveram-se iguais, continuaram no meio intelectual, produzindo e criando, escrevendo uma nova história, agora para as suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *História Nova do Brasil* pode ser vista como a primeira coleção de manuais escolares escrita em conjunto que fez uma análise crítica sobre os livros didáticos de História na História do Brasil. Além disso, o trabalho intelectual realizado pelos coautores foi além da produção do conhecimento científico, pois estava vinculado à disseminação do conhecimento, aos processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais (GRAMSCI), na medida em que eles ultrapassaram os limites do saber institucionalizados na academia, buscando difundi-los em outros espaços, como o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e congêneres, local onde a coleção foi lançada. Ademais, o local escolhido para o lançamento representava um ato simbólico, em relação a intenção dos autores em trabalhar com as forças populares.

Desse modo, a escrita da História e o seu ensino foram utilizados pelos centros de formação do pensamento nacional como instrumentos de dominação, representados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Universidade do Brasil e na Universidade de São Paulo, onde os interesses particulares da classe dominante eram colocados como universais e comuns para toda a população brasileira. Os autores da *História Nova do Brasil* disputaram esse espaço já ocupado pela historiografia oficial, objetivando à alteração de uma visão de mundo eurocêntrica, elitista, branca, quadripartite (dividida em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), positivista e factual, pelo estabelecimento de uma historiografia marxista, em que o povo brasileiro – compreendido pelos autores como constituído pelas classes trabalhadora, média e parte da burguesia (SODRÉ, 1962, p. 403) –, tivesse representatividade nos livros e nas salas de aulas do país.

Nesse sentido, os coautores podem ser caracterizados como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1991), visto que buscaram organizar uma nova forma de domínio e direção política conforme os interesses das classes consideradas subalternas. Ademais, conceberam uma relação estreita com a política, com as instituições, com o ensino e a sociedade. Eles também podem ser percebidos como uma vanguarda intelectual (WASSERMAN, 2015), posto que foram marginalizados, o que colocou em xeque as “hierarquias instituídas” pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao proporem uma nova escrita da História do Brasil.

Desta forma, ao considerar que os intelectuais tenham sua atuação vinculada aos tipos de capital social, cultural e simbólico disponíveis à classe social a que pertencem (BOURDIEU,

2004), que sua trajetória intelectual pode remeter a uma trajetória política e que os laços estabelecidos entre os intelectuais podem ser constituídos perante partidos políticos, instituições ou até mesmo amizades ou parentescos, concluímos que os autores da coleção tiveram sua atuação vinculada ao capital social, cultural e simbólico disponíveis para o seu grupo. Este encontrava-se em situação privilegiada no início da década de 1960, pois tinha acesso ao ensino superior, em um período em que era restrito a uma pequena parcela da população brasileira.

Além disso, na apresentação da coleção os membros desse grupo chamaram para si a tarefa de orientação do povo justamente pela sua função de intelectual, pois se consideravam professores, estudiosos, e “trabalhadores da história”. Compreendiam a escrita da história como um gesto de libertação, embora, essa liberdade estivesse condicionada à política e à sociedade em que viviam. Partilhavam a crença nas suas vocações, enquanto intelectuais, para desempenhar um papel decisivo nas mudanças políticas do país, agindo em nome dos interesses do povo, ensinando-os e deixando-se ensinar. Expressavam o caráter engajado da História, objeto de luta, que deveria ser útil ao presente e às necessidades do povo com o intuito de modificar a realidade brasileira.

Nesta perspectiva, a obra possuía uma dimensão política, defendia as Reformas de Base – presentes no governo João Goulart –, reivindicando-as no âmbito educacional. Defendia a reforma agrária, criticava o latifúndio e a dependência econômica externa brasileira e propunha a transformação de uma estrutura econômica colonial para uma estrutura econômica nacional. As reformas seriam apenas uma etapa do processo para se chegar à Revolução Brasileira, na medida em que elas possibilitariam a conscientização do povo sobre sua situação de dependência e a superação da estrutura colonial de produção do Brasil, propiciando condições para libertar o país do imperialismo e do latifúndio.

A realização da *História Nova do Brasil*, portanto, foi possível apenas no contexto político histórico-social da década de 1960, sobretudo se considerarmos os aspectos institucionais que a envolviam, tais como: as atividades desenvolvidas pelos autores dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a publicação por meio da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases) e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e sua formulação pensada nas práticas acadêmicas dos estudantes de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da U.B.), responsáveis pela edição do *Boletim de História* bem como a vinculação dos autores ao movimento estudantil e as influências de correntes como a do Partido Comunista Italiano na tradição teórica de Antonio Gramsci e a do Partido Comunista Brasileiro.

A partir dos depoimentos prestados pelos autores em 1993 para Claudio Giordano da Editora Loyola e em 2018 e 2019 para a confecção desta tese, analisados em conjunto com o Inquérito Policial Militar do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (IPM do ISEB) e os livros de memórias de Nelson Werneck Sodré (1986) – *História da História Nova* – e Joel Rufino dos Santos (2008) – *Assim foi (Se me parece)* –, constatamos que Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto foi o primeiro a trabalhar com Sodré e suas indicações foram fundamentais para o convite realizado aos demais membros da equipe para a escrita da coleção, o que revela que a formação da equipe da *História Nova* ocorreu também devido aos laços de amizade.

Além do mais, não podemos desconsiderar a possível participação de integrantes não pertencentes ao grupo durante as reuniões para a discussão e escrita da coleção. As monografias foram inovadoras por consistirem em uma “obra coletiva” de história, escrita por historiadores, em um período em que os livros destinados ao ensino eram escritos por autores sem formação específica na área e tinham autoria individual.

Quanto à recepção da coleção, as análises dos documentos das livrarias anexados juntamente ao IPM do ISEB evidenciaram que a primeira edição da coleção, por ter sido publicada antes da instauração da ditadura civil-militar e distribuída gratuitamente pelo Ministério da Educação e Saúde para as escolas e professores brasileiros, atingiu um público maior. Já a distribuição das monografias da segunda edição, reeditadas de forma privada pela editora Brasiliense, ficou restrita às livrarias do Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, os inúmeros pedidos de envio de novas remessas em curto espaço de tempo demonstraram o grande consumo dos livros e aceitação do público leitor, apesar do projeto não ter tido tanta visibilidade a longo prazo, pois a censura e perseguição da coleção e dos autores minaram a coleção.

No que se refere às entrevistas concedidas por Fani Goldfarb Figueira e Maria Amélia Garcia de Alencar, revelaram perspectivas diferentes sobre a recepção da coleção, que podem ser explicadas pelo grau de proximidade das historiadoras com os autores da coleção, bem como as instituições que ambas frequentavam no período de lançamento das monografias. Enquanto Maria Amélia cursava o secundário, Fani, além de ser estudante do primeiro ano do curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, era amiga dos autores da coleção e esposa do coautor Pedro de Alcântara Figueira.

Em consonância com as memórias de Fani Goldfarb Figueira sobre a recepção da coleção, José Ênio Casalecchi – professor de História que recebeu as monografias pelo MEC e as utilizou em sala de aula – demonstrou que havia um clima favorável ao uso da *História Nova*,

destacando que um grupo de professores saído da USP começou a utiliza-la para ministrar aulas (CASALECCHI, 1987, *apud* MENDONÇA, 1990, p. 33). Já a professora Maria Yedda Linhares mencionou em depoimento concedido à Marieta de Moraes Ferreira, em 1992, que achava necessária uma renovação no ensino de história, embora ela não tenha concordado com a proposta da *História Nova do Brasil*.

Ademais, foi possível constatar que dentre o público leitor da coleção encontravam-se professores, estudantes e membros de sindicatos e grêmios estudantis, pois a proposta não se restringiu apenas a textos escritos, mas também a palestras e cursos que eram ministradas em atividades propostas por meio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Dessa maneira, com a análise das críticas tecidas pelos autores da *História Nova do Brasil* aos manuais escolares, utilizadas nas décadas de 1950 e 1960, percebemos de forma simultânea à escrita da história que eles combatiam e a própria escrita dos autores, revelando uma historiografia oficial dominante no ensino de história daquele período, vinculada à memória histórica construída pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na qual se tinha uma narrativa de elogio à colonização, mestra da vida, biográfica, positivista, factual e quadripartite. A escrita da história que vinha sendo elaborada pela *História Nova do Brasil* opunha-se à do IHGB, pois a coleção didática estava intrinsecamente ligada às análises de Nelson Werneck Sodré. Tratava-se de um projeto nacional pautado na industrialização e na independência política, econômica e cultural, a qual elegia o povo como personagem central da História do Brasil, dando a ele a função de construção da nação e a promoção do desenvolvimento de que o país precisava para deixar a sua condição de subalternidade e superar as barreiras do imperialismo.

Diante disso, dentre as ações desenvolvidas pelos coautores da coleção, as participações nos debates e as críticas ao ensino brasileiro promovidas dentro do movimento estudantil, assim como a criação do *Boletim de História* por parte dos estudantes envolvidos nessas discussões, foram fundamentais para a gênese da coleção. Assim, foi nesse ambiente que se originaram as ideias, as críticas, as formulações e as propostas que estariam presentes nas monografias.

No que diz respeito ao *Boletim de História*, ele tinha como proposta inicial a orientação didática do professor do curso secundário, buscando aproximá-lo e atualizá-lo com as produções acadêmicas. Porém, com o decorrer das edições, ele foi ganhando uma conotação crítica em relação à formação universitária e sua estrutura, dialogando com as ideias do movimento estudantil brasileiro. Logo, os estudantes/editores do *Boletim de História*

propuseram uma renovação da percepção do “mundo circundante” por meio da concretização de um processo de identificação, buscando a emancipação do sujeito.

Percebemos ainda, com a análise das publicações do *Boletim de História* e o *Projeto História Nova do Brasil*, a presença dos debates estabelecidos nos documentos produzidos pelo movimento estudantil brasileiro, como o “Plano de Sugestões para uma Reforma Universitária Brasileira” elaborado durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, em 1938, a “*Declaração da Bahia*” produzida durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961, e a “*Carta do Paraná*”, a qual foi constituída durante o II Seminário Nacional da Reforma Universitária realizado em Curitiba, em 1962. À vista disso, todos foram influenciados pela *Carta de Córdoba* escrita em 1918 pela Federação Universitária da Argentina, que discutia algumas questões acerca do ensino universitário, como a laicidade, criticavam as cátedras e reivindicavam a participação dos estudantes nas decisões das instituições de ensino superior.

Ademais, a presença física da União Nacional dos Estudantes, na cidade do Rio de Janeiro, foi um fator fundamental para dar grande visibilidade e força ao movimento estudantil na Universidade do Brasil. No entanto, apesar de existir uma forte atuação das lideranças de estudantes vinculadas à esquerda brasileira na instituição na década de 1960, haviam lutas internas relacionadas às formas de se atingir a Revolução marcada pela polarização em torno do debate Sino-Soviético, que dominava as correntes marxistas do movimento estudantil. Em meio a essa polarização, os autores de *História Nova* simpatizavam-se com a concepção vinculada ao Partido Comunista Italiano e esse posicionamento refletia-se nas discussões acerca do próprio estatuto da História e suas práticas ensino-pesquisa-extensão. Além disso, as análises do *Boletim de História* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e da coleção *História Nova do Brasil* evidenciaram a atuação do movimento estudantil e do Partido Comunista Brasileiro dentro da instituição.

Diante disso, a caracterização do comunismo soviético como algo ruim foi muito explorada pelo imaginário anticomunista no Brasil, a exemplo da sua associação à ameaça estrangeira, na sua apresentação como imorais, os quais corromperiam a juventude. Assim, a ideia de uma ameaça comunista foi fundamental para convencer a sociedade brasileira da necessidade de atuação contra a esquerda e, sobretudo, para a justificação de intervenções autoritárias. Ao analisar os pareceres emitidos contra a *História Nova do Brasil* percebemos sua associação ao Comunismo Internacional como forma de deslegitimar e desqualificar a obra, identificando-a como subversiva, para que os historiadores fossem incriminados por meio da

Lei 1802/53. Desse modo, os coautores foram acusados de se organizarem, por intermédio de partidos políticos, para que pudessem mudar a “ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional”. Além de serem acusados de fazerem publicamente propaganda de processos violentos, de ódio de classe, por fim, de “incitarem diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência”.

Outrossim, a coleção incomodava mais do que outras obras, pelo fato de ter dentre seus escritores o General da Reserva do Exército Brasileiro, Nelson Werneck Sodré, figura pública e importante do cenário intelectual nacional, de modo que a perseguição à *História Nova do Brasil* e seus idealizadores foi um meio de atingi-lo. Enquanto os demais autores eram exibidos como comunistas confessos, Sodré era apresentado como doutrinador marxista-comunista notório, líder da equipe e responsável por desenvolver atividades subversivas dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Pensava-se ser preciso derrotar a *História Nova do Brasil*, derrotar as teses de Sodré sobre o Brasil.

Em meio a isso, ao confrontar os depoimentos dos autores contidos no IPM do ISEB com os termos de inquirições respondidos no 3º Batalhão, abarcado no IPM 683 (da Imprensa Comunista), foi possível captar as modificações das respostas dos inquiridos para que fossem produzidas provas, vinculando-os ao Comunismo Internacional e colocando Werneck Sodré como o líder do grupo. Além disso, as respostas de todos os coautores eram semelhantes e desconstruíam as afirmativas existentes no IPM do ISEB, o nos permite formular a hipótese de falsificação do documento por parte dos militares. Além do mais, apesar dos termos trazerem a frase assinada pelos coautores declarando terem prestado “depoimento de livre e espontânea vontade, sem sofrer o menor agravo físico ou moral”, os mesmos denunciaram, por meio dos jornais da época e, posteriormente, por intermédio de entrevistas, terem sido vítimas de torturas para respondê-los.

Dentre os fatores para a emissão de tantos pareceres desfavoráveis à coleção, estariam o fato da *História Nova do Brasil* ter mexido na representação e nas estruturas da classe dominante, no contexto político da época diante da polarização no ambiente de Guerra Fria, no temor anticomunista e na possibilidade de realização de uma revolução social bem como a perseguição ao intelectual e General da Reserva do Exército Brasileiro Nelson Werneck Sodré. Além disso, a coleção adentrou um espaço dominado pelas grandes editoras, ameaçando o monopólio comercial e representando um possível risco financeiro para as mesmas.

Sendo assim, a *História Nova do Brasil*, com a instauração da ditadura civil-militar, ficou fadada ao esquecimento, entretanto, esse pode ser um recurso da História e da memória quando problematizado com as nossas relações com o tempo e também com a condição histórica. Dessa forma, a escrita da História sempre poderá reinventar um passado já cristalizado, afinal, a História tem nos mostrado que “amanhã há de ser outro dia”.

ANEXOS

Anexo I - ÍNDICES DOS MANUAIS ESCOLARES

ÍNDICE GERAL

BRASIL COLONIAL

1 — *O Descobrimento*

1) As Grandes Navegações	15
2) Descobrimento da América	24
3) Descobrimento do Brasil	33
4) Exploração da Costa Brasileira	40

2 — *Formação do Povo Brasileiro*

5) O Elemento Branco	51
6) O Indígena Brasileiro	56
7) O Negro e a Escravidão	66

3 — *A Colonização*

8) As Capitânicas Hereditárias	77
9) O Governo-Geral	84
10) Povoados, Vilas e Cidades	93
11) A Obra dos Jesuítas	98
12) Riquezas do Brasil Colonial	104

4 — *A Expansão Geográfica*

13) As Regiões Setentrionais	117
14) Entradas e Bandeiras	122
15) Os Tratados de Limites	130

5 — *A Defesa do Território*

16) Os Franceses no Brasil	141
17) As Invasões Holandesas	148
18) O Governo de Nassau e a campanha de libertação	154

6 — *O Sentimento Nacional*

19) Manifestações Nativistas	165
20) Os Movimentos Revolucionários	172

7 — *A Independência*

21) Os Vice-Reis e o Brasil-Reino	181
22) A Regência de D. Pedro e o Grito do Ipiranga	186

Índice da 50ª ed. do livro *Compêndio de História do Brasil* primeira e segunda série do curso médio. Publicado pela Companhia Editora Nacional em 1966, no formato 15x19 cm, com 340 páginas. Autoria de Antônio José Borges Hermida. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

BRASIL INDEPENDENTE

1 — *O Primeiro Reinado*

- 1) A Guerra da Independência 195
- 2) As Lutas Internas 200
- 3) Política Externa do Primeiro Reinado 206
- 4) A Abdicação 212

2 — *As Regências*

- 5) As Regências Trinas 221
- 6) A Regência de Feijó e de Araújo Lima 226

3 — *A Política Interna do Segundo Reinado*

- 7) Ação Pacificadora de Caxias 233
- 8) Os dois grandes partidos e o Regime Parlamentar 240

4 — *A Política Externa do Segundo Reinado*

- 9) A Questão Christie 247
- 10) A Guerra contra Oribe, Rosas e Aguirre 250
- 11) Guerra do Paraguai 254

5 — *A Abolição*

- 12) A Escravidão Negra e o Tráfico de Escravos 265
- 13) A Campanha Abolicionista e seu Triunfo 270

6 — *O Progresso Nacional do Império*

- 14) O Progresso Econômico: agricultura, indústria e comércio 277
- 15) Transportes e Comunicações 282
- 16) Ciências, Letras e Artes 286

7 — *A República*

- 17) Proclamação da República 293
- 18) A Constituição de 1891 298
- 19) Governos Republicanos até 1930 302
- 20) Política Exterior: Rio Branco 312

8 — *O Brasil Contemporâneo*

- 21) Governos Republicanos depois de 1930 321
- 22) A Atual Constituição e o Parlamentarismo 329
- 23) Progresso Econômico e Cultural 335

Índice da 50ª ed. do livro *Compêndio de História do Brasil* primeira e segunda série do curso médio. Publicado pela Companhia Editora Nacional em 1966, no formato 15x19 cm, com 340 páginas. Autoria de Antônio José Borges Hermida. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

PROGRAMA DE HISTÓRIA DO BRASIL PARA A 4.^a SÉRIE GINASIAL

(Portaria n. 1.045, de 14 de dezembro de 1951)

Unidade I -- O DESCOBRIMENTO:

1. Os dois ciclos ibéricos de navegação	11
2. O Tratado de Tordesilhas	17
3. Cabral e o descobrimento	18
4. Controvérsias relativas ao descobrimento do Brasil.	22

Unidade II — A FORMAÇÃO ÉTNICA:

1. O elemento branco	24
2. O silvícola brasileiro	25
3. O negro	33
4. A obra da catequese	38

Unidade III — A COLONIZAÇÃO:

1. As primeiras expedições	43
2. As capitanias hereditárias	49
3. O governo geral	55
4. As primeiras cidades	63

Unidade IV — A EXPANSÃO GEOGRÁFICA E A DEFESA DO TERRITÓRIO

1. Entradas e bandeiras	66
2. Os tratados de limites	73
3. Os franceses no Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII	77
4. Os holandeses no Brasil	83

Unidade V — O SENTIMENTO NACIONAL E A INDEPENDÊNCIA:

1. Formação do sentimento nativista; as primeiras lutas; emboabas e mascates	96

Índice da 4^a ed. do livro Manual de História do Brasil para o Curso Ginasial. Publicado pela editora Livros Organizações Simões, sem data, no formato 13x18 cm, com 208 páginas. Autoria de Vicente Tapajós. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

2. Os movimentos revolucionários (1729, 1789 e 1817)	103
3. D. João VI no Brasil	110
4. A regência de D. Pedro e o Grito do Ipiranga.....	117

Unidade VI — O PRIMEIRO REINADO E O PERÍODO REGENCIAL:

1. A Guerra da Independência e as agitações internas	124
2. A abdicação	133
3. As Regências	136
4. A política exterior do Primeiro Reinado	142

Unidade VII — SEGUNDO REINADO:

1. A maioria	145
2. As lutas civis; a ação pacificadora de Caxias	148
3. As lutas do Prata	156
4. A guerra do Paraguai	161

Unidade VIII — A EVOLUÇÃO NACIONAL DO IMPÉRIO:

1. O progresso econômico e material	166
2. As ciências, letras e artes	167
3. A escravidão negra: o tráfico de escravos	169
4. A campanha abolicionista: seu triunfo	171

Unidade IX — A REPÚBLICA:

1. A propaganda republicana	175
2. A proclamação da República	178
3. A Constituição de 1891	181
4. Principais vultos e episódios da fase republicana...	182

Unidade X — AS CONDIÇÕES ATUAIS DO BRASIL:

1. Sentimento da política interna	197
2. Os rumos da política exterior	199
3. A obra de aproximação continental	199
4. Progresso geral do país	202

Índice da 4ª ed. do livro Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial. Publicado pela editora Livros Organizações Simões, sem data, no formato 13x18 cm, com 208 páginas. Autoria de Vicente Tapajós. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

ÍNDICE

1.^a PARTE

BRASIL-COLÔNIA

UNIDADE I

Os primórdios da colonização

1. — Preliminares europeus	9
2. — Descobrimento do Brasil	12
3. — O reconhecimento e exploração da costa	18
4. — O regime de donatários	23
5. — Os governos gerais	30
6. — Os jesuítas e a catequese	37
7. — O Brasil sob o domínio de Espanha	42

UNIDADE II

O meio étnico

1. — O indígena brasileiro: principais aspectos etno- gráficos e etnológicos	44
2. — O elemento branco na colonização	58
3. — O elemento negro	60

UNIDADE III

A economia colonial

1. — O pau-brasil na economia colonial	66
2. — A cana-de-açúcar: a lavoura e a indústria açu- careiras na colônia	71
3. — A pecuária	75
4. — A mineração	79

UNIDADE IV

A formação territorial do Brasil-colônia

1. — A conquista do norte	84
2. — O desbravamento do sertão	90

Índice da 3^a ed. do livro História do Brasil para o Terceiro Ano do curso Comercial básico. Publicado pela Companhia Editora Nacional em 1951, no formato 13x19 cm, com 261 páginas. Autoria de Ary da Matta. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

2. — A expansão para o sul	94
4. — Jesuítas e colonos	99
5. — Os tratados de limites	105

UNIDADE V

A formação do sentimento nacional

1. — A defesa do patrimônio territorial: as incursões francesas e inglesas; as guerras flamengas	111
2. — O nativismo: emboabas e mascates	121
3. — Os movimentos precursores da Independência	125

2.^a PARTE

A INDEPENDÊNCIA

1. — Transmigração bragantina ou inversão brasileira	137
2. — A regência do príncipe D. Pedro	144
3. — A elaboração da Independência	148
4. — O grito do Ipiranga	150

3.^a PARTE

HISTÓRIA IMPERIAL

UNIDADE I

A consolidação da obra da independência

1. — O primeiro reinado: Guerras da Independência, as crises internas, a abdicação	155
2. — O período regencial: as regências trinas, as regências unas	171
3. — A questão da maioria	179

UNIDADE II

O segundo reinado

1. — Caxias e a unidade nacional	181
2. — O Parlamento Brasileiro	187

Índice da 3^a ed. do livro História do Brasil para o Terceiro Ano do curso Comercial básico. Publicado pela Companhia Editora Nacional em 1951, no formato 13x19 cm, com 261 páginas. Autoria de Ary da Matta. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

3. — A Questão Christie 190
4. — O Império e as lutas no Prata 192
5. — A guerra do Paraguai 197

UNIDADE III

O progresso nacional sob o império

1. — O progresso econômico: Agricultura, comércio e indústria 204
2. — Mauá e o progresso material do império 207
3. — A evolução intelectual: ciências, artes e letras 210

UNIDADE IV

As grandes crises da segunda metade da vida do império

1. — A abolição: a escravidão, as questões do tráfico, o triunfo do movimento abolicionista 215
2. — A questão religiosa 219
3. — O advento da República 223
4. — A proclamação da República 227

4.^a PARTE

BRASIL REPÚBLICA

UNIDADE I

O primeiro período republicano

1. — Os governos presidenciais 233
2. — A obra diplomática de Rio Branco 240
3. — O progresso material 243
4. — A evolução intelectual: ciências, letras e artes 247

UNIDADE II

O segundo período republicano

1. — A revolução de Outubro e o governo provisório 250
2. — O governo de Getúlio Vargas 253
3. — O golpe de 10 de novembro: O novo regime 256
4. — Rumos da política externa 258

Índice da 3ª ed. do livro História do Brasil para o Terceiro Ano do curso Comercial básico. Publicado pela Companhia Editora Nacional em 1951, no formato 13x19 cm, com 261 páginas. Autoria de Ary da Matta. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

índice

prefácio	IX
introdução geral	XIII

o descobrimento do brasil

introdução	3
o descobrimento do brasil na literatura didática atual	5
a europa na época das grandes navegações	
feudalismo e capitalismo comercial	9
as transformações econômicas	12
aumento da produção	12
surto demográfico e urbanização	15
desenvolvimento do comércio	16
início da expansão européia	18
a fase da contração econômica	20
reinício da expansão econômica	24
os descobrimentos marítimos	26
conclusões	28
a expansão marítima de portugal	
formação do reino de portugal	29
a dinastia de aviz	31
a expansão ultramarina	34
a armada de cabral	40
consequência da expansão marítima	43
conclusões	50
o brasil antes da colonização	
portugal e a terra recém-descoberta	53
o pau-brasil	54
o indígena: do escambo à escravidão	56
os primeiros povoadores	58
conclusões	60
conclusões gerais	61
indicações bibliográficas	63

a sociedade do açúcar

introdução	
o sistema	67
o açúcar	69
os primeiros problemas	
o capital	71
	v

Índice da 2ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*. Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Descoberta do Brasil*”, “*Expansão territorial*”, “*Invasões holandesas*” e “*Sociedade do açúcar*”; de autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 209 páginas. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

o escravo indígena	72
o escravo africano	74
a sociedade escravista	
o senhor	77
a atividade livre	80
o escravo negro	81
o mestiço e o indígena	82
conclusão	85
indicações bibliográficas	87

as invasões holandesas

introdução	91
a expansão holandesa	93
características do capital comercial	94
empresa açucareira e o capital comercial	94
os flamengos, o açúcar e os portugueses	95
origem da holanda	97
a república das províncias unidas	98
cultura e capital comercial	100
a expansão holandesa no brasil	103
os holandeses e as companhias de comércio	104
o plano da conquista	106
a ocupação da bahia e os guerrilheiros	107
a invasão de pernambuco	110
conciliação dos senhores com o invasor	115
a conquista e a acomodação	116
o período de nassau	117
o tráfico de escravos	119
os senhores e a luta contra os holandeses	120
causas da reconquista	125
a trégua com portugal	125
os comerciantes e as dívidas	126
nassau, os senhores de engenho e a conciliação	128
a cobrança das dívidas	129
o papel da inglaterra	130
a situação dos holandeses	132
a disputa entre a holanda e a inglaterra	135
os acordos	136
documentos	
testamento político de nassau	139
um contrato	142
carta de henrique dias	146
indicações bibliográficas	149

VI

Índice da 2ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*. Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Descoberta do Brasil*”, “*Expansão territorial*”, “*Invasões holandesas*” e “*Sociedade do açúcar*”; de autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 209 páginas. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

a expansão territorial

introdução	153
importância da expansão territorial	157
a expansão bandeirante	
o núcleo de irradiação: S. Vicente	159
o bandeirismo	168
ciclo da caça ao índio	169
ciclo do ouro de mina	176
ocupação do centro-sul	176
ocupação do sul	179
as pastagens sulinas antes da mineração	179
as pastagens sulinas depois da mineração	181
a expansão pastoril	
o núcleo de irradiação: pernambuco e bahia	185
a ocupação do sertão	188
a expansão oficial	
a luta pela terra	191
a ocupação do norte	192
conclusão geral	
os efeitos: a ligação com o futuro	199
o sertão pastoril	200
o extremo-sul	201
o centro-sul minerador	202
maranhão	204
as causas: a ligação com o passado	205
a expansão bandeirante	205
a expansão pastoril	206
a expansão oficial	206
indicações bibliográficas	209

Índice da 2ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*. Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Descoberta do Brasil*”, “*Expansão territorial*”, “*Invasões holandesas*” e “*Sociedade do açúcar*”. Autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 209 páginas. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

índice

prefácio	VII
introdução geral	XI

o sentido da abolição

introdução	3
a lei e a realidade	7
a estrutura do trabalho	
a permanência do passado	10
condições do trabalho	15
a regressão feudal	16
servidão e escravidão	19
as modificações na estrutura do trabalho	20
colonização e imigração	23
o trabalho nas cidades	24
a luta pela lei	27
o latifúndio e a abolição	29
as correntes abolicionistas	31
a campanha abolicionista	32
a direita em ação	34
conclusão	43
indicações bibliográficas	47

o advento da república

introdução	51
a sociedade imperial	54
o latifúndio e o poder	57
a burguesia nascente e o povo	59
as contradições do latifúndio	62
a política do latifúndio	63
o fim do império	
a classe média no exército	67
o recrutamento	68
a guarda nacional e o exército	71
o fim da escravidão	72
o republicanismo no brasil	73
o positivismo e a república	75
uma ação do povo: a revolta do vintém	76
a igreja no brasil	80
a questão militar	84

v

Índice da 2ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*. Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Abolição*”, “*Advento da República*” e “*Florianismo*”, de autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 159 páginas. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

a queda do império	91
o exército e as mudanças no regime	93
conclusão	97
indicações bibliográficas	99

o significado do florianismo

introdução	103
república e classe média	105
o governo provisório	
rui no ministério da fazenda	109
o encilhamento	116
a conciliação com o latifúndio	118
golpe e queda de Deodoro	120
a política de florianismo	
o empréstimo à indústria	125
a política tarifária	128
o aumento do custo de vida	130
a consolidação da república	132
a luta de florianismo	137
a oposição e a guerra civil	142
a intervenção estrangeira	148
a morte de florianismo	152
conclusão	155
indicações bibliográficas	159

Índice da 2ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*. Volume com as monografias reagrupadas contendo “*Abolição*”, “*Advento da República*” e “*Florianismo*”, de autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 159 páginas. Acervo pessoal: Vanessa Clemente Cardoso.

Anexo II - NOTÍCIAS

Renovação da Historiografia Brasileira

A Campanha de Assistência ao Estudante, da Divisão de Educação Extra-Escolar, do MEC, dirigida por Roberto Pontual, acaba de publicar cinco monografias com que lança a coleção "Historia Nova": O Descobrimento do Brasil, As Invasões Holandesas, A Expansão Territorial, Independência de 1822 e Da Independência à República.

Em breve sairão outras cinco, tratando da sociedade do açúcar, da decadência do regime colonial, da abolição da escravidão, do advento da República e do Florianismo. Para 1964, planejou a Campanha estender a coleção a temas do século atual, tais como: o Domínio das oligarquias, a Revolução de 30 e o Desenvolvimentismo. Por outro lado, a sua complementação será alcançada através de três volumes de documentos históricos (coloniais, imperiais e republicanos) para utilização didática. São responsáveis por esses volumes: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

Fonte: RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 jan. 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=joel%20ru%20fino>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CORREIO DA MANHÃ, Domingo, 26 de Janeiro de 1964

Publicações da CASES

Serão lançados, no próximo dia 29, os cinco primeiros volumes da coleção "Historia Nova" que a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do MEC, acaba de publicar, destinada a professores e estudantes. O lançamento será na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara. Esta coleção apresenta de maneira crítica temas e fatos de importância na História do povo brasileiro. A História Nova é composta de 10 monografias, sendo que cinco já se encontram prontas para distribuição, que são: "O Descobrimento do Brasil", "As Invasões Holandesas", "A Expansão Territorial", "Da Independência à República", "Revolução da economia brasileira" e "A Independência de 1822". Estão ainda no prelo: "A Sociedade do Açúcar", "A Decadência do Regime Colonial", "O Sentido da Abolição", "O Advento da República" e o "Significado do Florianismo". Seus autores são Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Nelson Werneck Sodré, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa de Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

Fonte: PUBLICAÇÕES CASES. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 jan. 1964. p. 3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355232/mss1355232.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LITERATURA

Geir Campos *História no Palácio Dos Metalúrgicos*

A Divisão de Educação Extra-Escolar, do MEC, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e congêneres, do Estado da Guanabara, vão inaugurar, no dia 29, no auditório do Palácio dos Metalúrgicos (Rua Ana Néri, 152, Pedregulho) um curso de História do Brasil, a cargo de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Programa, em resumo: história da propriedade da terra no Brasil, história do domínio estrangeiro no Brasil, história da industrialização no Brasil, história da luta pela democracia no Brasil, e a revolução brasileira.

Por ocasião da abertura desse Curso, que se prenuncia como dos mais úteis e oportunos, a CASES (Campanha de Assistência ao Estudante) fará o lançamento dos cinco primeiros volumes de sua Coleção "História Nova", abordando temas e fatos relevantes na evolução do povo brasileiro.

Coleção "História Nova"

Os cinco volumes iniciais da Coleção "História Nova", publicada pela Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), da Divisão de Educação Extra-Escolar do MEC, são "O Descobrimento do Brasil" (1), "A Sociedade do Açúcar" (2), "As Invasões Holandesas" (3), "A Expansão Territorial" (4), e "A Decadência do Regime Colonial" (5).

Os cinco volumes seguintes: "A Independência de 1822" (6), "Da Independência à República" (7), "O Sentido da Abolição" (8), "O Advento da República" (9), e "O Significado do Florianismo" (10).

Por motivos de ordem técnica, pois nas tipografias nem tudo corre como a gente imagina em cálculos sobre o papel, já saíram realmente cinco desses volumes, mas não na ordem numérica prevista — recebi os volumes numerados 1, 3, 4, 6 e 7.

Pretendo comentar, rapidamente, cada um dos volumes dessa Coleção "História Nova", mas desde já posso adiantar que não apresentam as personalidades e os fatos históricos, do Brasil e do mundo, arrumadinhos como a gente costuma ver nos compêndios conservadores, não: toda personagem histórica e todo fato histórico têm as suas motivações, e a pequena mas útil coleção de livros da CASES pretende mostrar, justamente, esses motivos.

Fonte: ÚLTIMA HORA, 1964, *História no Palácio dos Metalúrgicos*, 25 de janeiro, apud INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966, p. 6426.

GAZETILHA

CAXIAS E O

ATUAL GOVERNO

Emparedados a 'cés aberto, alguns milhares de homens ouvirão hoje monólogos na Praça Cristiano Ottoni, junto ao Ministério da Guerra. Na concentração "espontânea", falarão junto ao Panteão de Caxias homens que subscrevem este conceito da "história nova" editada pelo Ministério da Educação no Governo João Goulart: "Sabemos, entretanto, que a lavoura de café, em plena expansão, é que deu condições aos senhores de terras e de escravos para executar uma política de consolidação de seu poder em todas as áreas. As "pacificações" de Caxias explicam-se, justamente, na consolidação do poder por essa classe". (Volume 7 da "coleção história nova", edição do Ministério da Educação e Cultura, "Da Independência à República", página 11).

O Exército de Caxias servirá de proteção a esses que consideram o seu Patrono um vil protetor de escravocratas. Como mudaram os tempos! Um ex-ministro da Guerra, herói da Força Expedicionária Brasileira, assim falava: "Somos a grande muralha contra a qual se transformam em espumas inofensivas as ondas da prepotência e da traição dos eterno inimigos da Pátria. Somos essa fortaleza cuja guarnição está vigilante para não permitir que os comunistas ora infiltrados em vários setores se apo-

derem, por ardilosos que sejam os seus embustes, do nosso destino. Não lhes darei quartel e os combatarei resolutamente certo que estou defendendo os nossos lares e a integridade da Pátria. Nunca o nosso Exército foi em nossa terra símbolo da coresção; antes foi sempre o lábaro da liberdade". O autor destas palavras morreu há poucos meses. Chamava-se Zenóbio da Costa. E o discurso de onde extralimos esse trecho é o de sua posse na Pesta da Guerra em fevereiro de 1934. Sabem quem negociou então este País? Getúlio Dornelles Vargas.

Violência cultural

Não faz muito apareceu uma coleção de folhetos tentando reinterpretar episódios da História do Brasil, numa iniciativa do Ministério da Educação. A violência da transição proposta nos livros, passando por cima de conceitos sedimentados, chocou alguns setores da opinião brasileira, dada a filiação marxista da idéia que inspirou os opúsculos. O enriquecimento da interpretação histórica, no entanto, mesmo com pontos-de-vista também discutíveis como os que informam a série de trabalhos editados pelo MEC, é admissível.

O Ministro da Educação, certamente porque a reação encontrada pelos livrinhos foi de pequena monta, resolveu oficializar a série batizada de *História Nova*, introduzindo-a praticamente como obrigação escolar em nível secundário. Aí começa outro aspecto da questão: o Ministério da Educação avaliza o ponto-de-vista interpretativo, o que positivamente é avançar os sinais do trânsito cultural do País. Se a idéia de editar estudos de interpretação histórica não deve ser cerceada por nenhuma intolerância, o que permitiria ao MEC publicar trabalhos de qualquer tendência, a oficialização da história reescrita numa perspectiva inegavelmente marxista representa uma violência cultural.

Por aí expõe-se a ficar irremediavelmente comprometido o sentido de revisão histórica iniciado. É fatal que a oficialização desencadeie protestos, porque por mais que o Brasil precise de ser estudado, em suas dificuldades presentes, a revisão de seu passado não pode constituir a importação de conceitos comprometidos que não representam a última palavra em historiografia. Pelo contrário, os conceitos marxistas de interpretar a história pelas relações de produção já estão também antiquados. O marxismo data do século XIX e há coisa bem mais moderna. Não é possível que em nome da renovação cultural se pretenda impingir ao Brasil teses que não nos colocam em sintonia com a ciência histórica contemporânea. Estão querendo passar o carro adiante dos bois, quando precisamos de outros veículos.

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1964, *Violência Cultural*, 19 de fevereiro, apud INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966, p. 6427.

Os Novos Livros Didáticos do MEC Destinam-se a Confundir a Juventude, Diz Professor

O PROFESSOR Eremildo Viana, catedrático de História da Idade Média da Faculdade Nacional de Filosofia, declarou a O GLOBO que, a seu ver, a "História Nova do Brasil" posta à venda pelo Ministério da Educação, não passa de uma obra de primários, sem base na realidade histórica, editada com dinheiro do povo para confundir os jovens estudantes com noções errôneas da história brasileira, calcadas numa ideologia barata. — Se era pensamento do

Governo destinar o livro só aos professores, acrescentou, sua elaboração não devia ter sido entregue a alunos e professores mal saídos dos bancos das faculdades, e que evidentemente não têm as condições necessárias para produzir um estudo sobre a História do Brasil capaz de servir de orientação a mestres cujo acervo de cultura na maioria dos casos é muito superior ao dos autores.

Está à Venda

Os cinco primeiros dos 10 fascículos que compõem a obra foram postos à venda pelo MEC, ao preço de 250 cruzeiros o exemplar. Entretanto, a obra está sendo enviada gratuitamente aos professores, para que, segundo os autores, elaborem seus programas de aula. Já foram editados uns 10 mil exemplares.

A "História Nova do Brasil" foi elaborada por uma equipe do ISEB, sob a orientação do Sr. Nelson Werneck Sodré, e da qual fizeram parte os estudantes Joel Rufino dos Santos e Rubem César Fernandes, o primeiro reprovado em História da Idade Média na FNF e o segundo submetido antecorrem a exame de segunda época na mesma matéria.

Fonte: O GLOBO, 1964. *Os novos Livros Didáticos do MEC destinam-se a confundir a juventude, Diz Professor*, 12 de março, apud INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966, p. 6429.

Uniformização

O Ministério da Educação mandou distribuir aos professores, para a elaboração dos programas de aula, um livro intitulado "História Nova do Brasil". O livro foi feito por uma turma do ISEB, na qual figuravam dois alunos da Faculdade de Filosofia que tinham sido reprovados justamente na cadeira de História. Por aí se tem um exemplo do "alto critério" que vem orientando a confecção dos livros didáticos. O mais difícil será, sem dúvida alguma, uniformizar a ignorância e a incapacidade...

Fonte: O JORNAL, 1964. *Uniformização*, 13 de março, apud INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. IPM do ISEB. Brasília: STM/SeArq, 1966, p. 6430.

Advogado Enquadra Coronel Pina no Código Penal: Abuso de Poder

Exame Necessário

Outra fonte do IPM do ISEB justificava a apreensão de livros em larga escala, principalmente no final da última semana, declarando que a "História Nova", uma das coleções apreendidas, além das outras obras, "precisavam ser examinadas". Realmente, durante a manhã de ontem, os encarregados daquele inquérito examinaram todas as obras apreendidas, principalmente a "História Nova", editada pela CASES, do MEC e considerada "subversiva" pelo Estado-Maior do Exército, Conselho de Segurança Nacional, SNI, Ministério da Justiça e classificada como "antididática e nociva". O livro foi recomendado para o estudo pelo Ministro Darci Ribeiro e proibido pelo Ministro "revolucionário" Gama e Silva.

Consideram os responsáveis pelo inquérito que, face à proibição, "a obra em questão não podia ser impressa para divulgação, através de

editores particulares, como foi feita". Os demais livros apreendidos também sofreram "exame" por parte do Coronel de Pina e seus auxiliares, enquanto prosseguem as buscas nas livrarias, para novas apreensões. Um dos autores da "História Nova", Pedro Alcântara, esteve ontem no MEC, mas não chegou a depor. Estiveram também com o Coronel de Pina o diretor da Editora Civilização Brasileira, escritor Márcio de Silva Brito, o qual, juntamente com o funcionário daquela empresa, foi lavrar o termo de apreensão dos livros retirados daquela editora por ordem do Coronel. O Sr. Márcio da Silva Brito não quis fornecer declarações à imprensa, afirmando apenas que "os livros iam ficar com o Cel. de Pina". Não disse o total de livros apreendidos. Funcionários da Coordenadoria do Livro, do MEC, também compareceram perante o Coronel, para lavrar o termo de apreensão da "História Nova".

Fonte: ADVOGADO ENQUADRA CORONEL PINA NO CÓDIGO PENAL: ABUSO DE PODER. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 01 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1759>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Suplício de Espôsa Na Rota Dos IPMs



Sem notícias do marido, o historiador Pedro Alcântara Figueira, encarado por ser um dos autores da "História Nova do Brasil", a Sra. Fani Goldfarb Figueira (foto) passa, agora, por verdadeiro suplício, indo de IPM em IPM, em busca daquele que está fazendo falta em casa, porque é o chefe da família e tem de dar assistência a filhinha de ambos que está enferma há 26 dias, e que ela é obrigada a deixar, sem poder sequer amamentá-la, pois vive momentos de angústia e desespero, sentindo-se completamente desamparada, juntamente com a menina. A mulher do historiador está sendo vítima de autêntico "jogo de empurra" por parte dos encarregados de IPMs, que o dizem recolhido no Batalhão de Guardas, enquanto o editor Enio Silveira passa à disposição do Major Bonecker. (Leia na página 3 e "Opinião de UH", na página 4).

Fonte: SUPLÍCIO DE ESPÔSA NA ROTA DOS IPMS. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 02 jun. 1965. 1 p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1762>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Coronéis Mudam o IPM de Ênio

O Coronel Gérson de Fina declarou, ontem, ao Advogado Heleno Claudio Fragoso, que já liberou do IPM do ISEB, o Sr. Ênio Silveira, preso e incomunicável no 1.º Batalhão da PE; o editor está, agora, à disposição do Major Cleber Bonecker, encarregado do IPM da "Imprensa comunista" e do Coronel Ferdinando Carvalho, responsável pelo IPM do Partido Comunista.

Foram dos mais dramáticos os lances da procura do historiador Pedro Albistara Figueira, desaparecido desde a última segunda-feira, por sua esposa, D. Fani Goldfarb Figueira. Os encarregados dos IPMs praticaram verdadeiro "jogo de empurra" com D. Fani, que havia deixado a filhinha de 20 dias doente em casa para procurar o marido, e somente quando a senhora já estava quase histérica é que o Coronel Fina, depois de jurar que "nada sabia", confessou que o historiador se achava recolhido no Batalhão de Guardas.

Manobra Contra

Falando a UH, após entrevista-se com o Coronel Gérson de Fina, na sala onde funciona o inquérito do ISEB, no MEX, o Advogado Heleno Fragoso, que também foi apresentar o poeta Tiago de Melo, incluindo naquele IPM, resultou que a liberação do editor pelo Corrent, praticamente anulou as razões do habeas-corpus impetrado em favor de Fani, com julgamento marcado para hoje no STM. Assim, contudo, que após ler as informações encaminhadas ao Ministério Público Neto, optará por outra fórmula. A transferência do Sr. Ênio Silveira para dois outros IPMs, foi considerada como articulação dos encarregados de loquizar, a fim de evitar o risco de uma ação judicial imediata, num plano que compreende, inclusive, a reformulação dos IPMs. Fontes militares afirmam que o General Terra Ururai, comandante do I Exército e o General Edson de Figueiredo, do Estado-Maior do Exército, deverão manifestar-se sobre o plano que visa a dar cobertura "às aspirações da linha dura".

Poeta

O poeta Tiago de Melo, adepto cultural do Brasil do ano 30, na Bolívia e no Chile, apresentou-se perante o

segundo-feira, meu marido saiu de casa para depor e não mais voltou". Finau D. Fani que, face às pressões, se encontra impedida, inclusive, de atender a filhinha.

Coronel Fina, acompanhado do Advogado Heleno Fragoso. Na ocasião, declarou ao coronel: — Vou saber de que me acusam, já que soube pelos jornais que me procuram. — Acrescentou ler, realmente, transmitida ao Sr. Miguel Arce, um convite formulado pelo Reitor Eugênio Guzmán, da Universidade do Chile, para que o Governador deposto José Iturrutzu em Santiago. O Tenente Gustavo de Farias, assessor do Coronel Fina, anotou o endereço da Sr. Tiago de Melo, que deverá depor amanhã. O estado cultural tem um juízo de opinião: — "Faz escuro mas eu canto" — a ser editado pela Civilização Brasileira.

"Jogo de Empurra"

Vítima do "jogo de empurra" praticado pelos encarregados de IPMs, D. Fani Goldfarb Figueira, que deixara a filhinha de 20 dias doente em casa, teve de apresentar-se três vezes durante o dia de ontem perante o Coronel de Fina, do MEX, e duas vezes perante o Major Cleber Bonecker, na PM, Couto ao primeiro, ao vê-la quase histérica, depois de jurar que não sabia onde se encontrava o historiador, em manifestar que o mesmo se achava recolhido ao Batalhão de Guardas. Na terceira vez que chegou ao MEX, diante da culpa da Cel. D. Fani se perturbou, dizendo que "não entendi pedido nenhum favor, tenho o direito de saber onde estiveram o meu marido". O Advogado Exatido de Moraes Filho dará entrada a um habeas-corpus em favor do historiador, enviado em três IPMs.

D. Fani Figueira declarou a UH que anteriormente "tentava prender o meu marido e embora não o fizessem, ameaçavam minha sogra, D. Antonia Figueira, para que denunciasse o seu paradeiro". Na sexta-feira, Pedro Albistara compareceu perante o Cel. de Fina, "a qual ordenou apertar o salado na sua cara. Na

IPM Barra Bebê

O Coronel Gérson de Pinna obrigou uma senhora com a filhinha de 21 dias no colo a esperar por três horas, num corredor do Ministério da Educação e Cultura; no final, recebeu D. Fani Goldbard Figueira, esposa do historiador Pedro de Alcântara Figueira, mas fez-lhe deixar a pequena Milena no colo de outra pessoa, fora da sala. O marido de D. Fani está preso no Batalhão de Guardas e nem o espetáculo da esposa angustiada com o bebê ao colo ("não tinha com quem deixá-lo", disse ela), comoveu o Coronel do IPM: prometeu-lhe apenas que, em 48 horas, liberará o historiador... para entregá-lo ao major de outro IPM. (Leia na pág. 3)



Fonte: IPM BARRA BEBÊ. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Tribunal Quer Saber Tudo Sôbre o "IPM da Feijoadá"



Enquanto o Superior Tribunal Militar reclama a apuração completa do caso do IPM do ISEB, já conhecido como o "IPM da Feijoadá", sob a direção do Coronel Gerson de Pina, senhoras da Guanabara num gesto comovido (foto), assistem, no Palácio da Educação, a mulher do escritor Pedro de Alcântara Figueira, D. Fani Alcântara Figueira, que ali foi com a filhinha de 22 dias no colo, cobrar aquele oficial a promessa de libertar o marido. (LEIA NOTICIÁRIO NA PAGINA DOIS)

Fonte: TRIBUNAL QUER SABER TUDO SOBRE O IPM DA FEIJOADA. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965, p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

STM Manda Apurar Tudo Sobre “IPM da Feijoada”

A apuração completa do caso do IPM do ISEB, já conhecido como o “IPM da Feijoada”, sob a direção do Coronel Gérson de Pina, está sendo exigida pelo Superior Tribunal Militar, por intermédio do Ministro Ribeiro da Costa, relator do pedido de habeas corpus em favor do editor Ênio Silveira. Apontado como autoridade coatora, o oficial alegou, ao lhe serem solicitadas, pelo magistrado, informações complementares, estar o diretor da “Civilização Brasileira” preso “para averiguações”.

Fêz, por outro lado, o Coronel Gérson de Pina a esposa do escritor Pedro de Alcântara Figueira, Sra. Fani Alcântara Figueira, esperar durante três horas, com a filhinha de 22 dias no colo, para recebê-la em seu gabinete, instalado no Palácio da Educação. Dona Fani fora cobrar-lhe a promessa feita de libertar o marido no dia anterior, o que não se verificou, deixando-a em desespero.

Em petição dirigida ao ministro relator, o advogado Heleno Fragozo sugeriu fossem pedidas informações, também, ao Coronel Ferdinando de Carvalho e ao Major Cleber Boneker, encarregados dos IPMs sobre as atividades do PCB.

A petição foi indeferida, preferindo o Ministro Ribeiro da Costa reclamar novas informações do próprio coronel responsável pelo encarceramento do Sr. Ênio Silveira.

“Abuso de Poder”

A prisão do escritor Alcântara Figueira, cuja esposa promete acampar no saguão do MEC “até que o libertem”, considera o ato praticado pelo Coronel Pina como autêntico “abuso de poder”, já que é absoluta a incompetência da Justiça Militar para prender civis.

Depois de anunciar que iria comunicar-se com o Major Boneker e a mãe do escritor encarcerado, para que esta pudesse ver o filho, o encarregado do “IPM da Feijoada” voltou a prometer a D. Fani que seu marido seria posto em liberdade nas próximas 48 horas, ficando ele, no entanto, à disposição do Major Boneker.

Outros Convocados

Auxessores do Coronel Gérson de Pina esperam a convocação do General Nelson Werneck Sodré, que não pode, por sua posição hierárquica, ser inquirido por oficial de patente inferior. Outros depoimentos estão sendo anunciados para amanhã, dia 6 e dia 9, sendo o primeiro o do poeta Thiago de Melo, o segundo do Vice-Governador Clóvis Salgado, e o último do ex-Primeiro-Ministro Tancredino Neves.

Fonte: STM MANDA APURAR TUDO SOBRE IPM DA FEIJOADA. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Coronel de IPM no ISEB Barra Bebê de 21 Dias



O Coronel Gerson de Pina obrigou uma senhora com a filhinha de 21 dias no colo a esperar por três horas, num corredor do Ministério da Educação e Cultura; no final, recebeu D. Fani Goldbard Figueira, esposa do historiador Pedro de Alcântara Figueira, mas fez-lhe deixar a pequena Milena no colo de outra pessoa, fora da sala. O marido de D. Fani está preso no Batalhão de Guardas e nem o espetáculo da esposa angustiada com o bebê no colo ("não tinha com quem deixá-lo", disse ela), comoveu o Coronel do IPM: prometeu-lhe onças que, em 48 horas, liberará o historiador... para entregá-lo ao major de outra IPM.

Fonte: CORONEL DE IPM NO ISEB BARRA BEBÊ DE 21 DIAS. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

AUTOR DE HISTÓRIA NOVA: PRISÃO FOI ATO POLÍTICO

"Nossa prisão foi um ato político praticado por algumas autoridades do movimento de abril do ano passado para exercer o terrorismo cultural, pois como fomos nós poderíamos ter sido presos quaisquer outros escritores", declarou em entrevista ao CORREIO DA MANHÃ o escritor Maurício Martins de Melo, poeta em liberdade na madrugada de ontem por força de habeas-corpus concedido pelo Superior Tribunal Militar.

Confirmando as denúncias que fez por carta, de violências físicas e tortura psicológica praticadas pelo major Cleber Bonecker, o escritor considerou a concessão do habeas-corpus "uma importante vitória na luta contra o obscurantismo e uma demonstração de que o Superior Tribunal Militar repudia o terror cultural".

CM

Liberdade 9.VII.65

Préto no dia 26 de maio quando se apresentou para prestar depoimento no IPM do ISEB, o escritor Maurício Martins de Melo que juntamente com Pedro de Alcântara Figueiras e Joel Rufino dos Santos se encontrava detido no Batalhão de Guardas depois de ser interrogado e esbofetado pelo major Cleber Bonecker, encarregado do IPM da Imprensa Comunista, foi poeta em liberdade algumas horas após a concessão do habeas-corpus pelo STM.

O escritor, de 24 anos, confirmou, em liberdade, todas as denúncias que fez por carta através do CORREIO DA MANHÃ, afirmando que foi esbofetado pelo major Bonecker no terceiro dia de sua prisão, depois de ser submetido ao tratamento psicológico do militar, que o deixou incommunicável e várias vezes por dia entrava em sua cela nos barros de que queria toda a verdade.

Confirmando também que ficou a primeira semana de sua prisão em total incommunicabilidade, "quando senti pela primeira vez o terror psicológico provocado pelo isolamento" acrescentando que, nestas condições, "o mundo que se começa a vi-

ver é o mundo das necessidades materiais imediatas", o escritor disse que a técnica das interrogatórias do major Bonecker foi procurar qualificar como "crime a publicação do livro, desmontar um vasto plano subversivo que estaria ligado à edição da História Nova do Brasil e responsabilizar o general Nelson Werneck Sodré como doutrinautor do marxismo". Maurício acrescentou também que durante todas as interrogatórias não lhe foi feita nenhuma pergunta relacionada com o conteúdo da obra.

O escritor fez-se que as bofetadas e a tortura psicológica aplicadas pelo major Bonecker se verificaram no quartel da Polícia Militar, no Múler, onde funcionava o IPM até a responsabilidade do quartel militar. Disse que após sua transferência para o Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, recebeu por parte dos oficiais e subalternos daquela unidade militar "o tratamento correto dentro das normas de guardar preso, apesar das debilidades carcerárias — apenas um colchão numa sala pequena e sem luz — que possivelmente foram sendo recebidas".

Fato político

— Há uma situação geral da pelo movimento de abril do ano passado, um fato político, um problema da época — declarou Maurício Martins de Melo — e dentro dele a tentativa de implantação do terror cultural, através da prisão de escritores. As arbitrariedades e os homens que as praticam são apenas uma peça, na maioria das vezes sem importância se vistos isoladamente, dentro da situação de fato. Por esta razão acredito que da mesma forma que não tem importância pessoal o militar que as praticou, considero que a minha prisão e a de meus companheiros não significa apenas a detenção de nossas pessoas e a apreensão de nosso livro, mas simboliza a tentativa de implantação do terrorismo cultural. Como fomos nós, po-

deriam ter sido presos quaisquer outros escritores".

Citando uma declaração do ministro Pery Bezilewski em entrevista a uma revista semanal — "sou contra a prisão de editores e escritores pelo crime de terem editado ou escrito livros. Isto é peiorar a plena prática da democracia" — o escritor Maurício Martins de Melo, declarou que considera a concessão de habeas-corpus em seu favor como "uma importante vitória contra o obscurantismo" porque demonstra que "a mais alta corte da Justiça Militar repudia aquela tentativa de implantação do terrorismo cultural".

Finalizando, o escritor disse que "protegido pelo habeas-corpus, espero poder prestar, sem coação física, moral ou psicológica, quaisquer esclarecimentos às autoridades".

Filial

O sr. Maurício Martins de Melo vai depor hoje, às 9h, no gabinete do diretor do Pessoal da ativa do Exército, no 3.º andar do Ministério da Guerra, na filial do IPM do ISEB, da qual é encarregado o general Manuel Mendes Pereira, designado pelo comando do 1.º Exército para continuar o

problema hierárquico e intimar o escritor e general Nelson Werneck Sodré. Antes de deixar o Batalhão de Guardas, na madrugada de ontem, Maurício foi avisado de que deveria comparecer ao Ministério para prestar depoimento, tendo recebido, então, a tarde, em sua residência, a intimação assinada pelo general.

Fonte: AUTOR DE HISTÓRIA NOVA: PRISÃO FOI ATO POLÍTICO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355234/mss1355234.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

IPM PEDE PRISÃO PREVENTIVA PARA ESCRITOR PRÊSO

CM - 12.VI.65

Foi pedida, ontem, na 2a. Auditoria da Justiça Militar, pelo major Cleber Bonecker, encarregado do IPM da Imprensa Comunista, prisão preventiva para os escritores Pedro de Alcântara Figueiras, Maurício Martins de Melo e Joel Rufino dos Santos. Os escritores estão presos incomunicáveis, obrigados a ficar em silêncio e submetidos a extensos interrogatórios, através dos quais o major do IPM está procurando uma fórmula para incriminar o escritor e general Nelson Werneck Sodré. O habeas-corpus impetrado em favor de Joel Rufino dos Santos foi distribuído ontem tendo como relator o ministro Borges Fortes.

O IPM do ISEB trabalhou durante todo o dia de ontem em torno do sr. Aurelino Ferreira, que permaneceu na sala secreta do coronel-intendente Gerson de Pina das 9h às 17h. O coronel informou aos jornalistas que até o momento foram apresentadas "várias provas contra irregularidades administrativas do sr. Hélio de Almeida", mas que o "farto material" prometido só será entregue na próxima segunda-feira, ao mesmo tempo em que fontes do IPM adiantavam que somente depois de tê-lo em mãos o engenheiro Hélio de Almeida será convocado para depor.

Submetidos pelo major Bonecker, segundo suas próprias revelações, a uma "técnica especial de tratamento psicológico", aprendida nos Estados Unidos, os três escritores presos pela co-autoria da *História Nova do Brasil* estão sendo interrogados, diariamente, até as 23h. Os srs. Maurício Martins de Melo e Pedro de Alcântara Figueiras estão presos em solitárias do Batalhão de Guardas, em São Cristóvão. Joel Rufino dos Santos continua numa cela comum no Batalhão da Polícia Militar, no Méier, em companhia de outro detido, com quem entretanto não pode falar.

Fonte: IPM PEDE PRISÃO PREVENTIVA PARA ESCRITOR PRESO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355229/mss1355229.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GENERAL: — HN NÃO É CONTRA CAXIAS

O escritor Nelson Werneck Sodré, um dos responsáveis pela coleção "História Nova", declarou a UH que a proscrição da obra e a prisão de seus autores — os jovens Maurício Martins de Melo, Joel Rufino dos Santos e Pedro Alcântara Figueira — não encontram qualquer amparo de ordem legal ou política, porque "é muito difícil tentar justificar o caráter subversivo de livros de História cujos temas são a descoberta do Brasil, a expansão territorial e o advento da República".

Nelson Werneck Sodré — que é general do Exército — considera que "houve outra calinada memorável no caso", lembrando que "ao triunfar o golpe de abril de 1964 fora criada e generalizada a falsidade de que a "História Nova do Brasil" era subversiva e se caracterizava como tal por difamar o Exército e particularmente o seu patrono, o Duque de Caxias". Após assinalar que isto é "uma impostura que poderia ser desfeita pela simples leitura dos livros, mas que, repetida — de acordo com a técnica nazista —, ficara transformada em verdade para os ingênuos e para os malévolos", afirmou o escritor:

— No volume quarto agora reeditado, ao serem abordados os temas fundamentais — Abolição, República, Florianismo —, o papel do Exército e de alguns de seus mais eminentes vultos não apenas é estudado e devidamente caracterizado, mas valorizado e glorificado. A intriga com os militares, pois, não encontra nenhuma base real, antes pelo contrário. Basta ler-se o livro para se constatar a impostura. E é o que se deve fazer sempre, e particularmente quando se trata de informações veiculadas pelos agentes da abrilada.

Sede de Pesquisa

Acha o General Nelson Werneck Sodré que "um dos traços mais importantes do Brasil da fase que antecedeu o golpe de 1964 foi a profunda e intensa curiosidade intelectual e a tendência que esta assumiu, no voltar-se de preferência para os problemas nacionais e pesquisar soluções específicas para eles". — Claro que essa tendência em nada conflitava com a necessidade, que é perma-

Entrevista a JOÃO B. SERRA

neate, de colher ensinamentos na ciência elaborada por outros povos. Cuidava, entretanto, de evitar as generalizações apressadas, os fáceis esquematismos, os simplismos de imitação — disse o escritor, acrescentando:

— Esse esforço ficou consideravelmente comprometido com o desencadeamento do golpe de abril e com o clima que esse gerou. Como é sabido em todo o Mundo, e bastante comentado e criticado, desencadeou-se no País, a partir de então, verdadeira guerra ao intelectual e aos seus instrumentos: a cátedra universitária, o livro, o jornal independente, a posição crítica. O clima ficou conhecido como terrorismo cultural e mereceu pro-

testos de todos os centros científicos do Mundo. Ora, a situação vinha exigir, por tudo isso, um esforço maior dos intelectuais, dos escritores em particular, no sentido de não interromper o que antes se vinha fazendo.

Teatro Foi ao Povo

Segundo o General Nelson Werneck, após o 1.º de abril "os artistas brasileiros ficaram com seus esforços consideravelmente amputados e tiveram de dobrar-se para que as criações artísticas e os trabalhos científicos não perecessem de todo". — Os campos em que havia alguma possibilidade — lembrou — foram o teatro e o livro. Não é aqui o lugar para explicar como se processou o esforço no campo do teatro e o extraordinário sucesso que alcançou e justamente numa fase em que o teatro definia uma crise aguda de público. Pode-se dizer que as circunstâncias obrigaram o encontro do teatro com o público.

Revelou o escritor que decidiu reeditar o trabalho "Ideologia do Colonialismo" como esforço para manter a pesquisa histórica e literária num plano razoável. A obra, cuja primeira edição fora lançada em 1961 pelo IBEB, reúne estudos sobre escritores brasileiros do passado, com uma preocupação: — Procurei mostrar, à luz do texto dessas escrituras, como elas acentuavam como válidos conceitos antinacionais e antipopulares, de larga circulação na época em que escreveram.

Cultura em Jogo

Depois disso, ele e seus antigos companheiros do Departamento de História do antigo IBEB partiram para editar a "História Nova do Brasil", publicando pela Editora Brasileira dois dos seis volumes da obra: o primeiro, dedicado à descoberta do Brasil, expansão territorial, sociedade açucareira e guerra com os holandeses, e o quarto, consagrado à Abolição, à República e ao seu Florianismo.

Após informar que o grupo está elaborando o segundo e o terceiro volumes da série, abrangendo os séculos XVII a XIX, disse o General Nelson Werneck Sodré que a Justiça deverá pronunciar-se sobre a prisão dos jovens escritores e a proscrição da coleção: — Os tribunais brasileiros vão ser chamados a esclarecer a questão e opinar sobre a possibilidade de se escreverem e publicarem livros no Brasil. É a sorte da cultura que será decidida.



Fonte: GENERAL: - HN NÃO É CONTRA CAXIAS. Última Hora. São Paulo, 18 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1806>. Acesso em: 11 dez. 2018.

Historiadores: Só o I Exército Libertará

A libertação dos historiadores Maurício Martins de Melo, Joel Rufino dos Santos e Pedro Alcântara Figueira, co-autores da "História Nova do Brasil", dependerá do General Edson de Figueiredo, chefe do Estado-Maior do I Exército, ou ainda do General Olacillo Terra Urural, comandante do I Exército, segundo informaram dois dos advogados dos prisioneiros, Srs. Raul Lins e Silva e George Tavares.

Afirmando que "assistimos ao jogo maroto de que fulano não está no meu IPM, está no IPM de sicrano, evidentemente uma manobra para manter os homens presos", o Advogado George Tavares disse que os Srs. Pedro Alcântara Figueira, Maurício Martins de Melo e Joel Rufino dos Santos foram ouvidos pelos Coronéis Gerson de Pina e Ferdinando de Carvalho e pelo Major Cleber Bonecker, encontrando-se agora à disposição do I Exército.

O Sr. Raul Lins e Silva, que defende o historiador Joel Rufino dos Santos, disse que o habeas-corpus impetrado junto ao Superior Tribunal Militar será julgado na próxima quarta-feira, assinalando que "se houve infração, esta somente poderá ser julgada pela Justiça civil. Não há crime militar que justifique a prisão dos professores, acusados de delito de opinião, que a Constituição Federal repele e a lei não autoriza".

Fonte: HISTORIADORES: SÓ O I EXÉRCITO LIBERTARÁ. *Última Hora*. São Paulo, 19 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1807>. Acesso em: 11 dez. 2018.

Sexta-Feira, 25 de Junho de 1965

PAGINA 3

Um General Vai Ouvir o Escritor

O GENERAL Edson de Figueiredo, chefe do Estado-Maior do I Exército, aguarda a designação de um general, pelo Ministro da Guerra, para ouvir o depoimento do escritor e General Nelson Werneck Sodré, coordenador da "História Nova do Brasil".

A libertação dos co-autores da obra, escritores Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Melo e Joel Rufino dos Santos, foi condicionada pelas autoridades militares ao depoimento do General R.I. Nelson Werneck Sodré, apontado pelos encarregados dos IPMs como o mais importante dos autores da "História Nova".

Imprensa

Informou-se ontem que o oficial designado pelo Ministro Costa e Silva assumirá provavelmente a presidência do IPM da "imprensa comunista", substituindo o Major Cleber Bonecker, que não pode ouvir o depoimento do Sr. Nelson Werneck Sodré, porque sua patente é inferior.

Até o depoimento do General Werneck Sodré, continuam presos os co-autores da obra, apesar de já haverem prestado depoimentos nos IPMs dirigidos pelos Coronéis Gerson de Pina e Ferdinando de Carvalho e Major Cleber Bonecker, relativos ao ISER, ao Partido Comunista e à imprensa comunista, respectivamente.

"Habeas"

Acreditando que o habeas-corpus impetrado em favor do Sr. Pedro de Alcântara Figueira será julgado imediatamente pelo Superior Tribunal Militar, o Advogado George Tavares disse ontem que encaminhara a prisão ao STM, manifestando sua estranheza ante o não fornecimento das informações solicitadas, o que continua a estar o I Exército sondando informações e caracterizando ainda mais a prisão ilegal do escritor.

O processo contra os autores da "História Nova do Brasil" está praticamente paralisado, há 15 dias, continuando eles presos à disposição do General Edson de Figueiredo.

O Senhor Joel Rufino dos Santos, que se encontrava no quartel da Polícia Militar, foi transferido ontem para o Batalhão de Guardas, tendo o advogado Raul Lins e Silva admitido que um habeas-corpus em seu favor poderá ser julgado na próxima quarta-feira, pelo STM. Quanto ao depoimento do Sr. Nelson Werneck Sodré, sabe-se que o expediente foi encaminhado ao Ministro Costa e Silva, aguardando-se o despacho.

Fonte: UM GENERAL VAI OUVIR O ESCRITOR. *Última Hora*. São Paulo, 25 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1823>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GENERAL WERNECK SODRÉ INDICIADO PELO IPM DO ISEB

C.M. - 26. VI. 65

O general Nelson Werneck Sodré, um dos co-autores da *História Nova do Brasil*, foi indiciado ontem no IPM do ISEB pelo coronel-intendente Gerson de Pina que, demissionário de seu cargo, segundo informou à imprensa, só deverá entregá-lo na próxima segunda-feira. O pedido de prisão preventiva dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, dos ex-ministros Júlio Sabbaqui e Hélio de Almeida foi, segundo o coronel Pina, transferido para seu sucessor, coronel Joaquim Vitorino Portela Ferreira Alves, que ontem fez seu primeiro contato com o processo.

Comentando o seu indiciamento, o general Werneck Sodré, depois de afirmar sempre ter defendido um Exército disciplinado, afirmou que o fato "é um índice dos tempos, que permite um coronel indiciar um general."

ESCRITORES

O general Edson de Figueiredo já encaminhou ao Superior Tribunal Militar as respostas aos pedidos de informações feitas para julgamento dos habeas-corpus impetrados pelos advogados Raul Lins e Silva, Evaristo de Moraes Filho e Mo-

desto Silveira em favor dos escritores Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos. Os pedidos deverão, assim, segundo informou o advogado Raul Lins e Silva, serem julgados na próxima quarta-feira.

Os escritores, detidos pelo coronel Gerson de Pina, foram transferidos para o major Cleber Bonecker que, depois de os submeter a um tratamento psicológico, transformou-os em "verdadeiros farrapos", segundo informam pessoas que os visitaram.

Fonte: GENERAL WERNECK SODRÉ INDICIADO PELO IPM DO ISEB. *Última Hora*. São Paulo, 26 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355232/mss1355232.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Espôsas Acusam Major: Tortura



Não obstante os desmentidos das autoridades, as senhoras Fani Figueira e Teresa dos Santos (foto), esposas, respectivamente, de Pedro Alcântara Figueira e Rufino dos Santos, reafirmaram, ontem, que os autores da *"História Nova do Brasil"* foram esbofeteados pelo Major Bonecker durante interrogatório a que foram submetidos. (Leia reportagem na Página 2.)

Fonte: ESPÔSAS ACUSAM MAJOR: TORTURA. *Última Hora*. São Paulo, 07 jul. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1853>. Acesso em: 12 dez. 2018.

STM Julga Hoje “História Nova”

O Superior Tribunal Militar colocou em pauta para a sessão de hoje o habeas-corpus impetrado em favor do escritor Maurício Martins de Melo, um dos autores da “História Nova do Brasil”, e que se encontra preso no Batalhão de Guardas, juntamente com Joel Rufino dos Santos e Pedro Alcântara Figueira. Funcionará na sustentação oral o Advogado Raul Lima e Silva.

Falando dentro a UH, os Senhores Figueira e Teresa dos Santos confirmaram que os seus esposos foram esbofeteados pelo Major Bonecker, enquanto, durante os interrogatórios, o militar “brincava” com uma pistola “45” tentando intimidar os historiadores para que fizessem apontar o General-Escritor Nelson Werneck Sodre como “mentes ideológicas” da “História Nova”.

Protesto

As duas senhoras lamentaram o não atendimento do “habeas” impetrado em favor dos três autores do livro, detidos há 43 dias, sem culpa formada, o que contraria dispositivo legal.

Adiantaram ainda os Senhores Figueira e Teresa dos Santos que o termo: “clima de terror” é utilizado pelo major no tratamento aos familiares dos presos; ele só permite visitas com a sua presença, e assim mesmo “afirmando que não permitirá qualquer gesto ou olhar que não seja do seu agrado”. Bômente depois e que viermos a saber da verdade, nenhuma dos três presos respondeu, sequer, uma pergunta, e as bofetadas foram aplicadas quando resistiram à coação para assinar um depoimento forçado”. Mostraram-se ainda surpresas com a nota do I Exército, do qual esperavam providências no sentido de apurar as denúncias, e disseram que seus maridos se apresentaram espontaneamente, não merecendo tal tratamento.

FNFi APÓIA OS ESCRITORES

Conclamando todas as associações estudantis e de intelectuais a se manifestarem pela liberdade de expressão do pensamento, a Diretoria do Centro de Estudos de História, da Faculdade Nacional de Filosofia, divulgou ontem nota de protesto contra a prisão de seus colegas e autores da coleção “História Nova”.

A nota do Centro de Estudos de História foi provocada pelas notícias e denúncias de que os três historiadores presos estão sofrendo torturas no quartel do Batalhão de Guardas do Exército. É a seguinte a íntegra da nota divulgada ontem:

“Há mais de um mês acham-se presos nossos colegas Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos, pelo “crime” de haverem participado da redação de uma série de livros de História, conhecida como coleção “História Nova”. Além da arbitrariedade e ilegalidade de sua prisão, estorrece-nos o fato de se pretender impedir o exercício e divulgação livre do pensamento e da interpretação histórica. Como estudantes de História, protestamos contra o cerceamento deste direito elementar de nossos colegas, característico dos regimes de feição totalitária.

“E agora, diante das notícias de mau trato e ameaças às pessoas de nossos colegas, que aumentam a apreensão e o sofrimento de seus amigos e familiares, redobramos a força de nosso protesto e conclamamos todas as associações estudantis e de intelectuais a se manifestarem entusiasticamente pela sua libertação e pela liberdade de expressão do pensamento”.

STM Mandou Soltar o Historiador

POR fôco de um habeas-corpus concedido (6 e 3) pelo Superior Tribunal Militar, o escritor Maurício Martins de Melo — um dos co-autores de "História Nova do Brasil" — foi libertado à noite passada. Estava preso desde o dia 26 de maio, juntamente com Joel Rufino dos Santos e Pedro Alcântara Figueira, no quartel do Batalhão de Guardas, sob a responsabilidade do Major Cléber Bonecker, encarregado do IPM da "imprensa comunista".

A ordem de soltura chegou ao Batalhão de Guardas às 19.30h, e o professor foi pôto imediatamente em liberdade, tendo preferido, no entanto, aguardar, no próprio quartel, a chegada de seu advogado, Sr. Modesto Silveira, que o acompanhava, depois, a residência. Antes de se retirar, o advogado alertou os oficiais da oficialidade, dizendo que "ele simbolizava o seu apoderamento pelo tratamento condigno recebido pelo seu constituinte segundo legislação militar".

Confirmou Denúncia

O Professor Maurício Martins de Melo confirmou as denúncias contidas na carta enviada ao Presidente da República e divulgada pelos jornais, dizendo que, realmente, sofreu muitos tratos, e inclusive vários bofetões no rosto, que lhe foram dados pelo Major Cléber Bonecker, quando estava detido no 2º Batalhão da Polícia Militar, no Rio de Janeiro, a professor que o oficial usava uma técnica grosseira de "terrorismo psicológico" com o objetivo de abalar o moral do preso, e obrigá-lo a fazer delatarias absurdas. Disse que era comum o major aparecer de repente, e afirmar "que deveria conhecer toda a verdade", passando depois a fazer ameaça e com o intuito de amedrontá-lo, a fim de saber quais as ligações que mantinha com o General e escritor Nelson Werneck Sodré.

Verdade Pública

Diz o professor que toda vez que era interrogado pelo encarregado do IPM da imprensa comunista, o oficial usava sempre "um conteúdo falso a verdade sobre as suas

ligações e de quem recebera influências para escrever a "História Nova". Afirma que respondia sempre que a verdade era pública, e que se achava contida nos dois volumes editados, não tendo mais nada a acrescentar. Disse que o oficial constantemente afirmava que a obra "destruía valores e conceitos consagrados pela historiografia oficial", considerando, portanto, "subversiva". Reivindicou o direito, que os autores já haviam, inclusive, submetido uma crítica baseada nos leitores e dos homens de ciência, no sentido de que a obra fosse considerada por critérios construtivos.

Nova Prisão

Diz o Professor Maurício Martins de Melo, que durante a sua permanência no Batalhão de Guardas, para onde foi transferido no dia 31 de maio, não foi mais interrogado pelo Major Bonecker. Revelou que somente uma vez foi ouvido, no quartel, pelo encarregado do IPM da Faculdade Nacional de Filosofia, Coronel Nêstor Monteiro, que o tratou rudemente durante a interrogatório.

Após a saída do Batalhão de Guardas, o professor disse que esperava, finalmente, poder prestar esclarecimentos às autoridades militares, porque agora pela sua alta condição militar que receberia pela concessão de habeas-corpus que não existe "devido às opiniões" garantindo-lhe o acesso de soltura.

Sexte-feira que vem, será ouvido pelo General Manoel Mendes Pereira, encarregado do IPM da "História Nova do Brasil".

Nem Subversão Nem Desrespeito

O Ministro Romero Neto, relator do processo, disse não ter encontrado na "História Nova" nem "subversão nem desrespeito". E explicou:

— Mesmo que encontrasse, não são justificadas a prisão. Lembra ter sido há muito um livro do atual Governador Carlos Lacerda, "O Quilombo de Manuel Congo", em que a figura de Caxias é apresentada como "capitão-do-custo e capião de escravos". Isso foi uma sucessão de acusações, pois na minha opinião, Caxias é o maior vilão da História do Brasil depois de José Bonifácio, mas até hoje ninguém se lembrou de apresentá-lo aos olhos do leitor. Lembro ainda o General Lacerda.

Fúria de IPM

Depois da leitura do relatório, o Advogado-Bail Lira e Silva pediu a libertação do escritor, notando falta de justa causa para a prisão e a incompetência da Justiça Militar. Explicou que, segundo as autoridades e exames, seria mantida preso até que fosse ouvido o General. Não sem Werneck Sodré, considerado "mental exposto" de livro "para o qual foi mantido uma fúria de IPM, como flagrante arbitrariedade contra os direitos de liberdade de expressão e de liberdade de pensamento, de um "poderoso" exposto contra a liberdade para justificar a prisão.

Depois de ouvir o relato de autoridade de que foi feita a leitura do Ministério Romero Neto explicou a ordem de libertação para restituir a liberdade ao autor, tendo sido feita a restituição de tudo o que foi apreendido. O General Lacerda, de 1940, foi o primeiro a afirmar que a obra "História Nova do Brasil" era uma obra de "subversão e desrespeito". O General Lacerda, de 1940, foi o primeiro a afirmar que a obra "História Nova do Brasil" era uma obra de "subversão e desrespeito". O General Lacerda, de 1940, foi o primeiro a afirmar que a obra "História Nova do Brasil" era uma obra de "subversão e desrespeito".

na Brasília negaram o "chamar", argumentando que a prisão estava dentro do prazo legal e que a "História Nova" era apenas "um pequeno incidente da gigantesca emigração batizada no MEC". Os Ministros Valdemar Torres e Borges Flores acompanharam o relator, concordando a ordem, enquanto o Ministro Alves Cabral pronunciou-se contrariamente, estabelecendo-se a votação de 6 a 2.

★ Concedido Habeas-Corpus a Maurício Martins Melo

STM Solta Autor da "História"

Prêso, desde 26 de maio último, juntamente com os historiadores Joel Rufino dos Santos e Pedro de Alcântara Figueira, o escritor Maurício Martins de Melo, um dos co-autores do livro "História Nova do Brasil", deixou, ontem, (foto), o Batalhão de Guardas, a que se achava recolhido, tendo sido posto em liberdade por força de habeas-corpus concedido em seu favor pelo Superior Tribunal Militar. Acentuou o relator do processo, Ministro Romeiro Neto, não haver encontrado, na obra apontada como subversiva, "nem subversão nem desrespeito", ao contrário do livro do Governador Lacerda. (Leia noticiário na página três)



Fonte: CONCEDIDO HABEAS-CORPUS A MAURÍCIO MARTINS MELO. *Última Hora*. São Paulo, 08 jul. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1856>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Olhando a Liberdade



O jovem escritor Pedro de Alcântara Figueira, um dos autores da coleção "História Nova do Brasil", assistiu do outro lado das grades à libertação de seu companheiro Maurício Martins de Melo, o qual, como ele, ficou preso mais de 40 dias, sem culpa formada, simplesmente porque os inquisidores ipemários classificaram de "subversiva" a obra, embora não a tivessem lido. Pedro de Alcântara aguarda tranqüilo o julgamento de seu pedido de habeas-corpus pelo STM, pois agora, pelo menos, está livre da truculência do Major Cléber Bonecker: tem como carcereiros oficiais e praças que, ao contrário deste, não comprometem o nome do Exército com atos de violência e de covardia. (Foto de José Gomes)

Fonte: OLHANDO A LIBERDADE. *Última Hora*. São Paulo, 09 jul. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1858>. Acesso em: 12 dez. 2018.

STM Mandou Libertar Mais Dois Escritores

Os escritores Pedro Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos, libertados ontem à tarde por determinação do STM, confirmaram as denúncias sobre violências praticadas contra eles pelo Major Cléber Bonecker. Antes, fora libertado o historiador Maurício Martins de Melo.

Pedro declarou ter sido interrogado sob a mira de uma pistola 45, sendo muitas vezes ameaçado com granadas, com as quais o militar lhe batia na cabeça.

Joel Rufino, por sua vez, disse ter sido espancado na segunda-feira, dia 7, pelo Major, a quem se referia como "um policial fascista autêntico". Segundo ele, Bonecker ameaçou demitir sua esposa, que é funcionária estadual, e lançá-lo em sacos comuns onde seria exposto a toda sorte de vexames, ou enviá-lo para o presídio da Ilha Grande. Finalmente, informou que o que o IPM classificou como "depolimento" dos escritores foi ditado pelo oficial.

Os habeas-corpus para os co-autores da "História Nova" foram concedidos pelo Superior Tribunal Militar por oito votos contra dois e sete votos contra dois, respectivamente, para Pedro Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos. Seus pedidos foram defendidos oralmente pelos Advogados Eurício de Moraes Filho e Raul Lima e Silva.

Sigilo e Pressão

Os historiadores, em entrevista a UH, informaram que a maior alegria para eles, após o reencontro com a família, foi a certeza de que "ainda existe um princípio democrático no seio das Forças Armadas", haja vista o resultado do julgamento que os libertou, quando apenas dois Ministros do STM manifestaram-se contrários ao "habeas". Demonstrando bastante equilíbrio apesar da prisão, disseram ainda ter descoberto, após a quebra da incomunicabilidade em que eram mantidos, que "a nossa prisão foi meramente política e o problema do sigilo, tão anunciado, era apenas um pretexto".

— O objetivo das prisões — disseram — foi o de atemorizar os intelectuais democráti-

cos, que não devem atemorizar-se com isso. Aparentemente, julgava-se que o terrorismo cultural havia cessado. Entretanto, as prisões de que fomos vítimas aí estão para confirmá-lo. Contra isso as forças democráticas do País deverão se manter, daqui por diante, bem alertas. O desafio lançado pela "História Nova" deveria ser respondido com uma pesquisa transformada em estudo, e não pela violência de um IPM. Por sinal, é o debate que nós abrimos ao leitor, no prefácio da obra.

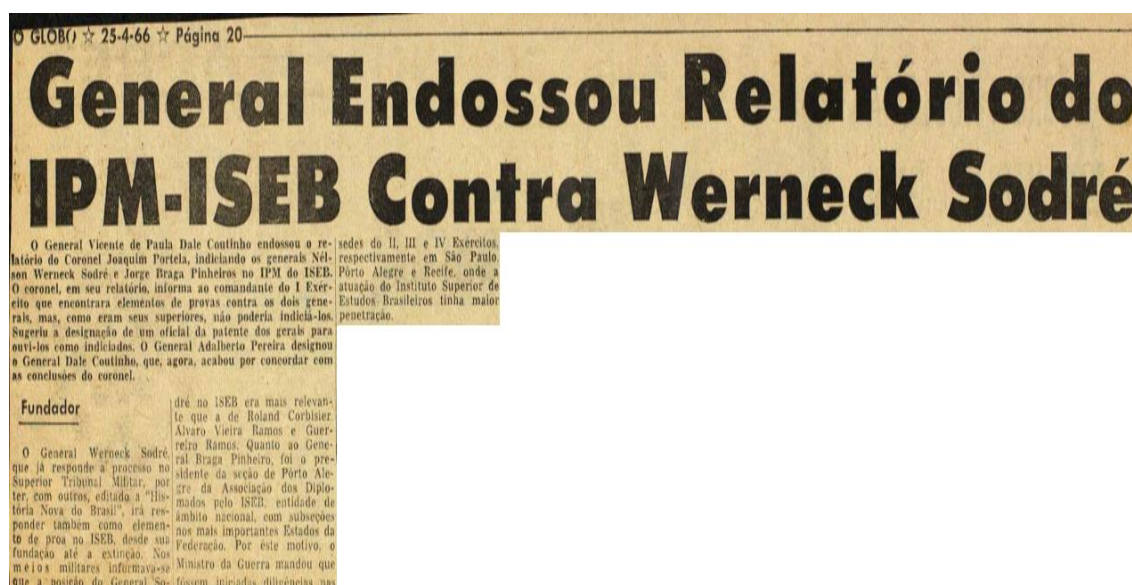
O Julgamento

Durante o julgamento dos "habeas", o Ministro Romero Neto, justificando o seu voto favorável, disse ser absurdo conservar preso um civil para evitar que ele não tenha contatos com um General sôto, referindo-se a Nelson Werneck Sodré. O General Peri Bevilacqua acusou o Coronel Gêfson de Pinz pela "balbúrdia" no IPM do INEB, e classificou a prisão dos historiadores de "arbitrária e prepotente". Apenas os Ministros Mourão Filho e Lima Brainer votaram contra os pedidos de "habeas", enquanto a contagem menor para Joel Rufino dos Santos verificou-se devido à ausência do Ministro Valdemar Tóres, que depois de votar favoravelmente no primeiro "habeas", teve de se retirar.

Fonte: STM MANDOU LIBERTAR MAIS DOIS ESCRITORES. *Última Hora*. São Paulo, 15 jul. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1874>. Acesso em: 12 dez. 2018.



Fonte: ESCRITORES APONTAM VIOLÊNCIA NO IPM. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jul. 1965. p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=sodre> Acesso em: 12 dez. 2018.

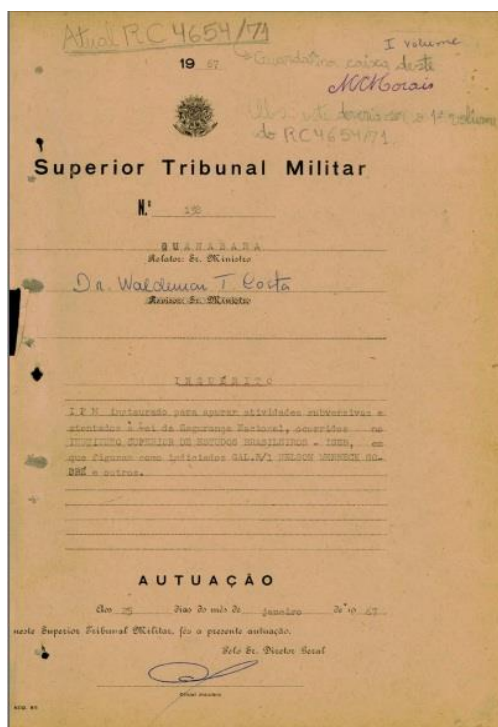


Fonte: GENERAL ENDOSSOU RELATÓRIO DO IPM-ISEB CONTRA WERNECK SODRÉ. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 abr. 1966. p. 3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355245/mss1_355245.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

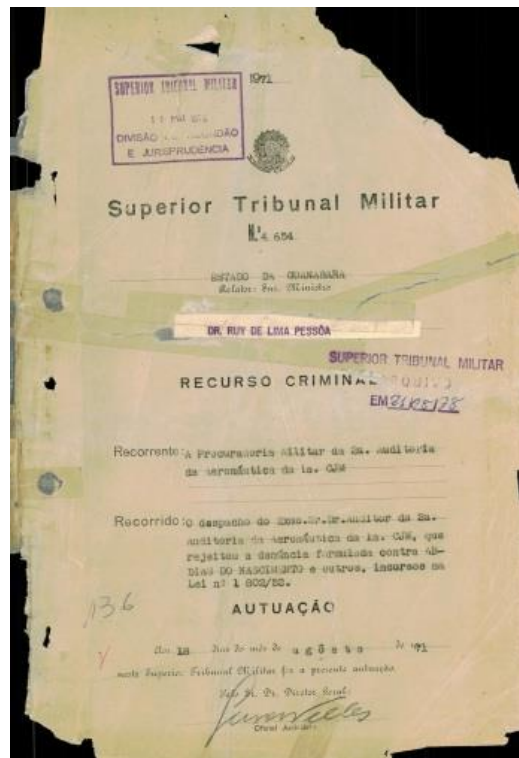
Anexo III - CAPAS DO INQUÉRITO DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (IPM DO ISEB)



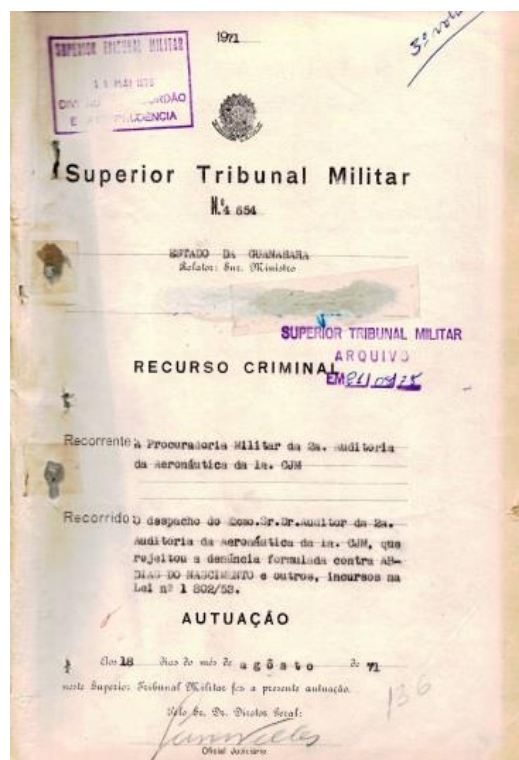
Capa do IPM do ISEB, volume 1.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



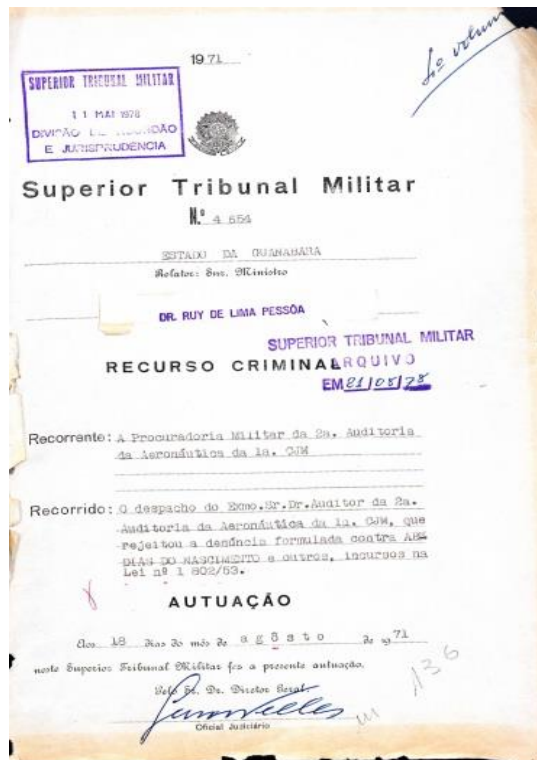
Capa do IPM do ISEB, volume 1.1.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



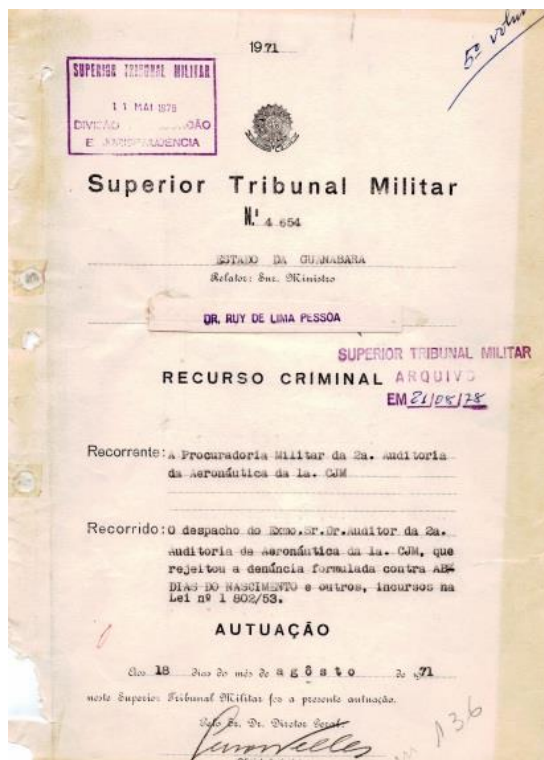
Capa do IPM do ISEB, volume 2.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



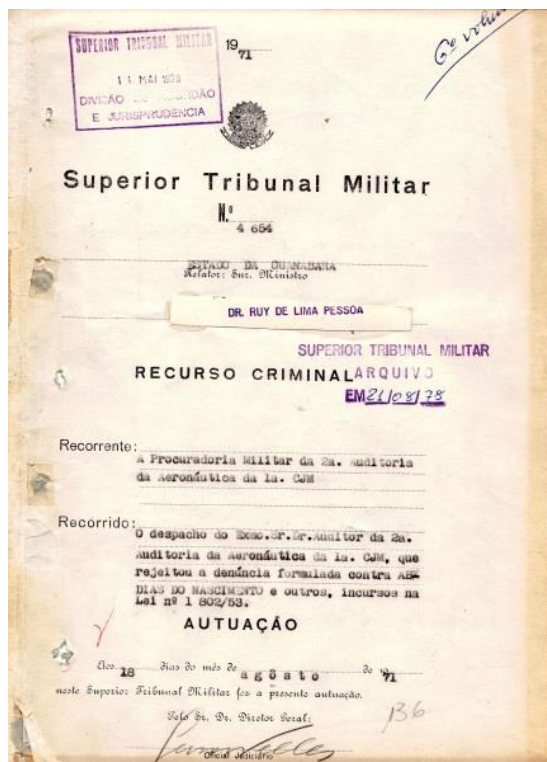
Capa do IPM do ISEB, volume 3.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



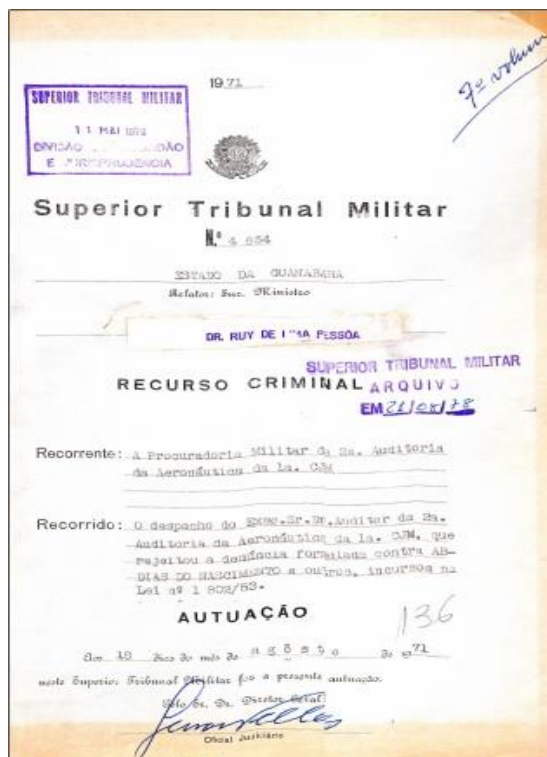
Capa do IPM do ISEB, volume 4.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



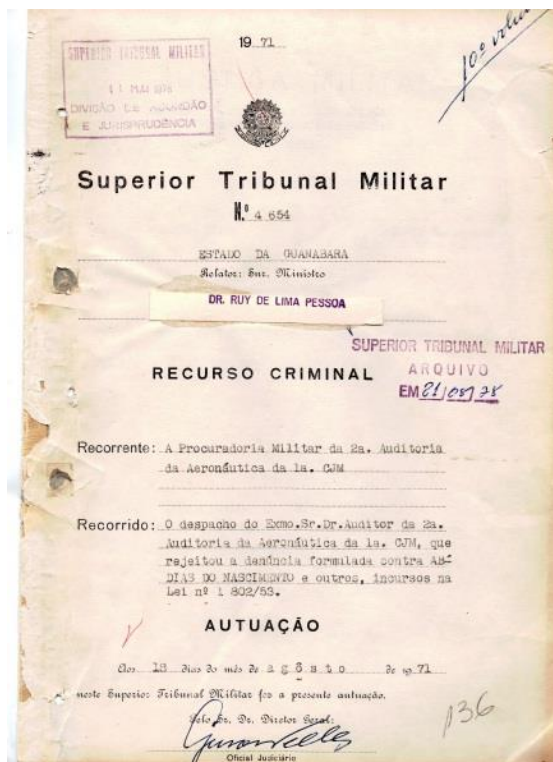
Capa do IPM do ISEB, volume 5.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



Capa do IPM do ISEB, volume 6.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



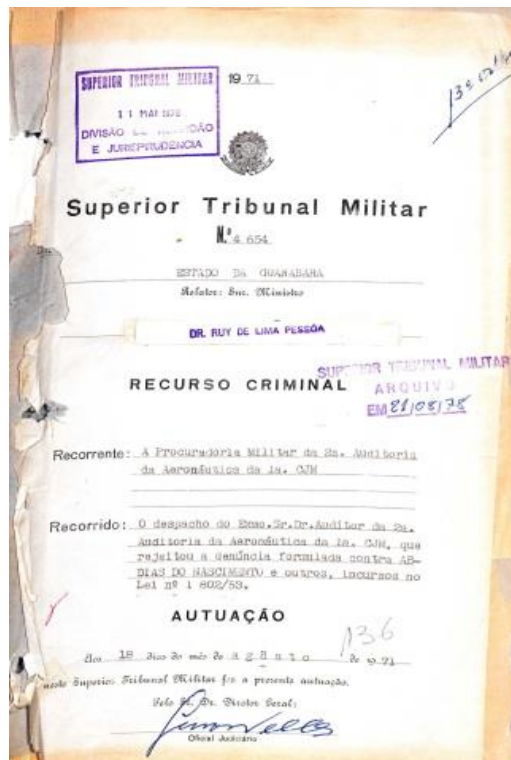
Capa do IPM do ISEB, volume 7.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



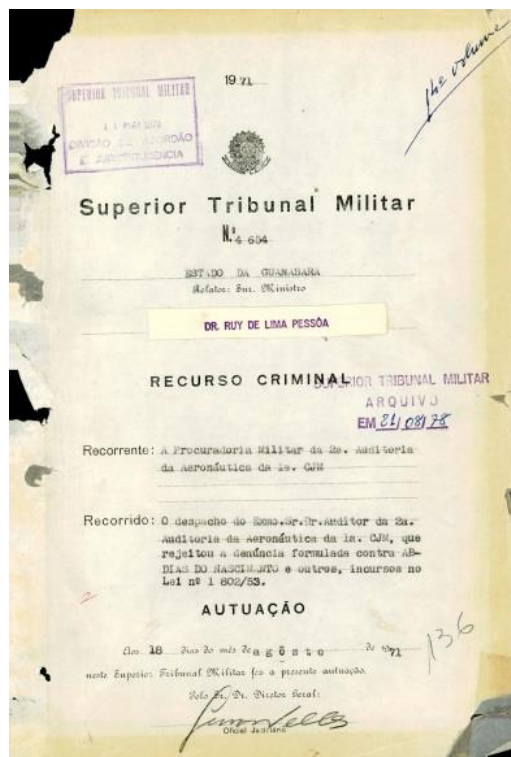
Capa do IPM do ISEB, volume 10.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



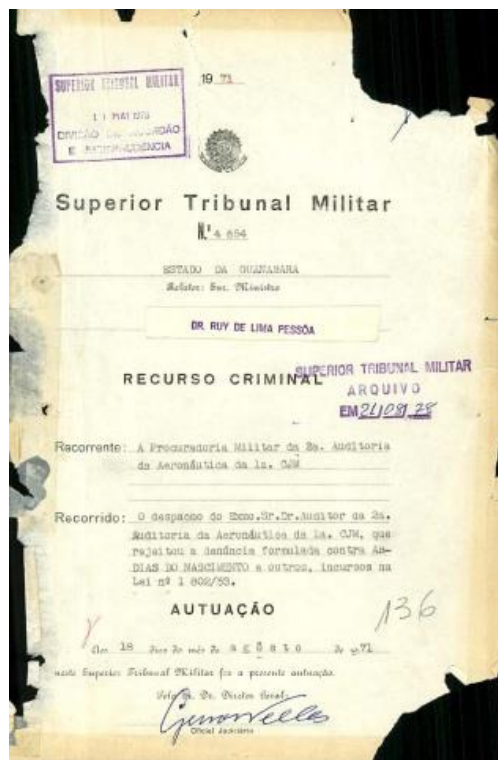
Capa do IPM do ISEB, volume 11.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



Capa do IPM do ISEB, volume 13.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



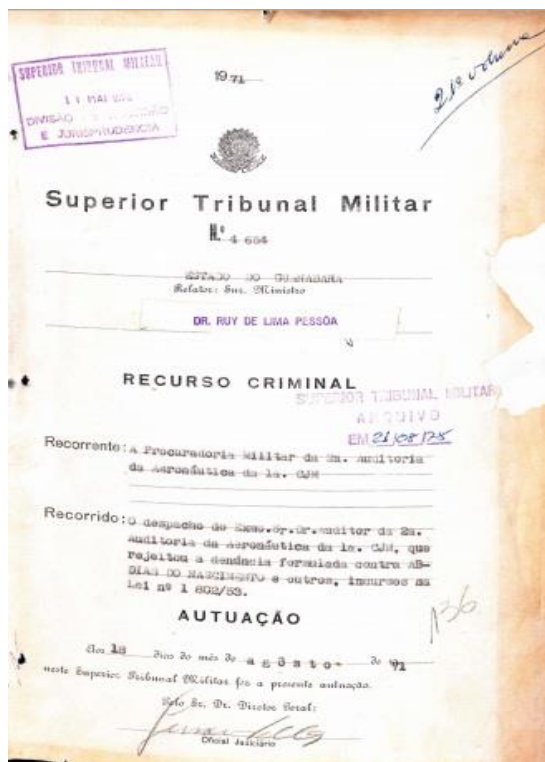
Capa do IPM do ISEB, volume 14.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



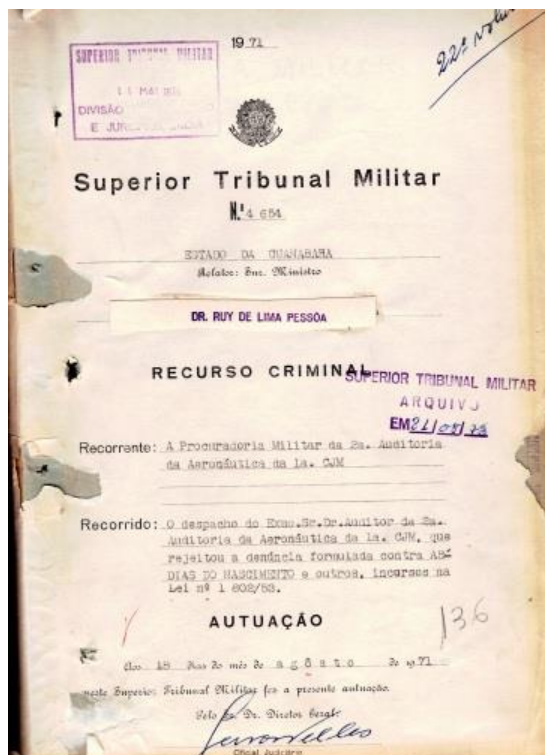
Capa do IPM do ISEB, volume 16.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



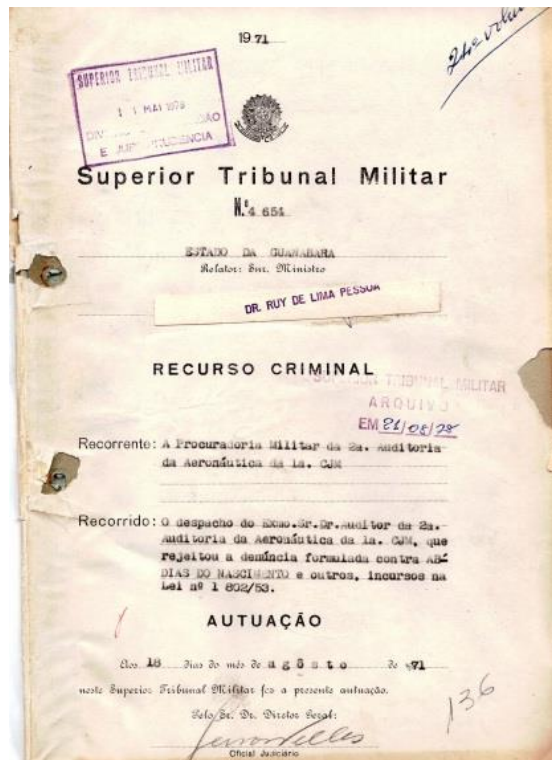
Capa do IPM do ISEB, volume 17.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



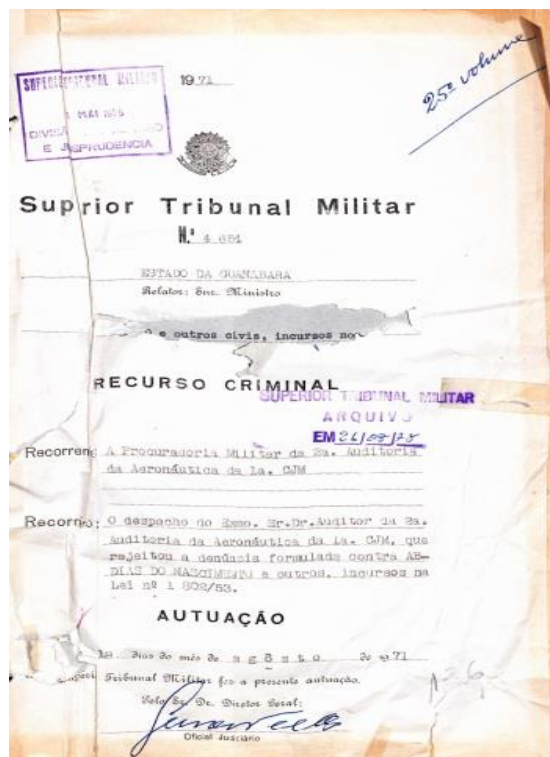
Capa do IPM do ISEB, volume 21.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



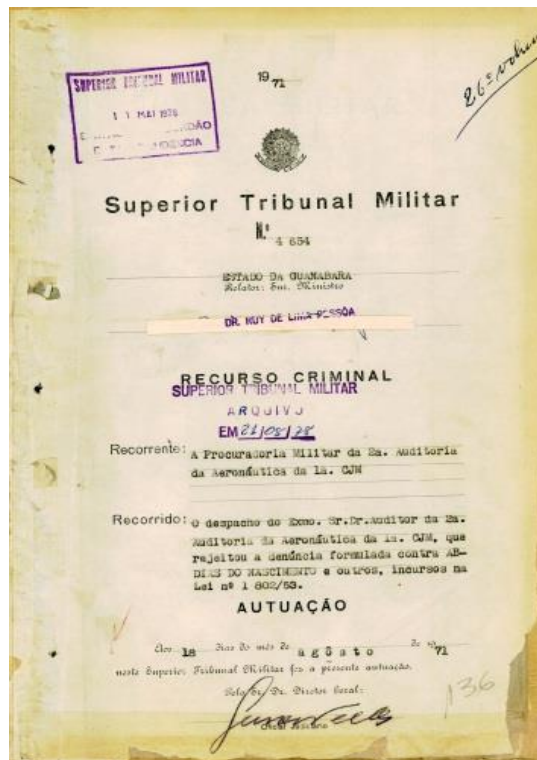
Capa do IPM do ISEB, volume 22.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



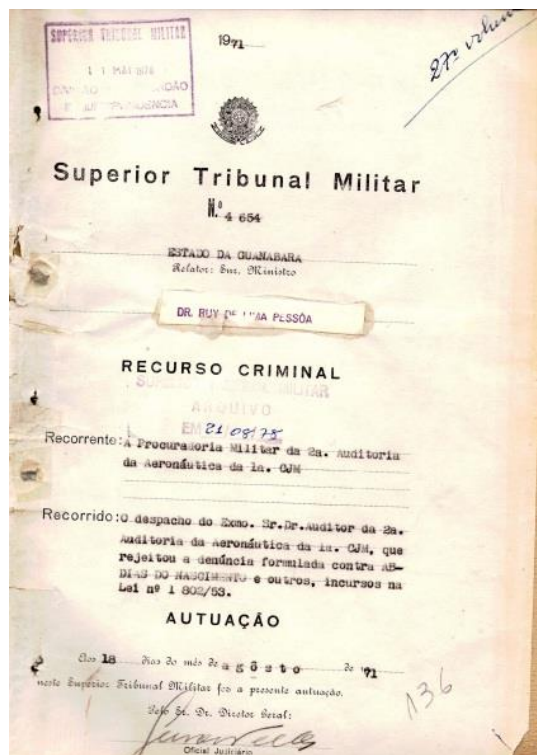
Capa do IPM do ISEB, volume 24.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



Capa do IPM do ISEB, volume 25.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



Capa do IPM do ISEB, volume 26.
Acervo: Superior Tribunal Militar.



Capa do IPM do ISEB, volume 27.
Acervo: Superior Tribunal Militar.

Anexo IV - ENTREVISTAS

ENTREVISTADA: FANI GOLDFARB FIGUEIRA

Vanessa Clemente Cardoso: Conte-nos sobre a sua trajetória institucional?

Fani Goldfarb Figueira: Não sei precisar exatamente a data, mas foi aproximadamente em 1960, que me tornei funcionária do MEC (Ministério da Educação e Cultura). Trabalhava na Merenda Escolar, Sessão de Estatística. Em 1962 ou 1963, não lembro exatamente, pedi transferência para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, para onde fui como secretária. Dias depois do golpe, ao voltar ao meu local de trabalho, encontrei o ISEB com portas arrombadas, livros e documentos jogados pelo chão e pelos jardins da casa onde funcionava o Instituto. Desde então, tiveram início as perseguições, ora em nossas residências, ora na casa de familiares.

Vanessa Clemente Cardoso: Como você conheceu Nelson Werneck Sodré e os demais autores da coleção?

Fani Goldfarb Figueira: O ISEB era um centro de cultura. Grandes pensadores brasileiros faziam conferências públicas ou davam cursos. Era, na época, dirigido pelo Professor Álvaro Vieira Pinto. A primeira vez que fui ao ISEB estava ainda no terceiro ano científico, mas já havia me decidido a fazer o curso de História. Daí meu interesse pelas palestras que lá ocorriam. Foi numa destas palestras que vi e ouvi, pela primeira vez, o Professor Nelson Werneck Sodré. Eu ainda não conhecia o Pedro, que, depois, veio a se tornar meu marido. Mas era já amiga de Joel Rufino dos Santos e do Maurício. Na verdade, estudávamos juntos para o vestibular. Era amiga, também, de Rubem Cezar, mas não tão próxima quanto de Joel e Maurício. Penso, aliás, que fui levada ao ISEB, pela primeira vez, pelo Joel.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual era a concepção de história vigente na década de 1960?

Fani Goldfarb Figueira: Apenas para que se possa ter uma pálida ideia da concepção de história dominante nesta época lembremos que uma das questões do vestibular de história do Brasil perguntava o nome (completo) do marinheiro da esquadra de Cabral que, primeiro, gritou “Terra à Vista.” Leia-se o livro de Hélio Viana, catedrático de História do Brasil, para que se possa entender de onde um grupo de jovens professores tirou a ideia de se reescrever a

história do Brasil. Não se podia, sob pena de reprovação no exame, sequer mencionar o nome de Juscelino Kubistchek ou a construção de Brasília.

Vanessa Clemente Cardoso: Como esposa de um dos autores você teve alguma participação do processo de criação e escrita da coleção *História Nova do Brasil*?

Fani Goldfarb Figueira: Não. Não participei da elaboração da História Nova do Brasil.

Vanessa Clemente Cardoso: Você participava das reuniões do grupo para a escrita da coleção?

Fani Goldfarb Figueira: Não participava. Embora, evidentemente, soubesse das reuniões e, vez ou outra, ouvisse um ou outro comentário.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual foi o papel do movimento estudantil na gênese da *História Nova do Brasil*?

Fani Goldfarb Figueira: Não participei da elaboração da História Nova. Mas, certamente, a obra é uma resposta a exigências de mudanças no conjunto da sociedade que o movimento estudantil expressava.

Vanessa Clemente Cardoso: Você possuía alguma ligação com o Partido Comunista Brasileiro?

Fani Goldfarb Figueira: Enquanto funcionária pública, não.

Vanessa Clemente Cardoso: Como você ingressou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e qual função desempenhava na instituição?

Fani Goldfarb Figueira: Como disse anteriormente, pedi transferência dado que ambos os órgãos eram do Ministério da Educação. Meu cargo no ISEB era o mesmo que tinha na Merenda Escolar.

Vanessa Clemente Cardoso: Você saberia nos dizer qual foi o papel de Nelson Werneck Sodré na escrita da *História Nova do Brasil*? Ele seria um orientador?

Fani Goldfarb Figueira: O grupo era constituído de estudantes e jovens professores de história. O Professor Nelson Werneck Sodré era já uma figura pública, com livros publicados. Era um orientador em todos os sentidos. Formou um grupo de jovens historiadores preocupados com a história em sentido amplo, no Brasil e no mundo. Para além do grupo da História Nova, suas aulas e seus escritos formaram toda uma geração de pensadores.

Vanessa Clemente Cardoso: A abordagem marxista presente na coleção foi exaustivamente explorada nos pareceres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Estado Maior do Exército, no relatório da Comissão Nacional do Livro Didático e nos editoriais

dos jornais *O Globo* e *Estado de São Paulo*. Entretanto, Nelson Werneck Sodré sempre negou o uso do materialismo histórico na escrita da coleção, porém tal afirmativa se contradiz no Inquérito Policial Militar do ISEB quando os demais autores afirmaram o seu uso. Na sua concepção a coleção apresentava o uso do materialismo histórico?

Fani Goldfarb Figueira: Lamentavelmente vivemos hoje uma situação dolorosamente semelhante. Também hoje o professor se vê coagido a não tratar historicamente a escravidão, por exemplo, sob pena de ser gravado e filmado por alunos adeptos do que, hoje, tem o nome de escola sem partido. Acusava-se a História Nova de difundir uma história marxista. Os editorialistas de *O Globo* ou do *Estado de São Paulo* ainda não chegaram a aprender que já em 1848 Marx ria-se dos que o acusavam de ser o responsável pela luta de classes. Ao contrário, dizia Marx, quem disse que a história é a história da luta de classes – e foi com ele que aprendi – foi Guizot, o Ministro Francês. O mesmo Ministro que assinou a expulsão de Marx da França por ser comunista. A luta de classes existe na sociedade de classes, mas o professor de história não pode falar em classes e, muito menos, em luta de classes. É como o racismo, no Brasil. Ele pode existir, inclusive nas nossas casas, mas os professores não podem falar dele em sala de aula sob pena de terem “partido”.

O Professor Nelson Werneck Sodré sempre negou o uso do materialismo histórico na escrita da coleção porque esta é uma formulação ignorante e policialesca. Pensada por militares que saíram das casernas para perseguir professores. Outra coisa, muito distinta, é o fato da História Nova expressar, em sua redação, uma análise da sociedade que leve em consideração o seu movimento real. Sua composição histórica.

Vanessa Clemente Cardoso: Os autores da coleção foram presos, torturados e partiram para o exílio. Se possível, você poderia nos contar se você e seu esposo sofreram algum tipo de tortura?

Fani Goldfarb Figueira: Pedro foi preso. Foi preso no dia em que minha filha fazia 27 dias. Foi preso porque era professor e havia escrito um livro. Um livro de História do Brasil, publicado pelo MEC. Mas era difícil explicar isto à vizinhança e à família dele. Minha sogra era uma senhora de idade. Não foi fácil me acompanhar pelos inúmeros quartéis em busca do filho, marido e pai. Pedro não foi torturado fisicamente. Foram 45 dias tortura emocional. As visitas, ainda que eu tivesse nos braços uma criança com menos de um mês de nascida, eram assistidas por soldados que nos apontavam baionetas.

Vanessa Clemente Cardoso: Se possível, conte-nos sobre a perseguição e as consequências para a sua vida profissional e pessoal.

Fani Goldfarb Figueira: As consequências foram desastrosas. Não nos exilamos, mas fomos obrigados a sair do Rio de Janeiro. Sem emprego e ameaçados a todo momento de prisão, com buscas policiais nas casas de familiares. Buscas policiais que se repetiram por tantos anos quantos durou a ditadura. Em janeiro de 1969, tive que deixar com meus pais meu segundo filho, um bebê com 10 dias de nascido, sob pena de sermos presos, pois os policiais haviam ido ameaçar minha irmã, no seu local de trabalho, para que dissesse onde eu me encontrava.

Para trabalhar era preciso, nesta época, ter Atestado de Ideologia, fornecido pela polícia, para poder dar aulas e Pedro jamais conseguiu este Atestado. Chegou a ser contratado como Professor de Cultura Brasileira, na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis, um Instituto Isolado unificado, posteriormente na atual UNESP. Foi demitido e em seu Processo há uma página em que se lê, “a página foi retirada por determinação do Serviço de Segurança Nacional”. Pedro foi Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa e defendeu seu doutoramento com a tese *Historiografia Brasileira*.

Quanto a mim, para não ser facilmente localizada pela polícia, caso pedisse transferência, me vi forçada a fazer um novo vestibular e reiniciar o curso de História em Assis, onde me formei. Fiz Mestrado e Doutorado na USP.

Vanessa Clemente Cardoso: Você considera a perseguição da *História Nova do Brasil* como um “bode expiatório” para conseguir provas que associassem Nelson Werneck Sodré ao Comunismo Internacional?

Fani Goldfarb Figueira: A Ditadura transformou todo mundo que pensava em bode expiatório. Chico Buarque, Caetano Veloso, Paulo Freire. Eliminaram Marcelo Paiva e Anísio Teixeira.

Vanessa Clemente Cardoso: Na sua acepção, qual seria o motivo de uma coleção de manuais escolares de história destinados ao ensino secundário brasileiro causarem tantos pareceres negativos e perseguição aos seus autores?

Fani Goldfarb Figueira: Com certeza a perseguição aos livros e aos autores da História Nova, perseguição que chegou ao absurdo de os livros serem queimados em praça pública, em Curitiba, deveu-se à mesquinha das grandes editoras de livros escolares que temeram ver seus lucros reduzidos, dado que os livros publicados pelo MEC, brochuras simples, seriam distribuídos, gratuitamente, a todos os Estados do País. As comunicações, hoje, são muito mais

fáceis e rápidas do que eram então. Mesmo assim, recebíamos cartas de agradecimento de colégios de regiões muito distantes das capitais. O grupo da História Nova chegou a organizar um mapa do Brasil onde fincavam alfinetes coloridos marcando cada um dos locais de onde vinham as cartas. Evidentemente, este mapa, como tudo mais, foi destruído pela sanha policial.

Vanessa Clemente Cardoso: Após a perseguição, prisão e exílio, vocês mantiveram algum contato com os demais autores da coleção?

Fani Goldfarb Figueira: O exílio, infelizmente, levou à dispersão do grupo. Uns e outros voltaram a encontrar-se, mas eram encontros pessoais. O coletivo de trabalho foi desbaratado pela repressão.

Vanessa Clemente Cardoso: Houve algum desejo em fazer a terceira edição da coleção?

Fani Goldfarb Figueira: A Editora Brasiliense chegou a fazer uma segunda edição, mas foi empastelada. Muitos anos depois, um editor em São Paulo, pensou numa terceira edição, mas esta não se concretizou e esta tentativa resultou num outro trabalho.

Vanessa Clemente Cardoso: Você se recorda quanto Pedro de Alcântara Figueira recebeu para a confecção da coleção e como eram realizados os pagamentos?

Fani Goldfarb Figueira: Pedro não recebeu pela História Nova. Eram professores contratados pelo ISEB e recebiam como funcionários.

ENTREVISTADA: MARIA AMÉLIA GARCIA DE ALENCAR

Vanessa Clemente Cardoso: Hoje são 30 de abril de 2018. Estou entrevistando aqui a professora Maria Amélia Alencar. E eu gostaria, professora, de primeiro que a senhora nos contasse sobre a sua trajetória institucional.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Você diz a minha formação ou a minha vida profissional?

Vanessa Clemente Cardoso: A sua formação e vida profissional também.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Então, Vanessa. Eu acho que eu sou um pouco da memória viva da história das últimas décadas no Brasil. E te digo o porquê. Eu estudei é... no

antigo primário de ginásio, hoje primeira e segunda fase do primeiro grau... em uma escola muito tradicional de freiras no Rio de Janeiro. Então, o ensino de história que eu vi lá, principalmente, no antigo ginásio, era história bem tradicional, os livros, textos eram Borges Hermida, e... essa história factual, política, né?! Era só isso que nós tratávamos, mas, mesmo assim, eu me apaixonei pela história. Eu via, lia aquilo como se eu estivesse lendo um conto de fadas. Então, tenho, eu tenho uma memória de eu muito nova e... e no livro havia uma descrição de uma guerra de um país na Escandinávia, provavelmente a Dinamarca com a Alemanha, mas era uma guerra na Escandinávia, muito depois eu vim a saber das disputas entre a Dinamarca e a Alemanha, mas, enfim, era uma guerra ali e tinha uma cena descrita no livro que o príncipe morre, cai na neve e o sangue escorre na neve, então, essa imagem do sangue vermelho na neve branca nunca me saiu da cabeça, mas, na verdade, eu estava lendo romance, eu não estava pensando em história como ciência, não é?!

Quando eu fui fazer o segundo grau, eu fiz um curso técnico, técnico de secretariado na Fundação Getúlio Vargas, e eu tive contato com uma historiografia um pouco mais aberta, mais dinâmica, mais renovada, mas ainda muito pouca coisa é... porque já era época da ditadura militar, o pós sessenta e quatro, então, havia muito receio dos professores se abrirem. Havia alguns vislumbres de uma historiografia mais diferenciada daquela historiografia chamada positivista, mas muito pouco. Na verdade, eu fui ter contato com esses autores que ainda eram raros no Brasil, já no final do segundo grau, quando eu conheci o meu namorado e com quem eu vim a me casar, ele tinha estudado no Colégio Pedro II que me parece que tinha uma outra linha historiográfica, e lá ele fez todo o ginásio e o segundo grau. Lá ele conheceu autores na época considerados marxistas, como o Caio Prado Júnior, e... Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré. E esses livrinhos da *História Nova*, foi ele quem me apresentou a isso quando eu já estava terminando o segundo grau. E eu resolvi fazer vestibular para história da arte, que era uma coisa que eu gostava muito e que eu tinha também lá nesse curso da Fundação Getúlio Vargas. Eu tinha tido aula de história da arte com um professor muito bacana, que era um professor inclusive da faculdade de arquitetura da UFRJ e dava aula lá para nós. Então, eu me apaixonei por história da arte e... a perspectiva que ele apresentou para nós foi de uma história social da arte, inclusive, o livro eu acho que tinha esse nome “História Social da Arte” é... e eu achei muitíssimo interessante. Só que quando eu fui verificar o que eu precisava estudar para o vestibular de história da arte eu vi que precisava de muita história, precisava estudar muita

história, e... também tinha uma parte de desenho, já no vestibular, de desenho livre e eu sou de uma inaptidão absoluta para desenhar.

Bem, eu me matriculei em um cursinho pré-vestibular para história, porque tinha que estudar muita história e foi aí que realmente a minha formação começou a se dar, porque eu tive professores que hoje são grandes referências na historiografia do Brasil. Nesse cursinho pré-vestibular, eram jovens recém-formados, como o **Ciro Flamarion Santana Cardoso** e o **Professor Ilmar Rohlof de Mattos**. O **Ciro** em história Geral e o **Ilmar** em História do Brasil. Me apaixonei pela história do Brasil ali com o professor **Ilmar**. Abandonei completamente a ideia da História da Arte e fiz vestibular para História.

Lá nesse curso que era o melhor do Rio na área de Humanas, chamava-se Curso Platão, o... os professores preparavam as apostilas para gente em uma perspectiva que atendia principalmente o vestibular da UFRJ, porque os vestibulares eram muito setorizados, quem ia fazer vestibular na atual UERJ, que na época chamava UEG (Universidade do Estado da Guanabara), tinha um conteúdo muito diferente de quem ia fazer vestibular na Federal. Então, na verdade, eu me preparei para o vestibular da Federal, passei bem e começamos com uma turma muito pequenininha. A partir daí, uma nova visão da historiografia se abriu, porque eu tinha um professor muito conservador, mas que tinha contato com uma historiografia francesa. Nós temos que lembrar que não existia no Brasil quase nenhum livro traduzido ou muito menos publicado aqui. Essa... a historiografia do Brasil renovada foi a que eu citei **Caio Prado Junior**, **Nelson Werneck Sodré** e **Celso Furtado**, que eram as bíblias, e depois esses fascículos da História Nova que não tiveram uma grande divulgação. Então, quando eu comecei a estudar história Antiga, Medieval, que o catedrático era o professor **Eremildo**, um homem da repressão, da ditadura, que havia denunciado inclusive muitos dos colegas que foram afastados da universidade em sessenta e quatro, é... nós tivemos contato com uma historiografia francesa fascinante através desse homem.

Vanessa Clemente Cardoso: A senhora entrou lá em que ano?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Hum... por volta de sessenta e sete, sessenta e oito. E foi quando eu me apaixonei pela história mais uma vez e de uma outra forma, porque, através daqueles livros, quanto mais eu estudava, mais eu percebia a forma como as pessoas viviam em outros tempos, na Antiguidade na Idade Média. No primeiro e no segundo ano, eram os conteúdos da universidade. Então, eu fiquei muito encantada com aquela historiografia francesa, foi muito importante para mim, é... **Gustave Glotz** e todos esses autores de Antiga e

Medieval, mas nós ansiávamos muito para chegar no terceiro ano, quando íamos ter História do Brasil e alguns professores com uma outra visão de história. Finalmente esse terceiro ano chegou e eu tive História do Brasil com o Professor Manuel Maurício Albuquerque, que era um homem de esquerda, inclusive escreveu um grande livro sobre História do Brasil, mas o marxismo na universidade nessa época estava muito tomado pela versão althusseriana. Então, esse marxismo que eu comecei a ver na universidade, inclusive através do já então meu marido que era aquele que tinha me dado os primeiros livros, era uma vertente althusseriana do marxismo que foi uma moda, uma onda importantíssima na universidade. Então, eu tive grandes professores de História do Brasil, História da América, Professora Eulália Lobo, Professora Maria Yedda Linhares em História Moderna e contemporânea, esse pessoal tinha voltado para a universidade depois das denúncias e de terem sido afastados em função da ditadura. E... então, foi um período de muita riqueza de leituras, mas realmente a minha paixão já estava muito definida pela História do Brasil. Eu continuei estudando mais e me dedicando mais à História do Brasil. E assim eu me formei, comecei um mestrado lá, no IFCS, a primeira turma de mestrado da UFRJ, mas em seguida eu me mudei para Goiânia. Quando eu cheguei aqui, fiquei muito feliz em saber que já existia um mestrado em história. Não sei se você sabe que nosso mestrado é muito antigo?! E eu consegui me transferir para o mestrado aqui, não precisei fazer nova seleção.

Vanessa Clemente Cardoso: Quem orientava a senhora lá?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, lá ainda não tinha orientador, porque eu tinha entrado e ficado só o primeiro ano lá e não era como hoje. Era o primeiro mestrado no Rio de Janeiro, aliás só existia o da USP e depois eu vim saber que existia o de Goiás. Então, você não escolhia um orientador na entrada, isso acontecia depois. Você ia fazendo os cursos do seu interesse, definindo os temas, entrava sem projeto, era uma prova na verdade de conteúdos de história, como é o daqui hoje, e... a língua estrangeira, não tinha projeto, muito menos orientador. Então, eu tinha pensado em muitas coisas, mas não tinha ainda nada muito definido, fiquei só um ano e vim pra cá. Com isso, eu consegui me transferir para o mestrado daqui e a minha orientadora foi a Professora Janaína. Eu queria muito trabalhar na área da questão da terra e quando eu cheguei aqui em Goiás, no início dos anos setenta, me impressionou muito como que havia uma luta tão ferrenha pela terra, tão desigual. Posseiros, grileiros, sem-terra, a Igreja com a CPT. Esse assunto me chamou muito a atenção e eu resolvi que queria conhecer isso melhor, talvez até por ser uma realidade tão diferente daquela que eu tinha vivido até então.

O Rio de Janeiro por ter sido capital por tantos, tantos, tantos séculos... É... uma vida urbana muito densa. Eu costumo dizer que o Rio de Janeiro não tem interior, não tem fazenda, não tem essa vida rural que nós temos aqui tão próxima em Goiânia e em Goiás. Lá esse mundo rural é muito distante, as crianças não imaginam que o leite não venha da caixinha, entendeu? Na época dos saquinhos e dos litros de leite. Ninguém nunca viu uma vaca, muitas crianças lá nunca viram esses animais vivos. Então... quando eu cheguei aqui e me deparei com a questão da terra tão acirrada em lutas tão violentas e tudo, eu resolvi estudar isso. Primeiro, no meu primeiro trabalho no mestrado, no primeiro tema que eu levei até o final, foi a questão da terra em Goiás. E uma visão marxista disso. Se eu achar o livro ali rapidinho eu posso até te mostrar. Não sei se você quer parar um pouquinho.

Então Vanessa, eu estou aqui com a minha publicação de dissertação de mestrado e já no poema que eu escrevi. Escolhi como epígrafe o poema de Pedro Maria Casaldáliga. Ele já dá a dimensão teórica do que virá. Eu vou ler o poema em espanhol:

“¡ Malditas cercas!
Malditas todas las propiedades privadas que
¡ Nos privan de vivir y de amar!
Malditos sean todas las leyes,
mañana por Unas pocas manos,
para mantener las cercas y
Bueyes y hacer la tierra de esclava y
esclavos humanos!
Otra es la tierra nuestra, hombres todos!
La humana tierra libre hermanos”

Pedro Maria Casaldáliga.

E no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, em que você vai definir as questões teórico metodológicas do trabalho, está muito explícita, uma coisa até que não se usava muito na época por causa da ditadura, mas estava muito explícita, a base teórica desse trabalho. Ela encontra-se nas formulações do materialismo histórico enquanto *corpus* de conceitos que permitem um modo de produção com uma estrutura articulada, em que as relações de produção desempenham um papel fundamental. Então, claramente, até aquele momento a minha opção teórica de análise era pelos conceitos, pela... pela teoria dada pelo materialismo histórico.

Então... trabalhando, dando aula... eu tive contato ao longo dos anos e muito depois (há uma distância muito grande entre o meu mestrado e o meu doutorado...) com a história cultural e foi uma coisa que me encantou, então, como alguém já disse, eu fui do porão ao sótão e resolvi fazer o meu doutorado em história cultural. E como me veio isso?

Eu tinha necessidade de fazer o doutorado, eu estava na universidade, até nas duas, na Católica, hoje PUC e na UFG, e só com o mestrado a minha carreira não avançaria, eu precisava fazer o doutorado, mas eu não tinha muito um tema, não sabia por onde ia andar. Eu já estava encantada com a história cultural, que era uma coisa recente, não vem da minha época de formação, já veio da minha atuação profissional. Até que fui a um simpósio da ANPUH em Belo Horizonte e conheci a Professora Maria Izilda Matos, que trabalhava com história e música popular. E naquela época, ela estava trabalhando com o Lupicinio Rodrigues e apresentou um trabalho lá. Eu fiquei encantada. Falei: “gente é isso que eu quero fazer, quero trabalhar com música popular”.

E fiquei com isso na cabeça. De lá fui ao interior de São Paulo, onde morava a minha mãe e encontrei uma menina lá dessa cidade que a minha mãe morava, onde eu nasci. Inclusive ela cantou uma música do Fernando Brant sobre os Avacanoeiro, que é uma tribo de Goiás e tinha acabado de sair na Universidade Católica uma dissertação de mestrado sobre os Avacanoeiro da Dulce Pedroso. Com isso, fui conversar com essa menina, a Simone e falei “Simone, olha que interessante, tem um vínculo cultural entre Goiás, os Avacanoeiros são de lá, uma tribo goiana e quase desaparecida, o interior de São Paulo, que é de onde você cantava, escolheu esse repertório, está cantando aqui e Minas de onde são os compositores, parece que tem um vínculo cultural entre essa região”. Isso me despertou muito, quero dizer, eu poderia trabalhar do ponto de vista musical uma região que não seria só um estado, mas englobaria, mas que região seria essa, não é? Em seguida, ainda nas mesmas férias, eu fui à praia, eu acho que no Espírito Santo. E na praia no Espírito Santo, eu vi uma coisa que eu nunca tinha visto, eles vendiam milho cozido, quero dizer, milho para mim era uma coisa ligada ao interior, ao interior de São Paulo, à Goiás. Vender milho cozido na praia em uma carrocinha era uma coisa muito engraçada, muito diferente. E a empresa que vendia carrocinha tinha escrito assim: “somos todos caipira” e uma interrogação. Era o que tinha escrito nas carrocinhas que vendiam milho cozido na praia, esse foi o primeiro título da minha tese “Somos todos caipiras?” e tinha um subtítulo, trazendo música popular e histórica. Não me lembro mais.

Porque seria um vínculo. Um... sertão, um interior, um mundo caipira que tinha um vínculo cultural muito forte e foi daí que surgiu a minha tese. Como diz a Janaína, o tema me foi dado esotericamente, caiu na minha cabeça. Então, eu comecei a estudar essa cultura, ler Antônio Cândido e... e a cultura caipira, o interior e a música caipira. Comecei a estudar os primeiros autores que estudaram isso e fui caminhando nesse sentido até que a minha tese de

doutorado desembocou em autores tanto... de vários estados, que tinham esse vínculo da cultura caipira como Mato Grosso que antigamente não era separado, Goiás, Minas, interior de São Paulo, é... mas eu peguei um nicho de compositores que tinham uma vivência urbana muito deles, a maioria passou pela universidade, tinha uma vivência urbana, mas tratavam de temas do interior, do sertão, temas caipiras, que eu chamei de intelectuais... agora esqueci a expressão, mas eles eram uma espécie de caipiras de gravata borboleta, sabe? Alguém disse isso, já disse isso em relação ao Biancardini aqui de Goiânia. Eram uns caipiras ilustrados, essa foi a expressão que eu usei. Então, não é o caipira raiz, lá dos anos trinta, quarenta. Não é o sertanejo contemporâneo, sertanejo universitário das duplas sertanejas, mas é um nicho que inclui, por exemplo, nosso colega Nasr Fayad Chaul, que é letrista, professor universitário, foi meu colega lá na UFG, é doutor em história, mas que canta sempre os temas do sertão goiano. Hamilton Carneiro, para falar dos goianos, também tem o... ham... como é que é o nome do programa que tem até hoje na televisão? De música, cultura regional.

Vanessa Clemente Cardoso: Nossa Terra alguma coisa assim.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não... Frutos da Terra, então, Hamilton Carneiro, por exemplo, é um grande letrista, trata de temas que ele viveu a vida inteira pelo interior goiano e nesse mesmo perfil eu fui encontrando compositores no Mato Grosso, em São Paulo, em Minas e fiz o meu elenco, que deu origem à minha tese de doutorado. Esse foi o meu caminho e eu fiquei trabalhando até a minha aposentadoria, sempre nesse campo da história da música popular... no viés da história cultural. Por isso que eu digo, eu fui da história, da formação positivista desde a infância, adolescência, passando pelo marxismo até a história cultural.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, a sua atuação dentro da UFG, como que foi a sua carreira lá dentro?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Bom! Muito antes de entrar para a UFG eu já dava aula na hoje PUC. Quando eu cheguei aqui em Goiás, eu tive a oportunidade de fazer um concurso, coisa que era rara naquela época, para a PUC. Então, eu dei aula muitos anos lá nessa perspectiva que eu tinha no meu mestrado do materialismo histórico. Nós trabalhávamos nessa perspectiva não só para o curso de história, mas também tinha aula de história para o curso de economia, formação de professores no Departamento de Educação da Católica. Eu comecei assim, utilizando a perspectiva marxista que aos poucos eu fui abandonando em favor de uma perspectiva da história cultural. E obviamente a minha prática docente também acompanhou essa mudança. Foi assim, nos últimos anos de prática docência, porque depois eu só lecionei na

UFG. Nos últimos quase dez anos, eu trabalhava na perspectiva da história cultural, que me parecia mais rica, mais interessante, menos esquematizada, menos amarrada, e pela teoria eu comecei a fazer crítica de toda a perspectiva que eu trabalhava no materialismo histórico, como alguma coisa que engessava. Você tinha que fazer a realidade cair, caber dentro do seu arcabouço teórico. Então, eu achei mais interessante a abertura dada pela história cultural, os novos temas, as novas possibilidades. Assim, nos últimos anos, eu trabalhei muito nessa perspectiva, não só na minha produção científica, mas também nos cursos que eu dava. Inclusive eu dei na UFG nos últimos anos um curso de História e Música Popular Brasileira como disciplina...como é que chama lá? Optativa, não? Núcleo Livre, como Núcleo Livre.

Vanessa Clemente Cardoso: E lá a senhora atuava em qual disciplina?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Bom, quando eu fiz concurso para a UFG eu era professora de História do Brasil, ou seja, as minhas primeiras turmas foram História do Brasil Republicano, depois o Professor Nasser, se eu não me engano, voltou do doutorado e aí a disciplina era dele e eu passei a dar História do Brasil Império que como eu tinha estudado muito para fazer o meu mestrado eu conhecia bem, porque a questão da lei de terras de 1850 entra nesse tema. Então, eu conhecia bem Império, eu comecei a dar Império por muitos anos, depois o professor Noé voltou e queria ministrar a disciplina e eu acabei ministrando Colônia. Com isso, eu fui abrindo vagas para meus colegas mais antigos que voltavam do doutorado. Por último eu ministrei História do Brasil Colonial. Depois eu coordenei o programa de pós-graduação durante dois anos e nesse período eu não dei aula na graduação. Quando eu quis voltar não tinha mais essas disciplinas básicas para mim, porque tinha tido concurso e novos colegas tinham entrado. Eu voltei a dar aula na área de formação de professores, orientação de monografia e o núcleo livre, esse que eu te falei de história e música popular brasileira que foram os últimos cursos que eu ministrei na UFG até a aposentadoria.

Vanessa Clemente Cardoso: Que foi em qual ano?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Dois mil e quatorze

Vanessa Clemente Cardoso: Dois mil e quatorze

Maria Amélia Garcia de Alencar: É vai fazer quatro anos agora

Vanessa Clemente Cardoso: É... Professora a senhora disse que teve aulas com a professora Maria Yedda Linhares. E você poderia falar um pouco como eram essas aulas?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Bom, na verdade, Vanessa, esses professores, esses grandes catedráticos do Rio de Janeiro, nessa época, tinham muitos professores-assistentes que

andavam com eles e também estagiários, alunos um ano à sua frente que davam aula. Então, na verdade, eu não me lembro de aulas com a Maria Yedda Linhares, eu me lembro com o professor Eremildo. Lembro de algumas, mas a maioria das aulas eram dadas pelos assistentes, eles eram os grandes catedráticos que pouco davam aula, era uma estrutura muito diferente da universidade de hoje. Eles tinham em torno de si ex alunos que eles iam formando e que se formavam professores-assistentes deles e eram quem assumiam realmente as aulas. Então, eu lembro pouco das aulas com a Maria Yedda Linhares, praticamente nada, lembro de algumas das assistentes dela que depois se tornaram professoras, inclusive, a Professora Janaína Amado, que foi a minha orientadora tanto no mestrado quanto no doutorado, fez a mesma caminhada comigo. É, mas esses grandes catedráticos não eram muito da sala de aula não

Vanessa Clemente Cardoso: A senhora chegou a ter aulas com o Hélio Viana?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, Hélio Viana não chegou a ser meu professor. Não sei se ele já tinha morrido na época, mas o livro dele ainda era muito usado. O livro de História do Brasil dele ainda era muito usado

Vanessa Clemente Cardoso: É... outra coisa professora. Esse contato da senhora com a coleção História Nova do Brasil, qual foi a sua primeira impressão ao ler a coleção diante do ensino que a senhora vivenciava?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Então, eu já tinha sido apresentada, como eu te falei, a uma perspectiva diferente da história dita positivista, não gosto dessa classificação, mas, enfim, na qual eu fui formada até a minha juventude. E eu achava que era um movimento importante da renovação da perspectiva histórica no Brasil desde que eu tive primeiro contato, porque era um material para divulgação, era um material para grande distribuição, mas isso não aconteceu. Assim, em função do golpe de sessenta e quatro e da ditadura militar, esse projeto acabou minguando, mas o que me pareceu muito interessante é que seria uma divulgação em termos massivos de uma perspectiva histórica renovada, que só fui conhecer já jovem, não tinha sido parte da minha formação desde de o início da minha escolaridade

Vanessa Clemente Cardoso: A senhora disse que teve acesso por meio do seu “*então namorado*”. A senhora lembra como que ele teve acesso a essa coleção?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, nunca perguntei, então, eu não sei, mas ele, como eu te disse, sempre foi aluno do Colégio Pedro II, que era um colégio público diferente da minha formação que foi em colégio de freiras. E quando eu o conheci, ele tinha sido inclusive dirigente da UNE, ele era diretor de assuntos internacionais da UNE pré sessenta e quatro.

Então, eu tenho a impressão que ele tinha acesso a toda uma literatura de esquerda, porque na UNE você tinha o CPC, você tinha esses intelectuais, você tinha essas discussões. Tudo isso chegava lá, mas ainda não estava difundido em termos massivos como eu disse. O projeto era esse, mas ainda não estava.

Vanessa Clemente Cardoso: Muito bom! A senhora se recorda como que foi a recepção da obra, tanto por parte dos alunos, do seu então namorado, da senhora, e quanto pela imprensa, ou porque quando eu leio sobre a História Nova do Brasil eu vejo que tem notícias de jornais, então eles dão uma grande ênfase na obra.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Pois é. Veja bem, eu acredito, Vanessa, que eu não tive essa percepção de uma grande recepção, sabe? Para mim ainda era uma coisa muito restrita e no pós sessenta e quatro mais ainda, porque todos esses canais se fecharam. Com isso, eu tive um acesso digamos que privado, através de uma pessoa próxima, no caso era meu namorado. Mas não tive a perspectiva de que outras pessoas tivessem lido ou comentado e muito menos em jornal. Isso eu não tive acesso, então, não posso te falar.

Vanessa Clemente Cardoso: Em relação ao conteúdo, a senhora poderia destacar alguma diferença entre o conteúdo da História Nova do Brasil e dos manuais escolares que a senhora utilizou? Borges Hermida.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Totalmente. Inclusive a linha teórica básica de um e de outro fica muito clara. E nós percebíamos isso na época, uma história que exaltava os grandes vultos. Os grandes momentos da História e uma história que buscava uma linha mais social, econômica.... Então, uma ruptura mesmo com essa historiografia clássica de Borges Hermida que até pouco tempo eu tinha aqui em casa. Eu gostava tanto que guardei os meus livros. Acho que a historiografia de Borges Hermida eu não tenho mais, mas a ruptura é muito grande na medida em que as perspectivas teóricas são completamente diferentes. Isso era possível perceber.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, como era a relação dos alunos com esses professores catedráticos? Era uma relação acessível ou era uma relação distante?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Olha, havia catedráticos e catedráticos, dependia muito da posição política deles. Veja bem, nós estamos no pós sessenta e quatro, entrei na universidade, como eu te falei, acho que em sessenta e sete. Então, o professor Eremildo Viana, que foi quem me apresentou a historiografia francesa que hoje eu o agradeço por isso, era visto com maus olhos pelos alunos. Nós éramos uma turma de doze alunos no primeiro ano de

História da UFRJ, porque naquela época o vestibular era classificatório, você não preenchia as vagas, se você não tirasse uma nota mínima que era quatro em qualquer disciplina. O vestibular geralmente era só uma redação, História Geral e História do Brasil, porque passavam tão poucos que já não tinha necessidade de fazer. Tinha também geografia, mas nunca preenchia todas as vagas. Então, ficavam as vagas ociosas, entravam só aqueles que tinham passado nessa primeira seleção. O professor Eremildo era muito mal visto como um homem da ditadura. Ele também era diretor da rádio Ministério da Educação, que era uma rádio cultural no Rio, e contam que ele denunciou os colegas, que foram afastados da universidade, como a professora Eulália, professora Maria Yedda Linhares. Não sei se o José Luiz Werneck também. Werneck Vianna também foi, enfim, vários professores tinham sido afastados por denúncia dele. Então, nós tínhamos uma reação muito ruim em relação a ele. Além disso, havia uma incompreensão muito grande em relação à história. Por exemplo, tinha um dos assistentes do professor Eremildo que dava aula de mitologia antiga, de mitologia greco-romana, principalmente grega, e nós não entendíamos aquilo. Por que nós tínhamos que ficar ouvindo aquele professor contando aqueles mitos das cobras que saiam da cabeça de alguém?! Nós um dia falamos para o professor que nós não íamos fazer a prova dele e ele falou “eu também não vou mais dar aula para vocês, eu estou terminando aqui”. Nós tínhamos uma postura muito firme em relação aquilo que nós acreditávamos na época. Era uma postura mais à esquerda contra o golpe militar. Por isso era tão difícil passar pelo primeiro e segundo ano que eram os dois anos dominados pelo professor Eremildo catedrático, que ele era catedrático de História Antiga e Medieval. Ele deu poucas aulas, como eu te disse, eram mais os assistentes dele que ministravam e depois, no terceiro ano, nós começamos a ter a História do Brasil, a História da América, com professores que tinham conseguido voltar, os que eram mais jovens, os que estavam lá, em uma perspectiva política mais concordante com a dos alunos. Era a maravilha das maravilhas, mas exatamente quando eu cheguei no terceiro ano, foi mil novecentos e sessenta e oito, ano do fechamento da ditadura, a universidade vivia invadida pelas forças militares da aeronáutica, da marinha, colegas sendo presos, fugindo. Foi um período extremamente difícil, em que eu quase abandonei o curso de tão difícil que foi, porque eu não conseguia estudar, e já estava no final do segundo ano. Eu estava... olha o que se estudava na época, hoje você nem imagina, acho que não passa nem na cabeça dos alunos. Eu me lembro que no segundo ano da faculdade, eu fiz um trabalho, eu nunca esqueci isso, cujo o título era “O regime da terra no Império Bizantino no século nono”. Agora eu te pergunto, Vanessa, você imagina algum aluno hoje tendo que

entregar um trabalho com esse conteúdo, regime da terra no Império Bizantino no século nono? Pois eu fiz. Eu tive uma certa reação contra tudo isso e não estava estudando, eu me saí muito mal em uma prova, daí decidi, ou eu estudo e termino esse curso ou eu abandono. Eu resolvi terminar, fui até o fim, mas foi muito difícil. A partir do final de sessenta e oito, foi muito difícil, a partir do AI 5 a coisa ficou muito pesada, principalmente, para esses cursos da área de humanas. Lá nós tínhamos cursos de História, de Filosofia e Ciências Sociais. A repressão ali era pesadíssima.

Vanessa Clemente Cardoso: A senhora se lembra de algum acontecimento da repressão lá dentro em que algum aluno tenha sido espancado?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Quando eu comecei a estudar, nosso prédio era o antigo prédio da Faculdade Nacional de Filosofia que ficava na avenida Antônio Carlos no centro do Rio, mas, logo no primeiro ano, eles resolveram desmembrar esses cursos e criar os institutos com sedes próprias. Então, o nosso instituto que era o IFCS foi para Botafogo para uma casa do início do século vinte que eu acho que pertencia a um dos presidentes da primeira república. Se não me engano, era a casa do Nilo Peçanha, uma casa belíssima, só que na casa belíssima funcionava a administração, para nós, a sala de aula, eles construíram um barracão no fundo que era um corredor polonês, quer dizer, a polícia e eu me lembro de uma vez da polícia entrando pela frente, armada, pelo portão de um jardim, tinha umas árvores antigas, bonitas e eu com muito medo escondida atrás de uma árvore, porque os caras entraram atirando. Se eles chegavam lá no final da casa e onde era... seria o quintal e tinha esses barracões onde eram as nossas salas de aula, eram barracões mesmo, horríveis, quentíssimos. Imagina aquele calor do Rio de Janeiro... um corredor com sala de aula dos dois lados. Se a polícia fechasse aquilo ali, acabou, ninguém saía, mas nós descobrimos que se você saísse por trás do Instituto, pulando o muro, você caía nos terrenos do, na época, Colégio Santa Úrsula. Hoje é faculdade. Por ali as lideranças conseguiam escapar, muitos dos nossos colegas escaparam por ali, outros foram presos e nunca mais ouvimos falar, desapareceram, foi um período extremamente difícil esses dois últimos anos do meu curso de história.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, teve o Boletim de História que era editado pelo Centro de Estudo de História lá da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a senhora chegou a ter algum conhecimento sobre ele?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, não lembro disso. A luta política era tão intensa nessa época.

Vanessa Clemente Cardoso: Eu queria perguntar para a senhora como que se tinha essa atuação presente da esquerda brasileira dentro das universidades e essa atuação da UNE, como que era?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Bom, a UNE foi fechada em sessenta e quatro. Foi queimada, mas os centros acadêmicos e os diretórios eram muito atuantes, só que havia lutas internas dentro do próprio campo da esquerda. No Rio, havia uma organização a que eu estava ligada, não como filiada, mas como simpatizante, que era AP (Ação Popular), de viés católico, a qual eu me aproximei através do meu namorado, como eu disse, ele era um antigo militante... foi diretor da UNE até sessenta e quatro. E havia campos mais ligados ao PCB. Enfim, outros grupos de esquerda rivais dentro da própria universidade, por exemplo, a AP depois de sessenta e quatro. Em sessenta e sete, nós fundamos um grupo de teatro universitário na esteira do sucesso que o TUCA, de São Paulo, tinha feito com *Morte Vida Severina* e ganhou prêmio no exterior e tudo. Nós criamos o TUCA, que era o Teatro Universitário Carioca, porque o TUCA de São Paulo era da PUC de São Paulo, o nosso não era de uma universidade só, mas eram universitários de diversas universidades e até do Colégio Aplicação. Nós montamos uma peça de teatro, que era uma forma de levar ao público uma visão crítica da sociedade brasileira. Nós montamos o *Bumba Meu Boi* do Joaquim Cardoso, chamado Coronel de Macambira. Foi uma peça lindíssima, dirigida pelo Amir Haddad. E apesar de todos sermos estudantes inexperientes em teatro, ficou uma coisa belíssima. Era uma maneira de driblar a ditadura, porque nós estávamos fazendo teatro. Por exemplo, se você ia pregar uns cartazes na universidade, da peça de teatro, o outro grupo vinha e tirava, entendeu?! Tinha isso ainda, uma esquerda dividida, mas muito atuante.

No primeiro ano, a experiência também foi muito tensa, porque foi quando resolveram dividir a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) nos institutos e nós seríamos transferidos para esse palacete do Nilo Peçanha, se não me engano, em Botafogo, e nós resistimos. Dissemos que não íamos e entramos em greve “não vamos nos mudar pra Botafogo”. E ficamos muitos meses em greve e quando nós voltamos, quem é... que negociou o fim da greve e a volta às aulas foi no diretório acadêmico, diretório que era dirigido pelos Marcos Medeiros. O professor Eremildo, queria reprovar a turma inteira por falta. Já estávamos quase no final do ano e nós não tínhamos assistido aula, só que nesse período nós ficamos e nós éramos muito sérios. Nós ficamos nos dando aula, nós formamos um grupo de estudos, nós éramos doze, como eu te falei. Nós nos reunimos nas nossas casas e íamos estudando o conteúdo de todo o período da greve.

E nós nos preparamos e o Eremildo acabou negociando com o diretório a volta. As aulas foram prolongadas durante o período das férias e nós acabamos não perdendo o primeiro ano, porque também causaria um problema muito grande que seria como entraria o novo vestibular. Tinha uma atuação muito grande das lideranças de estudantes sim, tanto em nível de centro acadêmico como em diretório.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, a senhora falou sobre o Colégio Aplicação, a senhora chegou a fazer estágio lá, como que era?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Fiz. Todos os estágios eram feitos no Colégio Aplicação. Então, no último ano, no quarto ano, nós tínhamos aulas de manhã e à tarde. De manhã tínhamos as aulas de formação pedagógica, mas nenhuma era na faculdade. Psicologia de educação, essas coisas, história da educação e a prática de didática e ensino também no Colégio Aplicação, no próprio colégio da UFRJ. E à tarde nós tínhamos as matérias do quarto ano, que eram História Contemporânea e não lembro quais mais.

Vanessa Clemente Cardoso: Como que era lá no Colégio de Aplicação, era uma aula assistida?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Ah sim, os professores do colégio assistiam as aulas, eram muito rigorosos, avaliavam. Os próprios professores do colégio eram os professores de prática de ensino. E nós tínhamos que ficar o semestre inteiro lá, tínhamos que preparar as aulas, os planos de aula para submeter ao professor e dar aula para os alunos e eles avaliavam, os professores do colégio eram os nossos professores de prática de ensino.

Vanessa Clemente Cardoso: Desse grupo pequeno de alunos, eles entravam pelo vestibular? Passaram doze? A senhora se recorda quantos eram mulheres, se haviam negros, se existia algum estudante negro?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Entraram doze, depois teve algumas transferências. O grupo aumentou um pouquinho, não ficou só, mas pouco, nunca chegou a vinte. A maioria era de mulheres, mas tinham, por exemplo, algumas pessoas que são famosas hoje. O professor Arno Vogel foi da minha turma. O Hélio era uma liderança estudantil que sumiu na época de repressão, era negro de tez mulato claro. E a grande maioria eram mulheres, mas tinha até um gay assumidíssimo que era uma espécie de estudante profissional, porque ele vivia fazendo novos cursos. Ele precisava morar na casa do estudante, então, ele já tinha feito museologia, estava fazendo história e não sei se ele já tinha feito outros cursos, porque ele era uma pessoa mais velha e com muita dificuldade de sobreviver. Tinha feito enfermagem e continuava

morando na casa do estudante. Para ter direito de morar na casa do estudante, ele estava sempre fazendo um curso. Era um grupo muito variado. Tinha uma moça que era filha de uma empregada doméstica com o patrão. A empregada, mãe dela, era negra e ela também era uma mulata. Uma menina muito bonita, uma grande mulher negra que morreu assassinada, a qual foi minha grande amiga na universidade, Beatriz Nascimento, que depois entrou para a causa feminista, a causa das mulheres negras e acabou sendo morta por um marido ciumento que ela tentou apaziguar. Ele estava agredindo a mulher e ele a matou. A Beatriz morreu muito nova, era negra. Enfim, o grupo era muito variado, tinha de tudo, uma turma muito boa viu, Vanessa?!

Então, Vanessa, como eu estava te dizendo, o professor Eremildo era muito rejeitado pelos alunos em função das posições políticas dele e nós sabíamos das denúncias que ele tinha feito dos colegas e tudo. A grande ansiedade nossa era terminar os dois primeiros anos que eram sobre o jugo do Professor Eremildo. Quando isso aconteceu, teve uma festa na minha casa, terminou o segundo ano, para fazer o enterro do Professor Eremildo, enterro simbólico do Professor Eremildo. Minha turma toda se reuniu e fizemos em uma caixa de sapato pintada de preto o enterro do Professor Eremildo, que finalmente saía das nossas vidas.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, outra coisa que eu queria perguntar. Essa coleção de História Nova do Brasil era considerada subvertida, quem tinha a coleção em casa era uma prova?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não só, né?! Mas, durante muitos anos da ditadura na década, principalmente depois de sessenta e oito, nós escondíamos esses livros. Ninguém podia ter isso. Eu fui casada com Marco Aurélio, que foi esse namorado que me iniciou naquelas leituras. Nós mantínhamos tudo escondido, porque dizia-se que se o livro tivesse uma capa vermelha já era indício da sua posição política e você podia sofrer as consequências disso. Então, foi uma época extremamente difícil.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, por que guardar essa coleção e o que ela significa hoje para a senhora?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Olha, Vanessa, por que eu guardo tanta coisa? Até pouco tempo atrás eu guardava Borges Hermida. Eu tenho muita dificuldade de me livrar de coisas que fazem parte da minha história, da minha trajetória de vida, principalmente, os livros. Então, eu tenho coisas muito antigas que eu não tenho coragem. Agora que eu estou aposentada fico pensando muito no quê que vou fazer com tudo isso. Já pensei em uma doação para a biblioteca da UFG, que eu acho que é o melhor caminho se eles aceitarem, mas como ainda sou

convidada às vezes para alguma mesa redonda, para algum congresso, para bancas, eu ainda uso a minha biblioteca, pouco, mas uso. Então, eu ainda não decidi o que fazer, mas eu tenho muita dificuldade de, como a maioria das pessoas que amam os livros, de me desfazer deles, de qualquer coisa. Então, eu guardo para sempre desde sempre. Eu tenho coisas do vestibular. Com certeza, nós liamos o Edward McNall Burns, que era uma História Geral da Civilização em dois volumes. Era o preparatório de História Geral para o vestibular. Eu tenho até hoje aqui em casa, não tenho coragem de me livrar dele.

Vanessa Clemente Cardoso: Professora, nós estávamos conversando e a senhora chegou a mencionar alguns alunos que não tinham poder aquisitivo alto, e isso choca muito com o que eu tenho lido sobre o ensino universitário brasileiro, sobre a história das universidades brasileiras, porque fala-se nos livros sobre um acesso restrito da elite, então, na realidade existia alunos pobres. Como que se dava esse acesso? Existiam bolsas de estudo, alguma coisa desse tipo?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, na verdade, talvez o grande funil fosse o vestibular que era muito exigente. Tanto que você vê, de duzentos candidatos que passaram na época, só passaram doze. Então, era um funil muito grande e quem não tivesse uma boa preparação não conseguia entrar, mas algumas pessoas vieram transferidas depois, como eu te falei, de outras universidades, como portadores de diplomas. Assim, você tinha um grupo mais heterogêneo em termos de poder aquisitivo. Aqueles que mesmo vindo de extratos sociais mais empobrecidos conseguiam ter uma boa formação e passar no vestibular, que realmente era muito difícil, ou pessoas que vinham como portadoras de diploma ou transferidas de outras universidades que conseguiam, porque tinha vaga, não havia o empecilho da vaga, em um curso que era muito procurado na época, o curso de História, Ciências Sociais, os quais eram muito valorizados na época da ditadura, exatamente, porque havia essa ânsia de compreender a História do Brasil e atuar na transformação daquela realidade tão dura. Por causa disso, esses cursos eram muito valorizados e, apesar disso, poucos entravam e poucos saíam no final.

Vanessa Clemente Cardoso: A senhora chegou a fazer algum curso de férias que existia na universidade?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, nunca fiz. Não me lembro se tinha na minha época, Vanessa, curso de férias na História da UFRJ.

Vanessa Clemente Cardoso: Como que era feito esse vestibular, onde que era? Porque eu cheguei a ler que eles colocavam os alunos no ginásio.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, porque o vestibular era para História, então, nós fazíamos o prédio da História na época das férias. O vestibular era sempre depois do carnaval, em fevereiro, período em que a universidade estava em férias. No meu caso pelo menos, nós fizemos nas próprias salas de aula da FNFi, entendeu? E dividiu os grupos ali. Eu me lembro muito bem desse vestibular. Era tão traumático que o tema da redação era uma frase do Renan, que era um Filósofo Francês, falando do desaparecimento da História, para nós comentarmos. Ora, houve pessoas que foram reprovadas, porque concordaram com o Renan, de que a história ia desaparecer “o que você está fazendo aqui fazendo em um vestibular para História?”. Esses foram reprovados. E depois a prova de história geral, que era elaborada pelo professor Eremildo Viana, era extremamente difícil e detalhista, extremamente difícil. Tinha que ter estudado muito para poder da conta da pré-história até os nossos dias com aquele nível de detalhe. Depois, a prova de história do Brasil já era elaborada pelo professor Manoel Maurício Albuquerque. Era uma prova muito mais de conhecimento na linha da História Nova, do Caio Prado e eu me saí muito bem, tanto na redação, quanto na História do Brasil, porém, muito mal na prova de História Geral, mas consegui tirar a nota mínima que era quatro para passar.

Vanessa Clemente Cardoso: E a nota média para passar nas disciplinas era qual?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Ah não me lembro, não me lembro nem se tinha isso.

Vanessa Clemente Cardoso: O que a senhora chama de detalhes são as datas?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Fatos muito pequenos, coisinhas, pegadinhas como diríamos hoje.

Vanessa Clemente Cardoso: E as provas dentro da universidade, já no curso de história, sem ser no vestibular, como eram essas provas, dissertativas?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, quase não havia provas na universidade que eu me lembre, Vanessa, porque, minha querida, faz mais de cinquenta anos. Então, a minha memória pode estar falhando, mas nós fazíamos muitos trabalhos, seminários, apresentávamos seminários orais, entregávamos trabalhos escritos, como esse que te falei do regimento da terra no império bizantino no século nono, e participava de seminários, que eu me lembre, era mais isso do que provas, mas isso é a minha memória, é o que ficou. Nós não tínhamos bibliografia, então, o acesso ao ensino era muito difícil, se você não soubesse francês, nem pensar que você conseguiria fazer o curso, porque essa bibliografia do primeiro e do segundo ano era francesa.

Vanessa Clemente Cardoso: E a biblioteca, como que era essa repressão?

Maria Amélia Garcia de Alencar: A biblioteca da escola não tinha nada, era muito ruim, a biblioteca da Universidade era muito ruim. Nós descobrimos uma biblioteca de um colégio de primeiro grau, primário, na região portuária do Rio de Janeiro, que tinha todos esses livros de história antiga, dessa historiografia francesa. Não sei se foi uma doação, deve ter sido uma doação para essa escola. Nós íamos para lá estudar.

Vanessa Clemente Cardoso: A senhora recorda o nome da escola?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Não, não me recordo, não me recordo, sei que era na zona portuária do Rio. E nós íamos estudar lá, porque lá é que tinha esses livros, passava as tardes lá, porque no primeiro, no segundo e no terceiro ano, nós estudávamos de manhã, o quarto ano é que era horário integral.

Vanessa Clemente Cardoso: E também por que a senhora entrou depois do ISEB né?! Mas tinha alguma notícia sobre o ISEB? A senhora chegou a ter?

Maria Amélia Garcia de Alencar: Se fala nesses Institutos e no que eles estavam produzindo na CEPAL, na área de História Econômica também, de onde vem o Celso Furtado. Uma colega minha era casada com um grande economista da CEPAL, que era o professor Antônio de Barros Castro, estudava muito na casa deles. Então, nós tínhamos notícias dessas produções, mas era uma coisa que não chegava na Universidade.

Vanessa Clemente Cardoso: Muito obrigada, professora.

Maria Amélia Garcia de Alencar: Um prazer.

ENTREVISTADO: MAURÍCIO MARTINS DE MELLO

Vanessa Clemente Cardoso: Antes de mais nada, eu queria dizer que você tem total liberdade para responder, para falar que não quer responder, fica livre, não se preocupe em relação a isso, ok? Eu queria saber a sua trajetória institucional?

Maurício Martins de Mello: Minha trajetória como?

Vanessa Clemente Cardoso: Institucional, como que foi? Onde você estudou? Como foi sua formação? Tudo!

Maurício Martins de Mello: Bom, eu sou nascido no Rio de Janeiro, subúrbio de Ramos. Estudei em um colégio particular em Ramos. Depois de terminado o então científico, fiz Belas Artes, mas depois eu interrompi e fiz concurso para a Faculdade Nacional de Filosofia, no curso de História, e fiquei lá até o Golpe. Isso, porque o grupo de História, o pessoal que fazia História, fez parte do grupo do professor Nelson Werneck Sodré no ISEB. Nós fomos trabalhar com o Sodré no ISEB, e trabalhamos com ele. Fizemos a História Nova, que era uma reformulação da História do Brasil, a qual, naquela época, era muito calcada nas figuras. Nas grandes figuras dos grandes heróis, do estado, dos militares, dos políticos, e a nossa proposta era reverter isso e colocar quem faz a história realmente, que seriam as pessoas. O povo. E em sessenta e quatro, nós fomos perseguidos, para não fazer esse trabalho! Em sessenta e cinco... sessenta e seis... eu fui preso, fui liberado com *Habeas Corpus*, busquei o asilo na Polônia. Fiquei na Polônia dois anos e depois me transferi pra Itália, onde fiquei dez anos trabalhando na Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, que era uma fundação especializada em documentação da história do Movimento Operário Internacional. Depois com a anistia, voltei para o Brasil, fiz um ligeiro estágio na UFRJ. Mas logo, sabendo que podia pedir aposentadoria, pedi aposentadoria para retomar ao meu destino como artista plástico e estou levando até hoje.

Vanessa Clemente Cardoso: Essa escolha pelo curso de História e interrupção do curso de Belas Artes. Por que História?

Maurício Martins de Mello: História porque eu tinha vários amigos fazendo curso de História, e como artista plástico, eu não ia poder me ver no próprio trabalho tão cedo e eu sempre fui ligado à história, na escola. Eu tinha amigos que já estavam na faculdade e me convidaram para ir. Na faculdade, entrei para a política, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma das razões das minhas prisões.

Vanessa Clemente Cardoso: E você chegou a participar do Boletim de História?

Maurício Martins de Mello: Eu fui um dos idealizadores do Boletim.

Vanessa Clemente Cardoso: E como se deu essa criação do Boletim de História?

Maurício Martins de Mello: Nós tínhamos no curso de História um grupo muito interessante. Tinha o Pedro Celso, que era um grande intelectual, polemista, um grande orador. Ele exercia uma influência muito grande em mim. Eu o admirava muito. Ele era capaz de fazer política, estudar e trabalhar. Nós éramos muito fãs do trabalho coletivo e o nosso trabalho todo depois na História era caracterizado por isso, o trabalho coletivo.

Vanessa Clemente Cardoso: Dá para dizer que o Boletim de História foi a gênese? Nele está a semente que daria vida à História Nova do Brasil?

Maurício Martins de Mello: Isso! Eu acho que tem uma certa lógica aí, porque nós começamos, éramos muito garotos, muito jovens, mas jovens ambiciosos do ponto de vista intelectual e tínhamos grandes eventos na Faculdade Nacional de Filosofia. Tínhamos uma faculdade eclética, tinha curso de Física, Química, Astronomia, Filosofia, e nós tínhamos acesso a todos esses cursos. “Ah Viera Pinto (que era um grande filósofo da época, brasileiro) está dando aula lá”, e nós íamos assistir. Então, o ambiente intelectual era muito forte, e nós jovens sedentos de participar disso, na época da política das Reformas, e os jovens querendo participar e querendo estudar a realidade brasileira. Éramos muito estudiosos, não sei se hoje em dia esse valor é muito cultuado pelo pessoal, porque está tudo muito raso.

Vanessa Clemente Cardoso: E no caso, o movimento estudantil era muito forte dentro da universidade?

Maurício Martins de Mello: Era a época da UNE, União Nacional dos Estudantes. Lá no Flamengo, tinha o Centro Popular de Cultura, que produzia muita, muita cultura. Teve a Campanha de Alfabetização que nós participamos. Era um clima de euforia, um clima de euforia que acabou tragicamente em sessenta quatro, mas deixou frutos. O nosso grupo deixou frutos, e dentro da faculdade também deixou muitos frutos, por exemplo, o Rubem César Fernandes. O Rubem César criou uma ONG, teve uma participação muito grande no Haiti. A ONG dele trabalhou muito no Haiti e o Pedro Celso foi professor nos Estados Unidos, em Saint Louis e grandes intelectuais, a faculdade como um todo! Alba Zaluar, por exemplo, que é uma grande intelectual especialista em questões de violência, uma intelectual espetacular, está atuante. Cecília Coimbra, que é do curso de História, uma mulher muito importante pela conquista dos Direitos Humanos aqui no Brasil, fundadora da Fundação Tortura Nunca Mais. Então, foi uma geração abençoada desse ponto de vista, produziu, deixou sua marca... mas a história caminha.

Vanessa Clemente Cardoso: Como que você conheceu o Nelson Werneck Sodré e os outros autores da coleção?

Maurício Martins de Mello: O Sodré eu conheci pelo Celso, tinha contato com ele, e quando nós resolvemos fazer a História Nova, o Sodré foi que nos abrigou lá no ISEB, nos abrigou, jovens intelectuais. Foi muito importante para nós, um grande intelectual lidando com um grupo de jovens inexperientes. Inclusive culturalmente em formação, então, o Pedro Celso

que nos levou para o ISEB. O Rubem Cesar no curso de História, o Pedrinho no curso de História também, o Pedro Celso, então, foi por aí.

Vanessa Clemente Cardoso: E essa ideia de escrever a *História Nova do Brasil* surgiu como? Nos inquéritos ela aparece como um convite do Roberto Pontual.

Maurício Martins de Mello: Isso, essa foi a primeira edição pelo MEC e que depois foi perseguida durante o Golpe, foi levada aos quartéis como prova da subversão. E depois, por volta de sessenta quatro, nós achamos que a coisa tinha amainado e a resolvemos republicar pela Civilização Brasileira e os militares acharam que era demais.

Vanessa Clemente Cardoso: Mas essa ideia existia antes mesmo do convite, entre vocês, entre o grupo dentro da faculdade?

Maurício Martins de Mello: Não, não! Nós tínhamos uma crítica muito grande em relação à perspectiva de História que era dominante no curso. Tínhamos professores muitos tradicionais, Eremildo Viana, em suma, era muito tradicional, e nós víamos que não correspondia com a realidade, e a nossa formação era marxista. Então, era natural que nós lançássemos a nossa atenção para as questões sociais.

Vanessa Clemente Cardoso: Você mencionou que se vinculou ao Partido Comunista Brasileiro dentro da universidade, e os outros autores também. Entretanto, no Inquérito Policial Militar há sempre a negativa que vocês participavam do Partido Comunista Brasileiro?

Maurício Martins de Mello: Isso, isso, mas isso faz parte do jogo. Nós, dentro do possível, quem foi preso fazia, embaralhava as cartas um pouco ali, e na verdade eles queriam incriminar o Sodré como o grande mentor, que era peixe grande, nós éramos peixe pequeno.

Vanessa Clemente Cardoso: É porque quando eu pego o inquérito, ele tem dois momentos: quando ele é respondido com o Major Bonecker, o escrivão digita como se vocês estivessem dizendo “nós somos filiados ao Partido Comunista Brasileiro. Nós não sofremos nenhum tipo de coação moral para responder esse inquérito” tem isso presente também, tem duas versões dentro do próprio inquérito.

Maurício Martins de Mello: É, mas era isso aí. A gente tentando primeiro proteger o Sodré, eles queriam que nós fizéssemos um depoimento colocando o Sodré como o grande mentor e ele foi o grande mentor, mas do ponto de vista intelectual, não do ponto de vista político, porque do ponto de vista político nós éramos. O Partido Comunista na faculdade na época era muito poderoso, nós éramos muito modernos, tínhamos uma influência muito grande do PTI, do Partido Comunista Italiano, das ideias do Gramsci, éramos muito críticos ao

Stalinismo. Então, isso para eles... eles não tinham essa sofisticação para entender o que se passava no universo da esquerda do país e, principalmente, do Rio de Janeiro.

Vanessa Clemente Cardoso: Dentro do ISEB, qual a função que você desempenhava? Você foi para lá a convite do Sodré?

Maurício Martins de Mello: Isso, todos nós, todos nós fomos nomeados como professores do ISEB, assistentes do Sodré, para trabalhar no curso. Ele era o historiador, então, nós fizemos parte do Departamento de História do ISEB na época, que era um grande centro de discussões de ideias, grandes intelectuais estavam ali.

Vanessa Clemente Cardoso: E para a escrita da coleção, vocês receberam algum valor ou o próprio salário? O que vocês recebiam como professores do ISEB também pagava a escrita da coleção?

Maurício Martins de Mello: Então, nós éramos professores do ISEB, recebíamos ali, mas a coleção não era vendida, aquelas que nós chegamos a terminar foram enviadas através do MEC para professores de todo o Brasil e foi um sucesso muito grande. Foi um sucesso muito grande, tivemos um retorno. Os professores estavam extasiados por finalmente uma História do Brasil que nós podemos contar para os nossos alunos.

Vanessa Clemente Cardoso: Então não teve nenhuma forma de recebimento? Porque no Inquérito Policial, há valores altíssimos.

Maurício Martins de Mello: Eu não entendi.

Vanessa Clemente Cardoso: Vocês não receberam nenhum valor para a escrita da coleção, porque no IPM, do ISEB, o que os militares colocaram? Eles colocaram os valores escritos no depoimento de vocês. Quanto vocês receberam para escrever cada monografia, quanto vocês receberam de cheque?

Maurício Martins de Mello: Isso está em um passado remotíssimo, não tem nem mais nenhuma referência sobre isso, e em suma, era tudo dentro da legalidade. As coisas eram as claras, não tinha nenhuma armação, era o MEC, com aquele diretor que deu muita força para nós, o Roberto Pontual. Ele era muito entusiasta do nosso trabalho, ele pagou também um preço por ter prestigiado e assumido a História Nova.

Vanessa Clemente Cardoso: Ele também respondeu a um IPM, eu tive acesso ao IPM dele. E no caso tem alguma influência de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e logicamente do próprio Nelson Werneck Sodré, porque quando eu leio a coleção eu percebo que eles são

pessoas muito constantes nas referências bibliográficas e também percebo muitas coisas deles na escrita.

Maurício Martins de Mello: Não, a *História Nova* hoje, olhando, pelo olhar do passado, é um escrito, muito ingênuo, nós estávamos começando a produzir, começando a escrever, então não dá para fazer texto assim, com a qualidade da *História Nova*, porque éramos intelectuais, pesquisadores, escrevinhadores da História, jovens... jovens. Tínhamos que entender isso, a nossa força, era vontade de mudar o Brasil, e nós éramos banhados por isso, e a História era fundamental. Nós sempre tivemos a consciência de que a História era fundamental para qualquer transformação, e a nossa grande lição foi que historiador tem que tomar muito cuidado quando ele mexe com os mitos da classe dominante, porque a classe dominante não tolera que você venha a pôr em xeque os seus valores.

Vanessa Clemente Cardoso: Dentro da própria coleção e depois quando vocês concederam aqueles depoimentos em mil novecentos e noventa e três, vocês sempre afirmaram que foi uma coleção escrita de forma coletiva, ninguém assinava as monografias, por exemplo, quem fez a monografia “Descobrimento do Brasil”. Nos inquéritos aparece autoria, mas isso logicamente é discutível, mas tem a presença também de uma outra pessoa que não está na capa? O Francisco Falcon?

Maurício Martins de Mello: Não, o Francisco Falcon pertencia ao Departamento de História, mas não da História do Brasil, ele nunca participou disso.

Vanessa Clemente Cardoso: Ele não escreveu nenhuma monografia?

Maurício Martins de Mello: Nenhuma, nenhuma, nenhuma, a serra dele era outra.

Vanessa Clemente Cardoso: O Pedro de Alcântara disse que a monografia “Sociedade de Açúcar” foi ele quem escreveu e que o grupo considerava essa monografia a mais bem escrita.

Maurício Martins de Mello: Não posso te dizer nada a respeito. Não que eu não queira, porque não lembro, mas o nosso processo era o seguinte, nós dividíamos as tarefas a escrever e cada um escrevia, depois nos reuníamos, líamos cada um o trabalho do outro e depois fazíamos observações, modificávamos o texto através de consenso, e era assim. Foi assim o processo de escrita do Brasil, evidentemente, que nós não, que a escrita do Sodré, ele era o cara, então nós que tínhamos que trabalhar o texto até termos a aprovação do grupo como um todo, inclusive o Sodré.

Vanessa Clemente Cardoso: Então sem uma participação externa de outra ou outras pessoas, isso?

Maurício Martins de Mello: Não, não, não, não, completamente, nunca, o Chico, Francisco Falcon, nunca foi ao ISEB trabalhar conosco. O Sodré tinha a sala dele e a nossa sala era continuação da dele, e as pessoas para falar com o Sodré passavam por nós, então, eu nunca vi o Francisco Falcon lá no ISEB.

Vanessa Clemente Cardoso: E a Fani Goldfarb esposa do Pedro Alcântara, ela não chegou a participar de nenhuma discussão, nada dentro do grupo?

Maurício Martins de Mello: Não, não, não, a Fani não! O grupo era aquele ali que você viu na capa. A Fani era nossa amiga, colega de militância, tinha uma relação de amizade muito forte na época.

Vanessa Clemente Cardoso: O papel do Nelson Werneck Sodré na coleção seria mais um orientador?

Maurício Martins de Mello: Mais um orientador, mais um orientador, um formador, foi ele quem praticamente nos formou, abriu uma perspectiva, “o caminho é esse, muito estudo muita pesquisa muito trabalho” e para nós era um exemplo espetacular, só o fato dele (o grande espetacular) ter colocado a coleção por ordem alfabética, te dá a dimensão do quão democrático e intelectual ele era.

Vanessa Clemente Cardoso: Vocês foram presos, sofreram tortura, partiram para o exílio, como que foi esse momento? Você sofreu algum tipo de tortura psicológica, física? Pode falar sobre isso?

Maurício Martins de Mello: Olha, eu fui chamado para o Ministério da Educação para prestar depoimento em um Inquérito Policial sobre a filosofia. Eu fui, subi o primeiro andar do MEC e quando cheguei lá eles me deram voz de prisão. Eu descii direto para o camburão. Eles me levaram para um quartel da polícia militar e eu fiquei quinze dias incomunicável. Muita pressão, tapa na cara, aquele tipo de coisa que você já conhece. Você vai me permitir, eu não gosto de mexer nesse assunto. Mas já tem vários depoimentos meus sobre a prisão. Mas foi uma experiência acachapante para nós, porque a nossa geração, ela não foi, ao contrário dos militantes do Partido Comunista da velha geração que tinha a tecnologia da vida ilegal de como se comportar diante de prisão, da tortura, a nossa visão era construir uma sociedade democrática, então, nós não tínhamos essa manha. Nós queríamos, estávamos lutando pela legalização do PCB na época, porque nós achávamos que a sociedade brasileira estava

caminhando para uma redemocratização. Redemocratizar quer dizer você libera todas as tendências, militância, os partidos políticos. Nós sofremos muito por isso, porque quando teve o Golpe, “Como é que se faz? Como é que se esconde? Como é que você se comunica?” Era tudo ilegal, então foi um aprendizado muito doloroso.

Vanessa Clemente Cardoso: E por que ir para exílio na Polônia?

Maurício Martins de Mello: Porque o Partido Comunista conseguiu. O Partido Comunista tinha uma rede de relações internacionais e eles conseguiram com o Partido Comunista lá na Polônia bolsa de estudos para o grupo.

Vanessa Clemente Cardoso: Foi você, mais alguém, autor, mais algum autor da coleção junto?

Maurício Martins de Mello: Foi! Foi o Pedro, eu e o Rubem César, o Pedrinho ficou aqui, e o Joel foi para a Bolívia se não me engano.

Vanessa Clemente Cardoso: Você acha então, que dá para afirmar que essa perseguição que a coleção sofreu, que os autores sofreram foi mais uma espécie de bode expiatório para conseguir provas para associar o Nelson Werneck Sodré ao Comunismo Internacional?

Maurício Martins de Mello: Essa é a minha visão. Porque eles falaram “é o Sodré o grande cabeça”, inclusive o Sodré como General, como militar. Eles achavam um pouco que o Sodré tinha traído. Por outro lado, quando ele foi preso, prenderam ele num quartel do exército. O Sodré tinha sido professor do Estado-Maior, tinha sido professor de vários oficiais que o prenderam e depois foram visitá-lo, então tem umas histórias interessantes por aí.

Vanessa Clemente Cardoso: Depois da escrita da coleção, da perseguição, da prisão, do exílio, vocês ainda mantiveram contato? Hoje ainda tem algum tipo de contato? Como que foi?

Maurício Martins de Mello: Não, as pessoas um pouco se dispersaram, o Pedrinho foi para São Paulo, agora que ele voltou para cá, se você tiver o telefone dele eu gostaria.

Vanessa Clemente Cardoso: O Pedrinho é o Pedro de Alcântara?

Maurício Martins de Mello: É...

Vanessa Clemente Cardoso: Eu tenho o contato da Fani, se você quiser eu te passo.

Maurício Martins de Mello: Quero sim. Porque era os dois Pedros: o Pedrão, o Pedro Celso.

Vanessa Clemente Cardoso: O dele eu não consegui encontrar, de jeito nenhum, que é o pai do Marcos Uchôa.

Maurício Martins de Mello: Eu moro aqui em Petrópolis e eu frequento Itaipava e algumas vezes eu encontrei o Pedro lá, mas ele passou um período meio doente, e a Valentina que era a mulher dele estava muito doente também e depois eu perdi o contato dele. Até agora eu não sei se ele está vivo ou se ele faleceu.

Vanessa Clemente Cardoso: Eu pesquisei muito, procurando, e também não consegui notícias, nada dele.

Maurício Martins de Mello: E o Pedro é pai de um jornalista na televisão. Como é que se chama ele? Eu vou me lembrar. O Pedro Celso (Pedrinho) foi para São Paulo, o Joel ficou um pouco lá em São Paulo, depois voltou aqui para o Rio, mas aquele contato mais estrito, nós, as pessoas se afastaram. Na volta, a volta do exílio foi terrível para mim. Depois de dez anos voltar... fiquei sem ver minha mãe por dez anos, voltei, cheguei lá, a minha mãe abriu a porta e eu vi uma pessoa que envelheceu dez anos. Eu vi esse envelhecimento em um segundo. O retorno foi muito dramático, foi muito dramático, várias pessoas, conhecidos, em suma, cada um tomou o seu destino.

Vanessa Clemente Cardoso: Na sua acepção, qual seria o motivo, eu sei que você já deu várias respostas sobre isso, mas só para formalizar, qual seria o motivo de uma coleção de manuais escolares destinados ao Ensino Secundário brasileiro causar tantos pareceres negativos e tanta perseguição e sofrimento aos autores?

Maurício Martins de Mello: Exatamente por isso, nós mexemos no imaginário da classe dominante, no ideário da classe dominante, por isso que como colega aposentado, preste muita a atenção, quando você for mexer com as estruturas da classe dominante, tem algumas áreas que são muito sensíveis. Hoje em dia, com as conquistas democráticas, você até pode mexer, mas de qualquer maneira você mexe com aquilo que a classe dominante apresenta para o país, aquela coisa dos militares, fizeram, criaram as fronteiras, os heróis, Floriano, aquela coisa toda... então são mitos que, por exemplo, o exército não aceita que você mexa, hoje em dia você pode até mexer, mas cuidado!

Vanessa Clemente Cardoso: Houve algum desejo em fazer uma terceira edição por parte de vocês?

Maurício Martins de Mello: Não. Se você passasse por aqui, eu te mostrava os originais, consegui preservar os dois volumes publicados pelo MEC, os originais e um ou dois volumes publicados pela Civilização Brasileira, que são raridades bibliográficas.

Vanessa Clemente Cardoso: Eu tenho a segunda edição e a primeira edição. Eu tive o privilégio de ter acesso com a professora Maria Amélia que os recebeu de um namorado na época que participava da UNE e sabe como ela guardou a coleção? Ela guardava no porão da casa dela e atualmente não desfaz da coleção de jeito nenhum. Eu utilizei durante o mestrado, tirei cópia.

Maurício Martins de Mello: É muito interessante, eu até hoje fico surpreso, a História Nova ficou imantada, se tornou um objeto, livro muito peculiar, era levado nos quartéis “olha aqui a História Nova”, então medo e admiração, medo dos militares, daquilo que eles poderiam fazer. Eles achavam que nós estávamos doutrinando a juventude, e, por outro lado, os professores... pena que já não existe mais as cartas que nós recebemos lá no ISEB dos professores de todo o Brasil, sabe? Emocionante, emocionante e são para mim até hoje! Caramba, como é que pode um livreco de uns garotos causarem tão rumor assim?! Mas a história tem desses mistérios.

Vanessa Clemente Cardoso: O que a História Nova representa para você?

Maurício Martins de Mello: Mostrou para mim que eu tinha condições de ser um intelectual de ser um historiador, nos mostrou isso, porque sendo muito jovem, é muito difícil você ser jovem e ser seguro, “e, não é isso mesmo, é isso que eu quero, é por aqui”. Então, a História Nova teve esse viés e abriu um boqueirão muito grande para conhecer outros intelectuais. Foi a História Nova, devo muito a ela! Inclusive, meu exílio, que depois do exílio é um outro capítulo, você amadurece, você cresce intelectualmente, você viaja, você apura o seu gosto. Devo inclusive isso à História Nova, o pós História Nova.

Vanessa Clemente Cardoso: Teria escrito? Se fosse para voltar no tempo, teria mudado isso, não escreveria ou deixaria como está a sua história?

Maurício Martins de Mello: Não, eu acho que fui bem vivido. A nossa geração foi muito privilegiada de ter vivido um momento muito particular, muito particular, e foi, para toda a intelectualidade da época, foi muito bom.

Vanessa Clemente Cardoso: Como que era a relação de vocês autores da coleção com os professores Hélio Viana, Eremildo Viana e Maria Yedda Linhares?

Maurício Martins de Mello: Maria Yedda?

Vanessa Clemente Cardoso: É.

Maurício Martins de Mello: Maria Yedda era a nossa mestra. Eremildo Viera era um crápula, foi diretor da faculdade, perseguia a esquerda. Quem mais você perguntou?

Vanessa Clemente Cardoso: O Hélió Viana.

Maurício Martins de Mello: O Hélió Viana para nós era motivo de chacota. E nós sofremos, nós fomos alunos dele e ele era aquele tipo de professor que perguntava sobre as “fronteiras do Brasil com não sei qual”, então você tinha que saber toda a fronteira com os rios, sabe? Era o historiador dos fatos, o negócio dele era os fatos. Você deve conhecer esse tipo de historiador, e nós sempre brigávamos com ele. Depois que nós entramos na faculdade, então, nós nos tornamos arrogantes, porque nós gostávamos de malhar ele. Mas sempre no plano. Nós estudávamos muito a historiografia para confrontá-lo. Nós estudávamos muito a historiografia, em suma.

Vanessa Clemente Cardoso: O Boletim de História, porque eu também tenho acesso a ele, você tem acesso ainda ao Boletim de História? Ele está lá na biblioteca da USP.

Maurício Martins de Mello: Eu nunca mais o vi.

Vanessa Clemente Cardoso: Tem ele lá, todas as edições, inclusive a primeira, mimeografada.

Maurício Martins de Mello: É mesmo? Que legal, que legal!

Vanessa Clemente Cardoso: Tem lá tudo certinho. O que eu acho interessante é que o Boletim de História ao mesmo tempo em que tem artigos de Hélió Viana e outros professores conservadores, também tem muitos artigos da Maria Yedda Linhares, do Hugo Weiss, por que isso?

Maurício Martins de Mello: Nós tínhamos os mestres no âmbito do curso de história como a Maria Yedda e o Francisco Falcon, e na faculdade tinha outros intelectuais também, filósofos e antropólogos. Fomos privilegiados de ter vivido aquele momento com tantas cabeças pensantes e interessantes.

Vanessa Clemente Cardoso: A perseguição da História Nova do Brasil, ela seria vinculada mesmo à própria figura do Nelson Werneck Sodré do que ao próprio ISEB? Porque o ISEB também foi perseguido.

Maurício Martins de Mello: O ISEB foi invadido, destruíram tudo, fizeram um vandalismo lá espantoso, não sei nem se conseguiram salvar alguma coisa que estava lá no ISEB. Ora, para você ter uma ideia, quando eu voltei com a anistia, eles ainda me monitoraram por uns dois anos e eu já estava fora da política, nós soubemos que o DOPS, polícia política, ficou nos vigiando ainda por uns dois anos.

ENTREVISTADO: PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA.

Vanessa Clemente Cardoso: Conte-nos sobre a sua trajetória institucional?

Pedro de Alcântara Figueira: Fui convidado pelo Werneck para ser professor. Isso se deu por intermédio do Pedro Celso.

Vanessa Clemente Cardoso: Como você conheceu Nelson Werneck Sodré e os demais autores da coleção?

Pedro de Alcântara Figueira: Conheci o Werneck por frequentar o ISEB e por seus livros. No que se refere à HN, ou seja, pessoalmente, foi através do Pedro Celso, que me fez o convite para ser professor de história no ISEB. Os demais autores eram todos colegas da Universidade e amigos.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual era a concepção de história vigente na década de 1960?

Pedro de Alcântara Figueira: Resumindo, e talvez simplificando, a gente chamava de *a história de nomes e datas*, que podemos tipificar como a do Hélio Vianna. Era extremamente conservadora e apologética. Em 60, o mundo tinha mudado, e uma historiografia com tons monarquistas não fazia mais sentido historicamente. Eu e o Pedro Celso começamos a mexer nessa coisa com o “Boletim de História”, que pretendia ser uma revista inovadora. O próprio ISEB, sobretudo com o Werneck, já tinha, de certo modo, abalado o domínio da velha concepção. Mesmo entre os professores da própria Universidade, as coisas já andavam longe da velha ladainha. Afinal era a época da Guerra Fria, que andava bem quente. Tinha havido a Segunda Guerra Mundial. Afinal de contas as concepções que justificavam a existência de uma classe dominante estavam em pleno declínio. Nós, os autores da HN, éramos pessoas que vivíamos intensamente os conflitos ideológicos de então. Não podemos esquecer que um homem já tinha dado, no espaço sideral, uma volta à Terra.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual foi o papel do movimento estudantil na gênese da *História Nova do Brasil*?

Pedro de Alcântara Figueira: Posso te dizer, Vanessa, que nosso papel no movimento estudantil de então tem tudo a ver com o que pretendíamos com a HN. Ela é filha de nossa participação.

Vanessa Clemente Cardoso: Vocês possuíam ligação com o Partido Comunista Brasileiro?

Pedro de Alcântara Figueira: Enquanto professores do ISEB e HN, não.

Vanessa Clemente Cardoso: Como você ingressou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e qual função desempenhava na instituição?

Pedro de Alcântara Figueira: A convite do prof. Sodré e por intermédio do Pedro Celso. Professor de história era minha função.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual a influência das obras de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré na escrita da coleção?

Pedro de Alcântara Figueira: No que se refere à concepção nacionalista, que é marcante na estruturação dos textos da HN, todos esses três autores tem um papel fundamental.

Vanessa Clemente Cardoso: A escrita da coleção sempre foi mencionada pelos autores como realizada em conjunto, entretanto, em depoimento para o livro “*História Nova do Brasil 1963-1993*”, Rubem César Fernandes – um dos autores da coleção – concordou com Pedro Celso Cavalcanti Neto – também autor da coleção –, em carta enviada no dia 6 de maio de 1993 a Cláudio Giordano: “gostei do texto do Pedro Celso e me sinto muito bem ‘representado’ por ele [...]. Na História Nova fizemos assim, assinávamos uns os textos dos outros, numa autoria coletiva meio promíscua”. Ademais, conforme o volume 3 do Inquérito Policial Militar do ISEB, Rubem Cesar, teria afirmado que foi o responsável pela escrita dos volumes “A Independência do Brasil” e “Florianoismo”. Diante de tais afirmações, essa escrita coletiva realmente existiu? Conforme o Inquérito Policial Militar do ISEB, em depoimento no dia 21 de agosto de 1964, o autor Pedro de Alcântara Figueira teria afirmado que escreveu o capítulo “Sociedade do Açúcar”, tal informação procede?

Pedro de Alcântara Figueira: Sem entrar em sutilezas pessoais, entendo que coletivo, no caso da redação do texto da HN, não significa que todos os autores tenham escrito todos os volumes. A redação propriamente dita ficou a cargo, para cada volume, de um de nós. No entanto, podemos dizer que a discussão, as alterações, os acréscimos, os cortes, enfim, tudo aquilo que significa escrever um texto, era realmente tarefa de todos, coletiva, portanto. Sem mais. Não escrevi o opúsculo “Sociedade do Açúcar”.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual o papel de Nelson Werneck Sodré na escrita da *História Nova do Brasil*? Ele seria um orientador?

Pedro de Alcântara Figueira: Orientador, sim. Participação ativa, ativíssima nos trabalhos. Mas, sobretudo, sua concepção de história, que era a nossa orientação em última análise. E é aí que está o principal aspecto da orientação.

Vanessa Clemente Cardoso: A abordagem marxista presente na coleção foi exaustivamente explorada nos pareceres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Estado Maior do Exército, no relatório da Comissão Nacional do Livro Didático e nos editoriais dos jornais *O Globo* e *Estado de São Paulo*. Entretanto, Nelson Werneck Sodré sempre negou o uso do materialismo histórico na escrita da coleção, porém tal afirmativa se contradiz no Inquérito Policial Militar do ISEB quando os demais autores afirmaram o seu uso. Por que num primeiro momento há a negativa da abordagem marxista na coleção e posterior afirmativa do seu uso em Inquérito Policial Militar?

Pedro de Alcântara Figueira: Um dos ministros mais fiéis à ditadura que se instalou em 64 escreveu, há uns poucos anos atrás, um artigo, se não me engana publicado pela Folha, cujo título é “Somos todos marxistas”. A história da nossa época pôs o marxismo em todas as cabeças, assim como o cartesianismo, o baconianismo estavam em todas as cabeças no século dezessete. Os franceses chamam o século XVIII de o Século de Voltaire. Eu diria, ainda pensando no que escreveu esse ministro, que o marxismo entrou na cabeça de Marx pelas mãos da história. Um historiador inglês, escrevendo uma história da Revolução Industrial, dizia que com essa revolução nasceram a Economia Política e o Socialismo. Esse autor, cujo nome é Arnold Toynbee, publicou sua *Industrial Revolution* em 1884.

No que se refere a essas instituições e à imprensa, tudo o que é inteligente elas classificam de marxistas. No fundo acaba sendo um elogio, embora o lado repressivo seja a motivação principal delas.

Vanessa Clemente Cardoso: Os autores da coleção foram presos, torturados e partiram para o exílio. Se possível, você poderia nos contar se sofreu algum tipo de tortura?

Pedro de Alcântara Figueira: Não fui torturado. Estive preso mais de uma vez. Uma delas durante 45 dias, e fui solto no dia 14 de julho.

Vanessa Clemente Cardoso: Se possível, conte-nos sobre a perseguição e as consequências para a sua vida profissional e pessoal.

Pedro de Alcântara Figueira: Embora não tenha sido mais preso, posso dizer que o país tinha se transformado numa prisão para todo mundo. E foi nessas condições, sem entrar em detalhes, que transcorreram os 21 anos desde 64.

Vanessa Clemente Cardoso: Você considera a perseguição da *História Nova do Brasil* como um “bode expiatório” para conseguir provas que associassem Nelson Werneck Sodré ao Comunismo Internacional?

Pedro de Alcântara Figueira: Não diria bode expiatório, mas tudo estava no contexto de repressão.

Vanessa Clemente Cardoso: Na sua acepção, qual seria o motivo de uma coleção de manuais escolares de história destinados ao ensino secundário brasileiro causarem tantos pareceres negativos e perseguição aos seus autores?

Pedro de Alcântara Figueira: O contexto anticomunista da época. O temor da revolução social é o elemento explicativo.

Vanessa Clemente Cardoso: Após a perseguição, prisão e exílio, vocês (autores da coleção) mantiveram algum contato?

Pedro de Alcântara Figueira: Quase nenhum. No meu caso, saí do Rio e peregrinei por boa parte do país.

Vanessa Clemente Cardoso: Houve algum desejo em fazer a terceira edição da coleção?

Pedro de Alcântara Figueira: De Minha Parte, não, pois achava que, se fosse o caso, precisaríamos, talvez, de escrever algo bem diferente.

Vanessa Clemente Cardoso: Fani Goldfarb, na época estudante do primeiro ano do curso de história da Universidade do Brasil e esposa de Pedro de Alcântara Figueira, teve alguma participação na escrita da obra?

Pedro de Alcântara Figueira: Formalmente, não, embora estivesse presente em todas as discussões que fazíamos.

Vanessa Clemente Cardoso: Quanto cada autor recebeu para a confecção da coleção? Como eram realizados os pagamentos?

Pedro de Alcântara Figueira: O pagamento oficial foi a perseguição política. Éramos assalariados como professores do ISEB.

Vanessa Clemente Cardoso: Na coleção, vocês deixaram claro que houve outras contribuições para a sua elaboração, além do professor Francisco Falcon:

“Essa autoria sofre algumas variações, de volume a volume, com a inclusão de outros colaboradores, integrados no grupo ou não, trabalhando sistematicamente com o grupo ou

apenas emprestando seu concurso na interpretação de determinada fase ou assunto...” (SANTOS et al., 1965b, p. VIII).

O Sr, poderia citar outras pessoas que contribuíram como grupo?

Pedro de Alcântara Figueira: Sim, o Falcon é o autor do livro sobre o açúcar. Opinião geral do grupo é que este é o melhor de todos. Razão, inclusive, para ter sido republicado posteriormente e por ser o exemplo do que pretendíamos na época.

A autoria do Falcon, que eu saiba, não foi revelada publicamente por razões de segurança. Sabíamos que a História Nova poderia criar, como criou, situações de risco.

Quanto a não revelação por parte dele, o motivo é este. Penso que o Falcon, como fez Copérnico, só faria tal coisa no leito de morte!

A respeito da afirmação do Joel sobre a participação de outras pessoas na coleção, o que posso te dizer é que não me lembro de nada preciso que possa te dizer.

Vanessa Clemente Cardoso: A Sra. Fani Goldfarb Figueira, em entrevista negou a participação nas reuniões. O Sr. poderia falar mais sobre isso?

Pedro de Alcântara Figueira: A Fani trabalhava junto, quer dizer, no mesmo local que o grupo. Portanto, sem participar ativamente, mesmo assim ela ouvia, evidentemente, tudo o que era dito e discutido. Nossas conversas conjugais podiam versar sobre o trabalho, e certamente isto acontecia. É só.

Vanessa Clemente Cardoso: O que a História Nova do Brasil representa para você?

Pedro de Alcântara Figueira: Sobre o que a História Nova representa pra mim, posso te dizer que é uma longa história. Em boa parte a história da minha vida. No momento em que realizamos o trabalho e que o publicamos, era algo muito significativo. Sendo publicada pelo MEC e distribuída gratuitamente entre os professores, ela foi uma bomba ideológica que atingiu interesses os mais diferentes. Você pode ter uma ideia pela reação da mídia. O Estadão publicou, parece que 4 páginas, dedicadas exclusivamente à questão. Acho que material tão extenso, a imprensa da época não publicou nem sobre a derrota definitivamente do nazismo em Stalingrado.

No volume que contém nossas opiniões publicado posteriormente sobre os trinta anos da HN, você tem, para aquele momento, a minha opinião. Logo após a publicação da coleção, posso te dizer que iniciei o que poderia ser uma autocrítica ao nosso trabalho. O golpe de 64 tem a ver com isso.

Aqui entre nós, Vanessa, posso te dizer que o nosso ponto de partida, o nacionalismo, que era a ideologia dominante no ISEB, sempre me soou como algo que merecia uma reavaliação enquanto sustentação de um trabalho de história. Me pergunto se o Boletim de História não viria possibilitar uma interpretação crítica mais profunda do que a que continha propriamente a HN. É bem verdade que são duas coisas bem diferentes. O Boletim de História jamais poderia ter o alcance que teve a HN.

Tenho consciência que fui, em alguns momentos, excessivamente crítico com relação ao nosso trabalho. Mas isto aconteceu sobretudo num momento da minha vida em que o estudo de Marx mexeu profundamente com minha cabeça.

O resultado dessa fase está principalmente no meu livro Nascimento da Ciência Moderna - Descartes, e em introduções que você pode encontrar na coleção Raízes do Pensamento Econômico publicada pela Editora Segesta, sobretudo no volume Economistas Políticos.

Uma nova fase se inicia na minha vida pós 64.

Gostaria de ler seu escrito sobre a HN que vi, em certo momento, no Google procurando algo sobre a HN. Você poderia me enviá-lo por e-mail?

Abraços, Pedro

ENTREVISTADO: RUBEM CÉSAR FERNANDES.

Vanessa Clemente Cardoso: Eu quero agradecer pela gentileza e dizer que você pode ficar à vontade, o que não quiser responder não tem problema nenhum, tá bom?

Rubem César Fernandes: Tá bom, vamos lá!

Vanessa Clemente Cardoso: Eu queria primeiramente que você me contasse sobre a sua trajetória institucional.

Rubem César Fernandes: Como assim?

Vanessa Clemente Cardoso: Por onde você passou? Qual escola? Como que você entrou na Universidade do Brasil, no ISEB? Como se deu o curso de História?

Rubem César Fernandes: Então, quando eu era adolescente, ainda me preparando para a Universidade, eu era daqueles que achava que a grande ciência era a História, de certa

maneira, tudo era História, até a natureza era História que foi transformada pela História e então incorporada. Então, eu tinha essa visão, essa opinião. Esse gosto pela História era quase que um gosto assim, digamos, filosófico, a postura no entendimento. Então, foi por aí, procurei a História porque eu achava que ela resumia as ciências humanas, e eu era mais das ciências humanas. Eu era mais de humanas do que o lado abstrato do âmbito científico. No meu tempo as opções eram o clássico e o científico.

Em relação ao ISEB, houve um convite do Nelson Werneck Sodré, do pessoal do curso de História para fazer um teste como aspirante para ser assistente dele no ISEB. Então, o Sodré abriu uma inscrição para estudante de História da Faculdade Nacional de Filosofia, onde eu estava, UFRJ hoje, chamada Universidade do Brasil, para onde ele gostaria de selecionar alguns assistentes, para apoiá-lo em um projeto de uma encomenda que ele havia recebido no ISEB, do Ministério da Educação, que era a produção de manuais de História para professores de História do Brasil. Assim, gostei da ideia e me candidatei. Éramos um grupo de sei lá, umas quinze pessoas talvez, aí foram selecionados, não lembro, se foram uma meia dúzia ou cinco, o fato é que eu entrei na turma, e entrei nessa história do ISEB com o Sodré, para a produção da História Nova do Brasil.

Vanessa Clemente Cardoso: Para essa seleção você fez alguma prova ou foi análise de currículo?

Rubem César Fernandes: Não, era assim: conversa, currículo e entrevista com o Sodré.

Vanessa Clemente Cardoso: Você já o conhecia?

Rubem César Fernandes: Não! Ele pediu pelos canais dele, que estudantes de História se candidatassem. Nós éramos um grupo bem ativo de estudantes de História naquela época. Nós produzíamos uma revista chamada Boletim de História. Foi uma revista de qualidade, tratava sobre a História, Filosofia da História, questões metodológicas. Era produzida pelos estudantes no Centro de História da faculdade. Era um grupo bem militante, bem atuante. Isso foi pelo interesse dele e veio nos procurar.

Vanessa Clemente Cardoso: E como você conheceu os demais autores da coleção?

Rubem César Fernandes: Nós éramos colegas, tinham alguns que eram mais velhos do que eu. O Sodré nos conheceu no pré-vestibular, porque nós tínhamos uma atividade já de bastante qualidade. Entrar na faculdade era difícil, então, tínhamos os cursinhos pré-vestibulares. Esse pré-vestibular era de muita qualidade, alunos da faculdade que montaram o

pré-vestibular, e as áreas de humanas eram de boa qualidade, também a física, a biologia, era um bom pré-vestibular, era de graça e oferecido voluntariamente por alunos da faculdade. Assim, fiz esse pré-vestibular e conheci os colegas. Eram mais velhos e eu era da turma mais nova que acabou entrando nesse projeto.

Vanessa Clemente Cardoso: E qual que era a concepção de História vigente na década de sessenta?

Rubem César Fernandes: Olha só, na faculdade tinha alguns personagens que eram bem conhecidos na História na época, um deles era o Hélió Vianna, era um autor de muitos livros, muito utilizado por professores e nas escolas. Esse Hélió Vianna era aquele tipo de historiador dos fatos, no sentido da descrição exaustiva desses fatos. Não tinha muito valor interpretativo não, sabe? Então, me lembro que ele era meio que um terror, autor de muitos livros conhecidos e muito tradicionalista. Com isso, nós alunos ainda na primeira, segunda e terceira série tínhamos que nos haver com o Hélió Vianna, e eu me lembro que eu e os colegas, a turminha, alguns de nós que acabamos na História Nova nos preparávamos para as provas no final do ano, tentando adivinhar as perguntas que o Hélió Vianna faria na prova. Era uma prova oral e uma das perguntas que teria mais chance de aparecer ocupava umas duas ou três páginas do livro dele, que era a descrição dos acidentes geográficos que demarcava o Tratado de Tordesilhas. Imagina! “Esse negócio vai cair”, ficamos lá brincando, cantando, decorando todos os acidentes, eram mais de duas páginas do livro de tantos acidentes geográficos e conseguimos mais ou menos decorar, cantando a página e estávamos lá naquela cantoria, naquela brincadeira. E eu fiz uma prova oral com ele que caiu esse ponto. Ele não gostava muito de nós, ele achava que nós éramos marxistas, por isso estava determinado a me reprovar. Eu também tinha sido diretor acadêmico do movimento estudantil. Eu sentia uma certa antipatia dele, entendeu? E ele me fez a pergunta, “por favor me descreva o tratado de Tordesilhas” e, para espanto dele, eu fui recitando tudo, não erreí nada daquela coisa longa. Ele olhava sem acreditar. Mesmo sem acreditar ele me deu oito. Assim, eu passei com oito com o professor Hélió Vianna. Então, era uma concepção de história bem antiga, no sentido positivista e factual.

Na época na revista *Boletim de História*, nós nos interessávamos por autores franceses, historiografia francesa, Fernando Braudel, porque era aquelas revistas de Ciências Sociais. Os franceses faziam um pouco a nossa cabeça. A nossa grande inspiração era mais francesa do que inglesa, por isso era uma história mais interpretativa. Fazíamos discussões sobre se era uma literatura produzida pelo momento atual, que nós relemos, vemos, repensamos, recriamos a

história, como se a história no fundo fosse uma criação conjuntural ou estrutural, mas, no momento presente, estão chamando de presentismo. São coisas assim, mais na linha de interpretação, variações de interpretação da História, vinha mais pelo lado dos estudantes dentro da faculdade, então nós dentro dessas correntes interpretativas, tínhamos certa influência marxista, nós nos encaixávamos por aí.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual foi o papel do movimento estudantil nas gêneses da *História Nova do Brasil*? Tem uma relação com o *Boletim de História*? Porque eu tive acesso também ao boletim, todos os volumes. Eles se encontram lá na biblioteca da USP e neles tem artigos de professores tradicionais, inclusive do Hélio Vianna. Têm artigos mais inovadores, como os da professora Maria Yedda. Então, qual é essa relação?

Rubem César Fernandes: Era o momento de sessenta e dois, sessenta e três, chegando em sessenta e quatro, de uma certa polarização ideológica, e havia no movimento estudantil, eu diria, umas quatro correntes principais ou cinco. No meio marxista, havia uma polêmica interna que era dominada pelas suas figuras, de um lado Khrushchev, que era representante do lado soviético, socialista marxista, de uma corrente digamos reformista. A partir de cinquenta e seis, teve aquele congresso e Khrushchev fez a denúncia de Stalin além de propor um certo reformismo no molde comunista. Então, de um lado Khrushchev, do outro lado Mao Tse-tung da China. Esse debate Sino-Soviético dominava as correntes marxistas do movimento estudantil e lá na universidade também. Havia entre esses dois extremos uma corrente também chamada Italiana, que tinha mais a ver com o pensamento de Gramsci. Os personagens do mundo marxista italiano eram esses e tinham uma estrutura mais diferente, valorizavam a cultura, que é um aspecto importante social da política, valorizavam a liberdade individual, tinham algumas diferenças no caminho liberalizantes, mais ligada à liberdade dentro do mundo socialista marxista, dentro desse quadro.

Entre o pessoal da *História Nova* estavam Pedro Celso, eu, Maurício e Pedro. Éramos mais próximos da corrente italiana, entendeu? Nem soviético, nem chinês. Nesse ambiente desse debate, o pessoal chinês acreditava que nós estávamos às vésperas da revolução no Brasil e eles achavam que era hora de se preparar para a revolução que seria armada e violenta. Então, tinha um tipo de pensamento mais aguerrido. Tinha um rapaz que era líder local, também fazia História, chamava Wilson Barbosa. O Wilson era muito inteligente, uma fera, sabia muita História, gostava muito de ler, mas acreditava que era a hora de se preparar para a revolução. Ele inclusive fez questão de se inscrever no serviço CPOR Militar para poder se declarar traidor

e eu achava aquilo uma loucura. Então, a corrente chinesa era contra que nós estudássemos para reescrever a História do Brasil. Eles achavam um absurdo que diante de um momento revolucionário, que nós nos trancássemos para estudar e escrever. Então, a nossa corrente, do movimento estudantil, digamos, de esquerda, na época, nós, os italianos, a nossa turminha, que acabou na época na *História Nova*, havia mais gente mas... por exemplo, Élio Gaspari, que era jornalista, era dessa turma italiana, mas nós que fomos trabalhar com o Sodré, nós criamos inclusive um pequeno movimento chamado “Alegria de Estudar”, “Alegria de Estudar Pede Passagem”, para sacanear os chineses. Então, era assim, a ideia de que a ideia de estudar fosse fora de hora no ambiente revolucionário, havia essa queixa do pessoal da esquerda.

No mundo que não era marxista, que era no mundo mais católico, que se tornava mais esquerdizante e que tinha um certo predomínio na UNE, que foi dar em grande parte na “AP”, esse pessoal, ao contrário, iria se diferenciar dos marxistas e decidiram que era preciso, para se diferenciar, produzir uma ideologia própria. Então, eles formaram uma corrente chamada “Nova Esquerda”, que era um pouco uma questão que tinha na França do “Nouvelle Gauche” e também nos Estados Unidos, “New Left”, tem até uma revista chamada New Left. E então a Nova Esquerda vem de um pessoal assim jovens, estudantes, de liderança, tinha até uma certa liderança em um jornal estudantil chamado “*O Metropolitano*” e essa turma encomendou ao estudante de filosofia que era o mais intelectual de nós todos e que já pertencia a esse grupo, chamando Raul Landim, uma proposta de estudo da formação de uma corrente que fosse concorrente ao marxismo e que fosse reformista, pregando valores de solidariedade, mas que não fosse marxista. Nisso o Raul Landim trouxe para nós uma proposta de estudo que começava com os pré-socráticos. Ele gostava muito na Filosofia grega e acreditava que realmente para você passar do pensamento mítico ao pensamento crítico era necessário passar pela leitura dos pré-socráticos. Então, essa foi a primeira proposta do Raul Landim da Nova Esquerda para nos prepararmos para o debate ideológico com os marxistas, nós deveríamos começar com um seminário de estudos sobre os pré-socráticos. Isso deu uma confusão, uma discussão, uma briga, e eu estava metido nessa briga, achava um absurdo. Estudar é importante, mas pré-socráticos? Então aí rachou o grupo, um grupo saiu da Nova Esquerda e outro continuou.

Isso tudo é para te dizer que tanto a questão de que era momento de estudar ou se tornar uma militância mais agressiva, política, até armada, era uma discussão que existia no movimento estudantil, por exemplo, na UNE, o presidente da UNE, Aldo Arantes, chegou a montar um seminário na UNE, no meio daquela confusão toda, para estudarmos Hegel. Ele

convidava o Padre Henrique Vaz, que era um teólogo católico especialista em Hegel, para dar aula de Hegel para nos prepararmos para o debate ideológico com os marxistas. Então, havia uma certa corrente no movimento estudantil que não era comunista, mas que acabava tendo comunistas e marxistas como uma referência que precisava se definir. Na *História Nova*, nós achamos um caminho do meio, era um caminho que nos aproximava mais da corrente italiana, mais reformista, mais valorizadora dos estudos, da cultura e que achava que era importante estudar História, sobretudo uma nova História, formar uma mentalidade mais reformista e inovadora da História do Brasil. Foi aí que nós chamamos de História Nova.

Vanessa Clemente Cardoso: Daí que vem o título?

Rubem César Fernandes: É! Bom, naquele tempo, era um tempo de muita liderança jovem, então, teve Cinema Novo, teve Bossa Nova, teve História Nova. Era tudo uma garotada, que tinham vinte e poucos anos e achavam que iam mudar o mundo.

Vanessa Clemente Cardoso: Rubem, vocês possuíam alguma ligação com o Partido Comunista Brasileiro?

Rubem César Fernandes: Sim, mas não éramos algo organizado no sentido de ser do partido da *História Nova*, mas o pessoal, como eu te disse, foi aderindo à ideia de se juntar em torno do Sodré, era o pessoal dessa corrente italiana do movimento comunista.

Vanessa Clemente Cardoso: Qual era a sua função dentro do ISEB?

Rubem César Fernandes: Eu era o assistente, nós fazíamos o seguinte, o Sodré dirigia, e era para produzir livros, pequenos manuais para professores de História do Brasil, e tinha que produzir muito rapidamente para serem impressos e distribuídos para professores do Brasil inteiro. Então, era uma coisa urgente, rápida! O Sodré montou a turma e fez uma linha de produção. Ele reunia conosco, era tudo muito discutido, muito conversado, o Sodré tinha uma cabeça muito aberta. Nós dividíamos por temas. Eu, por exemplo, fiquei com dois temas, peguei a independência de 1822, que era o tema, o título da independência de 1822 até Floriano Peixoto, e outros colegas pegaram outros momentos da História, outros capítulos. Nós trabalhávamos naqueles temas, redigíamos a primeira versão nossa e passava a primeira redação, o primeiro rascunho, notas, observações e o Sodré juntava aquele material em uma velocidade assustadora e redigia tudo. Sodré era uma máquina de escrever! Naquele tempo era na máquina de escrever, não existia computador. Nós fazíamos primeiro o rascunho, estudávamos o tema, liamos vários escritores. Sempre o primeiro capítulo era uma crítica à bibliografia existente. Por isso a tendência é uma História nova, e essa crítica tinha que

obrigatoriamente passar pelo Hélio Vianna. Nós éramos alunos dele, então, de vez em quando, fazíamos crítica à Hélio. Mas havia uma certa metodologia de trabalho que era bem acelerada, por esse motivo nós conseguimos produzir em poucos meses, em mais ou menos seis meses, a coleção que acabou de virar a *História Nova* e foi distribuída, chegou a ser distribuída pelo Ministério da Educação.

Vanessa Clemente Cardoso: Essa crítica ela passava tanto pelo Hélio Vianna como pela própria historiografia do IHGB?

Rubem César Fernandes: Sim, veja bem, eu estou falando do Hélio Vianna, mas de brincadeira, ele não era tão importante assim para nós. Foi uma brincadeira, porque eu era aluno dele, entendeu? Eu tinha que decorar o tratado de Tordesilhas, então, ele ficou na minha memória, mas isso é mais brincadeira, ele não era um personagem tão central não. Mas era a bibliografia tradicional que era utilizada nas escolas e na faculdade, porque a História era uma coisa de rolar fatos.

Vanessa Clemente Cardoso: Essa escrita da coleção, vocês sempre destacaram ela como uma obra coletiva e tem na parte introdutória um trecho em que vocês mencionam que ela não ficou restrita somente à escrita de vocês. Então, eu queria perguntar se o Francisco Falcon teve participação, se teve alguma participação além dele, por exemplo, a Fani Goldfarb esposa do Pedro de Alcântara Figueira?

Rubem César Fernandes: A Fani, o Luiz Sérgio e o Falcon participaram. Se não me engano, até na parte do Descobrimento do Brasil, nós trazíamos um pouco de professores e colegas para participar de alguma História.

Vanessa Clemente Cardoso: O que a *História Nova* representa para você?

Rubem César Fernandes: Um momento juvenil, a minha participação em um momento em que a juventude achava que ia transformar o mundo. Em nossas discussões plenárias, nós nos transportávamos pelas inscrições, para o centro do mundo, como se nós estivéssemos no centro do acontecimento, e quando estava cercada pelas coisas dos Estados Unidos, nós nos imaginávamos em Cuba, como se estivéssemos lá dentro resistindo. Então, os debates ideológicos, mas também toda a criação, teórica ideológica e cultural da época, era muito criativa, muito entusiasmante para muitos jovens. Então, para mim a História Nova foi o meu caminho, a minha pequena parcela de participação nessa recriação jovem do mundo que teve toda expressão na contracultura e depois dos festivais da canção do Caetano, era uma coisa muito jovem, de muita força, muito criatividade, de muita qualidade e curiosidade, foi um

momento jovem dessa história contemporânea, isso não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Depois eu fui viver isso também na juventude socialista lá na Europa do Leste, onde eu me virei contra o comunismo, participei de movimentos de protestos lá contra a ditadura comunista. Então, eu vivi esses momentos jovens que vão por volta dos anos sessenta até os setenta. Assim, a minha participação naquele sonho jovem de transformação do mundo.

Vanessa Clemente Cardoso: Você acha que a perseguição à coleção e a vocês foi uma tentativa de associar o Sodré ao Comunismo Internacional? E de toda essa perseguição que vocês sofreram, o quê que ela causou na sua vida pessoal? Você sofreu algum tipo de tortura?

Rubem César Fernandes: A perseguição acho que era parte daquela polarização no ambiente de Guerra Fria, que pensava o conflito ideológico, político, sendo um conflito revolucionário no sentido de luta armada inclusive. Então, a corrente a que eu pertencia, a italiana, não pensava em uma luta armada, mas o ambiente era de polarização, beirando a guerra civil. De cadeira veio uma resolução dessa tensão, dessa situação pelo lado da direita que impôs, e a perseguição do outro lado veio pelo ataque da paixão ideológica do momento, de modo que a *História Nova* representou essa tentativa do pensamento de esquerda de mudar a consciência do país através da história, na escola, nos alunos, entre os professores. Havia uma reação tanto dos militares quanto do mundo religioso, curiosamente, o mais conservador foi muito contrário à *História Nova*.

Agora, eu não fui torturado, eu sai cedo, eu saí fugido, fui para o exílio já em sessenta e cinco. Para mim foi a vida que eu vivi, era tudo leste, era muito interessante. Eu fui para a Polônia e vivi os conflitos ideológicos e sociais do lado de lá da Europa do leste. Eu tive uma outra experiência muito diferente da primeira, mudou muito a minha vida, de lá fui para os Estados Unidos, vivi a contracultura, estudei na Columbia, Nova York. De certa maneira, o meu exílio foi uma abertura de mentalidade enorme, de conhecer mais o mundo, os vários lados daquele confronto, e de estudar mais. Eu estudei muito naquele período. Tinha tristeza de viver longe da família, essas coisas, mas como formação pessoal, compôs a minha vida, a minha juventude, até os trinta e poucos anos eu estava no exterior.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia Maria. *Os programas de História do Brasil na escola secundária*. In: ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA. 2., 1997. Anais. São Paulo, USP/CNPQ, 1997, p. 41-53.
- ABREU, Alzira Alves de. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In: João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 107-128.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. São Paulo: Edusc, 2007.
- AQUINO, Carlos. *Biografia de Joel Rufino dos Santos*. Disponível em: <<http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/biografia.asp>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ARAUJO, Maria P. N.; SILVA, Izabel P. P. da. *Apresentação do acervo “Marcas da memória: História Oral da Anistia no Brasil”*. *Construindo um acervo de história oral sobre o Brasil recente: algumas questões metodológicas*. In: FICO, Carlos; ARAÚO, Maria P.; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história; memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro, RJ: Ponteio, 2012. p. 269 - 284.
- ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. IFCH. UNICAMP. *Biografia de Hélio Viana*. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=90>. Acesso em: 02 ago. 2016.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O controle ideológico na USP (1964-1978)*. 2ª Ed. São Paulo: Adusp, 2004.
- AZEVEDO, Fernando de; et al. *A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: o manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, ago. 2006. p. 188–20. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.uicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- BARROS, José D’ Assunção. *História das ideias – em torno de um domínio historiográfico*. Locus: Revista de História, Juíz de Fora, v. 13, n. 1. 2007. p. 199-209.
- BAUER, C. S.; GERTZ, R. E. *Arquivos de regimes repressivos*. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173 - 193.
- BARROS, Enrique; et al. *Manifesto de Córdoba, 1928 – Reforma Universitária, 1928*. Disponível em: <<https://midia independente.org/pt/blue/2007/10/399447.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: _____. (org.). O saber histórico na sala de aula. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 69- 90.

_____. *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. Tese de doutoramento (Doutorado em História) - Departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

_____. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30. nº 3, set./dez. 2004. p. 475-491.

_____. *Processos de construção do saber histórico escolar*. Revista História e Ensino de História, São Paulo, vol.11, julho. 2005. p. 25-34.

_____. *Práticas de leitura em livros didáticos*. Revista Fac. Educ., São Paulo, vol. 22, nº1, 1996. p. 89-109.

BECHARA, Evanildo. *Antonio Jose Chediak In memoriam (1916-2007)*. Academia brasileira de letras, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/4/177.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino*. Revista de Economia Política, vol. 9, 1989. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201204251725450.Ricardo%20Bielschowsky%20-%20Formacao%20economica%20do%20Brasil%20uma.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BOMENY, Helena. *A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 9, nº 26. São Paulo, out. 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm>. Acesso em: 08 abr. 2015.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. *Esse enigma chamado Brasil: apresentação*. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 10-31.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Seis interpretações sobre o Brasil*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 3, 1982, p. 269 – 306. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1982/82-SeisInterpretacoes.p.pg.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CAMISAS E MAIS CAMISAS. Última Hora, Rio de Janeiro, 30 jan. 1964, p. 4. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/756>. Acesso em: 22 fev. 2018

CARLI, Guilherme de. *Nelson Werneck Sodré e o conceito de povo no processo de desenvolvimento do Brasil*. Livre opinião. 27 mar. 2017.

CAPELATO, Maria H. R.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera L. A. *Escola uspiana de História*. Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 8, nº 22, set/dez, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141994000300044&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 dez. 2015.

CARDOSO, Vanessa Clemente. *A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente*. Revista História & Ensino. Paraná, v. 22, n. 1, 2016. p. 127-154.

_____. *O Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia (1958-1963): uma crítica ao Ensino de História*. Revista Espaço Acadêmico. Paraná. v. 17, n. 198, 2017. p. 110 – 121.

CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. In: Topoi (Rio J.) vol. 1, nº 1. Rio de Janeiro, jan./dec. 2000. p. 123-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2000000100123>. Acesso em: 02 fev. 2018.

CARVALHO, Cláudia Paiva. *Intelectuais, Cultura e Repressão Política na Ditadura Militar Brasileira (1964-1967)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2013.

CENTROCELSOFURTADO, [s.d.]. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=78>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CERTEAU, Michel de. *A História, ciência e ficção*. In: História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 45-70.

CLEMENTE, Vanessa. *História Nova do Brasil (1963-1965): uma nação imaginada*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

COSTA, Luiz D.; GOUVÊA, Júlio C. *Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas*. Ver. Sociol. Polít., Curitiba, 28, jun. 2007. p. 251-255.

COSTA PINTO, João Alberto da. *A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena. São Paulo: Unesp, 2006, p. 343-357.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, nº 3, set./ dez. 2004. p. 549-566.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Unesp, 2014.

CURTIS, Regina. *A Revolução Brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior*. In: Revista Texturas, Canoas, n. 11, janeiro/junho. 2005. p 65-72.

CPDOC/FGV. *A Era Vargas*. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em: 08 fev. 2018.

_____. *Nelson Werneck Sodré*. [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. *Estudantes decidem criar a UNE*. [s.d.]. Disponível em: <<http://m.memorialdemocracia.com.br/card/conselho-nacional-de-estudantes-decide-fundar-a-uniao-nacional-dos-estudantes>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. *União Nacional dos Estudantes*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. *Afonso Arinos de Melo Franco*. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afonso_arinos>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. *Caio Prado Júnior*. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/caio_prado_junior>. Acesso em: 08 fev. 2018.

_____. *Biografia de Alceu Amoroso Lima*. [s.d.]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afonso_arinos>. Acesso em: 06 jun. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade Temporã: ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007a.

_____. *A universidade Crítica: ensino superior na república populista*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007b.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007c.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Nelson Werneck Sodré*. In: PERICÁS, Luiz B.; SECCO, Lincoln F. (orgs). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 79 - 98.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, out. 2009. p. 717-738, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CZAJKA, Rodrigo. *Livros da Subversão: imprensa comunista e a coleção História Nova do Brasil. Literatura e Autoritarismo*. Dossiê artistas e Cultura em Tempos de Autoritarismo:

UFSM, maio, 2012. p. 298-312. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie07/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. “*Esses chamados intelectuais de esquerda*”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. *Antíteses*. v. 8, n. 15, jan./jun. 2015. p. 219-242.

_____. *O Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960*. *Temáticas*, v. 37-38, 2011. p. 57-82. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115196>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. *Os IPMs e a construção da subversão nos meios intelectuais no Brasil*. In: REIS, Daniel A.; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2010. p. 223 - 245.

CRUZ, Dalcy. *Centenário de Caio Prado Júnior: debate sobre sua atualidade*. Revista eletrônica inter-legere – nº 03, jul/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/revista/pdf/3/es05.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

DOCUMENTOS REVELADOS. *Lista dos 377 agentes do estado apontados como responsáveis por crimes durante a ditadura militar*. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

EXTRA.GLOBO. *Rubem César Fernandes: fundador da ONG Viva Rio narra em livro a história de sua vida*. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/rubem-cesar-fernandes-fundador-da-ong-viva-rio-narra-em-livro-historia-de-sua-vida-1436188-1.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FALCON, Francisco J. C. *Memória e história: a fundação da ANPUH*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH*. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/casa/Downloads/falcon.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FÁVERO, Maria de L. de A.; PEIXOTO, Maria do C. de L.; SILVA, Ana E. G. da. *Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia*, RJ (1939-1951). *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 78, ago. 1991. p. 59-71. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/837.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

FÁVERO, Maria de L. de A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. *Educar*. Editora UFPR Curitiba, nº 28, 2006, p. 17-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. *Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão*. PROEDES/Faculdade de Educação/UFRJ, 2000, p. 1-15. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. *A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção*. Série Estudos. Campo Grande, nº 16, jul/dez. 2003. p. 107-131. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/511/405>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. *A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965)*. SIBI. UFRJ. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/artigo_mariade_lourdes.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. (Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* v. 1, INEP/FE/UFRJ, Rio de Janeiro, ed. da UFRJ, 1989, p. 99. Disponível em <<http://biblioteca.if.ufrj.br/wp-uploads/2014/03/Favero1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. *Faculdade Nacional de Filosofia: os cursos, começando a desenrolar um novelo*. v. 4. INEP/FE/UFRJ, Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1989, p. 79.

_____. (Coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: depoimentos*. v. 5. Rio de Janeiro: UFRJ; FUJB. CFCH; PROEDES, 1992, p. 542.

FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. *A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de matemática e de física em São Paulo*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sbh.org.br/resources/anais/10/1344217546_ARQUIVO_TextoFinalAlexandreM.M.P.Ferreira.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. *História Nova do Brasil: uma filosofia da História? Educação e Filosofia*, 12 (24), p. 143-157, jul./dez. 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB)*. História e Historiografia, Ouro Preto, n. 11, p. 45-64, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/572/345>>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. *Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ*. Cienc. Cult. vol.66 nº 4. São Paulo. Out./Dez. 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252014000400012&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. *Perfis e trajetórias dos professores universitários de história do Rio de Janeiro*. In: Anais do XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0046.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. *Entrevista com Maria Yedda Linhares*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, nº 10, p. 216-250, 1992. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1946>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos Anos 60: educação, política e cultura na Faculdade Nacional de Filosofia*. Revista da FLUP. Porto, IV Série, vol. 1 - 2011, p. 61-75. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9237.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e ensino de História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *O livro didático de história no Brasil: a versão fabricada*. São Paulo. Global, 1982.

FRANZINI, Fabio; GONTIJO, Rebeca. *Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960*. In: ALMEIDA, Maria R. C. de; SOIHET, Rachel; AZEVEDO, Cecília da S.; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

FREITAS, Itamar. *O livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso*. In: OLIVEIRA, Margarida M. D. de; OLIVEIRA, Almir F. B. de. (orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRN, 2009, p. 11-19.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado%20Celso/Celso%20Furtado%20%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GADAMER, Hans-George. *Os Traços Fundamentais de uma Teoria da Experiência Hermenêutica*. In: *Verdade e Método I*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005. p. 354-405.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História: o livro didático no ensino (1970 – 1990)*. São Paulo: Edusc, 2004.

GEIR Campos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2799/geir-campos>>. Acesso em: 16 de abr. 2019. Verbetes da Enciclopédia.

GONÇALVES, Renata da Silva. *A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro*. Pensamento Plural. Pelotas [15], jul-dez. 2014. p. 115–131 Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/4184/396>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciais*. In: PINSKY, Carla B.i; LUCA, Tania R. de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119 - 139.

GUIMARAES, Lúcia P.; LEONZO, Nanci. *A reforma de base da História Pátria: O projeto da História Nova do Brasil*. *Revista de História*, São Paulo, v. 149, 2003. p. 235-251.

GUIMARÃES, Luís Salgado Manoel. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1. 1988. p. 5-27.

IHGB. *Biografia de Vicente Tapajós* [s.d.]. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vtapajos.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

INTÉRPRETES DO BRASIL. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/66.av>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *História do INEP*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/institucional-historia>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento*. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158 - 171.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

LAFER, Celso. *Justiça, História, Memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade*. In: FICO, Carlos; ARAÚO, Maria P.; GRIN, Monica (Orgs.). *Violência na história; memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro, RJ: Ponteio, 2012. p. 9-22.

LIMA, Guilherme P. *Eles ousaram! Projeto História Nova do Brasil: as reformas de base começaram pela educação*. Tese de doutoramento [Doutorado em Educação] -Departamento da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

LOPES, Sonia de Castro. *A formação do professor de história na Universidade do Distrito Federal (1935-1939)*. *Educ. foco*. Juiz de Fora, v. 15, n. 2, set 2010/fev.2011. p. 111-134. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/05/Artigo-05-15.2.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

LOURENÇO, Elaine. *História Nova do Brasil: Revisitando uma obra polêmica*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 28, 2008. p. 385-406.

LOVATTO, Angélica. *Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro: nacionalismo e imperialismo nos anos 1960*. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 2010, Londrina, PR. p. 90- 101. Anais (online). Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/10_angelicalovatto.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MACHADO, Maria C. G.; MELO, Cristiane S. *O debate acerca do ensino público nas discussões sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1961)*. Revista Educação e Fronteiras, v. 2. 2012, p. 67-79.

MAGAZINE LOUVRE. Última Hora, Rio de Janeiro, 31 jan. 1964, p. 7. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/757>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARANHÃO, Ricardo. *História Nova do Brasil*. Centro de Documentação e Memória. Coleção Princípios. ed. 34, ago./set./out. 1994. p. 22-26. Disponível em: <http://gra.bois.org.br/porta/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=133&id_indice=645>. Acesso em: 5 dez. 2017.

MARTINS, Luciano. *A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, v. 2, n. 4, jul. 1987, p. 65-87. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado*. In: PERICÁS, Luiz B.; SECCO, Lincoln F.. (orgs). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 287 - 303.

MENDONÇA, Sueli G. de L. *Werneck Sodré, História Nova: Contribuição Pioneira ao ensino de História no Brasil*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 327-342.

_____. *A experiência da História nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 60*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP, 1990.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2001.

MOREIRA, Kênia Hilda. *Livros Didáticos de História do Brasil para o ensino secundário (1889-1950): procedimentos de localização, seleção e acesso*. In: Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.7, nº 20, p. 67-90, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/7428/4097>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. *A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política*. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 48 - 65.

OLIVEIRA, Lucia L.; PANDOLFI, Dulce (orgs). *Fora de ordem: viagens de Rubem César*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

OLIVEIRA, Margarida D. de. *Livros didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural*. In: _____; OLIVEIRA, Almir F. B. de (orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRRN, 2009, p. 79-86.

ORTIZ, Renato. *Imagens do Brasil*. In: Revista Sociedade e Estado. vol 28, nº 3, set-dez. 2013, p. 609 – 633.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Revisitando o tempo dos militares*. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo, M.; Rodrigo P. S. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 112 – 127.

PALMA FILHO, J. C. (org.). *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação*. 3ª ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP e Santa Clara, 2005, p. 75-100.

PANIZZOLO, Cláudia. *História intelectual e história da educação: questões teórico-metodológicas de pesquisa*. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 18, nº 3, nov. 2016. p. 741- 760.

PAULA, Eurípedes S. de. *Reedição dos números esgotados da Revista de História*. Rev. Hist., São Paulo, n. 46, abr-jun. 1961. p. 573. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/046/A013N046.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. *A Universidade e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. Rev. Hist., São Paulo, nº 54, out-dez. 1963. p. 521-529. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 5-189.

PERICÁS, Luiz B.; WIDER, Maria C. *Caio Prado Júnior*. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. (orgs). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 193-214.

PEREIRA, José Maria Dias. *Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil*. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul.-dez, 2011. p. 121-141. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9_artigo_5.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PÔRTO JR, Gilson. *Anísio Teixeira e a universidade brasileira: a vida em um percurso. Semana Universitária*. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/viewFile/7712/5940>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1961.

_____. *Evolução Política do Brasil Colônia e Império*. Editora Brasiliense. Companhia das Letras. 2012.

_____. *História Econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

REIS, Daniel Aarão. *A ditadura fez cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista*. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo, MOTTA; Rodrigo P. S. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 11-29.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François, et. al. Campinas, SP: ed. Unicamp, 2007.

_____. *O entrecruzamento da História e da Ficção*. In: *Tempo e narrativa*. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 354-405.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo*. In: BOTE LHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 226-238.

_____. *Caio Prado Jr.: O primeiro marxista brasileiro*. In: *Revista USP*, São Paulo, v.38, Junho/Agosto, 1998. p. 64-77. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revu-sp/article/view/28397>> Acesso em: 04 dez. 2015.

RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo, MOTTA; Rodrigo Pato Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

_____. *Artistas da revolução brasileira nos anos 1960*. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2010. p. 143 - 159.

RODRIGUES, Fabiana de Moura Maia. *Temas & Matizes*. v. 9, n. 17, jan/jun. 2010. p. 210-217. *A formação docente no curso de Pedagogia e as reformas educacionais na ditadura militar (1964-1985)*. Disponível em: <<file:///C:/Users/casa/Downloads/4711-17315-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

ROTHEN, José Carlos. *A Universidade Brasileira segundo o Estatuto de 1931*. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação e seus sujeitos na História, Goiânia, 2006. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Jose%20Carlos%20Sousa%20Araujo/Jose%20Carlos%20Rothen%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. *A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 17, maio/ago. 2008. p. 141-160. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/111551/mod_resource/content/2/aula%2015.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. *Os bastidores da Reforma Universitária de 1968*. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008. p. 453-475. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/08.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. In: SAVIANI, Dermeval, et. al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Estado e construção do código disciplinar da Didática da História*. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 24, nº 2, jul./ dez. 2006. p. 687-706.

SILVA, José Pereira da. *Nova fase da revista brasileira de filologia*. In: Linguagem em (Re)vista, vol. 10, nº 19. Niterói, jan.-jun. 2015.

_____. *Uma breve história da Academia Brasileira de Filologia*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.filologia.com.br/histresum.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. *Os caminhos da institucionalização do ensino superior de história*. Revista História & Ensino, v. 17, n. 2, 2011. p. 283-306. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11242/10010>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

SOARES, Jefferson da Costa. *Os professores do Colégio Pedro II: categorias, trajetórias e aspectos identitários (1925-1945)*. In: Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 15, nº 3 (39), p. 293-320, set.-dez. 2015.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *O que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar*. In: FICO, Carlos; ARAÚO, Maria P.; GRIN, Monica (Orgs.). Violência na história; memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro, RJ: Ponteio, 2012. p. 163 -175.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960)*. Revista Currículo sem Fronteiras. São Paulo, v. 9, nº 1, jan./jun. 2009. p. 72-90.

SUDENE, *Quem foi Celso Furtado*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg339988/drg339988.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Quem é o Povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/povonobrasil.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. *O Que Se Dever Ler para Conhecer o Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992, p. 9-51.

_____. *Fundamentos do Materialismo Dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4.ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 391- 449.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado*. Estudos Avançados 13, (37), 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a11.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

TEIXEIRA, Anísio. *A educação que nos convém*. Discurso pronunciado na Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 8 jun. 1954. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 21, n. 54, abr./jun. 1954. p.16-33. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/convem.html>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. *Mestres do Amanhã*. Discurso proferido na sessão do Conselho Internacional de Educação para o Ensino, reunido no Hotel Glória. Rio de Janeiro, ago. 1963. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 40, nº 92, out./dez. 1963. p. 10-19. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/convem.html>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. *Notas para a história da educação*. Discurso proferido na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1935. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 37, nº 85, jan./mar. 1962. p. 181-188. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/convem.html>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Carta da Bahia. 1961. Disponível em: <<http://movimentosjuvenisbrasileirosarte7.blogspot.com.br/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

VALE, Antônio Marques do. *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: UNESP, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia e Intelectuais: Sentidos, Conceitos e Possibilidades para a História Intelectual*. Revista Brasileira de História da Educação 16, Campinas: Autores Associados, 2008, p. 63-85.

VIEIRA, Regina Beatriz Bevilacqua. *Educação Superior no contexto nacional: políticas, tensões e desafios*. Disponível em: <https://cavi.prodirh.ufg.br/up/65/o/policas_ppgfe.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

VICENZI, Leticia J. B. de. *A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil*. Fórum Educacional. Rio de Janeiro, v. 10, nº 3, jul./set. 1986. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/federal.html>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

VIDALL, Diana Gonçalves. *80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, nº 3, jul./set. 2013. p. 577-588. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

WASSERMAN, Claudia. *História intelectual: origem e abordagens*. Tempos Históricos. Volume 19. 1º semestre de 2015. p. 63-79.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

FONTES

Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia

CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa. *Perspectivas atuais para uma historiografia brasileira*. Boletim de História, ano 3, nº 6, p. 51-60, jan./jun. 1961.

TEIXEIRA, Anísio. *Revisão dos programas de História no Ensino Secundário*. Boletim de História, Rio de Janeiro, ano 1/2, nº 4/5, jul.-set./out.-dez. 1959. p. 103-106

VIANA, Hélio. *O ensino da História do Brasil*. Boletim de História. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2/3, jan.-mar./abr.-jun. 1959. p. 13-21

WEISS, Arthur Bernardes. *Por que estudar História?* Boletim de História. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2/3, jan.-mar./abr.-jun. 1959a. p. 69-72.

_____. *Interpretação de textos, processo de ensino*. Boletim de História. Rio de Janeiro, ano 1/2, nº 4/5, jul.-set./out.-dez. 1959b. p. 107-115.

WERNECK DA SILVA, José Luiz. *Aspectos gerais dos livros didáticos de História* (tese de Congresso). Boletim de História, ano 3, n. 6, jan./ jun. 1961. p. 161-171.

_____. *Crítica de Revistas: o número inaugural de “Boletim de História”*. Boletim de História, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2/3, jan.-mar./abr.-jun. 1959. p. 125-131

Artigos e notícias de jornal

Correio da Manhã

AUTOR DE HISTÓRIA NOVA: PRISÃO FOI ATO POLÍTICO. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355234/mss1355234.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ESCRITORES APONTAM VIOLÊNCIA NO IPM. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 jul. 1965. p. 3. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=sodre>. Acesso em: 12 dez. 2018.

IPM pede prisão preventiva para escritor preso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355229/mss1355229.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PUBLICAÇÕES CASES. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1964, p. 3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355232/ms1355232.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1964. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=joel%20rufino>. Acesso em: 10 dez. 2018.

O Estado de São Paulo

A NOVA HISTÓRIA 1. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 3, 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640303-27258-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____ 2. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 3, 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640304-27259-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____ 3. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1964, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640307-27262-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____ 4. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1964, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640311-27265-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____ 5. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo p. 3, 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640314-27268-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FOI LANÇADA A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 mar. 1964, p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640315-27269-nac-0012-999-12-not>>. Acesso em: 12/out./2015.

OBRA DE PRIMÁRIOS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15 mar. 1964. p. 12. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640315-27269-nac-0001999-1-not>>. Acesso em: 12/out./2017.

O Globo

GENERAL ENDOSSOU RELATÓRIO DO IPM-ISEB CONTRA WERNECK SODRÉ. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 abr. 1966. p. 3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355245/mss1355245.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

Última Hora

ADVOGADO ENQUADRA CORONEL PINA NO CÓDIGO PENAL: ABUSO DE PODER. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1759>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CONCEDIDO HABEAS-CORPUS A MAURÍCIO MARTINS MELO. *Última Hora*. São Paulo, 08 jul. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1856>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CORONEIS MUDAM O IPM DE ÊNIO. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 02 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1762>. Acesso em: 10 dez. 2018.

DESCONTOS ATÉ 50%. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1964, p. 6. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=16&mes=3&ano=1964&edicao=10&secao=2>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ESPÔSAS ACUSAM MAJOR: TORTURA. *Última Hora*. São Paulo, 07 jul. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1853>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GENERAL: HN NÃO É CONTRA CAXIAS. *Última Hora*. São Paulo, 18 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1806>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GENERAL SODRÉ NÃO TEME PRISÃO. *Última Hora*. Rio de Janeiro, ano XV, p. 3, 21 jun. 1965.

GENERAL WERNECK SODRÉ INDICIADO PELO IPM DO ISEB. *Última Hora*. São Paulo, 26 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355232/mss1355232.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HISTORIADORES: SÓ O EXÉRCITO LIBERTARÁ. *Última Hora*. São Paulo, 19 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1807>. Acesso em: 11 dez. 2018.

IPM barra bebê. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OLHANDO A LIBERDADE. *Última Hora*. São Paulo, 09 jul. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1858>. Acesso em: 12 dez. 2018.

REPÚDIO GERAL À APREENSÃO DE LIVROS. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano XV, 31 maio, 1965. p. 2. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=31&mes=5&ano=1965&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 15 set. 2017.

STM MANDA APURAR TUDO SOBRE IPM DA FEIJOADA. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965. p. 2. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

STM JULGA HOJE “HISTÓRIA NOVA”. *Última Hora*. São Paulo, 07 jul. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1853>. Acesso em: 12 dez. 2018.

STM MANDOU SOLTAR O HISTORIADOR. *Última Hora*. São Paulo, 08 jul. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1856>. Acesso em: 12 dez. 2018.

STM MANDOU LIBERTAR MAIS DOIS ESCRITORES. *Última Hora*. São Paulo, 15 jul. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1874>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SUPLÍCIO DE ESPÔSA NA ROTA DOS IPMS. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 02 jun. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1762>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TRIBUNAL QUER SABER TUDO SOBRE O IPM DA FEIJOADA. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 jun. 1965. p. 1. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/1765>. Acesso em: 10 dez. 2018.

UM GENERAL VAI OUVIR O ESCRITOR. *Última Hora*. São Paulo, 25 jun. 1965. p. 3. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/uh_digital/index/182>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Depoimentos dos autores da História Nova do Brasil

ALENCAR, Maria Amélia. Entrevista concedida à Vanessa Clemente Cardoso. Goiânia, 30 abr. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos desta tese]

CAVALCANTINETO, Pedro Celso Uchôa. *Visões impressionistas da História Nova do Brasil e suas circunstâncias, trinta anos depois*. In: SANTOS, et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

FERNANDES, Rubem César. *Carta de Rubem César Fernandes ao editor*. In: SANTOS, et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola. Giordano, 1993, p. 67.

FERNANDES, Rubem César. Entrevista concedida à Vanessa Clemente Cardoso. Rio de Janeiro, 01 fev. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Anexo desta tese]

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. Entrevista concedida à Vanessa Clemente Cardoso. Rio de Janeiro, 06 nov. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Anexo desta tese]

GOLDGFARB FIGUEIRA, Fani. Entrevista concedida à Vanessa Clemente Cardoso. Rio de Janeiro, 06 nov. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Anexo desta tese]

MELLO, Maurício M. de. *Olha a História Nova aí, gente!* In: SANTOS, et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola. Giordano, 1993, p. 25-27.

MELLO, Maurício Martins de. Entrevista concedida à Vanessa Clemente Cardoso. Rio de Janeiro, 24 jan. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita nos Anexos desta tese].

SANTOS, Joel R. dos. *História Nova: Depoimento*. In: SANTOS, et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

_____. *Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Trinta anos depois*. In: SANTOS, et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, p. 29-36.

Inquérito Policial-Militar

INQUÉRITO Policial-Militar nº 481. *IPM do ISEB*. Brasília: STM/SeArq, 1966.

Legislação

BRASIL. Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962. *Cria a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências*. DF, 1961. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4069-a.htm >. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965. *Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. DF, 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4831-5-novembro-1965-368485-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei nº 14.572, de 23 de dezembro de 1920. *Dispõe sobre a aprovação o Regimento da Universidade do Rio de Janeiro*. DF, 1920. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=37062&norma=52765>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955. *Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia*. DF, 1955. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955361157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. *Dispões sobre a criação da Escola Superior de Guerra e dá outras providências*. DF, 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L785.htm>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953. *Dispõe sobre a definição dos crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências*. DF, 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a regulação do acesso a informações previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências*. DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: DF, 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. *Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático*. Rio de Janeiro: DF, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. *Estatuto das Universidades Brasileiras*. DF, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. Decreto nº 314, de 13 de março de 1967. *Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências*. DF, 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Decreto nº 8.195, de 20 de novembro de 1945. *Dispõe sobre a alteração das disposições do Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939*. DF, 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8195-20-novembro1945-450017-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

_____. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. *Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro*. DF, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. Decreto nº 4.080, de 22 de fevereiro de 1942. *Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior*. DF, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4080-3-fevereiro-1942-414541-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. *Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Educação*. DF, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. *Dispõe sobre a criação da Universidade de São Paulo e dá outras providências*. DF, 1934. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-628325.01.1934.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. *Dispõe sobre a reorganização do ensino secundário e o superior na República*. DF, 1915. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. *Dispõe sobre a instituição da Universidade do Rio de Janeiro*. DF, 1920. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911. *Dispõe sobre a instituição da Universidade do Rio de Janeiro*. DF, 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Decreto nº 1.190, de 04 de abril de 1939. *Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia*. DF, 1939. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Decreto nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945. *Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências*. DF, 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8393.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946. *Dispõe sobre a aprovação do Estatuto da Universidade do Brasil*. DF, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. *Dispõe sobre a instituição da Universidade do Rio de Janeiro*. DF, 1920. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/decreto.html>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1920. *Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil*. DF, 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962. Institui e homologa a escolha de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar. Brasília: DF, 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51429-13-marco-1962-391353-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Portaria nº 1.045, de 14 de janeiro de 1951. *Aprova os planos de desenvolvimento dos programas mínimos do curso secundário e respectivas instruções metodológicas*. DF, 1951. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2375333/pg-65-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-02-1952>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

Livros didáticos

BORGES HERMIDA, A. J. *Compêndio de História do Brasil primeira e segunda séries do Curso Médio*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1966.

MATTA, Ary da. *História do Brasil para o Terceiro Ano do Curso Comercial básico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1951.

TAPAJÓS, Vicente. *Manual de História do Brasil para o Curso Ginásial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Livros Organizações Simões. [s/d].

Parecer do IHGB

LACOMBE, Américo Jacobina. *História Nova*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, vol. 263, 1964, p. 283-302.

Revista de História da Universidade de São Paulo

BRAUDEL, FERNAND. *Pedagogia da História*. Revista História, São Paulo, nº 23, jul-set. 1955. p. 3-21. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36464/39187>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

CAMPOS, Pedro Moacyr. *Considerações sobre o ensino de História*. Rev. Hist., São Paulo, nº 1, 1950. p. 103-108. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34824/0>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

_____. *O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. Revista História. São Paulo, n. 18. 1954. p. 491-503. Disponível em:

<<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/018/A010N018.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CASTRO, Amélia Domingues de. ***Alguns problemas do ensino da História***. Revista História, São Paulo, nº 24, out-dez. 1955. p. 257-266. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/024/A001N024.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. ***Natureza e características da História e da Geografia: consequências didáticas***. Revista História, São Paulo, n. 52, p.513-523, out-dez. 1962. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/052/A014N052.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

COSTA, Emília Viotti da. *Os objetivos do ensino da História no Curso Secundário*. Revista História, São Paulo, nº 29, jan-mar. 1957. p. 117-120. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/029/A008N029.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

Volumes da História Nova do Brasil

SANTOS, et al. *História Nova do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1965a.

_____. Idem, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v. 4, 1965b.

_____. Idem, CASES: Rio de Janeiro, v.1, 1964.

_____. Idem, CASES: Rio de Janeiro, v.3, 1964.

_____. Idem, CASES: Rio de Janeiro, v.4, 1964.

_____. Idem, CASES: Rio de Janeiro, v.7, 1964.